



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2433

Quarta-feira - 17 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Flor do Sertão	103	Mondaí	283
Água Doce	6	Formosa do Sul	104	Monte Castelo	284
Alfredo Wagner	8	Forquilha	105	Morro da Fumaça	321
Angelina	9	Fraiburgo	106	Morro Grande	322
Anitápolis	11	Frei Rogério	111	Navegantes	323
Antônio Carlos	15	Galvão	112	Nova Trento	328
Apiuna	18	Garopaba	113	Nova Veneza	329
Arroio Trinta	20	Garuva	123	Novo Horizonte	330
Ascurra	21	Gaspar	135	Ouro	333
Balneário Piçarras	23	Governador Celso Ramos	140	Ouro Verde	334
Balneário Rincão	24	Guaraciaba	145	Paial	342
Bandeirante	25	Herval d'Oeste	147	Palhoça	343
Barra Bonita	26	Ibiam	149	Palma Sola	359
Barra Velha	27	Ibirama	150	Paraíso	360
Bela Vista do Toldo	28	Ilhota	151	Passo de Torres	362
Belmonte	29	Imbituba	153	Paulo Lopes	363
Benedito Novo	36	Indaial	156	Penha	364
Biguaçu	39	Iomerê	178	Peritiba	369
Bom Jesus do Oeste	40	Ipira	184	Pescaria Brava	370
Bom Retiro	42	Ipumirim	185	Petrolândia	371
Botuvera	43	Irani	192	Pinheiro Preto	372
Braço do Trombudo	45	Irineópolis	194	Piratuba	379
Brunópolis	49	Itá	195	Planalto Alegre	380
Brusque	50	Itapema	196	Pomerode	381
Caçador	52	Itapiranga	197	Ponte Alta do Norte	382
Caibi	56	Itapoá	199	Ponte Serrada	383
Camboriú	57	Ituporanga	217	Porto Belo	385
Campo Alegre	59	Jaborá	218	Porto União	388
Campo Erê	63	Jaraguá do Sul	223	Praia Grande	389
Campos Novos	65	Joaçaba	225	Presidente Castello Branco	391
Canoinhas	66	Lages	234	Presidente Nereu	392
Capão Alto	67	Laguna	235	Princesa	398
Capinzal	68	Lajeado Grande	236	Quilombo	399
Catanduvas	71	Lauro Muller	237	Rancho Queimado	401
Caxambu do Sul	72	Lebon Regis	238	Rio do Campo	403
Celso Ramos	75	Leoberto Leal	240	Rio dos Cedros	409
Chapadão do Lageado	76	Lindóia do Sul	250	Rio do Sul	404
Chapecó	77	Lontras	251	Romelândia	410
Concórdia	78	Luiz Alves	252	Salto Veloso	415
Cordilheira Alta	80	Luzerna	254	Santa Cecília	416
Coronel Freitas	81	Macieira	255	Santa Helena	418
Coronel Martins	82	Mafra	256	Santiago do Sul	419
Correia Pinto	83	Major Vieira	257	São Bento do Sul	421
Corupá	89	Maracajá	258	São Bernardino	424
Cunha Porã	91	Maravilha	260	São Bonifácio	425
Curitibanos	92	Marema	261	São Carlos	426
Descanso	93	Massaranduba	266	São Domingos	429
Doutor Pedrinho	99	Matos Costa	278	São Francisco do Sul	430
Ermo	102	Modelo	279	São Joaquim	431

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2433

Quarta-feira - 17 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São José.....	432	Tangará.....	513	Urubici.....	557
São José do Cedro.....	452	Tigrinhos.....	518	Urussanga.....	558
São Lourenço do Oeste.....	488	Tijucas.....	519	Vargem.....	560
São Miguel da Boa Vista.....	497	Timbó.....	520	Vidal Ramos.....	561
São Miguel do Oeste.....	504	Timbó Grande.....	523	Videira.....	562
São Pedro de Alcântara.....	506	Três Barras.....	524	Vitor Meireles.....	572
Seara.....	508	Treze Tílias.....	526	Xanxerê.....	577
Sombrio.....	510	Tunápolis.....	528	Xavantina.....	579
Sul Brasil.....	512	União do Oeste.....	555	Zortéa.....	587

Consórcios

CIGA.....	589
CIMCATARINA.....	596
CIMVI.....	597
CIS/AMARP.....	604
CIS/AMFRI.....	622
CIS/AMMVI.....	623
CITMAR.....	626
CONSAD.....	627



Agrônômica

PREFEITURA

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2018

Publicação Nº 1491821

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 01/2018

"Abre inscrições para concessão de alteração de Carga Horária para professores efetivos da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências".

Amarildo José Demarchi, Prefeito Municipal em exercício de Agrônômica, no uso de suas atribuições, comunica que encontram-se abertas as inscrições para a concessão de alteração de Carga Horária para professores efetivos da Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais, integrantes da Rede Municipal de Ensino conforme prevê a Lei Complementar nº 051/2010 de 06 de abril de 2010.

1 – DA INSCRIÇÃO

1.1 – A inscrição acontecerá no período de 24/01/2018 a 30/01/2018 no Departamento de Educação Cultura e Desporto, no horário das 8h às 12 h e das 13h30min às 17h, sito Rua Sete de Setembro nº 215, Centro, Agrônômica – SC.

1.1.1. Na oportunidade o profissional interessado preencherá formulário próprio, instruído pelo Departamento de Educação Cultura e Desporto e deverá apresentar cópias dos seguintes documentos:

- a) Identidade (RG)
- b) Diploma de Magistério ou Pedagogia; (e diploma em disciplinas específicas diploma de conclusão) e/ou Pós graduação na área.
- c) Declaração de Tempo de serviço na rede municipal de educação do município de Agrônômica até a data de 22/12/2017
- d) Cópia do resultado da última avaliação de desempenho.
- e) Cópia dos cursos de aperfeiçoamento na área de Educação registrados nos anos de 2016 e 2017.

1.2 – Somente terá direito a alteração de carga horária:

- a) Profissional em efetivo exercício de regência de classe em jornada parcial;
- b) Se a vaga apresentada for na área de sua formação e ou atuação;
- c) Não houver incompatibilidade de horário, turma e turno.

1.3 – Serão critérios de classificação para alteração de carga horária:

- a) Se a vaga apresentada for na área de formação e ou sua atuação;
- b) Maior formação profissional;
- c) Maior participação obtida na última avaliação de desempenho;
- d) Maior tempo de serviço na rede municipal;
- e) O mais idoso;
- f) Maior número de filhos.

2 - DAS VAGAS

2.1 – As vagas a serem oferecidas aos classificados serão disponibilizadas após a finalização dos procedimentos de matrícula, enturmação dos alunos e distribuição de aulas aos professores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal.

3 – DO EXERCÍCIO

3.1 – A alteração de carga horária concedida pelo presente edital terá vigência a partir do início do ano letivo de 2018 e com redução final prevista de acordo com os artigos 26, 28 e 30 da Lei Complementar 051/2010 de 06 de abril de 2010.

3.2 – A redução de carga horária obtida através de alteração de carga horária poderá ser realizada antes da rescisão prevista caso haja redução no número de turmas, redução de matrícula, extinção de escola, supressão de disciplina e/ou inexistência de vagas, para tanto a carga horária do profissional de educação deverá ser reduzida, mantendo a conquistada por concurso público, respeitando os seguintes critérios para a seleção:

- I - menor habilitação profissional;
- II - menor tempo de serviço na rede municipal;
- III - menor idade;
- IV - menor número de filhos.

4 – DA DIVULGAÇÃO E DO RECURSO

4.1 – A divulgação da listagem de classificação dar-se-á no dia 02 de fevereiro de 2018 as quais serão afixadas nos murais da Prefeitura Municipal de Agrônômica e no site www.agronomica.sc.gov.br

4.2 – O prazo para recurso será de 2 (dois) dias úteis a partir da data da divulgação.

4.3 – Os recursos contra a classificação deverão ser impetrados na Sede do Departamento de Educação, Cultura e Desporto, sito Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agrônômica/SC.

5 – DA ESCOLHA DE VAGAS

5.1 – A classificação neste edital de alteração de carga horária nº 01/2018, gera para o candidato apenas expectativas de direito à concessão de alteração e a chamada acontecerá de acordo com as necessidades da Administração Pública.

5.2 – A escolha de vagas acontecerá de forma automática, seguindo a ordem de classificação, sendo que os classificados serão chamados na ordem crescente de classificação para devidas providências administrativas.

5.3 – O candidato poderá compor sua carga horária até 40 horas semanais desde que não haja incompatibilidade de horário, turma ou turno.

5.4 – O candidato que não se apresentar no dia e horário determinado pelo Departamento, bem como aquele presente que não aceitar a vaga oferecida, preencherá formulário próprio, perdendo o direito da escolha.

6 – DA REMUNERAÇÃO

6.1 – A remuneração será aplicada de acordo com a carga horária alterada seguindo a base de cálculo referente o regime de contrato temporário e não dos servidores efetivos de carreira.

7 – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 – Não serão aceitas inscrições que não atendam as especificações do presente edital.

7.2 – São partes integrantes deste edital os anexos I e II.

7.3 – Os professores que alteraram carga horária e solicitaram desistência durante o ano letivo nos últimos dois anos, terão seu pedido de alteração indeferido;

7.4 - Professores que tenham sofrido qualquer tipo de punição mediante processos administrativo disciplinar nos últimos cinco anos terão seu pedido de alteração indeferido.

7.5 – No ato da inscrição, o candidato aceita as condições impostas neste edital;

7.6– Revogam-se as disposições a contrário.

Agrônoma SC, 16 de janeiro de 2018.

Registrado e publicado na presente data.

Amarildo José Demarchi
Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº01/2018

Nº DA INSCRIÇÃO:
Nome do professor:
Área de Formação: () Ed. Infantil () Pré-escolar () Anos Iniciais
FORMAÇÃO/HABILITAÇÃO
Magistério () Superior () Especialista ()
Pontuação obtida na última avaliação de desempenho:
Tempo de Serviço na Rede Municipal de Agrônoma: ____ Anos ____ Meses ____ Dias.
Horas de curso (2016 e 2017)
Idade:
Nº de filhos:
Vaga Solicitada: _____ carga horária: _____

Assinatura do professor

Agrônoma, ____/____/2018.

Responsável pela inscrição: _____

ANEXO II

TERMO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____ brasileiro(a), _____, residente na rua _____, portador da carteira de identidade nº _____, servidor público registrada na matrícula _____, inscrito no CPF sob o nº _____ por este termo venho desistir em alterar a carga horária temporariamente para o ano letivo de 2018.

E para que produza seus legais efeitos, firmo a presente.

Agrônoma, ____/____/2018.

Assinatura

Nº010/2018

Publicação Nº 1492697

PORTARIA N.º10/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônoma,

RESOLVE:

1-) Fica exonerada da função a partir de 17/01/2018, (dezesete de janeiro de dois mil e dezoito) a servidora municipal Sra. JANETE BRIGNOLI, matrícula n.º 322, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE ESCOLA retirando assim, a gratificação de 30% da sua folha de pagamento, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação, retornando ao seu cargo de provimento efetivo de Professora, lotado no Departamento da Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 17 de janeiro de 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI
Prefeito Municipal em exercício

Nº011/2018

Publicação Nº 1492699

PORTARIA Nº 11/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando o disposto no Art. 37º, da Lei Complementar nº 51/2010 de 06/04/2010, que determina a concessão anual de quarenta e cinco dias de férias, aos docentes em regência de classe nas unidades escolares, distribuídos nos períodos de recesso,

Considerando o disposto no Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, que determina a concessão anual de trinta dias de férias, aos servidores municipais,

Considerando que a servidora desta municipalidade Sra. MARIA GORETT LEHKUHL WILLEMANN matrícula nº 913 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA 40 hs e lotação no Departamento de Educação, encontra-se com as férias do período

aquisitivo 02/05/2017 A 02/05/2018, a vencer

RESOLVE:

1-) Fica, fulcro Art. 41, item I, da lei Complementar n.º 14/2003 de 11/11/03, homologa por este ato os períodos de férias concedidos na data de 17/01/2018 a 05/02/2018, (vinte) dias, que referem-se ao período aquisitivo 02/05/2017 A 02/05/2018, para a servidora municipal Sra. MARIA GORETT LEHKUHL WILLEMANN matrícula nº 913 ocupante do cargo de provimento efetivo de MERENDEIRA 40 hs e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 17 de JANEIRO de 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI

Prefeito Municipal em exercício

Nº09/2018

Publicação Nº 1492696

PORTARIA N.º09/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

RESOLVE:

1-) Fica exonerada da função a partir de 17/01/2018, (dezessete de janeiro de dois mil e dezoito) a servidora municipal Sra. JANETE BRIGNOLI, matrícula n.º 206, ocupante do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE ESCOLA retirando assim a gratificação de 30% da sua folha de pagamento, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação, retornando ao seu cargo de provimento efetivo de Professor, lotado no Departamento da Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 17 de janeiro de 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI

Prefeito Municipal em exercício

Água Doce

PREFEITURA

036/2018

Publicação Nº 1492065

PORTARIA Nº 036/2018 – DE 16 DE JANEIRO DE 2018
"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Art. 95, inciso II, alínea g da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica conferido delegação de atribuições para os servidores Juliana Borga, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, matrícula nº 21285, CPF nº 026.486.189-29 e Oéllinton Luis Ferreira Hartkopf, CPF nº 594.852.729-87, Secretário do Desenvolvimento Econômico, para responder junto às contas da Comissão Municipal de Defesa Civil de Água Doce CNPJ nº 15.587.945/0001-29.

Artigo 2º. Ficam nominados os seguintes poderes para que junto aos estabelecimentos bancários cujas contas sejam de titularidade e responsabilidade da Comissão Municipal de Defesa Civil a partir de 03/01/2018:

- I- Solicitar saldos e extratos;
- II- Sustar/ Contra-ordenar cheques;
- III- Cancelar Cheques;
- IV- Baixar Cheques;
- V- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI- Efetuar pagamento por meio eletrônico;
- VII- Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- VIII- Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- IX- Emitir comprovantes;
- X- Efetuar transferências para mesma titularidade – meio eletrônico;
- XI- Abrir contas de depósito;
- XII- Efetuar transferências por meio eletrônico;
- XIII- Autorizar aplicação em fundos de investimento;
- XIV- Autorizar aplicações financeiras;
- XV- Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI- Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII- Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX- Encerrar contas de depósito;
- XXI- Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII- Requisitar talonários de cheques;
- XXIII- Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV- Emitir cheques;
- XXV- Retirar cheques devolvidos;

Artigo 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 16 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2018

Publicação Nº 1491656

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA INSCRIÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO DE FORNECEDORES N. 002/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Departamento de Compras Licitações e Convênios da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322, nesta cidade, inscrição para novos fornecedores e atualização para os já existentes, conforme edital disponível no site: www.aguadoce.sc.gov.br, atendendo o previsto no parágrafo I do artigo 34 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 16 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 001/2018

Publicação Nº 1491658

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 001/2018

O MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que está aberto edital n. 001/2018 para credenciamento de Leiloeiro Oficial para a realização de leilão de bens móveis e imóveis inservíveis, devendo ser entregue documentação e requerimento a partir da data de publicação deste aviso, junto ao setor de licitações e Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Água Doce, situada na Praça João Macagnan, 322, Centro – Água Doce/SC. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br.

Água Doce, SC, 16 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 5/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2018

Publicação Nº 1491653

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL 5/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 5/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 5/2018", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a eventual contratação de serviços para manutenção de aparelhos de ar condicionado, o qual será processado e julgado no dia 29 de janeiro de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais

normas legais aplicáveis à espécie.
Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 16 de janeiro de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 6/2018 - PREGÃO
PRESENCIAL Nº. 6/2018**

Publicação Nº 1491655

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 6/2018
PREGÃO PRESENCIAL 6/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 6/2018, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 6/2018", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a aquisição de peças de reposição para substituição na Motoniveladora Caterpillar 120H ano 1997 frota nº. 78, o qual será processado e julgado no dia 29 de janeiro de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 16 de janeiro de 2018
ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

Alfredo Wagner

PREFEITURA

407/2017

Publicação Nº 1492189

PORTARIA DEPTO. EDUCAÇÃO Nº 407/2017
ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO A
PROFESSORA CRISTIANE LIMA LOPES

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner Estado de Santa Catarina, o uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção II, Artigo 93, Item XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

1º - Admitir em caráter temporário de acordo com o Artigo 2º, Item IV, da Lei nº 539/2002 de 26.09.2002, CRISTIANE LIMA LOPES, para exercer o cargo de professor Nível I, na EB Passo da Limeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no lugar da professora titular Marília Cristina Scheitz Schutz que está de licença médica, no período de 01/12/2017 à 20/12/2017.

2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Alfredo Wagner, 01 de dezembro de 2017.
NAUDIR ANTONIO SCHMITZ
Prefeito Municipal
PUBLICADA NESTA DATA.

PREGÃO PRESENCIAL Nº01-2018

Publicação Nº 1492498

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER
AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Data de Abertura: 29 de Janeiro de 2018.

Horário de Abertura: 10h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner

Contratação de empresa para aquisição de materiais, para a construção de muro de alvenaria da Creche Primeiros Passos do Ensino Infantil, conforme quantidades e descrições do anexo I do edital.

Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276 1211 Setor de Licitações. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone 48- 3276 1211 setor de licitações.

Alfredo Wagner, em 16 de Janeiro de 2018.
Naudir Antônio Schmitz
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº02-2018

Publicação Nº 1492501

MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER

AVISO DE LICITAÇÃO

Tipo de Licitação: Menor preço por Item

Data de Abertura: 29 de Janeiro de 2018.

Horário de Abertura: 14h00min

Local da Abertura: Prefeitura Municipal, Rua Anitápolis nº250, Centro- Alfredo Wagner

Contratação de serviço de Transporte Escolar para a Rede Municipal de ensino do município de Alfredo Wagner, cujas especificações detalhadas encontram-se nos anexos parte integrante do edital. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone (48)- 3276 1211 Setor de Licitações. Informa ainda que o edital e seus anexos encontram-se no site: www.alfredowagner.sc.gov.br, dúvidas pelo telefone 48- 3276 1211 setor de licitações.

Alfredo Wagner, em 16 de Janeiro de 2018.
Naudir Antônio Schmitz
Prefeito Municipal

Angelina

PREFEITURA

EDITAL DE RELOTAÇÃO

Publicação Nº 1491716

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ANGELINA

EDITAL DE RELOTAÇÃO/REMOÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS DO MAGISTÉRIO Nº 001/2018

O Prefeito do Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna Público que realizará processo Permanente de Relotação/Remoção de Servidores Efetivos do Magistério, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

A Prefeitura Municipal de Angelina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, torna público que realizará Processo de Relotação/Remoção de Servidores Efetivos do Magistério, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, regidos pela Lei Complementar n 22/2013, de acordo com as instruções gerais que fazem parte deste Edital.

1. O membro efetivo do Magistério, interessado na relotação/remoção deverá, nos prazos e condições deste edital, encaminhar Requerimento de Inscrição, nos termos do presente edital, pedindo a relotação/remoção, entregar o requerimento junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto no período de 16 de janeiro a 24 de janeiro de 2018 até as 17h00min.

2. Poderá participar da relotação o servidor efetivo do magistério, com jornada de 20 (vinte) horas semanais, que:

I - ocuparem cargos idênticos e a mesma jornada de trabalho;

II - estiverem no efetivo exercício da função;

III - não estejam respondendo processo administrativo disciplinar;

IV - não estejam em processo de readaptação;

V - não se encontrem em situação funcional que permita sua aposentadoria, compulsória ou voluntária, nos 03 (três) anos seguintes, contados do primeiro dia útil do segundo mês subsequente a protocolização do requerimento;

VI - não esteja cumprindo estágio probatório;

VI I - não tenha sido, nos dois anos anteriores a data do requerimento, removido por permuta;

VIII - não tenha sofrido, nos dois anos anteriores a data do requerimento, qualquer espécie de penalidade administrativa.

3. Para classificação será observado o Ar t . 44 da Lei Complementar N 22/2013, onde versa " Na hipótese da existência de mais servidores interessados do que vagas da unidade da Secretaria Municipal de Educação requerida será realizado processo seletivo interno para a remoção a pedido, assegurada a preferencia pelo servidor com mais tempo de serviço no cargo de carreira".

4. Da Relação de Vagas para Relotação/Remoção:

· Núcleo de Educação Municipal José João Heck – 02 vagas:

Vaga 1	1º. Ano	Vespertino
Vaga 2	4º. Ano	Matutino

· Vagas na Educação Infantil para Recreação

Vaga 3	CMEI Rio Novo (5h)	Vespertino
	CMEI Barra Clara (5h)	Vespertino
	CMEI Rio Fortuna (5h)	Vespertino
Vaga 4	CMEI Rio Novo (5h)	Matutino
	CMEI Barra Clara (5h)	Matutino
	CMEI Fartura (5h)	Vespertino
Vaga 5	CMEI Coqueiros	Matutino
	CMEI Coqueiros	Vespertino
	CMEI Chapeuzinho Vermelho	Matutino

5. O Resultado do presente processo será divulgado no dia 29/01/2018 através de Publicação no Portal Eletrônico da Prefeitura Municipal de Angelina.

6. Das Disposições Gerais

6.1 Os efeitos legais deste Edital terão vigência no decorrer do ano letivo de 2018;

6.2 A relotação/remoção do candidato importará no conhecimento das presentes instruções e na aceitação das normas estabelecidas neste

Edital.

6.3 Os casos omissos e os atos decorrentes deste processo serão homologados na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto.

Angelina, 16 de janeiro de 2018.

Rosi Meri da Silva

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ANEXO I – EDITAL Nº 01/18

REQUERIMENTO DE RELOTAÇÃO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A)

Nome:

Matrícula:

Cargo/Unidade Escolar:

Lotação 1:

Lotação 2:

2. REQUERIMENTO

Venho, perante a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto requerer remoção/relocação com o objetivo de integralizar a jornada de trabalho de 20 horas semanais na seguinte lotação:

Lotação:

3. VAGA

Nome do(a) titular(a):

Matrícula:

Cargo/Unidade Escolar:

Motivo:

Por ser expressão da verdade firmo o presente.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Data: __/__/__

Assinatura do(a) servidor(a):

Uso Exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Recebido em:

Data: __/__/__

Por:

Parecer:

Anitápolis

PREFEITURA

LEI Nº 954/2017 LOA 2018

Publicação Nº 1491823

LEI Nº 954/17

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Anitápolis para o Exercício de 2018.

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Anitápolis para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 22.842.293,77 (vinte e dois milhões oitocentos e quarenta e dois mil duzentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos) sendo, R\$ 17.822.520,00 (dezesete milhões oitocentos e vinte e dois mil quinhentos e vinte reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 5.019.773,77 (cinco milhões dezanove mil setecentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos) do Orçamento da Seguridade Social, sendo que R\$ 210.000,00 do orçamento da seguridade social refere-se a transferência financeira concedida Aporte RPPS.

DO ORÇAMENTO DO PODER EXECUTIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 19.638.559,68 (dezanove milhões seiscentos e trinta e oito mil quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e oito centavos) fixa a Despesa em R\$ 16.511.054,68 (dezesseis milhões quinhentos e onze mil cinquenta e quatro reais e sessenta e oito centavos) e em R\$ 1.899.705,00 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil setecentos e cinco reais) as transferências financeiras para o fundo municipal de saúde de Anitápolis, em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) as transferências financeiras para pagamento dos aposentados e pensionistas do tesouro municipal, em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) as transferências financeiras de aporte para cobertura do déficit do RPPS e em R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais) as transferências financeiras para a Câmara Municipal de Anitápolis.

§ 1º A Receita da Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	16.786.709,68
1.1. Receita Tributária	885.100,00
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	60.000,00
1.3. Receita Patrimonial	44.000,00
1.4. Receita de Serviços	423.000,00
1.5. Transferências Correntes	15.333.609,68
1.6. Outras Receitas Correntes	41.000,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	4.566.250,00
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00
2.2. Alienação de Bens	291.250,00
2.3. Transferências de Capital	3.275.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	1.714.400,00
3.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	19.880,00

3.2. DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE	1.694.520,00
TOTAL	19.638.559,68

§ 2º A Despesa do Poder Executivo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
02. GABINETE DO PREFEITO	660.000,00
09. ENCARGOS GERAIS	106.200,00
10. SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	1.581.750,00
11. SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	1.625.745,80
12. SECRETARIA MUN.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	4.334.939,03
13. SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	6.656.635,17
14. SECRETARIA MUN.DA SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL	1.470.784,68
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04. ADMINISTRAÇÃO	2.290.750,00
06. SEGURANÇA PÚBLICA	10.000,00
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	415.784,68
12. EDUCAÇÃO	6.194.135,17
13. CULTURA	266.500,00
15. URBANISMO	1.145.039,83
16. HABITAÇÃO	262.500,00
17. SANEAMENTO	1.055.000,00
18. GESTÃO AMBIENTAL	88.995,80
20. AGRICULTURA	1.321.500,00
22. INDÚSTRIA	100.000,00
23. COMÉRCIO E SERVIÇOS	215.250,00
25. ENERGIA	129.350,00
26. TRANSPORTE	2.639.049,20
27. DESPORTO E LAZER	196.000,00
28. ENCARGOS ESPECIAIS	106.200,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00

TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0006. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	660.000,00
0009. ADMINISTRAÇÃO GERAL	786.250,00
0010. FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	125.000,00
0011. ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	35.000,00
0012. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	635.500,00
0013. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA	1.330.495,80
0014. DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	215.250,00
0015. MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL	80.000,00
0016. A ARTE DE SABER EDUCAÇÃO	1.667.000,00
0017. PROGRAMA DE AÇÕES E MELHORIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	2.822.135,17
0018. A CAMINHO DO SABER	1.705.000,00
0019. ESPORTE É SAÚDE	196.000,00
0020. RESGATANDO NOSSA CULTURA	266.500,00
0021. INFRAESTRUTURA	812.539,83
0022. ACESSO PARA TODOS	3.379.049,20
0023. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	143.350,00
0027. SANEAMENTO BÁSICO	1.055.000,00
0028. ASSISTÊNCIA SOCIAL	415.784,68
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	106.200,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	10.012.120,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	5.958.350,00
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	10.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	4.043.770,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	6.423.934,68
4.4.00.00 – Investimentos	6.413.934,68
4.6.90.00 – Amortização da Dívida	10.000,00
9.9.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00
TOTAL	16.511.054,68
TRANSF.FINANCEIRA P/O FUNDO MUN. DE SAÚDE	1.899.705,00
TRANSF. FINANCEIRA P/O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	350.000,00
TRANSF. FINANCEIRA APORTE DO RPPS	210.000,00
TRANSF.FINANCEIRA P/A CAMARA MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	3.127.504,00
TOTAL GERAL	19.638.559,68

DO ORÇAMENTO DO PODER LEGISLATIVO

Art. 3º O Orçamento do Poder Legislativo para o exercício de 2018 estima as transferências do tesouro municipal em R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 667.800,00 (seiscentos e sessenta e sete mil e oitocentos reais).

§ 1º A receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
TRANSF.FINANCEIRA DO TESOIRO MUNICIPAL	667.800,00
TOTAL GERAL	667.800,00

§ 2º A Despesa do Poder Legislativo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	667.800,00
TOTAL	667.800,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	667.800,00
TOTAL	667.800,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	667.800,00
TOTAL	667.800,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	470.000,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	370.000,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	100.000,00
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	197.800,00
4.4.00.00 – Investimentos	197.800,00
TOTAL	667.800,00

DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 4º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.310.634,09 (um milhão trezentos e dez mil seiscentos e trinta e quatro reais e nove centavos) e as transferências do tesouro municipal em R\$ R\$ 1.899.705,00 (um milhão oitocentos e noventa e nove mil setecentos e cinco reais) e fixa as Despesas em R\$ 3.210.339,09 (três milhões duzentos e dez mil trezentos e trinta e nove reais e nove centavos).

§ 1º A receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo, outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	874.334,09
1.1. Receita Tributária	7.250,00
1.2. Receita Patrimonial	4.001,00
1.3. TRANSFERENCIAS CORRENTES	861.833,09
1.4. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.250,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	436.500,00

2.1. Operações de crédito	100.000,00
2.2. Alienação de Bens	87.500,00
2.3. Transferências de Capital	249.000,00
3. DEDUÇÕES DA RECEITA	200,00
3.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	200,00
TOTAL	1.310.634,09
TRANSF.FINANCEIRA DO TESOIRO MUNICIPAL	1.899.705,00
TOTAL GERAL	3.210.339,09

§ 2º A Despesa do fundo municipal de saúde de Anitápolis será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
15. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.200.889,09
08. ENCARGOS GERAIS	6.950,00
98. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10. Saúde	3.200.889,09
28. ENCARGOS ESPECIAIS	6.950,00
99. Reserva de Contingência	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0026. SAÚDE PARA TODOS	3.200.889,09
0000. OPERAÇÕES ESPECIAIS	6.950,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	2.311.839,09
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	950.080,66
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.361.758,43
4.0.00.00 – DESPESAS DE CAPITAL	896.000,00
4.4.00.00 – Investimentos	896.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	2.500,00
TOTAL	3.210.339,09

O ORÇAMENTO DO IPREAPOLIS

Art. 5º O Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Anitápolis - IPREAPOLIS para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.893.100,00 (um milhão oitocentos e noventa e três mil e cem reais), as transferências financeiras para pagamento dos aposentados e pensionistas do tesouro municipal em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e as transferências financeiras de aporte para cobertura do déficit do RPPS em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 2.243.100,00 (dois milhões duzentos e quarenta e três mil e cem reais) e as transferências financeiras de aporte para cobertura do déficit do RPPS em R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) proporcionando um superávit orçamentário de R\$

900.000,00 (novecentos mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante arrecadação de rendas e contribuições discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.373.100,00
1.1. Receitas de Contribuições	267.100,00
1.2. RECEITA PATRIMONIAL	1.005.000,00
1.3. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	101.000,00
2. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	521.000,00
2.1. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	520.000,00
2.2. OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.000,00
3. deduções da receita	1.000,00
3.1. deduções da receita CORRENTE	1.000,00
TOTAL	1.893.100,00
TRANSF.FIN.p/pagto de inativos do tesouro municipal	350.000,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

§ 2º A Despesa do IPREAPOLIS será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática, classificação por programa e natureza econômica distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
16. INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE ANITAPOLIS	1.243.100,00
97. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
09. Previdência Social	1.243.100,00
99. Reserva de Contingência	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0050. REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA	1.243.100,00
0099. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00
TOTAL GERAL	2.453.100,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES	1.243.100,00
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.203.100,00
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes	40.000,00
9.9.00.00 – Reserva de Contingência	1.000.000,00
TOTAL	2.243.100,00
TRANSF.FIN. de aporte p/cobertura deficit do rpps	210.000,00

TOTAL GERAL	2.453.100,00
-------------	--------------

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor e Superávit Orçamentário do Regime Próprio de Previdência, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Frustração na Cobrança da Dívida Ativa	5.000,00
2. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.000,00
3. Reclamações Trabalhistas	5.000,00
5. Pagamentos de Precatórios e Processos Judiciais	40.000,00
6. Intempéries	14.000,00
7. Processo de desapropriação	5.000,00
8. Ocorrências Fatos não Previstos em Exercícios de Obras ou Serviços.	5.000,00
TOTAL	75.000,00

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.250,00
2. Campanhas da saúde	1.250,00
TOTAL	2.500,00

UNIDADE GESTORA: IPREAPOLIS

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Despesas não Orçadas ou Orçadas a Menor	1.000,00
2. Aposentadorias e pensões precoces	99.000,00
2. Superávit Orçamentário	900.000,00
TOTAL	1.000.000,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Não se efetivando até o dia 12/12/2018 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Reclamações Trabalhistas, Ações Indenizatórias, Pagamentos de Precatórios e Processos Judiciais, Intempéries ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 8º Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita estimada, nos termos legais da legislação em vigor.

Art. 9º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do orçamento da despesa para cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - o superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Exclui-se desse limite os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 10. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF.

Art. 11. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 12. As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 13. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 14. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o executivo municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 15. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da Administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 16. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 20 de dezembro de 2017.
Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria Geral da Prefeitura Municipal de Anitápolis, em 20 de dezembro de 2017.

Roberto Cabral da Silva
Secretário de Administração, Contabilidade e Finanças

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018

Publicação Nº 1492193

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 005/2018; Modalidade: Inexigibilidade de Licitação nº 002/2018; Tipo: Credenciamento nº 001/2017; Objeto: Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de perícia médica, especialmente para realização de exame admissional/demissional e pericial de acordo com especificações e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Pedido de Credenciamento: As inscrições poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste Credenciamento, pelos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, situada a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, demonstrando a aceitação na prestação dos serviços, dizendo-se interessados no Credenciamento, a partir do dia 18 de janeiro de 2018, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Informações: Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 16 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018

Publicação Nº 1492092

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 010/2018; Modalidade: Tomada de Preço nº 01/2018; Tipo: Menor Preço Global; Objeto: A presente licitação tem por objeto a continuação da restauração da Casa José Luís Hoffmann no Centro do Município de Antônio Carlos com fornecimento de material e mão de obra especializada, incluindo finalização do banheiro, instalações elétricas, pavimentação de pátio externo, instalação de guarda corpo, conforme memorial descritivo e projetos. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 05 de fevereiro de 2018 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 16 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 02/2018

Publicação Nº 1491702

DECRETO Nº 02/2018

Atualiza os valores constantes do Anexo XVII, da Lei (Municipal) nº 1356/2011 que instituiu o Plano de Carreira e Remuneração dos servidores/profissionais do magistério do Município de Antônio Carlos.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 37 e 59, da Lei (Municipal) nº. 1356/2011, Considerando, que o Governo Federal, com base na Lei Federal nº. 11.738/2008, fixou o piso nacional dos professores em R\$ 2.445,35 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) a partir do mês de janeiro de 2018; Considerando, que o Município, por força do disposto no §1º, do artigo 2º, da referida lei deverá observar este valor para efeito como remuneração inicial dos profissionais do magistério;

DECRETA:

Art. 1º - O vencimento inicial dos servidores/profissionais do magistério do Município de Antônio Carlos passa a ser o valor de R\$ 2.445,35 (dois mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), a partir do mês de janeiro de 2018.

Art. 2º - Estes novos valores passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Antônio Carlos, 16 de janeiro de 2018.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

DECRETO N. 03/2018

Publicação Nº 1492150

DECRETO Nº 3/2018

Regulamenta a realização de inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público - caráter efetivo.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso das atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do Artigo 56, da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar os exames e os procedimentos de inspeção médica oficial que precedem a nomeação em cargo público.

RESOLVE:

Art. 1º - Regulamentar a realização da inspeção médica oficial que precede a nomeação em cargo público, de acordo com a Junta Médica Municipal ou empresa contratada mediante processo licitatório próprio.

Art. 2º - O candidato aprovado em concurso público, quando de sua convocação para o ingresso no cargo, deverá proceder à realização dos exames admissionais e agendar, quando da posse dos resultados destes, a inspeção médica municipal, sob pena de desclassificação.

Art. 3º - Os exames clínicos admissionais, de acordo com o cargo ocupacional - sua natureza, atribuições, responsabilidades e/ou condições de serviço, encontram-se discriminados, conforme relação constante do Anexo I, deste Decreto.

Art. 4º - Fica a critério do perito designado pela Municipalidade, objetivando aferir a aptidão física e mental do candidato à assunção no cargo ocupacional, a exigência de avaliações e /ou exames complementares que julgar imprescindíveis à sua conclusão pericial, verificada durante a inspeção admissional.

Art. 5º - Na data agendada para a realização da inspeção médica oficial, o candidato deverá comparecer munido dos laudos avaliativos constantes no anexo I deste Decreto.

Art. 6º - A nomeação no serviço público fica condicionada à decisão exarada pela perícia oficial do Município, por meio do laudo médico oficial, comprovando a aptidão física e mental do candidato ao exercício do cargo pleiteado.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 16 de janeiro de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

Anexo I – exame de admissão para ingresso no serviço público

Item I - EXAMES EM GERAL PARA TODOS OS CARGOS:

1. Hemograma Completo;
2. Glicemia;
3. Sorologia Para Lues;
4. Parcial De Urina;
5. Rx Do Torax (Pa + Perfil) Com Laudo Médico;
6. Creatinina;
7. Vdrl;
8. Eletrocardiograma Com Laudo (Acima De 35 Anos).

Item II - AGENTES SERVIÇOS GERAIS, AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

1. RX dinamico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
2. RX de bacia panorâmico;
3. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
4. Caderneta de vacinação (Tétano).

Item III - OPERADOR DE MAQUINA

1. RX dinamico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
2. RX de bacia panorâmico;
3. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
4. Caderneta de vacinação (Tétano);
5. Audiometria;
6. Acuidade visual com e sem correção, fundo de olho, deverá ser emitido laudo por médico oftalmologista.

Item IV - MOTORISTA

1. RX ombro dominante;
2. Acuidade visual (fundo de olho) com Laudo emitido por medico oftalmologista.

Item V - PROFESSOR GRADUAÇÃO:

1. RX de ombro dominante com descrição acrômio;
2. Audiometria;
3. Laringoscopia indireta;
4. Carteira de vacina rubéola (sexo feminino).

Item VI - PROFESSOR GRADUAÇÃO (EDUCAÇÃO FISICA)

1. RX dinâmico em flexo extensão de coluna lombo sacra 2P;
2. Rx de bacia panorâmico;
3. Rx digital de ombro dominante com descrição de acrômio 2P;
4. Caderneta de vacinação (tétano e Rubéola, sexo feminino);
5. Audiometria;
6. Laringoscopia indireta.

Item VII - MEDICO, ODONTOLOGO, FARMACEUTICO

1. HCV anti Hepatite C;
2. HBsAg e Anti HBS;
3. Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola – sexo feminino).

Item VIII - TECNICO DE ENFERMAGEM E ENFERMEIRO

1. HCV – Hepatite C;
2. HBsAg e Anti HBS;
3. Caderneta de Vacinação (difteria, tétano, hepatite B, rubéola – sexo feminino);
4. RX do ombro dominante.

Antônio Carlos, 16 de janeiro de 2018.

Geraldo Pauli

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 146/2017

Publicação Nº 1492009

DECRETO Nº 146/17 DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 18.666,65 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - ENCARGOS GERAIS

09.01 - ENCARGOS GERAIS

09.01.28.845.0010.0.004-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 18.666,65

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 18.666,65

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 29 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2018 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1492336

PROCESSO LICITATÓRIO 09/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2018

LUCIANO DA CUNHA, presidente da Comissão de Licitações, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de Dispensa de Licitação através da fundamentação legal e pelos fatos e considerações que seguem:

CONSIDERANDO que a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social de Antônio Carlos/SC solicitou abertura de Processo Licitatório cujo objeto é "a aquisição equipamento de relógio ponto para controle de jornada dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde".

CONSIDERANDO que após juntados orçamentos, verificou-se que a prestação de tais serviços custariam um total de R\$ 2.720,00 (dois mil setecentos e vinte reais).

RESOLVE: Autorizar a contratação do objeto abaixo descrito.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8666/1993, Artigo 24, inciso II.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto "a aquisição equipamento de relógio ponto para controle de jornada dos servidores lotados na Secretaria Municipal de Saúde."

CONTRATADO: ART CARD LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ N. 05.449.347/0001-30, com endereço Benedito Novo, sala 01 Fundos, Água Verde, Blumenau/SC, CEP 89041-400.

VALOR: R\$ 2.720,00 (dois mil setecentos e vinte reais).

FUNDAMENTO DA DESPESA:

Dotação: Turismo 11.01.2030.4.4.90.00.00. (12)

Antônio Carlos, 16 de janeiro de 2018.

LUCIANO DA CUNHA

Presidente da Comissão de Licitações

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 15/2018

Publicação Nº 1491797

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial Registro de Preço nº 15/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO PARCELADA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE APIÚNA (REPETIÇÃO PARCIAL PP 138/2017)

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 05, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 30/01/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 30/01/2018 – Às 09 horas e 40 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 842/2017, de 27/10/2017.

§ 1º – Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, 15 de Janeiro de 2018

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2889

Publicação Nº 1492345

DECRETO Nº 2889, DE 15/01/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE APIÚNA, PELO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei 849/2017 de 28/11/2017.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Apiúna, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil Reais) para os seguintes programas:

06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0785.0603.1063	Elaboração de Projetos e Pavimentação de Ruas	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
18.300	Operação de Crédito Interna -Outros Programas	100.000,00
	Subtotal	100.000,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.1061	Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Acessórios	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
18.300	Operação de Crédito Interna -Outros Programas	700.000,00
	Subtotal	700.000,00
	TOTAL	800.000,00

DECRETO Nº 2892

Publicação Nº 1492346

DECRETO Nº 2892/2018

De 15/01/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado os vínculos de recursos 33.702 – Programa Nacional Alimentação Escolar - Pnae Fundamental, 33.705 - Programa Nacional Alimentação Escolar – Pnae Ensino Especial, 33.703 - Programa Nacional Alimentação Escolar – Pnae Pré-Escolar, 33.704 - Programa Nacional Alimentação Escolar – Pnae Creche, 33.706 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar – Pnate, 36.202 - Transferência Convênio Estado Educação Transp. Escolar, 31.900 - Transferência Fundeb/Fundef(Outras Despesas Ensino), 30.100 - Recurso de Impostos e de Transf. de Imp-Educação, 30.700 - Contrib. Interv. Domínio Econ.-Cide, 33.902 - Comp. Financ. Expl. Rec. Nat. – Prod. Mineral, 30.800 - Contrib. Custeio Serv. Ilum. Pública-Cosip, 3000001 - Recursos Ordinários-BOMBEIROS, 31.000 - Convênio de Trânsito – Militar, 31.200 - Convênio de Trânsito - Prefeitura e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 219.090,92 (Duzentos e dezenove mil, noventa Reais e noventa e dois centavos) da seguinte classificação orçamentária:

04	Secretaria de Educação e Cultura
001	Ativ. Ensino Infantil, Fundamental, Médio e Superior
0012.0361.0401.2040	Aquisição de Gêneros Aliment. p/ Merenda Escolar Ens. Fundamental
3000000000000000	Despesas Correntes
3300000000000000	Outras Despesas Correntes
3390000000000000	Aplicações Diretas

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo



33.702	Progr. Nacion. Aliment. Escolar - Pnae Fundamental	7.480,52
	Subtotal	7.480,52
0012.0361.0401.2040	Aquisição de Gêneros Aliment. p/ Merenda Escolar Ens. Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.705	Progr. Nacion. Aliment. Escolar - Pnae Ens. Especial	146,68
	Subtotal	146,68
0012.0365.0401.2044	Aquisição de Gêneros Aliment. p/ Merenda Escolar Ens. Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.703	Programa Nac. Aliment. Escolar – Pnae Pré-Escolar	4.736,01
	Subtotal	4.736,01
0012.0365.0401.2044	Aquisição de Gêneros Aliment. p/ Merenda Escolar Ens. Infantil	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.704	Programa Nac. Aliment. Escolar – Pnae Creche	9.577,69
	Subtotal	9.577,69
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.706	Progr. Nacional Apoio Transp. Escolar - Pnate	13.234,47
	Subtotal	13.234,47
0012.0361.0402.2049	Manutenção e Funcionamento do Transporte Escolar Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
36.202	Transf. Conv. Estado Educação Transp. Escolar	52.981,27
	Subtotal	52.981,27
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
31.900	Transf. Fundeb/Fundef(Outras Despesas Ensino)	75.068,48
	Subtotal	75.068,48
0012.0361.0402.2047	Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.100	Recurso de Impostos e de Transf. de Imp-Educação	710,98
	Subtotal	710,98
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	

30.700	Contrib. Interv. Domínio Econ.-Cide	387,39
	Subtotal	387,39
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.902	Comp. Financ. Expl. Rec. Nat. – Prod. Mineral	1.693,65
	Subtotal	1.693,65
0025.0752.0601.2061	Manutenção e Ampliação dos Pontos de Iluminação Pública	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
30.800	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Pública-Cosip	14.836,32
	Subtotal	14.836,32
03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0006.0181.0302.2058	Apoio Aos Bombeiros Militares	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
3000001	Recursos Ordinários-BOMBEIROS	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
0006.0181.0302.2032	Apoio a Polícia Militar	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
31.000	Convênio de Transito - Militar	8.436,86
	Subtotal	8.436,86
0006.0181.0302.2032	Apoio a Polícia Militar	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
31.200	Convênio de Trânsito - Prefeitura	9.800,60
	Subtotal	9.800,60
	TOTAL	219.090,92

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de Janeiro de 2018.
JOSE GERSON GONÇALVES
 Prefeito Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2018 - MAT

Publicação Nº 1491906

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0003/2018 - PR

Tipo: Menor Preço Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DAS VIAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO, TAIS COMO TUBOS DE CONCRETO, CONCRETO BETUMINOSO (ASFALTO) ENSACADO, TINTAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ALÉM DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NECESSÁRIOS PARA A REFORMA DO TELHADO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 01/02/2018

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 01/02/2018

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 12 de Janeiro de 2018

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2018 - MERENDA ESCOLAR PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018

Publicação Nº 1492054

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº 0004/2018 - PR

Tipo: Menor Valor Unitário.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2018 PARA A ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA JACY FALCHETTI E CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PROFESSORA FABIANA APARECIDA NUNES POSSATO – PROFABI, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 30/01/2018.

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 30/01/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 11 de janeiro de 2018.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal de Arroio Trinta

Ascurra

PREFEITURA

DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Publicação Nº 1491908

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 3/2017

DECISAO ADMINISTRATIVA

Cuido de processo administrativo disciplinar instaurado em face da servidora LOURDES DE SOUZA ROSA, ocupante do cargo de Atendente De Educação Infantil, em razão dos fatos narrados por intermédio dos relatórios de fls. 2/3.

Devidamente constituída a comissão de processo administrativo disciplinar (fls. 10/11), após a regular tramitação e realização dos atos legalmente previstos, entendeu a comissão pelo indiciamento da servidora acima citada (fls. 170/182).

Apresentada defesa escrita pela servidora, por meio de seu Advogado (fls. 287/297), a comissão, após, elaborou relatório final conclusivo, sugerindo a aplicação da penalidade de demissão (fls. 298/352).

Na sequência, acolhi a proposta da Procuradoria Jurídica e determinei a intimação da defesa para, querendo, manifestar-se sobre o relatório final (fl. 358), tendo aportado aos autos a manifestação de fls. 363/377.

Após, consta nos autos Parecer Jurídico n. 167/2017.

Vieram os autos ao Gabinete do Prefeito, para deliberação final.

É o relatório.

Decido.

Sabe-se que todos os atos da Administração Pública devem ser motivados, sob pena de nulidade.

No caso concreto, determinei que os autos do presente processo administrativo disciplinar fossem encaminhados à Procuradoria Jurídica do Município de Ascurra, que lavrou o Parecer Jurídico n. 167/2017.

Logo, por entender corretas e precisas as análises técnicas contidas na referida peça, aprovo o parecer e adoto as razões nele contidas como motivação da presente decisão, para todos os efeitos legais, acrescidas dos fundamentos a seguir expostos.

Sobre a possibilidade de utilização do parecer jurídico como parte integrante da decisão administrativa, para fins de fundamentação, transcreve-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

[...] 4. A autoridade julgadora pode acatar o parecer de sua Consultoria Jurídica, servindo aquele como elemento integrador do ato demissionário, sem que isso vicie o procedimento administrativo realizado. (MS 8.496/DF, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/11/2004, DJ 24/11/2004, p. 225 - Grifei)

Acrescento que houve comprovação quanto à prática das infrações disciplinares pela servidora indiciada, quais sejam, a violação ao dever de tratar as pessoas com urbanidade e a prática de ofensa física em serviço, contra crianças que estavam sob seus cuidados no âmbito da creche pública municipal, conforme imagens do circuito de monitoramento interno e conforme relatório psicológico, principalmente.

Além disso, o art. 217 do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra determina que o Prefeito Municipal deverá acatar o relatório final da comissão de processo administrativo disciplinar, ressalvando-se o caso em que as conclusões desta estiveram em manifesto contrário com a prova dos autos.

No caso concreto, verifico que a comissão bem apontou as provas sobre as quais sustentou a sua decisão, bem como evidenciou que há nos autos elementos capazes de demonstrar que a servidora indiciada efetivamente violou as normas impostas aos Servidores

Públicos Municipais.

As condutas praticadas, portanto, enquadram-se naquelas tidas como vedadas, conforme previsto pelo Estatuto dos Servidores Públicos de Ascurra. Para não haver dúvidas, transcrevem-se os dispositivos violados:

Art. 168. São deveres do servidor:

[...]

XIV - tratar com urbanidade as pessoas; e

Art. 181. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

[...]

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

No mais, o art. 178 do Estatuto dos Servidores Públicos de Ascurra determina que "Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais".

Sobre isso, é preciso reconhecer a gravidade dos atos e consequências destes advindas, pois qualquer forma de violação aos direitos de crianças submetidas à guarda da Administração Pública Municipal, no âmbito das creches públicas municipais, especialmente crianças de tenra idade, é digna de reprovação.

A violação ao dever funcional de tratar a todos com urbanidade e não praticar qualquer ofensa, ainda mais ofensa física, deve ser integralmente cumprida, pois o servidor público representa a imagem do serviço público perante terceiros (particulares), de modo que os pais devem ter a confiança necessária no sentido de que seus filhos serão bem tratados e não submetidos à qualquer forma de tratamento desumano ou indigno durante o tempo em que permanecerem nas creches e escolas, sob a guarda de servidores públicos do Município de Ascurra.

Quanto à penalidade a ser aplicada, verifico, conforme apontou a Procuradoria Jurídica, que não há juízo de valoração a ser realizado por esta Autoridade Julgadora, porquanto, comprovada a prática de ofensa física por servidor durante o serviço, a penalidade de demissão é medida legal que se impõe, dela não se podendo afastar. Quanto à circunstâncias atenuantes, a defesa técnica pugna pelo reconhecimento das condições degradantes de trabalho.

Sobre tal aspecto, da verificação das imagens do circuito de monitoramento interno, vislumbro que o ambiente da sala de aula, muito embora longe de apresentar perfeitas condições, apresentasse condizente e adequado para receber e abrigar as crianças e os servidores públicos municipais. Além disso, não vislumbrei nos autos elementos de prova que pudessem ser capazes de demonstrar que a servidora atuava em desacordo com as atribuições do seu cargo ou que foi submetida a qualquer outra forma de tratamento que pudesse justificar afastar a responsabilidade quanto ao cumprimento dos seus deveres funcionais.

Outrossim, com o devido respeito, entendo não haver nos autos motivos ou argumentos que pudessem ser capazes de justificar a razoabilidade ou adequação das condutas praticadas pela servidora indiciada contra as crianças, ainda mais porque os menores estavam em momento de descanso e deitados, conforme revela a prova dos autos.

Ademais, na medida em que devidamente comprovada a autoria da infração disciplinar a que a lei comina penalidade de demissão, como é o caso dos autos, não há competência para que esta Autoridade Julgadora emita julgamento em desacordo com o que a lei prevê ou mesmo que atenuar a penalidade, sob pena de nulidade

do ato e responsabilização criminal, inclusive.

Ainda, há que se atentar que a servidora investigada encontra-se no período referente ao estágio probatório, não tendo adquirido estabilidade (admitida em 6/7/2015 – fl. 68). Dessa forma, conquanto observado o devido processo legal administrativo disciplinar, mostra-se adequada e possível a aplicação da penalidade de demissão, diante dos fatos apurados.

Nesse sentido, cita-se precedente do Superior Tribunal de Justiça:

[...] O fato de o impetrante encontrar-se em estágio probatório durante a apuração administrativa não o favorece, pois se neste período de avaliação pode o servidor ser exonerado em decorrência de sindicância, desde que assegurados a ampla defesa e o contraditório, conforme pacífica jurisprudência desta Corte, com mais razão afigura-se a possibilidade de exoneração em regular processo administrativo disciplinar, no qual foram observadas todas as garantias legais e constitucionais do indiciado. [...] (MS 14.303/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/10/2013, DJe 24/03/2014)

Isso posto, estando convencido da responsabilidade da servidora indiciada e não havendo como acatar as proposições da defesa quanto ao arquivamento do feito ou quanto à aplicação de penalidade mais branda, determino:

a) a aplicação à servidora LOURDES DE SOUZA ROSA, ocupante do cargo de provimento efetivo de atendente de educação infantil, matrícula funcional n. 172324, da penalidade de DEMISSÃO, com base nos artigos 168, XIV, e 181, VII, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra (Lei Complementar Municipal n. 117/2011), devendo o Setor de Recursos Humanos lavrar a respectiva portaria;

b) o registro do resultado do presente processo administrativo disciplinar nos assentamentos funcionais da servidora suso mencionada;

c) o encaminhamento das peças essenciais do presente feito ao Ministério Público de Santa Catarina, para que sejam adotadas as providências cabíveis, devendo-se fazer menção ao Inquérito Policial n. 0000825-84.2017.8.24.0104, que versa sobre os fatos apurados no presente processo administrativo disciplinar;

d) por não vislumbrar, por ora, prejuízo ao erário, deixo de remeter aos autos do Tribunal de Contas de Santa Catarina ou de determinar a instauração de Tomadas de Contas Especial;

e) a publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, para fins de cumprimento do princípio constitucional da publicidade, devendo a Secretaria anexar ao feito comprovante da respectiva publicação;

f) não havendo a interposição de recurso administrativo ou não sendo este recebido com efeito suspensivo, determino a imediata aplicação da penalidade de demissão.

Publique-se.

Intimem-se pessoalmente a servidora e seu Defensor regularmente constituído.

Cumpra-se, com a urgência que o caso requer.

Ascurra/SC, 15 de janeiro de 2018.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI

Prefeito / Autoridade Julgadora

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 1/2018

Publicação Nº 1491696

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 1/2018

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Sigmafone Comercio de Telecomunicações e Informática EIRELI - EPP

Objeto: o fornecimento de central telefônica híbrida (PABX IP) mediante locação, com capacidade mínima para 100 (cem) ramais IP, tronco E1 digital R2/ISDN com 30 canais, URA multinível e demais itens constantes nas especificações técnicas previstas no termo de referência, incluindo mão de obra técnica para instalação, configuração, instrução de utilização do sistema, manutenção da central e garantia, bem como a aquisição de aparelhos telefônicos IP compatíveis com a central, conforme características e especificações previstas neste contrato bem como no termo de referência

Valor total: R\$ 21.713,72

Vigência: 12 meses

Ascurra, 17 de janeiro de 2018.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO DO CREDENCIAMENTO N. 4/2017 - SUPERMERCADO BUZZI LTDA

Publicação Nº 1491703

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato de credenciamento n. 4/2017

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: Supermercado Buzzi LTDA

CNPJ: 09.533.760/0001-39

Objeto: Comercialização de gêneros alimentícios aos usuários do Auxílio à Situação de Vulnerabilidade Temporária (Alimentação), instituídos pela Lei Municipal nº 1389/2014, conforme disposições do edital e termo de referência.

Valor: A estimativa total de consumo entre todas as Contratadas/Credenciadas será de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para o ano.

Vigência: até 31/12/2018

Ascurra, 17 de janeiro de 2018.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA PP 16/2017 FME

Publicação Nº 1491780

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017- FMED
PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017 - FMED
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATAÇÃO: REFERENTE A ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA SEREM DISTRIBUIDOS PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO ANO LETIVO DE 2018. em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE BALNEARIO PICARRAS. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.
ELMO PAPELARIA – R\$ 21.717,85
AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI – R\$46.323,20
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA – R\$ 135.862,15
PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA ME – R\$ 71.863,64
REGENSY COMERCIO LTDA ME – R\$ 33.698,30
Balneário Piçarras(SC), 15 janeiro de 2018.
Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

ATA PP 21/2017 FMS

Publicação Nº 1492222

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PPROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2017 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2017 – FMS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS AMBULATORIAIS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULATORIAIS EM TODAS AS UNIDADES DE SAÚDE DA FAMÍLIA, CAPS, NASF E PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALNEARIO PICARRAS.
A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – R\$ 22.098,40
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – R\$ 104.005,00
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – R\$ 21.086,50
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – R\$ 72.260,10
METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA – R\$ 83.318,65
EFETIVE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA – R\$ 54.743,50
IBF INDUSTRIA BRASIELEIRO DE FILMES S. A. – R\$ 32.610,00
BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA ME – R\$ 671.163,00
Balneário Piçarras (SC), 12 de janeiro de 2018
Vinício José dos Santos – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATO 002/2018 PMBP

Publicação Nº 1492496

PUBLICAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2017 - PMBP
TOMADA DE PREÇOS P/ SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 008/2017 – PMBP
CONTRATO 002/2018 PMBP DE 04/01/2018
O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 058/2017- PMBP – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 008/2017 – PMBP e tem por objeto a Contratação de empresa para Consultoria em engenharia e urbanismo para a elaboração de projeto complementar do engordamento/preenchimento da faixa praial, onde já houveram obras de engordamento; estudos para manutenção e definição de elementos de estruturação e suporte para urbanização, reparos e manutenção nos espigões da praia central de Balneário Piçarras e; estudo de implantação de uma estrutura para abrigo náutico para embarcações de lazer e pesca na foz do Rio Piçarras.
Balneário Piçarras/SC, 03 de janeiro de 2018.
Leonel José Martins - Prefeito Municipal

PORTARIA 005/2018

Publicação Nº 1491676

PORTARIA N.º 005/2018

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, REVOGA, o ato instituído pela Portaria nº 216/2017 de 10 de maio de 2017, a consequente EXONERAÇÃO, do cargo de CHEFE DE PAVIMENTAÇÃO, com as atribuições pertinentes a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais o Sr. FRANCISCO CARLOS RODRIGUES, brasileiro, casado, portadora do CPF nº 768.063.329-00 e CI nº. 4.175.208 SSP/SC, com a imediata exoneração e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE

Balneário Piçarras (SC), 08 de janeiro de 2018.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/SAMAE/2018

Publicação Nº 1491899

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/SAMAE/2018.

Tipo: MENOR PREÇO por item.

Data e horário da sessão de abertura: 01/02/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais e equipamentos de análises laboratoriais e insumo de produção da estação de tratamento de água do SAMAE Balneário Rincão – SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao@balneariorincao.sc.gov.br

Balneário Rincão – SC, 16 de Janeiro de 2018.

Pregoeira

Gisele Ferreira

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/PMBR/2018

Publicação Nº 1492565

AVISO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/PMBR/2018.

O Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 004/PMBR/2018, que tem como objeto: Registro de Preço, para futuras aquisições de forma parcelada de baterias, pneus, câmaras de ar novas e futuras prestações de serviços de vulcanização e consertos, geometria, alinhamento, cambagem, balanceamento, troca de pneus, rodízio pneus, montagem de pneus de automóveis, máquinas, tratores caminhões, ônibus e socorro para manutenção da frota do Município de Balneário Rincão, Fundo Municipal de Saúde, Samae e Polícia Militar, ficam suprimidos os itens: 12, 18, 23 e 32 do Lote 02 e ficam retificados os descritivos dos itens 14 e 42 do mesmo Lote:

Onde se lê:

Item: 14 - Pneu 1000 x 20 – Borrachudo – Liso

Leia-se:

Item: 14 – Pneu 1000 x 20 – Liso

Onde se lê:

Item: 42 - Pneu 7.5 - 16

Leia-se:

Item: 14 – Pneu 7.50 - 16

Permanecem as mesmas quantidades solicitadas no Edital, fica prorrogado para o dia: 01/02/2018 às 17h00min, com o recebimento/protocolo dos envelopes (Habilitação e Proposta) até às 16h45 do destacado dia, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93. Feita a retificação e a prorrogação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 16 de Janeiro de 2018.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2018 FMS

Publicação Nº 1492063

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BANDEIRANTE
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2018
CREDENCIAMENTO

O Fundo Municipal de Saúde de Bandeirante informa que, encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA NO ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, CONFORME ENCAMINHAMENTO MÉDICO, AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, A SEREM REMUNERADOS CONFORME TABELA DE PROCEDIMENTOS CIS-AMEOSC, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação a partir da publicação do presente extrato até as 09h00min do dia 05/02/2018, no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antonio.

O Edital estará disponível no endereço www.bandeirante.sc.gov.br.
Informações pelo fone (049) 3626 0012, ou pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br

Bandeirante/SC, 16 de janeiro de 2018.
Neuri Biazzi - Gestor do FMS.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 06/2018 PMB

Publicação Nº 1491988

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018
EXCLUSIVO PARA ME E EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA E MATERIAIS DE COPA E COZINHA, PARA USO JUNTO AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSO SONHO, PARA O PERÍODO DO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO LETIVO DE 2018, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h15min do dia 29/01/2018 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h30min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 16 de janeiro de 2018.
Volmir Jose Lamb- Prefeito em exercício..

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO Nº06/2018

Publicação Nº 1492250

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº 006/2018
Republicação

O MUNICÍPIO DE BARRA BONITA/SC, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS, DESTINADOS A FEITURA DE MERENDA ESCOLAR NAS ESCOLAS DO MUNICIPIO. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 17:00 horas do dia 29 de janeiro de 2018, iniciando a sessão as 08:30 horas do dia 30 de janeiro de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 16 de janeiro de 2018.
MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

EDITAL PREGÃO Nº8/2018

Publicação Nº 1492257

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº 008/2018
Republicação

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando Aquisição de produtos de higiene e limpeza para Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2018. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até às 17:00 horas do dia 30/01/2018, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30horas do dia 31/01/2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.Barra

Bonita, em 16 de janeiro de 2018.
MOACIR PIROCA
Prefeito

Barra Velha

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 001/2018

Publicação Nº 1492678

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA

Processo Administrativo nº 001/2018
Pregão Presencial nº 001/2018

A Câmara de Vereadores de Barra Velha, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo "menor preço por Lote", para selecionar proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para a Aquisição de Tonner, Recargas e tintas para utilização em impressoras, aquisição de Carimbos, Borrachas para carimbos e Refis de tinta para carimbo, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I.

Recebimento dos Envelopes: 30/01/2018 até às 14:00 horas, no setor de Protocolo. Data da Sessão Pública: 30/01/2018 às 14:30 horas, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores, sito à Rua Pedro Alcântara de Freitas 125 – Centro – Barra Velha.

Coordenação do Processo: Pregoeira - Adriana Aparecida Penso Dias. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no endereço supra, horário:13:30 às 19:30 horas, ou no site <http://camarabarravelha.sc.gov.br> e <https://barravelha.atende.net>

Barra Velha, 16 de janeiro de 2018.

ALEX SANDRO CORREIA DOS SANTOS – Presidente
CHARLES SAINT-CLAIR HEIL – Advogado

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 002/2018 - PREF

Publicação Nº 1492031

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, COM ENTREGA PARCELADA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 29/01/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 29/01/2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 17 de Janeiro de 2018.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 35

Publicação Nº 1492343

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 08/01/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTO PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES – PNAC/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 20.466,80 (Vinte mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

CONTRATADO: JULIAN ODCAHOWOSKI & FILHOS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 103.634,98 (Cento e três mil, seiscentos e trinta e quatro reais, e noventa e oito centavos).

CONTRATADO: MAGALI REGINA FUCK NEGOSEK

VALOR: R\$ 1.635,00 (Um mil, seiscentos e trinta e cinco reais).

CONTRATADO: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

VALOR: R\$ 2.450,40 (Dois mil, quatrocentos e cinquenta reais, e quarenta centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 08 de Janeiro de 2018.

NATANAEL PIRES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 31

Publicação Nº 1491784

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 08/01/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA MUNICIPAL PAR O EXERCÍCIO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

CONTRATADO: V.R.C. ODACHOVWOSKI & CIA LTDA - EPP

VALOR: R\$ 476.400,00 (Quatrocentos e setenta e seis mil, e quatrocentos reais).

CONTRATADO: WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA.

VALOR: R\$ 948.100,00 (Novecentos e quarenta e oito mil, e cem reais).

Bela Vista do Toldo, (SC) 08 de Janeiro de 2018.

NATANAEL PIRES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Belmonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 005/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491675

DECRETO Nº 005/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

ESTABELECE PREÇOS PÚBLICOS DOS ATOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA A SEREM PRATICADOS NO MUNICÍPIO DE BELMONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas na Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 175/94, de 29 de setembro de 1994, Lei Municipal nº 525/2001, Decreto nº 030/2001, de 21 de maio de 2001, DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos no Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina os preços públicos a serem praticados e cobrados durante o exercício financeiro de 2018 para atos de vigilância sanitária, de acordo com o artigo 27 e incisos da Lei Municipal nº 175/94, combinados com a Lei Municipal nº 525/2001, de 26 de março de 2001, Decreto nº 030/2001, de 21 de maio de 2001, devida pela pessoa física ou jurídica que se utilizar os serviços constantes do anexo I, do presente Decreto.

Art. 2º O alvará sanitário somente será expedido mediante a apresentação do alvará de localização e alvará policial, quando for o caso.

Art. 3º As demais taxas dos atos da vigilância sanitária municipal tem como base a Tabela 11, atos da saúde, Lei Federal nº 8.505, de 28 de dezembro de 1991 e Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, de conformidade com a Lei Municipal nº 175/94, de 29 de 1994, art. 28.

Art. 4º As multas e juros obedecerão ao disposto no Código Tributário Municipal.

Art. 5º Ficam ratificados os valores cobrados até a presente data.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Belmonte-SC, 02 de janeiro de 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA.

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

ANEXO I

TABELA DOS PREÇOS PUBLICAS PARA O EXERCÍCIO 2018.

ITEM	TARIFAS DE EXPEDIENTE:													VALOR EM R\$
I	Vistoria sanitária a pedido da pessoa proprietária ou responsável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços que por sua natureza, uso, aplicação, comercialização, industrialização, transporte, armazenamento, divulgação, que possa interessar à saúde pública:													32,35
11	Vistoria	prévia:	vistoria	realizada,	sempre	para								
	instruir o	processo	para	concessão	de	alvará								
	sanitário:												32,35	
111	Concessão de alvará sanitário: entendido como													
	autorização	sanitária	para	funcionamento	de									
	esta be leci me ntos,	serviços	e	atividades	de									
	interesse da Vigilância Sanitária Municipal:													
													64,19	
IV	Concessão de licença especial: entendida como													
	autorização sanitária para realização de atividades													
	não enquadradas no inciso anterior:													64,19
V	Concessão de licença provisória: entendida como													
	autorização	sanitária	para	a	realização	de								
	atividades por prazo determinado, pré-determinado,													

	que não ultrapasse os 30 (trinta) dias:														64,19
VI	Fornecimento de certidões: declaração ou atestado														
	relativos		à	assentos			atribuíveis			a	Secretaria				
	Municipal da Saúde													5,37	
VII	Taxa de expediente:													4,80	
VIII	Protocolo:													4,80	
IX	Fornecimento de outros documentos:													5,37	
X	Análise		e	aprovação		sanitária		de	projetos			de			
	construção de residências ou apartamentos por m2:													0,43	

DECRETO Nº 141/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491666

DECRETO Nº 141/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

FIXA, EM REAIS, OS VALORES DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES PARA CÁLCULO DO ITBI E DO IPTU E DA TAXA DE COLETA DE LIXO PARA O EXERCÍCIO 2018, PRATICADOS NO MUNICÍPIO DE BELMONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar n. 026/2017 de 15 de dezembro de 2017, que institui o Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, no Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, os valores das tabelas para cálculo do ITBI, do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo a serem praticados a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto com relação à Taxa de Coleta de Lixo cujos valores serão aplicados a partir de 18 de março de 2018.

Art. 2º Os preços serão praticados de acordo com as tabelas constantes dos anexos I a IV, parte integrante deste Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Belmonte, SC, 22 de dezembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Sonia T. G. Morosini
Sec. da Administração

ANEXO II

Pauta de Valores das edificações

Padrão	Valor do m2, sendo um percentual sobre o CUB-MÉDIO/SINDUSCON-SC
Madeira	40% DO CUB = R\$ 698,85
Alvenaria	60% DO CUB = R\$ 1.048,28
Mista	20% DO CUB = R\$ 349,43

CUB = R\$ 1.747,12

ANEXO III

REFERENCIAL PARA CÁLCULO DO VALOR VENAL DOS IMÓVEIS RURAIS PARA FINS DO ITBI

EDIFICAÇÕES

Categoria	Valor do m2 da edificação em reais, conversao do % da UFRM
CONSTRUÇÕES ZONA URBANA	
Construções em alvenaria por m2 construído	UFRM: 37,82 REAIS: 84,72alvenaria: em m2té o limite de 2 de arrecadacao,açspectivo contribuinte.or cento) para os terrenos localizados na esquina da res
Construção mista por m2 construído	UFRM: 30,10 REAIS: 67,43
Construções em madeira beneficiada por m2 construído	UFRM: 17,20 REAIS: 38,53

Construção de madeira bruta com mais de 5anos por m2 de área construída	UFRM: 13,87 REAIS: 31,07
CONSTRUÇÕES DA ZONA RURAL	
Construção em alvenaria por m2 construído	UFRM: 25,80 REAIS: 57,80
Construção mista por m2 construído	UFRM:20,62 REAIS: 46,20
Construção de madeira beneficiada por m2 construído	UFRM: 17,25 REAIS: 38,64
Construção de madeira bruta por m2 construído	UFRM: 13,75 REAIS: 30,80
Construção de madeira bruta com mais de 5 anos por m2 construído	UFRM: 12 REAIS: 26,88

ÁREA DE TERRAS

Categoria	Valor do m2 da área em reais, conversão do % da UFRM
1ª Categoria: com um percentual de até 30% mecanizável	UFRM: 0,4560 REAIS: 1.02
2ª Categoria: com um percentual de até 50% de área mecanizável	UFRM: 0,9102 REAIS: 2,03
3ª Categoria: com um percentual acima de 50% de área mecanizável	UFRM: 1,3652 REAIS: 3,05

ANEXO IV

TAXA DE COLETA DE LIXO

CLASSIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA DO SERVIÇO	VALOR: EM REAIS, POR ANO
		2018
Residencial	Até três Vezes Por Semana	61,18
Comercial/prestador de serviço/Industrial	Até três vezes Por Semana	71,37

DECRETO Nº 142/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491668

DECRETO Nº 142/2017, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE OS VALORES E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELMONTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, em especial pelo Código Tributário Municipal instituído pela Lei Complementar n. 027/2017 DE 15 dezembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, em 1,94% (um virgula noventa e quatro por cento), ocorrido nos últimos doze meses, os valores praticados para a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, a qual passa para R\$ 224,0131, sendo utilizada para cálculo dos tributos municipais, exceto o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Parágrafo único. Ficam estabelecidas para o exercício 2018, as seguintes datas para pagamento do IPTU e da Taxa de Coleta de Lixo, em cota única e/ou parcelado, conforme segue:

- 1ª Parcela – 16/04/18;
- 2ª Parcela – 15/05/18;
- 3ª Parcela – 15/06/18;
- 4ª Parcela - 16/07/18

Parágrafo único. O imposto municipal disposto no caput deste artigo, quando pago em parcela única, com vencimento no dia 16 de abril de 2018, terá desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 1º Ficam atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, em 1,94% (um virgula noventa e quatro por cento), ocorrido nos últimos doze meses, os valores praticados para a Base de Cálculo, a qual passa para R\$ 1.453,29742, sendo utilizada para cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Ficam estabelecidas para o exercício de 2018 as seguintes datas para pagamento do ISS em cota única e/ou parcelado:

- 1ª Parcela – 16/04/18;
- 2ª Parcela – 15/05/18;
- 3ª Parcela – 15/06/18.

Parágrafo único. O imposto municipal disposto no caput deste artigo, quando pago em parcela única, com vencimento no dia 14 de abril de

2018, terá desconto de 20% (vinte por cento).

Art. 3º Ao ISS variável, fica atribuído o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da execução dos serviços, como data de pagamento sem acréscimo, salvo os serviços eventuais, que terão o seu vencimento na data final da prestação do serviço realizado.

Art. 4º Ficam estabelecidas, para o exercício de 2018, as seguintes datas para pagamento em cota única e/ou parcelado da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento:

- 1ª Parcela – 16/04/18;
- 2ª Parcela – 15/05/18;
- 3ª Parcela – 15/06/18.

Art. 5º Ficam atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, em 1,94% (um virgula noventa e quatro por cento), ocorrido nos últimos doze meses, os valores praticados para cobrança da Taxa Pelo Exercício do Poder de Polícia — Alvará Sanitário por estabelecimento, para o exercício financeiro de 2018, conforme segue:

- Parcela única – 17/08/2018.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Belmonte, SC, 22 de dezembro de 2017.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Sonia T. G. Morosini

Sec. da Administração.

DECRETO Nº 001/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491670

DECRETO Nº 001/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do art. 67, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º FÉRIAS COLETIVAS do período compreendido entre os dias 02 de janeiro a 31 de janeiro de 2017, nas Repartições Públicas Municipais.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica aos seguintes servidores: DIVANA FACIN SLAVIERO, JUSELENE LÚCIA BEVILÁQUA GIUMBELLI, LEILA MARIA BEVILÁQUA MORESCHI, LUIZ CARLOS LORENSKI, MARISETE RADKE, MELANIA ELISA WRONSKI FROZZA, JULIAN RUDJELE WILDNER, SONIA TERESINHA GIOMBELLI MOROSINI, EVANDRO ROCESKI, MARLI BERTOLETTI, LUISINHO GOMES, GILMAR ALVES DE LIMA ANTUNES, LENOIR KLEIN, LEONIR DILL, LUIZ CARLOS KOSVOSKI, MICHEL BERTÉ, CARLOS WATHIER, SONIA MOROSINI, PAULA KAROLINE SOARES, IDINAIR FERNANDO DA SILVA, JOACIR ALÉSSIO, JULIANE NITSCH, RAQUEL ROCESSKI, VALDIR GARBIM, RENATA GAWSKI, KARINE ZAMBIAZI, MARCIANE BARELLA, JÉSSICA MALMANN, LUCILAINE SOTILI, FABIO LUCIANO SIGOLIN, GHEISON PAULO ZAMBIASI, LUCAS PANCOTTE, ALESSANDRA CRISTINA DUTRA PELOSO, CLAUDINÉIA MARIA FANCK BEVILÁQUA, VANDERLEI ANDREOLLA, VOLMIR FROZZA, CLAUDIA MARISTELA KAPPAUM TEIXEIRA, RENATA GAWSKI, CASSIA PALOSKI, REGIANE SCHMIDT, INÊS SARTORI, SAMARA LUIZA OLIVEIRA FELINI, ADRIANA ANDREOLLA, CLEIDIANE MISTURA, HÉRICA ANGELA DALMONTE, JOACIR ALÉSSIO, MARCIANE GREZELE, ELIANE ALBARELLO, SOLANGE TARELI, ROSANE DOS SANTOS AVILA DE SOUZA, MARLI BERTOLETTI, CRISTINA GIONGO E CARLOS WATHIER.

Art. 3º Os servidores que, na data referida, não contarem com período aquisitivo completo, apenas gozarão as férias e receberão os valores proporcionais.

Art. 4º Durante o respectivo período, só será realizado EXPEDIENTE INTERNO, sendo que Município atenderá em horário normal, na Unidade Sanitária de Saúde, Cras bem como o Conselho Tutelar em vista suas atividades de cunho emergencial.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de início do período de gozo de férias.

Belmonte, SC 02 de janeiro de 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

Sonia T. G. Morosini

Sec. da Administração

DECRETO Nº 002/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491672

DECRETO Nº 002 /2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, DIA 08 JANEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Belmonte,

DECRETA:

Art. 1º Fica DECRETADO PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Belmonte, Estado de Santa Catarina, dia 08 de janeiro de 2018, dia que antecede ao dia de emancipação do Município de Belmonte, objetivando a economicidade administrativa e contenção de despesas da Municipalidade.

Art. 2º Os impostos, taxas, prestação de contratos e outras dívidas para com os cofres municipais, cujo vencimento coincide com a data descrita no artigo 1º, tem seu prazo prorrogado para pagamento sem acréscimos, até o 1º dia útil seguinte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte, SC 02 de janeiro de 2018.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NESTA DATA

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

DECRETO Nº 003/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491673

DECRETO Nº 003/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PARA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 8666/93 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENÉSIO BRESSIANI, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e ao disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Serão representantes da administração municipal, nos termos firmados pela mesma, inclusive os em execução, para fins do acompanhamento e fiscalização, estabelecido no artigo 67, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, os Secretários Municipais, da pasta em que ocorrer a respectiva despesa.

§ 1º Serão substitutos dos Secretários Municipais, na sua ausência ou impedimentos, o Assessor, quando houver, Chefe de Divisão ou equivalente e/ou servidor detentor de cargo comissionado ou efetivo que estiver na linha de comando do respectivo Secretário e por ele indicado.

§ 2º Quando o objeto do contrato for uma obra ou serviço de engenharia, ou que requeira conhecimentos ou habilidades específicas, o representante deverá, obrigatoriamente, ser detentor de habilitação, qualificação e conhecimento na área a ser fiscalizada.

§ 3º O representante de que trata o presente Decreto, terá sua designação inserida em cláusula específica no respectivo instrumento contratual, onde deverão constar, no mínimo, o nome, cargo e matrícula do mesmo, ao qual se dará ciência.

§ 4º Os contratos em execução obedecerão o disposto no caput, procedendo-se termos aditivos nos casos necessários.

Art. 2º Para fins de atendimento do que dispõe os parágrafos 1º e 2º, do Art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, serão entregues ao representante designado, cópia do instrumento contratual e todas as peças do processo no qual terá inserido, necessárias ou requeridas pelo mesmo, para o bom desempenho das atribuições sob a sua responsabilidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, de 02 de janeiro de 2018.

Genésio Bressiani

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Sonia T.G. Morosini

Sec. Da Administração

DECRETO Nº 004/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491674

DECRETO Nº 004/2018, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal, em Exercício de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67, inciso VI, XII e XXIII da lei Orgânica Municipal ,

DECRETA:

Art. 1º Ficam lotadas as máquinas da municipalidade que trata o presente Decreto, para exercício 2017, para efeito de realização de controle de serviços e despesas, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
MAQUINA	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO
MICROÔNIBUS VOLARE	MHX-6470	DIESEL	2005
ÔNIBUS MERCEDES BENS	LZW-7265	DIESEL	1992
ÔNIBUS CAMINHO DA ESCOLA ORE3	MKH – 2023	DIESEL	2014
ÔNIBUS CAMINHODA ESCOLA ORE 2	OKH-3354	DIESEL	3354
FIAT DUCATO MINIBUS	MAZ-7263	DIESEL	2006
UCATO MULTI JAEDI T	MJF 4241	DIESEL	2011
GABINETE			
GM/ASTRA	MJK1119	ALC./GAS.	2010
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS ESTRADAS VICINAIS			
MÁQUINA	PLACA	COMBUSTÍVEL	
MOTONIVELADORA CATERPILA 12G		DIESEL	1994
MOTONIVELADORA CATERPILAR	(2013) 120K	DIESEL	2013
RETRO ESCAVADEIRA CATERPILAR(MDA) 2013 416 E		DIESEL	2013
ROLO COMPACTADOR MULLER- MODELO VAP 70 LT 125HP	11.3 TON.	DIESEL	2014
ESCAVADEIRA HIDRAULICA JCB MODELO JS 160 LC 120 HP	MIN. 16.5 TON. MAX 19 TON	DIESEL	2014
CAMINHÃO 2729 PAC 2	MML 7515	DIESEL	2014
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E	TRANSPORTES	E URBANISMO	
DOBLO	MIF-5085	GAS/ALCOOL(FLEX)	2010
GM/CELTA BRANCO	MIN -5544	GASOLINA	2001
MÁQUINA	PLACA	COMBUSTÍVEL	
PÁ CARREGADEIRA MICHIGAN 55 C		DIESEL	
CAMINHÃO VOLKSVAGEM 13/13	LWS 2523	DIESEL	1984
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA			
RETROESCAVADEIRA JCB –3C PLUS		DIESEL	
SAVEIRO CL 1.6	AHW 4523	GASOLINA	1998
RETRO ESCAVADEIRA JCB 3C		DIESEL	2008
TRATOR MASSEY FERGUSON 4275/4 SÉRIE 4275364974		DIESEL	
FIAT/UNO MULLE SMART CIDASC	MCD 4062	GASOLINA	2001
FORD FIESTA	MGT-2922	GASOLINA	2006
TRATOR MASSEY FERGUSON MODELO MF4292/4 C/110 CV SE-RIE4292373835. (01)		DIESEL	2013
TRATOR MASSEY FERGUSON MODELO MF4292/4 C/110 CV SERIE 4292394075 .(02) 2014		DIESEL	2014
CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6x4	MCU-4890	DIESEL	2013
CAMINHÃO IVECO/VERTIS 90V18	QHR-5773	DIESEL	2015
CAMINHÃO FORD CARGO 2629 6X4	QHT 3511	DIESEL	2015
TRATOR NEW HOLLAND TL/75E			2016
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
AMBULÂNCIA PEGEOT	MHX-6430	DIESEL	2006
CHEVROLET/CORSA CLASSIC	MIO-1373	GAS/ALCOOL(FLEX)	2011
COBALT 1.8 LT	QHD 3325	ALCOOL/GASOLINA	2014
CORSA CLASSIC ANO 2015	QHJ 4482	ALCOOL/GASOLINA	2015
UCATO MULTI JAEDI	QHB 7865	DIESEL	2014
AMBULÂNCIA	QID 5248	DIESEL	2016

FOR KA 1.5	QIS 6152	ALCOOL/GASOLINA	2017
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
CORSA CLASSIC LS	MLU-9256	ALCOOL/GASOLINA	2013
VOYAGE	MKJ-2920	ALCOOL/GASOLINA	2013

Art.2º Caberá a cada Secretaria Municipal coordenar os serviços, controlar e requisitar junto ao Departamento de Compras as autorizações de despesas.

Art.3º Não serão recebidos serviços e/ou requisições de despesas contrárias ao presente Decreto.

Art.4º Ficam revogados na íntegra os Decretos nº 095/2017.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Belmonte, SC 02 de janeiro de 2018.

GENÉSIO BRESSIANI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

Sonia T.G. Morosini

Sec. da Administração

Benedito Novo**PREFEITURA****HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017**

Publicação Nº 1491681

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017
HOMOLOGAÇÃO FINAL DAS INSCRIÇÕES

O Senhor JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público conforme segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes no Anexo I deste ato.

Município de Benedito Novo, 15 de janeiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2017**ANEXO I**
INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**Agente Administrativo A**

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	89	Braian Vagner Vandal	11/03/1991	Homologada
2	41	Brenda Tainá Vandal	08/03/1999	Homologada
3	111	Carla Carol Venturi	26/03/1997	Homologada
4	23	Douglas Kaucz	28/12/1996	Homologada
5	85	Emanuel Devigili Langa	02/07/1999	Homologada
6	34	Giovana Milena Koslowski	22/11/1999	Homologada
7	39	Isamara Carolina Mauricens	05/12/1995	Homologada
8	20	Ivalnira Krieser	30/09/1959	Homologada
9	24	Jaine de Quadros	22/06/1997	Homologada
10	7	Jair Zanella Junior	05/05/1999	Homologada
11	52	Jessica Clarice Krieser	07/12/1996	Homologada
12	47	Pablo Luan Santiago	04/09/1995	Homologada
13	116	Priscila Radatz Steuck	01/11/1993	Homologada
14	105	Resonia Kuster Loppnow	05/05/1976	Homologada
15	68	Rosely Bernadete Buzzi Mazzi	09/11/1968	Homologada
16	18	Tainá Laise Andruchechen	19/05/1998	Homologada

Auxiliar de Creche

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	69	Aline Tomelin	29/09/1987	Homologada
2	57	Amanda Kuzava	08/10/1990	Homologada
3	49	Danielle Thaís Felippi	23/04/1999	Homologada
4	44	Danyele Luiza Vicente Mafra	28/11/1991	Homologada
5	101	Kelly Tatiane Silva da Paz	28/04/1989	Homologada
6	33	Maiara Luiza Bertram	17/03/1999	Homologada
7	100	Schirley Lidiane Teske Pasquali	22/05/1982	Homologada
8	26	Tamires Pacher de Moraes	28/09/1992	Homologada
9	1	Thais Buzzi	14/06/1993	Homologada

Auxiliar de Serviços Gerais I

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	30	Analise Amaral	27/05/1997	Homologada
2	3	Janete Aparecida Ramos	27/08/1970	Homologada
3	59	Marevane de Ramos Bertoldi	13/04/1994	Homologada

Auxiliar de Serviços Gerais II

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	50	Janete Kilin	27/10/1985	Homologada

2	4	Juliana Bloedorn Klitzke	12/06/1986	Homologada
3	43	Leonida Bona	11/07/1961	Homologada
4	2	Marizete Dalcanale Uber	30/06/1964	Homologada
5	91	Rose-Mary Latzke Draeger	05/07/1969	Homologada

Auxiliar Esportivo

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	90	Edemir Draeger	28/03/1968	Homologada
2	40	Francielli Hedler	17/08/1998	Homologada
3	53	Lucas Vagner Alvim	19/03/1995	Homologada
4	16	Marco Antonio Ferreira	22/05/1968	Homologada
5	17	Osnir José Largura	02/12/1962	Homologada

Dentista

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	77	Ewandro Carlos Berretta Filho	21/12/1990	Homologada
2	96	Ivan Sergio Longo	14/06/1974	Homologada
3	70	Naira Vendrami Villagran Peres	15/05/1979	Homologada
4	64	Sabrina Ehmke	16/10/1990	Homologada

Fiscal de Postura

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	104	Alberto Kim Bogo Agostini	09/02/1984	Homologada
2	117	Alexia Micheli Nascimento dos Santos Ramalho	01/04/1996	Homologada
3	29	Bruno Pereira da Silva	21/07/1994	Homologada
4	27	Cristiane Rachadel	07/05/1994	Homologada
5	19	Douglas Petersen	25/12/1992	Homologada
6	15	Flavio Bazzanella Junior	22/05/1982	Homologada
7	97	Gabriel Luz Brol	31/05/1999	Homologada
8	95	Giovana Karoline Persuhn	01/12/1998	Homologada
9	58	Jacqueline Patricia Kannenberg Ermonge	17/09/1991	Homologada
10	75	Jean Carlo Griten	21/07/1988	Homologada
11	62	Jefferson Reimundo Kirsten	09/01/1979	Homologada
12	56	Jéssica Melissa Martins	01/09/1995	Homologada
13	118	Joana dos Anjos Felipe Roizen Leal	04/05/1974	Homologada
14	93	Josemar Withoeft	22/05/1990	Homologada
15	84	Larissa Voltolini	26/12/1994	Homologada
16	63	Maria Teresa de Souza Wagner	22/06/1963	Homologada
17	28	Marlon Domingos Silva dos Santos	01/07/1982	Homologada
18	25	Neusa Caroline Walker	21/03/1998	Homologada
19	92	Paulo Geovani Negredo	08/06/1983	Homologada
20	102	Rogério Batista Buzzi	14/08/1987	Homologada
21	32	Ronaldo Habitzreuter	06/11/1962	Homologada

Instrutor de Esportes

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	115	Andreia Engel	25/07/1996	Homologada
2	51	Bruno Poeta	05/08/1991	Homologada
3	107	Estevan Augusto Paiffer	14/03/1994	Homologada
4	81	Felipe Afonso Paulo Müller	24/01/1995	Homologada
5	35	Marcos Eduardo Hammermeister	01/12/1996	Homologada
6	103	Paulo Juvencio Hinsching Cardoso	20/04/1990	Homologada

Médico I

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	76	Etevaldo Nogueira Lima Sobrinho	29/09/1987	Homologada
2	73	Marcos Bonmann	08/12/1965	Homologada

Professor I-20

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	82	Aline Schmitt	06/12/1988	Homologada
2	13	Camila Ninow	16/11/1994	Homologada
3	99	Cleonice Aparecida Luz	02/02/1971	Homologada
4	80	Crislaine Leticia Dada	19/01/1993	Homologada

5	72	Fabiane Aline Ewald	26/08/1982	Homologada
6	37	Franciele Kamke	22/07/1992	Homologada
7	12	Greici Luana Rodrigues	11/07/1996	Homologada
8	86	Iduivirgem Devigili Langa	19/05/1967	Homologada
9	5	Jalciria Elisete Martins Zatti	17/05/1971	Homologada
10	88	Jamaica Suellen Bell Saraiva	23/06/1992	Homologada
11	38	Janice Marcarini	23/06/1998	Homologada
12	110	Jurema Cilene Ferreira Rosa	03/07/1978	Homologada
13	21	Lucia Fatima Kisner Moser	25/04/1982	Homologada
14	46	Marcia Becker Mendes	23/10/1968	Homologada
15	61	Mariana Maas Zanella	20/01/1966	Homologada
16	42	Marize Muller Mayer	17/11/1989	Homologada
17	79	Naira Luisa Holdorf Lazzarini	26/06/1986	Homologada
18	109	Neide Girardi Longo	19/06/1975	Homologada
19	6	Noeli Scheffer Cartilho	31/12/1966	Homologada
20	83	Patricia Luana Mayer	01/03/1995	Homologada
21	45	Rafaele Chaiane Gessner Zickuhr	10/05/1995	Homologada
22	9	Rosangela Wolter	20/12/1979	Homologada
23	54	Roseleia Hochsprung Adam	31/05/1984	Homologada
24	71	Roseli Maria Alvize Bona	16/03/1966	Homologada
25	65	Simone Kuester Neves	01/10/1987	Homologada

Professor I-40

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	60	Adriana Simone Koepsel	27/12/1978	Homologada
2	112	Ana Luiza Moccasin Zuffo	07/09/1988	Homologada
3	108	Andressa Caroline Arendt	13/03/1995	Homologada
4	98	Evanilde Silva Freitas	28/04/1973	Homologada
5	36	Gesiele Samantha dos Santos	10/05/1992	Homologada
6	67	Joseane de Oliveira	12/10/1986	Homologada
7	114	Juliana Adam	03/09/1979	Homologada
8	113	Juliana Ouriques	16/10/1996	Homologada
9	66	Jusiele Mirlene Janke Joenck	09/06/1992	Homologada
10	78	Maria Fernandes Belem	14/01/1978	Homologada
11	74	Marileia Trento	30/10/1995	Homologada
12	55	Poliana Sobrinho	06/03/1998	Homologada
13	22	Sandra Regina Schuetze Alves Reis	08/07/1974	Homologada
14	11	Silvana Regina Vargas Erdmann	16/08/1986	Homologada
15	94	Silvia Schussler Persuhn	14/10/1981	Homologada
16	106	Zelia Teresinha Schneider	06/03/1974	Homologada

Servente

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	10	Isabel Natana de Souza	11/01/1992	Homologada
2	14	Joilson Geier Moraes	06/04/1992	Homologada
3	48	Jurema Goreti Girardi Santiago	18/07/1963	Homologada
4	87	Silvia de Souza Pereira	26/05/1973	Homologada

Técnico em Enfermagem

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	31	Cleusa Regina Campestrini	06/07/1977	Homologada

Técnico em Enfermagem - ESF

Seq.	N. Inscr.	Nome	Nascimento	Situação
1	8	Juliana Meira Genske	01/01/1983	Homologada

Biguaçu

PREFEITURA

PORTARIA Nº 85/2018

Publicação Nº 1491769

PORTARIA nº 85 de 16 de janeiro de 2018

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, SANDRO PERES MACHADO, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO – CC5, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 15/01/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/01/2018.

Biguaçu, 16 de janeiro de 2018.

DANIEL CESAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 86/2018

Publicação Nº 1491770

PORTARIA Nº 86 de 16 de janeiro de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 31/2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11, de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 31 de 05 de janeiro de 2018, em nome de NACET TOMAZ DE SOUZA, na qual nomeia para o cargo comissionado de DIRETOR DE ACOMPANHAMENTO EXTERNO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 05/01/2018.

Biguaçu, 16 de janeiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 87/2018

Publicação Nº 1491951

PORTARIA Nº 87 de 16 de janeiro de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 42/2018, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11, de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 42 de 05 de janeiro de 2018, na qual Instaura Processo Disciplinar para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Leandro Michel Althof, ocupante do cargo efetivo de Motorista III; por possível infração praticada no exercício de suas atribuições.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 05/01/2018.

Biguaçu, 16 de janeiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PP 01/2018 PMB

Publicação Nº 1492408

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 01.2018 PMB

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER - SECETUL, DESENVOLVENDO ATIVIDADES ESPORTIVAS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 09:45 horas, do dia 29 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 10:00 horas, do dia 29 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 16 de janeiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

PP 02/2018 - PMB

Publicação Nº 1492422

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 02.2018 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 29 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 29 janeiro de 2018, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 16 de janeiro de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 10/2017

Publicação Nº 1492258

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 010/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIGA CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI EPP.

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 2717/2017.

Objeto: Execução de Obra de Ampliação de Pavilhão Industrial com área de 180 m², na área Industrial no Município de Bom Jesus do Oeste.

Valor: R\$ 117.460,75 (Cento e dezessete mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos).

Vigência: 16 de janeiro de 2018 a 16 de maio de 2018.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 9/2017

Publicação Nº 1492263

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: INTELECTUS CURSOS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL SS LTDA

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 37.950,00 (trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais).

Vigência: 01 de Fevereiro de 2018 a 30 de Novembro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5129/2018

Publicação Nº 1492029

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5129/2018 de 16 de janeiro de 2018.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02/2018, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as leis nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5120/2018 de 02 de Janeiro de 2.018, sob o Processo de Licitação nº 02/2018, que tem por objeto Contratação de serviço de assessoria e planejamento educacional com atuação na secretaria da educação no Exercício de 2018.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	INTELECTUS CURSOS E ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL SS LTDA	Assessoria e planejamento educacional com atuação na secretaria da educação, para promover o planejamento educacional, para elaboração e aplicação de projeto de cursos de aperfeiçoamento para professores e alunos com carga horária de 20 horas semanais, desenvolver propostas de adequação e atualização da legislação voltada ao magistério no período de fevereiro a novembro de 2018	10	37.950,00

Trinta e sete mil novecentos e cinquenta reais

37.950,00



Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 16/01/18.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5130/2018

Publicação Nº 1492032

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5130/2018 de 16 de janeiro de 2018

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 02717/2017, dando outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5119/2018 de 02 de janeiro de 2.018, sob o Processo de Licitação nº. 02717/2017, que tem por objeto Execução de Obra de Ampliação de Pavilhão Industrial com Área de 180 m2.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	Viga Construtora e Incorporadora Eirelli EPP	Execução de Obra de Ampliação de Pavilhão Industrial com área de 180 m² conforme memorial descritivo, planilha orçamentaria, cronograma físico financeiro e demais anexos contidos no edital	1	117.460,75

Cento e dezessete mil quatrocentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos	117.460,75
--	------------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC, aos 16/01/18.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N º 07/2018

Publicação Nº 1492467

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 51/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2018

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 30 de janeiro de 2018, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a Aquisição de Gêneros de Alimentação para manutenção da merenda escolar para o exercício de 2018.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e Lei Complementar Municipal nº. 1.060/2017 e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesus-dooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 17 de janeiro de 2018.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

MINUTA EDITAL TP 02/2018

Publicação Nº 1491892

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Tomada de Preços 02/2018 para Serviço de coleta dos resíduos sólidos urbanos, separação e transporte dos resíduos sólidos urbanos e rurais gerados pelo município de Bom Retiro, em aterro sanitário licenciado, localizado a cerca de 76km do município. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 01/02/18 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de janeiro de 2018.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA PP 09/2018

Publicação Nº 1491743

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 09/2018 para Aquisição de frutas, verduras e legumes, para as Secretarias Municipais, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 30/01/18 as 14h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de janeiro de 2018.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

MINUTA PP 10/2018

Publicação Nº 1491744

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2018

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 10/2018 para fornecimento mensal de 20 (vinte) cestas básicas de alimentos e produtos de higiene, para pessoas economicamente vulneráveis, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 31/01/18 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 09:00/12:00 das 13:30/17:00. Edital disponível no website oficial: www.bomretiro.sc.gov.br. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de janeiro de 2018.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

PL01/2018-INEXIGIBILIDADE Nº01/2018-AUTO POSTO BOTUVERA LTDA

Publicação Nº 1492477

MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 01/2018 – Inexigibilidade nº01/2018

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC, torna público o Processo de dispensa inexigibilidade nº01/2018, para aquisição de COMBUSTÍVEIS EM GERAL, para secretarias e fundos da administração municipal, em favor da empresa AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA, Avenida Paulo VI, 199, centro, cidade de Botuverá/SC, CNPJ: 82.722.646/0001-47.

Processo completo disponível no setor de LICITAÇÕES da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, BOTUVERÁ-SC. Informações: Fone/Fax (47) 3359-1170, www.botuvera.sc.gov.br, e-mail licitacao@botuvera.sc.gov.br.

Botuverá, 15 de Janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito

PORTARIA Nº 0052018

Publicação Nº 1491800

PORTARIA Nº 005/2018

"Nomeia membros da Comissão Permanente de Licitação, e dá outras providências."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações:

Resolve:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros para formar a Comissão Permanente de Licitações deste Município a partir de 11 de Janeiro de 2018:

Membros Efetivos:

Presidente: Cléber José Costa
Secretário: Rogério Comandoli
Membro: Fábio Maestri Bagio

Membros Suplentes:

João Kennedy Paulini
Maiara Jordão
Márcio Adriano de Oliveira
Ana Cláudia Victorino
Arno Carlos Wilbert
Luã Roberto Leite

Pregoeiros:

Aurélio Augusto Batista Tormena
Márcio Adriano de Oliveira
João Kennedy Paulini

Equipe de Apoio:

Aurélio Augusto Batista Tormena
Fábio Roberto Olinger Eltermann
Maiara Jordão
Cleber José Costa
Luã Roberto Leite

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, gerando efeitos a partir de 11 de janeiro de 2018.

Botuverá(SC), 16 de janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006-2018 - FISCAIS DE CONTRATOS

Publicação Nº 1492410

PORTARIA Nº 006/2018

“Nomeia gestores e fiscais de contratos administrativos, convênios, bem como de toda e qualquer aquisição de material, serviços e repasses de recursos no âmbito do município de Botuverá”.

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 73, VII, X e XV da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no Inquérito Civil 06.2017.00003268-0 da 3ª Promotoria de Justiça da Comarca de Brusque, resolve:

Art 1º - Designar gestores e fiscais para cada um dos contratos onde o Município de Botuverá é contratante, independente do objeto do mesmo, em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 e demais legislação relacionada.

Art. 2º - A presente portaria será publicada no site e no mural da Prefeitura para conhecimento da população, como forma de possibilitar queixas ou reclamações em relação ao objeto de cada contrato.

Art. 3º - Os membros nomeados para o fiel cumprimento da presente Portaria são os que seguem:

Número	Contratado/Convênio	Objeto	Servidor: Fiscal/Gestor
27/2017	AUTO POSTO BOTUVERÁ LTDA	COMBUSTÍVEIS DIVERSOS	Vilson José Ganesini Fiscal/Gestor
28/2017	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	ARRECAÇÃO DE CONTAS	Cléber José Costa Fiscal/Gestor
29/2017	LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA EPP	SERVIÇO TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, PUBLICAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DE EFEITO EXTERNO DESTE MUNICÍPIO.	Rodrigo Ivan Lazzarotti Fiscal/Gestor
30/2017	ULISSES DONIZETE RAMOS	LEILÃO DE PATRIMÔNIO	Márcio Francisco Colombi Fiscal/Gestor
31/2017	COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	Marilene M. Assini Fiscal/Gestor(a)
31/2017	MEDIANEIRA PARTICIPAÇÕES LTDA EPP	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES/FINALIZAÇÃO DA OBRA ACADEMIA DE SAÚDE	Ana Cláudia Victorino Fiscal/Gestor(a)
33/2017	CDS PROMOÇÕES DE EVENTOS MUSICAIS LTDA ME	CONTRATAÇÃO DE BANDA	Jeferson André Mariani Fiscal/Gestor
34/2017	TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP	LINK DE INTERNET E TELEFONIA	Rogério Comandolli Fiscal/Gestor
35/2017	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DISPONIBILIZANDO O DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), GESTÃO DE OBRAS, GESTÃO TRIBUTÁRIA - GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL, GESTÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - GNOTA, REGISTRO MERCANTIL INTEGRADO - REGIM APROVADO PELO CIGA	Cléber José Costa Fiscal/Gestor
36/2017	ANSELMO SCHMOLLER ME	GRADES DE FERRO	Jeferson André Mariani Fiscal/Gestor

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá (SC), 16 de janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇOS 1 2018

Publicação Nº 1488559

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 4/2018
EDITAL DE LIC. TOMADA DE PREÇOS 1/2018

O Município de Braço do Trombudo – SC, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06/02/2018, às 08h30min, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, visando Contratação de empresa para reforma da Creche na Rua Bernhard Wetzel, 145, Centro, Município de Braço do Trombudo- SC, conforme Edital e Anexos. Informações pelo fone 47 3547-0179 e pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site www.bracodotrombudo.sc.gov.br.

Braço do Trombudo, em 11 de janeiro de 2018.
Vilberto Muller Schovinder - Prefeito Municipal em exercício

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº23/2017 PMBT

Publicação Nº 1476110

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017

Número do Registro de Preços: 23/2017		Data do Registro: 16/10/2017		Válido até: 16/10/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica (PC) para a Secretaria de Obras de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Contratação de serviço com escavadeira hidráulica (PC) com peso acima de 15 toneladas (20594)	HORA	V. FERNANDES & CIA LTDA (8200)	CARTEPIILLAF	0	164,0000	1
			TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA - ME (9024)	HYUNDAI	0	165,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 23/2017		Data do Registro: 16/10/2017		Válido até: 16/10/2018			
Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica (PC) para a Secretaria de Obras de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA. (9027)	MG	0	213.3000	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2017

Número do Registro de Preços: 23/2017 Data do Registro: 16/10/2017 Válido até: 16/10/2018

Objeto da Compra: Registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de escavadeira hidráulica (PC) para a Secretaria de Obras de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2017

PROCESSO Nº 39/2017

(8200) - V. FERNANDES & CIA LTDA

(9024) - TERRAPLENAGEM RODRIGUES & SILVA LTDA - ME

(9027) - CONSTRUÇÃO CIVIL M G LTDA.

Braço do Trombudo, 16 de Outubro de 2017.

Brunópolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 03/2018

Publicação N° 1491956

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 03/2018 – Edital de Pregão Presencial nº 01/2018

Objeto: Aquisição de Medicamentos genéricos e de referência de acordo com tabela/catálogo ABC FARMA. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 30/01/2018, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Selmo Heck, 2405, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet www.brunopolis.sc.gov.br. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.087- 2018

Publicação Nº 1492687

DECRETO nº 8.087, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
Revoga o Decreto nº 8.037, de 18 de outubro de 2017.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 8.037, de 18 de outubro de 2017, que dispôs sobre a adoção de medidas administrativas para contenção de despesas na Administração Pública Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de janeiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 079-2018- IBPREV

Publicação Nº 1492690

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 079/2018

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a
Adalberto Kohler

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.064/2017, e com fundamento no artigos 33, I, c, 62 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 3º da Emenda Constitucional nº. 47/2005.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 434/2017, benefício de Aposentadoria Voluntária a ADALBERTO KOHLER, CPF 416.548.389-34.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/01/2018, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 16 de janeiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

RECURSOS HUMANOS

Diretora

PORTARIA Nº 4315-2017

Publicação Nº 1492688

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 4315/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
724793	0	JOEL TOMELIN MACHADO	Secretaria de Saúde	04/12/2017	02/01/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 07 de Dezembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 4352-2017

Publicação Nº 1492689

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº 4352/2017

A Secretaria Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017, para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1031627	0	BEATRIZ BAUMGARTNER LIRA	Secretaria da Fazenda	11/12/2017	09/01/2018	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Dezembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária da Fazenda

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE ABERTURA PARA CREDENCIAMENTO Nº 17-2017 - CONSULTAS PEDIÁTRICAS

Publicação Nº 1492091

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
PROCESSO DE LICITAÇÃO 42/2017 – CREDENCIAMENTO –
17/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EDITAL: CREDENCIAMENTO Nº 17/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA PARA ATENDER NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE .
ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/01/2018 até às 18hrs30min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/01/2018. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 16 de dezembro de 2017.
ADEMAR SCHMITZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2017 DESERTO - CONSULTAS PEDIÁTRICAS

Publicação Nº 1492001

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 42/2017 – CREDENCIAMENTO –
17/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EDITAL: CREDENCIAMENTO Nº 17/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA PARA ATENDER NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE .
ENTREGA DOS ENVELOPES: 26/01/2018 até às 18hrs30min.
ABERTURA DOS ENVELOPES: 26/01/2018. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 16 de dezembro de 2017.

ADEMAR SCHMITZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAUDE

DECRETO Nº 7.380

Publicação Nº 1492620

DECRETO Nº 7.380, de 16 de janeiro de 2018.
Estabelece as Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso Mensal para o exercício de 2018.

O VICE-PREFEITO, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Caçador, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79,

inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidas as Metas Bimestrais de Arrecadação das Receitas Municipais nos termos do art. 13 da Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000, conforme Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. Ficam estabelecidos os Cronogramas de Desembolso Mensal nos termos do art. 8º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de janeiro de 2018.

ALENCAR MENDES – Prefeito Municipal em exercício.

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN – Secretário da Fazenda.

TERMO ADITIVO N.º 01/2017 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 63/2017

Publicação Nº 1492552

TERMO ADITIVO N.º 01/2017 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 63/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA, para a execução dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano. A CONTRATADA fará a execução dos serviços de trabalhos ambientais e de planejamento urbano será mediante o regime de empreitada por preço unitário. O preço será fixado por unidade determinada (hora técnica por profissional) e os pagamentos corresponderão à medição dos serviços efetivamente executados conforme Resolução no 0052/2016 e sua alteração (Resolução 0025/2017). O valor deste Termo Aditivo tem por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2018. Diante das alterações descritas nas cláusulas anteriores, o valor contratual total dos serviços prestados pelo CIMCATARINA, para o período do exercício 2018, é R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). O presente Termo Aditivo passa a vigor em 31 de dezembro de 2017 até 31 de março de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, observando o limite legal remanescente, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como em conformidade com o respectivo Contrato (e Aditivo, se houver) firmado pelas partes.

DECRETO Nº 7.380 - ANEXOS I E II

Publicação Nº 1492621

ANEXO I**METAS BIMESTRAIS DE RECEITA DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO****RECEITA ESTIMADA PARA 2018**

RECEITAS CORRENTES	202.858.345,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	29.818.865,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	9.053.499,00
RECEITA PATRIMONIAL	11.808.477,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	149.359.226,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.442.861,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-16.238.683,00
RECEITAS CORRENTES INTRA	13.614.100,00
RECEITAS DE CAPITAL	40.867,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.260,00
ALIENAÇÃO DE BENS	37.507,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.100,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00
RECEITAS DE CAPITAL INTRA	0,00
TOTAL	202.899.212,00

METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO

PERCENTUAL	18,98%	16,14%	16,09%	16,98%	16,35%	15,45%
	1 BIMESTRE	2 BIMESTRE	3 BIMESTRE	4 BIMESTRE	5 BIMESTRE	6 BIMESTRE
RECEITAS CORRENTES	38.502.513,88	32.741.333,00	32.639.903,00	34.445.344,00	33.167.336,00	31.361.915,12
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.659.620,58	4.812.764,00	4.797.855,00	5.063.243,00	4.875.384,00	4.609.998,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	1.718.354,11	1.461.234,00	1.456.707,00	1.537.284,00	1.480.247,00	1.399.672,89
RECEITA PATRIMONIAL	2.241.248,93	1.905.888,00	1.899.983,00	2.005.079,00	1.930.685,00	1.825.593,07
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.348.381,09	24.106.579,00	24.031.899,00	25.361.196,00	24.420.233,00	23.090.937,91
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.033.055,02	878.477,00	875.756,00	924.197,00	889.907,00	841.468,98
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	(3.082.102,03)	(2.620.924,00)	(2.612.805,00)	(2.757.329,00)	(2.655.025,00)	(2.510.497,97)
RECEITAS CORRENTES INTRA	2.583.956,18	2.197.315,00	2.190.508,00	2.311.674,00	2.225.905,00	2.104.741,82
RECEITAS DE CAPITAL	7.755,00	6.594,00	6.573,00	6.937,00	6.681,00	6.327,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	239,00	203,00	202,00	213,00	206,00	197,00
ALIENAÇÃO DE BENS	7.118,00	6.053,00	6.034,00	6.368,00	6.132,00	5.802,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	398,00	338,00	337,00	356,00	343,00	328,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL INTRA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	38.510.268,88	32.747.927,00	32.646.476,00	34.452.281,00	33.174.017,00	31.368.242,12

Município de Caçador, 16 de Janeiro de 2018

ALENCAR MENDES
Prefeito Municipal

OSÓRIO ELIAS TIMMERMAN
Secretário Mun. da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador – CRC 028.242/O-2

RAFAEL GARCIA GUILARDI
Contador – CRC 095.972/O-3

ANEXO II**CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO ORÇAMENTO CONSOLIDADO****DESPESA FIXADA PARA 2018**

DESPESAS CORRENTES	175.304.591,00
PESSOAL E ENCARGOS	105.591.712,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	225.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.487.879,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.417.760,00
INVESTIMENTOS	10.867.209,00
INVERSÃO FINANCEIRA	350.551,00
AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	6.200.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	124.751,00
RESERVA DO RPPS	10.052.110,00
TOTAL	202.899.212,00

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO MENSAL

PERCENTUAL	8,05%	10,93%	8,38%	7,76%	7,63%	8,46%
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
DESPESAS CORRENTES	14.112.018,00	19.160.791,00	14.690.524,00	13.603.635,00	13.375.739,00	14.830.767,00
PESSOAL E ENCARGOS	8.500.132,00	11.541.174,00	8.848.585,00	8.193.916,00	8.056.647,00	8.933.058,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	18.112,00	24.592,00	18.855,00	17.460,00	17.167,00	19.035,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.593.774,00	7.595.025,00	5.823.084,00	5.392.259,00	5.301.925,00	5.878.674,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.402.129,00	1.903.760,00	1.459.608,00	1.351.617,00	1.328.975,00	1.473.541,00
INVESTIMENTOS	874.810,00	1.187.785,00	910.672,00	843.295,00	829.168,00	919.365,00
INVERSÃO FINANCEIRA	28.219,00	38.315,00	29.376,00	27.202,00	26.747,00	29.656,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	499.100,00	677.660,00	519.560,00	481.120,00	473.060,00	524.520,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.042,00	13.635,00	10.454,00	9.680,00	9.518,00	10.553,00
RESERVA DO RPPS	809.194,00	1.098.695,00	842.366,00	780.043,00	766.975,00	850.408,00
TOTAL	16.333.383,00	22.176.881,00	17.002.952,00	15.744.975,00	15.481.207,00	17.165.269,00

PERCENTUAL	9,14%	7,84%	8,53%	7,82%	7,34%	8,12%
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
DESPESAS CORRENTES	16.022.839,00	13.743.879,00	14.953.481,00	13.708.818,00	12.867.356,00	14.234.744,00
PESSOAL E ENCARGOS	9.651.082,00	8.278.390,00	9.006.973,00	8.257.271,00	7.750.431,00	8.574.053,00
JUROS DE EMPRÉSTIMOS	20.565,00	17.640,00	19.192,00	17.595,00	16.515,00	18.272,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.351.192,00	5.447.849,00	5.927.316,00	5.433.952,00	5.100.410,00	5.642.419,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.591.982,00	1.365.552,00	1.485.734,00	1.362.068,00	1.278.463,00	1.414.331,00
INVESTIMENTOS	993.262,00	851.989,00	926.972,00	849.815,00	797.653,00	882.423,00
INVERSÃO FINANCEIRA	32.040,00	27.483,00	29.902,00	27.413,00	25.730,00	28.468,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	566.680,00	486.080,00	528.860,00	484.840,00	455.080,00	503.440,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.402,00	9.780,00	10.641,00	9.755,00	9.156,00	10.135,00
RESERVA DO RPPS	918.762,00	788.085,00	857.444,00	786.075,00	737.824,00	816.239,00
TOTAL	18.544.985,00	15.907.296,00	17.307.300,00	15.866.716,00	14.892.799,00	16.475.449,00

Município de Caçador, 16 de Janeiro de 2018

ALENCAR MENDES
Prefeito Municipal

OSÓRIO ELIAS TIMMERMAN
Secretário Mun. da Fazenda

SÉRGIO INHAIA
Contador – CRC 028.242/O-2

RAFAEL GARCIA GUILARDI
Contador – CRC 095.972/O-3

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 001 - 2018 - EXONERA OS ASSESSORES PARLAMENTARES MARINÊS E MOYSES**

Publicação Nº 1492618

PORTARIA Nº 01 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera Assessores Parlamentares de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento no art. 27 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar dos cargos em comissão de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Classe Assessoramento, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, a partir de 15 de janeiro de 2018, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências, os servidores a seguir:

MARINÊS DELAVECHIA COLAÇO e MOYSES ALEXANDRE MACHADO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 15 de janeiro de 2018

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

PORTARIA 002 - 2018 - NOMEIA ASSESSORA PARLAMENTAR JULIANA

Publicação Nº 1492619

PORTARIA nº 002 de 16 de janeiro de 2018.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 10 e 33, III da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JULIANA APARECIDA GOMES para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar a servidora acima mencionada para prestar assessoramento ao vereador Marcos da Silva Creminácio.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 16 de janeiro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

PORTARIA 003 - 2018 - NOMEIA ASSESSOR PARLAMENTAR MARCOS

Publicação Nº 1492622

PORTARIA nº 003 de 16 de janeiro de 2018.

Nomeia Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador e com fundamento nos arts. 10 e 33, III da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear MARCOS PAULO BATISTA DE SOUZA para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, Nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme Anexo II da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador, e dá outras providências.

Art. 2º Designar o servidor acima mencionado para prestar assessoramento ao vereador Moacir Elvis Dagostini.

Art. 3º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 16 de janeiro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

PRESIDENTE

Caibi

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

Publicação Nº 1492348

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 012/2018 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 003/2018, que tem por objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviço para transporte de pacientes do município de Caibi até a cidade de Chapecó-SC, ida e volta do tipo menor preço – Unitário cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do 29 de Janeiro de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, fone (49)3648-0211 e a integral do edital estará disponível no site www.caibi.sc.gov.br. Caibi –SC 16 de Janeiro de 2018. SIDNEI BELLÉ – Secretário de Saúde .

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2017 - PMC

Publicação Nº 1491948

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 126/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 001/2018 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS A VAREJO ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 16/01/2018
1ª Publicação.

DECRETO N.º 3.316/2018

Publicação Nº 1492442

DECRETO N.º 3.316/2018

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação a área de terra que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo artigo 79, incisos VI e VII, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que a presente desapropriação contribuirá para a melhoria da mobilidade urbana no Município de Camboriú;

CONSIDERANDO o caso de utilidade pública previsto na alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 4.420,44m² (quatro mil quatrocentos e vinte metros e quarenta e quatro centímetros quadrados), localizado na ESTRADA GERAL DO RIO DO MEIO, ATUAL RUA JOSÉ CORREA DA LUZ, no município de Camboriú - SC, possuindo as seguintes dimensões e confrontações:

De um ponto inicial, o vértice 1, localizado junto a ESTRADA GERAL RIO DO MEIO, ATUAL RUA JOSÉ CORREA DA LUZ, parte uma linha no sentido sudoeste-nordeste até o vértice 2 na extensão de 12,00m, formando azimuth de 48°33'25", no sentido sudoeste-nordeste, onde confronta-se alinhamento do TRECHO DA RUA A SER DOADA PARA O MUNICIPIO, deste ponto segue até o vértice 3 na extensão de 22,05m, formando azimuth de 149°34'32", no sentido noroeste-sudeste, onde confronta-se com a ÁREA A DESMEMBRAR, deste ponto segue até o vértice 4 na extensão de 41,81m, formando azimuth de 162°34'46", no sentido norte-sul, deste ponto segue até o vértice 5 na extensão de 19,52m, formando azimuth de 153°26'59", no sentido noroeste-sudeste, deste ponto segue até o vértice 6 na extensão de 27,90m, formando

azimute de 150°49'01", deste ponto segue até o vértice 7 na extensão de 26,52m, formando azimuth de 141°47'20", deste ponto segue até o vértice 8 na extensão de 20,36m, formando azimuth de 130°27'44", deste ponto segue até o vértice 9 na extensão de 33,19m, formando azimuth de 119°08'03", deste ponto segue até o vértice 10 na extensão de 33,48m, formando azimuth de 110°44'46", no sentido oeste-leste, deste ponto segue até o vértice 11 na extensão de 66,66m, formando azimuth de 98°30'14", deste ponto segue até o vértice 12 na extensão de 30,50m, formando azimuth de 104°23'19", deste ponto segue até o vértice 13 na extensão de 25,37m, formando azimuth de 122°16'32", no sentido noroeste-sudeste, deste ponto segue até o vértice 14 na extensão de 20,89m, formando azimuth de 137°20'12", deste ponto segue até o vértice 15 na extensão de 12,00m, formando azimuth de 227°51'12", no sentido nordeste-sudoeste, onde confronta-se com o alinhamento da ESTRADA GERAL DO RIO DO MEIO ATUAL JOSÉ CORREA DA LUZ, deste ponto segue até o vértice 16 na extensão de 19,20m, formando azimuth de 317°20'12", no sentido sudeste-noroeste, onde confronta-se com a ÁREA RENANESCENTE DA MATRÍCULA 52636, deste ponto segue até o vértice 17 na extensão de 21,89m, formando azimuth de 302°16'32", deste ponto segue o vértice 18 na extensão de 28,41m, formando azimuth de 284°23'19", no sentido leste-oeste, deste ponto segue até o vértice 19 na extensão de 67,33m, formando azimuth de 278°30'14", deste ponto segue até o vértice 20 na extensão de 35,65m, formando azimuth de 290°44'46", deste ponto segue até o vértice 21 na extensão de 35,26m, formando azimuth de 299°08'03", no sentido sudeste-noroeste, deste ponto segue até o vértice 22 na extensão de 22,74m, formando azimuth de 310°27'44", deste ponto segue até o vértice 23 na extensão de 28,65m, formando azimuth de 321°47'20", deste ponto segue até o vértice 24 na extensão de 31,93m, formando azimuth de 330°44'38", deste ponto segue até o vértice 25 na extensão de 18,01m, formando azimuth de 334°00'39", deste ponto segue até o vértice 26 na extensão de 40,91m, formando azimuth de 342°34'46", no sentido sul-norte. Finalmente do vértice 26 segue até o vértice 1, (início da descrição), no azimuth de 330°26'29", na extensão de 18,68m, confrontando com a ÁREA RENANESCENTE DA MATRÍCULA 52636, fechando assim uma área de 4.420,44m² (quatro mil quatrocentos e vinte metros e quarenta e quatro centímetros quadrados).

Parágrafo único. A área de terra descrita no caput deste artigo é proveniente da área de terras, de posse e propriedade de RUBENS LAHYR SCHNEIDER, brasileiro, casado, geólogo, inscrito no CPF sob nº 071.652.939-49 e ELORA MARIA MARAFON SCHNEIDER, brasileira, casada, bióloga, inscrita no CPF sob nº 011.120.797-50, ambos residentes e domiciliados na Rua 1001, nº10, apto 1601, Centro – Balneário Camboriú/SC, com área total de 200.860,00m², devidamente matriculado sob nº 52636, Livro nº 0410, Folha 098, do 2º Tabelionato de Notas e Protestos Município e Comarca de Balneário Camboriú/SC.

Art. 2º A área de terra declarada de utilidade pública, objeto deste Decreto, destina-se à regularização de abertura de uma via pública, conforme previsto na alínea "i" do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 3.365/1941.

Art. 3º Fica revogado integralmente o Decreto Municipal nº 3.273/2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 14 de janeiro de 2018.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações

Ramon Marcides Jacob
Secretário M. de Administração

NOTIFICAÇÃO 2018

Publicação Nº 1492131

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE IPTU 2018

Com base nos artigos 122 e 210 do Código Tributário Municipal (Lei Complementar 30/2010), ficam NOTIFICADOS, de forma global e impessoal, os proprietários, titulares do domínio útil, ou possuidores a qualquer título, de IMÓVEIS localizados na zona urbana ou de expansão urbana deste Município, que no dia 01 de janeiro de 2018 ocorreu o FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU).

NOTIFICA, que o IPTU tem como BASE DE CÁLCULO O VALOR VENAL do bem imóvel, e será apurado com base nos valores fixados pela PLANTA DE VALORES IMOBILIÁRIOS, sendo que 05/02/2018 é o prazo previsto para recebimento do carnê para pagamento no endereço de cobrança do imóvel do sujeito passivo ou seu representante legal.

NOTIFICA também, que qualquer reclamação contra o lançamento do IPTU, poderá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, corridos, contados a partir da constituição do crédito tributário. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo da obrigação, o Município de Camboriú, poderá submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança, através da competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos os encargos originados pela demanda cível fiscal (despesas processuais e honorários advocatícios), além da aplicação de multa, juros e correção monetária; sem embargo da possibilidade de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que tributos sejam rigorosamente arrecadados. NOTIFICA ainda, que no corrente ano os Carnês de IPTU/2018 poderão ser retirados pela internet no site da Prefeitura Municipal no endereço eletrônico <http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br>, bem como no Paço Municipal, localizado Rua Getúlio Vargas, nº 77, Centro, em especial para os contribuintes que não receberam o carnê de pagamento até 05/02/2018. Qualquer informação a respeito de valores do IPTU poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Finanças.

NOTIFICA finalmente, que o IPTU poderá ser pago em cota única, com desconto de 15% (quinze por cento) até 16/02/2018, ou em cota única, com desconto de 10% (dez por cento) até 16/03/2018, ou em cota única, sem desconto até 16/04/2018, podendo ainda ser pago em parcelas com vencimento da 1ª parcela em 16/02/2018 e deverão ser pagos nas seguintes instituições: BANCO DO BRASIL; CAIXA ECONOMICA FEDERAL ou CASAS LOTÉRICAS.

Camboriú – SC, 15 de Janeiro de 2018.

Fernando Garcia Junior
Secretário Municipal de Finanças
Port. 012/2017

Nanias Benevenuto
Fiscal de Tributos
Mat. 5158-1

Josiano Éverton Borba
Fiscal de Tributos
Mat. 5373-6

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2018 FMS

Publicação N° 1491997

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 01/2018 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 34/2017 FMS - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de 25.000 (vinte e cinco mil) litros de óleo diesel S10 e 12.000 (doze mil) litros de óleo diesel S500, para manutenção da frota do Fundo Municipal de Saúde, no exercício 2018, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA, CNPJ: 75.415.075/0001-32, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 34/2017 FMS, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	25.000	LITRO	Óleo Diesel S10	R\$ 3,14	R\$ 78.500,00
02	12.000	LITRO	Óleo Diesel S500	R\$ 3,08	R\$ 36.960,00

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Hans Hartwig Gehrmann

Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2018 FMS

Publicação N° 1492419

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 02/2018 FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 33/2017 FMS - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gasolina comum para os veículos do Fundo Municipal de Saúde do município de Campo Alegre - SC, no exercício 2018, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre e a empresa POSTO PLANALTO LTDA, CNPJ: 82.767.575/0001-07, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 33/2017 FMS, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	40.000	Litro	Gasolina comum	3,885	155.400
VALOR TOTAL				R\$ 155.400	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

POSTO PLANALTO LTDA

Egon Keiser

Representante legal

DECRETO Nº 11.036 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491787

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.036 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos incisos VII e XIII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e nos termos do inciso XVI do artigo 6º da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001; DECRETA:

Art. 1º Nomear IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo III, exercendo o Cargo Público de Provimento em Comissão Diretor de Administração; MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, matrícula funcional nº 335, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, para sob a Presidência do primeiro e Secretária da segunda, comporem a Comissão Permanente de Licitações do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., com mandato para o exercício de 2018, com Assessoria Jurídica do Assessor Jurídico do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Nomeia ANA FLÁVIA MARCINIAC, matrícula funcional nº 000777, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II; JEFFERSON JEAN DUVOISIN, matrícula funcional nº 337, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo o Cargo Público de Provimento em Comissão Diretor Executivo do IPRECAL; PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, membros Suplentes da Comissão Permanente Licitatória referida no caput deste artigo.

Art. 2º São atribuições da Comissão Permanente de Licitações as constantes do artigo 3º do Decreto Municipal nº 2.634 de 02 de janeiro de 2001.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 10.233 de 09 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 16 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.037 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491788

DECRETO Nº 11.037 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

DESIGNA PREGOEIRA PÚBLICA MUNICIPAL E EQUIPE DE APOIO E DISPÕE SUAS ATRIBUIÇÕES.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento o que estabelece o disposto no inciso IV do artigo 3º, da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e suas respectivas alterações; DECRETA:

Art. 1º Designar a Servidora Pública Municipal MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, matrícula funcional nº 335, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, do Poder Executivo Municipal, para exercer a Função de PREGOEIRA PÚBLICA MUNICIPAL a partir desta data.

Parágrafo único. Na ausência da Pregoeira Pública Oficial, fica designada a Servidora Pública Municipal DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II, para substituí-la.

Art. 2º Ficam designados para integrar a Equipe de Apoio no que tange o estabelecido pela Lei Federal nº 10.520/02, e suas alterações os seguintes Servidores Públicos Municipais:

I – DANIELA SALDANHA, matrícula funcional nº 000841, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II;

II – IRINEU WOITSKOVSKI JÚNIOR, matrícula funcional nº 000707, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo III;

III – ANA FLÁVIA MARCINIAC, matrícula funcional nº 000777, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II;

IV – PATRICK ONGHERO, matrícula funcional nº 000609, ocupante do Cargo Público Agente Administrativo II.

Art. 3º São atribuições da Pregoeira Pública Municipal e da respectiva Equipe de Apoio:

I – receber as propostas e lances;
II – analisar a aceitabilidade e a classificação das propostas e lances;
III – habilitar e adjudicar ao(s) licitante(s) vencedor(es) o objeto do Certame Público realizado pela Municipalidade;
IV – e quaisquer outras definidas em legislação aplicável à espécie, direta ou subsidiariamente, em especial as Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02 e suas respectivas alterações.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto Municipal nº 10.232 de 09 de janeiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 16 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.038 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491817

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.038 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

DEFINE O ROL DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO ANO DE 2018 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990; Decreta:

Art. 1º O rol dos FERIADOS neste Município, no ano de 2018, ficam assim constituídos:

I - 13 de fevereiro - Carnaval - terça feira;

II - 30 de março - Paixão de Cristo - sexta feira;

III - 1º de maio - Dia do Trabalho - terça feira;

IV - 31 de maio - Corpus Christi - quinta feira;

V - 07 de setembro - Independência do Brasil - sexta feira;

VI - 12 de outubro - Nossa Senhora Aparecida - sexta feira;

VII - 02 de novembro - Finados - sexta feira;

VIII - 15 de novembro - Proclamação da República - quinta feira;

IX - 25 de dezembro - Natal - terça feira

Art. 2º Os Pontos Facultativos, durante o ano de 2018, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais de cada Secretaria Municipal, serão constituídos pelos dias abaixo relacionados:

I - 12 de fevereiro - Carnaval - segunda feira;

II - 30 de abril - segunda feira;

III - 01 de junho - sexta feira;

IV - 16 de novembro - sexta feira.

Art. 3º Os PONTOS FACULTATIVOS relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante Decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Pública Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

16 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 17/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2018 FMS

Publicação Nº 1492002

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE-SC
EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2018 FMS

Objeto: aquisição de 6.400 (seis mil e quatrocentos) litros de óleo diesel S500 e 6.400 (seis mil e quatrocentos) litros de óleo diesel S10 consoante processo licitatório nº. 34/2017 na modalidade Pregão (presencial), como Registro de Preços.

Dotação orçamentária:

As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.01	Manutenção das Atividades Administrativas
Função	10	Saúde
Subfunção	301	Atenção Básica
Programa	52	Manutenção das Ativ. Adm. do Fundo Mun. De Saúde
Projeto	2.114	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Valor: R\$ 3,08 por litro de óleo diesel S500 e R\$ 3,14 por litro de óleo diesel S10, totalizando o contrato em R\$ 39.808,00 (trinta e nove mil e oitocentos e oito reais).

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018.

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora

Campo Erê

PREFEITURA

EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO 01/2018

Publicação Nº 1491685

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ - SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA CADASTRAMENTO Nº 001/2018

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 34, § 1º da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações, e em virtude da freqüente realização de licitações, efetua chamamento público de fornecedores e prestadores de serviços, eventualmente interessados em cadastrar-se ou atualizar o cadastro existente junto a Prefeitura Municipal de Campo Erê - SC. Os interessados para tanto, devem dirigir-se ao Departamento de Licitações localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina. Maiores esclarecimentos através do telefone 3655-3000 e correio eletrônico para licitacao@campoere.sc.gov.br. A íntegra deste edital está publicada no site da Prefeitura Municipal de Campo Erê www.campoere.sc.gov.br e afixada no Mural Público Municipal. Campo Erê – SC, 16 de janeiro de 2018 - Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO 01/2018/CRESIM

Publicação Nº 1491935

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM.

CONTRATO nº 001/2018.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO DO RIO SARGENTO DE INTEGRAÇÃO MUNICIPAL - CRESIM, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 23.279.570/0001-68. CONTRATADA: MARCELO JOSUE ROEHRS, CNPJ 17.453.147/0001-30

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais para atendimento das demandas do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) Microrregional DOTAÇÃO: 3.3.90.30.00.00.00.00 Manutenção Caps VALOR: R\$: 456.000,000 (quatrocentos e cinquenta e seis mil reais). VIGÊNCIA: este contrato vigorará da data de 16/01/2018 a 16/01/2019, Campo Erê/SC, em 16/01/2018. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Marcelo Josue Roehrs pela Contratada.

HOMOLOGAÇÃO PL 2162/2017

Publicação Nº 1491878

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 2162/2017, na modalidade Tomada de Preços de nº 7/2017 tendo como objeto a Contratação de empresa para realização de Concurso Público (provimento de cargos efetivos – Cadastro Reserva) e de Processo Seletivo Simplificado (admissão temporária de servidores – Cadastro Reserva), conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS	1	1	1,00	5.747,00	5.747,00
RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS	1	2	1,00	4.700,00	4.700,00

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS	10.447,00

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Terça-Feira, 12 de dezembro de 2017.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 03/2018

Publicação Nº 1491693

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:00 horas do dia 31 de janeiro de 2018, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 3/2018 na modalidade de Pregão Presencial Nº 3/2018, tipo menor Menor preço - Unitário por Item para a Aquisição de forma parcelada de Combustíveis e Arla, para a manutenção da frota das Secretarias Municipais, conforme especificado nesse Edital, para o exercício de 2018., conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00h às 13:00h e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 16 de janeiro de 2018. ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

Publicação Nº 1491824

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018
EXTRATO DE EDITAL

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente Sr. ADEMAR ALBERTON, TORNA PÚBLICO, que até às 08h30min do dia 30 de janeiro de 2018, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo as propostas dos interessados para o objeto do Edital de Pregão Presencial nº 002/2018 – tipo menor preço global, para contratação de empresa para a prestação de serviços de Transmissões das sessões (ordinárias, extraordinárias e solenes) e divulgações institucionais da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Erê, em emissora de rádio AM/FM, conforme especificado nesse Edital e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes. O edital está disponível no site da Câmara Municipal: campoere.sc.leg.br. Demais informações serão fornecidas pela Secretaria da Câmara de Vereadores de Campo Erê/SC, sito à Avenida Astor Schoeninger, nº 969, Centro de Campo Erê - SC, de segunda a sexta-feira das 07h00min às 13h00min, pelo telefone (49) 3655-1017 ou pelo e-mail adm@camaracampoere.sc.gov.br. Campo Erê/SC, 16 de janeiro de 2018 – ADEMAR ALBERTON – Presidente da Câmara Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 06/2018-PLACAS.

Publicação Nº 1492095

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA Nº 09/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018.

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 31 de Janeiro de 2018 às 15 horas Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO DE PLACAS EM ALUMINIO E REFLETIVA CONFORME NORMAS DO DETRAN PARA A FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES A PREFEITURA. CONFORME DESCRIÇÃO. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 16 de Janeiro de 2018.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº154/18

Publicação Nº 1492004

PORTARIA Nº 154/18 de 12/01/2018

INSTAURA PROCEDIMENTO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar procedimento de Tomada de Contas Especial com a finalidade de apurar os fatos referentes a prestação de contas do Auxílio Financeiro referente a Lei Autorizativa nº 4.316 de 23/02/2017, no período de janeiro a novembro de 2017, no que diz respeito a:

- a) Apresentação de conta bancária em desacordo com o art. 10º "O conveniente, firmando o respectivo convênio, deverá providenciar abertura de conta específica em banco oficial (Banco do Brasil S/A ou Caixa Econômica Federal), informando o numero da conta à Tesouraria Municipal. Cada entidade deverá ter conta própria para a movimentação dos recursos passados";
- b) Apresentação da prestação de contas em desacordo com o Termo de Convênio, cláusula terceira, IV: "prestar contas do auxílio recebido, no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento dos recursos...";
- c) Compras sem a realização dos três orçamentos em desacordo com a Lei 8.666/93, art. 15, §1º;
- d) Realização de despesas sem a comprovação mediante nota fiscal;
- e) Cópias de cheques irregulares;
- f) Certidões negativas apresentadas em desacordo com a IN/003/SCI/2010, ausência da Certidão Negativa Federal.

Art. 2º Constituir Comissão formada pelos servidores: MAURO CESAR GONÇALVES, matrícula nº 9163, ALEXANDRE BRAZ CARDOZO, matrícula nº 8505 e LETÍCIA PICCOLI CAIPER, matrícula nº 5567, para sob a presidência do primeiro, realizarem, a partir da publicação desta Portaria e no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a tomada de contas especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. TC- 13/2012, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em 12 de janeiro de 2018.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 009/2018

Publicação Nº 1491767

DECRETO Nº. 009/2018

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica alterado o artigo 4º, do Decreto nº001/2017, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“Art. 4º. Fica autorizada a servidora MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo único deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuam suas contas bancárias.

Parágrafo Único. Ficam delegados os seguintes poderes a servidora citada no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- VII - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- VIII - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- IX - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- X - Emitir comprovantes;
- XI - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XII - Abrir contas de depósito;
- XIII - Autorizar aplicação em fundos de investimentos;
- XIV - Autorizar aplicações financeiras;
- XV - Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XVI - Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVII - Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVIII - Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XIX - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XX - Encerrar contas de depósito;
- XXI - Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XXII - Requisitar talonários de cheques;
- XXIII - Efetuar transferências/pagamentos, por qualquer meio;
- XXIV - Emitir cheques;
- XXV - Retirar cheques devolvidos.”

Art. 2º. Fica alterado o §1º do artigo 12 do Decreto nº001/2017, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“§1º. Servidores autorizados:

- I – DIOGO CARLOS SEIDEL, ocupante do cargo efetivo de

Administrador, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento;

II – MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento;

III – CARMEN NOERNBERG, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento;

IV – LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.”

Art. 3º. Fica alterado o §1º do artigo 13 do Decreto nº001/2017, passando este a vigor conforme a seguinte redação:

“§1º. Servidores autorizados:

I – DIOGO CARLOS SEIDEL, ocupante do cargo efetivo de Administrador, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento;

II – MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento;

III – CARMEN NOERNBERG, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

IV – LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.”

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 15 de janeiro de 2018.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 15/01/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

Capão Alto

PREFEITURA

EDITAL DE MUDANÇA DE DATAS SELETIVO 04/2017

Publicação Nº 1492219

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE DATAS

EDITAL DE PROCESSO SELEÇÃO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO E SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO.

O Prefeito do Município de CAPÃO ALTO - SC, no uso de sua competência, de acordo com o que estabelece o art. 37 inciso IX da Constituição Federal, art. 21 da Constituição Estadual, art. 2º inciso IV, c/c art. 3º da Lei Municipal nº 133/2003 e Lei Municipal 621/2017, torna público o presente edital de ALTERAÇÃO DA DATA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS do PROCESSO SELEÇÃO SIMPLIFICADO Edital nº 04/2017 e Demais datas conforme segue:

NOVO CRONOGRAMA

DATA	DESCRIÇÃO
13/12/2017 a 15/01/2018	Período de inscrição exclusivamente presenciais
15/01/2018 até 12:00h	Prazo final para pagamento das inscrições para todos os candidatos
17/01/2018	Divulgação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado
18/01/2018 e 19/01/2018	Recursos contra o resultado da homologação das inscrições (presencial)
22/01/2018	Homologação das inscrições
28/01/2018 – 04/02/2018	Aplicação da prova objetiva escrita.
29/01/2018 – 05/02/2018	Gabarito Preliminar divulgação no site Capão Alto (http://www.capaoalto.sc.gov.br/)
30/01/2018 e 31/01/2018 06/02/2018 e 07/02/2018	Recursos contra as questões e ao gabarito da prova objetiva escrita (presencial)
02/02/2018 09/02/2018	Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site Capão Alto (http://www.capaoalto.sc.gov.br/)
06/02/2018 19/02/2018	Divulga Classificação Preliminar no site Capão Alto (http://www.capaoalto.sc.gov.br/) até às 23:59 hs.
07/02/2018 20/02/2018	Recursos contra a classificação preliminar no site Capão Alto (http://www.capaoalto.sc.gov.br/)
09/02/2018 23/02/2018	Divulgação Classificação Final no site Capão Alto (http://www.capaoalto.sc.gov.br/)

* As datas deste NOVO cronograma poderão sofrer alterações caso necessário e serão divulgadas previamente nos meios de comunicação.

*É de responsabilidade do candidato manter-se informado sobre possíveis alterações do horário de expediente da prefeitura, devido a mudanças do horário de verão, acessando o site www.capaoalto.sc.gov.br ou ligando para o número (49) 3237-2000.

1. Justificativa

1.1 A alteração de datas é necessária em razão da necessidade de maior tempo para elaboração do material de aplicação de Provas

Escritas do Processo de Seleção Simplificado n.º04/2017, com objetivo de não cercear o direito dos candidatos de participar do certame.

2. Retificação edital de convocação

2.1 Fica retificado o item 1 da Seção VII (Da Realização das Provas), do edital de Convocação do Processo de Seleção Simplificado nº 04/2017, ficando este com a seguinte redação:

VII - Da Realização das Provas

1 – Prova Escrita: Serão realizadas às 09 horas do dia 28 de janeiro de 2018, nas dependências do EEB Emiliano Ramos, Rua Atanásio Silva, 125, Centro, CAPÃO ALTO/SC e obedecerão aos seguintes critérios:

VII - Da Realização das Provas

1 – Prova Escrita: Serão realizadas às 09 horas do dia 04 de fevereiro de 2018, nas dependências do EEB Emiliano Ramos, Rua Atanásio Silva, 125, Centro, CAPÃO ALTO/SC e obedecerão aos seguintes critérios:

CAPÃO ALTO(SC), 15 de janeiro de 2018.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Capinzal

PREFEITURA

PMC CONTRATO 0016/2018

Publicação Nº 1492132

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0016/2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: AGN FRIOS LTDA Valor : 152.612,00 (cento e cinquenta e dois mil seiscentos e doze reais) Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios</p>		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0018/2018

Publicação Nº 1492136

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0018/2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: JUAREZ CHIODELLI - ME Valor : 27.534,00 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e quatro reais) Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios</p>		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0017/2018

Publicação Nº 1492134

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0017/2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: DOLMORA & MASSON LTDA Valor : 95.936,00 (noventa e cinco mil novecentos e trinta e seis reais) Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios</p>		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0019/2018

Publicação Nº 1492140

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-TUAL		

<p>Contrato Nº.: 0019/2018 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: MERCADO MUNARI LTDA - ME Valor : 138.959,20 (cento e trinta e oito mil novecentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos) Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2018 Recursos : Dotação: Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios</p>		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0020/2018

Publicação Nº 1492141

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRA-		
TUAL		

Contrato Nº...: 0020/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: PADARIA E CONFEITARIA PAO DOCE LTDA - ME		
Valor : 6.000,00 (seis mil reais)		
Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitató-		
rio.....: 0001 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimen-		
tícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação		
Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94		
FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0021/2018

Publicação Nº 1492142

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0021/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SACOLAO TREVO LTDA		
Valor : 12.396,00 (doze mil trezentos e noventa e seis reais)		
Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitató-		
rio.....: 0001 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros ali-		
mentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimen-		
tação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio		
4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0022/2018

Publicação Nº 1492143

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0022/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: SILVIO MELO WALTRICK 05027184980		
Valor : 4.276,00 (quatro mil duzentos e setenta e seis reais)		
Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitató-		
rio.....: 0001 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros ali-		
mentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimen-		
tação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio		
4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0023/2018

Publicação Nº 1492144

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº...: 0023/2018		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: STEMPCOSKI & STEMPCOSKI PADARIA LTDA - ME		
Valor : 22.200,00 (vinte e dois mil e duzentos reais)		
Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitató-		
rio.....: 0001 / 2018		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimen-		
tícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação		
Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94		
FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios		
Capinzal, 16 de Janeiro de 2018		

PMC CONTRATO 0024/2018

Publicação Nº 1492146

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0024/2018
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL
Contratada...: SUPER DELAZERI LTDA - ME
Valor : 190.503,05 (cento e noventa mil quinhentos e três reais e cinco centavos)
Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0001/2018 Processo_Licitatório.....: 0001 / 2018
Recursos : Dotação:
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de gêneros alimentícios, destinados a atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos Termos da Lei 11.947/2009, através do convênio 4087/94 FNDE (PNAE/PNAP, PNAC) e Recursos Próprios

Capinzal, 16 de Janeiro de 2018

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0005/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2018

Publicação Nº 1492385

AVISO DE LICITAÇÃOProcesso Licitatório Nº 0005/2018
Pregão Presencial Nº 0005/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais diversos (cimento e material britado) para manutenção das atividades das Secretarias de Infraestrutura; da Educação, Cultura e Esportes; e de Desenvolvimento Econômico. Com Recursos Municipais e Federais.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 13:55 horas, para abertura às 14:00 horas do dia 29/01/2018.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 07:30 h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739.

Capinzal, 16 de Janeiro de 2018 .

IVAIR LOPES RODRIGUES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0004/2018 PREGÃO PRESENCIAL 0004/2018

Publicação Nº 1492342

AVISO DE LICITAÇÃOProcesso Licitatório Nº 0004/2018
Pregão Presencial Nº 0004/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de controle sanitário integrado no combate a pragas urbanas, englobando desinsetização nas dependências internas das edificações dos Centros Municipais de Educação Infantil, Creches e Pré-escolas para o exercício de 2018. Com Recursos do Salário Educação.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 08:25 horas, para abertura às 08:30 horas do dia 29/01/2018.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zóccoli, 155 - Centro.

Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

Capinzal, 16 de janeiro de 2018.

MÁRCIA TERESINHA BONATO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Catanduvas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2018 - PREGÃO Nº 0002/2018

Publicação Nº 1492658

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2018
PREGÃO Nº 0002/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto E ALINHAMENTO DO CHASSI DO CAMINHÃO FORD CARGO 2422E 6X2, PLACA MHW-4627; AQUISIÇÃO DE BOMBA INJETORA NOVA E BICO INJETOR PARA RETROESCAVADEIRA JCB 3C E AQUISIÇÃO DE BOMBA LOBULAR NOVA PARA DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO 4", VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Dotação Orçamentária:
2.021.3390.00 - 100 - 63/2018 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 06 de fevereiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de janeiro de 2018, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 17 de janeiro de 2018.
Paulo Constante Fuga
Prefeito Municipal em exercício

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2018

Publicação Nº 1491781

DECRETO Nº 002/2018

"Dispõe sobre a nomeação de membros da Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências".

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, Prefeito de Caxambu do Sul/SC, no uso das atribuições legais previstas no art. 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, c/c Lei Federal nº 8.666/1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Licitações do município de Caxambu do Sul/SC, para atuar em caráter permanente no exercício de 2018.

Art. 2º. A Comissão permanente de Licitações, ora instituída, será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

I – EMERSON SALVAGNI
II - SAIANE BURTET DO AMARAL;
III – SABRINA BURTET;
III – ITANIR MARANGONI.

Art. 3º. As atribuições da Comissão inclui examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, no exercício 2018.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 019/2017.

Caxambu do Sul/SC, 02 de janeiro de 2018.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 003/2018

Publicação Nº 1491782

DECRETO Nº 003/2018

"Dispõe sobre a designação de servidor para exercer a função de leiloeiro e equipe de apoio nas licitações realizadas na modalidade leilão no Município de Caxambu do Sul/SC".

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, Prefeito de Caxambu do Sul/SC, no uso das atribuições legais previstas no art. 71, inciso IV da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado como leiloeiro o Servido Público Municipal, Senhor EMERSON SALVAGNI, ocupante do cargo de Chefe de Gabinete, para promover os leilões de venda de ativos inservíveis do Município de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Ficam designados os servidores municipais abaixo relacionados para integrarem a equipe de apoio:

I - SAIANE BURTET DO AMARAL;
II – SABRINA BURTET;
III – ITANIR MARANGONI.

Art. 3º. As atribuições do leiloeiro e da equipe de apoio terão vigência no exercício 2018.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 021/2017.

Caxambu do Sul/SC, 02 de janeiro de 2018.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 004/2018

Publicação Nº 1492709

DECRETO Nº 004/2018

"Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências."

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) o(a) Sr(a). SAIANE BURTET DO AMARAL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo de provimento efetivo, para ocupar o Cargo de SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO de provimento em comissão, a partir de 05/01/2017, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 16 de janeiro de 2017.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1492719

PORTARIA Nº 001/2018

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal LUIZ ANTONIO CAMARGO, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 10 dias referente ao período aquisitivo de 01/03/2013 à 29/02/2016.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 11/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 02 de janeiro de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 002/2018

Publicação Nº 1492721

PORTARIA Nº 002/2018

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal LEANDRO BASSO, ocupante do cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 03/04/2016 à 02/04/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 02/01/2018 à 16/01/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 02 de janeiro de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 003/2018

Publicação Nº 1492722

PORTARIA Nº 003/2018

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal MARCOS ROBERTO SUTILLI, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 15 dias referente ao período aquisitivo de 14/05/2016 à 13/05/2017.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 15/01/2018 à 29/01/2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 02 de janeiro de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1492723

PORTARIA Nº 004/2018

"Dispõe sobre designação de servidor publico municipal que especifica e dá outras providencias".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidades com o Art. 71, IV e V da Lei Orgânica Municipal. Considerando que o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social estará de férias pelo período de 30 (trinta) dias. Considerando a necessidade de organização administrativa.

RESOLVE

Art. 1º - Fica designado(a) o(a) Servidor(a) Público(a) Municipal, Sr(a). KAUANA CARDOSO RODRIGUES, ocupante do cargo de Assistente Social, para desempenhar cumulativamente as funções e atribuições de responsável pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pelo período de 03/01/2018 à 01/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul – SC, 2 de janeiro de 2018.

GLAUBER BURTET

Prefeito

PORTARIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1492730

PORTARIA Nº 005/2018

"Concede férias a servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Municipal VALDECIR MACIEL, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias referente ao período aquisitivo de 05/01/2017 à 04/01/2018.

Art. 2º - O período de gozo das férias que trata o art. 1º será do dia 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 03 de janeiro de 2018.

EDIMARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 007/2018

Publicação Nº 1492713

PORTARIA Nº 007/2018.

"Revoga o pagamento de funções gratificadas dos servidores que especifica e dá outras providências"

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO, Prefeito Municipal em Exercício de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal c/c o disposto no artigo 16, IV, da Lei Complementar Municipal nº 002/2011, que instituiu o Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais e,

CONSIDERANDO a determinação expedida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para suspensão do pagamento das gratificações:

RESOLVE:

Art. 1º. Revogam-se integralmente os Adicionais de Função Gratificada dos seguintes servidores:

SERVIDOR
ALBINO LAZARETTI
CARMEN FATIMA DEFAVERI GIACOMELLI
CLAITON PACASSA
ITANIR MARANGONI
LUIZ ANTONIO CAMARGO
OROZIMBO ALTAIR FELICIANO DOS SANTOS
SAIANE BURTET DO AMARAL

Art. 2º. Determino ao Setor de Pessoal a juntada de cópia desta Portaria na Pasta Funcional de cada servidor alcançado pela medida e promova os ajustes nas respectivas folhas de pagamento.

Art. 3º. Os descontos e reduções dispostas nesta Portaria ocorrerão a partir de 04 de janeiro de 2018.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 16 de janeiro de 2017.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

PORTARIA Nº 008/2018

Publicação Nº 1492725

PORTARIA Nº 008/2018

"Interrompe férias do servidor que menciona e dá outras providências".

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o artigo 61, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar 001/2001 de 06 de Dezembro de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica interrompida a partir do dia 17/01/2018, as férias do Servidor Municipal JUNIOR SOARES LEAL, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, concedidas pelo prazo de 30 (trinta) dias, no período de 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - O servidor ficará com 15(quinze) dias de saldo de férias para gozar em data a ser previamente determinada.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se

Caxambu do Sul - SC, em 16 de janeiro de 2017.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 6/2018

Publicação Nº 1492417

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 6/2018
PROCESSO: 6/2018

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 6/2018, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: AQUISIÇÃO DE CADERNOS PERSONALIZADOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

Trata-se de licitação EXCLUSIVA para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Empreendedores Individuais, conforme permite e obriga o inciso I do art. 48 da Lei nº 147/2014.

Entrega da documentação e proposta até as 09 horas do dia 01/02/2018, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 17 de janeiro, 2018.

ELCIO JUNIOR PELOZATO – PREFEITO EM EXERCICIO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018

Publicação Nº 1492745

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018 - PM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018- SRP

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de janeiro de 2018, às 08h30min, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto a formação de registro de preços para selecionar a proposta mais vantajosa a Prestação de Serviços de troca de Óleos Lubrificantes, Filtro de Diesel, Filtro Lubrificante, Elemento D'Água, Filtro de Ar, Filtro de Ar Condicionado, Filtro de Hidráulico, Elemento de Ar, Filtro de Combustível, Filtro de Ar Compressor e Filtro de Óleo, utilizados pela frota do Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, estarão disponíveis no site do município: www.chapadaodolageado.sc.gov.br ou poderão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 17 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 032/2018

Publicação Nº 1491896

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 032/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o servidor público, ADENILSON ANTONIO, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, nos dias 17, 18 e 19 de Janeiro de 2018, 03 (três) dias, das férias referentes ao período aquisitivo 2016/2017, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 16 de Janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº01-2018

Publicação Nº 1492458

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº01/2018 de 16/01/2018.

ÉDSON HOFFMANN, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 78, § 3º da Lei Complementar Nº008, de 23.12.99:

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder férias a servidora Elaine Aparecida Franz da Silveira, ocupante do cargo de Contadora de DEZ DIAS, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, sendo que serão gozados os dez dias no período de 17/01/2018 a 26/01/2018.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado 16 de janeiro de 2018.

ÉDSON HOFFMANN
Presidente

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 10 DE 2018

Publicação Nº 1492463

Portaria Nº 10/18

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo CELSO MANTELLI ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor de Imprensa.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 15 de janeiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 15 de janeiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente

PORTARIA Nº 11 DE 2018

Publicação Nº 1492455

Portaria Nº 11/18

Exonerar servidor público municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Exonerar o Servidor Público Municipal do Poder Legislativo MAURICIO ZANELLA ocupante do cargo estatutário, comissionado, de Assessor Parlamentar.

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 15 de janeiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, em 15 de janeiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente

PORTARIA Nº 12 DE 2018

Publicação Nº 1492459

Portaria Nº 12/18

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora MICHELI MICHELON para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento de R\$ 3.379,58 (Três mil, trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 15 de janeiro de 2018.

Gabinete do Presidente, em 15 de janeiro de 2018

ITAMAR ANTONIO AGNOLETTI

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

ADENDO 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018 – PMC AQUISIÇÃO DE BENS

Publicação Nº 1492190

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC
ADENDO 01 AO EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 PMC
AQUISIÇÃO DE BENS

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: aquisição de tintas e materiais relacionados, para manutenção do 20º Batalhão de Polícia Militar de Concórdia, com recursos oriundos do convênio 055/2016 – Rádio Patrulha, conforme descrições constantes dos anexos "A" e "B" deste edital, sofreu alterações. O prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, bem como a abertura da licitação, ficam inalterados.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 16 de janeiro de 2018.
NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

Publicação Nº 1492300

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO.

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado pela sua Gestora, Denise Justi Lopes, declara como dispensável o Chamamento Público com fundamento no art. 30, inciso VI, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, a favor da SOCIEDADE CONCORDIENSE DE AUXILIO FRATERNAL - SCAF, inscrita no CNPJ sob nº 83.575.167/0001-08, representada pelo seu Presidente, senhor GILMAR JOÃO DE BRITO, casado, advogado inscrito no CPF nº. 347.355.009-44, residente na Rua Guilherme Helmudt Arendt, nº.15, Edifício Solar dos Imigrantes, Apto 301, Centro, nesta cidade de Concórdia SC.

O Objeto de tal dispensa é a destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado a realização do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 4 a 12 anos. O valor de R\$ 13.636,36 (treze mil, seiscentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos) em até 11 parcelas, podendo chegar ao valor total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), no prazo até 31 de dezembro de 2017, a partir da data de assinatura do Termo de Fomento.

As razões do interesse público, dotação orçamentária, bem como os demais aspectos que justificam a formalização do Termo de Fomento se encontram descritos na justificativa 01, a qual é parte integrante do presente ato e foi publicada no Diário Oficial do dia 10 de janeiro de 2018, edição 2428. Não houve impugnação. Face ao disposto no art. 30, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, proceda-se com a devida publicidade.

Concórdia SC, 16 de janeiro de 2018.
JAIME ESTEVÃO BERNARDI
Secretário de Desenvolvimento Social,
Cidadania e Habitação. Em Exercício.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO - CONCORRÊNCIA Nº 3/2017 – PMC OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Publicação Nº 1491708

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - SC
CONCORRÊNCIA Nº 3/2017 – PMC
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para prestação de serviços especializados de manutenção e ampliação do parque de iluminação pública, deste município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

COMUNICAÇÃO DE INDEFERIMENTO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação torna público que na data de 15/01/2018 o recurso administrativo interposto pela licitante: FABIANO FRANCHIN ME foi julgado IMPROCEDENTE. De consequência mantem-se o resultado final da fase de classificação proferido na sessão do dia 28/11/2017 e publicada no DOM/SC edição 2397 em 29/12/2017. Ante o exposto, deverá ser dado prosseguimento a este processo efetuando-se sua adjudicação e posterior homologação. Fica a disposição das licitantes, se tiverem interesse na consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto à Diretoria de Compras.

Concórdia, SC, 15 de janeiro de 2018.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA
Presidente da Comissão de Licitações

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 38/2015 - FMS

Publicação Nº 1492465

Contrato Nº : 38/2015
Aditivo Nº : 3TA Ctr 38/2015/2018
Tipo Aditivo : Prorrogação
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS MORI LTDA - ME
Licitação : Inexigibilidade 4/2015
Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde,

segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2.801 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de Fevereiro de 1999 e Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Vigência : Início: 02/01/2018 Término: 01/01/2019

Assinatura : 02/01/2018

Valor R\$: 138.000,00 (Cento e Trinta e Oito Mil Reais)

Dotação : 229 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 42/2015 - FMS

Publicação Nº 1492464

Contrato Nº : 42/2015

Aditivo Nº : 3TA Ctr 42/2015/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 8/2015

Objeto : Credenciamento de prestadores de serviços de saúde, segundo o disposto na Portaria Ministerial nº 2.821 de 14 de maio de 1998, Portaria Ministerial nº 35 de 04 de fevereiro de 1999 e Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000.

Vigência : Início: 02/01/2018 Término: 01/01/2019

Assinatura : 02/01/2018

Valor R\$: 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2018 – FMAS

Publicação Nº 1492288

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA Nº 04/2018 – FMAS

ESPÉCIE: Justificativa de dispensa de edital de Chamamento Público e realização do Termo de Fomento a ser celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCORDIA, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, representado por seu Gestor, DENISE JUSTI LOPES e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, inscrita no CNPJ sob nº 83.076.232/0001-50, representada pelo seu Presidente, Sr. Mauro Krohn.

OBJETO: Destinação de Recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para a Proteção Social Básica, destinado ao Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência.

VALOR: R\$ 9.818,18 (nove mil, oitocentos e dezoito reais e dezoito centavos) em até 11 parcelas, podendo chegar ao valor total de R\$ 108.000,00 (cento e oito mil reais).

PRAZO: Até 31 de dezembro de 2018, a partir da data de assinatura do termo de Fomento.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO FMS 02/2018

Publicação Nº 1492469

Extrato DO CONTRATO FMS N. 02/2018

PROCESSO LICITATORIO Nº 09/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2018

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LOCADOR: SATI TELECOM LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente contrato é a locação de central telefônica para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Cordilheira Alta, com as seguintes especificações: Locação de equipamento central telefônica marca Siemens modelo Hipath 3550 com capacidade final para 146 portas equipada com 08 troncos analógicos, 20 ramais analógicos, 08 ramais digitais e 20 ramais lps, e 01 terminal para telefonista Optipoint500.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/12/2018, período após o qual estará automaticamente rescindido.

VALOR: O valor do aluguel mensal pelo uso do equipamento ora locado será de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação: Projeto/Atividade n. 2.019. Modalidade de Aplicação n. 3.3.90.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Alex de Andrade

Cordilheira Alta/SC, 09/01/2018.

EXTRATO PROC. 09/2018 DISPENSA DE LICITAÇÃO 08/2018

Publicação Nº 1492411

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO: 09/2018

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 08/2018

SOLICITANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDILHEIRA ALTA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de central telefônica para o Fundo Municipal de Saúde de Cordilheira Alta de Cordilheira Alta.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$7.632,30 (sete mil seiscentos e trinta e dois reais e trinta centavos).

CONTRATADO: Sati Telecom Ltda.

Cordilheira Alta, SC, em 09 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP FMS N° 01/2018

Publicação N° 1492304

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P FMS N° 01/2018.
Objeto: AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL.
Tipo: menor preço por lote.
Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 29/01/2018.
Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 29/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 16 janeiro de 2018.
Izeu Jonas Tozetto
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

CONTRATO Nº 064/2017

Publicação Nº 1491677

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 064/2017.

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 086/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, A SEREM AOS MUNICÍPIOS DE CORONEL MARTINS, CONFORME DIRETRIZES DO SUS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 01.336.261/0001-40

CONTRATADO: CIS-AMOSC

CONTRATO Nº 065/2017

Publicação Nº 1491679

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO Nº 065/2017.

MÊS/ANO: DEZEMBRO/2017 NÚMERO CONTRATO: 0137/2017

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/12/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATO DE RATEIO DAS DESPESAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL, A SEREM AOS MUNICÍPIOS DE CORONEL MARTINS, CONFORME DIRETRIZES DO SUS.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Edson Valgoi OAB/SC 21.916

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 01.336.261/0001-40

CONTRATADO: CIS-AMOSC

Correia Pinto**PREFEITURA****CONVOCAÇÃO 003.2018 -PREFEITURA EDITAL 03/2018**

Publicação Nº 1492102

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO
03/2018 - PMCP

CASIMIRO REUTER DE LIZ, Prefeito em exercício do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e na forma do disposto no item 9.1 do Edital nº 03/2017, CONVOCA os candidatos inscritos e aprovados abaixo relacionados, para comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do Edital e apresentação de documentação descrita no Anexo I.

Após a apresentação da documentação, o candidato será encaminhado para Exame Admissional na forma do disposto no item 9.2. Atendendo todas as exigências, será oportunamente convocado à assumir vaga em caráter temporário tendo como base a aprovação em Processo Seletivo homologado pelo Decreto 1258/2018.

O prazo para apresentação da DOCUMENTAÇÃO COMPLETA ao Departamento de Recursos Humanos é de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação desta no site www.correiapinto.sc.gov.br.

O não comparecimento no prazo estipulado, caracteriza a desistência do certame.

Class.	Nome	Cargo
1	IGOR KICH EBERLE	Médico Clínico Geral 40H
1	MANOEL CLARO ALVES NETO	Médico - ESF
1	MARIA LUCIA CORREIA DA COSTA	ACS - ESF São João
2	ANA CLAUDIA BRANCO	ACS - ESF São João
7	ROZILDA APARECIDA FONSECA	Agente Serviços Gerais A
8	MARIANE BARROS PEREIRA	Agente Serviços Gerais A
9	RAFAELA CRISTINA ZEFERINO	Agente Serviços Gerais A

Correia Pinto SC, 16 de Janeiro de 2018.

CASIMIRO REUTER DE LIZ

Prefeito em Exercício

ANEXO I

Nome: _____

Telefone: () _____ - _____ () _____ - _____

E.mail: _____

Cargo / Função: _____

Conta Bancária (Consultar RH) Agência _____ Conta Corrente _____

- () 01 foto 3x4 recente
() Registro Geral (identidade)
() CPF
() Título de eleitor
() Carteira de trabalho
() Cadastro do PIS/PASEP
() Certificado de Reservista;
() Certidão de casamento atualizada;
() Comprovante de Residência;
() Exame médico admissional

Conforme exigência do edital do concurso público ou teste seletivo apresentar:

- () Carteira de Motorista () Comprovante de Escolaridade
() Inscrição Profissional

Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar

- () Certidão de Nascimento; () comprovante de matrícula escolar
() Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);

DECLARAÇÕES

- () Declaração de bens
() Declaração quanto ao acúmulo de cargos públicos
() Declaração de inoccorrência de nepotismo
() se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início.

CERTIDÕES

- () Quitação eleitoral e Crimes Eleitorais - Justiça Eleitoral <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>



<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>
() Civil e Criminal - Justiça Federal <http://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>
() Civil e Criminal - Justiça Estadual
<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>
() Certidão de "Nada Consta" do TCE e TCU
<https://contas.tcu.gov.br/certidao/Web/Certidao/NadaConsta/home.faces>
<http://servicos.tce.sc.gov.br/certidaoseg/>

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - CT 0004/2017 - PMCP

Publicação Nº 1491683

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
EXTRATO DE CONTRATO - 0004/2017
ADITIVO DE TEMPO
Instrumento: 1274/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 0004/2017 PMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e
INTELLIBR SISTEMAS LTDA,
CNPJ: 08.982.125/0001-76

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 0004/2017, de 13 de janeiro de 2017, para a contratação de serviço especializado na área de informática, para LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA GESTÃO ESCOLAR INTEGRADO, COMPREENDENDO SISTEMAS DE: CADASTRO DE UNIDADES ESCOLAR; MATRIZ CURRICULAR; FÓRMULAS DE AVALIAÇÃO; CALENDÁRIO ESCOLAR; ENSINO INFANTIL; ENSINO REGULAR; GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS; CONSULTA, ESTATÍSTICO E GERENCIAL (WEB); E PORTAL DO ALUNO (WEB), BEM COMO SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO NOS REFERIDOS SISTEMAS, CONFORME CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS E DESCRIÇÕES DEFINIDAS NOS SEUS ANEXOS, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Valor total: R\$3.832,00
Valor mensal: R\$ 319,33

Vigência: 31/12/2017 a 31/12/2018
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 10/2017 PMCP

Publicação Nº 1491692

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 10/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO
Partes:
Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
ENGELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, CNPJ 00.676.624/0001-23.

Instrumentos:
Contrato 1286/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 0767/2017 PMCP;
Contrato 1287/2017 FMS, de prorrogação do Contrato 0768/2017 FMS;
Contrato 1288/2017 FMAS, de prorrogação do Contrato 0769/2017 FMAS;
Contrato 1289/2017 FHM, de prorrogação do Contrato 0770/2017 FHM;
Contrato 1290/2017 FMEC, de prorrogação do Contrato 0771/2017 FMEC.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta dos Contratos Administrativos supracitados, de 28 de julho de 2017, referente ao processo 10/2017 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL HABILITADO/EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELETRICISTA PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Vigência: 31/12/2017 à 31/12/2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 21/2017 PMCP

Publicação N° 1491689

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 21/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ: 00.456.865/0001-67.

Instrumentos:

Contrato 1285/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 0561/2017.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula segunda do Contrato Administrativo nº 0561/2017, de 28 de abril de 2017, referente ao processo 21/2017 PMCP, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Vigência: 31/12/2017 a 31/12/2018
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 27/2016 PMCP

Publicação N° 1491719

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2016 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO TEMPO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA .
CNPJ: 83.073.536/0001-64

Instrumento:

Contrato nº 1283/2017, de prorrogação do Contrato 598/2016;

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 598/2016, de 09 de dezembro 2016, vinculado ao edital de Concorrência Pública – Processo nº 27/2016 e seus anexos, referente a serviços de Engenharia Sanitária para realizar a Gestão dos resíduos produzidos pelo Município, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Item	Descrição	Unid	Qtde	Valor unit. mensal
1	COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO, DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, COM MÉDIA ESTIMADA DE 280 KG/MÊS.	mês	12	R\$ 4.194,12
3	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAIS E PÚBLICOS DA ÁREA URBANA. 165 TONELADAS MÊS.	mês	12	R\$ 66.804,20
4	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E REJEITOS DO CENTRO DE TRIAGEM. 165 TONELADAS MÊS.	mês	12	R\$ 19.784,79
				R\$ 90.783,11

Vigência: 31/12/2017 a 28/02/2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO -
PROCESSO 37/2017 PMCP**

Publicação Nº 1491694

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Partes:

Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
ENGELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP, CNPJ
00.676.624/0001-23.

Instrumentos:

Contrato 1291/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 0816/2017 PMCP.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta do Contrato Administrativo nº 0816/2017, de 06 de setembro de 2017, referente ao processo 37/2017 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS VISANDO A MANUTENÇÃO, REVISÃO E RESTAURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Vigência: 31/12/2017 à 31/12/2018.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO -
PROCESSO 58/2015 PMCP, FHM, FMEC, FMAS, FMS**

Publicação Nº 1491688

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 58/2015
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
BETHA SISTEMAS LTDA, CNPJ: 00.456.865/0001-67.

Instrumentos:

Contrato 1280/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 002/2016;
Contrato 1281/2017 FMS, de prorrogação do Contrato 007/2016;
Contrato 1282/2017 FMAS, de prorrogação do Contrato 005/2016;
Contrato 1283/2017 FHM, de prorrogação do Contrato 003/2016;
Contrato 1284/2017 FMEC, de prorrogação do Contrato 004/2016.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula primeira dos Contratos Administrativos supracitados, de 04 de janeiro de 2016, referente ao processo 58/2015 PMCP, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Vigência: 31/12/2017 a 31/12/2018

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO -
PROCESSO 60/2017 PMCP**

Publicação Nº 1491680

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 60/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA ME, CNPJ: 08.543.640/0001-50.

Instrumentos:

Contrato 1275/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 1266/2017;
Contrato 1276/2017 FMS, de prorrogação do Contrato 1267/2017;
Contrato 1277/2017 FMAS, de prorrogação do Contrato 1268/2017;
Contrato 1278/2017 FHM, de prorrogação do Contrato 1269/2017;
Contrato 1279/2017 FMEC, de prorrogação do Contrato 1270/2017.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quarta dos Contratos Administrativos supracitados, de 18 de dezembro de 2017, referente ao processo 60/2017 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET FIBRA ÓPTICA PARA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Vigência: 31/12/2017 até 31/12/2018.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

**EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO -
PROCESSO 62/2013 E 68/2013 - PMCP**

Publicação Nº 1491717

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA)
CNPJ: 09.427.503/0001-12

Instrumento: Contrato nº 1292/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 576/2015.

O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo n.º 576/2015, nos termos do art. 57, II, da Lei n. 8.666/1993, sendo sua vigência até 31 de dezembro de 2018.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 62/2013

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS EXPEDIDOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA (DOM/SC), ADMINISTRADO PELO CIGA.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2013

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA, APROVADO PELO CIGA.

Vigência: 31/12/2017 a 31/12/2018

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 63/2017 PMCP

Publicação Nº 1491665

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 63/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO
ADITIVO DE TEMPO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
ASFAG LTDA ME, CNPJ: 03.680.516/0001-12.

Instrumentos:
Contrato 1273/2017 PMCP, de prorrogação do Contrato 1260/2017 PMCP.

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência descrito na Cláusula Quinta do Contrato Administrativo nº 1260/2017, de 15 de dezembro de 2017, referente ao processo 63/2017 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRE, LOMBADAS, ESTACIONAMENTOS, VAGAS PREFERENCIAIS E DE MAIS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ROÇADAS DE RUAS, PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS, ROTULAS E MARGINAIS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ficando ampliado o prazo inicialmente estabelecido, mantido o mesmo contratado e respeitadas as condições anteriormente ajustadas, conforme previsão legal.

Vigência: 31/12/2017 até 31/12/2018.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 60/2017 PMCP

Publicação Nº 1491678

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 60/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
GUSTAVO ZANATTA E CIA LTDA ME, CNPJ: 08.543.640/0001-50.

Instrumentos:
Contrato 1266/2017 PMCP.
Contrato 1267/2017 FMS;
Contrato 1268/2017 FMAS;
Contrato 1269/2017 FHM;
Contrato 1270/2017 FMEC.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL FORNECIMENTO DE LINK DE INTERNET FIBRA ÓPTICA PARA PREFEITURA, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES, DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento dos itens nº 1, 2, 3, 4 E 5, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 60/2017 – PMCP e seus anexos.

Item	Descrição do produto	Quant.	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Fornecimento de link de internet fibra óptica 30 mb.	24	UNIDADE	206,9092	4.965,82
02	Fornecimento de link de internet fibra óptica 20 mb.	216	UNIDADE	157,6457	34.051,47
03	Fornecimento de link internet fibra óptica 15 mb.	120	UNIDADE	101,4844	12.178,13
04	Fornecimento de link internet fibra óptica 10 mb.	528	UNIDADE	75,8670	40.057,78
05	Instalação para o fornecimento de link de internet.	37	UNIDADE	209,3731	7.746,80
				TOTAL	90.000,00
Quantidade/valor a serem distribuídos de acordo com o ANEXO II - Termo de Referência, do edital 60/2017 PMCP.					

Vigência: 18/12/2017 até 31/12/2017
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 63/2017 PMCP

Publicação Nº 1491664

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 63/2017 PMCP
EXTRATO DE CONTRATO

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:
ASFAG LTDA ME, CNPJ: 03.680.516/0001-12.

Instrumentos:
Contrato 1260/2017 PMCP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS PARA PINTURA DE FAIXAS DE PEDESTRE, LOMBADAS, ESTACIONAMENTOS, VAGAS PREFERENCIAIS E DE MAIS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, ROÇADAS DE RUAS, PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS, ROTULAS E MARGINAIS DO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC.

Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento do item nº 01, com as características constantes da proposta julgada vencedora, para atender as necessidades da CONTRATANTE, pelo preço decorrente do Pregão Presencial n. 63/2017 – PMCP e seus anexos.

Item	Descrição do Produto	Quant.	Unidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Prestação de serviços para pintura de faixas de pedestre, lombadas, estacionamento, vagas preferenciais e de mais serviços de sinalização viária, roçadas de ruas, praças, canteiros centrais, rotulas e marginas do município. Com 12 prestadores de serviço e atendendo as normas regulamentadoras de segurança.	10	UNID.	2.480,00	24.800,00
				TOTAL	24.800,00

Vigência: 15/12/2017 até 31/12/2017
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4633/18

Publicação Nº 1492297

PORTARIA Nº 4633/18
CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR ALCEU TODT.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de F-2, do servidor ALCEU TODT, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de janeiro de 2018.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4634/18

Publicação Nº 1492349

PORTARIA Nº 4634/18
CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA BRUNA DAIANE DALÇOQUIO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora BRUNA DAIANE DALÇOQUIO junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de janeiro de 2018.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 4635/18

Publicação Nº 1492354

PORTARIA Nº 4635/18

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA DEBORA CAROLINE SCHMOELLER.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora DEBORA CAROLINE SCHMOELLER junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de janeiro de 2018.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

PORTARIA Nº 4636/18

Publicação Nº 1492364

PORTARIA Nº 4636/18

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DO SERVIDOR ORLANDO ZANCANELLA JUNIOR.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, do servidor ORLANDO ZANCANELLA JUNIOR, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de janeiro de 2018.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

PORTARIA Nº 4637/18

Publicação Nº 1492403

PORTARIA Nº 4637/18

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA WANDERLEIA AUERHAHN CAETANO.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora WANDERLEIA AUERHAHN CAETANO junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

PORTARIA Nº 4638/18

Publicação Nº 1492409

PORTARIA Nº 4638/18

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA RUBIA OLIARI.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora RUBIA OLIARI junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
17 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

PORTARIA Nº 4639/18

Publicação Nº 1492437

PORTARIA Nº 4639/18

CANCELA FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2, DA SERVIDORA RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no item VII, do Art. 66, da Lei Orgânica Municipal e amparado no § 1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica cancelada a Função Gratificada, com denominação de FG – 2, da servidora RAQUEL SILMARA KLITZKE DA VEIGA, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos até a data de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

PORTARIA Nº 4640/18

Publicação Nº 1492440

PORTARIA Nº 4640/18

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA FG – 2 A SERVIDORA DAYANA JOYCE MAHS DE FREITAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica do Município e amparado no §1º do artigo 22 da Lei Complementar nº 014 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida Função Gratificada, com denominação de FG – 3, a servidora JOYCE MAHS DE FREITAS, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA DE UNIDADE BÁSICA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar atividades de alimentação dos sistemas de vigilância Epidemiológica e Imunização, além das demais atividades que desempenha como enfermeira na Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 02 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO 01/2013

Publicação N° 1492051

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Quinto Termo aditivo ao Termo de Concessão nº 01/2013

Partes: Município de Cunha Porã o GL AUTO SOCORRO – EIRELI – ME.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto promover o reequilíbrio econômico financeiro do Termo de Concessão nº 01/2013 até 30/09/2018.

Processo Licitatório nº 1577/2013, Concorrência nº 01/2013.

Valor Mensal: R\$ 1.800,00.

Vigência: 01/01/2018 até 30/09/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO N° 08/2018

Publicação N° 1492046

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 08/2018

Partes: Município de Cunha Porã o CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMERIOS – CIS-AMERIOS.

Objeto: Este contrato tem por objeto disciplinar o repasse financeiro do município para manutenção das atividades do CIS/AMERIOS e/ou elaboração e execução de projetos específicos ou aquisição de bens e serviços, consultas, exames, procedimentos cirúrgicos, pessoal e manutenção de software de gerenciamento.

Processo Licitatório nº 05/2018, Dispensa por Justificativa nº 04/2018.

Valor Total: R\$ 173.143,20.

Vigência: 02/01/2018 até 31/12/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO N° 09/2018.

Publicação N° 1492048

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Contrato Administrativo nº 09/2018

Partes: Município de Cunha Porã ao empresa INFO DIGITALE.

Objeto: LOCAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA GEDOR (GERENCIADOR ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS) SOB FORMA DE LICENÇA DE IUSO, NÃO EXCLUSIVA, EM AMBIENTE WINDOWS.

Processo Licitatório nº 04/2018, Dispensa por Limite nº 03/2018.

Valor Total: R\$ 5.026,20

Vigência: 02/01/2018 até 31/12/2018.

JAIRO Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

Curitibanos

PREFEITURA

ATA CREDENCIAMENTO Nº 41/2017

Publicação Nº 1492624

ATA CREDENCIAMENTO Nº 41/2017

Aos quinze dias do mês de Janeiro de 2018 na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação e o Sr. Éder Luciano Pereira, participante do certame, para abertura dos envelopes de documentação de habilitação, sendo que foi verificado o que segue: Participou do Credenciamento nº 41/2017 os interessados NEOMAR PINTO RIBEIRO, TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS, ADRIEL DA CRUZ ALÍPIO, COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CECAFES, SERVINA ORTIZ DOS SANTOS, SEBASTIÃO TADEU DOS SANTOS, VALDOIR DE SOUZA, FÁTIMA TERESINHA RODERMEL, ÉDER LUCIANO PEREIRA, LUIZ ROSALINO DE ALMEIDA, LULIS GIROTTTO, ADAIR PELOZZATO, MARGARIDA DOS SANTOS, COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE CURITIBANOS E REGIÃO – COPERPLAN, sendo que todos apresentaram a documentação exigida em Edital, portanto, considerados habilitados. Após esta fase, foram abertos os envelopes de projeto de venda, o qual verificou-se que, todos os habilitados apresentaram projetos de venda em conformidade com o Edital, sendo considerados classificados, na sequência foi analisado a ordem de prioridade de compra conforme critério de seleção dos beneficiários (item 5 do Edital), o qual segue: 1º Neomar Pinto Ribeiro; Luiz Rosalino de Almeida, Lulis Girotto, Margarida dos Santos Neves, Valdoir de Souza, Adriel da Cruz Alípio, Terezinha de Jesus dos Santos, por se tratar de grupo de projeto local e assentados; 2º Cooperativa de Agricultores Familiares de Curitibanos e Região por se tratar de grupo de projeto local e ser grupo formal; 3º Adair Pelozatto, Eder Luciano Pereira, Fatima Teresinha Rodermel, Sebastião Tadeu dos Santos, Servina Ortiz dos Santos, por se tratar de grupo de projeto local; 4º COOPERATIVA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CECAFES por se tratar de grupo formal. Fica aberto o prazo de 5 (cinco) dias úteis conforme item 4.4 do Edital, para apresentação e comprovação de que todos os participantes do Projeto de Venda da Cooperativa de Agricultores Familiares de Curitibanos e Região, são parte integrante da DAP jurídica.

Diego Sebem Wordell
Presidente da CPL

Cristina Melo Menegotto
Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva
Membro

Descanso

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 01/2018 AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DE ACORDO COM A LEI 11.947/09

Publicação Nº 1492744

MUNICIPIO DE DESCANSO
AVISO DE LICITAÇÃO
CHAMADA PÚBLICA 01/2018

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, de acordo com a Lei 11.947/09. Encontra-se aberto o edital de Chamada Pública conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e Projetos de Venda até às 17:00 horas do dia 06/02/2018, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Marechal Deodoro, 146. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 17 de janeiro de 2018.
Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

DECRETO 1913/2018 FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DOS VENCIMENTOS DA ARRECAÇÃO DO IPTU, TLLFV, ISSQN-FIXO E ALVARÁ SANITÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Publicação Nº 1491764

DECRETO Nº 1913/2018, de 12 de janeiro de 2018.

FIXA O CALENDÁRIO FISCAL DOS VENCIMENTOS DA ARRECAÇÃO DO IPTU, TLLFV, ISSQN-FIXO E ALVARÁ SANITÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 113 a 144, inciso II e III do Art. 227 e §§ 6º e 7º do Art. 249 da Lei Complementar nº 01/2005, de 28.09.2005 e a legislação vigente no que se aplica,

DECRETA:

Art. 1º O lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, incidente sobre os lotes e chácaras urbanas, para o exercício de 2018 será feito da seguinte forma:

§ 1º Em parcela única com vencimento apurado em 15 de maio de 2018, com desconto de 10% (dez por cento).

§ 2º Em até seis vezes, com parcelas mensais não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da URFM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com vencimentos em 15 de maio, 15 de junho, 13 de julho, 15 de agosto, 14 de setembro e 15 de outubro de 2018.

Art. 2º O lançamento do Imposto Sobre Serviços - ISS, será feito conforme art. 227 da Lei Complementar nº 33/2017, de 27 de setembro de 2017, nos seguintes prazos:

I - Mensalmente no total de 12 (doze) parcelas, em 20 de cada mês, nos casos do imposto ser homologado ou por estimativa;

II - Mensalmente, no total de 12 (doze) parcelas, com valor não inferior a 15% (quinze por cento) da UFRM, com vencimento no dia 20 de cada mês, quando do recolhimento do ISS Fixo, iniciando a primeira parcela em 20 de março de 2018;

Art. 3º O lançamento da Taxa de Licença, Localização, Funcionamento e Taxa de Fiscalização e Vistoria, para o exercício de 2018 será da seguinte forma:

§ 1º Em parcela única com vencimento apurado em 20 de março de 2018, com desconto de 10% (dez por cento).

§ 2º Em até seis vezes, com parcelas mensais não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da URFM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, com vencimentos para 20 de março, 20 de abril, 18 de maio, 20 de junho, 20 de julho e 20 de agosto de 2018.

Art. 4º O lançamento da Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária Municipal, para o exercício de 2018 será em parcela única com vencimento apurado em 15 de agosto de 2018.

Art. 5º No caso de pagamentos posteriores à data referida no carnê de recolhimento, estes sofrerão acréscimos previstos na legislação vigente.

Art. 5º O lançamento do IPTU, ISS-Fixo, TLLFV e Taxa dos Atos da Vigilância Sanitária Municipal serão feitos em reais.

Art. 6º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 12 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 1914/2018 ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 1881/17, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE DESCANSO.

Publicação Nº 1491937

DECRETO Nº 1914/2018, de 16 de janeiro de 2018.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO DECRETO MUNICIPAL Nº 1881/17, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido ao Art. 3º, o inciso VIII ao Decreto Municipal n. 1881, de 24 de agosto de 2017 com a seguinte redação:

"Art. 3º ...

VIII – Controle Interno."

Art. 2º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso - SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 1915/2018 REVOGA O DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA 1499/2013.

Publicação Nº 1491940

DECRETO 1915/2018, de 16 de janeiro de 2018.

REVOGA O DECRETO DE UTILIDADE PÚBLICA 1499/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com art. 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, Considerando, a perda do objeto da declaração de utilidade pública instituída pelo Decreto 1499/2013;

Considerando, o atingimento da finalidade mediante a edificação da estação de tratamento em local diverso do imóvel em questão e o desinteresse da administração pública em utilizar área para outros fins e a indisponibilidade orçamentária e financeira para o adimplemento do preço;

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado na íntegra o Decreto Municipal nº 1.499, de 16 de Julho de 2013.

Art. 2º. Ficam determinadas as providências para tornar sem efeitos a AV-4-3.168, da Matrícula n. 3.168, do Registro Imobiliário da Comarca de Descanso.

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Descanso/SC, 16 de Janeiro de 2018.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

LEI 1578/2018 AUTORIZA REAJUSTE DE 2,5% DAS TABELAS DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS, CARGOS EM COMISSÃO E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E CONSELHEIROS TUTELARES DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1492151

LEI Nº1578/2018, de 16 de janeiro de 2018.

AUTORIZA REAJUSTE DE 2,5% DAS TABELAS DE VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS, CARGOS EM COMISSÃO E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E CONSELHEIROS TUTELARES DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reajustar as tabelas de vencimentos, salários, proventos, funções gratificadas, cargos em comissão e vantagens dos seus servidores públicos municipais, ativos, inativos e pensionistas, no percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento).

Parágrafo único. Estão excluídos do reajuste que trata o caput deste artigo os Agentes Políticos do Poder Executivo Municipal, mais especificamente Prefeito, Vice e Secretários Municipais.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta dos orçamentos municipais vigentes em cada exercício financeiro.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar do dia primeiro do mês de janeiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 1912/2018 REVISAR EM 2,07% OS NÍVEIS DE REFERÊNCIAS DAS TABELAS DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS, CARGOS EM COMISSÃO E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E CONSELHEIROS TUTELARES, BEM COMO DOS AGENTES POLÍTICOS E EQUIPARADOS

Publicação Nº 1491711

DECRETO Nº 1912/2018, de 10 de janeiro de 2018.

REVISAR EM 2,07% OS NÍVEIS DE REFERÊNCIAS DAS TABELAS DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS, CARGOS EM COMISSÃO E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS e CONSELHEIROS TUTELARES, BEM COMO DOS AGENTES POLÍTICOS E EQUIPARADOS, DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 31, §1 da Lei nº 1560/2017, de 16.10.2017, Art. 7º, inciso IV c/c a revisão de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, *Decreto Federal nº 8.948, de 29, de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei Federal nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo*, Art. 3º, da Lei nº 506/2004, de 06.04.2004, § 2º, do Art. 33, da Lei 848/2009, de 12.06.2009 e pelo Art. 86, inciso IX c/c o Art. 106, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Descanso, e Considerando a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ocorrido no período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2017, resultando no acumulado, conforme demonstrado na tabela que segue:

MÊS/ANO	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17
INPC	0,42	0,24	0,32	0,08	0,36	-0,30	0,17	-0,03	-0,02	0,37	0,18	0,26
Acumulado	0,42	0,66	0,98	1,06	1,43	1,12	1,30	1,27	1,24	1,62	1,80	2,07

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam revisadas pela variação oficial acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do período de janeiro a dezembro de 2017, no percentual de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento) os níveis de referências das tabelas dos vencimentos, salários, remunerações, funções gratificadas, cargos em comissão e vantagens dos servidores públicos municipais, ativos, proventos dos inativos, aposentadorias e pensões, agentes políticos e equiparados, que percebem subsídios, tais como: Prefeito, vice, secretários e vereadores, bem como aos Conselheiros Tutelares, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, a partir do mês de janeiro de 2018, conforme anexos I e II, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Com base no Art. 3º da Lei Municipal nº 506/2004, de 06 de abril de 2004, fica elevado o piso salarial dos níveis de referência “01, 02, 03 e 04” instituídos no anexo III, Art. 4º da Lei nº 04/90, de 02 de março de 1990, vencimento base do servidor público municipal do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que não atingiu o valor do salário mínimo nacional fixado pelo Governo Federal, e seus efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro de 2018.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 10 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

ANEXO I, DO DECRETO Nº 1912/2018, de 10.01.2018 – Art. 31, §1º, da Lei nº 1560/2017 - LDO, de 16.10.2017.

ANEXO III, Art. 4º da Lei nº 04/90, de 02.03.90, Lei nº 357/2001, de 18.12.2001, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 392/2002, de 18.06.2002, Art. 1º, da Lei nº 827/2009, de 25.03.2009, Art. 3º, da Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, Art. 1º, da Lei nº 1088/2011, de 17.08.2011, Art. 1º, da Lei nº 1228/2013, de 13.03.2013, Lei nº 1306/2014, de 21.02.2014, Lei nº 1376/2014, de 16.10.2014, Lei nº 1378/2014, de 16.10.2014 e Lei nº 1379/2014, de 16.10.2014.

REFERÊNCIAS E SEUS VALORES PARA 40 e/ou 44 horas semanais.

REFERÊNCIAS	Valores em R\$ a partir 01/2018	Art. 3º, da Lei nº 506/2004, de 06.04.2004, § 2º, do Art. 33, da Lei 848/2009- Salário Mínimo Nacional
<i>Salário Mínimo Nacional</i>	954,00	<i>A partir 01/2018</i> <i>(Decreto Federal nº 8.948, de 29.12.2016)</i>
01	677,70	954,00 – SM
02	745,43	954,00 – SM
03	820,06	954,00 – SM
04	901,88	954,00 – SM
05	992,25	
06	1.091,45	
07	1.200,62	
08	1.320,53	
09	1.452,54	
10	1.597,88	
11	1.757,72	
12	1.933,43	
13	2.126,75	
14	2.339,60	
15	2.573,53	
16	2.830,77	
17	3.113,90	
18	3.425,44	
19	3.767,91	
20	4.144,46	
21	4.559,25	
22	5.015,03	
23	5.516,46	
24	6.068,01	
25	6.675,20	
26	7.342,57	
27	8.076,83	
28	8.884,70	
29	9.773,08	
30	10.750,34	

➔ Valores revisados em 2,07% índice do INPC jan à dez/2017.

Descanso - SC, 10 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

ANEXO II, DO DECRETO Nº 1912/2018, de 10.01.2018 – Art. 31, §1º, da Lei nº 1560/2017 - LDO, de 16.10.2017.**TABELA I**

ANEXO VII, Art. 6º, da Lei nº 04/90, de 02.03.90, Art. 1º da Lei nº 056/97, de 27.02.97, com alterações pela Lei nº 246/99, de 22.12.99. Art. 9º, da Lei nº 625/2005, de 23.11.2005 e Art. 1º, da Lei nº 934/2010 de 15.03.2010 e Lei nº 1333/2014, de 02.06.2014.

GRUPO: DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR – CÓDIGO: DAS

NÍVEL	Valores em R\$ a partir 01/2018
DAS – ½	2.182,42
DAS – B	2.182,42
DAS – 1	2.371,52
DAS – 2	2.608,64
DAS – 3	3.557,31
DAS – 3/A (Lei nº 1333/2014)	4.559,25
DAS – 4	8.537,53

➔ Valores revisados em 2,07% índice do INPC jan à dez/2017.

TABELA II, DO DECRETO Nº 1912/2018, de 10.01.2018 – Art. 31, §1º, da Lei nº 1560/2017 - LDO, de 16.10.2017.

Lei nº 1174/2012, Lei nº 1175/2012, Lei nº 1176/2012, todas de 11.05.2012 e Lei nº 848/2009, de 12.06.2009.

AGENTES POLÍTICOS E EQUIPARADOS	Valores em R\$ a partir 01/2018
Subsídio Prefeito (R\$ 10.980,52 em 01.01.2013 – Lei nº 1174/2012)	14.905,98
Subsídio Vice-Prefeito (R\$ 5.490,28 em 01.01.2013 – Lei nº 1174/2012)	7.453,01
Subsídio Vereador (R\$ 2.493,75 em 01.01.2013 – Lei nº 1176/2012)	3.385,24
Subsídio Secretário (R\$ 3.912,61 em 01.01.2013 – Lei nº 1175/2012)	5.311,33
Conselheiro Tutelar Titular (Referência 01 e/ou Salário Mínimo – Lei 848/2009)	677,70 e/ou 954,00 – SM

➔ Valores revisados em 2,07% índice do INPC jan à dez/2017.

TABELA III, DO DECRETO Nº 1912/2018, de 10.01.2018 – Art. 31, §1º, da Lei nº 1560/2017 - LDO, de 16.10.2017.

ANEXO VIII, Art. 9º da Lei nº 04/90, de 02.03.90 – Alt. Art. 2º, da Lei nº 014/93, de 31.05.93, Lei nº 698/2006, de 27.12.2006, Lei nº 929/2010, de 02.02.2010, Art. 1º, da Lei nº 1244/2013, de 13.05.2013, alterada pela Lei nº 1327/2014.

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

NÍVEL	Valores em R\$ a partir 01/2018	Quantidade
FG – 1	295,12	10
FG – 2	421,44	10
FG – 3	632,09	10
FG – 4	1.166,27	02
FG – 5	1.749,50	01
FG – 6 (Médico do PSF – Lei nº 698/2006, alterada pela Lei nº 1327/2014)	13.444,65	03
FG – 7 (Chefia Equipe de Cardiologia - Lei nº 929/2010)	3.546,27	01
FG – 8 (Assessorar Un.Bás. de saúde - Lei nº 1244/2013, alterada pela Lei nº 1327/2014)	13.444,65	01

➔ Valores revisados em 2,07% índice do INPC jan à dez/2017.

Descanso - SC, 10 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

ANEXO III, DO DECRETO Nº 1912/2018, de 10.01.2018 – Art. 31, §1º, da Lei nº 1560/2017 - LDO, de 16.10.2017.

TABELA IV

GRUPO: MAGISTÉRIO

TABELA DE ISONOMIA SALARIAL - Anexo II, da Lei nº 263/2000, de 03.04.2000 (40 horas semanais)

Categoria Funcional		Referências - Valores em R\$ a partir 01/2018				
Cargos/Habilitação	Nível	A	B	C	D	E
➤ Professor: Ensino Médio (Normal)	1	2.013,50	2.049,75	2.086,61	2.124,18	2.162,37
	2	2.201,26	2.240,85	2.281,19	2.322,19	2.363,93
➤ Professor: (Ensino Superior) Especialista em Assuntos Educação (Pedagogia)	3	2.406,50	2.449,79	2.493,88	2.538,76	2.584,43
	4	2.630,95	2.678,30	2.726,45	2.775,49	2.825,44
	5	2.876,25	2.927,99	2.980,66	3.034,30	3.088,89

➔ Valores revisados em 2,07% índice do INPC jan à dez/2017.

➔ Obs: Os valores dos níveis da presente tabela, que não atingirem o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, serão automaticamente ajustados e elevado àquele valor (Portarias Interministeriais 7/2016 e 8/2017, o percentual de reajuste do piso nacional dos professores para 2018 será de 6,81% elevando o valor de R\$ 2.298,80 em 2017 para **R\$ 2.455,35** em 2018).

TABELA V, DO DECRETO Nº 1912/2018, de 10.01.2018 – Art. 31, §1º, da Lei nº 1560/2017 - LDO, de 16.10.2017.

OPERACIONALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS DE ESTUDANTES DO MUNICÍPIO

Art. 1º, Parágrafo único da Lei nº 1305/2014, de 21 de fevereiro de 2014.

ESTUDANTES REGULARMENTE MATRICULADOS E FREQUENTANDO - Nível	Carga horária	Valores em R\$ a partir 01/2018
Ensino médio	20 horas semanais	408,28
	30 horas semanais	459,31
Técnico profissionalizante	20 horas semanais	510,35
	30 horas semanais	561,38
Ensino superior	20 horas semanais	612,42
	30 horas semanais	692,03

➔ Convênios e/ou contratos, com entidades legalmente constituídas, que objetivem a operacionalização e realização de estágios.

Descanso - SC, 10 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

Doutor Pedrinho**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA MESA DIRETORA Nº 08/2018**

Publicação Nº 1492439

ATO DA MESA DIRETORA nº 08, de 12/01/2018

Dispõe sobre a revisão geral anual 2018, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 31 a 34 e 39 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e fundamentada nas Leis Complementares nº 101, de 14/12/2011, e nº 132, de 26/02/2016; e

Considerando-se que a Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011, regulamentou a revisão geral anual na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da CF, definindo os elementos essenciais para possibilitar que seja baixado regulamento tão somente para implementar anualmente o referido direito aos agentes públicos;

Considerando-se que o índice acumulado do INPC/IBGE do período de janeiro até dezembro/2017 correspondeu a 2,07%;

Considerando-se que compete ao Poder Legislativo promover a revisão geral anual da remuneração de seus servidores, bem como aos subsídios dos agentes políticos fixados pela Lei nº 866, de 01/07/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Os salários ou subsídio dos servidores e agentes públicos do Poder Legislativo do Município serão revistos, no mês de janeiro/2018, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelece a Lei Complementar nº 101, de 14/12/2011, regulamentada na forma desta Resolução.

§ 1º - A revisão geral anual de que trata o "caput" deste artigo, para o exercício de 2018, será correspondente a 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento) relativo ao índice do INPC/IBGE acumulado no período de janeiro a dezembro/2017, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano corrente.

§ 2º - A revisão será aplicada a todos os salários e/ou subsídios de empregos de provimento efetivo ou comissionados, bem como ao subsídio dos agentes remunerados na forma da Lei nº 866, de 01/07/2016.

Art. 2º - Será aplicado ao valor do auxílio-alimentação o percentual da revisão disciplinado nesta Resolução, a contar de 1º de janeiro do ano corrente.

Parágrafo único - O percentual da revisão de que trata esta Resolução, incide, integralmente, para atualização do valor das Funções Gratificadas de que trata o Anexo III da Lei Complementar nº 132, de 26/02/2016.

Art. 3º - Para os salários majorados automaticamente devido à elevação do salário mínimo ou do piso salarial em 2018, o referido aumento deverá ser compensado quando da aplicação do disposto nesta Resolução.

Art. 4º - A despesa decorrente da aplicação deste Ato Administrativo correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual do Poder Legislativo do Município de Doutor Pedrinho - SC.

Art. 5º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros ao dia 1º de Janeiro do ano corrente.

Câmara Municipal de Vereadores, 12 de janeiro de 2018.

TONY TADEU NONES

Presidente da Câmara

LUIZINHO PEREIRA DA SILVA

Primeiro Secretário da Câmara

ANEXO I DA LC Nº 132, DE 2016 – CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADO

Quant.	Cargo	Requisitos	Salários	Carga Horária
1	Assessor(a) Jurídico(a)	Graduação em curso superior de Direito e Registro na OAB.	R\$ 3.393,73	05 horas semanais
1	Assessor(a) Legislativo(a)	2º Grau completo	R\$ 1.696,86	40 horas semanais

ANEXO II DA LC Nº 132, DE 2016 – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Quant.	Cargo	Requisitos	Salários	Carga Horária
1	Assessoria Contábil	Graduado em Ciências Contábeis e registro junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).	R\$ 818,82	10 horas semanais
1	Auxiliar Administrativo	Graduado ou estar cursando curso de graduação nas seguintes áreas: Ciências Contábeis, Direito, Economia ou Administração	R\$ 1.311,40	40 horas semanais

1	Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino Fundamental	R\$ 310,63	10 horas semanais
---	-----------------------------	--------------------	------------	-------------------

ANEXO III DA LC Nº 132, DE 2016 – FUNÇÃO GRATIFICADA (FG)

Quant.	Sigla	Valor (R\$)
3	FG1	R\$ 435,14

LC nº 67, de 2008 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Descrição	2018
Valor Mensal (20 dias úteis)	R\$ 141,46
Valor Diário	R\$ 7,07

LEI Nº 866, DE 2016 – SUBSÍDIO PARLAMENTARES

Função	Valor Mensal (R\$)
Vereador	R\$ 1.531,05
Vereador Presidente	R\$ 2.296,58

ATO DA MESA DIRETORA Nº 09/2018

Publicação Nº 1492441

ATO DA MESA DIRETORA nº 09, de 12/01/2018

Nomeia Luiz Claudio Kades no cargo em comissão de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Doutor Pedrinho, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Orgânica do Município e pelos artigos 31 a 34 e 39 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, e fundamentada no art. 37, II in fine e V, da Constituição Federal, no art. 450 c/c com os artigos 468 e 499 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e nas Leis Complementares nº 132, de 26/02/2016, e nº 50, de 16/10/2006;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, com base nos artigos 11 e 13, I, da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006, o profissional abaixo relacionado, para cargo em comissão da Câmara de Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, a contar de 15 de Janeiro do ano corrente:

Nome	CPF/RG	Denominação do Cargo	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
LUIZ CLAUDIO KADES	693.125.329-87 1.699.893-6	Assessor Jurídico	05 horas	3.393,73

§ 1º - O contratado ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

§ 2º - O provimento do cargo se dá em caráter provisório, sendo regido pelo critério de confiança dos superiores hierárquicos.

Art. 2º - Convoca o servidor para tomar posse nos termos do artigo 21 e seguintes da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Câmara Municipal de Vereadores, 12 de janeiro de 2018.

TONY TADEU NONES

Presidente da Câmara Primeiro

LUIZINHO PEREIRA DA SILVA

Secretário da Câmara

ATO DA MESA DIRETORA Nº 10/2018

Publicação Nº 1492443

ATO DA MESA DIRETORA nº 10, de 12/01/2018

Estabelece a segunda correção/atualização dos valores das diárias fixadas pela Lei nº 856/2015, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Doutor Pedrinho/SC, nos termos da Lei Orgânica Municipal, dos artigos 31 e 32 do Regimento Interno da Câmara, e fundamentada no artigo 5º, § 2º, da Lei nº 856, de 01/09/2015, resolve:

Art. 1º - Os valores das diárias fixados pelo Anexo I da Lei nº 856, de 2015, já revisados em 2017 pelo Ato da Mesa Diretora nº 01, de 04/05/2017, serão corrigidos ou atualizados para o ano de 2018 com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) apurado no período de Janeiro a Dezembro de 2017.

Art. 2º - Para o exercício de 2018, os valores das diárias do Poder Legislativo do Município de Doutor Pedrinho - SC ficam corrigidos/atualizados em 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento), gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano corrente.

Parágrafo Único – Observado o disposto no caput deste artigo, passa a ser aplicado ao Poder Legislativo de Doutor Pedrinho:

I – Os seguintes valores da diária com pernoite:

Agente Público	Destino do deslocamento		
	Médio Vale	Capital e demais Regiões do Estado	Outros Estados e Distrito Federal
Vereador(a) Presidente da Câmara	R\$ 271,97	R\$ 435,14	R\$ 761,50
Demais Vereadores	R\$ 239,33	R\$ 380,75	R\$ 652,72
Servidores	R\$ 239,33	R\$ 380,75	R\$ 652,72

II – Os seguintes valores da diária sem pernoite (meia diária):

Agente Público	Destino do deslocamento		
	Médio Vale	Capital e demais Regiões do Estado	Outros Estados e Distrito Federal
Vereador(a) Presidente da Câmara	R\$ 135,98	R\$ 217,57	R\$ 380,75
Demais Vereadores	R\$ 119,66	R\$ 190,38	R\$ 326,36
Servidores	R\$ 119,66	R\$ 190,38	R\$ 326,36

Art. 3º - Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018.

Câmara Municipal de Vereadores, 12 de janeiro de 2018.

TONY TADEU NONES

Presidente da Câmara Municipal

LUIZINHO PEREIRA DA SILVA

Primeiro Secretário da Câmara Municipal

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 01/2018

Publicação Nº 1492446

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 01/2018

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, (15/01/2018), às 09:00 horas, na sede da CAMARA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, presente o Sr. Tony Tadeu Nones, Presidente da Câmara, compareceu o Sr. LUIZ CLAUDIO KADES, que declarou vir, na forma do artigo 21 e seguintes da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006, prestar o compromisso de posse ao cargo em comissão de Assessor Jurídico, salário mensal de R\$ 3.393,73, para carga horária semanal regular de 05 (cinco) horas, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de Doutor Pedrinho - SC.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, no qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Sr. Presidente lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Doutor Pedrinho (SC), 15 de janeiro de 2018.

Tony Tadeu Nones

Presidente da Câmara

Luiz Claudio Kades

Empregado

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO N° 10/2018

Publicação N° 1492228

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação n° 10/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando aquisição de pneus para serem utilizados nas máquinas e veículos da frota municipal, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08h00min, do dia 30/01/2018 e abertura às 08h15min do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, n° 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083 e-mail licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

PORTARIA Nº 042/2018

Publicação Nº 1492724

	PORTARIA Nº 042/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar a Servidora Municipal KARINE BERNARDI WELTER, ocupante do Cargo de Assessora Especial, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 17/01/2018 a 31/01/2018, conforme Decreto nº 02/2017, relativo ao período aquisitivo 01/17 a 01/18.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

PORTARIA Nº 043/2018

Publicação Nº 1492726

	PORTARIA Nº 043/2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,	

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento a servidora municipal DANIELA PIZZATTO na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 17 dias do mês de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº12/2018

Publicação Nº 1492732

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 12/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 3/2018

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO: CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PRIMEIROS PASSOS E NÚCLEO ESCOLAR MUNICIPAL VIDA E ALEGRIA.

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 29/01/2018.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 29/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0010 ou pelo e-mail: licitacao@formosa.sc.gov.br

FORMOSA DO SUL, 17 de Janeiro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº11/2018

Publicação Nº 1491876

EXTRATO CONTRATUAL Nº 11/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS, COMPREENDENDO AS FASES DE ELABORAÇÃO DO EDITAL, COORDENAR E EXECUTAR AS INSCRIÇÕES, ELABORAR, APLICAR E CORRIGIR AS PROVAS ESCRITAS, DIVULGAR OS RESULTADOS E DEMAIS ATIVIDADES AFINS

CONTRATADO: EPBAZI LTDA - ME

VALOR: R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais)

Vigência: Início: 16/01/2018 Término: 19/03/2018

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 83/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2017

Formosa Do Sul, 16 de Janeiro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº12/2018

Publicação Nº 1492392

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2018

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO SUPERIOR

Nº 11/2018, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO DE PROVAS E TÍTULOS, COMPREENDENDO AS FASES DE ELABORAÇÃO DO EDITAL, COORDENAR E EXECUTAR AS INSCRIÇÕES, ELABORAR, APLICAR E CORRIGIR AS PROVAS ESCRITAS, DIVULGAR OS RESULTADOS E DEMAIS ATIVIDADES AFINS

CONTRATADO: EPBAZI LTDA - ME

VALOR: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

Vigência: Início: 16/01/2018 Término: 19/03/2018

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 83/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2017

Formosa Do Sul, 16 de Janeiro de 2018

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/PMF/2018

Publicação Nº 1491945

RETIFICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/PMF/2018

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Processo Licitatório na modalidade de Pregão Presencial Nº. 07/PMF/2018. A alteração se dá no Anexo VI – Detalhamento dos itens, como se segue:

Onde se lê:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCAS PRÉ QUALIFICADAS	UND	QUANTIDADE EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS (25%)	QUANTIDADE REGRA GERAL DE LICITAÇÕES (75%)
19	Cloro a teor de cloro ativo de 6 a 8 %, hipoclorito de sódio, tensoativo aniônico, alcalizante e veículo. Acondicionados em embalagens de 5 litros; Possuir Registro na ANVISA. Apresentar cópia da Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ, de acordo com NBR 14725	DENGO YPE BRILHANTE	GL	1235	

Leia-se:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCAS PRÉ QUALIFICADAS	UND	QUANTIDADE EXCLUSIVA PARA MICRO EMPRESAS (25%)	QUANTIDADE REGRA GERAL DE LICITAÇÕES (75%)
19	Cloro a teor de cloro ativo de 3,9 á 5,6 %, hipoclorito de sódio, tensoativo aniônico, alcalizante e veículo. Acondicionados em embalagens de 5 litros; Possuir Registro na ANVISA. Apresentar cópia da Ficha de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ, de acordo com NBR 14725	DENGO YPE BRILHANTE	GL	1235	

ATENÇÃO!!

A data de abertura do processo licitatório NÃO teve alteração, sendo assim permanecendo a mesma, conforme segue:

ABERTURA: 19 de fevereiro de 2018 às 07:45 horas.

PROTOCOLO ATÉ: 19 de fevereiro de 2018 às 08:00 horas

Feita as retificações acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha/SC, 16 de janeiro de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005_2017-SF

Publicação Nº 1492518

Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2018 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Pregão presencial tem como objetivo contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada por preço unitário, com aplicação de mão de obra e materiais, para a coleta e transporte até o destino final de resíduos sólidos domiciliares urbanos. Julgamento: Menor Preço Global. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 31.01.2018, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 16 de janeiro de 2018.

Ildo Lucas – Presidente da SANEFRAI

Decreto nº 009 - 2018

Publicação Nº 1492210

DECRETO Nº 009, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

ESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE EXPEDIENTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E SUSTENTABILIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o artigo 32, § 3º e 35, ambos da Lei Complementar Municipal n. 109/2010 e suas alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Agropecuária e Sustentabilidade, sendo de 08 (oito) horas diárias – segunda a sexta-feira, no período matutino das 07:30h as 11:30h e vespertino das 13:30 às 17:30 horas, a partir de 18 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Os ocupantes de cargos em comissão são submetidos ao regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração, não fazendo jus ao adicional de serviços extraordinários, nos termos do artigo, § 4º c/c artigo 61, § 2º, ambos da Lei Complementar Municipal nº 109/2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC., 16 DE JANEIRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 010 - 2018

Publicação Nº 1492211

DECRETO Nº 010, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os Artigos 14 e 16 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 no valor de R\$ 512.513,84 (quinhentos e doze mil, quinhentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.1.021 – Construção, Ampliação e Reforma de Obras da Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0292 (293)	R\$	512.513,84
TOTAL	R\$	512.513,84

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4.2.2.2.0.00.1.1.01.00 – Alienação de Bens Imóveis	R\$	512.513,84
TOTAL	R\$	512.513,84

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 011 - 2018

Publicação Nº 1492214

DECRETO Nº 011, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Sec. de Administração, Planejamento e Inovação		
3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações Entre Órgãos 0.3.0200 (291)	R\$	171.959,84
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
18.541.0014.2.044 – Preservação de Recursos Naturais e Programas Ambientais		
3.3.93.00.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações Entre Órgãos 0.3.0200 (291)	R\$	28.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.1.021 – Construção, Ampliação e Reforma de Obras da Infraestrutura		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (292)	R\$	545.040,16
12.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
12.01 – Sec. de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura		
22.661.0026.2.066 – Projetos de Incentivo Econômico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (290)	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	845.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2017, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 012 - 2018

Publicação Nº 1492216

DECRETO Nº 012, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2392 de 06 de Dezembro de 2017.
DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2018 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.528.125,62 (dois milhões, quinhentos e vinte e oito mil e cento e vinte e cinco reais e sessenta e dois centavos), nas seguintes dotações:

01.00 – Gabinete do Poder Executivo		
01.02 – Fundo Municipal dos Direitos Difusos		
04.122.0001.2.002 – Manutenção do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDD		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (238)	R\$	24.590,15
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0214 (239)	R\$	7.444,84
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0213 (240)	R\$	20.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0214 (241)	R\$	5.000,00
01.03 – Fundo Reequipamento do Corpo de Bombeiros		
06.182.0002.2.003 – Manutenção do FUNREBOM		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (242)	R\$	57.908,60
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0700 (243)	R\$	100.000,00
04.00 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.01 – Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
04.122.0001.2.007 – Manutenção da Secretaria de Administração, Planejamento e Inovação		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0292 (244)	R\$	94.194,76
07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Secretaria de Educação		
12.306.0004.2.014 – Alimentação Escolar da Educação Infantil		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0306 (245)	R\$	22.515,21
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0307 (246)	R\$	9.454,59
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0308 (247)	R\$	40.843,06
12.306.0004.2.015 – Alimentação Escolar Especial		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0317 (248)	R\$	4.716,18
12.306.0004.2.017 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental e Integral		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0302 (249)	R\$	47.147,88
12.306.0004.2.020 – Alimentação Escolar de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0304 (250)	R\$	9.008,31
12.361.0004.2.016 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (251)	R\$	474.125,25
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0300 (252)	R\$	200.000,00
12.361.0004.2.018 – Transporte Escolar da Educação Básica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0303 (253)	R\$	15.954,45
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0310 (254)	R\$	158.929,79
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0313 (255)	R\$	1.998,73
12.365.0004.2.012 – Manutenção da Educação Infantil - Creches		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (256)	R\$	200.000,00
12.365.0004.2.013 – Manutenção da Educação Infantil – Pré Escola		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0323 (257)	R\$	200.000,00
12.366.0004.2.019 – Manutenção da Educação de Jovens e Adultos		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0305 (258)	R\$	6.829,82
09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
26.782.0015.2.047 – Manutenção da Malha Rodoviária Municipal		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0216 (259)	R\$	19.881,49

10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (260)	R\$	200.000,00
06.181.0017.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Câmaras de Vigilância Eletrônica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0200 (261)	R\$	1.076,10
06.181.0017.2.054 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.30.00.00 – Transferências aos Estados e Distrito Federal 0.3.0205 (262)	R\$	363,06
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (263)	R\$	58.174,90
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (264)	R\$	50.506,56
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0203 (265)	R\$	50.000,00
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0204 (266)	R\$	50.000,00
11.00 – Secretaria de Assistência Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo		
08.244.0018.2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0507 (267)	R\$	85,01
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0517 (268)	R\$	8.579,03
08.244.0019.2.057 – Manutenção do CRAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (269)	R\$	30.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0509 (270)	R\$	31.643,41
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (271)	R\$	52.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0514 (272)	R\$	35.631,91
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0524 (273)	R\$	14.899,35
08.244.0020.2.058 – Manutenção do CREAS		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0511 (274)	R\$	51.000,00
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0511 (275)	R\$	34.850,64
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0520 (276)	R\$	38.248,08
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0522 (277)	R\$	59.309,28
11.02 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente		
08.243.0021.2.059 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0602 (278)	R\$	1.277,55
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0604 (279)	R\$	11,73
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0605 (280)	R\$	1.451,04
11.04 – Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Com Deficiência		
08.242.0023.2.061 – Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos 0.3.0505 (281)	R\$	27.762,56
11.05 – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social		
16.482.0024.1.024 – Construção e Reforma de Unidades Habitacionais Urbanas		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.3.0289 (282)	R\$	10.712,30
TOTAL	R\$	2.528.125,62

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2017, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto 008/2018.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 16 DE JANEIRO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 013 - 2018

Publicação Nº 1492308

DECRETO Nº 013, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
NOMEIA O COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, CLAUDETE GHELLER MATHIAS, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 6º da Lei n.º 1100, de 22 de dezembro de 1994;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. Anderson Gomes da Silva, como Coordenador Executivo do Procon Municipal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 16 DE JANEIRO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Decreto nº 014 - 2018

Publicação Nº 1492312

DECRETO Nº 014, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
NOMEIA AGENTES FISCAIS DO PROCON DE FRAIBURGO.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 6º da Lei n.º 1100, de 22 de dezembro de 1994 e artigo 10 do Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas como agentes fiscais do Procon as servidoras públicas a seguir:

a) ANDERSON GOMES DA SILVA

b) VANESSA DE OLIVEIRA GONÇALVES

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA
FRAIBURGO, SC, 16 DE JANEIRO DE 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Portaria nº 01102018

Publicação Nº 1492314

PORTARIA Nº 0110, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 06/2018, da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foi efetivado 01 servidor para o cargo de Monitor Social; considerando a oscilação de crianças que ficam abrigadas na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, e que por este motivo não é prudente a efetivação de mais servidores neste cargo; e considerando a forma dos horários de trabalho dos monitores sociais que é de 12x36;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MONIQUE ANGELA DAVE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.539.869-40, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2018 até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01112018

Publicação Nº 1492317

PORTARIA Nº 0111, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 06/2018, da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foi efetivado 01 servidor para o cargo de Monitor Social; considerando a oscilação de crianças que ficam abrigadas na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, e que por este motivo não é prudente a efetivação de mais servidores neste cargo; e considerando a forma dos horários de trabalho dos monitores sociais que é de 12x36;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TEREZINHA RAIMUNDA BALDISSE-RA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 560.608.239-04, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2018 até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01122018

Publicação Nº 1492318

PORTARIA Nº 0112, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 06/2018, da Secretaria de Ação Social;

Considerando que foi efetivado 01 servidor para o cargo de Monitor Social; considerando a oscilação de crianças que ficam abrigadas na Casa Lar Célio Thibes dos Santos, e que por este motivo não é prudente a efetivação de mais servidores neste cargo; e considerando a forma dos horários de trabalho dos monitores sociais que é de 12x36;

Considerando a necessidade dos serviços de Monitor Social para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de GABRIELA SKREPKA CARVALHO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 103.575.749-40, contratada em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2018 até 30 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01132018

Publicação Nº 1492320

PORTARIA Nº 0113, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em

conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0027 de 09 de novembro de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 004/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram chamados todos os candidatos classificados no Concurso Público;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente Comunitário de Saúde, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDREA REGINA DA ROSA SOARES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 063.863.539-00, na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – BAIRRO DEZ DE NOVEMBRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 17 de janeiro de 2018 até de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01142018

Publicação Nº 1492421

PORTARIA Nº 0114, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Rescindir a pedido o contrato de JOSUÉ RODRIGUES, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF sob o nº 045.244.919-70, contratado em caráter temporário na função de AGENTE OPERACIONAL, com lotação na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 16 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

TERMO DE CONVOCAÇÃO JANETE ESQUINCA 2018

Publicação Nº 1492321

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Sr (a) JANETE ESQUINCA

Cargo: Auxiliar de Alimentação e Nutrição

Classificação: 38º lugar

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 de 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136/2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Auxiliar de Alimentação e Nutrição na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Auxiliar de Alimentação e Nutrição ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 16/01/2018

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

JANETE ESQUINCA

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO EDITAL - 04-2018 - PR 01-2018 - SRP 01-2018 - MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1492286

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018
REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018

O Município de Frei Rogério-SC, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 31 de janeiro de 2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL 01/2018, sob a égide das Leis 10.520 e 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a aquisição de gêneros alimentícios, destinados à manutenção da merenda escolar e para alunos do programa SCFV, durante o período de vigência de 12 (doze) meses, entrega parcelada conforme cronograma de entrega fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Informações e a íntegra do edital poderão ser obtidos através site: www.freirogerio.sc.gov.br ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000. E-mail: compras@freirogerio.sc.gov.br

Frei Rogério SC, 16 de janeiro 2018.
JAIR DA SILVA RIBEIRO
Prefeito Municipal

Galvão

PREFEITURA

RECURSOS INSCRIÇÕES - PROCESSO E CONCURSO

Publicação Nº 1491779

	MUNICÍPIO DE GALVÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 EXTRATO DE EDITAL Nº 002/2018 REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA	
--	---	--

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos das inscrições, bem como que o Gabarito Preliminar será divulgado no dia 22/01/2018, a partir das 14h (Horário de Brasília), no Painel de Publicação da Prefeitura Municipal e nos sites www.objetivas.com.br e www.galvao.sc.gov.br. PERÍODO DE RECURSOS DE GABARITO PRELIMINAR E VISTA DE PROVA PADRÃO: dias 23, 24 e 25/01/2018 para o Concurso Público nº 001/2017 e dias 23 e 24/01/2018 para o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, pelo site www.objetivas.com.br. A leitura de cartões será realizada no dia 29/01/2018 (segunda-feira), às 9h (Horário de Brasília), na Objetiva Concursos. O Edital encontra-se divulgado no Painel de Publicação da Prefeitura Municipal e nos sites www.objetivas.com.br e www.galvao.sc.gov.br. Galvão, em 17 de janeiro de 2018.

Orli Antoniuo Farias – Prefeito Municipal em Exercício.

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE001/2018

Publicação Nº 1492673

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços para aquisição de Água e gás, para atender as Secretarias Administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 29/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 29/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 16 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE005/2018

Publicação Nº 1492557

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega em parcela única, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a locação de estruturas, som e iluminação para atender as bandas e atrações que se apresentarão dos dias 09, 10, 11, 12 e 13 de fevereiro de 2018, no carnaval 2018 já previsto no calendário anual da cidade. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 29/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 29/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 16 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO IL001/2018

Publicação Nº 1492617

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso I a III, do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas

posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 002/2018; IL nº. 001/2018; Contratada: ROGERIO RIBEIRO SANTOS ME; CNPJ: 07.860.044/0001-30; Objeto: Contratação de empresa para realização de apresentações artísticas e culturais durante a temporada de verão 2017/2018 neste município; Valor: R\$ 39.200,00 (trinta e nove mil e duzentos reais); Data da Homologação: 11/01/2018.

DECRETO Nº 005/2018

Publicação Nº 1492675

DECRETO N.º 005, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.300.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	1.300.000,00
10301251.075 - Aquisição de Veículos	146.507,66
4.4.90.0.3.02.000000 - Aplicações Diretas	6.507,66
4.4.90.0.6.23.001069 - Aplicações Diretas	140.000,00
10301251.076 - Construção, Ampliação, Reforma e Apar. de Unidades de Saúde	237.446,62
4.4.90.0.6.23.001053 - Aplicações Diretas	233.375,95
4.4.90.0.6.23.001088 - Aplicações Diretas	4.070,67
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	335.618,34
3.1.90.0.6.14.000064 - Aplicações Diretas	17,01
3.1.90.0.6.14.000065 - Aplicações Diretas	6,86
3.1.90.0.6.14.000066 - Aplicações Diretas	31.453,68
3.3.90.0.6.14.000060 - Aplicações Diretas	200.163,76
3.3.90.0.6.14.000070 - Aplicações Diretas	5.390,56
3.3.90.0.6.14.000071 - Aplicações Diretas	24.345,00
3.3.90.0.6.14.000073 - Aplicações Diretas	74.209,89
3.3.90.0.6.14.001089 - Aplicações Diretas	31,58
10301252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	564.650,04
3.1.90.0.6.14.000068 - Aplicações Diretas	308,56
3.3.90.0.6.14.000061 - Aplicações Diretas	548.846,47
3.3.90.0.6.14.000067 - Aplicações Diretas	8.948,47
3.3.90.0.6.14.001067 - Aplicações Diretas	6.546,54
10301252.079 - Manutenção da Assistência Farmacêutica	11.813,89
3.3.90.0.6.14.000063 - Aplicações Diretas	9.981,62
3.3.90.0.6.14.000072 - Aplicações Diretas	1.832,27
10301252.080 - Manutenção da Vigilância em Saúde	3.963,45
3.3.90.0.6.14.000062 - Aplicações Diretas	1.741,81

3.3.90.0.6.14.000069 - Aplicações Diretas	2.221,64
---	----------

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de janeiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

DECRETO Nº 006/2018

Publicação Nº 1492676

DECRETO N.º 006, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 1.728.232,95 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 1.728.232,95 (um milhão, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), no Orçamento vigente:

07.01-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	87.997,77
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	87.997,77
12.306.00281.022 - Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar	6.804,75
3.3.90.0.3.15.000051 - Aplicações Diretas	6.804,75
12.361.00282.024 - Manutenção do Transporte Escolar	4.443,12
3.3.90.0.3.15.000052 - Aplicações Diretas	416,16
3.3.90.0.3.22.001003 - Aplicações Diretas	4.026,96
12.361.00282.023 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	76.749,90
3.3.90.0.3.15.000050 - Aplicações Diretas	306,15
3.1.90.0.3.18.000000 - Aplicações Diretas	72.305,17
3.3.90.0.3.19.000000 - Aplicações Diretas	66,80
3.3.90.0.3.22.001002 - Aplicações Diretas	4.071,78
09.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	1.186.588,77
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	1.186.588,77
15.452.00312.051 - Manutenção e Ampliação dos serviços de Iluminação Pública	882.567,77
3.3.90.0.3.17.000000 Aplicações Diretas	882.567,77
26.782.00311.043 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial	14.297,41
4.4.90.0.3.16.000000 Aplicações Diretas	14.297,41
15.451.00312.052 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura.	289.723,59

3.3.90.0.3.64.000018 - Aplicações Diretas	216.772,83
3.3.90.0.3.64.000019 - Aplicações Diretas	72.950,76
04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	29.018,90
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS	29.018,90
06.182.00092.011 - Func. e Manutenção do Funrebom	29.018,90
3.3.90.0.3.24.001070 Aplicações Diretas	19.077,09
3.3.90.0.3.60.000000 Aplicações Diretas	9.941,81
04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	19.329,19
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	19.329,19
04.122.00092.007 - Func. e Manut. da Secretaria de Administração	19.329,19
3.3.90.0.3.24.001007 Aplicações Diretas	19.329,19
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	405.298,32
08.244.00562.033 - Func. e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	275.256,52
3.1.90.0.3.29.000004 Aplicações Diretas	40.000,00
3.1.91.0.3.29.000004 Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.0.3.29.000004 Aplicações Diretas	10.367,03
3.3.90.0.3.29.000005 Aplicações Diretas	9.364,64
3.3.90.0.3.29.000006 Aplicações Diretas	894,07
3.1.90.0.3.29.000007 Aplicações Diretas	37.650,00
3.1.91.0.3.29.000007 Aplicações Diretas	5.500,00
3.3.90.0.3.29.000007 Aplicações Diretas	10.803,60
3.3.90.0.3.29.001001 Aplicações Diretas	42.064,15
3.3.90.0.3.29.001044 Aplicações Diretas	17.056,75
3.3.90.0.3.29.001051 Aplicações Diretas	141,38
3.3.90.0.3.29.001055 Aplicações Diretas	19.041,06
3.3.90.0.3.29.001056 Aplicações Diretas	49.145,54
3.3.90.0.3.29.001057 Aplicações Diretas	1.155,53
3.3.90.0.3.29.001058 Aplicações Diretas	53,21
3.3.90.0.3.29.001068 Aplicações Diretas	2.372,87
3.3.90.0.3.29.001092 Aplicações Diretas	9.846,45
4.4.90.0.3.29.001093 Aplicações Diretas	9.846,45
3.3.90.0.3.29.001094 Aplicações Diretas	953,79
08.244.00561.031 - Aquisição de veículo (FMAS)	130.041,80
4.4.90.0.3.29.001091 Aplicações Diretas	130.041,80

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 1.728.232,95 (um milhão, setecentos e vinte e oito mil, duzentos e trinta e dois reais e noventa e cinco centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de janeiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 17/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

RESOLUÇÃO 001/2018

Publicação Nº 1491725

RESOLUÇÃO Nº. 001/2018

Aprova a Ata da Sessão Ordinária do dia 13/12/2017 e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Garopaba – IPREGOBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 9º do art. 72 da Lei Municipal nº. 677, de 06 de abril de 2000 e pelo art. 13 da Resolução nº. 001, de 20 de maio de 2009, torna público que o Conselho Administrativo do IPREGOBA aprovou e promulgou a seguinte,

R E S O L U Ç Ã O

Art. 1º - Fica aprovada a Ata da Sessão Ordinária realizada em 13/12/2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 16 de janeiro de 2018.

Gabriela Bernardi Zuglianello

Presidente do Conselho Administrativo – IPREGOBA

Publicada a presente Resolução, no DOM/SC em 17/01/2018, de acordo com a

Lei Municipal nº 1.326 de 10/08/2009.

Lorena Bernardo de Abreu

Diretora Executiva – IPREGOBA

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TP001/2017

Publicação Nº 1492291

TERMO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 046/2017

LICITAÇÃO: Tomada de Preço nº 001/2017

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços contínuos de manutenção, melhoria e ampliação, incluindo a elaboração de projetos executivos elétricos e luminotécnicos, cadastro e identificação de unidades, tele atendimento de solicitações de manutenção, software de gerenciamento de manutenção via WEB e destinação final ambiental sustentável dos materiais retirados do Sistema de Iluminação Pública do Município Garopaba, composto de 8.000 pontos de iluminação, incluindo o fornecimento integral de materiais necessários, conforme descreve o presente edital e seus anexos.

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna publico para conhecimento dos interessados que REVOGOU o Processo Licitatório acima referenciado, publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina em 09 de maio de 2017. A revogação se deu por razão de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, seja este, a retomada do contrato nº 001/2017, fundamentada na decisão judicial proferida em segundo grau ao mandado de segurança 0300004-12.2017.8.24.0167, que foi julgado e extinto, sem decisão de mérito, pela Primeira Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina. O contrato nº 001/2017 retomado tem por objeto o serviço que se pretende na contratação que ora se revoga.

Garopaba – SC, em 12 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**DOM RGF 3º QUADR ANEXO 1**

Publicação Nº 1492071

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.890.740,74	0,00
Pessoal Ativo	1.890.740,74	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.890.740,74	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	65.869.190,74	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	65.869.190,74	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.890.740,74	2,87
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.952.151,44	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.754.543,87	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	3.556.936,30	5,40

FONTE:

DOM RGF 3º QUADR ANEXO 2

Publicação Nº 1492073

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	53.807,05	86.946,31	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	53.807,05	86.946,31	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	72.117,76	88.611,44	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	18.310,71	1.665,13	1.665,13
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	(1.665,13)
DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	227.752,16	116.707,87	15,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

FONTE:

DOM RGF 3º QUADR ANEXO 3

Publicação Nº 1492076

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017			R\$ 1,00
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (I)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
INTERNAS (II)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
EXTERNAS (V)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
INTERNAS (VI)					
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MEDIDAS CORRETIVAS:					
FONTE:					

DOM RGF 3º QUADR ANEXO 4

Publicação Nº 1492077

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

DOM RGF 3º QUADR ANEXO 5

Publicação Nº 1492078

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		(a)	(b)							
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)										
	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)										
	Recursos Ordinários	0,00	0,00	1.665,13	0,00	0,00	0,00	(1.665,13)	15,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)										
		0,00	0,00	1.665,13	0,00	0,00	0,00	(1.665,13)	15,00	0,00
FONTE:										

FONTE:

DOM RGF 3º QUADR ANEXO 6

Publicação Nº 1492079

MUNICÍPIO DE GAROPABA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida		65.869.190,74	
DESPESAS COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		1.890.740,74	2,87
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>		3.952.151,44	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>		3.754.543,87	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		14.491.221,96	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas		0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		10.539.070,52	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		4.610.843,35	7,00
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		15,00	(1.665,13)

FONTE:

Garuva

PREFEITURA

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA - CÉSAR AUGUSTO STEDELE

Publicação Nº 1491754

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA

DATA DA REUNIÃO:	07/12/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

Aos sete de dezembro de dois mil e dezessete, foi realizada análise do processo administrativo nº 2041/2016 em nome de César Augusto Stedele referente a infração por supressão de vegetação nativa numa área aproximada de 4,15 hectares sem a devida licença ambiental do órgão competente e ainda por desenvolver no local atividade carvoeira sem autorização ou licença ambiental do órgão competente. Analisando a defesa e os esclarecimentos prestados, bem como os relatórios de fiscalização ambiental e ainda baseado na legislação vigente e aplicável ao caso, segue o relato: o autuado não efetuou o pagamento da multa imposta e ainda não promoveu nenhuma ação de recuperação dos danos causados até a data desta análise. Sendo assim, o parecer deste conselheiro sugere a manutenção do auto de infração, devendo ser atualizado pelas devidas correções monetárias, e deverá ser apresentado para apreciação deste conselho, Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD devidamente assinado por responsável técnico, para que seja possível por parte do COMDEMA deliberar definitivamente a cerca deste processo. Sem mais, é o relato.

Celso Mario Andrietti
Relator

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA - JOSÉ OSMÁRIO MASSANEIRO

Publicação Nº 1491761

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA

DATA DA REUNIÃO:	20/11/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

Aos vinte de novembro de dois mil e dezessete, foi realizada análise do processo administrativo nº 2693/2017 em nome de José Osmário Massaneiro, referente a infração por alterar curso do Rio Saracura. Com base nas informações segue o relato: Em relação a denúncia, analisando a defesa, verifica-se improcedente a imputação de autoria do evento ao denunciado, considerando que não há provas que o mesmo tenha participado, direta ou indiretamente na infração e ficando evidente que a alteração do curso do Rio Saracura, na propriedade do denunciado, foi promovida por Órgão Público e amparado em documentos legais. Importante ressaltar que após a retificação do rio, segundo moradores locais, não houve mais alagamentos nas proximidades. Quanto ao enquadramento no Art. 66 do Decreto Federal nº 6.514/2008 - "Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores ou utilizadores de recursos naturais, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, em desacordo com a licença obtida ou contrariando as normas legais e regulamentos pertinentes", não há provas ou evidências fundamentadas de alguma obra ou serviço potencialmente poluidor ou que tenha utilizado ou ainda utiliza recursos naturais. Observa-se no local, obra de tubulação em concreto armado, esta, passiva de apresentar projeto técnico, responsabilidade pela obra e seus desdobramentos bem como a responsabilidade pela manutenção. Sendo assim cabe providenciar a responsabilidade técnica e projeto por conta do risco oferecido a comunidade local. Diante dos fatos, e mediante a regularização da obra conforme relatado neste, o parecer deste conselheiro é pelo arquivamento deste Auto de Infração, conforme se apresenta, sem custos para ambas as partes.

Heinrich Hosang
Relator

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA - MARIA FERNANDA GAYOSO NEVES

Publicação Nº 1491759

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA

DATA DA REUNIÃO:	07/12/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

Aos sete de dezembro de dois mil e dezessete, foi realizada análise do processo administrativo nº 2762/2015 em nome de Maria Fernanda Gayoso Neves, referente a infração por construir em área de APP com corte de árvores sem licença ou autorização do órgão competente; e causar dano direto ou indireto as unidades de conservação e as áreas circundantes das unidades de conservação. Analisando a defesa e os esclarecimentos prestados, bem como os relatórios de fiscalização atualizados e ainda baseado na legislação vigente e aplicável ao caso, segue o relato: a) tendo em vista que o objetivo da obra causadora do dano era o abastecimento de água da propriedade, por não existir no local o fornecimento de água pela responsável pelo abastecimento público; b) a propriedade é menor que um módulo fiscal, com área de 3,3 hectares com atividades agropastoris consolidadas anteriormente a 22/07/2008; c) interpretando as leis e decretos citados no processo, os que não oferecem muita clareza nos agravantes; d) tendo o imóvel área de reserva legal na ordem de 50 % (cinquenta por cento), o que supera o mínimo exigido de 20 % (vinte por cento) na legislação vigente em área da propriedade devidamente registrada; e) a proprietária se propõe a firmar termo de compromisso com implantação de melhorias e medidas para promover a regeneração do ambiente afetado. Quanto ao termos de compromisso acordado entre as partes cabe: 1) diminuir a quantidade de água captada pela barragem, para que parte da água siga o curso natural preservando a fauna e flora existente e proveniente deste; 2) reflorestar a área da captação com 50 (cinquenta) mudas nativas em até 12 meses a contar da assinatura deste; 3) viabilizar e implantar sistema de captação de água da chuva para apoio nas atividades exercidas no local. Diante dos fatos, e mediante o cumprimento do termo de compromisso apresentado neste relatório, o parecer deste conselheiro é pelo arquivamento deste Auto de Infração, conforme se apresenta, sem custos para ambas as partes.

Celso Mario Andrietti
Relator

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA - RELATÓRIO GIL GUESSER

Publicação Nº 1491756

ATA DE ANÁLISE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO – COMDEMA

DATA DA REUNIÃO:	07/12/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

Aos sete de dezembro de dois mil e dezessete, foi realizada análise do processo administrativo nº 2046/2015 em nome de Gil Guesser, referente a infração por bosqueamento e supressão de vegetação em área de APP. Analisando a defesa e os esclarecimentos prestados, bem como os relatórios de fiscalização atualizados e ainda baseado na legislação vigente e aplicável ao caso, segue o relato: a) o autuado efetuou o pagamento da multa imposta; b) ao mesmo tempo procurou reestabelecer os danos causados, conforme citado no relatório de vistoria datado de 04/09/2017. Diante dos fatos, o parecer deste conselheiro é pelo arquivamento deste processo.

Rosângela Carrara
Relator

ATA REUNIÃO CONDEMA

Publicação Nº 1491763

ATA DE REUNIÃO – COMDEMA

DATA DA REUNIÃO:	07/12/2017
LOCAL:	SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

Aos sete de dezembro de dois mil e dezessete as dezessete horas, reuniram-se na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Garuva, os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Município de Garuva, para a segunda reunião ordinária mensal. Na oportunidade estiveram presentes os seguintes membros: Henrich Hosang, Márcio Ricardo Herpich, Pâmela Casagrande, Celso Mario Andrietti, Rosangela Carrara, Paulo Vitor Cardoso Souza e a visita do Sr. Luiz, qual acompanhará a análise do processo da Sra, Maria Fernanda Gayoso Neves. O Presidente, Sr. Márcio iniciou os trabalhos dando como aberta a reunião e fez a exposição dos assuntos da pauta e em seguida efetuou a leitura da ata anterior sendo aprovada em seguida pelos conselheiros. Iniciando a pauta, o Sr. Presidente abriu os trabalhos de análise e julgamento dos seguintes processos administrativos: 2041/2016, 2046/2015, 2693/2017, 2762/2015 quais foram analisados e deliberados conforme os relatórios apresentados pelos relatores de cada processo. Durante a análise do processo 2762/2015 foram efetuadas as alegações presenciais efetuados pelo Sr. Luiz. Os processos 2979/2017 e 2019/2017 foi solicitado pelo relator complementação de informações para possibilitar análise completa do assunto. Após finalizar a discussão os relatórios foram colocados em votação, sendo aprovados por unanimidade pelo plenário. Devido o horário avançado o presidente convocou reunião extraordinária para dia 14/12/2017 as dezessete horas na sede da Prefeitura Municipal, para efetuar apresentação e discussão das alterações da Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou a reunião, e eu Pamela lavei a presente ata que vai assinada por mim, pelo presidente e demais membros presentes, conforme lista de presença anexa a esta.

CONTRATO Nº 095/2017

Publicação Nº 1491901

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 95/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. LEANDRO ROSIN, brasileiro, solteiro, Médico, RG nº 1091964096, CPF: 015.333.150-00, residente e domiciliado na Travessa Campo Grande, 114, AP 205, Bucarein, Joinville - SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de MÉDICO do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 110 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 15 de janeiro de 2018, terminando no dia 13 de julho de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 6.824,56 (Seis mil oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta e seis centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de dezembro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 096/2017

Publicação Nº 1491952

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

CONTRATO Nº 096/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. SILVIANA DA SILVA, brasileira, solteira, cuidadora, RG nº 6792395, CPF: 006.928.999-95, residente e domiciliada na Rua Carlos Borgenhausen, 644, Centro, Garuva - SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de CUIDADOR do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é 02 de janeiro de 2018, terminando no dia 02 de janeiro de 2019, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.248,05 (Hum mil duzentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, Assistência Social, Assistência Comunitária, Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social, Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação – 09.001.08.244.1023.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de dezembro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Simone Neves Cpf: 021.517.479-80	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 097/2017

Publicação Nº 1491953

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 018/2002

CONTRATO Nº 097/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA,

pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉLIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. FRANCIELE REGINA DO VALE, brasileira, solteira, cuidadora, RG nº 9374760-7, CPF: 043.429.999-51, residente e domiciliada na Rua Elias Nicolau Saad, 355, Centro, Garuva - SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de CUIDADOR do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 366 (trezentos e sessenta e seis) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é 02 de janeiro de 2018, terminando no dia 02 de janeiro de 2019, observando o excepcional interesse público e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1.248,05 (Hum mil duzentos e quarenta e oito reais e cinco centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 001/1998 e 018/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação, Assistência Social, Assistência Comunitária, Promoção e Prevenção do Desenvolvimento Social, Manutenção do Departamento de Desenvolvimento Social e Habitação – 09.001.08.244.1023.2028.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de dezembro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Simone Neves Cpf: 021.517.479-80	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 93/2017

Publicação Nº 1491898

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 93/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, o Sr. FRANKLIN ADEMAR DORN, brasileiro, solteiro, Odontólogo, RG nº 4832770, CPF: 048.486.559-51, residente e domiciliado na Rua Dr. João Colin, 1349, AP 14, América, Joinville - SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de ODONTÓLOGO do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 15 de janeiro de 2018, terminando no dia 13 de julho de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os

requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 5.675,42 (cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de dezembro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

CONTRATO Nº 94/2017

Publicação Nº 1491900

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

CONTRATO Nº 94/2017

Pelo presente Contrato Administrativo para admissão temporária de pessoal por excepcional interesse público, em obediência às normas prevista na Lei Complementar Municipal nº18/2002, e suas alterações posteriores, de um lado o MUNICÍPIO DE GARUVA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, Centro, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador

do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Contratante, e do outro, a Sra. ELENICE ROSA DE RAMOS, brasileira, unida estavelmente, Técnica em enfermagem, RG nº 4285592, CPF: 065.141.109-24, residente e domiciliada na Rua Tiradentes, 1077, Centro, Garuva - SC, doravante denominado Contratado, a reger-se pelas seguintes cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obriga a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui fundamento de validade para o presente contrato a necessidade contratação de profissional para exercer as funções específicas de TÉCNICA EM ENFERMAGEM do Município de Garuva, junto à Secretaria Municipal de SAÚDE.

CLÁUSULA SEGUNDA

Os serviços prestados pelo contratado têm local previamente determinado pelo contratante e deve ser realizado pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com carga horária de 220 horas mensais.

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo inicial do presente contrato é de 15 de janeiro de 2018, terminando no dia 13 de julho de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA

A remuneração mensal é de R\$ 1912,19 (Hum mil novecentos e doze reais e dezenove centavos), acrescidas de vantagens pecuniárias previstas em Leis Municipais.

CLÁUSULA QUINTA

O contratado obriga-se a todos os deveres funcionais aplicáveis aos servidores municipais, submetendo-se, inclusive, no que couberem, às sanções disciplinares. Os direitos, obrigações e deveres do contratado encontram-se expressos nas Leis Complementares Municipais 01/98 e 18/2002, bem como em suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA

As despesas dos serviços objeto deste Contrato correrão por conta da dotação orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde de Garuva, Atenção Básica, Estratégia Saúde de Família, Manutenção do Programa Saúde da Família – 14.001.10.301.1012.2041.

CLÁUSULA SÉTIMA

O presente Contrato Administrativo poderá ser rescindido por interesse e conveniência da Secretaria Municipal de SAÚDE, quando cessada a necessidade temporária de excepcional interesse público e/ou na hipótese de posse de candidato aprovado em concurso público. A rescisão por iniciativa do contratado deverá ser comunicada por ele com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena do valor correspondente ao vencimento base ser descontado de sua remuneração por ocasião da rescisão.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE. E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os

efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 22 de dezembro de 2017.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	
Contratado	
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DECRETO Nº020/2018

Publicação Nº 1491728

DECRETO Nº 020 DE 12 DE JANEIRO DE 2018

"Regulamenta o trâmite de pedidos de informação sobre atividades econômicas que possam ser exercidas no município".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e;

CONSIDERANDO, que o Poder Público só poderá manifestar seus atos mediante previsões legais;

CONSIDERANDO, a necessidade de regulamentar procedimentos internos quanto a uniformização da prestação da informação pública,

DECRETA:

Art. 1º O particular que requeira informação sobre áreas em que possa exercer atividade econômica, deverá protocolar no setor de Planejamento e Projetos, a emissão de certidão denominada "Uso e Ocupação do Solo".

Parágrafo Único. A certidão de Uso e Ocupação do Solo será o documento municipal, de caráter informativo e válido, afim de instrução de processos de licenciamento ambiental, em qualquer âmbito da Federação, onde seu conteúdo será a reprodução das informações contidas no Plano Diretor Municipal e demais leis esparsas correlatas ao tema.

Art. 2º Com o fim de regulamentar o processo de pedidos de informação sobre exercício de atividades econômicas no município, o rito seguirá o seguinte trâmite:

§1º O protocolo deverá ser instruído com os seguintes documentos mínimos, fornecidos pelo particular:

I - RG e CPF do particular, sendo este pessoa física;

II - Sendo o particular pessoa jurídica, além dos documentos listados no inciso I, deverá ser entregue procuração específica ou documento que comprove vínculo de prestações de serviços para com o proprietário da área objeto de informação;

III - Matrícula do imóvel atualizada (30 dias);

IV - Croqui do imóvel georeferenciado;

V - Para obter informações relativas ao exercício de atividades econômicas, o particular deverá informar mediante um ponto georeferenciado, o local exato onde será empreendido a atividade econômica;

VI - No caso do imóvel estar sob regime de arrendamento, necessária a apresentação do respectivo contrato;

§2º Os documentos listados nos incisos acima não excluem outros que possam ser solicitados pelo Poder Público.

§3º Para as atividades econômicas que gerem impactos ambientais, em especial as extrativas, o processo será instruído obrigatoriamente por parecer ambiental prévio da área objeto da atividade econômica.

§4º O parecer ambiental irá descrever sobre a área objeto da atividade econômica, principalmente em relação a incidência ou não de área de proteção ambiental / unidade de conservação da natureza.

§5º A emissão da certidão de Uso e Ocupação do Solo deverá ocorrer em até 15 dias úteis.

§6º O particular é responsável por toda e qualquer informação prestada ao auxílio da emissão da referida certidão, sendo este passível de sanções administrativas, civis e criminais sobre a omissão ou reprodução de informações incorretas que possam induzir o Poder Executivo municipal a erro.

Art. 3º Após a emissão e pagamento da taxa emitida, o particular poderá retirar a certidão com o setor expedidor.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas todas as atos e disposições contrárias ao seu conteúdo, em especial, o Art. 2º e seguintes do Decreto Municipal nº 211/2017 e todo o teor do Decreto Municipal 019/2018.

Rodrigo Adriany David
Prefeito Municipal

DISTRATO Nº 01/2018

Publicação Nº 1491958

DISTRATO Nº 01/2018

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 14/2017, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. SIMONE COSTA, brasileira, solteira, professora, RG nº 8.364.495-8, CPF: 049.862.749-70, residente e domiciliada à Rua Francisco Gumz, 282 – Centro, Guaratuba/PR, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 14/2017, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 14/2017. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.
Garuva, 03 de janeiro de 2018.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 02/2018

Publicação Nº 1491962

DISTRATO Nº 02/2018

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 13/2017, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. SIMONE COSTA, brasileira, solteira, professora, RG nº 8.364.495-8, CPF: 049.862.749-70, residente e domiciliada à Rua Francisco Gumz, 282 – Centro, Guaratuba/PR, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 13/2017, cujo objeto era a prestação de serviços como PROFESSOR, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 01/02/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 13/2017. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.
Garuva, 03 de janeiro de 2018.

Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clélio Leandro Pedralli
Distratado	
Monise Nagel Moreira da Silva Cpf: 025.518.569-30	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 081/2017

Publicação Nº 1491954

DISTRATO Nº 081/2017

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 04/2016, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64,

residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra. LIDIANE PEREIRA, brasileira, casada, Técnico em enfermagem, RG nº 3413644-4, CPF: 035.444.619-35, residente e domiciliado na Rua Bonito Lindo, 144, São José I, Itapoá - SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 04/2016, cujo objeto era a prestação de serviços como TÉCNICA EM ENFERMAGEM, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 29/01/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 04/2016.

E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 31 de dezembro de 2017.

Rodrigo Adriany David Prefeito Município de Garuva	Clédio Leandro Pedralli Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Distratado	
TESTEMUNHAS: Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

DISTRATO Nº 082/2017

Publicação Nº 1491955

DISTRATO Nº 082/2017

Termo de Distrato do Contrato Administrativo nº 79/2017, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Celso Ramos, 1614, inscrita no CNPJ nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, RODRIGO ADRIANY DAVID, brasileiro, casado, portador do RG nº. 3.207.013-6, inscrito no CPF sob o nº. 033.007.279-01, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 210, Garuva/SC, no exercício de seu mandato político e pelo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. CLÉDIO LEANDRO PEDRALLI, brasileiro, solteiro, portador do RG nº 3.575.994-1, inscrito no CPF sob o nº 004.319.269-64, residente e domiciliado à Rua Eugênio Avanci, 28, Garuva/SC, doravante denominados Distratante, e do outro, a Sra ZENIR WISNIEWSKI FERNANDES, brasileira, casada, técnico em enfermagem, RG nº 5.067.710-9, CPF: 729.162.819-91, residente e domiciliado na Rua Aguapemi, 18, Pontal, Itapoá/SC, a reger-se pelas seguintes Cláusulas, expressamente aceitas, e pelas quais se obrigam a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica distratado o contrato nº 79/2017, cujo objeto era a prestação de serviços como TÉCNICA EM ENFERMAGEM, nos termos da Cláusula Sétima do contrato celebrado entre as partes, datado em 04/07/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA

Com a celebração de presente ato, ficam distratadas as obrigações de ambas as partes contraídas no Contrato Temporário Nº 79/2017. E, por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Distrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das

testemunhas abaixo:

E, por estarem firmados.

Garuva, 31 de dezembro de 2017.

Rodrigo Adriany David Prefeito Município de Garuva	Clédio Leandro Pedralli Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças
Distratado	
TESTEMUNHAS: Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Adamastor Saad Benedet Cpf: 902.318.999-04

PORTARIA Nº 003/2018

Publicação Nº 1491971

PORTARIA Nº 003 de 15 de janeiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, Ofício 175/2017 da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica Nomeada a Aprovada no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

Art. 2º A nomeada constante no Anexo I desta Portaria deverá comparecer, no prazo legal, no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08 às 14 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade – (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;

- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia AUTENTICADA do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais e civil – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
- 18) Certidão de quitação eleitoral – Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);
- 20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);
- 21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);
- 22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho;
- 23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto a Cooperativa de Crédito - SICREDI, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;
- 24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.
- 25) Ficha salário família (Fornecida pelo RH)

Art. 3º - Somente tomará posse aquele que cumprir as exigências do artigo anterior.

Art. 4º A nomeada constante no Anexo I desta Portaria que não tomar posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estará renunciando, tacitamente, à vaga para qual foi nomeada. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

Art. 5º A nomeada constante no Anexo I desta Portaria que não de-sejar ser empossada no cargo poderá formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

ANEXO I - Portaria 003/2018
REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Professor de Língua Portuguesa

Matrícula	Nome	Coloca- ção
173000298	MARIANA DE LIMA NEHRER BITTENCOURT	1º

PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1491972

PORTARIA Nº. 004 de 15 janeiro de 2018
"DISPÕE SOBRE RELOTAÇÃO DO SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, Ofício 176//2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO, Processo nº 3828/2017

RESOLVE:

Art. 10. – Relotar a servidora CAMILA TREML BARROS para 40 horas, na Escola Municipal Vicente Vieira sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 1 de fevereiro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2018

Publicação Nº 1491778

PORTARIA Nº. 006, de 16 de janeiro de 2018.

"Designa servidor para atender às publicações legais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL;

RESOLVE:

Art. 10. Designar, a servidora, GEISSE KELLY BUDAL para responder pelo serviço de publicações legais do município de Garuva/SC, conforme dispõe Decreto 024/97, de 09 de janeiro de 1997, ficando responsável pelo encaminhamento a imprensa quando necessário e pela manutenção das mesmas no mural público sempre por um período mínimo de 20 (vinte) dias.

Art. 20. Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 003/2017.

Art. 3º .Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 01/2018

Publicação Nº 1491968

PORTARIA Nº. 001 de 02 de janeiro de 2018
"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO CONFORME APOSENTADORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 10. – Exonerar, por motivo de aposentadoria, o servidor LUIZ CARLOS PADILHA, portador do RG 2/R 1.770.649 e CPF 523.233.829-34, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,

nomeado através de ato executivo.

Art. 2o. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 02 de janeiro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

TERMO FOMENTO Nº 01

Publicação Nº 1491827

TERMO DE FOMENTO N.º 01

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GARUVA/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE GARUVA, com sede na Avenida Celso Ramos, nº 1614, bairro Centro, município de Garuva/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, neste ato representado por Prefeito Municipal Sr. (a) Rodrigo Adriany David, inscrito (a) no CPF sob o nº 033.007.279-01, titular da Carteira de Identidade com RG nº 764.029.088, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APAM, entidade assistencial sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 79.370.375/0001-01, com sede na Rua Padre José Novack, s/n, Bairro Giorgia Paula, neste ato representada por seu Presidente, Sr. Luiz Ricardo das Almas, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 5.600-59 e inscrito no CPF sob o nº. 065.311.439-75, residente e domiciliado na Rua Onório José Duarte, 400, Bairro Giorgia Paula -Garuva/SC, doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei nº 8.742/1993, conforme cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - APAM, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Garuva e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros e cessão de funcionários da prefeitura municipal de Garuva, com vistas ao atendimento de crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino para a realização de contra turno escolar para oportunizar a ocupação de tempo ocioso em atividades produtivas e prazerosas; adquirir habilidades de coordenação de movimentos; elevar a auto estima como forma de sentir-se capaz; resgatar na criança e adolescente a valorização de si como cidadão; propiciar a criança e adolescente mudanças de hábitos de postura, educação e ética.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 O presente Termo de Fomento terá como Gestor da PROPONENTE a Sr. Luiz Ricardo das Almas, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 5.600-59 e inscrito no CPF sob o nº. 065.311.439-75, residente e domiciliado na Rua Onório José Duarte, 400, Bairro Giorgia Paula -Garuva/SC, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.

2.2 O CONCEDENTE designará, através de Portaria o gestor da presente parceria, devendo constar expressamente na mesma os dados para a identificação do instrumento firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE (Município)

3.1 Fornecer os recursos para a execução do objeto;

3.2 Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;

3.3 Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;

3.4 Transferir os recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela PROPONENTE, até o dia 10 de cada mês, excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade;

3.5 Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.5.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PROPONENTE;

3.5.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PROPONENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5.3 Comunicar formalmente à PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.5.4 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.5.5 Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à PROPONENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.5.6 Para fins de interpretação do item 3.4.5 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a PROPONENTE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.5.7 Elaborar parecer sobre a prestação de contas da proponente, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (APAM)

3.6 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

3.7 Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.8 Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;

3.9 Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

3.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou a restituição à sua execução e manter os comprovantes arquivados.

3.11 Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet,

caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: Identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.

3.12 Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina IN TC n.14/2012 e do Decreto 57/2015, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada.

3.13 Fazer a prestação de contas finais nos termos da Lei 13.019/2014, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado.

3.14 Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.

3.15 Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

3.16 Prestar todos os serviços conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

3.17 Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

3.18 Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibos (RPA), com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;

3.19 Aplicar os recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado;

3.20 Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, em banco oficial, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.

3.21 Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;

3.22 Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias do encerramento do presente termo;

3.23 Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;

3.24 Efetuar cotação de pesquisa de preço, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;

3.25 Manter-se adimplente com a Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;

3.26 Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;

3.27 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.

3.28 São obrigações da PROPONENTE: atendimento de crianças e adolescentes matriculados na rede municipal de ensino para a realização de contra turno escolar para oportunizar a ocupação de tempo ocioso em atividades produtivas e prazerosas; adquirir habilidades de coordenação de movimentos; elevar a auto estima como forma de sentir-se capaz; resgatar na criança e adolescente a valorização de si como cidadão; propiciar a criança e adolescente mudanças de hábitos de postura, educação e ética

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 Para a execução das atividades prevista neste Termo de

Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE, de acordo com o Cronograma de Execução, o valor total de R\$ R\$ 61.790,70 (sessenta e um mil, setecentos e noventa reais e setenta centavos), até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade.

4.2 As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA– DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, a ser designada no prazo de 05 dias da assinatura do presente TERMO.

5.2 Os recursos depositados na conta bancária específica, se não empregados no prazo de 30 dias deverão ser obrigatoriamente aplicados: em caderneta de poupança; em fundo de aplicação financeira a curto prazo; ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito) ou cheque nominal, pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques; ou em espécie até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do Instrumento, exclusivamente para atender os casos previstos no §2, art. 53 da Lei 13.019/2014.

5.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5 A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 01 de Janeiro a 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

7.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 Prestar contas de forma parcial, até 30 dias, após cada parcela repassada, conforme orientações da Instrução Normativa n. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e Decreto Municipal n. 57/2015, incluído Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado;

8.2 Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Fomento, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

8.3 A CONCEDENTE emitirá no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final Parecer sobre a regularidade da

prestação de contas;

8.4 A CONCEDENTE ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas.

8.5 Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1 A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente deste a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

9.2 A PROPONENTE compromete-se ainda a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2018:

02.001.0004.0122.1002.2007, do Gabinete do Prefeito

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

12.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

12.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

12.3 A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

12.4 A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Fomento;

12.5 Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

12.6 Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

12.7 Retirar recursos da conta bancária com fins alheios à aplicação de recursos na consecução do objeto pactua neste Termo de Fomento;

12.8 Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;

12.9 Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;

12.10 A realização de despesas com:

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade

civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;

d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;

e) Pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

13.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016; Lei Municipal nº 868, de 19 de abril de 2017 e Decreto Municipal nº 091/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Os partícipes elegem o Foro da comarca de Garuva/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Garuva, 02 de janeiro de 2018

Rodrigo Adrianly
Prefeito Municipal

David Luiz Ricardo das Almas
Presidente APAM

Testemunha: Testemunha:

Nome: Adamastor Saad Benedet Junior
CPF: 902.318.999-04

Nome: Geisse Kelly Budal
CPF: 102.659.549-59

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

Publicação Nº 1492181

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 06/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de EPI's. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09hs do dia 29/01/2018, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 16/01/2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 7.825, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491991

DECRETO Nº 7.825, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

DISPENSA SERVIDORES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensados do exercício de função gratificada, a partir de 31 de dezembro de 2017, os servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação abaixo indicados:

a) MARIA ROGÉRIA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº. 590.611.459-87, da função gratificada de Diretora Escolar -1º a 9º ano, da Escola de Educação Básica Norma Mônica Sabel;

b) FRANCISCO JULIÃO CARDOZO NETO, inscrito no CPF sob o nº 622.575.959-04, da função gratificada de Diretor Escolar -1º a 9º ano, da Escola de Educação Básica Professor Vítório Anacleto Cardoso;

c) MARIA SILVANA SANTIAGO FREITAS, inscrita no CPF sob o nº 469.620.930-04, da função gratificada de Diretora Escolar -1º a 9º ano, da Escola de Educação Básica Zenaide Schmitt Costa;

d) SIMARA NICOLETTI MARASCHI, inscrita no CPF sob o nº 891.428.029-20, da função gratificada de Diretora Escolar -1º a 9º ano, da Escola de Educação Básica Ferandino Dagnoni;

e) CÍNTYA CRISTINA PACHER, inscrita no CPF sob o nº 760.308.309-53, da função gratificada de Diretora Escolar -1º a 9º ano, da Escola de Educação Básica Luiz Franzói;

f) MARILI SPENGLER DE CÓRDOVA, inscrita no CPF sob o nº 920.111.289-00, da função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 5º ano, da Escola de Educação Básica Belchior;

g) CLAUDETE LÍDIA NAGEL DE ANDRADE, inscrita no CPF sob o nº. 728.392.019-68, da função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 5º

ano, da Escola de Educação Básica Mário Pederneiras;

h) EVANDRO ROBERTO MASTELOTTO, inscrito no CPF sob o nº 687.121.979-04, da função gratificada de Diretor Escolar - 1º a 5º ano, da Escola de Educação Fundamental Olímpio Moretto;

i) SANDRA MARIA BUCHMANN, inscrita no CPF sob o nº 678.963.329-49, da função gratificada de Diretora de Escola Multisseriada, da Escola de Educação Fundamental Ana Lira;

j) ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. 018.241.909-64, da função gratificada de Diretora Escolar - 1º ao 5º ano, da Escola de Educação Básica Aninha Pamplona Rosa;

k) SIRLEI SILVA DE JESUS MIRANDA, inscrita no CPF sob o nº 798.927.449-34, da função gratificada de Diretora Escolar -1º a 9º ano, da Escola de Educação Básica Professora Dolores Luzia do Santos Krauss;

l) GIANA DA COSTA, inscrita no CPF sob o nº. 871.000.109-34, da função gratificada de Diretora de Escola Multisseriada, da Escola de Educação Básica Professor Rudolfo Günther.

m) SIRLEI ALEXANDRA OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. 006.082.599-50, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Vovó Leonida;

n) MARILEUSA DESCHAMPS, inscrita no CPF sob o nº. 633.477.509-00, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, CDI Maria da Silva;

o) ROSICLAIR DA ROSA, inscrita no CPF sob o nº 729.933.759-20, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Thereza Beduschi;

p) ROSMARI ELZA NUNES ZANDONAI, inscrita no CPF sob o nº 027.033.959-06, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, CDI Vovó Benta;

q) LILIAN MERÍSIO BRETZKE HABTZREUTER, inscrita no CPF sob o nº 578.431.399-15, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, CDI Dorvalina Fachini;

r) GIOVANIA MARIA SCHMITT, inscrita no CPF sob o nº 381.952.249-20, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, CDI Tia Maria Elisa;

s) IVANIR NEVES SCHMIDT, inscrita no CPF sob o nº 943.188.599-91, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Irmã Cecília Venturi;

t) DORACI LAMI DESCHAMPS, inscrita no CPF sob o nº 785.659.879-49, da função gratificada de Diretora Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, CDI Cachinhos de Ouro;

u) MÁRCIA DE OLIVEIRA CAETANO, inscrita no CPF sob o nº. 985.409.209-72, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Mercedes M. Beduschi;

v) ROSANGELA SANTOS BELOTO, inscrita no CPF sob o nº 612.860.879-53, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Sônia Gioconda B. Buzzi;

w) ELAINE FROELICH DE BORBA, inscrita no CPF sob o nº 963.664.199-49, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Tempos de Infância;

x) LUCIMARA COSTA CUSTODIO, inscrita no CPF sob o nº 816.670949-04, da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Deputado Francisco Mastella;

y) VIVIANE CORADINI MAES, inscrita no CPF sob o nº 008.647.879-60, da função gratificada de Diretora do Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, CDI Ivan Carlos D. Duarte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de dezembro de 2017.

Gaspar, 08 de janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.826, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491993

DECRETO Nº 7.826, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

EXONERA SERVIDORES COMISSIONADOS QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados os servidores comissionados da Secretaria Municipal de Educação do Município de Gaspar, abaixo especificados, a partir do dia 31 de dezembro de 2017:

I. MARIA ROSALI DA COSTA, inscrita no CPF sob o nº 725.337.069-49, do cargo em comissão de Diretora Escolar da E.E.B. Ervino Venturi, ref. 50, com 40 horas semanais, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.717, de 29 de janeiro de 2016;

II. MARIA TERESA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o nº 309.056.729-68, do cargo em comissão de Diretora Escolar da E.E.B. Profª Angélica de Souza Costa, ref. 50, com 40 horas semanais, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.718, de 29 de janeiro de 2016;

III. JULIANE KÁTIA COSTÓDIO LUZ, inscrita no CPF sob o nº 721.383.279-49, do cargo em comissão de Diretora do CDI Natália Andrade dos Santos, ref. 50, com 40 horas semanais, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.720, de 29 de janeiro de 2016;

IV. CLÁUDIA LENI JOVINSKI HARADA, inscrita no CPF sob o nº 005.578.829-74, do cargo em comissão de Diretora do CDI Fátima Regina, ref. 50, com 40 horas semanais, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 6.721, de 29 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 31 de dezembro de 2017.

Gaspar, 08 de janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.827, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491994

DECRETO Nº 7.827, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para exercício de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, a partir de 01º de janeiro de 2018, os servidores efetivos abaixo indicados:

a) MARIA ROGÉRIA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº. 590.611.459-87, eleita para o exercício de função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 9º ano, nível I, da Escola de Educação Básica Norma Mônica Sabel;

b) SIMARA NICOLETTI MARASCHI, inscrita no CPF sob o nº 891.428.029-20, eleita para o exercício de função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 9º ano, nível I, da Escola de Educação Básica Ferandino Dagnoni;

c) ROZANGELA APARECIDA ALVES ELIAS, inscrita no CPF sob o nº 645.464.389-15, eleita para o exercício de função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 5º ano, nível II, da Escola de Educação Básica Belchior;

d) VALÉRIA DA ROSA CASTANHO ROHR, inscrita no CPF sob o nº. 000.197.180-80, eleita para o exercício de função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 5º ano, nível II, da Escola de Educação Básica Mário Pederneiras;

e) ELOISA MARIA CRESPI CARDOZO, inscrita no CPF sob o nº 963.665.599-53, eleita para o exercício de função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 5º ano, nível II, da Escola de Educação Fundamental Olímpio Moretto;

f) SANDRA MARIA BUCHMANN, inscrita no CPF sob o nº 678.963.329-49, indicada para o exercício de função gratificada de Diretora de Escola Multisseriada, nível II, da Escola de Educação Fundamental Professora Ana Lira;

g) ARETUSA MARQUETTI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. 018.241.909-64, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora Escolar - 1º ao 5º ano, nível II, da Escola de Educação Básica Aninha Pamplona Rosa;

h) SIRLEI SILVA DE JESUS MIRANDA, inscrita no CPF sob o nº 798.927.449-34, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora Escolar - 1º a 9º ano, nível I, da Escola de Educação Básica Professora Dolores Luzia do Santos Krauss;

i) MARGARETE SOARES, inscrita no CPF sob o nº. 590.614.489-72, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora Escolar 1º - 5º ano, nível II, da Escola de Educação Básica Ervino Venturi;

j) KELLI CRISTINE SILVA SANTOS, inscrita no CPF sob o nº. 851.090.619-04, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora Escolar 1º - 9º ano, nível I, da Escola de Educação Básica Zenaide Schmitt Costa;

k) ANGELA EVELISE ZIMMERMANN ALVES, inscrita no CPF sob o nº. 920.122.729-91, eleita para o exercício da função gratificada de

Diretora Escolar 1º - 9º ano, nível I, da Escola de Educação Básica Professor Vitório Anacleto Cardoso;

l) MARILI SPENGLER DE CORDOVA, inscrita no CPF sob o nº 920.111.289-00, indicada para o exercício da função gratificada de Diretora Escolar – 1º a 5º ano, nível II, da Escola de Educação Básica Angélica de Souza Costa;

m) SABRINA TEREZINHA BAILER ALLEGRI, inscrita no CPF sob o nº. 054.618.69-88, indicada para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Vovó Leonida;

n) CAROLINA MEDEIROS MACHADO, inscrita no CPF sob o nº. 010.515.240-40, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, nível I, CDI Maria da Silva;

o) SIRLEI ALEXANDRA OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº. 006.082.599-50, indicada para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Thereza Beduschi;

p) GRACIELE DE SOUZA COLLING, inscrita no CPF sob o nº 023.497.299-82, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, nível I, CDI Vovó Benta;

q) LILIAN MERÍSIO BRETZKE HABTZREUTER, inscrita no CPF sob o nº 578.431.399-15, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, nível I, CDI Dorvalina Fachini;

r) SANDRA FERNANDES FERREIRA, inscrita no CPF sob o nº 048.877.239-70, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, nível I, CDI Tia Maria Elisa;

s) IVANIR NEVES SCHMIDT, inscrita no CPF sob o nº 943.188.599-91, indicada para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Irmã Cecília Venturi;

t) SILVIA DE AMORIM, inscrita no CPF sob o nº 056.926.389-16, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com mais de 200 alunos, nível I, CDI Cachinhos de Ouro;

u) MÁRCIA DE OLIVEIRA CAETANO, inscrita no CPF sob o nº. 985.409.209-72, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Mercedes M. Beduschi;

v) ROSANGELA SANTOS BELOTO, inscrita no CPF sob o nº 612.860.879-53, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Sônia Gioconda B. Buzzi;

w) ELAINE FROELICH DE BORBA, inscrita no CPF sob o nº 963.664.199-49, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Tempos de Infância;

x) LUCIMARA COSTA CUSTODIO, inscrita no CPF sob o nº 816.670949-04, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Deputado Francisco Mastella;

y) VIVIANE CORADINI MAES, inscrita no CPF sob o nº

008.647.879-60, indicada para o exercício da função gratificada de Diretora do de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Ivan Carlos D. Duarte;

z) REGIANI ZWANG, inscrita no CPF sob o nº 920.223.089-72, eleita para o exercício da função gratificada de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, nível II, CDI Fátima Regina;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2018.

Gaspar, 08 de janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.828, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491995

DECRETO Nº 7.828, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA CLÁUDIA LENI JOVINSKI HARADA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETORA DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL COM ATÉ 200 ALUNOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir 01º de janeiro de 2018, a servidora CLÁUDIA LENI JOVINSKI HARADA, inscrita no CPF sob o nº 005.578.829-74, para o exercício de cargo em comissão de Diretora de Centro de Educação Infantil com até 200 alunos, ref. 50, no CDI Natália Andrade dos Santos, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 86, de 19 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 01º de janeiro de 2018.

Gaspar, 08 de janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.830, DE 08 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492369

DECRETO Nº 7.830, DE 08 DE JANEIRO DE 2018.
NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município, e considerando o disposto no artigo 10, inciso I e no artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados em caráter efetivo, os candidatos habilitados em Concurso Público regido pelo Edital nº 01/2014, nos cargos discriminados abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
JANAINA CIDRAL PEREIRA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	3ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ADRIANA MARIA LEITE BAADER	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	4ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DENISE PAIS	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	5ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ELIANE BRINGHENTI	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	6ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DEBORA CASSIA GIACOMAZZO DE CARVALHO	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	7ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SHIRLEY TEREZINHA DE AMORIM SEIBEL	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	9ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
JOSEANE DE LIMA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	10ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PATRICIA MARTINS LARGURA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	11ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ANA PAULA ZIMMERMANN DOS SANTOS	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	12ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ELIANE ZUCHI FERRETI	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	13ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
JESSICA VEIGA BRAGA	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	14ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARMEM PENTEADO DO NASCIMENTO	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	15ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CALMERIA MOSER	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	16ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FERNANDA ZUCHI ADRIANO	PROFESSOR DE ANOS INICIAIS	17ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

MARIANA LOPES	PROFESSOR DE ARTES	3ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
GRAZIELA SCHRAMM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	46ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
IVETE MARIA DA SILVA MEDEIROS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	47ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SUELY LOPES CAMARGO DALL AGNOL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	48ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CARMEN LUCIA CAETANO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	49ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
CLEIMAR SARMENTO CORREA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	50ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
VERA STANKE FORTES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	51ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
NILVA FATIMA DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	52ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
NANDRIA VALGAS	PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO	4ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
TIMOTEO ANTONIO LEMOS	PROFESSOR DE PORTUGUÊS	4ª	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de janeiro de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1492119

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2018
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

O município de GASPAR, SC, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, na cidade de Gaspar, SC, CEP 89.110/900, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, Telefone (47) 3331 6300, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 07 de FEVEREIRO de 2018, tendo como local a AUDITÓRIO DA PREFEITURA, localizado na rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar, SC. O leilão será conduzido pela Leiloeira PÚBLICA Oficial SRA. MICHELE Pacheco DA ROSA SANDOR, matrícula AARC/358, JUCESC, contratada de acordo com o Credenciamento 003/2017 para venda à vista de bens móveis inseríveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através do site WWW.EXPRESSOLEILOES.COM.BR ou WWW.LEILOADOR.COM.BR ou WWW.GASPAR.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones Fone (47) 3331 6300 na Prefeitura ou (47) 3525 4742 com a Leiloeira. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Gaspar (SC), em 15 de janeiro de 2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL RP 119/2017

Publicação Nº 1492674

SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 119/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, INCLUINDO A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL E A SECRETARIA DA SAÚDE E DEMAIS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

FOI SUSPENSO PARA READEQUAÇÃO DOS ITENS NO EDITAL POR CONTA DO RECEBIMENTO DE IMPUGNAÇÃO/QUESTIONAMENTOS.

Demais informações na sede da Prefeitura de segunda a sexta-feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 16 de Janeiro de 2018.

Pedro Augusto da Cunha
Secretário de Administração

DECRETO Nº 163 - 2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1492075

DECRETO Nº163 / 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a(s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	26.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	26.000,00
(266) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	26.000,00
0.1.06.000000	MDEF	26.000,00
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil – Creche	47.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	47.000,00
(267) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	47.000,00
0.1.06.000000	MDEF	47.000,00

12.365.0003.2066	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar	83.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	83.000,00
(268) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	83.000,00
0.1.06.000000	MDEF	83.000,00
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	37.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	37.000,00
(42) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	37.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	37.000,00
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	43.965,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	43.965,00
(113) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	43.965,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	43.965,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	58.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	58.000,00
(174) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	58.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	58.000,00
0901	Secretaria de Agricultura	
20.602.0007.2051	Functo. e Manut. da Secret. De Agricultura	21.700,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	21.700,00
(149) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	21.700,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	21.700,00
1101	Secretaria de Segurança Pública	
06.181.0008.2055	Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança Pública	41.300,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	41.300,00
(81) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	41.300,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	41.300,00
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.2052	Manutenção da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	29.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	29.000,00
(138) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	29.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	29.000,00
TOTAL:		386.965,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	26.000,00

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	26.000,00
(47) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	26.000,00
0.1.06.000000	MDEF	26.000,00
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil – Creche	47.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	47.000,00
(67) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	47.000,00
0.1.06.000000	MDEF	47.000,00
12.365.0003.2066	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil – Pré-Escolar	83.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	83.000,00
(73) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	83.000,00
0.1.06.000000	MDEF	83.000,00
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	37.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	37.000,00
(43) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	37.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos p/ MDEF	37.000,00
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.451.0008.2058	Manutenção da Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	43.965,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	43.510,00
(114) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	43.510,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	43.510,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	455,00
(115) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	455,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	455,00
9999	Reserva de Contingência	
99.999.9999.9901	Reserva de Contingência da Unidade Gestora Prefeitura	150.000,00
(194) 9.9.90.00	Reserva de Contingência	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
TOTAL:		386.965,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 22 de Dezembro de 2017
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 164 - 2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

Publicação Nº 1492072

DECRETO Nº 164 / 2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria da Fazenda	
04.123.0002.2006	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	14.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	14.000,00
(17) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	14.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	14.000,00
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.2060	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	18.553,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	18.553,00
(116) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	18.553,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	18.553,00
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil- Creche	6.200,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.200,00
(67) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.200,00
0.1.06.000000	MDEF	6.200,00
0202	Procuradoria Geral	
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	64,00
3.1.00.00	Outras Despesas Com Pessoal	64,00
(244) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	64,00
0.1.03.000000	Receita de Ônus de Sucumbência	64,00
TOTAL:		38.817,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	Secretaria da Fazenda	
04.123.0002.2006	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Fazenda	14.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00
(18) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	14.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	14.000,00
1201	Secretaria de Infra-Estrutura e Serviços Públicos	
15.452.0008.2060	Melhoria e Manutenção dos Serviços de Coleta de Lixo	18.553,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	18.553,00
(117) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	18.553,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	18.553,00
0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.2014	Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil- Creche	6.200,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	6.200,00
(261) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	6.200,00
0.1.06.000000	MDEF	6.200,00
0202	Procuradoria Geral	
04.122.0001.2003	Manutenção da Procuradoria Geral do Município	64,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	64,00

(237) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	64,00
0.1.03.000000	Receita de Ônus de Sucumbência	64,00
TOTAL:		38.817,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 26 de Dezembro de 2017
 Juliano Duarte Campos
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 166 - 2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017

Publicação Nº 1492082

DECRETO Nº 166 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 ☐ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 135.000,00 (Cento e Trinta e Cinco Mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte de recurso 0.2.28.000148 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade, conforme a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	135.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	135.000,00
(34) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	135.000,00
0.2.28.000148	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	135.000,00
TOTAL:		135.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 27 de Dezembro de 2017.
 Juliano Duarte Campos
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 167 - 2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017

Publicação Nº 1492083

DECRETO Nº 167 / 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1147/2016 ☐ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 540.119,00 (Quinhentos e Quarenta Mil e Cento e Dezenove Reais), por conta do Superávit

Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2016, na respectiva fonte de Recurso, conforme dotação abaixo indicadas:

Prefeitura

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Encargos Gerais do Município	
28.843.0000.0001	Amortização de Dívidas	212,00
3.2.00.00	Outras Despesas Correntes	212,00
(269) 3.2.90.00	Aplicações Diretas	212,00
0.3.00.000000	Superávit Financeiro	212,00
28.843.0000.0001	Amortização de Dívidas	1.500,00
4.6.00.00	Outros Investimentos	1.500,00
(270) 4.6.90.00	Aplicações Diretas	1.500,00
0.3.00.000000	Superávit Financeiro	1.500,00
1701	Secretaria de Pesca e Maricultura	
20.602.0007.2069	Functo. e Manutenção da Secretaria da Pesca e Maricultura	3.007,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	3.007,00
(272) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	3.007,00
0.3.00.000000	Superávit Financeiro	3.007,00
1301	Encargos Gerais do Município	
28.845.0000.0003	Contribuição ao PASEP	26.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	26.000,00
(271) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	26.000,00
0.3.00.000000	Superávit Financeiro	26.000,00
TOTAL:		30.719,00

Fundo Municipal de Saúde

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0004.2019	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	476.924,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	476.924,00
(90) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	476.924,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	476.924,00
10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família – PABV/PSF	12.520,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	12.520,00
(93) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	12.520,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários	12.520,00
10.301.0004.2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PABV/ACS	16.405,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.405,00
(94) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	16.405,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	16.405,00
10.301.0004.2023	Ações Voltadas para a Saúde da Família / Saúde Bucal	2.450,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.450,00

(92) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	2.450,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	2.450,00
10.305.0004.2030	Vigilância Epidem. e Ambiental e Saúde – DST/HIV/AIDS	1.101,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.101,00
(91) 3.1.90.00	Aplicações Diretas	1.101,00
0.3.00.000000	Recursos Ordinários – Superávit Financeiro	1.101,00
TOTAL:		509.400,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos 27 de Dezembro de 2017.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 168 - 2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017

Publicação Nº 1492088

DECRETO Nº 168 / 2017
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso II, da Lei Municipal nº 1147/2016 □ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 486.359,99 (Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil Trezentos e Cinquenta e Nove Reais e Noventa e Nove Centavos), por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço do Exercício de 2016, na respectiva fonte de Recurso, conforme dotação abaixo indicadas:

Art. 2º Fica suplementado em R\$ 352,58 (Trezentos e Cinquenta e Dois Reais e Cinquenta e Oito Centavos), por conta do Excesso de Arrecadação apurado nesta data na fonte 0.1.81.000010 A Destinar, conforme as dotações abaixo indicada:

Superávit Financeiro

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1601	Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio	
23.695.0007.1019	Construção, Melhoria e Ampliação de Trapiche	486.359,99
4.4.00.00	Outros Investimentos	486.359,99
(273) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	486.359,99
0.1.71.000081	Recursos de Convênios do Estado	486.359,99
TOTAL:		486.359,99

Excesso de Arrecadação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	352,58

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	352,58
(274) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	352,58
0.1.81.000010	A Destinar	352,58
TOTAL:		352,58

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos 27 de Dezembro de 2017.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2017 - 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 27/2017 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA M.L.A CONSTRUÇÕES LTDA, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N.º 35/2017, PROCESSO Nº 35/2017.

Publicação Nº 1492512

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 027/2017

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 27/2017 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA M.L.A CONSTRUÇÕES LTDA, REFERENTE À TOMADA DE PREÇOS N.º 35/2017, PROCESSO Nº 35/2017.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa M.L.A CONSTRUÇÕES LTDA com sede na Rua Raulina Angelina Weingartner, nº 45, Centro, Palhoça/SC registrada no CNPJ sob o nº. 05.901.218/0001-30 neste ato representado por seu representante legal Senhor HILTON CESAR DE ABREU GONÇALVES, CPF Nº 034.783.579-18, resolvem, de comum acordo, PRORROGAR A VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 2 (DOIS) MESES, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UM TRAPICHE NO BAIRRO FAZENDA DA ARMAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, respeitando o estabelecido no art. 57, parágrafo 1º, inciso V, da Lei nº. 8666/93, e a Cláusula Sétima do Contrato nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto prorrogar o contrato original por mais 2 (DOIS) meses a partir da data de 24/01/2018.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável a prorrogação da vigência deste contrato, em virtude dos atrasos ocorridos na execução do tabuleiro de madeira que sofreu interferência climática por conta das variações das marés.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de prorrogação contratual, qual seja o art. 57, parágrafo 1º inciso V da Lei 8.666/93, in verbis:

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

2.2. Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

2.3. Faz-se assim, necessária a prorrogação da vigência deste em mais 2 (dois) meses a partir da data de 24/01/2018, uma vez que para a continuidade da execução da obra demandará um período maior.

2.4. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 16 de janeiro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS	M.L.A CONSTRUÇÕES LTDA
Prefeito Municipal Contratante	Hilton Cesar de Abreu Gonçalves Contratada

PORTARIA Nº 009 - 2018 - DESIGNAR MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSO SELETIVO Nº 04 - 2018

Publicação Nº 1492294

Portaria nº 009 / 2018

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os membros da comissão responsável para acompanhar as etapas do Edital de Processo Seletivo Público Nº 004 / 2018 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Operador de equipamentos):

- ALEXSANDRO MANOEL PORTO, matrícula 555;
- JARDEL ANTÔNIO DA SILVA, matrícula 5688;
- MARLEIDE ALVES COSTA CAMPOS, matrícula 935.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de janeiro de 2018

Registra-se. Publica-se. Dê-se Ciência.

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 01.2018

Publicação Nº 1492180

PORTARIA Nº 01/2018

Constitui Comissão para procedimentos de Reavaliação e de Redução ao Valor Recuperável dos bens Patrimoniais Da Câmara Municipal.

JOSUÉ OCKER DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução nº 34/2015 e art.7º do Decreto do Poder Executivo nº 062/2015:

RESOLVE:

Art. 1 – Fica constituída a Comissão para procedimentos de Reavaliação e de Redução ao Valor Recuperável dos bens Patrimoniais da Câmara de Vereadores do município de Governador Celso Ramos composta dos seguintes membros:

Presidente

DALMIRO LOBO FILHO – Ocupante de cargo em comissão.

Membros

ALESSANDRO TARGINO JORGE – Ocupante de efetivo (a Disposição).

LEONARDO OSNI QUINTINO – Ocupante de cargo efetivo.

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 02 de Janeiro de 2018.

JOSUÉ OCKER DA SILVA
Presidente

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA 1 CREDENCIAMENTO 01.2018 - EXAMES LABORATORIAIS - ATA Nº 01.DOCX

Publicação Nº 1492025

A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 005/2018, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 16/01/2018 a partir das 10h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para AQUISIÇÃO DE EXAMES DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO - GERAIS E ESPECIALIZADOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA PARA O ANO DE 2018. OS VALORES DOS EXAMES SERÃO TABELA SUS- ATRAVÉS DE PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE CREDENCIAMENTO, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba, SC, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, para o ano de 2018. Até a presente data a Comissão protocolou os envelopes as proponentes a seguir nominadas:

- 1) ELENICE PILON DE OLIVEIRA - CNPJ 81.308.462/001-72
- 2) ASSOCIAÇÃO BENFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS - CNPJ 86.245.982/0001-05
- 3) LABORATÓRIO PREVENT LTDA - CNPJ 07.349.215/0001-61

Após avaliada a documentação de habilitação e propostas pela Comissão, foram declaradas credenciadas a prestar os serviços, as proponentes abaixo nominadas na especialidade conforme segue:

- 1) ELENICE PILON DE OLIVEIRA - CNPJ 81.308.462/001-72
- 2) ASSOCIAÇÃO BENFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS - CNPJ 86.245.982/0001-05
- 3) LABORATÓRIO PREVENT LTDA - CNPJ 07.349.215/0001-61

Para tanto, abre-se o prazo recursal de três dias a contar da presente data, e não havendo recursos interpostos, ou após sua denegação, o processo será encaminhado para a autoridade competente para homologação.

Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 30/11/2018.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi
Presidente

Leticia Santin da Silva Fatima Hofmann Membro Membro/Suplente

Participantes:

ELENICE PILON DE OLIVEIRA CHRISTIANO DANNEBROCK
ELENICE PILON DE OLIVEIRA LABORATÓRIO PREVENT LTDA

VALDIR MULLER
ASSOCIAÇÃO BENFICENTE HOSPITAL SÃO LUCAS

EXTRATOS CONTRATOS 07.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1492703

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 07/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: LANCHONETE E SORVETERIA CAROSSO LTDA - ME
Valor : 8.475,00 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 17/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ
LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM
EM CAMPANHAS DE PREVENTIVO, VACINAÇÃO, COMBATE A FOCO DE DENGUE E REUNIÕES DOS ACS DA SEC. DE SAÚDE DE GUARACIABA E AQUISIÇÃO DE MARMITAS SERVIDAS EM RECIPIENTE APROPRIADO (COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO) DESTINADAS A EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LINHA OURO VERDE,
INTERIOR DO MUNICÍPIO.

EXTRATOS CONTRATOS 10, 11 E 12.2018.DOCX

Publicação Nº 1492717

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 10/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI - EPP
Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
Vigência : Início: 17/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS (LUVAS) QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A DISTRIBUIÇÃO AOS INSEMINADORES DO
MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORAR A
PRODUTIVIDADE DO REBANHO.

Contrato Nº.: 11/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA - EPP
Valor : 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
Vigência : Início: 17/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS (BAINHAS FRANCESAS)
QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A DISTRIBUIÇÃO AOS

INSEMINADORES DO MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORAR A PRODUTIVIDADE DO REBANHO.

Contrato Nº.: 12/2018

Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Contratada...: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS

AGROPECUARIOS LTDA

Valor : 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 17/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2018

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS NITROGÊNIO LIQUIDO (CONSERVADOR DE SEMEN BOVINO) QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A DISTRIBUIÇÃO AOS INSEMINADORES DO MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORAR A PRODUTIVIDADE DO REBANHO.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 05.2018.DOCX

Publicação Nº 1492705

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018

PROCESSO Nº 5/2018 HOMOLOGAÇÃO: 17/01/2018

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAS (LUVAS, BAINHAS FRANCASAS) E NITROGÊNIO LIQUIDO (CONSERVADOR DE SEMEN BOVINO) QUE SERÁ UTILIZADO PARA FAZER A

DISTRIBUIÇÃO AOS INSEMINADORES DO MUNICIPIO, ATENDENDO AO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO, COM O INTUITO DE MELHORAR A PRODUTIVIDADE DO REBANHO.

CONTRATADO: AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

CONTRATADO: DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)

CONTRATADO: NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 39.800,00 (trinta e nove mil e oitocentos reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSOS 07.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1492701

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018

PROCESSO Nº 7/2018 HOMOLOGAÇÃO: 17/01/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC

OBJETO: ELABORAÇÃO E FORNECIMENTO DE ALMOÇO, BUFÊ LIVRE, COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO, SERVIDO EM ESTABELECIMENTO, DESTINADO AOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM CAMPANHAS DE PREVENTIVO, VACINAÇÃO, COMBATE A FOCO DE DENGUE E REUNIÕES DOS ACS DA SEC. DE SAÚDE DE GUARACIABA E AQUISIÇÃO DE MARMITAS SERVIDAS EM RECIPIENTE APROPRIADO (COM CARDÁPIO DIVERSIFICADO) DESTINADAS A EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE EXERCEM SUAS FUNÇÕES NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE LINHA OURO VERDE, INTERIOR DO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: LANCHONETE E SORVETERIA CARROSSI LTDA -

ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.475,00 (oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 20.18 REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO.DOC

Publicação Nº 1492550

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº20/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 25/18, Edital de Pregão Presencial Nº 20/18, Sistema de Registro de Preços - Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Tubos de Concreto; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 30/01/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 30/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de janeiro de 2018.

Vandecir Dorigon,
Prefeito em Exercício

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 21.18 AQUISIÇÃO DE PNEUS CORPO DE BOMBEIROS.DOC

Publicação Nº 1492578

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº21/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 26/18, Edital de Pregão Presencial Nº 21/18, Tipo Menor Preço por Item. Objeto: Aquisição de Pneus novos para viaturas do Corpo de Bombeiros Militar do Município; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 30/01/18; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 30/01/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademir de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 16 de janeiro de 2018.

Vandecir Dorigon,
Prefeito em Exercício

Herval d'Oeste

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 3º QUADR. 2017

Publicação Nº 1491798

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6	R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	55.634.243,46	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.452.551,23	2,61
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <=>	3.338.054,61	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <=>	3.171.151,88	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	12.239.533,56	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.901.478,95	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.894.397,04	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	2.622,01

FONTE:

IPREVI/HO**CRONOGRAMA ANUAL DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO IPREVI-HO**

Publicação Nº 1492113

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DOS ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO IPREVI-HO

LOCAL: Sala da Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2018 MÊS	DATA	HORÁRIO
FEVEREIRO	20	14h00
MARÇO	16	14h00
ABRIL	18	14h00
MAIO	17	14h00
JUNHO	14	14h00
JULHO	17	14h00
AGOSTO	16	14h00
SETEMBRO	18	14h00
OUTUBRO	17	14h00
NOVEMBRO	21	14h00
DEZEMBRO	18	14h00

Conselheiros: Adriano Baretta Mandrik, Andréa Paludo, Carmen Terezinha Ghiggi, Jaqueline Razera, Loredí de Deus e Silva, Romano Marchioro, Valdemar do Amaral e Silva, Vera Lúcia Brandalise, Sirlei de Fatima Miguelão (Presidente).

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

2018 MÊS	DATA	HORÁRIO
FEVEREIRO	16	15h00
MARÇO	15	15h00
ABRIL	17	15h00
MAIO	16	15h00
JUNHO	13	15h00
JULHO	13	15h00
AGOSTO	15	15h00
SETEMBRO	14	15h00
OUTUBRO	16	15h00
NOVEMBRO	20	15h00
DEZEMBRO	14	15h00

Conselheiros: Charlene Rampazzo (Presidente), Daize Terezinha Borsoi, Roseli Rolim da Silva, Veranice Theisen.

CONSELHO FISCAL

2018 MÊS	DATA	HORÁRIO
FEVEREIRO	20	16h00
MARÇO	19	16h00
ABRIL	19	16h00
MAIO	18	16h00
JUNHO	15	16h00
JULHO	18	16h00
AGOSTO	17	16h00
SETEMBRO	19	16h00
OUTUBRO	18	16h00
NOVEMBRO	22	16h00
DEZEMBRO	19	16h00

Conselheiros: Cláudia Maria Schreider, Leila Bottega De Col, Odair Trevisol, Marlene Maria de Oliveira, Paulo César Dolejal Berté (Presidente).

Cronogramas de reuniões aprovados em 18/12/2017, registrada na Ata nº 203/2017.

Herval d' Oeste (SC), 18 de dezembro de 2017.

Diretoria Executiva

Presidente do Conselho de Administração

Presidente do Conselho Fiscal

Presidente do Comitê de Investimentos

Membros presentes: _____

Membros presentes: _____

Membros presentes: _____

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 01/2018

Publicação Nº 1492104

RESOLUÇÃO IPREVI-HO Nº 01/2018

"ALTERA A RESOLUÇÃO Nº 44/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SIRLEI DE FATIMA MIGUELÃO, Presidente do Conselho de Administração do IPREVI-HO, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 179/2005, e

Considerando o trâmite do Processo Administrativo nº 25/2017;

Considerando a inclusão equivocada da servidora ativa Neide Ribeiro dos Santos no rol das servidoras aposentadas mencionado na Resolução IPREVI-HO nº 44/2017;

RESOLVE:

Art.1º Alterar o rol de servidoras inativas disposto na Resolução IPREVI-HO nº 44/2017, retirando o nome da servidora Neide Ribeiro dos Santos, posto que sua condição não é análoga às outras haja vista não estar em condição de aposentadoria;

Art. 2º Informar a Comissão Especial de Processo Administrativo acerca da alteração prevista no art. 1º desta Resolução;

Art. 3º As demais disposições contidas nas Resoluções IPREVI-HO nº 44/2017 permanecem inalteradas;

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor após a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste (SC), 12 de janeiro de 2018.

SIRLEI DE FATIMA MIGUELÃO

Presidente do Conselho
de Administração
Gestora

Ibiam

PREFEITURA

AVISO DE LICITACAO PP 001 - MERENDA ESCOLAR

Publicação Nº 1492671

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – SRP 001/2018

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 25 de janeiro de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial – Registro de Preços n. 001/2018, visando a aquisição de Merenda Escolar. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 25/01/2018 até as 14:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045, ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 11 DE JANEIRO DE 2018.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PP 02 - AUDITORIA INTERNA

Publicação Nº 1492672

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito Municipal em Exercício, faz saber a todos, que realizará na data de 26 de janeiro de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial n. 002/2018, visando a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços em Auditoria Interna. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 26/01/2018 até as 09:00 hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0045 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 15 DE JANEIRO DE 2018.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITACAO PP 03 - PMI - ASSESSORIA CONVENIOS

Publicação Nº 1492041

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE IBIAM
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 30 de janeiro de 2018, licitação modalidade Pregão Presencial n. 003/2018, visando a contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para elaboração de projetos e captação de recursos. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: 30/01/2018 até as 14:00hs, com abertura dos envelopes nesta mesma data, às 14:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa, pelo fone (49) 3534 - 0044 ou pelo site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 16 DE JANEIRO DE 2017.
IVANIR ZANIN
Prefeito Municipal

Ibirama

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2018

Publicação Nº 1492019

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2018

O Município de Ibirama comunica que nos termos do Artigo 24, inciso X, da Lei n.º 8.666/93, atualizada pelas Leis n.º 8.883/94 e 9.648/98, estará locando 01 sala comercial com área de 28,00 m2, no centro deste município destinado para abrigar instalações de programa da Assistência Social deste município. Será locado, a preços vigentes no mercado e por suas características e localização atenderem as necessidades de sua escolha o imóvel de propriedade de IVONE HOBUS – CPF n.º 834.461.419-87. Valor total do contrato R\$ 10.200,00.

Ibirama, 15 de janeiro de 2018.

Jucélio Jose de Andrade - Prefeito em exercício.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO 001-2018 SAMAE - TARIFAS BANCÁRIAS

Publicação Nº 1492198

CREDENCIAMENTO Nº. 1/2018 – SAMAE AGUÁS DE ILHOTA	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
OBJETO	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARA RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS, EM DOCUMENTOS NO PADRÃO FEBRABAN, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA NACIONAL.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: a partir das 08:00 horas do dia 18/01/18 até as 17:00 horas do dia 01/02/2018, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
REGIMENTO: Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 16 de janeiro de 2018.

DESPACHO 1 CC 2017-001 - PMI - AGUA

Publicação Nº 1491977

PREFEITURAMUNICIPALDEILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO

Acolho o parecer do Consultor Jurídico do Município e, por consequência, indefiro a representação da empresa Saneatec Saneamento e Tecnologia Ltda.

Notifique-se o representante.

Ilhota, 15 de janeiro de 2018.

PARECER JURIDICO 1 - CONCORRÊNCIA 001-17

Publicação Nº 1491984

Ilhota, 15 de janeiro de 2018.
Parecer CJ2/2018

Parecer Jurídico
Saneatec interpõe representação contra a decisão do Município de acolher o seu recurso.

Alega que há tratamento desigual entre as licitantes.

Por ser tempestiva, opino pelo seu conhecimento. No entanto, penso que a representação deve ser recebida apenas no efeito devolutivo, pois não vejo motivo suficiente para a suspensão do certame.

E no mérito, entendo que o pleito não deve ser acolhido.

Não há diferença no tratamento entre as licitantes. Ainda que a comissão de licitação decidisse - ou este procurador opinasse - pela notificação da Saneatec para que, em um prazo razoável, apresentasse o comprovante de inscrição no CRA, a Saneatec não fez a visita técnica.

E, em que pese os argumentos expostos no recurso e na representação, entendo que, no caso em questão, a visita técnica era de fundamental importância. Ora, como a empresa em questão teria condições de apresentar sua proposta de preços sem ao menos conhecer as instalações do sistema? Quantas bombas de captação o Município possui? Quantas Estações de Tratamento de Água e Esgoto existem?

Sobre a questão, transcrevo excerto de decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: . .

Claro que, em casos específicos e mais complexos, como a concessão de um sistema de transporte coletivo municipal, ou a concessão de um sistema de esgotamento sanitário, é recomendável que a proponente venha visitar o local.

É exatamente este o caso dos autos. Trata-se de licitação para contratação de empresa para gerenciar o sistema de água e esgoto do Município, razão pela

1A decisão pode ser acessada através do seguinte link:
<http://consulta.tce.sc.gov.br/RelatoriosDecisao/RelatorioTecnico/4361582.POF>

PARECER JURIDICO 2 - CONCORRÊNCIA 001-17

Publicação Nº 1491986

PREFEITURAMUNICIPALDEILHOTA
ESTADO DE SANTA CATARINA

\\:}""' e>•
.. ':

qualentendoqueaexigênciadoeditalestá emperfeitasintonia coma-Leide'

· Licitações,.

Sendo assim, não tendo visitado as instalações, penso que acertou o Município ao inabilitar a recorrente.

Ante o exposto, opino pelo indeferimento da representação interposta pela Saneatec.
É o parecer, S.M.J. \\,\\
LUÍS FANDOMEL CHEREMABA
\\? osultor Jurídico

REPUBLICAÇÃO LEI COMPLEMENTAR 112/2017

Publicação Nº 1492679

Lei Complementar nº 112/2017

REPUBLICAÇÃO POR ERRO. OS ARTIGOS 2º, 3º E 4º DA LEI PUBLICADA NO DIA 26/12 FAZIAM MENÇÃO À LEI 29/2013, QUANDO DEVERIAM FAZER MENÇÃO À LEI 39/2013.

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR 39/2013, QUE DISPÕE E REORDENA SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 25 da Lei Complementar 39/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. Os servidores ocupantes dos cargos constantes do Anexo I desta Lei poderão exercer suas atividades, em caráter temporário, em jornada de trabalho de até 40 (quarenta) horas semanais, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, mediante processo seletivo interno e critérios estabelecidos em edital, atendidos os seguintes requisitos:

I - encontrar-se no efetivo exercício do cargo de carreira, podendo ocorrer durante o estágio probatório;

II - necessidade do serviço devidamente demonstrada pelo titular do órgão de lotação do servidor;

III - existência de disponibilidade orçamentária e financeira do Município;

§ 1º. O acréscimo pecuniário de que trata o caput, de natureza precária e devido somente enquanto perdurarem as atividades pelo servidor, será pago de forma destacada na folha de pagamento e em nenhuma hipótese será incorporado ao seu padrão de vencimento, após o término da extensão da jornada.

§ 2º. Incidirá sobre o acréscimo pecuniário de que trata o caput, a contribuição para o regime próprio de previdência social do Município, sendo pago de forma destacada na folha de pagamento do servidor.

§ 3º. O servidor que aumentar a jornada semanal de trabalho, poderá voltar a cumprir a carga horária semanal fixada em lei para o seu cargo efetivo, com redução proporcional dos respectivos vencimentos, mediante petição fundamentada dirigida ao Secretário Municipal de Administração, no âmbito do Poder Executivo, e ao dirigente superior, no âmbito das Autarquias e Fundações, acompanhada de parecer do titular.

Art. 2º. Fica acrescido o artigo 26 na Lei Complementar 29/2013 com a seguinte redação:

Art. 26. Os servidores ocupantes dos cargos constantes do Anexo I desta Lei poderão exercer suas atividades em jornada de trabalho de até quarenta horas semanais, em caráter permanente, com aumento proporcional dos respectivos vencimentos, mediante processo seletivo interno e critérios estabelecidos em edital, atendidos os seguintes requisitos:

I - encontrar-se no efetivo exercício do cargo de carreira, após conclusão do estágio probatório;

II - necessidade do serviço devidamente demonstrada pelo titular do órgão de lotação do servidor;

III - existência de disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

IV - encontrar-se há dois anos imediatamente anteriores, no mínimo, em exercício de atividade em jornada de trabalho ampliada, em caráter temporário.

§ 1º. O acréscimo pecuniário de que trata o caput, de natureza permanente e contado para todos os efeitos legais, sobre cujo valor incidirá a contribuição para o regime próprio de previdência social do Município, será pago de forma destacada na folha de pagamento do servidor e incorporado aos seus proventos de aposentadoria na forma da lei.

§ 2º. O servidor que aumentar a jornada semanal de trabalho, em caráter permanente, poderá voltar a cumprir a carga horária semanal fixada em lei para o seu cargo efetivo, com redução proporcional dos respectivos vencimentos, mediante petição fundamentada dirigida ao Secretário Municipal de Administração, no âmbito do Poder Executivo, e ao dirigente superior, no âmbito das Autarquias e Fundações, acompanhada de parecer do titular do seu órgão de lotação.

Art. 3º. Fica acrescido o artigo 27 na Lei Complementar 29/2013 com a seguinte redação:

Art. 27. Para efeito da concessão das promoções horizontal e vertical, ao servidor estável que reduzir ou aumentar a jornada semanal de trabalho, em caráter permanente, na forma prevista no artigo anterior, aplicar-se-ão os mesmos interstícios e percentuais previstos para o padrão e a faixa de vencimento em que se deu a redução ou o aumento da jornada.

Art. 4º. Fica acrescido o artigo 28 na Lei Complementar 29/2013 com a seguinte redação:

Art. 28. Compete ao Prefeito Municipal autorizar a extensão permanente ou temporária da jornada semanal de que tratam os arts. 25 e 26, observados os critérios de oportunidade e conveniência da Administração.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 21 de dezembro de 2017.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE ERRATA - CONTRATO 2014/54 - A/06 PROC 122/2013 SEAD

Publicação Nº 1492570

ERRATA - ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEAD 2014/54 – A/06
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Considerando a publicação realizada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 2421 de 02 de janeiro de 2017 na página 101, houve um equívoco quanto ao nome do secretário responsável pelo seguinte contrato: PMI SEAD 2014/54 – A/06, tendo em vista que este contrato pertence a Secretária de Administração. Todavia:

Onde se lê
Graciela Wiemes Ribeiro
Secretária Municipal da Saúde
Contratante

Leia-se
Amilton Gonçalves de Souza
Secretária Municipal de Administração
Contratante

Michelle Felipe Hugen
Assessora de Departamento de Atos Contratuais

EXTRATO DE ERRATA PROCESSO 01.2017 PREGÃO 01.2017

Publicação Nº 1492677

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 01/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018
ERRATA

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, comunica, que fica suprimido o item 7.3 do Processo Licitatório nº 01/2018, Pregão 01/2018, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC”.

Comunica também que fica a sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado transferida para o dia 30 de janeiro de 2018, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de janeiro de 2017.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 10/2018 PREGÃO 07/2018 PMI/SEDUCE

Publicação Nº 1492160

PREFEITURA DE IMBITUBA
PMI / SEDUCE
PROCESSO Nº 10/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 16:30 horas, do dia 30 de janeiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC encontra-se à disposição dos interessados,

na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 17 de janeiro de 2018
Felipe Dias Antônio
Secretário da SEDUCE

PORTARIA PMI/SEAD Nº 23/2018

Publicação Nº 1492175

PORTARIA PMI/SEAD Nº 23, de 16 de janeiro de 2018.
Dispõe sobre a Demissão de Professora por Término de Contrato, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, admitida em 11 de fevereiro de 2016 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 113/2016 e em 16 de dezembro de 2016 através da PORTARIA PMI/GGP Nº 699/2016, para exercer os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Daiany Tolentino da Rosa (matr. 8688)	Professora II - 20h	070.661.909-98	29/01/2018
Daiany Tolentino da Rosa (matr. 9030)	Professora II - 20h	070.661.909-98	29/01/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 16 de janeiro de 2018.
Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 24/2018

Publicação Nº 1492207

PORTARIA PMI/SEAD Nº 24, de 16 de janeiro de 2018.
Dispõe sobre a Demissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Demitir por término de contrato, a abaixo relacionada, admitida em 18 de março de 2016, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Matr.	Nome	Cargo/CH	CPF	Demissão
8843	Jacqueline Flor Machado dos Santos	Professora I – 20h	035.429.249-89	29/01/2018

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 16 de janeiro de 2018.
Amilton Gonçalves de Souza
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 005/2018

Publicação Nº 1492127

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 005, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,
Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;
Considerando as informações no Processo nº 634/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, Rua Quintino Bocaiúva, Centro, Imbituba/SC, a Sra. EUNICE MARIA DOS SANTOS PAULA, inscrita no CPF sob o nº 035.618.849-38, residente na Rodovia SC 434 KM 11, s/n, Araçatuba, Imbituba/SC, para a comercialização/venda de sorvetes com Trailer, semanalmente.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de janeiro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER

Diretora de Documentação e Patrimônio

Indaial

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

Publicação Nº 1492734

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000201 Pregão Nº 71/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2018 Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Zelir Nezi, Prefeito em exercício legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 194.747.689-00 e Cédula de Identidade nº 583.114, residente e domiciliado à Rua Itajaí, nº 400, Bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000201 - Pregão Nº 71/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	POSTO J R LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.093.097/0001-99, estabelecida à AVENIDA MARIA SIMÃO, nº 403 – Bairro DAS NAÇÕES, no município de Indaial – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	Aquisição combustíveis tipo gasolina, etanol e óleo diesel para a frota de veículo de passeio, motocicletas, utilitários e caminhões integrantes da frota da Prefeitura Municipal de Indaial.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

17302 - POSTO J R LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01 - GASOLINA E ETANOL.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	COMBUSTÍVEL GASOLINA ADITIVADA.	LITRO		250.000	R\$3,89	R\$972.500,00
2	COMBUSTÍVEL ETANOL COMUM.	LITRO		10.000	R\$3,14	R\$31.400,00
				Total Lote:		R\$1.003.900,00
Lote: 2 - LOTE 02 - DIESEL.						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
3	COMBUSTÍVEL DIESEL S-10.	LITRO		350.000	R\$3,13	R\$1.094.450,00
				Total Lote:		R\$1.094.450,00
				Total Fornecedor:		R\$2.098.350,00
				Total Homologação:		R\$2.098.350,00

3.2.	Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.	REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1.		Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
4.2.		Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.		EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.		As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.		A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.		O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.		O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.		Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.		FISCALIZAÇÃO:
6.1.		O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.		À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.		Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.		6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.		Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.		O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.		PRAZO DE VALIDADE:
7.1.		O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.		OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.		Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.		Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.		Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.		Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.		Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
8.6.		Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.		Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8.		8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 201/2017 - Edital de Pregão nº 71/2017.
9.		OBRIGAÇÕES DO OGRP:
9.1.		Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.		Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.		Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.		Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.		SANÇÕES:
10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		RESCISÃO DA ATA:
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;
	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:
15.1.		Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 2 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL	
Zelir Nezi	
Prefeito em Exercício	
POSTO J R LTDA RICARDO FURLAN Representante	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

Publicação Nº 1492735

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000200 Pregão Nº 70/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2018 Aos dois dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, de um lado o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Zelir Nezi, Prefeito em exercício legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 194.747.689-00 e Cédula de Identidade nº 583.114, residente e domiciliado à Rua Itajaí, nº 400, Bairro Rio Morto, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000200 - Pregão Nº 70/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 75.415.075/0002-13, estabelecida à RUA MARCIOLINO DOS SANTOS, nº 1.450 – Bairro CORTICEIRA, no município de Guarimirim – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S-10 COMBUSTÍVEL COM COMODATO DE TANQUE DE ARMAZENAMENTO.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

367524 - RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Combustível Óleo Diesel S-10.	LITRO		250.000	R\$2,90	R\$725.000,00
				Total Lote:		R\$725.000,00
				Total Fornecedor:		R\$725.000,00
				Total Homologação:		R\$725.000,00

3.2.	Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.	REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.	Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
4.2.	Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.	EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.	As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.	A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2.	O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.	O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.	Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.	FISCALIZAÇÃO:
6.1.	O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.	À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.	Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.	6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.	Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.	O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.	PRAZO DE VALIDADE:
7.1.	O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.	OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.	Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.	Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.	Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.	Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.	Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
8.6.	Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.	Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.	8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 200/2017 - Edital de Pregão nº 70/2017.
9.	OBRIGAÇÕES DO OGRP:
9.1.	Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.	Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.	Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.	Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.	SANÇÕES:

10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produ- tos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da pre- sente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		RESCISÃO DA ATA:
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;
	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:
15.1.		Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 2 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL
Zelir Nezi
Prefeito em Exercício
RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA RODINEI DE SOUZA Representante

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018

Publicação Nº 1492736

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.3/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000194

--	--

Pregão Nº 10/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.3/2018 Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 155, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Márcio Moisés Selhorst, Diretor, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4180, Bairro Encano Baixo, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000194 - Pregão Nº 10/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.375.891/0001-30, estabelecida à RUA FREDERICO REGUSE, nº 118 – Bairro DO SOL, no município de Indaial – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:
2.1.	Contratação dos serviços de segurança desarmada para eventos esportivos realizados ou apoiados pela FME.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

780324 - JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-ME

Lote: -

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Agentes de segurança desarmada para eventos esportivos a serem realizados ou apoiados pela FME.	HORA		2.000	R\$20,50	R\$41.000,00
				Total Lote:		R\$41.000,00
				Total Fornecedor:		R\$41.000,00
				Total Homologação:		R\$41.000,00

3.2.	Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.	REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.	Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
4.2.	Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.	EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.	As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.	A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.	O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.	O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.	Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.	FISCALIZAÇÃO:
6.1.	O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.	À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2.		Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.		6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.		Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.		O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.		PRAZO DE VALIDADE:
7.1.		O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.		OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.		Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.		Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.		Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.		Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.		Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
8.6.		Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.		Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.		8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 194/2017 - Edital de Pregão nº 10/2017.
9.		OBRIGAÇÕES DO OGRP:
9.1.		Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.		Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.		Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.		Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.		SANÇÕES:
10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		RESCISÃO DA ATA:
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;
	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;

	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:
15.1.		Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 9 de janeiro de 2018.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARCO MARCOS HADLICH	MUNICÍPIO DE INDAIAL
Márcio Moisés Selhorst	Sérgio Almir dos Santos
Diretor Executivo	Prefeito Municipal
JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-ME VILMAR KLOTH Representante	

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Publicação Nº 1492737

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.4/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000196 Pregão Nº 12/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.4/2018 Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARCO MARCOS HADLICH - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 155, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Márcio Moisés Selhorst, Diretor, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4180, Bairro Encano Baixo, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000196 - Pregão Nº 12/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	LIND GUIMAR MACHADO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 18.010.737/0001-50, estabelecida à RUA RODOLFO ENGELHARDT, nº 162 – Bairro SALTO, no município de Blumenau – Santa Catarina.
1.2	FRANCIELI TONIELLO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.812.328/0001-45, estabelecida à RUA CORONEL PEDRO CARLOS, nº – Bairro CENTRO, no município de Campos Novos – Santa Catarina.
2.	DO OBJETO:

2.1.		LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS MODULARES PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS.
2.2.		Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.		VALORES REGISTRADOS:
3.1.		Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.		

741949 - LIND GUIMAR MACHADO ME

Lote: 1 - LOTE 01 - ESTRUTURAS, TABLADO E GRADES PARA ISOLAMENTO.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Locação com montagem e desmontagem de tendas tipo pirâmide tipo chapéu de bruxa com 100,00m², medindo 10x10m. Com 03 fechamentos laterais com 01 ponto de iluminação com lâmpada de 150W e 01 ponto de energia elétrica com tomada para equipamentos elétricos. (Por diária).	UNIDADE		50	R\$1.288,37	R\$64.418,50
2	Locação de tenda com montagem e desmontagem, tipo pirâmide tipo chapéu de bruxa com 25,00m², medindo 5mx5m. Com 02 fechamentos laterais com 01 ponto de iluminação com lâmpada de 150W e 01 ponto de energia elétrica com tomada para equipamentos elétricos. (Por diária).	UNIDADE		200	R\$699,12	R\$139.824,00
3	Tablado em madeira tipo compensado naval ou similar 150m² para locação. (Por diária).	METRO QUADRA-DO		50	R\$14,98	R\$749,00
4	Locação, incluindo a montagem e desmontagem, de grades de ferro para isolamento de público, com 1,20m de altura, 80m. (Por diária).	METRO		50	R\$19,97	R\$998,50
				Total Lote:		R\$205.990,00
				Total Fornecedor:		R\$205.990,00

921726 - FRANCIELI TONIELLO ME

Lote: 2 - LOTE 02 - BANHEIROS QUÍMICOS.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	Locação de banheiros químicos (ecológicos) com manutenção, sucção, higienização, papel e perfume incluindo licença ambiental e autorização da Ambiental para a descarga dos desejos. (Por diária).	UNIDADE		300	R\$230,35	R\$69.105,00
				Total Lote:		R\$69.105,00
				Total Fornecedor:		R\$69.105,00
				Total Homologação:		R\$275.095,00

3.2.		Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.		REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.		Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
4.2.		Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.		EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.		As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1.		A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.		O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.		O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.		Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.		FISCALIZAÇÃO:
6.1.		O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.		À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.		Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.		6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.		Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.		O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.		PRAZO DE VALIDADE:
7.1.		O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.		OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.		Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.		Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.		Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.		Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.		Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
8.6.		Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.		Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.		8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 196/2017 - Edital de Pregão nº 12/2017.
9.		OBRIGAÇÕES DO OGRP:
9.1.		Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.		Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.		Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4.		Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.		SANÇÕES:
10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		RESCISÃO DA ATA:
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;
	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:
15.1.		Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 9 de janeiro de 2018.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARCO MARCOS HADLICH	MUNICÍPIO DE INDIAIAL
Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal
LIND GUIMAR MACHADO ME LIND GUIMAR MACHADO ME Representante	FRANCIELI TONIELLO ME JONAS AVELINO TONIELLO Representante

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2018

Publicação Nº 1492739

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.5/2018

Processo Licitatório Nº 17/00000197 Pregão Nº 13/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.5/2018 Aos nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, de um lado a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARCO MARCOS HADLICH - FME, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 07.789.410/0001-02, com sede na Rua Leoberto Leal, nº 155, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Márcio Moisés Selhorst, Diretor, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 811.016.789-68 e Cédula de Identidade nº 2.962.561, residente e domiciliado à Rua Dr. Blumenau, nº 4180, Bairro Encano Baixo, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE

PREÇOS – OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000197 - Pregão Nº 13/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

1.	FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):
1.1	FOOT COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.397.879/0001-73, estabelecida à RUA GOTTLIEB REIF, nº 68 – Bairro ESCOLA AGRÍCOLA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
1.2	PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 04.927.058/0001-36, estabelecida à LINHA SÃO ROQUE LESTE, nº 8 – Bairro CENTRO, no município de São Marcos – Rio Grande do Sul.
2.	DO OBJETO:
2.1.	Aquisição de medalhas e troféus para premiação de eventos esportivos.
2.2.	Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.
3.	VALORES REGISTRADOS:
3.1.	Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:
3.1.1.	

696757 - FOOT COMERCIAL LTDA ME

Lote: 2 - LOTE 02 - TROFÉU.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
5	Troféu personalizado 20cm com MDF texturizado mais acrílico espelhado prata, para acabamento, e mais um acrílico espelhado que vai embaixo da etiqueta de vinil com alta definição que vai um no corpo do troféu e outro na base.	UNIDADE		200	R\$28,50	R\$5.700,00
6	Troféu personalizado 25cm com MDF texturizado mais acrílico espelhado prata, para acabamento, e mais um acrílico espelhado que vai embaixo da etiqueta de vinil com alta definição que vai um no corpo do troféu e outro na base.	UNIDADE		200	R\$34,07	R\$6.814,00
7	Troféu personalizado 30cm com MDF texturizada mais acrílico espelhado prata, para acabamento, e mais um acrílico espelhado que vai embaixo da etiqueta de vinil com alta definição que vai um no corpo do troféu e outro na base.	UNIDADE		200	R\$43,21	R\$8.642,00
8	Troféu personalizado 35 cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, corpo cano de PVC com pintura em alto brilho vidro incolor mais espelho que vai a personalização em vinil e impressão de alta definição.	UNIDADE		200	R\$59,65	R\$11.930,00
9	Troféu personalizado 40cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, corpo cano de PVC com pintura em alto brilho vidro incolor mais espelhado que vai a personalização em vinil e impressão de definição.	UNIDADE		200	R\$72,42	R\$14.484,00
10	Troféu personalizado 50 cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, corpo cano de PVC com pintura em alto brilho vidro incolor mais espelho que vai a personalização em vinil e impressão de alta definição.	UNIDADE		200	R\$92,82	R\$18.564,00
11	Troféu personalizado 60 cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, vai bola de cristal mais cano niquelado com acabamentos, espelho 2 mm com personalização em vinil com impressão de alta definição.	UNIDADE		100	R\$182,07	R\$18.207,00
12	Troféu personalizado 70 cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, vai bola de cristal mais cano niquelado com acabamentos, espelho 2 mm com personalização em vinil com impressão de alta definição.	UNIDADE		100	R\$210,48	R\$21.048,00
13	Troféu personalizado 80 cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, vai bola de cristal mais cano niquelado com acabamentos, espelho 2 mm com personalização em vinil com impressão de alta definição.	UNIDADE		100	R\$235,26	R\$23.526,00
14	Troféu personalizado 120cm composto em MDF com pintura automotiva alto brilho, vai bola de cristal mais cano niquelado com acabamentos, espelho 2mm com personalização em vinil com impressão de alta definição.	UNIDADE		70	R\$385,90	R\$27.013,00

15	Troféu com 30cm, base redonda, sextavada ou oitavada, metalizada na cor dourada, prateada, bronzeada ou preta, suportes intercalados entre a base e a taça em polímero. Taça em polímero metalizada na cor dourada, prateada ou bronzeada com efeitos, texturizado. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, prateada ou bronzeada. Estatueta de vários esportes mais plaqueta para gravação. (polímero = plástico).	UNIDADE		50	R\$54,77	R\$2.738,50
16	Troféu com 45cm de altura, base redonda, sextavada ou oitavada, metalizada na cor dourada, prateada, bronzeada ou preta, suportes intercalados entre a base e a taça em polímero. Taça em polímero metalizada na cor dourada, prateada ou bronzeada com efeitos, texturizado. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, prateada ou bronzeada. Estatueta de vários esportes mais plaqueta para gravação. (polímero = plástico).	UNIDADE		50	R\$78,08	R\$3.904,00
17	Troféu com 60cm de altura, base redonda, sextavada ou oitavada, metalizada na cor dourada, prateada, bronzeada ou preta, suportes intercalados entre a base e a taça em polímero. Taça em polímero metalizada na cor dourada, prateada ou bronzeada com efeitos, texturizado. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, prateada ou bronzeada. Estatueta de vários esportes mais plaqueta para gravação. (polímero = plástico).	UNIDADE		50	R\$110,13	R\$5.506,50
18	Troféu com 80cm de altura, base redonda, sextavada ou oitavada, metalizada na cor dourada, prateada, bronzeada ou preta, suportes intercalados entre a base e a taça em polímero. Taça em polímero metalizada na cor dourada, prateada ou bronzeada com efeitos, texturizado. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, prateada ou bronzeada. Estatueta de vários esportes mais plaqueta para gravação. (polímero = plástico).	UNIDADE		25	R\$129,94	R\$3.248,50
19	Troféu com 100cm de altura, base redonda, sextavada ou oitavada, metalizada na cor dourada, prateada, bronzeada ou preta, suportes intercalados entre a base e a taça em polímero. Taça em polímero metalizada na cor dourada, prateada ou bronzeada com efeitos, texturizado. Tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada, prateada ou bronzeada. Estatueta de vários esportes mais plaqueta para gravação. (polímero = plástico).	UNIDADE		25	R\$266,98	R\$6.674,50
				Total Lote:		R\$178.000,00
				Total Fornecedor:		R\$178.000,00

921815 - PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Lote: 1 - LOTE 01 - MEDALHA.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Medalha 5.5cm metal zamac banho ouro, prata e bronze com fita de cetim lisa de 2cm comprimento de 80cm, medalha cunhada frente e espaço no verso para personalização com adesivo de alta definição.	UNIDADE		1.000	R\$3,96	R\$3.960,00
2	Medalha 6 cm metal zamac banho ouro, prata e bronze com fita personalizada de 2 cm comprimento de 80 cm, medalha cunhada frente e com 1 esmalte e espaço no verso para personalização com adesivo de alta definição.	UNIDADE		2.000	R\$5,10	R\$10.200,00
3	Medalha de 6,5cm metal zamac banho ouro, prata e bronze com fita personalizada de 2cm comprimento de 80cm, medalha cunhada frente e verso para personalização com adesivo de alta definição.	UNIDADE		2.000	R\$5,07	R\$10.140,00
4	Medalha 7cm zamac banho ouro, prata e bronze com fita personalizada de 2cm comprimento de 810cm, medalha cunhada frente e espaço no verso para personalização com adesivo de alta definição.	UNIDADE		2.000	R\$5,24	R\$10.480,00
				Total Lote:		R\$34.780,00

Lote: 3 - LOTE 03 - PLACA HOMENAGEM.

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
20	Placa para homenagem em metal 20cm/15cm em caixa personalizada.	UNIDADE		20	R\$97,50	R\$1.950,00
				Total Lote:		R\$1.950,00
				Total Fornecedor:		R\$36.730,00
				Total Homologação:		R\$214.730,00

3.2.		Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortúnica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.
4.		REAJUSTE DE PREÇOS:
4.1.		Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
4.2.		Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
5.		EXECUÇÃO DAS COMPRAS:
5.1.		As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
5.1.1.		A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
5.1.2.		O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
5.2.		O OGRP realizará as compras parceladamente.
5.3.		Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.
6.		FISCALIZAÇÃO:
6.1.		O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
6.2.		À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
6.2.2.		Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
6.2.3.		6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
6.2.4.		Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
6.3.		O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.
7.		PRAZO DE VALIDADE:
7.1.		O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
8.		OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:
8.1.		Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
8.2.		Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
8.3.		Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
8.4.		Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
8.5.		Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6.		Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
8.7.		Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
8.8.		8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 197/2017 - Edital de Pregão nº 13/2017.
9.		OBRIGAÇÕES DO OGRP:
9.1.		Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
9.2.		Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
9.3.		Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
9.4.		Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.
10.		SANÇÕES:
10.1.		Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
10.2.		Multa, de acordo com os seguintes critérios:
	a)	No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
	b)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
	c)	No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
	d)	No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
	e)	Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
	f)	Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
	g)	No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
10.3.		Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
10.4.		Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
	a)	Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
	b)	Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
	c)	Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
	d)	Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
10.5.		O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
11.		RESCISÃO DA ATA:
11.1.		Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
	a)	descumprir as condições da ata de registro de preços;

	b)	não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
	c)	não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
	d)	sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.
11.2.		Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.
12.		DISPOSIÇÕES GERAIS:
12.1.		Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.
12.2.		Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
12.3.		A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
12.4.		O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.
13.		FORO:
13.1.		O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.
14.		LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:
14.1.		Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
	a)	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
	b)	Lei Orgânica do Município de Indaial;
	c)	Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
	d)	Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
	e)	Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
	f)	Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
	g)	Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
	h)	Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
	i)	Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
	j)	Decreto Municipal no 654/2014.
15.		AS PARTES:
15.1.		Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 9 de janeiro de 2018.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARCO MARCOS HADLICH	MUNICÍPIO DE INDIAIAL
Márcio Moisés Selhorst Diretor Executivo	Sérgio Almir dos Santos Prefeito Municipal
FOOT COMERCIAL LTDA ME TELMO NAZARIO Representante	PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA LUCIANO BRESOLIN TISOTT Representante

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

Publicação Nº 1491974

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIAL
Fundo Municipal de Saúde de Indaial
Processo Licitatório nº 001/2018
Edital de Dispensa nº 001/2018-19208

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Locação de imóvel para funcionamento da Unidade de Saúde no Bairro Mulde.

Entrega dos envelopes: 16/01/2018

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic1@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 191/2017

Publicação Nº 1492714

1 TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 191/2017

O MUNICÍPIO DE INDAIAL – SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. André Luiz Moser, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e Cédula de Identidade nº 4365137, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 14/12/1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13/02/1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19/03/2010, pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial, inscrita no CNPJ sob nº 82.662.958/0001-02, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº 140, bairro Victor Konder, na cidade de Blumenau/SC, representada pelo Professor Doutor João Natel Pollonio Machado, Reitor, inscrito no CPF sob nº 450.451.949-68 e RG nº 1.914.793-2, residente à Rua Antônio da Veiga, nº 140, bairro Itoupava Seca, na cidade de Blumenau – Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula primeira, item 1.3., do contrato original, que tem como objeto a contratação para desenvolvimento de diagnóstico amostral de fossa e filtro para atendimento à cláusula nº 3.6 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Município e o Ministério Público, passa vigorar da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO

1.3 – O prazo de execução dos serviços e de vigência do contrato se inicia na data de sua assinatura e finda em 31 de março de 2018, podendo sofrer prorrogação e/ou alteração, justificadamente.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial/SC, em 04 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE INDAIAL André Luiz Moser Contratante	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB João Natel Pollonio Machado Contratada
SECRETARIA DE URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE Jonas Luiz de Lima Secretário Municipal	PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO Rodrigo Koenig França OAB/SC 47.689

Testemunhas:

Assinatura:

Nome Legível

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível

CPF.:

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL DE ALTERAÇÃO CARGA HORÁRIA Nº 01/2018

Publicação Nº 1491724

EDITAL DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 001/2018

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, representado neste ato pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. MILTO LUIZ BORGHA no uso de suas atribuições e de acordo com os artigos 22 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 45/2015, abre inscrições para alteração temporária da carga horária dos Professores da rede municipal de ensino, nas condições estabelecidas neste Edital:

1. VAGAS:

Considerando a necessidade e a existência de vagas, abrem-se as seguintes vagas para alteração temporária de carga horária de professores efetivos da rede municipal de ensino:

Quantidade de vagas	Carga horária semanal	Área	Período de validade
5	20 horas	Educação infantil e series iniciais	12 meses
1	20 horas	Educação infantil e series iniciais	Até 12/05/2018
1	10 horas	Aulas de inglês	12 meses

2. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

Poderão participar do processo de habilitação apenas os professores efetivos da rede municipal de ensino que atendam aos requisitos do artigo 24 da Lei Complementar Municipal nº 45/2015.

3. RECEBIMENTO DAS INSCRIÇÕES:

Em 26/01/2018, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, serão recebidas na Secretaria de Educação do município as fichas de inscrição do anexo I, devidamente preenchidas e assinadas pelo candidato, obrigatoriamente acompanhada dos documentos necessários ao processamento da prova de títulos.

4. CLASSIFICAÇÃO:

A classificação dos candidatos seguirá os critérios do artigo 25 da Lei Complementar Municipal nº 45/2015, computando-se os seguintes títulos e pontuações:

Título	Pontuação
Mestrado na área escolhida	3 pontos cada
Pós-graduação na área escolhida	2 pontos cada
Cursos de formação continuada na área escolhida, nos últimos 3 anos	1 ponto a cada 100 horas.

5. DISPOSIÇÃO FINAIS:

A alteração da carga horária produzirá efeitos a partir de 01/02/2018.

É parte integrante deste Edital o Anexo I.

Iomerê-SC, 16 de janeiro de 2018.

MILTO LUIZ BORGHA

Prefeito Municipal em exercício

MAURÍCIO BRIDI

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

FICHA DE INSCRIÇÃO - ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA

Edital nº 001/2018

Nº de inscrição: _____

Nome: _____

Data de nascimento: ____/____/____

Área para alteração:

- () Educação infantil e séries iniciais (12 meses).
() Educação infantil e séries iniciais (Até 12/05/2018).
() Aulas de inglês (12 meses).

Tempo de serviço no Magistério Público Municipal: ____ anos

____ meses

____ dias

Títulos:

Título	Quantidade
Mestrado na área escolhida	
Pós-graduação na área escolhida	
100 horas de cursos na área escolhida, nos últimos 3 anos	

Assinatura do Candidato Responsável pela inscrição

ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
CONHECIMENTO E ACEITAÇÃO DO INTEIRO TEOR DO EDITAL

____ (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA) CNPJ nº. _____, sediada em _____ (ENDEREÇO COMERCIAL) _____, declara, sob as penas da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório e tomou conhecimento das cláusulas do presente Edital do inteiro teor do mesmo.

Iomere (SC), ____ < DATA > ____

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

ANEXO II

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) ou procurado _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas elencadas na Lei nº 8.666/93, que em conformidade com o previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, ter a receita bruta equivalente a uma _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte). Declara ainda que não há nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, art. 3º da LC 123/06.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo

Representante da empresa

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL 0001/2018

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL, DATA

Assinatura do representante da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018

PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____

Nome de Fantasia: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ CEP: _____ Fone/Fax: _____

Inscrição Estadual: _____

Inscrição Municipal: _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Local e data:

Assinatura do representante legal da empresa

ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018

PROPOSTA DE PREÇOS

ESPECIFICAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTARES	CARACTERÍSTICAS DOS GÊNEROS ALIMENTARES	QTDE	UND	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 01						
Açúcar refinado branco	Pacotes de 5 kg. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, rendimento insatisfatório, coloração escura, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 10 meses	370	Kg			

Amido de milho	Pacotes de 500g. O produto não deve apresentar sujidade, umidade, bolor, mistura e peso insatisfatório. A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar data de fabricação de no máximo 1 mês da data de entrega do produto e prazo de validade	05	Kg			
Arroz parboilizado	tipo 1, longo fino. Pacotes de 5 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses	350	Kg			
Arroz integral	Pacotes de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses	25	Kg			
Arroz branco	Pacote de 1 Kg. O produto deve ser de boa qualidade, safra corrente, isento de mofo, odores estranhos e substâncias nocivas. Não deve apresentar grãos disformes (grãos queimados, pedras, cascas e carunchos). A embalagem deve estar intacta, bem vedada e deve constar prazo de validade de no mínimo 6 meses	30	kg			
VALOR TOTAL LOTE 01						
LOTE 02						
Banana do tipo caturra	Características: tamanho médio em processo de amadurecimento. Acondicionadas em caixas vazadas plásticas e não de madeira	1000	Kg			
Xxx	Xxx	X	xx			

Local, Data

Assinatura do Representante LegalANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0001/2018

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO:
CIDADE:
Nº DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:

CARGO OU FUNÇÃO:

IDENTIDADE Nº :

CPF/MF Nº:

ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL 0001/2018

MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Rech, nº 500, centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LUCIANO PAGANINI doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa [...], pessoa jurídica de direito privado, situada na [...], na cidade de [...], inscrita no CNPJ sob o nº [...], doravante denominada simplesmente CONTRATADA, ajustam e contratam a aquisição do objeto abaixo indicado, que se regerá pelo disposto neste contrato, pelas Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 alterações posteriores e pelas normas de direito administrativo e direito comum pertinentes, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios abaixo descritos e especificados destinados à merenda escolar, com fornecimento fracionado e com entrega nas escolas, conforme requisição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Este contrato decorre da homologação do resultado do Pregão Presencial nº 0001/2018, objeto do Processo Administrativo Licitatório nº 0004/2018, que a este se vincula e à proposta vencedora da licitação, sujeitando-se as partes contratantes às suas cláusulas e condições, bem ainda às disposições contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo para entrega dos Gêneros Alimentícios será a partir da assinatura do contrato, até 31.12.2018 conforme a necessidade e poderá ser adquirido maior quantidade ou menor de cada item.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR A SER PAGO

O valor a ser pago pelo fornecimento dos gêneros alimentícios será de R\$, na forma abaixo individualizada com os respectivos preços unitários:

ITEM	QTDE	UNID. ME-DIDA	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT. R\$
01	Xx	Xx	Xx	Xx	xx

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO

Em nenhuma hipótese será admitido o reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade	MANUTENÇÃO PROGRAMA MERENDA ESCOLAR
Complem. Elemento	33.90.30.07 – Aplicações Diretas
Fonte de Recursos	0100 -Recursos Ordinários 0037 - PDDE
Reduzido	021 e 022

Todo pagamento será efetuado mediante emissão e apresentação de documento fiscal hábil, tendo o Município um prazo de até 10 (dez) dias para efetivar o pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO DE FISCALIZAÇÃO

A CONTRATANTE exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a CONTRATADA das responsabilidades que lhes são afetas, na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

É responsabilidade da contratada:

- a) Fornecer os produtos licitados nas mesmas marcas constantes da proposta, não sendo permitida a substituição de marca, exceto com a devida autorização da Nutricionista Responsável Técnica (RT);
- b) Todas as despesas relacionadas com as entregas correrão por conta das proponentes vencedoras;
- c) Todos os proponentes deverão anexar às propostas a marca comercial dos itens cotados, para posterior conferência, quando da entrega;
- d) Os produtos somente serão aceitos se estiverem em bom estado de conservação e aparência;
- e) Os itens devem constar referência quanto ao prazo de validade e só serão aceitos com prazo mínimo de 5 (cinco) meses de vencimento;
- f) A licitante vencedora ficará obrigada a entregar os produtos, objeto desta licitação nos preços e prazos estipulados na sua proposta;
- g) A entrega dos gêneros alimentícios seguirá um cronograma expedido pela Secretaria de Educação, através do planejamento de cardápios realizados pela Nutricionista RT. Os horários de entrega a serem cumpridos são repassados anteriormente pela RT, prevalecendo sempre, o primeiro horário da manhã (até 9hs) e o primeiro horário da tarde (até 14hs);
- h) A Escola de Ensino Fundamental Laércio Caldeira de Andrade (Bom Sucesso), apresentará uma concentração na entrega dos gêneros semanais (de 1 até 2 vezes por semana).
- i) Os gêneros alimentícios de caráter menos perecível (carnes, açúcar, leite, etc...) seguirá um cronograma de entrega quinzenal/mensal.
- j) Os pães, frutas e verduras deverão ser entregues até as 9hs nas escolas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Dentre outras obrigações, para o fiel cumprimento dos termos deste contrato, caberá à CONTRATANTE:

- a) Receber os produtos conforme a marca constante na proposta do licitante;
- b) Recusar produtos que apresentem defeito ou que não estejam em bom estado de conservação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido independentemente de qualquer notificação judicial ou extra-judicial no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A prática de ilícitos, a execução deficiente, irregular ou inadequada referente o objeto deste Contrato, o descumprimento de prazos e condições estabelecidas, faculta à CONTRATANTE, nos termos da Lei, a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 10,0%(dez por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, no caso da rescisão por inexecução ou eventual pedido de rescisão sem justo motivo;

III - multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, no caso de qualquer inadimplemento contratual injustificado, calculada sobre o valor total atualizado do contrato;

IV- suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

V- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal;

§ 1º: As sanções previstas nos incisos I, IV e V desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as dos incisos II e III, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da CONTRATANTE.

§ 2º: Os critérios para atualização do valor total do contrato serão os mesmos a que se refere a cláusula quinta deste contrato.

§ 3º: A multa incidirá, em qualquer caso, sobre os valores contratuais vigentes na data da sua aplicação, e a partir daí atualizados monetariamente até a data da quitação.

§ 4º: Os valores de quaisquer multas aplicadas à CONTRATADA serão deduzidos dos créditos que eventualmente tenha direito ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Quando houver algum imprevisto que impossibilite ao contratado a entrega dos produtos, objeto da licitação, na data prevista, este deverá comunicar a contratante com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, justificando o motivo para possibilitar a reprogramação dos cardápios.

Como o supermercado é considerado por lei um serviço de alimentação, o mesmo deverá adequar-se as resoluções RDC 216, 359 e 360.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste contrato, fica eleito o foro de VIDEIRA, SC, que é Comarca deste Município, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, acordados e ajustados, depois de lido e achado conforme, declaram ambos as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas abaixo assinadas.

IOMERÊ(SC), de de 201x.

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

Ipira

PREFEITURA

ADENDO 01/2018 -PMI

Publicação Nº 1491909

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2018 - PMI

ADENDO 01/2018 ao Edital de Pregão Presencial nº 003/2018 - PMI

A Prefeitura do Município de Ipira, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua XV de agosto, 342, Centro, Ipira, SC, através do Prefeito Municipal em Exercício Sr. Adilson Alfredo Schwingel, TORNA PÚBLICO que fica alterado os itens, 1.1, 1.2, 1.3, 2.1 e o anexo D, do Edital do Processo Licitatório n. 005/2018 – PMI, na modalidade de Pregão Presencial n. 003/2018, adequando-se aos termos previstos na Lei 8.666/93 e a consequente alteração do mesmo nos seguintes termos, a seleção da proposta mais vantajosa, tipo menor preço global para o fornecimento de serviços de mão de obra mecânica e fornecimento de peças genuínas e materiais, pino, bucha e demais itens necessários para total recuperação das Esteiras e parte rodante da Escavadeira Hidráulica PC-130 KOMATSU, conforme especificações descritas no anexo “D”. A data para apresentação das propostas ficou prorrogada para até as 08h45min do dia 29 de Janeiro de 2018. A íntegra dos editais estão disponíveis na página da Prefeitura (www.ipira.sc.gov.br) e demais informações poderão ser na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br

Ipira SC, 16 de janeiro de 2018.

Adilson Alfredo Schwingel

Prefeito Municipal de Ipira em Exercício

CONTRATO 07/2018-PMI

Publicação Nº 1491825

15/01/2018 28/02/2018 15/01/2018 2171 7/2018 0 1 "REF: LOCAÇÃO DE 12 BANHEIROS SANITÁRIOS PORTÁTEIS QUÍMICOS , PARA O EVENTO DO KERB NA PRAÇA NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2018.

CONFORME CONTRATO Nº 007/2018." 1800,00 8157 BANXAP - BANHEIROS MOVEIS LTDA -ME J 1 117 2018 61 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Ipumirim

PREFEITURA

EDITALNOTIFICAÇÃO0072017

Publicação Nº 1491669

Edital de Notificação nº 07/2017

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 1.526/2007, de 25 de outubro de 2.007 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Ipumirim, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir: Recursos recebidos no período de 13/12/2017 a 31/12/2017

Rúbrica	Descrição	Valor
417213301000000	Transferências SUS - PAB Fixo	273,366,33
417213302000000	Transferências SUS - ESF	44.760,00
417213303000000	Transferências SUS - ACS	32.448,00
417213304000000	Transferências SUS - Epidemiológica	6.175,23
417213305000000	Transferências SUS - Farmácia Básica	7.002,90
417213306000000	Transferências SUS - Vigilância Sanitária	0,00
417213307000000	Transferências SUS - SAÚDE BUCAL	4.460,00
417213311380000	Núcleo Apoio Saúde Família	60.000,00
417213312000000	Transferências SUS - MAC	10.298,07
417213402000000	Transferências FNAS - Média e Alta Complexidade	4.547,84
417213404000000	Transferências FNAS - IGD BOLSA FAMILIA	9.160,24
417213402000000	Transferências FNAS - APAE	0,00
417213405000000	Transferências FNAS - Atenção Básica	90.000,00
417213501000000	Transferências do Salário-Educação	39.308,67
417213503010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEF - Funda	63,60
417213503040000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEC Creche	0,00
417213503050000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAEP Pré-esc	781,00
417213504010000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Fundame	0,00
417213504020000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Médio	0,00
417213504030000	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE Infantil	0,00
417213506000000	Transf Diretas do FNDE - PNAC	0,00
424210200000001	Transf. FNDE PAR	0,00
424719902000000	Transf. Convenios União - MCIDADES 799854/2013	0,00
424719903000000	Transf. Convenios União - MCIDADES 797671/2013	0,00
424210999010000	Transf. União Defesa Civil	0,00
424719905000000	Transf. De Recursos d Convênios com o MAPA	0,00
Total dos Recursos Recebidos no Período		582.371,88

Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos

Termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, na Prefeitura Municipal de Ipumirim, situada na Avenida D. Pedro II, 230, Centro, ou pelo telefone (49) 3438.11.11.

Ipumirim(SC), em 15/01/2018

VOLNEI ANTÔNIO SCHMIDT

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 045/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2.018.

Publicação Nº 1492218

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

CONCEDE

A NEUDI TELES DA SILVA, matrícula 2002, Licença Prêmio de 15 (quinze) dias, relativo ao período aquisitivo de 2012 a 2017, e gozo de 16/01/2018 a 31/01/2018.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 16 de janeiro de 2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2.018.

Volnei Antonio Schmidt

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº. 042/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492203

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a contratação através do Processo Seletivo 010/2017. CONTRATA

FRANCIELE HANN POTTRATZ KLEEMANN, sob a Matrícula 2753-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.097.343 e do CPF 082.512.209-04, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu,

para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 043/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492208

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a contratação através do Processo Seletivo 010/2017.

CONTRATA

CHARLIE MULLER ANGNES, sob a Matrícula 2754-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.935.722 e do CPF 034.908.199-93, para ocupar o cargo em caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 044/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492212

CNTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE ZELADORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a contratação através do Processo Seletivo 010/2017.

CONTRATA

MARINES FATIMA MARQUES, sob a Matrícula 2755-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.694.303-4 e do CPF 023.381.729-81, para ocupar o cargo em

caráter temporário de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 046/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492232

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação através do Processo Seletivo 010/2017.

CONTRATA

MAIARA BEDIN, sob a Matrícula 2756-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5565284 e do CPF 096.264.599-05, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 047/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492240

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que

dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

ROSE WAZLAWICK, sob a Matrícula 2757-0, com domicílio na Cidade e Município de Seara, Carteira de Identidade nº. 2694914 e do CPF 789.843.949-04, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 048/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492248

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

LISANDRA BIFFI, sob a Matrícula 2758-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.034.456 e do CPF 041.474.049-10, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 049/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492260

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

JANAINA TIRONI, sob a Matrícula 2759-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 53366344 e do CPF 079.461.729-82, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 050/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492270

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação através do processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

JOELMA CRISTIANE SONTAG BRINGHENTI, sob a Matrícula 2760-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.090 e do CPF 035.095.049-09, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: , para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 051/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492279

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação através do processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

DEBORA FERNANDA DA SILVA PADILHA PIFFER, sob a Matrícula 2761-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.710.082 e do CPF 082.088.489-80, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 052/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492287

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação por processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

CIRLEI DA SILVEIRA MICHAELSEN, sob a Matrícula 2762-6, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 7.980.571 e do CPF 093.725.539-48, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 053/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492292

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação através do processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

SABRINA JUNGES PEDROSO, sob a Matrícula 2763-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.250.226 e do CPF 091.095.239-60, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 054/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492299

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

LIZIANE SCHAEFER, sob a Matrícula 2764-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3958172

e do CPF 043.076.999-71, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 055/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492301

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

MARCELI USINGER AREND, sob a Matrícula 2765-0, com domicílio na Cidade e Município de Arbutã, Carteira de Identidade nº. 4896592 e do CPF 071.941.549-78, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 056/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492309

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências

e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

INAIR DE SOUZA, sob a Matrícula 2766-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.634 e do CPF 086.021.019-70, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 057/2018 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492323

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

CAROLINE HILLESSEIN, sob a Matrícula 2767-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.893.177 e do CPF 093.593.849-41, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 15/01/2018 até o preenchimento da vaga por concurso publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15/01/2018.

Ipumirim - SC, 15 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

**TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 1/2018, PREGÃO
PRESENCIAL Nº 1/2018/PM**

Publicação Nº 1491792

TERMO DE RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO DE
LICITAÇÃO Nº 1/2018, PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018.

Diante do equívoco verificado no Termo de Homologação do Processo acima mencionado, referente a um erro de digitação no item 2, quantidade e valor da proposta, da empresa CLINICA ODONTO-MEDICA PONTE SERRADA LTDA EPP, se faz necessário a alteração do Termo de Homologação do referido item, com a quantidade e valor correto. Republica-se o Termo de Homologação.

JUCILENE GOLDONI CALIARI
EQUIPE DE APOIO DO PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO RETIFICADO REFERENTE O PL Nº 1, DL Nº 1-2018-FMS

Publicação Nº 1491799

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 1/2018 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 1/2018 Data do Processo: 10/01/2018
--	--

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 1/2018
b) Licitação Nr.: 1/2018-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 10/01/2018
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa em caráter emergencial para prestação de serviços médicos psiquiátricos, destinado ao atendimento à população, até realização de processo licitatório.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA LTDA EPP (7494)

2 contratação de empresa que preste serviços médicos na especialidade da psiquiatria, onde a mesma disponibilizará profissionais para atuar no Município, por 10 (dez) horas mensais, com no mínimo 30 e no máximo 35 consultas mensais, além de atender em seu consultório particular, toda a demanda de urgência e emergência, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ipumirim, deverá também dispor de convenio ou local para a internação dos pacientes psiquiátricos, através do SUS, pelo período necessário até que seja feito o processo licitatório.	Mês	2,00	0,0000	5.500,00	11.000,00
---	-----	------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 11.000,00

Total Geral: 11.000,00

Ipumirim, 10 de Janeiro de 2018.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

Publicação Nº 1492742

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018

O Município de Irani torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de prestação de serviços de coleta, sucção, transporte e destinação final de resíduos classe II (não perigosos).

Recebimento de Envelopes: até às 8h30min do dia 29/01/2018.

Abertura: às 9h00min do dia 29/01/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (0xx49) 3432-3214.

Irani, SC, 17 de janeiro de 2018.

MARCELO PEGORARO – PREFEITO EM EXERCÍCIO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

Publicação Nº 1492472

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2018

INSCRIÇÃO DE INTERESSADOS NO CADASTRO DE FORNECEDORES E PARA ATUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO CADASTRAL, JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE IRANI/SC.

MARCELO PEGORARO, Prefeita em Exercício de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e de conformidade com os termos do art. 34 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, torna público para o conhecimento dos interessados, que se acha aberta a possibilidade de Registro Cadastral e para Atualização Cadastral, para fins de habilitação em licitações e para fornecimento de bens, execução de obras e serviços às entidades públicas da Administração Municipal, nos termos deste Edital.

I – QUEM DEVE CADASTRAR-SE:

Devem se cadastrar ou atualizar a situação cadastral, todos os fornecedores, pessoa física ou jurídica, para se habilitar em licitações ou para o fornecimento de bens, materiais, execução de obras e serviços de engenharia e para a prestação de serviços, às entidades componentes da Administração Municipal.

II – DAS EXIGÊNCIAS PARA O CADASTRAMENTO E PARA A ATUALIZAÇÃO CADASTRAL:

Para ingressar no Cadastro Municipal de Fornecedores ou para Atualização Cadastral, os interessados deverão atender às exigências previstas no art. 27, da Lei Federal nº 8.666/93, observando, ainda:

a) Para os interessados não cadastrados:

Para os interessados, ainda não cadastrados, estes deverão

requerer sua inscrição no Cadastro Municipal de Fornecedores, apresentando o preenchimento da Ficha Cadastral, conforme consta do ANEXO ÚNICO deste Edital, e apresentar os seguintes documentos:

1. Habilitação Jurídica:

- Cédula de identidade (se pessoa física);
- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2. Qualificação Técnica:

A qualificação técnica, para fins deste Edital, restringir-se-á ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente de regulamentação da respectiva atividade, nos termos exigidos em legislação específica para cada caso.

3. Regularidade Fiscal:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

4. Qualificação Financeira:

Os documentos relativos à qualificação financeira somente serão exigidos, na habilitação específica em licitações consideradas de maior vulto, para os parâmetros da Administração Municipal.

b) Para Atualização Cadastral:

Os fornecedores já cadastrados deverão apresentar os documentos listados nos itens da alínea anterior, sempre que houver alterações ou que estejam com a data de validade vencida.

III – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS:

Os documentos necessários exigidos ao ingresso no Cadastro Municipal de Fornecedores ou à Atualização Cadastral poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário da unidade que realiza o cadastro ou a atualização cadastral, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

IV – DO JULGAMENTO DA SOLICITAÇÃO DE CADASTRO:

A solicitação de cadastro será recebida pelo Protocolo Geral da Administração Municipal e julgado por comissão específica, nos termos do art. 51, da Lei nº 8.666/93.

V – DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL E SUA VIGÊNCIA:

Após a análise procedida pela Comissão de que trata o item anterior, estando em ordem a documentação, será deferida a solicitação e expedido o Certificado de Registro Cadastral, cuja vigência não será superior a doze meses.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Aplicam-se, ao presente, as normas previstas na Lei Federal nº 8.666/93.

Irani (SC), em 16 de janeiro de 2018.

MARCELO PEGORARO

Prefeito em Exercício

ANEXO ÚNICO

CADASTRO MUNICIPAL DE FORNECEDORES	Inicial ()	Renovação ()
------------------------------------	-------------	---------------

Informações Gerais	
Nome/Razão Social: _____	
Nome de Fantasia: _____	
Endereço: _____	
Cidade: _____ () CEP _____	
Telefone: _____	Endereço eletrônico: _____
Pessoa de Contato: _____ Cargo: _____	
Forma de Constituição: _____	

Atividade Principal

Documentos Apresentados	
()	Cédula de Identidade
()	CNPJ
()	Documento de Constituição (declaração de firma individual, contrato social, estatuto constitutivo).
()	Inscrição na entidade profissional competente, quando exigido.
()	Prova de Inscrição no cadastro de Contribuintes do Estado e do Município, domicílio do fornecedor.
()	Certidão Negativa Conjunta de Tributos e Contribuições Federais/INSS
()	Certidão de Negativa de Débitos Estaduais.
()	Certidão de Negativa de Débitos Municipais.
()	Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

Informações Complementares	
Banco e conta corrente para pagamentos: _____	
Obs.: O fornecedor se sujeitará a receber seus créditos através do banco que melhor convier à Administração Municipal.	

Local e Data:	Carimbo e assinatura da empresa:

Para uso da Comissão	
Deferido ()	Indeferido ()
Irani (SC), em _____	

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2018

Publicação N° 1492246

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 04/2018
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2018

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 02 de fevereiro de 2018, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para registro de preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n° 10.520/02, visando a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 16 de janeiro de 2018.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018 FMS, INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018 FMS

Publicação Nº 1492290

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018 - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018 - FMS

O Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde de Itá - SC torna público que realizou Inexigibilidade de Licitação, em prol da BENEFICIÊNCIA CAMILIANA DO SUL, CNPJ nº. 83.506.030/0002-82, objetivando termo de cooperação técnica-financeira, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do Município de Itá - SC, o valor a ser pago é de R\$ 37.976,81 (trinta e sete mil novecentos e setenta e seis reais e oitenta e um centavos), com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2018. Fundamentação legal: Art. 25, "caput" da Lei nº. 8.666/93. Itá SC, 16 de janeiro de 2018.

ROMEUE DE OLIVEIRA

Responsável pelo Fundo Municipal de Saúde

DECRETO 002/2018

Publicação Nº 1492116

Decreto nº 002/2017, de 10 de Janeiro de 2018

"Aprova a Programação Financeira, o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação para o exercício financeiro de 2018, em atendimento ao que estabelece o artigo 8º e 13º da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências".

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a programação financeira, o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas bimestrais de arrecadação para o exercício financeiro de 2018, na forma do anexo I e II, parte integrante deste decreto.

Art. 2º Caberá à Secretaria de Administração e Fazenda, a qualquer tempo e considerando o estado das finanças públicas do município, propor a revisão do cronograma a que se refere este decreto, evidenciando os valores programados e os realizados e procedendo à sua divulgação no órgão oficial do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º São revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC, 10 de janeiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado Nesta Secretaria na Data Supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Itapema

PREFEITURA

CONTRATO 021/2013 - 7º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1492584

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO 021/2013 - 7º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa que detenha veículo jornalístico com circulação diária em Itapema e região para veiculação dos Atos Oficiais do Município de Itapema, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogáveis na forma da legislação vigente, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.021.2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: DEOLIR DE SOUZA MACHADO - ME

PRAZO: O presente termo foi prorrogado por três (três) meses.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2018

Itapema, 08 de janeiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATO 060/2017 - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1492555

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO 060/2017 - 3º TERMO ADITIVO

OBJETO: O presente Contrato tem como origem a Ata de Registro de preços 04.073.2016 Objetivando a contratação de empresa especializada para manutenção e melhoramento da Rede de Dados e Voz, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: FREENETWORKS SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA – ME

DO PRAZO: O presente termo foi prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 09 de janeiro de 2018.

DATA DA ASSINATURA: 08/01/2018

Itapema, 08 de janeiro de 2018.

Nilza Nilda Simas
Prefeita de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

DECRETO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492273

DECRETO Nº 12, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

DESIGNA SERVIDORA MUNICIPAL COMO ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, DELEGA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 59 da Lei Orgânica Municipal;

Decreta:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto designada a Sra. KATIA SCHOSLER GRISOTTI, matrícula nº 10350/01, ASSESSORA DO GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE, com delegação de atribuições para exercer cumulativamente nos dias 19 de janeiro a 02 de fevereiro de 2018, as funções de ADMINISTRADORA INTERINA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS, por motivo férias do Secretário e Administrador do Fundo Municipal de Saúde/FMS, Sr. Davino Rauber, matrícula nº 7806/01.

Parágrafo único. Esta delegação não conta ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 19 de janeiro de 2018.

Itapiranga, SC, 16 de janeiro de 2018.

Fernando O. Girardi
Prefeito em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Tecla Royer Scholz
Secretária Municipal de Planejamento

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 149/2017

Publicação Nº 1491998

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 1º T.A 149/2017 - Contrato Nº: 149/2017
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
Contratada...: ECB PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS LTDA - ME
Valor : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)
Vigência : Início: 12/01/2018 Término: 30/06/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 221/2017
Recursos : Dotação: 2.047.3.3.90.00.00.00.00 (226)
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DE MÁQUINAS PESADAS DE PROPRIEDADE MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.
Itapiranga, 16 de Janeiro de 2018

EXTRATO DOS CONTRATOS Nº 001 E 002/2018 - FMS

Publicação Nº 1492014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 001/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: CONSORCIO INTERM. DE SAÚDE DO EXT. OESTE S.C.

Valor : 158.479,00 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e setenta e nove reais)

Vigência : Início: 05/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018

Recursos : Dotação: 2.125.3.3.71.00.00.00.00 (31)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADOS DE REFERENCIA, DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NIVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.819/2013.

Contrato Nº...: 002/2018

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada...: CONSORCIO INTERM. DE SAÚDE DO EXT. OESTE S.C.

Valor : 26.415,60 (vinte e seis mil quatrocentos e quinze reais e sessenta centavos)

Vigência : Início: 05/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2018

Recursos : Dotação: 2.125.3.1.71.00.00.00.00 (30), 2.125.3.3.71.00.00.00.00 (31)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAUDE ESPECIALIZADOS DE REFERENCIA, DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE A NIVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 2.819/2013.

Itapiranga, 16 de Janeiro de 2018

PORTARIA Nº 20 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492098

Portaria nº 20 de 15 de janeiro de 2018

O Prefeito em Exercício de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as férias, por motivo de Imperiosa Necessidade de Serviço Público, da servidora municipal CAMYLLE PATRYCIA SCHÄFER, matrícula nº 15255/01, devendo a servidora retornar às suas atividades laborais nesta data.

Art. 2º - O saldo das férias que corresponde a dezoito dias lhe serão concedidos em época oportuna, conforme nova programação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 15 de janeiro de 2018.

Fernando Otone Girardi

Prefeito em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Adriana Arnhold

Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2.244/2018

Publicação Nº 1492254

PORTARIA Nº 2.244/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) LOURDES TREVIZAN, matrícula 605190, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

DECRETO MUNICIPAL Nº 3463, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492005

DECRETO MUNICIPAL Nº 3463, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera Diretor da Escola Municipal João Monteiro Cabral – Pontal do Norte.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Carlos Eduardo Verri do cargo de Diretor da Escola Municipal João Monteiro Cabral – Pontal do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPALRODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETELUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3464, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492006

DECRETO MUNICIPAL Nº 3464, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera Diretora da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva – Barra do Saí.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Lucy Helena Wielewicky do cargo de Diretora da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva – Barra do Saí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPALRODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETELUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3465, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492007

DECRETO MUNICIPAL Nº 3465, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera Diretora do Curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Aparecida Grandini José do cargo de Diretora do Curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPALRODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETELUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3466, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492010

DECRETO MUNICIPAL Nº 3466, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Escola Municipal Claiton Almir Hermes – São José.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Solange Aparecida Nunes do cargo de Diretora da Escola Municipal Claiton Almir Hermes – São José.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.
MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3467, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492011

DECRETO MUNICIPAL Nº 3467, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Creche Municipal Pequeno Aprendiz - Itapema do Norte.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Marizélia Franz Perrony do cargo de Diretora da Creche Municipal Pequeno Aprendiz – Itapema do Norte.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.
MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3468, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492013

DECRETO MUNICIPAL Nº 3468, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Escola Municipal Frei Valentim – Centro.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Sandra Regina Fernandes da Silva do cargo de Diretora da Escola Municipal Frei Valentim – Centro.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e

seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.
MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3469, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492015

DECRETO MUNICIPAL Nº 3469, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Escola Municipal Ayrton Senna – Itapema do Norte.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Ana Claudia de Oliveira Jacinto do cargo de Diretora da Escola Municipal Ayrton Senna – Itapema do Norte.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.
MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3470, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492016

DECRETO MUNICIPAL Nº 3470, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretor da Escola Municipal Alberto Speck – Saí Mirim.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. Dionisio Tesluk do cargo de Diretor da Escola Municipal Alberto Speck – Saí Mirim.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.
MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3471, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492017

DECRETO MUNICIPAL Nº 3471, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Creche Municipal Mundo Encantado e Pré Escola Gente Feliz - Centro.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Ângela Maria Nunes de Oliveira do cargo de Diretora da Chefe Municipal Mundo Encantado e Pré Escola Gente Feliz – Centro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3472, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492018

DECRETO MUNICIPAL Nº 3472, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Creche Municipal Lua de Cristal – Barra do Saí.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Ana Joselia Dallacourt do cargo de Diretora da Creche Municipal Lua de Cristal - Barra Saí.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3473, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492020

DECRETO MUNICIPAL Nº 3473, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato – Samambaial.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Pamela Todesco do cargo de Diretora da Escola Municipal Monteiro Lobato – Samambaial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3474, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492022

DECRETO MUNICIPAL Nº 3474, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Creche Municipal Arco Íris – Pontal do Norte.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Elaine Nunes Neves Burbello do cargo de Diretora da Creche Municipal Arco Íris – Pontal do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3475, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492023

DECRETO MUNICIPAL Nº 3475, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Creche Municipal Primeiros Passos – São José.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Cátia Eliane Nicolachik do cargo de Diretora da Creche Municipal Primeiros Passos – São José.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3476, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492024

DECRETO MUNICIPAL Nº 3476, DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Diretora da Pré Escola Palhacinho Feliz - Itapema do Norte.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. Carmelita do Carmo Garcia do cargo de Diretora da Pré Escola Palhacinho Feliz – Itapema do Norte.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 2 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 02 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3482, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492026

DECRETO MUNICIPAL Nº 3482, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Escola Municipal João Monteiro Cabral – Pontal do Norte.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Escola Municipal João Monteiro Cabral, senhora JANINE CRISTINA RODRIGUES, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “A perspectiva de uma nova Gestão Democrática”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3483, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492027

DECRETO MUNICIPAL Nº 3483, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva – Barra do Saí.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, senhora LUCY HELENA WIELEWICKI, eleita pelo voto

direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Escola e Cidadania na perspectiva da Gestão Democrática”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir do dia 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3484, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492028

DECRETO MUNICIPAL Nº 3484, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora do Curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade de Educação a Distância, semipresencial.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora do Curso de Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade de educação a distância, semipresencial, senhora ROSEMERI DE FÁTIMA FÁVERO, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “A Gestão Participativa e qualidade de ensino na perspectiva da EJA”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3485, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492030

DECRETO MUNICIPAL Nº 3485, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Escola Municipal Claiton Almir Hermes – São José.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo

único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Escola Municipal Claiton Almir Hermes, senhora SOLANGE APARECIDA NUNES, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Gestão Democrática – Um olhar coletivo para a qualidade na educação”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3486, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492033

DECRETO MUNICIPAL Nº 3486, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Creche Municipal Pequeno Aprendiz - Itapema do Norte.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Creche Municipal Pequeno Aprendiz, senhora ELENICE CORDEIRO DE OLIVEIRA, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “A Gestão Democrática, a qualidade social e o olhar para a prática na Educação Infantil”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3487, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492035

DECRETO MUNICIPAL Nº 3487, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Escola Municipal Frei Valentim – Centro.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Escola Municipal Frei Valentim, senhora SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Gestão Democrática pela Qualidade de Ensino na Escola Frei Valentim”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3488, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492042

DECRETO MUNICIPAL Nº 3488, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Escola Municipal Ayrton Senna – Itapema do Norte.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Escola Municipal Ayrton Senna, senhora MARIZÉLIA FRANZ PERRY, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Compartilhando decisões e ações entre escola e comunidade”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3489, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492045

DECRETO MUNICIPAL Nº 3489, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.
Nomeia Gestor da Escola Municipal Alberto Speck – Saí Mirim.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Gestor da Escola Municipal Alberto Speck, senhor DIONISIO TESLUK, eleito pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Gestão democrática com a participação de todos, rumo a educação integral”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3490, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492055

DECRETO MUNICIPAL Nº 3490, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.
Nomeia Gestora da Creche Municipal Mundo Encantado e Pré Escola Gente Feliz - Centro.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Creche Municipal Mundo Encantado e Pré Escola Gente Feliz, senhora ANGELA MARIA NUNES DE OLIVEIRA, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Revitalização e Ludicidade na Educação Infantil”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3491, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492058

DECRETO MUNICIPAL Nº 3491, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.
Nomeia Gestora da Creche Municipal Lua de Cristal – Barra do Saí.
MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Creche Municipal Lua de Cristal, senhora MÁRCIA SUTIL DE OLIVEIRA ARINS, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “A Prática da Gestão Democrática na Educação Infantil”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3492, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492062

DECRETO MUNICIPAL Nº 3492, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.
Nomeia Gestora da Escola Municipal Monteiro Lobato – Samambaia.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017,
DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Escola Municipal Monteiro Lobato, senhora PAMELA TODESCO, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Gestão Democrática como forma de aproximação, interação e parceria com a comunidade”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3493, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492064

DECRETO MUNICIPAL Nº 3493, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Creche Municipal Arco Íris – Pontal do Norte. MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Creche Municipal Arco Íris, senhora CLAUDIA NASCIMENTO, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “O gestor como organizador e mediador do trabalho escolar”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3494, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492067

DECRETO MUNICIPAL Nº 3494, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Creche Municipal Primeiros Passos – São José. MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Creche Municipal Primeiros Passos, senhora CÁTIA ELIANE NICOLACHIK, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Primeiros Passos na Gestão Compartilhada”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3495, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492068

DECRETO MUNICIPAL Nº 3495, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Gestora da Pré Escola Palhacinho Feliz - Itapema do Norte. MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o parágrafo único do artigo 74 da Lei Orgânica Municipal e Decreto Municipal nº 3366, de 19 de outubro de 2017, DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Gestora da Pré Escola Palhacinho Feliz, senhora CARMELITA DO CARMO GARCIA, eleita pelo voto direto da comunidade escolar, com o Projeto de Gestão Escolar – PGE “Por uma escola como espaço de pesquisa, autonomia e construção de conhecimento”.

Art. 2º O período de gestão é de 02 (dois) anos, sendo de 15 de dezembro de 2017 a 15 de dezembro de 2019, com acompanhamento de avaliação bimestral pela Comissão Municipal de Gestão Escolar e avaliação anual pelo Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 03 de janeiro de 2018.

Itapoá (SC), 12 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017

Publicação Nº 1492558

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 104/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2017

PROCESSO Nº 144/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais TORNA PÚBLICO que, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote, com lotes EXCLUSIVOS às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 877/2009, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 14h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 14h:30min do dia 29 de janeiro de 2017, na sala do Departamento de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Aquisição de material de expediente para uso nas atividades administrativas e em campanhas informativas, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, e poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link “pregão”, ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 13h00min às 19h00min.

Itapoá, 16 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 01/2018- TURISMO E CULTURA.

Publicação Nº 1492195

PORTARIA Nº 01/2018.

De: 15 de Janeiro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de membros para compor a comissão organizadora do "Carnava Cultural 2018";

CLAUDIO ROBERSON LEMONIE, Secretário de Turismo e Cultura, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º: Tornar público a nomeação de membros para compor a Comissão organizadora do "Carnava Cultural 2018", conforme relação de profissionais abaixo citados:

Claudio Roberosn Lemonie- Secretário de Turismo e Cultura
Gerenciar as etapas do projetoAna Paula Caceres Scherer- Presidente do CDL -Itapoá -SC (Câmara dos dirigentes Logistas)
Administrar o cronograma das bandasAnderson Maycon Ignácio - Comerciante
Acompanhar e montagem das estruturas, palco, iluminação, sonorização etcNeusa Lopes – Formada em Gestão Cultural e Diretora de Cultura do município de Itapoá-SC
Gerenciar os estandes e organizar os artesanatos nas suas respectivas tendasGilmar Santin- Jornalista, formado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa
Desenvolver, aplicar o plano de mídiaFernando Vitor Peres – Arquiteto Urbanista
Fiscalizar a segurança das estruturas, que compõe o evento
Art. 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 09 de janeiro de 2017.

CLAUDIO ROBERDO LEMONIE
Secretário de Turismo e Cultura**PORTARIA Nº 2.221/2018.**

Publicação Nº 1492103

PORTARIA Nº 2.221/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) ABNER LUIDI HEMPKEMAIER, matrícula 11670797, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO INFORMÁTICA, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.222/2018.**

Publicação Nº 1492120

PORTARIA Nº 2.222/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) ALLAN RODRIGUES SANTANA, matrícula 11670851, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO INFORMÁTICA, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____ / ____ / ____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.223/2018.**

Publicação Nº 1492128

PORTARIA Nº 2.223/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) JEONG HWA ZADUSKI, matrícula 11615290, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO INFORMÁTICA, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.224/2018.

Publicação Nº 1492137

PORTARIA Nº 2.224/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014
Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) NATÃ JEZIEL MACHADO PIVA, matrícula 11660171, investido (a) no cargo de MONITOR DE LABORATÓRIO INFORMÁTICA, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.225/2018.

Publicação Nº 1492145

PORTARIA Nº 2.225/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014
Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) GILDO OLEGÁRIO ESTEVÃO, matrícula 603880, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.226/2018.

Publicação Nº 1492177

PORTARIA Nº 2.226/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014
Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) MÁRIO WILL, matrícula 576336, investido (a) no cargo de MOTO-RISTA, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.227/2018.

Publicação Nº 1492188

PORTARIA Nº 2.227/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014
Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) CAMILA MACIEL DE MIRANDA, matrícula 1211188, investido (a) no cargo de NUTRICIONISTA I, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT
Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.228/2018

Publicação Nº 1492191

PORTARIA Nº 2.228/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) MADALENA DA SILVA COSTA, matrícula 605174, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.229/2018**

Publicação Nº 1492201

PORTARIA Nº 2.229/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) SOELI GERKER FERREIRA, matrícula 604607, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.230/2018**

Publicação Nº 1492204

PORTARIA Nº 2.230/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) IEDA CORREA DA SILVA, matrícula 580449, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.231/2018**

Publicação Nº 1492206

PORTARIA Nº 2.231/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) MARILUCI CABRAL, matrícula 606707, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.232/2018

Publicação Nº 1492209

PORTARIA Nº 2.232/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) MARIA EDUVIRGEM MIRANDA, matrícula 606715, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.233/2018**

Publicação Nº 1492213

PORTARIA Nº 2.233/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) JOSI CRISTINA SCHNEKEMBERG, matrícula 606839, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.234/2018**

Publicação Nº 1492217

PORTARIA Nº 2.234/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) LINDAURA NERES DE SOUZA, matrícula 606871, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.235/2018**

Publicação Nº 1492220

PORTARIA Nº 2.235/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) MARIA DA LUZ MARTINS CANDIDO, matrícula 607452, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.236/2018

Publicação Nº 1492221

PORTARIA Nº 2.236/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) VERA LUCIA SOARES, matrícula 607487, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.237/2018**

Publicação Nº 1492223

PORTARIA Nº 2.237/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) GRACIELA DA CONCEIÇÃO MIRANDA, matrícula 606626, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.238/2018**

Publicação Nº 1492224

PORTARIA Nº 2.238/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) IVANIR TERESINHA LOPES, matrícula 606464, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.239/2018**

Publicação Nº 1492227

PORTARIA Nº 2.239/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) ANA MARIA DE JESUS RIBEIRO, matrícula 606456, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.240/2018

Publicação Nº 1492233

PORTARIA Nº 2.240/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) LUCINETE NERES DE SOUZA MIRANDA, matrícula 606413, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.241/2018**

Publicação Nº 1492234

PORTARIA Nº 2.241/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) MARIA SOUZA SPECK, matrícula 605867, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.242/2018**

Publicação Nº 1492242

PORTARIA Nº 2.242/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) CLAURENICE RAMOS DE JESUS, matrícula 605859, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.243/2018**

Publicação Nº 1492249

PORTARIA Nº 2.243/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) DORILDA SILVA SCHORKI, matrícula 605255, investido (a) no cargo de SERVENTE ESCOLAR, na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.245/2018

Publicação Nº 1492262

PORTARIA Nº 2.245/2018

De: 02 de janeiro de 2018.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 44/2014 Art. 60,61,62,63,64,65,66,67 e 68.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a Concessão de Férias, no período de 02 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018, ao (a) servidor (a) HELLEN TATIANE DOS SANTOS, matrícula 27, investido (a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM I, na Secretaria Municipal de Saúde.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.246/2018.**

Publicação Nº 1492265

PORTARIA Nº 2.246/2018.

De: 02 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (10 dias), do(a) servidor(a) APARECIDA DONIZETE DA SILVA, matrícula 604585, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.247/2018**

Publicação Nº 1492269

PORTARIA Nº 2.247/2018.

De: 02 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade em Pecúnia (10 dias), do(a) servidor(a) JUZIANA CONCEIÇÃO DA SILVA, matrícula 605727, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I**PORTARIA Nº 2.248/2018.**

Publicação Nº 1492274

PORTARIA Nº 2.248/2018.

De: 02 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 02 de janeiro de 2018 à 31 de janeiro de 2018, ao(a) servidor(a) MARISA ZANETTI, matrícula 606383, investido(a) no cargo de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento
de Recursos Humanos**CONFERIDO E PUBLICADO:**

____/____/____

Sulmária M. da Silva
Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.249/2018.

Publicação Nº 1492277

PORTARIA Nº 2.249/2018.

De: 02 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 02 de janeiro de 2018 à 31 de janeiro de 2018, ao(a) servidor(a) ANGÉLICA REGINA HUCHAK SOUZA, matrícula 735485, investido(a) no cargo de RECEPCIONISTA, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PORTARIA Nº 2.250/2018.

Publicação Nº 1492283

PORTARIA Nº 2.250/2018.

De: 02 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Tornar público a concessão de Licença Prêmio por assiduidade, a partir de 02 de janeiro de 2018 à 31 de janeiro de 2018, ao(a) servidor(a) CARLA APARECIDA RUSISKA, matrícula 623393, investido(a) no cargo de ENFERMEIRO I, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 02 de janeiro de 2018.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento

de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

____/____/____

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

PREGÃO 119/2017 - PROCESSO 164/2017 - TRANSPORTE DE PACIENTES

Publicação Nº 1491949

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº119/2017

PROCESSO Nº164/2017

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço global, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal Nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 14h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 13h:30min do dia 30 de janeiro de 2018, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com credenciamento, indispensável à participação no certame para a Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte de pacientes do Município de Itapoá/SC aos Hospitais e Clínicas do Município de Joinville/SC, conforme relação pela Secretaria Municipal de Saúde, e especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital poderá ser retirado através do site www.itapoa.sc.gov.br no link "pregão", ou extrato no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, ou até mesmo na Secretaria de Administração – Setor de Licitações e Contratos das 13h:00m às 19h:00m.

Itapoá, 16 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER

Município de Itapoá/SC

Prefeito Municipal

SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA

Secretária de Saúde

PREGÃO Nº 03/2018 - LOCAÇÃO ESTRUTURA CARNAVAL CULTURAL 2018

Publicação Nº 1492616

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº03/2018

PROCESSO Nº03/2018

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço lote, EXCLUSIVA às empresas enquadradas na Lei Complementar Nº 123/06, que será redigida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar nº 147/2014 e Leis Municipais, consoante condições e especificações estabelecidas no presente Edital, e para conhecimento dos interessados, que até às 17h:00min receberá o protocolo dos envelopes no órgão tributário, e que às 16h:30min do dia 29 de janeiro de 2018, na sala do Setor de Licitações, a Pregoeira Oficial do Município Sra. Fernanda Cristina Rosa, realizará a abertura dos envelopes devidamente protocolados, juntamente com o credenciamento, indispensável à participação no certame para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA DESARMADA, LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, ILUMINAÇÃO, E BANHEIROS QUÍMICOS VISANDO A REALIZAÇÃO DO CARNAVAL CULTURAL 2018, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site www.itapoa.sc.gov.br, o extrato consultado no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

diariomunicipal.sc.gov.br, ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/Setor de Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 13h às 19h.

Itapoá, 16 de janeiro de 2018.

MARLON ROBERTO NEUBER
Município de Itapoá/SC
Prefeito Municipal

CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE
Secretário de Turismo e Cultura

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO: PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº001/2018 - ATA Nº 001/2018.

Publicação Nº 1492184

ATA Nº 001

Ao décimo quinto dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito,

a Comissão nomeada pela Portaria Municipal nº 1.801/2017, se reuniu para atender ao disposto no art. 1º, § 1º da referida portaria. A Comissão é composta pelos servidores Vandressa Aparecida Chervinski, Cristiane Regina de Bittencourt Costa, substituída pela servidora Celia Maria Reinert através da portaria nº 2.274/2018 e Sulmaria Maria da Silva, presidente, secretária e membro, respectivamente. Na data de hoje, coube à Comissão analisar os pedidos de transferência, sendo que entramos em contato com setor de protocolos, com a responsável Fabrícia Peres do Rosário e confirmado que não houve nenhum pedido protocolado para o Edital nº 001/2018. Sendo assim, resta à Comissão apenas divulgar que não houve candidatos para a vaga de Agente Administrativo I ou II, com lotação na Secretaria de Planejamento e Urbanismo. Nada mais a ser discutido, encerrou-se a reunião.

Vandressa Aparecida Chervinski
Presidente

Celia Maria Reinert
Secretária

Sulmaria Maria da Silva
Membro

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 37/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 19-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491858

PORTARIA Nº 37, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora MARIA INÊS VARGEM YALÇINKAYA, matrícula nº 19-01, investida no cargo de Agente Administrativo II, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 38/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 50822-02) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491862

PORTARIA Nº 38, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora MICHELE MAYER, matrícula nº50822-02, investida no cargo de Técnica em Contabilidade, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014; e

II - adicional de 12% (doze por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do § 4º do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de curso de especialização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 39/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 50849-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491866

PORTARIA Nº 39, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora LEONICE MARLI RISKOWSKI, matrícula nº50849-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014; e

II - adicional de 8% (oito por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do § 4º do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de curso de graduação.

III - adicional de 12% (doze por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do § 4º do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de curso de especialização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 40/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 50857-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491869

PORTARIA Nº 40, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora ANA PAULA KOGG STEPHANI, matrícula nº50857-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014; e

II - adicional de 12% (doze por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do § 4º do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de curso de especialização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 41/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 50865-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491870

PORTARIA Nº 41, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora PATRÍCIA CARNEIRO BRAZ GUERRA DE SOUZA, matrícula nº50865-01, investida no cargo de Agente Legislativo, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 42/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO (MATRÍCULA Nº 50881-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491871

PORTARIA Nº 42, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidor Público por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido ao servidor FRANCISCO XAVIER SOARES FILHO, matrícula nº50881-01, investido no cargo de Agente

Administrativo II, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 43/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 50911-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491873

PORTARIA Nº 43, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora FERNANDA LUZIA GUTOSKI DUARTE FIGUEREDO, matrícula nº50911-01, investida no cargo de Agente Administrativo I, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

PORTARIA Nº 44/2018 - CONCEDE ADICIONAL SOBRE A REMUNERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA (MATRÍCULA Nº 51050-01) POR CAPACITAÇÃO

Publicação Nº 1491875

PORTARIA Nº 44, DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

Concede Adicional sobre a Remuneração de Servidora Pública por Capacitação.

Jonecir Soares, Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 44 da Lei Orgânica de Itapoá e do art. 39, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora LILIAN DAS GRAÇAS MAOSKI, matrícula nº51050-01, investida no cargo de Copeira, integrante do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Legislativo do município de Itapoá/SC:

I - adicional de 2% (dois por cento) sobre o salário-base do Secretário Geral, padrão 7, nos termos do art. 22, da Resolução nº 07/2014, em razão de conclusão de cursos de aperfeiçoamento de que trata o § 3º, do art. 22, da Resolução nº 07/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Câmara Municipal de Itapoá, 09 de janeiro de 2018.

Jonecir Soares

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATOS DE CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE JANEIRO DE 2018 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA /SC

Publicação Nº 1492059

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATO PROCESSO Nº 29/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 04/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP, CNPJ 77.894.863/0001-84. Prazo: Resolve prorrogar o prazo com vencimento para 02 de maio de 2018. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE TALUDES E MARGEM DA RUA GUI-LHERME MEURER – BAIRRO GRUTA CONFORME PROCESSO Nº 59050.001105/2013-66. Data da assinatura: 04 de janeiro de 2018 - Osni Francisco de Fragas – Prefeito

PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO Nº 03/2018.DISPENSA Nº 01/2018.DISPENSA DE LICITAÇÃO REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COM A EMPRESA CIGA

Publicação Nº 1492053

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 01/2018

Processo: nº 03/2018

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Incisos, XXVI da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 01/2018, Processo nº 03/2018. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, CNPJ 09.427.503/0001-12. Objeto: A SECRETARIA DA FAZENDA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC SOLICITA DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO AOS SEGUINTE SISTEMAS: DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS, GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO SIMPLES NACIONAL E GESTÃO TRIBUTÁRIA: GESTÃO DO CADASTRO INTEGRADO MUNICIPAL. Valor total R\$ 14.280,00 (quatorze mil duzentos e oitenta reais). Ituporanga, 15 de janeiro de 2018. OSNI FRANCISCO DE FRAGAS - Prefeito

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 1/2017

Publicação Nº 1492420

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

Município de Jaborá

Fundamento Legal: Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96, Lei 8.742/1993, Decreto Municipal nº 1.652/2017

Termo de Colaboração nº: 1/2017.

Objeto: Conforme o previsto no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, pactuado entre os entes federados compromissários (Municípios de Catanduvas, Jaborá e Vargem Bonita) onde os mesmos reconhecem ser de suas responsabilidades a manutenção do serviço de Acolhimento Institucional na Comarca de Catanduvas, devendo para tal, adotar todas as medidas administrativas e legislativas necessárias a contribuir ao correto funcionamento da instituição constituída na forma de sociedade sem fins lucrativos denominada Sociedade Patronato Anjo da Guarda, a qual reconhecem, que ao longo de vários anos vem desempenhando o importante serviço na Comarca. Assumem, para tanto, a obrigação de fazer consiste em arcar, mês a mês, com as despesas de manutenção da unidade de acolhimento institucional, necessárias à garantia do seu pleno e regular funcionamento, fazendo incluir nas respectivas Leis Orçamentárias Municipais dotação suficiente para tanto, em tópico específico, ou promovendo a abertura de créditos adicionais na forma da lei e sempre que necessário, sempre promovendo as adequações necessárias para que sejam cumpridas todas as exigências e normas emanadas da Lei n. 4.320/64, bem como da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Vigência: 07/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ASSOCIAÇÃO PATRONATO ANJO DA GUARDA, entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ sob nº 84.590.256/0001-96.

Jaborá, SC, 16 de janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 50/2018

Publicação Nº 1492108

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 50/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES

BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 48.167,10 (quarenta e oito mil cento e sessenta e sete reais e dez centavos)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: A.G KIENEN E CIA. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 51/2018

Publicação Nº 1492109

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 51/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 9.575,70 (nove mil quinhentos e setenta e cinco reais e setenta centavos)

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.590.555/0001-48.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 52/2018

Publicação Nº 1492110

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 52/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 76.244,68 (setenta e seis mil duzentos e quarenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 53/2018

Publicação Nº 1492111

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 53/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 12.561,20 (doze mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 67.729.178/0004-91.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 54/2018

Publicação Nº 1492114

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 54/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O

FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 2.292,65 (dois mil duzentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS, inscrita no CNPJ sob o nº 95.368.320/0001-05.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 55/2018

Publicação Nº 1492112

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 55/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 40.275,50 (quarenta mil duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: DIMASTER COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.520.829/0001-40.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56/2018

Publicação Nº 1492115

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 56/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS

VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018. Valor: R\$ 34.205,46 (trinta e quatro mil duzentos e cinco reais e quarenta e seis centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 76.386.283/0001-13.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57/2018

Publicação Nº 1492118

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 57/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 1.339,62 (hum mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e dois centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o nº 06.035.038/0001-86.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 58/2018

Publicação Nº 1492121

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 58/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS

FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 26.447,60 (vinte e seis mil quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.093.678/0001-85.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 59/2018

Publicação Nº 1492123

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 59/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 29.382,30 (vinte e nove mil trezentos e oitenta e dois reais e trinta centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.

Contratada: INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 60/2018

Publicação Nº 1492124

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2017.

Contrato Administrativo nº: 60/2018.

Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE,

PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.
Valor: R\$ 43.125,20 (quarenta e três mil cento e vinte e cinco reais e vinte centavos).
Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.
Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.
Contratada: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 94.894.169/0001-86.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.
Adelir Manoel Inacio
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 61/2018

Publicação Nº 1492125

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.
Processo de Licitação Nº: 10/2017.
Contrato Administrativo nº: 61/2018.
Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.
Valor: R\$ 5.445,10 (cinco mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e dez centavos)
Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.
Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.
Contratada: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.816.696/0001-54.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.
Adelir Manoel Inacio
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2018

Publicação Nº 1492126

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Fundo Municipal de Saúde.
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 9/2017
Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.
Processo de Licitação Nº: 10/2017.
Contrato Administrativo nº: 62/2018.
Objeto: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO PELA CONTRATADA DE MEDICAMENTOS, SUPLEMENTOS VITAMÍNICOS, VITAMINAS E SAIS MINERAIS, MEDICAMENTOS FITOTERÁPICOS E OUTROS PRODUTOS RELACIONADOS À SAÚDE, PARA MANUTENÇÃO DAS FARMÁCIAS BÁSICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SAMU PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2018.

Valor: R\$ 56.625,55 (cinquenta e seis mil seiscentos e vinte e cinco reais e cinquenta e cinco centavos).
Vigência: O presente contrato terá vigência até 30 de junho de 2018.
Contratantes: Fundo Municipal de Saúde.
Contratada: S&R DISTRIBUIDORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92.

Jaborá, SC, 16 de Janeiro de 2018.
Adelir Manoel Inacio
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 023/2018

Publicação Nº 1490928

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE
"ALESSANDRA BEGNINI"

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício do Município de Jaborá, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma do caput artigo 95, da Lei Complementar Municipal nº 058/01 de 13 de dezembro de 2001, alterado pela Lei Complementar 116/2012, de 26 de janeiro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Licença Maternidade a servidora ALESSANDRA BEGNINI, pelo período de 17/01/2018 à 15/07/2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15/janeiro/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 024/2018

Publicação Nº 1492178

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 024, de 16 de janeiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias a servidora abaixo relacionado, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

-
- Luciane Luiza Machado - 22/01/2018 à 21/02/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/01/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 025/2018

Publicação Nº 1492176

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 025, de 16 de janeiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal em exercício de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo relacionados, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Delair Guarese - 29/01/2018 à 28/02/2018
- Ediane Soares Mascarello – 29/01/2018 à 28/02/2018
- Claudineia Antonieila Zuqui Correia – 29/01/2018 à 28/02/2018
- Marinês Salete Debarba Nicolli - 29/01/2018 à 28/02/2018
- Evandro Mascarello - 29/01/2018 à 28/02/2018

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/01/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 026/2018

Publicação Nº 1492182

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº 026, de 16 de janeiro de 2018.
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso VIII do art. 102, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o servidor VILSON ANTONIO BERNARD, para o

cargo em comissão de Coordenador de Esporte e Lazer, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 29 de janeiro de 2018.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/01/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 027/2018

Publicação Nº 1492374

“ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Encerra contrato de trabalho do servidor inativo Moisés Branco de Camargo, por falecimento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16/01/2018.
ADELIR MANOEL INÁCIO
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17/janeiro/2018.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO
Secretária de Administração

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

CONTRATO NO 299/2017 - 19º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014 - CONCORRÊNCIA NO 15/2013

Publicação Nº 1492700

CONTRATO NO 299/2017

19º ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2014

CONCORRÊNCIA NO 15/2013

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 108/2014, da Concorrência no 15/2013, de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, COM ÁREA TOTAL DE 2.328,44 M², SITUADA NA RUA MAX WILHELM, S/N, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MAO DE OBRA, que mantém entre si, a empresa NAKAZIMA ENGENHARIA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Alterar o item 6.1. do contrato, alterando o valor do contrato pelos serviços (mão de obra) para o valor de R\$ 1.215.529,92 (um milhão duzentos e quinze mil quinhentos e vinte e nove reais e noventa e dois centavos) e o fornecimento de materiais para o valor de R\$ 3.029.570,09 (três milhões vinte e nove mil quinhentos e setenta reais e nove centavos), totalizando o valor de R\$ 4.245.100,01 (quatro milhões duzentos e quarenta e cinco mil cem reais e um centavo), considerando os acréscimos de itens na planilha orçamentária da obra, conforme segue:

a) Acréscimos:

2) Dotação Orçamentária:

Entidade	Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação
ISSEM	36.01.5.300.4.4.90	Implantação da sede do Issem	4.4.90 – Aplicações Diretas	8
ISSEM	36.02.5.350.4.4.90	Implantação da sede do Issem	4.4.90 – Aplicações Diretas	17

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 5 de dezembro de 2017.

Ademar Possamai Diretor Presidente do ISSEM	Carlos Koyti Nakazima Nakazima Engenharia Ltda
--	---

TESTEMUNHAS:

Rosana Maria de Souza Rosa Superintendente de Previdência Social	
---	--

CONTRATO Nº 277/2017 - TERMO DE CREDENCIAMENTO - 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 287/2016

Publicação Nº 1492698

CONTRATO Nº 277/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO – 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 287/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato nº 287/2016, para a prestação de serviços médicos, que mantém entre si, a credenciada OFTO & ANGIO CLÍNICA MÉDICA LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 09/11/2017.

2) As despesas resultantes deste Termo de Credenciamento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária de 2017:

Classif. Funcional Programática	Projeto / Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
24.01.4.353.3.3.90	Prestação de Serviços de Assistência e Saúde	3.3.90 – aplicações diretas	01	Próprios

3) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2017.

Ademar Possamai Diretor-Presidente CONTRATANTE	Daniele Baeumle Lennert Jimenez Sócia Administradora CONTRATADA
Roberto Luiz Correia Zimath Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA	Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

SAMAE - EXTRATOS CONTRATOS 001/2018 A 003/2018

Publicação Nº 1492702

EXTRATO DO CONTRATO 001/2018

Processo: Tomada de Preços 162/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Tecno Control Tecnologia e Sistemas Ltda.; Objeto: Sistema de Acionamento, Automação e Supervisão ETE São Luís; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 394.382,00 (trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e oitenta e dois reais); O pagamento será parcelado conforme Cláusula 5.2 do contrato; cada pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a data de certificação na nota fiscal de que o serviço daquela parcela foi completamente executado e está de acordo com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após execução do serviço; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018, a saber: 25.03.4.412.3.3.90.30.26.00.00.00 – 43 – Manutenção Patrimonial – Divisão Esgoto; Prazo de Fornecimento: Até 120 dias após recebimento da Autorização de Fornecimento; Data da assinatura: 04/01/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Jean Carlos Esser.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 002/2018

Processo: Pregão 179/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Lili Casa e Construção Eireli EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE CAL, ARGAMASSA, CIMENTO E AÇO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 32.394,00 (trinta e dois mil, trezentos e noventa e quatro reais); O pagamento será efetuado a cada entrega 10 dias após data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 18 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 43 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto.; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2018; Data da assinatura: 08/01/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Magaly Natalia Caregnato.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

EXTRATO DO CONTRATO 003/2018

Processo: Pregão 179/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: KL Materiais de Construção Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE CAL, ARGAMASSA, CIMENTO E AÇO PARA CONSTRUÇÃO CIVIL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 66.900,00 (Sessenta e seis mil e novecentos reais); O pagamento será efetuado a cada entrega 10 dias após data de certificação na nota fiscal de que a mercadoria foi entregue e está de acordo com as especificações e exigências deste edital. O prazo para Certificação será de até 05 dias úteis após a entrega da mercadoria; Item orçamentário: As despesas decorrentes da presente Licitação correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2018, a saber: 25.02.4.407.3.3.90.30.24.00.00.00 – 18 – Manutenção patrimonial - Divisão Água; 25.03.4.412.3.3.90.30.24.00.00.00 – 43 – Manutenção patrimonial - Div. Esgoto.; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2018; Data da assinatura: 08/01/2018; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Martinho José Lehnert.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

COMUNICADO

Publicação Nº 1492034

COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Joaçaba, com a finalidade de divulgar atrações e serviços que atendam aos turistas durante o Carnaval 2018, solicita aos promotores de eventos e comerciantes que visem atingir este público em horário diferenciado durante a festividade, o encaminhamento das informações referente ao evento ou horário de atendimento do estabelecimento comercial. Estas informações irão compor uma cartilha informativa a ser distribuída durante o evento. O contato deverá ser feito na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação, até a data de 25 de janeiro de 2018, através do telefone 3527-8809 ou e-mail <turismo@joacaba.sc.gov.br>.

Joaçaba (SC), 15 de janeiro de 2018.

SEVERINO LUIS DE DEA

Diretor de Indústria, Comércio, Inovação e Turismo

DECRETO Nº 5.313 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492036

DECRETO Nº 5.313 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

“AUTORIZA O SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE A INSTALAR VÁLVULA REDUTORA DE PRESSÃO EM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA”.

O Prefeito do Município de Joaçaba, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto – SIMAE do Município de Joaçaba autorizado a edificar construção em alvenaria com 4,5m² (quatro vírgula cinco metros quadrados) para instalação de válvula redutora de pressão a ser instalada em imóvel de propriedade do Município de Joaçaba, na esquina da Rua Antônio Gonzaga com a Travessa Papa Pio XII no Bairro Cruzeiro do Sul, conforme planta de localização, parte integrante do presente Decreto (Matrícula nº 3.245 do Registro de Imóveis 1º Ofício da Comarca de Joaçaba).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 12 de janeiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1.862

Publicação Nº 1492628

PORTARIA Nº 1.862 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NEUSA APARECIDA CORREA, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 145/2017 da Coordenadoria Municipal de Esportes, referente ao período de 09 de abril de 2016 a 08 de abril de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.863

Publicação Nº 1492633

PORTARIA Nº 1.863 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 01 de janeiro de 2018, do(a) Sr.(a) RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA BRANDALISE, Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 1º lugar no edital de processo seletivo n.º 013/2016/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.864

Publicação Nº 1492635

PORTARIA Nº 1.864 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 02 de janeiro de 2018, do(a) Sr.(a) CLODOMAR NATAL CASARIM, Motorista Socorrista - SAMU, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006, em virtude de sua aprovação em 1º lugar no edital de Teste Seletivo nº 01/2017/SMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.865

Publicação Nº 1492639

PORTARIA Nº 1.865 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. LUCIANA DE LURDES BARCELLOS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.866

Publicação Nº 1492641

PORTARIA Nº 1.866 DE 09 DE JANEIRO DE 2018.

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. GILBERTO DA SILVEIRA DA COSTA, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.867

Publicação Nº 1492643

PORTARIA Nº 1.867 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) IONE APARECIDA DO NASCIMENTO CASTALDELLO durante o período de 02 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018, para exercer as funções de Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado em 08º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar Centro de Referência da Melhor Idade, devido ao término do contrato de servidor terceirizado, conforme memorando 294/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.868

Publicação Nº 1492646

PORTARIA Nº 1.868 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA BRANDALISE durante o período de 02 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018, para exercer as funções de Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde – ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 1º lugar no edital de processo seletivo n.º 01/2017/FMS, devido a troca de contrato de trabalho, conforme memorando 771/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 09 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.869

Publicação Nº 1492647

PORTARIA Nº 1.869 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCESSO SELETIVO 006/2017”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de Teste Seletivo n.º 006/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, para contratação de pessoal por prazo determinado, para os cargos de Técnico em Enfermagem do SAMU e Motorista Socorrista do SAMU.

Membros: ANA PAULA FRANKE
ANGELA SIGNORI
BARBARA BROLLO PICULI DE CARVALHO

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 02 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.870

Publicação Nº 1492648

PORTARIA Nº 1.870 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 08 de janeiro de 2018, do(a) Sr(a) GISLAINE CRISTINA FIOREZZE, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar n.º 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 4º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.871

Publicação Nº 1492649

PORTARIA Nº 1.871 DE 09 DE JANEIRO DE 2018

“ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 08 de janeiro de 2018, do(a) Sr(a) ADRIANE PEDROZO DE ALMEIDA, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família - PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 009/2016/FMS com

base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.872

Publicação Nº 1492650

PORTARIA Nº 1.872 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANGELO AMANIR CANALE, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 18 de dezembro de 2017 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de dezembro de 2017, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.873

Publicação Nº 1492651

PORTARIA Nº 1.873 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MAURO CELSO BOTT, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de

26 de setembro de 2013 a 25 de setembro de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.874

Publicação Nº 1492652

PORTARIA Nº 1.874 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) CELSO JOSE GAVASSO, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.875

Publicação Nº 1492655

PORTARIA Nº 1.875 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EDEMAR LAGO, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.876

Publicação Nº 1492656

PORTARIA Nº 1.876 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) OLIVAR ANTONIO COSTENARO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.877

Publicação Nº 1492657

PORTARIA Nº 1.877 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIANA ZARDO SCHMAUTZ, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 179/2017 da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 15 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.878

Publicação Nº 1492659

PORTARIA Nº 1.878 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIZEU LOURENÇO ORSO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2012 (12 dias) e de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.879

Publicação Nº 1492660

PORTARIA Nº 1.879 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) VALCIR PACHECO, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos de 09 de julho de 2013 a 08 de julho de 2014 (12 dias) e de 09 de julho de 2014 a 08 de julho de 2015 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.880

Publicação Nº 1492661

PORTARIA Nº 1.880 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. RITA DE KASSIA CASSUL DE MENEZES, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.881

Publicação Nº 1492662

PORTARIA Nº 1.881 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) FERNANDO DA SILVA, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 622/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de junho de 2013 a 31 de maio de 2014 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.882

Publicação Nº 1492663

PORTARIA Nº 1.882 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) IVAN PASTORI, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 690/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 21 de março de 2016 a 20 de março de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 17 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.
JUCELINO JORGE FERRAZ
Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.883

Publicação Nº 1492664

PORTARIA Nº 1.883 DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) RICARDO SCHNEEBERGER, Cuidador, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 20 de dezembro de 2016 a 19 de dezembro de 2017 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 19 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 19 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 10 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.884

Publicação Nº 1492665

PORTARIA Nº 1.884 DE 10 DE JANEIRO DE 2018

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", para proceder análise de possível dano ao erário público municipal, devido ao descumprimento do plano de trabalho constante na proposta de transferência nº 13783 e no contrato de apoio financeiro nº 2015STR000020.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 17 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 10 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.885

Publicação Nº 1492666

PORTARIA Nº 1.885 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo Disciplinar", para proceder análise de eventual descumprimento das obrigações funcionais da servidora Sra. Franciele Rodrigues, conforme memorando 727/2017 da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer Jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 11 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.886

Publicação Nº 1492667

PORTARIA Nº 1.886 DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) EMANUEL RICARDO DA-ROLD DA SILVA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento, referente ao período de 28 de abril de 2015 a 27 de abril de 2016 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 22 de janeiro de 2018 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 11 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.887

Publicação Nº 1492668

PORTARIA Nº 1.887 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GISELE PETRYKOWSKI durante o período de 08 de janeiro de 2018 a 07 de janeiro de 2019, para exercer as funções de Farmacêutico / Bioquímico, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e 343 de 08 de junho de 2017, em virtude da classificação em 1º lugar no edital n.º 005/2017/FMS, para atuar no Laboratório Municipal, em substituição a servidora Eliane Klotz que solicitou exoneração do cargo, conforme memorando 780/2017 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de janeiro de 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 11 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 1.888

Publicação Nº 1492669

PORTARIA Nº 1.888 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCILA PINHO SUMNY durante o período de 08 de janeiro de 2018 a 20 de dezembro de 2018, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 15º lugar no edital n.º 014/2016 – Edital de teste seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, para atuar na EM Nossa Senhora de Lourdes, em substituição a servidora Ivone Zanatta, atualmente exercendo a função de Chefe de Execução dos Programas Sociais.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de janeiro de 2018, obedecido

o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 11 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de pessoal

PORTARIA Nº 1.889

Publicação Nº 1492670

PORTARIA Nº 1.889 DE 11 DE JANEIRO DE 2018

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO FUNCIONARIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUIZA MATEVVI durante o período de 10 de janeiro de 2018 a 08 de julho de 2018, para exercer as funções de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º, § 1º I da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e em virtude de sua aprovação em 15º lugar no edital de Teste Seletivo nº 002/2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social, até a realização de concurso público, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Financeira.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de janeiro 2018, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 11 de janeiro de 2018.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Prefeito em Exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DE COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES**

Publicação Nº 1492398

ATA DE COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA PARA O ANO DE 2018

Aos quinze dias do mês de janeiro do ano dois mil e dezoito, às dezessete horas e cinte e cinco minutos, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba (SC), reuniu-se a Mesa Diretora sob a presidência do Vereador Amir Pastori, com a presença dos Vereadores que assinam a ata ao final e ausência do Vereador José Otávio Caliarí Filho, foi aberta a reunião para composição das comissões da 18ª Legislatura, para o ano de dois mil e dezoito. Após tratativas, ficou deliberado que as comissões ficam assim compostas: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: Presidente: LUIZ VASTRES; Vice-Presidente: JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO; Relator: FRANCISCO MOREIRA LOPES. Comissão de Finanças, Orçamento e Administração: Presidente: RICARDO ANTONELLO; Vice-Presidente: DIEGO MAURO BAIROS; Relator: ANDRÉ TARCISIO DALSENTER. Comissão de Saúde e Assuntos Sociais: Presidente: SERGIO FAVRETTO; Vice-Presidente: LUIZ VASTRES; Relator: DISNÉIA TEREZA DE MARCO. Comissão de Meio Ambiente, Plano Diretor, Planejamento e Desenvolvimento Urbano: Presidente: FRANCISCO MOREIRA LOPES; Vice-Presidente: ANDRÉ TARCISIO DALSENTER; Relator: DISNÉIA TEREZA DE MARCO. Comissão de Educação, Esportes, Cultura e Turismo: Presidente: DIEGO MAURO BAIROS; Vice-Presidente: JOSÉ OTÁVIO CALIARI FILHO; Relator: RICARDO ANTONELLO. Comissão de Agricultura: Presidente: DISNÉIA TEREZA DE MARCO; Vice-Presidente: SERGIO FAVRETTO; Relator: DIEGO MAURO BAIROS. Após as discussões a respeito dos trabalhos das comissões, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, aprovada por unanimidade pelos presentes, segue assinada.

Almir Pastori	Luiz Vastres	Disnéia T. De Marco Tonial	Francisco M. Lopes
Presidente	Vice-Presidente	1º Secretária	2º Secretário
André T. Dalsenter	Diego M. Bairos	Ricardo Antonello	
Vereador	Vereador	Vereador	
Sergio Favretto			
Vereador			

Lages

PREFEITURA

RERRATIFICAÇÃO TP 01/2017 SMS

Publicação Nº 1492084

RERRATIFICAÇÃO

REF:TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017 – SMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE POSTES ADEQUADOS Á TROCA DE PADRÕES DE ENTRADA MONOFÁSICO, BIFÁSICO E TRIFÁSICO, NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital decorrente:

Excluir os subitens 18.8.1, 18.8.2 e 18.8.3.

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão para às 13:30 horas do dia 06/02/2018.

Lages, 17 de janeiro de 2018.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

RESULTADO FINAL PP 109/2017 PML, PP 56/2017 SMS, PP 55/2017 SMS

Publicação Nº 1491965

RESULTADO FINAL

REF:Pregão Presencial nº 109/2017 – PML

OBJETO: Locação de Barracão destinado à Coordenação de Segurança e Trânsito – DIRETRAN. ABERTURA: 14/12/2017.

SITUAÇÃO: Fracassada.

REF:Pregão Presencial nº 56/2017 – SMS

OBJETO: Locação de Imóvel para Funcionamento da Vigilância Sanitária. ABERTURA: 09/01/2018.

SITUAÇÃO: Fracassada.

REF:Pregão Presencial nº 55/2017 – SMS

OBJETO: Locação de Imóvel para Funcionamento do Almoxarifado Central. ABERTURA: 16/01/2018.

SITUAÇÃO: Fracassada.

Lages, 16 de janeiro de 2018.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.993/2018

Publicação Nº 1492691

DECRETO Nº 4.993/2018, de 12 de janeiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e conforme o inciso I do art. 6º, da Lei nº. 1.971/2017,

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito adicional SUPLEMENTAR, no orçamento vigente da FUNDO DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 946.825,35 (novecentos e quarenta e seis, oitocentos e vinte e cinco e trinta e cinco), na seguinte classificação:

Órgão: 24 – Fundo de Emergência da Defesa Civil

Unidade: 01 – Fundo de Emergência da Defesa Civil

Atividade: 6.000 - Implementar e Manter um Sistema Permanente de Defesa Civil no Município

Elemento da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0034 – Obras e Instalações R\$ 946.825,35

Art. 2º O crédito a que se refere o artigo anterior será coberto com o repasse através de convenio firmado com Ministério da Integração Nacional, junto a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, conforme processo nº 59053.000223/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 005/2018 DE 05/01/2018 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA INÊS CHIODI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1492039

PORTARIA Nº 005/2018

DE 05/01/2018

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADRIANA INÊS CHIODI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal ADRIANA INÊS CHIODI pelo prazo de 30 dias, de 15 de janeiro de 2018 a 13 de fevereiro de 2018, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 15 de fevereiro de 2016 a 14 de fevereiro de 2017.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 05 de janeiro de 2018.

Rodrigo Barela

Prefeito Municipal em exercício

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora designada

Lauro Muller

PREFEITURA

CARTA CONVITE Nº. 04/PMLM/2018

Publicação Nº 1491786

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 04/PMLM/2018

Data e horário da sessão de abertura: 26/01/2018 às 09h00min

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços arquitetônicos necessários às demandas da municipalidade durante o exercício de 2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller, 15 de janeiro de 2018.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 012/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492681

PORTARIA Nº 012/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JULIO CEZAR GOMES, para ocupar o cargo de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E JUVENTUDE, com lotação na Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Juventude, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 013/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492682

PORTARIA Nº 013/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR JOSE AMANDIO FELICIDADE DA COSTA, para ocupar o cargo de ASSESSOR DE SERVIÇOS URBANOS, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 014/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492683

PORTARIA Nº 014/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições

que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ANTONIO GUESSER DA ROSA, para ocupar o cargo de DIRETOR DE GARAGEM E ALMOXARIFADO, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 015/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492684

PORTARIA Nº 015/18 DE 15 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR MARLON PETRENKO DE LARA, para ocupar o cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, com lotação no Gabinete do Prefeito, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 15/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 15 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 016/18 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492685

PORTARIA Nº 016/18 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR ELAINE APARECIDA ROSA FOGAÇA, para ocupar

o cargo de DIRETOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 17/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 017/18 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492686

PORTARIA Nº 017/18 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PREMIO A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) FERNANDO PADILHA KUHNEN, Servidor(a) Público(a) Municipal, ocupante do cargo de Procurador do Município, com lotação na Procuradoria do Município, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 17/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 17 de janeiro de 2018.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

MAURICIO PASSOS PINHEIRO

Secretário de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

CONTRATO Nº 025/2017 - FMS

Publicação Nº 1492066

CONTRATO Nº 025/2017

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE, e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ – HOSPITAL BOM JESUS, sediada na Praça Irmã Paulina, nº 470, Centro, Município de Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, representada neste ato pela Presidente Irmã Zulmira Aparecida Mendonça Martins, a seguir denominada CONTRATADA:

Considerando que, a Secretária Municipal da Saúde na data de 27 de dezembro de 2017, solicita elaboração de Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato nº 007/2015, através da CI nº 153/2017, em virtude da Prestação de Serviços para a utilização dos espaços físicos, dos serviços hospitalares, dos serviços médicos, dos serviços de enfermagem e exames de análises clínicas para o atendimento aos pacientes de Leoberto Leal quando encaminhados em atendimento de urgência e emergência que não poderem ser realizados pela estrutura existente no Município;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 27 de dezembro de 2017, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2015, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 003/2015, homologado em 06/02/2015, celebrar o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2015 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 007/2015, passa a vigorar com o acréscimo do inciso III, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

III- “Fica o Contrato nº 007/2015 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 025/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 007/2015, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I e Parágrafo Segundo, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E PAGAMENTO:

I- Fica o Contrato nº 025/2017 estimado no valor total de R\$ 30.582,00 (trinta mil quinhentos e oitenta e dois reais).

Parágrafo Segundo – Caso o presente instrumento venha a ter sua vigência prorrogada às partes elegem, desde já, o INPC como índice de reajuste a ser aplicado sobre os valores contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2015.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de dezembro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	IRMÃ ZULMIRA AP. MENDONÇA MARTINS Presidente Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
----------------------	-------------------------------

CONTRATO Nº 026/2017 - FMS

Publicação Nº 1492080

CONTRATO Nº 026/2017 - FMS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2017 – Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, com sede a Rua Leoberto Leal, nº 69, Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, a Comunicação Interna nº 152/2017, de 20 de dezembro de 2017, da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, que solicita elaboração de Termo Aditivo ao Contrato nº 003/2017, visando a prestação de serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Paulina, no Centro do Município de Leoberto Leal;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Aditivo de Prazo e Valor, em relação ao Contrato nº 003/2017.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Segundo Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato nº 003/2017, com fulcro no art. 57 e 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 003/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO”.

I – “Fica o Contrato nº 003/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 026/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica o Contrato nº 026/2017 no valor de R\$ 208,00 (duzentos e oito reais) mensais, totalizando R\$ 2.496,00 (dois mil quatrocentos e noventa e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 003/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de dezembro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN
----------------------	------------------------------------

CONTRATO Nº 027/2017 - FMS

Publicação Nº 1492086

CONTRATO Nº 027/2017 - FMS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017 – Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, com sede a Rua Leoberto Leal, nº 69, Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante

denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, a Comunicação Interna nº 152/2017, de 20 de dezembro de 2017, da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, que solicita elaboração de Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2017, visando a prestação de serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Nossa Senhora Aparecida, na Localidade de Rio das Pedras;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Aditivo de Prazo e Valor, em relação ao Contrato nº 004/2017.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato nº 004/2017, com fulcro no art. 57 e 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 004/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO”.

I – “Fica o Contrato nº 004/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 027/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica o Contrato nº 027/2017 no valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 004/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de dezembro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN
----------------------	------------------------------------

CONTRATO Nº 028/2017 - FMS

Publicação Nº 1492087

CONTRATO Nº 028/2017 - FMS

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017 – Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita Roberta Otto, doravante denominado CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, com sede a Rua Leoberto Leal, nº 69, Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada por sua representante legal, a Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, Resolvem as partes de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017, na forma das Cláusulas que seguem:

Considerando, a Comunicação Interna nº 152/2017, de 20 de dezembro de 2017, da Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social, que solicita elaboração de Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2017, visando a prestação de serviços de Telecomunicações para a Unidade Básica de Saúde Santa Edwiges, na Localidade de Vargem dos Bugres;

Considerando, os competentes pareceres do Assessor Jurídico e do Controle Interno do Município, sobre o Aditivo de Prazo e Valor, em relação ao Contrato nº 005/2017.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo de Prazo e Valor ao Contrato nº 005/2017, com fulcro no art. 57 e 65, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 005/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I com a seguinte redação:

“CLAUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO”.

I – “Fica o Contrato nº 005/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 028/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica o Contrato nº 028/2017 no valor de R\$ 98,00 (noventa e oito reais) mensais, totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 005/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 27 de dezembro de 2017.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada
--	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOF- FMANN
----------------------	------------------------------------

CONTRATO Nº 050/2017

Publicação Nº 1492037

CONTRATO Nº 050/2017 - PMLL

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2013 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor VITOR NORBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e ALO-RI MARIAN, sito a Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 543.553.469-00, neste ato representado pelo Senhor ALORI MARIAN, doravante denominado simplesmente de LOCADOR:

Considerando que, a Coordenadora do CRAS, na data de 19 de dezembro de 2017, solicitou elaboração do 5º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 007/2013, através da Comunicação Interna nº 095/2017, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 495/2013, em virtude de o Município não possuir espaço próprio para o funcionamento adequado do CRAS;

Considerando que, compete ao órgão a oferta do Programa de Atendimento Integral a Família – PAIF, o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e demais atendimentos com famílias que estão em vulnerabilidade social e com laços familiares fragilizados;

Considerando que, o valor do aluguel é o praticado no mercado;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 19 de dezembro de 2017, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 495/2013, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2013, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 012/2013, homologado em 26/02/2013, celebrar o Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2013 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 007/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso V, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

V- “Fica o Contrato nº 007/2013 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 050/2017, em virtude dos apontamentos já

mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Terceira do Contrato nº 007/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR:

I- “O valor mensal do aluguel será de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2013.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Locador assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Locatário	ALORI MARIAN Locador

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
----------------------	-------------------------------

CONTRATO Nº 051/2017

Publicação Nº 1492043

CONTRATO N.º 051/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/ESTADO DE SANTA CATARINA E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.924.390/0001-50, com sede à Rua Mainolvo Lehmkuhl, n.º 20 - Centro, CEP 88.445-000, na cidade de LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor VITOR NORBERTO ALVES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 543.554.609-59, doravante denominado CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro

Canto, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 790, 08/02/2011.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, pela CONTRATADA, aos Sistemas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras – G-Obras: direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada, com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional – G-Simples: destinado à gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária: Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – G-Nota: permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – G-CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA;

6. Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma – SINFAT: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos;

7. Gestão do Domicílio Eletrônico do Contribuinte – G-DEC: permite que os atos e termos processuais municipais sejam formalizados,

comunicados e transmitidos por formato eletrônico por meio de uma caixa postal eletrônica, com acesso restrito aos usuários cadastrados e autorizados. A ferramenta garante sigilo, identificação, autenticidade e integridade das informações.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no "Caderno de Serviços" do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA prestará, inicialmente, à CONTRATANTE, serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação aos seguintes Sistemas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC
2. Gestão Tributária: Gestão do Cadastrado Integrado Municipal - G-CIM
3. Gestão Tributária: Gestão do Simples Nacional - G-Simples

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 780,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2018: R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais)

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2018, para a Administração Pública, aprovada pela Assembléia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, poderá ser corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembléia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora

técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 6.660,00 (seis mil e seiscentos e sessenta reais), em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 555,00 (quinhentos e cinquenta e cinco reais), cada uma delas, sendo debitadas mensalmente, sucessiva e diretamente, até o último dia útil de cada mês, pela CONTRATADA, por meio do Banco do Brasil, Agência n.º 5347-3, Conta Corrente n.º 463-4, de titularidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.39 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal n.º 1354, de 18/12/2017 (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela

CONTRATADA;

f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS
A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste Contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma

colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que

produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante
GILSONI LUNARDI ALBINO Diretor Executivo do CIGA Contratada

TESTEMUNHAS:

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN Assistente Administrativo
FERNANDA ROSA SOCIAL Assistente Administrativo do CIGA

ANEXO I**TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE**

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, constitui o Senhor VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 543.554.609-59, como seu representante no Contrato n.º 048/2017, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante

CONTRATO Nº 052/2017

Publicação Nº 1492050

CONTRATO Nº 052/2017 - PMLL

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor VITOR NORBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e JACKSON MARCONDES CALBUSCH, pessoa física, sito a Rua Felix Zimermann, nº 397, Bairro Centro, Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob o nº 018.035.559-71, neste ato representado pelo Senhor JACKSON MARCONDES CALBUSCH, doravante denominado simplesmente de CONTRATADO:

Considerando que, a Secretária Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, na data de 19 de dezembro de 2017, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 004/2013, através da CI nº 038/2017, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 494/2013, tendo em vista os convênios os quais estão sendo acompanhados tecnicamente pelo engenheiro, a exemplo da finalização do convênio do ginásio – obra de acesso, convênio pavimentação Rua Jorge Lacerda, finalização convênio Creche - FNDE;

Considerando que, é o setor de engenharia o responsável pela avaliação dos projetos de construção civil para aprovação de alvará e habite-se;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 19 de dezembro de 2017, anexado ao Protocolo/Processo Interno nº 494/2013, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 004/2013, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 003/2013, homologado em 1º/02/2013, celebrar o Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 004/2013 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 004/2013, passa a vigorar com o acréscimo do inciso V, com a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:

V- “Fica o Contrato nº 004/2013 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 052/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Terceira do Contrato nº 004/2013, permanece no valor mensal de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 004/2013.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratado assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 19 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	JACKSON MARCONDES CALBUSCH Engenheiro Civil CREA/SC 55.384-3 Contratado

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN
----------------------	-------------------------------

CONTRATO Nº 053/2017

Publicação Nº 1492052

CONTRATO Nº 053/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa CDI TELECOM LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Leoberto Leal, nº 69, Bairro Centro, Município de Angelina, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 08.584.873/0001-09, neste ato representada pela Senhora Valéria Clarice Braun Otto, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, a Secretária Municipal de Educação, na data de 20 de dezembro de 2017, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 007/2017, através da CI nº 177/2017, em virtude da Prestação de Serviços de Telecomunicações para a Escola de Ensino Fundamental Vargem dos Bugres;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 20 de dezembro de 2017, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 007/2017, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2017 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 007/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I- “Fica o Contrato nº 007/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 053/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Sexta do Contrato nº 007/2017, permanece no valor mensal de R\$ 98,00 (noventa e oito reais), totalizando R\$ 1.176,00 (um mil cento e setenta e seis reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 007/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 20 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	VALÉRIA CLARICE BRAUN OTTO CDI TELECOM LTDA EPP Contratada

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CONTRATO Nº 054/2017

Publicação Nº 1492057

CONTRATO Nº 054/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2017 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO e o Senhor Ervino Sebastião Lopes, pessoa física, portador do RG nº 296.993-9 e CPF nº 105.208.569-53, residente a Rua Aquino de Campos, nº 96, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de LOCADOR:

Considerando que, a Secretária Municipal de Educação, na data de 21 de dezembro de 2017, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 012/2017, através da CI nº 186/2017, em virtude da locação do imóvel urbano onde está instalado o Parque de Diversões Infantil em Madeira, para o lazer das crianças e jovens;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 21 de dezembro de 2017, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 012/2017, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2017 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Terceira do Contrato nº 012/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I- "Fica o Contrato nº 012/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 054/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados".

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Quarta do Contrato nº 012/2017, passa a vigorar o valor mensal de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), totalizando R\$ 11.244,00 (onze mil duzentos e quarenta e quatro reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 012/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por

mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 21 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Locatário	ERVINO SEBASTIÃO LOPES Locador	
---	-----------------------------------	--

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

CONTRATO Nº 055/2017

Publicação Nº 1492060

CONTRATO Nº 055/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2017 - Aditivo de Prazo e Valor.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, Estado de Santa Catarina, com endereço a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, inscrito no CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor Vitor Norberto Alves, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a Empresa GRAZIELI ERHARDT BURGER 05473718965, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rodovia SCT 486, SN, Centro Município de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.775.499/0001-98, neste ato representada pela Senhora Grazieli Erhardt Burger, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA:

Considerando que, a Coordenadora do CRAS, na data de 21 de dezembro de 2017, solicitou elaboração de Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 018/2017, através da CI nº 096/2017, em virtude da realização de cursos de música nas modalidades de acordeom, violão, teclado e canto, com carga horária de 20 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam de oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas no Município de Leoberto Leal;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 21 de dezembro de 2017, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 018/2017, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2017 – Aditivo de Prazo e Valor, com fulcro no art. 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, mediante sujeição mútua às normas constantes deste, à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 018/2017, passa a vigorar com o acréscimo do inciso I, com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

I- “Fica o Contrato nº 018/2017 prorrogado até o dia 31 de dezembro de 2018, a partir de 01 de janeiro de 2018, através do aditivo de Contrato nº 055/2017, em virtude dos apontamentos já mencionados”.

CLÁUSULA SEGUNDA – A Cláusula Terceira do Contrato nº 018/2017, permanece em 10 (dez) parcelas no valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 018/2017.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Prazo Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA – PUBLICAÇÃO. Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 21 de dezembro de 2017.

VITOR NORBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	GRAZIELI ERHARDT BURGER GRAZIELI ERHARDT BURGER 05473718965 Contratada
---	---

Testemunhas:

MAYARA CARLA GUCHERT	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRENCIA 01/2018 FMS

Publicação Nº 1492148

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 01/2018

Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de saúde na área hospitalar, ambulatoriais e diagnósticos junto ao Município de Lindóia do Sul SC.

Tipo: Menor preço global mensal

Recebimento das propostas: até as 08:15 do dia 19 de fevereiro de 2018, com abertura dos envelopes de habilitação quinze minutos após.

Informações complementares e inteiro teor do edital: Com o setor de licitações, na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal, cidade e Município de Lindóia do Sul, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br.

Lindóia do Sul, SC, 16 de janeiro de 2018.

Flávio Luiz Benini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 06/2018

Publicação N° 1492407

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 06/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DE PASSAGEIROS (RCO) RESPONSABILIDADE CIVIL ONIBUS / MICROS E VANS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 29/01/2018; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 29/01/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 16 de janeiro de 2018. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

EDITAL 07/2018

Publicação N° 1491874

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 30/01/2018; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 30/01/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 16 de janeiro de 2018. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

Luiz Alves**PREFEITURA****2ª ERRATA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO 01/2018 - CONCURSO PÚBLICO 01/2016**

Publicação Nº 1492377

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES2ª ERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 01/2018.
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

Do Anexo II – TERMO DE INTERESSE NO CARGO do Edital de Convocação e de Posse n.º 01/2018, onde se lê: “Processo Seletivo (Edital nº 01/2017)”, leia-se: “Concurso Público (Edital nº 01/2016)”.

Luiz Alves, 16 de janeiro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

DECRETO N.º 01/2018

Publicação Nº 1492379

DECRETO N.º 01/2018

Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2018 - Lei Municipal n.º 1.704, de 23 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 115.053,07 (cento e quinze mil, cinquenta e três reais e sete centavos) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Educação

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação

12.361.0020.1.019 – Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamental

(63) 4.4.90.00.00.00.00.00.06.0920.0 (0.6.0036) – Aplicações Diretas R\$ 115.053,07

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superávit financeiro apurado no exercício de 2017, por conta dos recursos do Salário Educação, na importância de R\$ 115.053,07 (cento e quinze mil, cinquenta e três reais e sete centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 16 de janeiro de 2018.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

ERRATA - EDITAL CONVOCAÇÃO 02/2018 - CONCURSO PÚBLICO 01/2016

Publicação Nº 1492371

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVESERRATA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE N.º 02/2018.
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2016

Do Anexo II – TERMO DE INTERESSE NO CARGO do Edital de Convocação e de Posse n.º 01/2018, onde se lê: “Processo Seletivo (Edital nº 01/2017)”, leia-se: “Concurso Público (Edital nº 01/2016)”.

Luiz Alves, 16 de janeiro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 77/2017 (PREFEITURA)

Publicação Nº 1492337

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2017

EXTRATO DO REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE TUBOS DE CONCRETO SIMPLES E ARMADO PARA USO EM MELHORIAS NO SISTEMA DE DRENAGEM EM VIAS PÚBLICAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES /SC.

Contratado (s): J. A. ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME – CNPJ: 00.110.127/0001-63 (R\$ 88.403,00 – Oitenta e Oito Mil, Quatrocentos e Três Reais), ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA ME – CNPJ: 80.738.016/0001-35 (R\$ 1.685,00 – Mil, Seicentos e Oitenta e Cinco Reais) e VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA – EPP – CNPJ: 00.639.726/0001-79 (R\$ 12.900,00 – Doze Mil e Novecentos Reais).

Vigência: 15 de janeiro de 2018 a 15 de janeiro de 2019.

Luiz Alves, 16 de janeiro de 2018.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017 (FME).

Publicação Nº 1492450

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PROCESSO DE COMPRAS Nº 34/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESCOLA MUNICIPAL VENDELIM SCHWEITZER, NO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES NO PROJETO BÁSICO.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica

de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 19.578.710/0001-21, estabelecida à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal Marcos Pedro Veber. Contratado (s): GARARITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI – CNPJ: 08.321.717/0001-47 Das Dotações: foi utilizada a seguinte dotação: (63) (4.4.90.51.98.00.00.00). Dos Valores: R\$ 115.053,07 – (cento e quinze mil, cinquenta e Treis reais e sete centavos).

Luiz Alves, 12 de janeiro de 2018.
Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 83/2017 - 1º ADITIVO
AO CONTRATO N.º 74/2017**

Publicação Nº 1491809

EXTRATO DO CONTRATO N.º 83/2017 – 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 74/2017

Contratante: MUNICIPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 83.102.319/0001-55.
Contratado: WILLIAN POHLMANN MAZZARDO – EPP – CNPJ: 09.688.319/0001-26.
DA DURAÇÃO: Com fundamento no artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e da Cláusula segunda, parágrafo primeiro, do Contrato n.º 34/2017, resolvem prorrogar a vigência contratual até o período de 21 de fevereiro de 2018.
Luiz Alves, 21 de dezembro de 2017.
Marcos Pedro Veber
Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2525

Publicação Nº 1492229

DECRETO Nº 2525 de 15 de janeiro de 2018.

“REMANEJA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO”.

JULIANO SCHNEIDER, Prefeito em Exercício de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1563 de 19 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º - Ficam remanejadas as dotações abaixo:

I – Recurso 000 – Recursos Ordinários

Movimento	Órgão. Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	04.001	2.402	3	90	R\$ 13.650,00
Suplementação	04.001	2.402	4	90	R\$ 13.650,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 15 de janeiro de 2018.

JULIANO SCHNEIDER

Prefeito em Exercício de Luzerna

PL 004/2018 - DL 001/2018 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA EXECUÇÃO DE VIGAS PRÉ-MOLDADAS - PML

Publicação Nº 1491801

MUNICÍPIO DE LUZERNA

Processo Licitatório 004/2018

Dispensa nº 001/2018

O Município de Luzerna torna pública a Dispensa de Licitação para Serviço de Engenharia referente à contratação com a empresa DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.402.629/0001-93, com endereço na Av. Caetano Natal Branco, nº 5.500, Centro, no Município de Luzerna/SC, CEP 89609-000, destinada a contratação de empresa especializada para serviço de engenharia referente execução de vigas pré-moldadas em concreto armado, transporte e colocação das mesmas, em estrutura de ponte que liga a Linha Estreito, no Município de Luzerna, com a Linha do Cedro, Município de Ibicaré, sobrepondo o Rio Estreito.

Valor homologado: R\$ 13.650,00

Fundamento legal: artigo 24, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Luzerna (SC), 17 de janeiro de 2018.

Juliano Schneider

Prefeito de Luzerna em Exercício

Macieira

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

Publicação Nº 1491973

2º EDITAL DE CHAMAMENTO DE TESTE SELETIVO 003/2017

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO TESTE SELETIVO 0003/2017

O Prefeito Municipal de Macieira – SC, Zelir Citadin, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 58 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o resultado do Teste Seletivo nº 0003/2017, CONVOCA candidatos aprovados a se apresentarem na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento da prefeitura Municipal de Macieira – SC, munidos dos documentos necessários, descritos na Cláusula XII, ITEM 12.1 do Edital Teste Seletivo nº 0003/2017, até a data de 19 de janeiro de 2018, a fim de tomar posse no serviço público municipal, das vagas e locais disponíveis, considerando disponibilidade de vagas relacionadas abaixo:

- SERVIÇOS GERAIS II – EXTERNO

- NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS ATUALMENTE - 02

CANDIDATOS CONVOCADOS:

CESAR DOS SANTOS MORAES

PEDRO SERAFIN NETO

- OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

- NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS ATUALMENTE - 02

CANDIDATOS CONVOCADOS:

LENON ANDRE SOARES

ANDERSON MORAES ARCONTI

- AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II - INTERNO

- NÚMERO DE VAGAS DISPONÍVEIS ATUALMENTE - 01

CANDIDATOS CONVOCADOS:

LUCIMAR MORAES

O candidato aprovado deverá comparecer na Prefeitura Municipal, sito a Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, até a data de 19 de janeiro de 2018, para entrega de documentos a fim de assumir a vaga. O candidato que convocado não comparecer no prazo estipulado, recusar nomeação ou deixar de assumir o exercício do cargo, perderá todos os direitos a sua nomeação. O candidato que convocado comparecer, e solicitar por escrito, poderá renunciar a vaga ou solicitar que seu nome seja colocado ao final da listagem de classificação, conforme previsto no item 14.8 do Edital.

Macieira – SC, 16 de janeiro de 2018.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal de Macieira

Mafra

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 05/2018

Publicação Nº 1491796

PORTARIA Nº 05/2018, de 16 de janeiro de 2018.
NOMEIA ASSESSOR LEGISLATIVO

O Vereador Adilson Sabatke, Presidente da Câmara de Vereadores de Mafra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 32, inciso XIII da Lei Orgânica Municipal, e art. 72 da Resolução nº 06 de 04.04.07,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear EDSON LUCAS ALVES ELIAS, para o cargo em Comissão de Assessor Legislativo, padrão DAS-3, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Mafra, com vencimento de R\$ 3.100,39 (três mil, cem reais e trinta e nove centavos), a partir do dia 17.01.2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 16 de janeiro de 2018.
VER. ADILSON SABATKE
Presidente

Major Vieira

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE 001.2018

Publicação Nº 1491814

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO CONVITE N.º 001/2018

Objeto: Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Reforma geral em Van pertencente a Secretária de Saúde do Município de Major Vieira/SC, conforme descrição do ANEXO I. | Tipo: Menor Preço – Global| Abertura/Data/hora: 24/01/2018 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra site www.majorvieira.sc.gov.br/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Prefeito Municipal. Orildo Antonio Severgnini

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 002.2018

Publicação Nº 1492368

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2018

Objeto: Pregão presencial para eventual e futura contratação de empresas para aquisição "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA, ALCOOL, ÓLEO DIESEL S-500 E ÓLEO DIESEL S-10) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E OUTROS QUE INTEGRAM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I A ESTE EDITAL." | Tipo: Menor Preço – Por Item| REALIZA-SE ALTERAÇÃO NO EDITAL PP002.2018, MODIFICA-SE A DATA DE Abertura/Data/hora: 25/01/2018 às 14h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 16/01/2018.

Maracajá

PREFEITURA

4º TA AO CONTRATO Nº 79/2016

Publicação Nº 1491996

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 79/2016

Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 79/2016, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Arlindo Rocha, denominado CONTRATANTE e a empresa PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA, estabelecida na Rua Ernesto Grechi, 290, sala 01, Bairro Cidade Alta, município de Araranguá – SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.763.785/0001-78, designada CONTRATADA, vencedora do Processo de Licitação nº 40/2016 – Tomada de Preço, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 79/2016, firmado em 28/06/2016, destinado a execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua: Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá – SC (Trecho 01), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 819833/2015/Ministério das Cidades/Caixa, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução dos serviços e da vigência do contrato firmado em 28/06/2016, com vigência atual de execução até 23/12/2017 e com vigência atual do contrato até 23/01/2018, nos termos previstos no Contrato.

Cláusula Segunda - Da Prorrogação

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias, a vigência de execução dos serviços e vigência do contrato, ficando a execução dos serviços até 22/04/2018 e a vigência do contrato até 23/05/2018.

Cláusula Terceira - Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original de obras, não alteradas pelo presente instrumento.

Maracajá/SC, 23 de Dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ	PAVIMENTADORA JEREMIAS LTDA
ARLINDO ROCHA	REGINALDO JEREMIAS
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Marluci Freitas Bitencourt Diomar de Souza Machado Júnior
CPF: 009.788.959-83 CPF: 004.512.069-24

5º TA AO CONTRATO Nº 78/2016

Publicação Nº 1491999

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 78/2016.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 78/2016, celebrando entre o MUNICÍPIO DE MARACAJÁ e a Empresa CREMA CONSTRUÇÕES

LTDA - EPP.

O MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Maracajá/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.915.026/0001-24, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Arlindo Rocha, denominado CONTRATANTE e a empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, estabelecida na Rod. Luiz Rosso, 2.230, Bairro Primeira Linha no município de Criciúma/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 01490849/0001-53, designada CONTRATADA, vencedora do Processo de Licitação nº 41/2016 – Tomada de Preço, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 78/2016, firmado em 27/06/2016, destinado a execução das obras de pavimentação com lajotas de concreto, drenagem pluvial, calçadas e sinalização da Rua Arcendino Farias, Bairro Vila Paraná no município de Maracajá/SC (Trecho 02), tudo de conformidade com os projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico financeiro anexo e de acordo o Contrato de Repasse nº 818994/2015/Ministério das Cidades/Caixa, obrigando-se a respeitar e cumprir as condições constantes nas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do prazo de execução dos serviços e da vigência do contrato firmado em 27/06/2016, com vigência atual da execução até 09/12/2017 e com vigência atual do contrato até 23/12/2017, nos termos previstos no contrato.

Cláusula Segunda - Da Prorrogação

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado por mais 150 (cento e cinquenta) dias, as vigências do contrato e da execução dos serviços, ficando a vigência do contrato até 22/05/2018 e a vigência de execução até 08/05/2018.

Cláusula Terceira - Da Ratificação

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do contrato original de obras, não alteradas pelo presente instrumento.

Maracajá/SC, 07 de Dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MARCAJÁ	CREMA CONSTRUÇÕES LTDA-EPP
ARLINDO ROCHA	DANIEL BARP CREMA
Contratante	Sócio Gerente - Contratado

Testemunhas:

Marluci Freitas Bitencourt Diomar de Souza Machado Júnior
CPF: 009.788.959-83 CPF: 004.512.069-24

AVISO DE REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO Nº 068/2017

Publicação Nº 1492169

AVISO DE REVOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 068/2017

O Município de Maracajá torna público que fica revogado o edital acima epigrafado que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MARACAJÁ, pela mesma ter sido considerada FRACASSADA, com fulcro no artigo 49, da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Feita a revogação acima, ficam todos os interessados notificados



para os fins legais e de direito, nos termos da Lei nº 8.666/93.
Maracajá, 15 de janeiro de 2018.
ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PORTARIA 013/2018

Publicação Nº 1491989

PORTARIA Nº. 013 DE 2 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Maracajá em exercício, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Alex Moreira, matrícula nº 2064, referente ao período aquisitivo de 2/2/2017 à 1º/2/2018, com gozo em 18/1/2018 e término em 6/2/2018.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2018.
ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT
Secretária de Administração

PORTARIA 014/2018

Publicação Nº 1491990

PORTARIA Nº. 014 DE 2 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ABAIXO RELACIONADO.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Maracajá em exercício, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e artigo 121 da Lei Complementar Nº. 46 de 26/8/15,

RESOLVE,

Art. 1º Conceder férias ao servidor Bento Luiz Mota, matrícula nº 319, referente ao período aquisitivo de 2/3/2016 à 1º/3/2017, com gozo em 18/1/2018 e término em 6/2/2018.

Art. 2º Nos termos do art. 121 da Lei Complementar nº 46, de 26 de agosto de 2015, fica convertido 10 (dez) dias de férias do servidor supra em abono pecuniário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 2 de janeiro de 2018.
ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal em exercício

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 2 de janeiro de 2018.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT
Secretária de Administração

TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018

Publicação Nº 1492122

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2018.

OBJETIVO: Execução dos serviços necessários para a construção de Pista de Skate no Centro Esportivo Antônio da Rocha no Município de Maracajá-SC, compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, máquinas, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias.

DATA DE ENTREGA: até 06 de fevereiro de 2018 às 09h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 06 de fevereiro de 2018 às 09h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getúlio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 16 de janeiro de 2018.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 033/2018

Publicação Nº 1491650

DECRETO Nº 033, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

NOMEIA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA – CCO, PARA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal n. 2.505, de 25 de junho de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Nos termos da Lei Municipal n. 2.205, de 25 de junho de 1996, ficam nomeados os membros da Comissão Central Organizadora - CCO, formada por uma Diretoria composta por 03 (três) membros, sendo: Presidente, Secretário e Tesoureiro, bem como o Conselho Fiscal:

Comissão Central

Presidente: Sandro Donati
Secretário: Doraci Felisiak
Tesoureiro: Cláudio José Zembruski

Conselho Fiscal

Mozer Matheus de Oliveira
Igor Eduardo Damaren
Pedro Gilberto Ioris
Cleiton Borgaro

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 16 de janeiro de 2018.
SANDRO DONATI
Prefeito do Município de Maravilha e.e.

CLEITON BORGARO
Secretário de Planejamento, Administração e Fazenda

Decreto nº 034/2018

Publicação Nº 1491648

DECRETO Nº 034, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretária Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado, pelo período de 10 de janeiro a 2 de abril de 2018, da servidora ROSANI AIRES DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 981.944.619-87, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de janeiro de 2018.
SANDRO DONATI
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 035/2018

Publicação Nº 1491667

DECRETO Nº 035, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar nº 003/2002 e Edital de Concurso Público nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado JACKSON LUENIR TESKE, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 053.897.499-01, para ocupar o cargo de Auditor de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Planej. Adm. e Fazenda, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de janeiro de 2018.
SANDRO DONATI
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Marema

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10/2018

Publicação Nº 1491815

PORTARIA Nº 10/2018
De 15/01/2018

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, NOMEIA COMISSÃO PARA ATUAR NO PAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Marema/SC, e

Considerando deliberação do Departamento de Recursos Humanos, dando conta de condutas, em tese, de infrações administrativas perpetradas por Educador Físico membro do Departamento de Esportes, conforme documentos acostados;

Considerando o que estipula o artigo 5º, LV da CF, que impõe que seja assegurado nos processos e atos administrativos o contraditório e a ampla defesa;

Considerando o disposto na Lei n. 307 de 09/08/95,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, de acordo com o Art. 183 da Lei nº 307/1995, comissão para atuar no Processo Administrativo Disciplinar, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo, com o fim de apurar, em tese, cometimento de infração disciplinar pela Educadora Física L. L.:

I – Luis Antônio Cipriani, CPF Nº 525.820.009-43(Presidente);

II – Vanderlei Antônio Calderan CPF Nº063.600.069-95 (Secretário);

III - Marilete Maria Rampazzo Marostica CPF nº 006.083.769-14 (Membro nomeado pelo Poder Executivo);

Art. 2º A Comissão deverá dar cumprimento ao Processo no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da instalação.

Art. 3º Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias da coleta de provas em geral, bem como, para a elaboração do relatório final.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito 15 de Janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Setor Recursos Humanos

PORTARIA Nº001/2018

Publicação Nº 1491790

Portaria nº001/2018
De 03/01/2018

SUSPENDER PERÍODO DE GOZO DE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO Portaria 358 de 21/11/2017 que concedeu férias

RESOLVE

Art. 1º - Suspender período de gozo de férias à Servidora Pública Municipal ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO pelo período de 01 dia, para uma data futura a ser marcada em consenso com o Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº002/2018

Publicação Nº 1491803

Portaria nº002/2018
De 03/01/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EVERTON CERATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor, CONSIDERANDO portaria 316B, que interrompe férias,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EVERTON CERATTO, por um período de 15 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 04/01/2018 a 18/01/2018.

§ ÚNICO – Parágrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 27/08/2016 a 26/08/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº003/2018

Publicação Nº 1491804

Portaria nº003/2018
De 03/01/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IDIANE BETTU E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor, CONSIDERANDO que portaria 341/2017 concede apenas 27 dias de gozo de férias de direito adquirido,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal IDIANE BETTU, por um período de 03 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 03/01/2018 a 05/01/2018.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 01/01/2017 A 31/12/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº004/2018

Publicação Nº 1491806

Portaria nº004/2018
de 08/01/2018

DESIGNA DARLAINE TAGLIAN, PARA RESPONDER PELO MUNICÍPIO DE MAREMA E FUNDOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, e CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo BANCO DO BRASIL.

RESOLVE

Art. 1º – Designar DARLAINE TAGLIAN, para responder temporariamente como TESOUREIRA do:

- MUNICÍPIO DE MAREMA,
- FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MAREMA,
- FMDR – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE MAREMA,
- FMAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MAREMA,

- FIA – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAREMA.

Compreendendo as funções e poderes, conforme o anexo I, e referindo-se as contas conforme o anexo II.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito 08 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

ANEXO I

FUNÇÕES E PODERES ATRIBUÍDAS AO TESOUREIRO

009 SOLICITAR EMISSÃO CHEQUES

010 SOLICITAR ABERTURA DE CONTAS DE DEPOSITO

011 AUTORIZAR COBRANÇAS

018 UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES

020 RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO.

026 SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES.

027 REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES

031 AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO À OPERAÇÕES

036 RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 ENDOSSAR CHEQUE

093 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS/PAGAMENTOS

094 SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 CANCELAR CHEQUES

096 BAIXAR CHEQUES

098 EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS

099 CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100 EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE

102 EFETUAR SAQUES - POUPANÇA

104 EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

105 EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

118 CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECURSOS

119 LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO

123 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS, EXCETO INVESTIMENTO

124 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
125 SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
126 EMITIR COMPROVANTES
128 EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE-
129 EFETUAR TRANSF. ELETRÔNICA P/ ALIVIO DE NUMERARIO
133 ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
137 CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
138 CARTAO TRANSPORTE - AUTORIZAR DEB/TRANSF MEIO ELE-
TRONICO
150 ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANCEIRO

ANEXO II**CONTAS VINCULADAS AOS PODERES DO ANEXO I**

CONTA CORRENTE 5428-3 29-9
CONTA CORRENTE 5428-3 37-X
CONTA CORRENTE 5428-3 5113-6
CONTA CORRENTE 5428-3 5243-X
CONTA CORRENTE 5428-3 5178-0
CONTA CORRENTE 5428-3 5451-8
CONTA CORRENTE 5428-3 5919-6
CONTA CORRENTE 5428-3 6129-8
CONTA CORRENTE 5428-3 6171-9
CONTA CORRENTE 5428-3 6242-1
CONTA CORRENTE 5428-3 6243-X
CONTA CORRENTE 5428-3 6244-8
CONTA CORRENTE 5428-3 6245-6
CONTA CORRENTE 5428-3 6257-X
CONTA CORRENTE 5428-3 6258-8
CONTA CORRENTE 5428-3 6271-5
CONTA CORRENTE 5428-3 6272-3
CONTA CORRENTE 5428-3 6413-0
CONTA CORRENTE 5428-3 6414-9
CONTA CORRENTE 5428-3 7066-1
CONTA CORRENTE 5428-3 7074-2
CONTA CORRENTE 5428-3 7082-3
CONTA CORRENTE 5428-3 8140-X

CONTA CORRENTE 5428-3 9903-1
CONTA CORRENTE 5428-3 9987-2
CONTA CORRENTE 5428-3 10344-6
CONTA CORRENTE 5428-3 10365-9
CONTA CORRENTE 5428-3 10709-3
CONTA CORRENTE 5428-3 11602-5
CONTA CORRENTE 5428-3 11604-1
CONTA CORRENTE 5428-3 13622-0
CONTA CORRENTE 5428-3 14172-0
CONTA CORRENTE 5428-3 14285-9
CONTA CORRENTE 5428-3 14690-0
CONTA CORRENTE 5428-3 17453-X
CONTA CORRENTE 5428-3 17468-8
CONTA CORRENTE 5428-3 17504-8
CONTA CORRENTE 5428-3 26761-9
CONTA CORRENTE 5428-3 29507-8
CONTA CORRENTE 5428-3 40349-0
CONTA CORRENTE 5428-3 60003-2
CONTA CORRENTE 5428-3 283141-4

PORTARIA Nº005/2018

Publicação Nº 1491807

Portaria nº005/2018

De 08/01/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RAFAEL CUNICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor, CONSIDERANDO portaria 334-2017, que interrompeu férias,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal RAFAEL CUNICO, por um período de 08 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 11/01/2018 a 18/01/2018.

Art. 2º - O período de aquisição de férias compreende de 04/01/2016 A 03/01/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 08 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº006/2018

Publicação Nº 1491808

Portaria nº006/2018
de 08/01/2018

DESIGNA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM, PARA RESPONDER COMO GESTOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MAREMA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, EM CARATER TEMPORÁRIO.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64 VI de Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO portaria 400/2017 de 23 de novembro que concede férias a Secretaria de Assistencia Social

RESOLVE

Art. 1º – Designar o Servidor Publico Municipal CHANQUERLI FERNANDO CHEROBIM, para responder pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL/FMAS – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL de Município de Marema no período de 10/01/2018 a 08/02/2018.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrario.

Art. 3º– A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em, 08 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº007/2018

Publicação Nº 1491811

Portaria nº007/2018
De 08/01/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDEMAR JOSE NADAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal EDEMAR JOSE NADAL, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 16/01/2018 A 14/02/2018.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 10/02/2016 A 09/02/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito em 08 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº008/2018

Publicação Nº 1491812

Portaria nº008/2018
De 08/01/2018

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FABIANO VICELLI DELLA BETHA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO o requerimento efetuado pelo servidor.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal FABIANO VICELLI DELLA BETHA, por um período de 30 dias. Sendo o gozo a contar a partir de 15/01/2018 A 13/02/2018.

§ ÚNICO – Paragrafo Único - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração. Na forma do art. 102 § 4º do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende de 24/05/2016 a 23/05/2017.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito em 08 de janeiro de 2018.
ADILSON BARELLA
Prefeito Municipal
Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT
Servidora Designada

PORTARIA Nº009/2018

Publicação Nº 1491813

Portaria nº009/2018
De 15/01/2018

SUSPENDER PERIODO DE GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DOMINGOS CAREGNATTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 102 do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Marema. CONSIDERANDO Portaria 371 de 21/11/2017 que concedeu ferias

RESOLVE

Art. 1º - Suspende período de gozo de férias ao Servidor Público Municipal DOMINGOS CAREGNATTO por um período de 02 dias, para uma data futura a ser marcada em consenso com o Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 15 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

PORTARIA Nº011/2018

Publicação Nº 1491816

Portaria nº011/2018

De 15/01/2018

DISPENSA A PEDIDO, A SERVIDORA PUBLICA ALINE DENDENA EM FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PSICOLOGA – 20H E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO requerimento da servidora

D E C I D E

Art. 1º - Dispensar a pedido a servidora ALINE DENDENA em função temporária de Psicologa 20h, junto ao CRAS, com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 15 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3505 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491883

DECRETO Nº. 3505 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional Suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$ 121.395,52 (cento e vinte e um mil reais trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta e dois centavos) no programa abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Programa de Melhoria PMAQ R\$ 3.279,16
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13806 – Média Alta Complexidade - MAC R\$ 33.573,87
 0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13806 – Média Alta Complexidade - MAC R\$ 84.542,49

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3506 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491886

DECRETO Nº. 3506 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito adicional Suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$ 45.427,12 (quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e sete mil

reais e doze centavos) no programa abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0601 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 26,30
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13804 – Programa de Melhoria PMAQ R\$ 17.240,00
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13802 – Programa de Saúde da Família - PSF R\$ 855,00
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13803 – Agentes Comunitários de Saúde – PACS R\$ 6.900,00
 0602 – 33803 – Agentes Comunitários de Saúde - PACS R\$ 30,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13801 – Piso atenção Básica – PAB R\$ 20.356,42
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 19,40

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá da anulação no valor de R\$ R\$ 45.427,12 (quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e sete mil reais e doze centavos), do programa e verba abaixo discriminado:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0601 – GERÊNCIA DE SAÚDE
 0601.010.301.0190.2094 – Manutenção da Secretaria de Saúde
 0601 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0601 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 26,30

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13804 – Programa de Melhoria PMAQ R\$ 17.240,00
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13802 – Programa de Saúde da Família - PSF R\$ 855,00
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13803 – Agentes Comunitários de Saúde – PACS R\$ 6.900,00
 0602 – 33803 – Agentes Comunitários de Saúde - PACS R\$ 30,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas

0602 – 13801 – Piso atenção Básica – PAB R\$ 17.663,32
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 13801 – Piso atenção Básica – PAB R\$ 2.693,10
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos – Saúde R\$ 19,40

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3507 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491887

DECRETO Nº. 3507 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 224.341,72 (duzentos e vinte e quatro mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos) nos programas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.876,09

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 3.185,93

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
 0403.026.782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais
 0403 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0403 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.435,73

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF (Remu.Magistério) R\$ 89.292,75
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação

..... R\$ 5.989,15
 0501 – 13601 – Transferência Salário Educação R\$ 550,26
 0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 700,00
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 1.000,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério) R\$ 2.157,73
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 750,00
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino) R\$ 2,76
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF (Remu.Magistério) R\$ 19.635,82
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 66.135,76
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino) R\$ 332,16
 0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.466,46

0800 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
 0801 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO
 0801.004.121.0070.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento
 0801 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0801 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 22,31

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.609.0151.2076 – Apoio a Produção Agropecuária
 0901 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 10.415,00
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 13.393,81

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ R\$ 224.341,72 (duzentos e vinte e quatro mil trezentos e quarenta e um reais e setenta e dois centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.876,09

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 – 339300000 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

0304 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 376,93

0304 – 449000000 – Aplicações Diretas

0304 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 2.809,00

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0403 – GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0060.2029 – Conservação de Estradas Vicinais

0403 – 319000000 – Aplicações Diretas

0403 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 4.435,73

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 319000000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 3.314,15

0501 – 339000000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 89.292,75

0501 – 449000000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 2.675,00

0501 – 13601 – Transferência Salário Educação
..... R\$ 550,26

0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria de Educação

0501 – 319000000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 700,00

0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 1.000,00

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 – 319000000 – Aplicações Diretas

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 750,00

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF(Remu.Magistério)
..... R\$ 2,76

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 2.157,73

0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche

0501 – 319000000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf.FUNDEB/FUNDEF (Remu.Magistério)
..... R\$ 332,16

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino)
..... R\$ 19.635,82

0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
..... R\$ 66.135,76

0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial

0501 – 339000000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 1.466,46

0800 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE

0801 – GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

0801.004.121.0070.2070 – Manutenção da Secretaria de Planejamento

0801 – 319000000 – Aplicações Diretas

0801 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 22,31

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.609.0151.2076 – Apoio a Produção Agropecuária

0901 – 319000000 – Aplicações Diretas

0901 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 10.415,00

0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural

0901 – 319000000 – Aplicações Diretas

0901 – 10000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 13.393,81

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3508 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491888

DECRETO Nº. 3508 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 56.592,67 (cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e dois reais e sessenta e sete centavos) nos programas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

0501 – 339000000 – Aplicações Diretas

0201 – 30000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 6.276,09

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.028.845.0170.0081 – Transferência a Entidades e Associações

0304 – 335000000 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

0304 – 30000 – Recursos Ordinários
..... R\$ 7.029,94

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.305.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Ens. Fund.

0501 – 339000000 – Aplicações Diretas

0501 – 33702 – Transferência ref. PNAE - Ens. Fund
..... R\$ 30,76

0501 – 33709 – PNAE Atend Educac. Especializada
..... R\$ 2.602,54

0501.012.306.0090.2034 – Manutenção do Programa de Merenda das Pré Escolas

0501 – 339000000 – Aplicações Diretas

0501 – 33704 – Transferência Ref. PNAE - Pré Escola R\$ 1,25
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 2.555,00
 0501 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 38700 – Alienação Bens Dest. Educação Básica R\$ 10.371,00
 0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 33705 – Transferência Ref. PNAE - Ens. Médio R\$ 359,70
 0501.012.362.0085.2045 – Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 33707 – Transferência Ref. PNATE - Ens. Fundam R\$ 554,87
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 33701 – Prog. Dinheiro Direto na Escola PDDE R\$ 9.906,91
 0501.012.365.0093.2052 – Manutenção do Transporte Escolar do Pré Escolar
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 33706 – Transferência Ref. PNATE Ens. Infantil R\$ 548,43
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 1.883,60
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 33710 – Outros Recursos Educação - FNDE R\$ 7.117,68
 0501.012.367.0110.2059 – Apoio a Educação Especial
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 7.354,90

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3509 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491889

DECRETO Nº. 3509 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017
 Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 370.124,16 (trezentos e setenta mil cento e vinte e quatro reais e dezesseis centavos) nos programas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.305.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar - Ens. Fund.
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 13702 – Transferência ref. PNAE - Ens. Fund R\$ 5.444,71
 0501.012.306.0090.2034 – Manutenção do Programa de Merenda das Pré Escolas
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 13704 – Transferência ref. PNAE - Pré-Escola R\$ 585,21
 0501.012.365.0095.2035 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar Creches
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 13703 – Transferência ref. PNAE - Creche R\$ 1.260,10
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 169.607,43
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino) R\$ 2.000,00
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 188.541,71
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF(Out. Desp. Ensino) R\$ 2.685,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3510 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491890

DECRETO Nº. 3510 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017
 Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 74.090,00 (setenta e quatro mil e noventa reais) nos programas

abaixo discriminados:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.244.0180.1116 – Aquisição de Veículo para APAE
 0701 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0701 – 13401 – Transf. Convênios-União/Outros não Rel
 R\$ 71.997,00
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0701 – 16401 – Transf. Convênio -Estado/Outros
 R\$ 2.093,00

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado decorrerá do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3511 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491911

DECRETO Nº. 3511 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1843 de 14 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais Suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 191.095,12 (cento e noventa e um mil noventa e cinco reais e doze centavos) nos programas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 70.000,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 10.000,00
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 100.000,00
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Rem. Magistério)
 R\$ 11.095,12

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ R\$191.095,12 (cento e noventa e um mil noventa e cinco reais e doze centavos), dos

programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.0122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 30.000,00

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.006.0182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública
 0401 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.246,40
 0401.006.0182.0042.2019 – Sinalização de Vias
 0401 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.124,50

0401.015.0451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 23.484,96

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino)
 R\$ 11.095,12

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.0301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 80.000,00
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 2.011,91
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 5.207,50
 0602.010.0301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 5.997,30
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 5.743,91
 0602.010.0304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 2.152,07
 0602.010.0305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 5.906,95
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 3.124,50

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3513 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491912

DECRETO Nº. 3513 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1843 de 14 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais Suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 147.231,80 (cento e quarenta e sete mil duzentos e trinta e um reais e oitenta centavos) nos programas abaixo discriminados:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.025.762.0056.2028 – Manutenção da Iluminação Pública
0401 – 33900000 – Aplicações Diretas
0401 – 10800 – Contrib. Custeio Serv. Ilum. Pública - COSIP R\$ 10.745,06
0401.006.182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública
0401 – 33900000 – Aplicações Diretas
0401 – 11001 – Convênio de Trânsito – Polícia Militar R\$ 82,56

0500 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0501 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 44.618,92

0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino) R\$ 10.091,01

0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino) R\$ 4.300,19

0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério) R\$ 77.394,06

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3514 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491913

DECRETO Nº. 3514 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1843 de 14 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais Suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 74.454,11 (setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos) nos programas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – GABINETE DO PREFEITO

0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

0201 – 33900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 8.715,57

0201.004.122.0022.2007 – Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

0201 – 33900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 200,00

0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle Interno

0201 – 31900000 – Aplicações Diretas

0201 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 169,75

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO

0302.004.122.0030.2013 – Administração de Serviços Gerais

0302 – 31900000 – Aplicações Diretas

0302 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.734,62

0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis

0304 – 33900000 – Aplicações Diretas

0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 6.334,95

0304 – 33930000 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe

0304 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.392,47

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.590,71

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 6.182,31
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remun. Magistério)
 R\$ 2.408,56

0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 210,00
 0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria da Educação
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 500,00
 0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF(Out. Desp. Ensino)
 R\$ 6.790,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remun. Magistério)
 R\$ 55,71
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 419,34
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 13.061,45
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remun. Magistério)
 R\$ 6.755,05
 0505 – GERÊNCIA DE CULTURA
 0505.013.392.0120.2061 – Incentivo a Cultura
 0505 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0505 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 4.000,00
 0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES
 0506.027.812.0132.2068 – Manutenção do Complexo Esportivo
 0506 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0506 – 30000 – Recursos Ordinários
 R\$ 636,77

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 8.897,05
 0901 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0901 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.399,80

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ R\$ 74.454,11 (setenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e onze centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 8.715,57
 0201.004.122.0022.2007 – Manutenção do Gabinete do Vice

Prefeito
 0201 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 200,00

0201.004.124.0024.2009 – Gerenciamento do Controle Interno
 0201 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 169,75

0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0302 – GERÊNCIA DE PATRIMÔNIO
 0302.004.122.0030.2013 – Administração de Serviços Gerais
 0302 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0302 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.734,62
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.004.123.0033.2016 – Manutenção dos Serviços Contábeis
 0304 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 7.392,47
 0304 – 33930000 – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe
 0304 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.334,95

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.590,71
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 6.182,31
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF(Out. Desp. Ensino)
 R\$ 2.408,56
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 210,00
 0501.012.361.0081.2041 – Administração da Secretaria da Educação
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 500,00
 0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF(Out. Desp. Ensino)
 R\$ 6.790,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remun. Magistério)
 R\$ 55,71
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 419,34
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 13.061,45
 0501 – 33900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)
..... R\$ 6.755,05

0505 – GERÊNCIA DE CULTURA

0505.013.392.0120.2061 – Incentivo a Cultura

0505 – 31900000 – Aplicações Diretas

0505 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 4.000,00

0506 – GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0132.2068 – Manutenção do Complexo Esportivo

0506 – 31900000 – Aplicações Diretas

0506 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 636,77

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA

0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA

0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural

0901 – 31900000 – Aplicações Diretas

0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 8.897,05

0901 – 33900000 – Aplicações Diretas

0901 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.399,80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3516 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491916

DECRETO Nº. 3516 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1843 de 14 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais Suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 168.049,49 (cento e sessenta e oito mil quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos) nos programas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 6.059,44

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção Dos Serviços de Atendimento a População

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13801 – Piso atenção Básica - PAB R\$ 67.880,71

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 38.926,99

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção Da Unidade Hospitalar

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 52.861,93

0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico

0602 – 31900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13808 – Epidemiologia e Cont. de Doenças - ECD R\$ 870,42

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 33808 – Epidemiologia e Cont. de Doenças - ECD R\$ 450,00

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0701 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0701.008.244.0180.2101 – Manutenção Dos Serviços de Atendimento a População

0701 – 33900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ R\$ 168.049,49 (cento e sessenta e oito mil quarenta e nove reais e quarenta e nove centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 6.059,44

0602.010.301.0190.2101 – Manutenção Dos Serviços de Atendimento a População

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13801 – Piso atenção Básica - PAB R\$ 39.458,81

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 38.926,99

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13801 – Piso atenção Básica - PAB R\$ 28.421,90

0602.010.302.0191.2103 – Manutenção Da Unidade Hospitalar

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 45.334,79

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 7.527,14

0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico

0602 – 33900000 – Aplicações Diretas

0602 – 13808 – Epidemiologia e Cont. de Doenças - ECD R\$ 870,42

0602 – 44900000 – Aplicações Diretas

0602 – 33808 – Epidemiologia e Cont. de Doenças - ECD R\$ 450,00

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

0701 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

0701.008.244.0180.2101 – Manutenção Dos Serviços de Atendimento a População

0701 – 44900000 – Aplicações Diretas

0701 – 10000 – Recursos Ordinários R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3517 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491918

DECRETO Nº. 3517 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 139.257,87 (cento e trinta e nove mil duzentos e cinquenta e sete reais e oitenta e sete centavos) nos programas abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 33804 – PMAQ R\$ 36.286,54
 0602.010.301.0190.2096 – Manutenção das Atividades do PACS
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 9.085,75
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 11.295,00
 0602.010.301.0190.2101 – Manutenção dos Serviços de Atendimento a População
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 15.573,28
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 18.106,33
 0602.010.302.0191.2103 – Manutenção da Unidade Hospitalar
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 15.000,00
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 33806 – Media Alta Complexidade - MAC R\$ 24.789,81
 0602.010.304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 8.439,66
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 585,00
 0602.010.305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 30200 – Receitas de Impostos - Saúde R\$ 96,50

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3518 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491920

DECRETO Nº. 3518 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre Créditos Suplementares

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 191.671,84 (cento e noventa e um mil seiscentos e setenta e um reais e oitenta e quatro centavos) nos programas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 20.081,50
 0201.004.122.0023.2008 – Manutenção da Assessoria Jurídica
 0201 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 2.708,14
 0300 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 0304 – GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
 0304.028.846.0170.0082 – Pagamento de Servidores Inativos
 0304 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0304 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 99,43
 0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.306.0080.2033 – Manutenção do Programa de Merenda Escolar
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30000 – Recursos Ordinários R\$ 438,21
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 105.226,86
 0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação R\$ 32.532,13
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas

0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 4.500,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré
 -Escola
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 630,66

0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 14.745,00
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 300,00
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Cre-
 che
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 2.085,69
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 30100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 379,50

0900 – SECRETARIA DE AGRICULTURA
 0901 – GERÊNCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 – Assistência ao Produtor Rural
 0901 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0901 – 30000 – Recursos Ordinários
 R\$ 7.944,72

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados,
 decorrerão do Superávit Financeiro verificado no exercício de 2016.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 14 DE DEZEMBRO DE
 2017.
 ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3519 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491922

DECRETO Nº. 3519 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017
 Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atri-
 buições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro
 de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o cré-
 dito adicional suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$
 346.455,68 (trezentos e quarenta e seis mil quatrocentos e cin-
 quenta e cinco reais e sessenta e oito centavos) no programa abai-
 xo discriminado:

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.006.182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública
 0401 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0401 – 11001 – Convênio de Trânsito - Polícia Militar
 R\$ 493,50

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TU-
 RISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério)
 R\$ 42.723,77
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré
 -Escola
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério)
 R\$ 18.032,88
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil - Cre-
 che
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Remu. Magistério)
 R\$ 257.015,55
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out. Desp. Ensino)
 R\$ 28.189,98

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados
 decorrerão do Excesso de Arrecadação verificado no exercício de
 2017.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE DEZEMBRO DE
 2017.
 ARMINDO SESAR TASSI
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra
 VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
 Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3522 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491934

DECRETO Nº. 3522 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017
 Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atri-
 buições legais e de acordo com a Lei nº 1784 de 02 de Dezembro
 de 2017, DECRETA:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir o crédito
 adicional suplementar no Orçamento 2017 no valor de R\$ 1.254,50
 (mil duzentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos) no
 programa abaixo discriminado:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.254,50

Art. 2º. O recurso para atender o crédito acima especificado de-
 correrá da anulação no valor de R\$ R\$ 1.254,50 (mil duzentos e
 cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos), do programa e
 verba abaixo discriminado:

0700 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 0701 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

0701.008.244.0180.2091 – Manutenção das Atividades do CRAS
 0701 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0701 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 1.254,50

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1843 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491929

LEI Nº. 1843 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a Abertura de Crédito Suplementar.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais Suplementares no Orçamento 2017 no valor de R\$ 191.095,12 (cento e noventa e um mil noventa e cinco reais e doze centavos) nos programas abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 70.000,00
 0501.012.365.0091.2049 – Manutenção da Educação Infantil Pré-Escola
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 10.000,00
 0501.012.365.0096.2053 – Manutenção da Educação Infantil Creche
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 10100 – Receitas de Impostos - Educação
 R\$ 100.000,00
 0501 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11800 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Rem. Magistério)
 R\$ 11.095,12

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados decorrerão da anulação no valor de R\$ R\$191.095,12 (cento e noventa e um mil noventa e cinco reais e doze centavos), dos programas e verbas abaixo discriminados:

0200 – GABINETE DO PREFEITO
 0201 – GABINETE DO PREFEITO
 0201.004.0122.0020.2005 – Manutenção do Gabinete do Prefeito
 0201 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0201 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 30.000,00

0400 – SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401 – GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
 0401.006.0182.0040.2017 – Manutenção da Segurança Pública
 0401 – 339000000 – Aplicações Diretas

0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.246,40
 0401.006.0182.0042.2019 – Sinalização de Vias
 0401 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 3.124,50

0401.015.0451.0050.1020 – Pavimentação de Vias
 0401 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0401 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 23.484,96

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO
 0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0083.2043 – Manutenção do Transporte Escolar Fundamental
 0501 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0501 – 11900 – Transf. FUNDEB/FUNDEF (Out.Desp.Ensino)
 R\$ 11.095,12

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 0602 – GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
 0602.010.0301.0190.2095 – Manutenção das Atividades da Estratégia da Família
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 80.000,00
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 2.011,91
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 5.207,50
 0602.010.0301.0190.2101 – Manutenção do Serviço de Atendimento a População
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 5.997,30
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 5.743,91
 0602.010.0304.0192.2104 – Promoção da Vigilância Sanitária
 0602 – 319000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 10.000,00
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10000 – Recursos Ordinários
 R\$ 2.152,07
 0602.010.0305.0192.2105 – Promoção e Controle Epidemiológico
 0602 – 339000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 5.906,95
 0602 – 449000000 – Aplicações Diretas
 0602 – 10200 – Receitas de Impostos - Saúde
 R\$ 3.124,50

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LEI Nº. 1848 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1491931

LEI Nº. 1848 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe Sobre Alteração da Lei Nº. 1823 De 01 De Agosto De 2017 e Seus Anexos, e Dá Outras Providências.

ARMINDO SESAR TASSI, Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Ajusta a estimativa das Receitas e as Despesas Orçamentárias, Metas e Ações da Lei Municipal n. 1823 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018, na forma dos anexos que acompanham a presente lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

ARMINDO SESAR TASSI

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Matos Costa**PREFEITURA****PORTARIA 119/2018**

Publicação Nº 1491651

PORTARIA Nº 119/2018 – De 09 de Janeiro de 2018.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora DAIANA DO NASCIMENTO MARTINS, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de COORDENADOR DE PROGRAMAS AGRÍCOLAS.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 09 de Janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº004/2018

Publicação Nº 1492230

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo nº: 005/2018
Modalidade: Pregão Presencial nº 004/2018
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM ASSESSORIA PSICOPEDAGÓGICA.
Entrega dos Envelopes: 07:30 horas do dia 30 de janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 07:45 horas do dia 30 de janeiro de 2018.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07h:00min às 13h:00min, ou a qualquer horário pelo site www.modelo.sc.gov.br Modelo/SC 16 de janeiro de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

DECRETO 021/2018

Publicação Nº 1492712

Decreto nº 021/2018 de 17/01/18
Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 1995/2017, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 1995/2017, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA DAR CONTINUIDADE AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA MUNICIPALIDADE, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
ANDERSON BOLIS E CIA LTDA ME	6.646,80
SCS COMERCIO LTDA	3.412,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quarta-Feira, 17 de janeiro de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO
Depto. de Licitações

DECRETO Nº 019/2018

Publicação Nº 1492453

DECRETO Nº 019/2018 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILVANA ALBANI E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentada pela Servidora,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 18.01.2018, a Servidora SILVANA ALBANI, do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde ESF, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: A servidora manterá suas atividades laborais até 17.01.2018, afastando-se do cargo a partir de 18 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Em decorrência da exoneração de que trata este Decreto, fica declarado vago o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, na forma prevista no art. 35 da Lei Municipal 1.513/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Modelo.

Art. 3º - Fica autorizado o pagamento do Prêmio Assiduidade concedido pela Portaria nº 007/2018 nos cálculos rescisórios, conforme requerido e a que faz jus.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 16 de janeiro de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

SILVANA ALBANI

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EDITAL 001/2018 CONVOCAÇÃO ESCOLHA DE VAGAS EDUCAÇÃO ACT 2018

Publicação Nº 1491944

PREFEITURA MUNICIPAL DE MODELO
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 001/2018 – CONVOCAÇÃO E CHAMAMENTO DE CARACTER TEMPORARIO PARA ESCOLHA DE VAGAS DO QUADRO DE ACT DA REDE MUNIPAL DE ENSINO, PARA O ANO DE 2018.

A Diretora do Departamento Municipal de Educação, JUSSANE MARCANSONI TOSETO FRANDOLOSO, CONVOCA os professores classificados no Teste Seletivo nº 001/2016 da Prefeitura Municipal de Modelo (SC) da rede municipal de ensino, para a escolha de aulas com chamamento de caráter temporário do quadro de vagas do Ensino Fundamental, Educação Infantil, Artes e Educação Física, conforme as datas e condições que segue: dia 30 de janeiro de 2018 no horário das 08:30 horas nas dependências do Departamento Municipal de Educação, na Rua Cristovão Colombo,360.

A escolha de aulas do professor ACT se dará conforme o quadro de vagas e horários a serem divulgados posteriormente.

Modelo(SC),11 de janeiro de 2018
JUSSANE M. T. FRANDOLOSO
Diretora Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009-2018 HORA MÁQUINA - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1491910

Extrato de Contrato nº 009/2018
Processo Licitatório nº 772/2017
Pregão Presencial nº 036/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, CNPJ nº 09.344.389/0001-67
Valor: R\$ 7.410,00
Assinado em: 03/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RETRO ESCAVADEIRA TRACADA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010-2018 HORA MÁQUINA - NC TRANSPORTES

Publicação Nº 1491915

Extrato de Contrato nº 010/2018
Processo Licitatório nº 772/2017
Pregão Presencial nº 036/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: N C TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 14.429.601/0001-29
Valor: R\$ R\$ 30.028,84
Assinado em: 03/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRAS E

CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO PARA ATENDER AS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGEM DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011-2018 - SÊMEM BOVINO - FÁBRIO RECKZIEGEL EPP

Publicação Nº 1491917

Extrato de Contrato nº 011/2018
Processo Licitatório nº 583/2017
Pregão Presencial nº 034/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: FÁBIO JOSÉ RECKZIEGEL EPP, CNPJ nº 10.369.055/0001-27
Valor: R\$ R\$ 1.700,00
Assinado em: 03/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 012-2018 - SERVIÇOS DE MECÂNICA - IDROMOL

Publicação Nº 1491919

Extrato de Contrato nº 012/2018
Processo Licitatório nº 1125/2017
Pregão Presencial nº 046/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: IDROMOL INDÚSTRIA MECÂNICA LTDA ME - EPP, CNPJ nº. 01.647.128/0001-04
Valor: R\$ R\$ 13.850,00
Assinado em: 03/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DOS DEPARTAMENTOS DA AGRICULTURA E DMER

Modelo/SC, 03 de janeiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 013-2018 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LEZ

Publicação Nº 1491921

Extrato de Contrato nº 013/2018
Processo Licitatório nº 1061/2017
Pregão Presencial nº 045/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ nº. 15.345.797/0001-36
Valor: R\$ R\$ 11.925,95

Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, PORTADORA DE CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC) NA CELESC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS COM HOMOLOGAÇÃO TÉCNICA ATRAVÉS DE ENSAIOS NA CELESC

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 014-2018 - MATERIAL DE EXPEDIENTE - JP EQUIPAMENTOS LTDA

Publicação Nº 1491923

Extrato de Contrato nº 014/2018
Processo Licitatório nº 1777/2017
Pregão Presencial nº 036/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: JPEQUIPAMENTOSLTDA ME, CNPJ nº 13.772.057/0001-50
Valor: R\$ R\$ 413,00
Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: aquisição de material de expediente destinado ao departamento de administração do município de Modelo,

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 015-2018 - INSEMINAÇÃO - NELSON WEBER

Publicação Nº 1491925

Extrato de Contrato nº 015/2018
Processo Licitatório nº 518/2017
Pregão Presencial nº 030/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: NELSON DARI WEBER, CPF sob nº 777.611.469-34
Valor: R\$ R\$ 19.200,00
Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL EM GADO LEITEIRO E DE CORTE, PARA O REBANHO DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO, FICANDO RESPONSÁVEL PELO ATENDIMENTO, TRANSPORTE E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE CONFORMIDADE COM OS ENCAMINHAMENTOS E SOLICITAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016-2018 - SERVIÇOS DE LAVAGEM E BORRACHARIA - JOSÉ EDGAR UTZIG

Publicação Nº 1491927

Extrato de Contrato nº 016/2018
Processo Licitatório nº 937/2017
Pregão Presencial nº 042/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: JOSÉ EDGAR UTZIG - ME, CNPJ nº 08.256.057/0007-68

Valor: R\$ R\$ 38.451,50

Assinado em: 04/01/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE BORRACHARIA E LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E CAMINHÕES PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017-2018 - TUBOS DE CONCRETO - ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO

Publicação Nº 1491928

Extrato de Contrato nº 017/2018
Processo Licitatório nº 1950/2017
Pregão Presencial nº 068/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA, CNPJ nº 13.079.750/0001-42
Valor: R\$ R\$ 46.420,00
Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: aquisição de tubos de concreto e meio fio pré-moldado, destinados ao Departamento de Obras e Serviços Urbanos e Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, que serão usados nas obras existentes e futuras, onde sejam necessários o emprego destes materiais, de acordo com o termo de referência, ANEXO I do edital

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 018-2018 - TUBOS DE CONCRETO - PRE MOLDADOS MARAVILHA

Publicação Nº 1491930

Extrato de Contrato nº 018/2018
Processo Licitatório nº 1950/2017
Pregão Presencial nº 068/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: PRÉ-MOLDADOS MARAVILHA LTDA - EPP, CNPJ nº 86.739.364/0001-03
Valor: R\$ R\$ 10.720,00
Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: aquisição de tubos de concreto e meio fio pré-moldado, destinados ao Departamento de Obras e Serviços Urbanos e Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, que serão usados nas obras existentes e futuras, onde sejam necessários o emprego destes materiais, de acordo com o termo de referência, ANEXO I do edital

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 019-2018 - PERFURAÇÕES E DETONAÇÕES THEISEN

Publicação Nº 1491932

Extrato de Contrato nº 019/2018
Processo Licitatório nº 1181/2017
Pregão Presencial nº 048/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: THEISEN DETONAÇÕES LTDA ME, CNPJ nº 10.296.926/0001-20
Valor: R\$ R\$ 57.300,00
Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, realizados com perfuratriz sobre esteiras (broca de 2,5 polegadas) e martelinho pneumático (broca de 01 polegada) a serem realizados em diversos lugares no município, conforme solicitação do Departamento de DMER e Obras e Serviços Urbanos

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

Art.2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Modelo- SC, 16 de janeiro de 2018.
Gilnei Vogel
Presidente do CMDCA
Modelo-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020-2018 - CONSTRUÇÃO DE MURO - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1491933

Extrato de Contrato nº 020/2018
Processo Licitatório nº 1439/2017
Pregão Presencial nº 055/2017
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11
Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – EPP, CNPJ n.º 09.344.389/0001-67
Valor: R\$ R\$ 20.347,70
Assinado em: 04/01/2018
Vigente até: 31/12/2018
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO, DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS LIMPEZA PÚBLICA E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO.

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 03/2018 CMDCA

Publicação Nº 1492470

Estado de Santa Catarina
Município de Modelo
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 03/2018

Gilnei Roberto Vogel, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Modelo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público que a Sra. SILVANA ALBANI, brasileira, portadora do CPF nº 053.898.559-30, RG nº 5.245.434-7, residente e domiciliada no Município de Modelo-SC, assume a partir do dia 18 de janeiro de 2018 a vaga de Conselheira Tutelar Titular do município de Modelo - SC.

Mondaí

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA 01

Publicação Nº 1492434

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal em Exercício de Mondaí, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica Municipal no art. 24, I, objetivando principalmente atender ao disposto na Lei Municipal 3.479, de 17 de janeiro de 2012, que fixou o mês de janeiro como a data base para a concessão da revisão geral anual aos servidores municipais de Mondaí, ainda, promover os ajustes necessários para revisar o valor pagos aos estudantes estagiários, tanto do ensino médio como para o ensino superior, nos termos da Lei Municipal nº. 3.108, de 25 de abril de 2005, CONVOCA Sessão Legislativa Extraordinária do Poder Legislativo mondaíense para o período compreendido entre 17 e 26 de janeiro 2018, a fim de deliberar sobre matéria que atende a dispositivos legais e de interesse dos servidores do Município, que será encaminhada à Câmara de Vereadores para apreciação.

Com o acima exposto torna público a quem interessar o objeto do presente edital e, para que tenha validade, será encaminhado à Câmara de Vereadores, afixado em local público nesta data e divulgado posteriormente nos meios de comunicação.

Mondaí, 16 de janeiro de 2018.
Alzir Slaviero
Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO TP Nº 001/2018 - PMM

Publicação Nº 1492340

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 008/2018

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS nº. 001/2018

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2018.

TIPO: Menor Preço, com adjudicação por ITEM. OBJETO: Contratação de empresas para execução dos serviços de manutenção da SCT 283 – Beira Rio, trecho entre os Km 190,70 ao 218, numa extensão de 28Km, “mediante a extração, carga e descarga de seixo”, nos termos do Convênio nº 2017TR001622, firmado entre a Secretaria de Estado da Infraestrutura e o Município de Mondaí, conforme plano de trabalho, planilhas orçamentárias e de acordo com a especificação constante na relação dos itens da licitação (Anexo I). Entrega dos envelopes de documentos e proposta até as 08h00min do dia 01/02/2018. Abertura da Sessão Pública às 08h15min do dia 01/02/2018. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI (SC), 15 de janeiro de 2018.

ALZIR SLAVIERO - Prefeito Municipal em Exercício

Monte Castelo

PREFEITURA

RGF 3 QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO I

Publicação Nº 1492235

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.081.499,17	0,00
Pessoal Ativo	10.764.608,91	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	316.890,26	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.081.499,17	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	24.862.375,94	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	24.862.375,94	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	11.081.499,17	44,57
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.917.425,56	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.171.554,28	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	13.425.683,00	54,00

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4



RGF 3 QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO II

Publicação Nº 1492236

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.940.631,76	3.388.429,07	4.681.704,77	4.235.072,34
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	88.457,28	1.086.799,10	2.702.580,78	2.655.232,56
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	55.234,76	1.057.375,13	2.677.002,57	2.633.541,98
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	55.234,76	1.057.375,13	2.677.002,57	2.633.541,98
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	33.222,52	29.423,97	25.578,21	21.690,58
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	568.042,11	197.935,10	172.182,74	78.002,41
Outras Dívidas	2.284.132,37	2.103.694,87	1.806.941,25	1.501.837,37
DEDUÇÕES (II)	794.540,13	2.739.971,25	3.678.345,49	2.867.451,08
Disponibilidade de Caixa	788.217,04	2.727.565,49	3.670.290,44	2.863.679,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.392.840,86	2.884.725,57	3.829.991,21	2.909.105,10
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	604.623,82	157.160,08	159.700,77	45.425,66
Demais Haveres Financeiros	6.323,09	12.405,76	8.055,05	3.771,64
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	2.146.091,63	648.457,82	1.003.359,28	1.367.621,26
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.160.044,32	23.019.052,11	24.743.531,55	24.862.375,94
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	13,27%	14,72%	18,92%	17,03%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	9,68%	2,82%	4,06%	5,50%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	26.592.053,18	27.622.862,53	29.692.237,86	29.834.851,13
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	23.932.847,87	24.860.576,28	26.723.014,07	26.851.366,02
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	55.176,52	106.133,60	170.446,12	56.685,69
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.938.396,36	1.478.738,60	731.203,41
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Monte Castelo, 10/01/2018

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

FONTE:

RGF 3 QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO III

Publicação Nº 1492239

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.160.044,32	23.019.052,11	24.743.531,55	24.862.375,94
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.875.209,75	5.064.191,46	5.443.576,94	5.469.722,71
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.387.688,78	4.557.772,31	4.899.219,25	4.922.750,44

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RGF 3 QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO IV

Publicação Nº 1492241

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	24.862.375,94	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	3.977.980,15	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.580.182,14	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.740.366,32	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	2.873.524,01
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	2.873.524,01
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
 Prefeito Municipal

Aline Carvalho
 CRCSC037011/O-4

RGF 3 QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO V

Publicação Nº 1492243

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										RS 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.592.431,33	0,00	0,00	0,00	23.764,15	0,00	1.568.667,18	26.370,97	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	24.647,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.647,10	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	145.050,12	0,00	0,00	0,00	880,21	0,00	144.169,91	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	261,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	261,06	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	1.422.473,05	0,00	0,00	0,00	22.883,94	0,00	1.399.589,11	26.370,97	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.320.445,41	45.121,60	304,06	0,00	32.921,54	0,00	1.242.098,21	704.832,44	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	11.818,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.818,30	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	1.308.627,11	45.121,60	304,06	0,00	32.921,54	0,00	1.230.279,91	704.832,44	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.912.876,74	45.121,60	304,06	0,00	56.885,69	0,00	2.810.765,39	731.203,41	0,00	0,00

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RGF 3 QUADRIMESTRE 2017 - ANEXO VI

Publicação Nº 1492245

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	24.862.375,94	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.081.499,17	44,57
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	14.917.425,56	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	14.171.554,29	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	1.367.621,26	5,50
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	29.834.851,13	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	5.469.722,71	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.977.980,15	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.740.366,32	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	731.203,41	2.810.765,39

FONTE:

Monte Castelo, 16/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
 Prefeito Municipal

Aline Carvalho
 CRCSC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO I

Publicação Nº 1492247

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1,00
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		21.846.239,58	21.846.239,58	4.599.513,24	21,05	25.455.217,10	116,52	-3.608.977,52
RECEITAS CORRENTES		21.839.224,58	21.839.224,58	4.554.009,77	20,85	24.982.375,94	113,84	-3.023.151,36
RECEITA TRIBUTÁRIA		3.287.614,00	3.287.614,00	1.077.505,67	32,77	6.064.487,78	184,46	-2.776.873,78
IMPOSTOS		2.836.152,00	2.836.152,00	1.071.441,12	37,78	5.858.753,37	206,57	-3.022.601,37
TAXAS		398.222,00	398.222,00	6.064,55	1,52	205.734,41	51,66	192.487,59
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		53.240,00	53.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	53.240,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		306.130,00	306.130,00	56.053,99	18,31	320.738,40	104,77	-14.608,40
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		306.130,00	306.130,00	56.053,99	18,31	320.738,40	104,77	-14.608,40
RECEITA PATRIMONIAL		160.854,10	160.854,10	18.793,36	11,68	182.373,86	113,38	-21.519,76
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		140.889,10	140.889,10	18.793,36	13,34	182.373,86	129,44	-41.484,76
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS		19.965,00	19.965,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.965,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		21.296,00	21.296,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.296,00
RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL		10.648,00	10.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.648,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS		10.648,00	10.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.648,00
RECEITA DE SERVIÇOS		39.930,00	39.930,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.930,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		17.292.581,39	17.292.581,39	3.376.701,93	19,53	18.106.224,96	104,71	-813.643,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		16.940.218,24	16.940.218,24	3.372.699,25	19,91	17.485.913,81	103,22	-545.695,57
TRANSF. DE PESSOAS		6.655,00	6.655,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.655,00
TRANSF. DE CONV.		345.708,15	345.708,15	4.002,68	1,16	620.311,15	179,43	-274.603,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		730.819,09	730.819,09	24.954,82	3,41	188.550,94	25,80	542.268,15
MULTAS E JUROS DE MORA		127.634,09	127.634,09	8.291,89	6,50	61.845,45	48,46	65.788,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		30.855,00	30.855,00	4.142,16	13,42	13.676,39	44,32	17.178,61
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		306.130,00	306.130,00	4.571,51	1,49	51.434,94	16,80	254.695,06
RECEITAS DIVERSAS		266.200,00	266.200,00	7.949,26	2,99	61.594,16	23,14	204.605,84
RECEITAS DE CAPITAL		7.015,00	7.015,00	45.503,47	648,66	592.841,16	8.451,05	-585.826,16
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	105.370,15	0,00	-105.370,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00	105.370,15	0,00	-105.370,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		7.015,00	7.015,00	45.503,47	648,66	487.471,01	6.948,98	-480.456,01
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		7.015,00	7.015,00	45.503,47	648,66	487.471,01	6.948,98	-480.456,01
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		21.846.239,58	21.846.239,58	4.599.513,24	21,05	25.455.217,10	116,52	-3.608.977,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.846.239,58	21.846.239,58	4.599.513,24	21,05	25.455.217,10	-3.608.977,52
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	21.846.239,58	21.846.239,58	4.599.513,24	21,05	25.455.217,10	-3.608.977,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	—	—	—	410.766,94	—
Superávit Financeiro	—	567.021,72	—	—	410.766,94	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOSA PAGAR NÃO PROCESSADOS ²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.846.239,58	26.780.160,93	4.807.903,02	24.319.182,43	2.460.978,50	5.598.704,15	23.587.979,02	3.192.181,91	23.587.674,96	731.203,41
DESPESAS CORRENTES	20.414.745,66	23.010.305,35	3.555.409,82	21.023.100,68	1.987.204,67	4.650.423,72	20.934.828,48	2.075.476,87	20.934.524,42	88.272,20
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.570.029,60	11.788.314,20	2.282.903,20	11.178.285,73	610.028,47	2.442.878,94	11.178.285,73	610.028,47	11.177.981,67	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00	62.000,00	6.567,86	58.292,45	3.707,55	9.135,05	58.292,45	3.707,55	58.292,45	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.774.716,06	11.199.991,15	1.265.938,76	9.786.522,50	1.373.468,65	2.198.409,73	9.698.290,30	1.461.740,85	9.698.250,30	88.272,20
DESPESAS DE CAPITAL	1.416.483,92	3.764.855,58	1.252.493,20	3.296.081,75	458.773,83	948.280,43	2.653.150,54	1.101.705,04	2.653.150,54	642.931,21
INVESTIMENTOS	946.493,92	2.555.255,58	1.101.014,00	2.101.667,87	453.587,71	770.612,78	1.458.736,66	1.096.518,92	1.458.736,66	642.931,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	470.000,00	1.199.600,00	151.479,20	1.194.413,88	5.186,12	177.667,65	1.194.413,88	5.186,12	1.194.413,88	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.846.239,58	26.780.160,93	4.807.903,02	24.319.182,43	2.460.978,50	5.598.704,15	23.587.979,02	3.192.181,91	23.587.674,96	731.203,41
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS*
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)	(k)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.846.239,58	26.780.160,93	4.807.903,02	24.318.182,43	2.460.978,50	5.598.704,15	23.587.979,02	3.192.181,91	23.587.674,96	731.203,41
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.136.034,67	—	—	1.867.238,08	—	1.867.542,14	24.724.013,69
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.846.239,58	26.780.160,93	4.807.903,02	25.455.217,10	—	5.598.704,15	25.455.217,10	—	25.455.217,10	25.455.217,10
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

Monte Castelo, 16/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

João Rafael Fianco
Resp.Financeiro

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO II

Publicação Nº 1492251

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (e-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		%	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)										
Legislativa	21.846.239,58	26.780.180,93	4.807.903,02	24.319.182,43	100,00	5.598.704,15	23.587.979,02	100,00	3.192.181,91	731.203,41
Ação Legislativa	920.000,00	1.008.000,00	157.949,26	967.490,44	3,98	179.519,78	967.490,44	4,10	40.509,56	0,00
Administração	3.418.285,00	3.657.761,66	561.235,65	3.467.537,77	14,26	179.519,78	967.490,44	4,10	40.509,56	0,00
Administração Geral	3.127.000,00	3.346.496,66	500.135,61	3.175.847,25	13,06	170.649,41	674.212,36	13,22	228.175,64	57.526,23
Administração Financeira	291.285,00	311.265,00	61.100,04	291.690,52	1,20	19.574,48	291.690,52	1,24	19.574,48	0,00
Segurança Pública	69.571,09	305.634,64	197.070,73	220.660,02	0,91	84.974,62	4.969,34	0,08	287.166,01	202.191,39
Policimento	56.571,09	304.058,49	196.317,59	219.083,87	0,90	84.974,62	3.626,20	0,07	287.166,01	202.191,39
Defesa Civil	13.000,00	1.576,15	753,14	1.576,15	0,01	-0,00	1.343,14	0,01	-0,00	0,00
Assistência Social	1.093.545,25	1.125.431,62	100.400,46	684.450,80	2,81	440.980,82	147.478,18	2,90	440.980,82	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	7.010,00	7.968,48	474,24	6.165,12	0,03	1.793,36	1.422,72	0,03	1.793,36	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	50.000,00	0,00	6.840,00	0,03	43.160,00	1.710,00	0,03	43.160,00	0,00
Assistência Comunitária	1.036.535,25	1.067.473,14	96.926,22	671.445,68	2,76	396.027,46	144.345,46	2,85	396.027,46	0,00
Saúde	5.117.783,94	7.023.684,50	891.692,83	6.070.138,38	24,96	963.546,12	1.219.504,84	25,61	981.819,09	28.272,97
Atenção Básica	4.745.527,46	6.318.050,87	844.113,31	5.541.428,19	22,79	876.622,68	1.121.726,18	23,37	904.895,65	28.272,97
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	188.981,48	408.793,79	23.096,54	371.296,98	1,53	37.494,81	65.139,63	1,57	37.494,81	0,00
Vigilância Sanitária	12.000,00	15.133,54	-2.364,94	7.059,60	0,03	8.073,94	95,52	0,03	8.073,94	0,00
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	33.120,47	2.760,67	21.126,35	0,09	11.994,12	4.884,20	0,09	11.994,12	0,00
Alimentação e Nutrição	130.275,00	132.595,83	24.087,25	129.225,26	0,53	3.360,57	28.059,31	0,55	3.360,57	0,00
Saneamento Básico Urbano	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00
Educação	5.390.377,10	7.517.905,54	2.177.841,93	7.177.763,39	29,51	340.142,15	6.734.550,57	28,55	783.354,97	443.212,82
Educação Fundamental	5.037.102,10	6.949.211,20	2.054.213,83	6.335.429,65	26,05	313.781,55	5.896.591,83	25,00	752.619,37	438.837,82
Educação Médio	11.000,00	1.400,00	0,00	1.400,00	0,01	0,00	1.400,00	0,01	0,00	0,00
Educação Superior	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	309.275,00	581.919,34	126.853,38	573.586,43	2,36	8.332,91	138.646,75	2,43	8.332,91	0,00
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	17.000,00	285.375,00	-3.425,28	267.347,31	1,10	18.027,69	262.972,31	1,11	22.402,69	4.375,00
Cultura	700.000,00	557.000,00	19.065,96	555.202,60	2,28	1.797,40	555.202,60	2,35	1.797,40	0,00
Diffusão Cultural	700.000,00	557.000,00	19.065,96	555.202,60	2,28	1.797,40	555.202,60	2,35	1.797,40	0,00
Urbanismo	462.132,00	387.492,61	65.946,48	381.394,75	1,57	6.097,86	381.394,75	1,62	6.097,86	0,00
Infra-Estrutura Urbana	90.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Serviços Urbanos	372.130,00	387.480,61	65.946,48	381.394,75	1,57	6.095,86	381.394,75	1,62	6.095,86	0,00
Habituação	160.002,00	160.002,00	8.349,15	77.356,20	0,32	82.645,80	77.356,20	0,33	82.645,80	0,00
Habituação Rural	15.001,00	15.001,00	0,00	0,00	0,00	15.001,00	0,00	0,00	15.001,00	0,00
Habituação Urbana	145.001,00	145.001,00	8.349,15	77.356,20	0,32	67.644,80	77.356,20	0,33	67.644,80	0,00
Saneamento	50.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	50.002,00	2,00	0,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Gestão Ambiental	165.000,00	131.927,20	21.050,02	82.768,40	0,34	49.158,80	82.768,40	0,35	49.158,80	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	165.000,00	131.927,20	21.050,02	82.768,40	0,34	49.158,80	82.768,40	0,35	49.158,80	0,00
Agricultura	275.277,00	249.952,29	23.466,51	245.393,27	1,01	4.559,02	245.393,27	1,04	4.559,02	0,00
Extensão Rural	275.277,00	249.952,29	23.466,51	245.393,27	1,01	4.559,02	245.393,27	1,04	4.559,02	0,00

Continua 1:

3

2

Continuação 2/:

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.846.239,58	26.780.160,93	4.807.903,02	24.319.182,43	100,00	2.460.978,50	5.598.704,15	23.587.979,02	100,00	3.192.181,91	731.203,41
Comércio e Serviços	150.000,00	70.000,00	12.711,22	64.126,94	0,26	5.873,06	13.674,12	64.126,94	0,27	5.873,06	0,00
Turismo	150.000,00	70.000,00	12.711,22	64.126,94	0,26	5.873,06	13.674,12	64.126,94	0,27	5.873,06	0,00
Transporte	2.905.584,20	2.753.510,76	346.190,75	2.564.713,92	10,55	188.796,84	525.247,35	2.564.713,92	10,87	188.796,84	0,00
Transporte Rodoviário	2.905.584,20	2.753.510,76	346.190,75	2.564.713,92	10,55	188.796,84	525.247,35	2.564.713,92	10,87	188.796,84	0,00
Desporto e Lazer	80.000,00	80.000,00	2.562,88	54.538,40	0,22	25.461,60	6.193,33	54.538,40	0,23	25.461,60	0,00
Desporto Comunitário	80.000,00	80.000,00	2.562,88	54.538,40	0,22	25.461,60	6.193,33	54.538,40	0,23	25.461,60	0,00
Encargos Especiais	873.700,00	1.736.856,11	220.569,19	1.705.647,15	7,01	31.208,96	274.638,87	1.705.647,15	7,23	31.208,96	0,00
Serviço da Dívida Interna	540.000,00	1.261.600,00	158.047,06	1.252.706,33	5,15	8.893,67	186.802,70	1.252.706,33	5,31	8.893,67	0,00
Outros Encargos Especiais	333.700,00	475.256,11	62.522,13	452.940,82	1,86	22.315,29	87.836,17	452.940,82	1,92	22.315,29	0,00
Reserva de Contingência	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Reserva de Contingência	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	21.846.239,58	26.780.160,93	4.807.903,02	24.319.182,43	100,00	2.460.978,50	5.598.704,15	23.587.979,02	100,00	3.192.181,91	731.203,41

FONTE:

Monte Castelo, 16/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
 Prefeito Municipal

Aline Carvalho
 CRCSC037011/O-4

João Rafael Fianco
 Resp.Financeiro

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por consar no orçamento.

2

1

-
-

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO III

Publicação Nº 1492252

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RREO - ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00
	ESPECIFICAÇÃO												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agv/2017	Sep/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.843.849,88	2.057.238,83	2.245.854,34	2.107.396,68	2.516.306,75	2.388.244,98	2.278.178,62	2.446.088,47	2.210.810,42	2.296.666,80	2.140.552,29	2.852.367,49	27.385.555,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	185.302,62	295.444,65	682.598,23	509.909,46	678.633,59	541.734,97	380.985,24	496.552,43	625.927,52	640.033,50	547.817,71	530.323,96	3.287.814,00
IRPJ	12.782,89	31.976,48	183.204,84	148.022,01	14.542,42	14.524,43	10.694,55	12.972,00	1.471,77	27.902,29	1.483,79	8.188,10	308.191,57
I.S.S.	149.631,69	202.013,79	372.196,50	474.699,17	624.682,99	501.277,17	329.983,43	489.263,67	569.977,57	546.746,74	512.383,69	460.047,18	5.162.895,99
I.T.B.I.	5.700,30	5.370,91	2.944,11	720,00	22.956,43	8.812,10	3.417,31	7.447,18	7.499,97	2.200,00	1.052,76	1.792,00	66.592,07
I.R.R.F.	4.436,84	8.365,15	16.189,62	7.303,42	7.900,10	8.522,32	7.041,51	7.098,99	52.179,12	81.643,07	28.344,45	58.149,15	287.163,74
Outras Receitas Tributárias	12.740,50	47.716,32	76.021,16	12.584,05	8.792,65	8.596,35	9.988,44	10.800,59	5.852,99	4.693,40	3.917,02	2.147,53	205.794,41
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	25.226,05	25.869,24	23.743,86	31.420,51	25.665,51	27.571,44	26.520,68	26.279,05	26.796,33	25.301,74	27.851,66	28.202,33	306.130,00
RECEITA PATRIMONIAL	12.357,31	14.645,89	30.203,64	11.763,40	18.521,08	16.034,48	17.725,25	15.134,47	14.272,10	12.632,88	10.115,31	8.678,05	160.854,10
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.612.862,27	1.708.597,33	1.521.559,63	1.533.348,83	1.783.177,17	1.771.421,44	1.658.802,37	1.893.868,96	1.532.401,76	1.596.713,27	1.547.052,75	2.288.558,19	19.960.371,79
Cota-Parte do FPM	597.723,59	714.696,63	447.592,93	538.743,28	612.246,57	564.316,40	728.619,34	484.289,46	415.036,96	470.355,00	483.793,06	900.845,06	7.700.000,00
Cota-Parte do ICMS	478.707,38	427.120,44	447.526,77	464.800,05	425.252,09	446.643,51	444.849,53	454.074,84	497.124,29	483.603,25	477.593,44	511.178,70	4.840.000,00
Cota-Parte do IRPJ	25.285,04	33.936,41	49.446,14	40.774,26	49.791,10	52.529,51	57.518,82	55.268,10	38.980,21	31.522,86	33.408,92	17.569,69	479.160,00
Cota-Parte do ITR	12.309,48	162,94	526,23	610,41	677,45	607,67	1.887,02	3.731,78	13.957,05	63.729,41	1.336,12	1.336,12	121.000,00
Outras Transferências Correntes	287.459,34	289.362,53	307.576,23	212.103,45	429.521,79	430.900,83	367.141,46	619.894,21	284.954,80	259.982,06	254.189,23	507.421,88	3.789.559,79
Transferências de LC 61/1989	4.534,17	7.653,11	5.221,45	6.304,93	5.915,79	5.953,79	6.681,80	6.252,60	6.676,51	8.428,43	6.882,29	9.495,57	93.170,00
Transferências de LC 87/1996	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	1.636,79	29.282,00
Transferências do FUNDEB	284.336,48	253.538,48	261.253,09	287.375,65	288.136,59	288.832,94	251.467,59	286.720,76	274.033,45	292.432,67	286.075,38	289.075,38	2.928.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.071,73	12.681,72	17.698,98	20.954,48	10.119,40	32.482,95	14.145,08	14.553,96	11.412,71	21.785,41	8.350,86	16.603,96	730.819,09
DEDUÇÕES (II)	215.132,26	238.105,89	190.547,85	210.773,76	219.103,53	214.336,14	189.681,67	203.060,50	194.682,51	208.855,49	201.183,98	237.716,03	2.687.790,40
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	215.132,26	238.105,89	190.547,85	210.773,76	219.103,53	214.336,14	189.681,67	203.060,50	194.682,51	208.855,49	201.183,98	237.716,03	2.687.790,40
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.628.717,62	1.819.132,94	2.055.306,49	1.896.622,92	2.297.203,22	2.174.908,84	2.088.496,95	2.243.027,97	2.016.127,91	2.087.811,31	1.938.368,31	2.614.651,46	21.838.224,58

FONTE

Monte Castelo, 16/01/2018

Aline Carvalho
CRCSC0307011C-4
Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO IV

Publicação Nº 1492253

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Contín

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								
0,00								
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
APORTES REALIZADOS								
0,00								
0,00								
0,00								
0,00								
PERÍODO DE REFERÊNCIA								
20172016								
0,000,00								
0,000,00								
0,000,00								
0,000,00								
BENS E DIREITOS DO RPPS								
Caixa e equivalentes de caixa								
Investimentos e Aplicações								
Outros Bens e Direitos								
0,000,00								
0,000,00								
0,000,00								

Continua 2/3

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuar

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Madaleros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO IX

Publicação Nº 1492264

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		0,00	105.370,15		-105.370,15
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.754.855,58	3.296.081,75	2.653.150,54	642.931,21	458.773,83
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.754.855,58	3.296.081,75	2.653.150,54	642.931,21	458.773,83
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-3.754.855,58	-3.190.711,60	-	-	-564.143,98

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC-SC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO V

Publicação Nº 1492255

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)	R\$ 1,00	<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
			Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Out 2017 (B)	Em 31 Dez 2017 (C)
		DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.940.631,76	4.457.214,07	4.235.072,34
		DEDUÇÕES (II)	794.540,13	3.784.758,23	2.867.451,08
		Disponibilidade de Caixa	788.217,04	3.778.736,50	2.863.679,44
		Disponibilidade de Caixa Bruta	1.392.840,86	3.944.070,89	2.909.105,10
		(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	604.623,82	165.334,39	45.425,66
		Demais Haveres Financeiros	6.323,09	6.021,73	3.771,64
		DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.146.091,63	672.455,84	1.367.621,26
		RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
		PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	187.724,00	0,00	0,00
		DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.958.367,63	672.455,84	1.367.621,26

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2017 (VIc - VIa)
VALOR	695.165,42	-590.746,37

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-303.246,10

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO VI

Publicação Nº 1492256

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS				
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016			
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.698.335,48	24.680.002,08	21.939.526,41			
Receita Tributária	3.287.614,00	6.064.487,78	2.397.461,28			
I.P.T.U.	322.102,00	309.151,57	253.434,93			
I.S.S.	2.063.050,00	5.192.885,99	1.648.156,75			
I.T.B.I.	198.000,00	69.552,07	115.116,70			
I.R.R.F.	253.000,00	287.163,74	216.515,85			
Outras Receitas Tributárias	451.462,00	205.734,41	164.237,05			
Receita de Contribuição	306.130,00	320.738,40	307.814,71			
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00			
Outras Contribuições	306.130,00	320.738,40	307.814,71			
Receita Patrimonial	19.965,00	0,00	0,00			
Receita Patrimonial	160.854,10	182.373,86	220.517,91			
(-) Aplicações Financeiras	140.889,10	182.373,86	220.517,91			
Transferências Correntes	17.292.581,39	18.106.522,54	17.379.375,92			
F.P.M.	6.160.000,00	5.683.262,38	5.391.391,56			
IP.V.A.	368.060,00	389.123,17	351.953,31			
I.C.M.S.	3.872.000,00	4.435.342,94	3.595.768,92			
Convênios	345.708,15	620.311,15	1.135.348,50			
Outras Transferências Correntes	6.546.813,24	6.978.482,90	6.904.913,63			
Demais Receitas Correntes	792.045,09	188.253,36	1.854.874,50			
Dívida Ativa	306.130,00	51.434,94	84.377,22			
Diversas Receitas Correntes	485.915,09	136.818,42	1.770.497,28			
RECEITAS DE CAPITAL (II)	7.015,00	592.841,16	3.716.889,70			
Operações de Crédito (III)	0,00	105.370,15	2.284.132,37			
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00			
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	362.500,00			
Transferências de Capital	7.015,00	487.471,01	1.070.257,33			
Convênios	7.015,00	487.471,01	1.070.257,33			
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00			
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	7.015,00	487.471,01	1.070.257,33			
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	21.705.350,48	25.167.473,09	23.009.783,74			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	23.010.305,35	21.097.159,99	20.934.828,48	21.097.159,99	88.272,20	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	11.788.314,20	11.178.285,73	11.178.285,73	10.399.513,18	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	62.000,00	58.292,45	58.292,45	28.928,80	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.159.991,15	9.786.522,50	9.698.250,30	10.668.718,01	88.272,20	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	22.948.305,35	20.964.808,23	20.876.536,03	21.068.231,19	88.272,20	0,00

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.754.855,58	3.296.081,75	4.587.162,55	2.653.150,54	4.587.162,55	642.931,21	0,00
Investimentos	2.555.255,58	2.101.667,87	4.365.491,49	1.458.736,66	4.365.491,49	642.931,21	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.199.600,00	1.194.413,88	221.671,06	1.194.413,88	221.671,06	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.555.255,58	2.101.667,87	4.365.491,49	1.458.736,66	4.365.491,49	642.931,21	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	25.518.560,93	23.066.476,10	25.433.722,68	22.335.272,69	25.433.722,68	731.203,41	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.813.210,45	2.100.996,99	-2.423.938,94	2.832.200,40	-2.423.938,94	24.436.269,68	23.009.783,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	410.973,94	-	410.766,94	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	410.973,94	-	410.766,94	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						399.110,90	

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO VII

Publicação Nº 1492259

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Saldo e = (e+r) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Cancelados (j)	Pagos (i)	Liquidados (h)	Saldo k = (h+g) - (i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	249,285,30	355,338,52	45,121,60	204,163,70	355,338,52	0,00	0,00	0,00	45,121,60
CHEFIA DO EXECUTIVO	249,285,30	355,338,52	45,121,60	204,163,70	355,338,52	0,00	0,00	0,00	45,121,60
FUNDO MUN. DE HAB. DE INTERESSE SOCIAL - FI	99,138,56	312,423,14	42,986,60	56,151,96	312,423,14	0,00	0,00	0,00	42,986,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	830,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	19,816,87	0,00	0,00	19,816,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gabinete do Prefeito	116,00	0,00	0,00	116,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio	48,452,81	42,085,38	2,135,00	46,317,81	42,085,38	0,00	0,00	0,00	2,135,00
Secretaria da Educação, Cultura e Desporto	1,584,00	0,00	0,00	1,584,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria da Fazenda Pública Municipal	1,916,00	0,00	0,00	1,916,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Administração e Planejamento	41,543,05	0,00	0,00	41,543,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Promoção, Obras e Serviços Públicos	265,00	0,00	0,00	265,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos	10,619,10	0,00	0,00	10,619,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	2,405,22	0,00	0,00	2,405,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	23,427,69	0,00	0,00	23,427,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	249,285,30	355,338,52	45,121,60	204,163,70	355,338,52	0,00	0,00	0,00	45,121,60

FONTE:

Monte Castelo, 16/01/2018

Aline Carvalho
Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal
CPCSC0370110-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO VIII

Publicação Nº 1492261

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.185.930,00	3.185.930,00	5.921.146,80	185,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	625.295,00	625.295,00	370.202,86	59,20
1.1.1- IPTU	322.102,00	322.102,00	309.151,57	95,98
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	303.193,00	303.193,00	61.051,29	20,14
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	198.000,00	198.000,00	69.552,07	35,13
1.2.1- ITBI	198.000,00	198.000,00	69.552,07	35,13
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.109.635,00	2.109.635,00	5.194.228,13	246,21
1.3.1- ISS	2.063.050,00	2.063.050,00	5.192.885,99	251,71
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	46.585,00	46.585,00	1.342,14	2,88
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	253.000,00	253.000,00	287.163,74	113,50
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.262.612,00	13.262.612,00	13.192.776,16	99,47
2.1- Cota-Parte FPM	7.700.000,00	7.700.000,00	6.959.936,98	90,39
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.700.000,00	7.700.000,00	6.383.374,71	82,90
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	283.778,41	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	292.783,86	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	5.544.177,32	114,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	29.282,00	29.282,00	19.641,48	67,08
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	93.170,00	93.170,00	80.502,44	86,40
2.5- Cota-Parte ITR	121.000,00	121.000,00	102.189,50	84,45
2.6- Cota-Parte IPVA	479.160,00	479.160,00	486.328,44	101,50
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.448.542,00	16.448.542,00	19.113.922,96	116,20
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	398.301,00	398.301,00	429.867,48	107,93
5.1- Transferências do Salário-Educação	275.000,00	275.000,00	352.123,63	128,04
5.2- Transferências Diretas - PDDE	10.000,00	10.000,00	6.780,00	67,80
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	110.000,00	110.000,00	66.712,26	60,65
5.5- Outras Transferências do FNDE	1,00	1,00	1.793,90	179.390,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.300,00	3.300,00	2.457,69	74,48
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	214.227,00	214.227,00	242.150,48	113,03
6.1- Transferências de Convênios	200.004,00	200.004,00	236.514,79	118,26
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	14.223,00	14.223,00	5.635,69	39,62
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	377.465,00	377.465,00	16.239,78	4,30
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	989.993,00	989.993,00	688.257,74	69,52
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.667.790,40	2.667.790,40	2.523.179,61	94,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.540.000,00	1.540.000,00	1.276.674,60	82,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	968.000,00	968.000,00	1.108.834,38	114,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.856,40	5.856,40	3.928,20	67,08
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	18.634,00	18.634,00	16.099,36	86,40
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	24.200,00	24.200,00	20.437,90	84,45
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	111.100,00	111.100,00	97.205,27	87,49
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.945.503,00	2.945.503,00	3.242.243,12	110,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.928.200,00	2.928.200,00	3.226.418,18	110,18
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	17.303,00	17.303,00	15.824,94	91,46
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	260.409,60	260.409,60	703.238,57	270,05
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.060.121,80	2.305.121,80	2.303.051,60	99,91	2.303.051,60	99,91	0,00
13.1- Com Educação Infantil	200.000,00	550.000,00	548.683,58	99,76	548.683,58	99,76	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.860.121,80	1.755.121,80	1.754.368,02	99,96	1.754.368,02	99,96	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	885.381,20	885.381,20	815.454,91	92,10	815.454,91	92,10	0,00
14.1- Com Educação Infantil	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	875.381,20	885.381,20	815.454,91	92,10	815.454,91	92,10	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.945.503,00	3.190.503,00	3.118.506,51	97,74	3.118.506,51	97,74	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							25.348,73
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							25.348,73
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							25.348,73
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							3.093.157,78
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							71,03
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							24,37
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							4,60
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							25.348,73
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²							25.348,73
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	304.275,00	570.275,00	567.811,79	99,57	567.811,79	99,57	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	4.440.223,10	5.908.491,23	5.693.122,43	96,35	5.254.284,61	88,93	438.837,82
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.735.503,00	2.640.503,00	2.569.822,93	97,32	2.569.822,93	97,32	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.704.720,10	3.267.988,23	3.123.299,50	95,57	2.684.461,68	82,14	438.837,82
24- ENSINO MÉDIO	11.000,00	1.400,00	1.400,00	100,00	1.400,00	100,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.761.498,10	6.480.166,23	6.262.334,22	96,64	5.823.496,40	89,87	438.837,82
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							703.238,57
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)							15.824,94
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							24.081,29
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³							-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)							-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)							743.144,80
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))							5.517.789,42
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							28,87
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	278.300,00	348.600,97	330.235,19	94,73	330.235,19	94,73	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	323.579,00	403.763,34	317.846,67	78,72	317.846,67	78,72	0,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	601.879,00	752.364,31	648.081,86	86,14	648.081,86	86,14	0,00
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.363.377,10	7.232.530,54	6.910.416,08	95,55	6.471.578,26	89,48	438.837,82

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		42.899,94	300,97
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.226.418,18	352.123,63
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.146.047,04	330.235,19
48.1 Orçamento do Exercício		3.139.107,66	330.235,19
48.2 Restos a Pagar		6.939,38	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		15.824,94	2.457,69
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		139.096,02	24.647,10
51- (+) Ajustes		3.433,38	0,00
51.1. Retenções		0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária		3.433,38	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		142.529,40	24.647,10

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

João Rafael Fianco
Resp.Financeiro

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO X

Publicação Nº 1492266

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 29/12/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO XI

Publicação Nº 1492267

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)						SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00					0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00					0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (b - (lf + lg))				SALDO ATUAL (k) = (iii + liij)
Valor(III)		10.995,26	0,00				10.995,26
FONTE:							

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRCSC037011/O-4

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO XII

Publicação Nº 1492268

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	3.155.317,00	3.155.317,00	5.919.486,59	187,60	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	322.102,00	322.102,00	309.151,57	95,98	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	198.000,00	198.000,00	69.552,07	35,13	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.063.050,00	2.063.050,00	5.192.885,99	251,71	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRPF	253.000,00	253.000,00	287.163,74	113,50	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Ativa dos Impostos	279.510,00	279.510,00	39.022,06	13,96	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	39.655,00	39.655,00	21.711,16	54,75	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.636.084,00	13.636.084,00	12.629.491,93	92,62	
Cota-Parte FPM	7.700.000,00	7.700.000,00	6.383.374,71	82,90	
Cota-Parte ITR	121.000,00	121.000,00	102.189,50	84,45	
Cota-Parte IPVA	479.160,00	479.160,00	486.328,44	101,50	
Cota-Parte ICMS	4.840.000,00	4.840.000,00	5.544.177,32	114,55	
Cota-Parte IPI-Exportação	93.170,00	93.170,00	80.502,44	86,40	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	402.754,00	402.754,00	32.919,52	8,17	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	29.282,00	29.282,00	19.641,48	67,08	
Outras	373.472,00	373.472,00	13.278,04	3,56	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.791.401,00	16.791.401,00	18.548.978,52	110,47	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.089.182,04	2.089.182,04	3.212.333,31	153,76
Provenientes da União	1.101.572,08	1.101.572,08	2.103.910,69	190,99
Provenientes dos Estados	753.921,96	753.921,96	474.734,62	62,97
Outras Receitas do SUS	233.688,00	233.688,00	633.688,00	271,17
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	19.965,00	19.965,00	16.110,13	80,69
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.109.147,04	2.109.147,04	3.228.443,44	153,07

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (e)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	4.840.804,94	6.079.556,96	88,25	5.399.693,19	88,82	26.163,97
Pessoal e Encargos Sociais	2.989.522,80	3.034.884,10	95,86	2.909.260,61	95,86	0,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	4.840.804,94	6.079.556,96	5.425.857,16	89,25	5.399.693,19	88,82	26.163,97
Outras Despesas Correntes	1.851.282,14	3.044.672,86	2.516.596,55	82,66	2.490.432,58	81,80	26.163,97
DESPESAS DE CAPITAL	146.704,00	811.541,71	515.055,96	63,47	512.946,96	63,21	2.109,00
Investimentos	146.704,00	811.541,71	515.055,96	63,47	512.946,96	63,21	2.109,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	146.704,00	811.541,71	515.055,96	63,47	512.946,96	63,21	2.109,00
Investimentos	146.704,00	811.541,71	515.055,96	63,47	512.946,96	63,21	2.109,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.987.508,94	6.891.098,67	5.940.913,12	86,21	5.912.640,15	85,80	28.272,97
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.115.927,64	3.679.020,46	2.757.348,95	46,41	2.731.184,98	46,19	26.163,97
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.115.927,64	3.679.020,46	2.757.348,95	46,41	2.731.184,98	46,19	26.163,97
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.115.927,64	3.679.020,46	2.757.348,95	46,41	2.731.184,98	46,19	26.163,97
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.871.581,30	3.212.078,21	3.183.564,17	53,59	3.181.455,17	53,81	2.109,00
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			17,16				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x IIIb)/100]			401.217,39				

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00		0,00	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00		0,00	
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2013	0,00	0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-		-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
Atenção Básica	4.745.527,46	6.418.050,87	5.541.428,19	93,28	5.513.155,22
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	188.981,48	408.793,79	371.298,98	6,25	371.298,98
Vigilância Sanitária	12.000,00	15.133,54	7.059,60	0,12	7.059,60
Vigilância Epidemiológica	25.000,00	33.120,47	21.126,35	0,36	21.126,35
Outras Subfunções	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00
					28.272,97
					0,00
					0,00
					0,00
					0,00

Continua 4/5

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 5/5

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (I)	% (I/total I) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) *100	
Outras Subfunções	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.987.508,94	6.891.098,67	5.940.913,12	100,00	5.912.640,15	100,00	28.272,97

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

⁴Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na interressão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

³ O valor apresentado na interressão com a coluna "I" ou com a coluna "I+I"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza Prefeito Municipal	Aline Carvalho ORCS0037011/O-4	João Rafael Fianco Resp.Financeiro
--	-----------------------------------	---------------------------------------

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO XIII

Publicação Nº 1492271

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADAA DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADAA DECLARAR

FONTE:

Monte Castelo, 10/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza Prefeito Municipal	Aline Carvalho CRCSC037011/O-4
--	-----------------------------------

RREO 6 BIMESTRE 2017 ANEXO XIV

Publicação Nº 1492272

Município de Monte Castelo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial				21.846.239,58
Previsão Atualizada				21.846.239,58
Receitas Realizadas				25.455.217,10
Déficit Orçamentário				0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				410.766,94
DESPESAS				
Dotação Inicial				21.846.239,58
Créditos Adicionais				4.933.921,35
Dotação Atualizada				26.780.160,93
Despesas Empenhadas				24.319.182,43
Despesas Liquidadas				23.587.979,02
Despesas pagas				23.587.674,96
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				731.203,41
Superavit Orçamentário				1.867.238,08
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas				24.319.182,43
Liquidadas				23.587.979,02
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				731.203,41
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida				24.862.375,94
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas (II)				0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)				0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)				0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-303.246,10	-590.746,37	194,81
Resultado Primário		399.110,90	2.100.996,99	526,42
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	604.623,82	204.163,70	355.338,52	45.121,60
EXECUTIVO	604.623,82	204.163,70	355.338,52	45.121,60
TOTAL:	604.623,82	204.163,70	355.338,52	45.121,60
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		5.517.789,42	25%	28,87
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.303.051,60	60%	71,03

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Monte Castelo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				105.370,15	-105.370,15
Despesa de Capital Líquida				3.296.081,75	458.773,83
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00		0,00
			0,00		0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
				% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos			3.183.564,17	15,00	17,16
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Monte Castelo, 16/01/2018

Jean Carlo Medeiros de Souza
 Prefeito Municipal

Aline Carvalho
 CRCSC037011/O-4

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016

Publicação Nº 1491985

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à nomeação.

FARMACÊUTICO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
5º	FELIPE JOSÉ DE MATOS

Morro da Fumaça, 17 de Janeiro de 2018.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

EDUARDO SARTOR GUOLLO
Secretário Interino do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

Publicação Nº 1491845

Município de Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial Nº 002/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADAS E LIMPEZA URBANA. Acrescenta-se o tópico 8.1.5 e seus subtópicos. Data: 18/01/2018 às 09:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

TOMADA DE PREÇOS 001/2017

Publicação Nº 1491946

Fundo Municipal de Assistência Social de Morro da Fumaça. Edital de Tomada de Preços 001/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, conforme anexo I. Data: 01/02/2017 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017 - FMS

Publicação Nº 1491902

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Morro Grande, por meio de suas atribuições legais, ratifica o Processo Administrativo nº 1/2018, Dispensa de Licitação nº 1/2018, que tem por objeto a aquisição de medicamentos do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Amesc, visando a manutenção da rede pública municipal de saúde do município de Morro Grande para o 1º semestre de 2018. Fundamento Legal: Art. 24, inciso VIII, da Lei nº 8.666/93. Valor Total da Dispensa: R\$ 69.582,00. Dot. (15,16) 1101.2031.33903202. Euir Marcelo - Prefeito Municipal em exercício.

AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2017 - FMS

Publicação Nº 1491905

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO GRANDE
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Morro Grande em exercício, por meio de suas atribuições legais, ratifica o Processo Administrativo nº 2/2018, Dispensa de Licitação nº 2/2018, que tem por objeto Contratação de serviços de saúde visando o atendimento da população do município de Morro Grande através do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Amesc para o exercício de 2018, em conformidade com o Art. 24, inciso VIII, da Lei 8.666/93. Valor Total da Dispensa: R\$ 778.936,40. Dotação: (8,9) 1001.2033.33903950. Euir Marcelo - Prefeito Municipal em exercício.

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 201/2017 PMN

Publicação Nº 1492544

ATA 201/2017 PMN

ABERTO O CERTAME NO DIA 16 DE JANEIRO DE 2018 COM A PRESENÇA DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 1117/2017 PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DO PREGÃO PRESENCIAL 201/2017 PMN, COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES GIRO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, TEXTIL VILLE INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME, KOA TEXTIL CONFECÇÕES LTDA EPP, DIMATEX IND.E COM. DE CONFECÇÕES EIRELI, ID8 INDÚSTRIA E COMERCIO EIRELI EPP, NOVO TEMPO INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI, ALVO CONFECÇÕES LTDA, RICAMO IND.E COM. DE CONF. LTDA, JDIAS CONFECÇÕES, AGACEÁ COM.IMP.EXP. EIRELI, BORESTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, LUIZ ANTONIO JUNKES ME E TEXTIL BRASIL IND. E COM. DE CONF. LTDA. DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E SOMENTE AS EMPRESAS TEXTIL BRASIL IND. E COM. DE CONF. LTDA, GIRO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA, NOVO TEMPO INDÚSTRIA E COMERCIO DE ARTIGOS ESCOLARES EIRELI, DIMATEX IND.E COM. DE CONFECÇÕES EIRELI, JDIAS CONFECÇÕES NÃO SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. AS EMPRESAS COMERCIAL JR FILHOS LTDA ME, BONA GENTE COMERCIAL E BOZZANO E BOZZANO APRESENTARAM OS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO, PORÉM FORAM DESCLASSIFICADAS POR NÃO APRESENTAREM O ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. PRESENTE NO CERTAME OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SR. ALESSANDRO LUIZ GAIK E MARIA BENEDITA CORREA.

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA LUIZ ANTONIO JUNKES NÃO ATENDEU O ITEM 5.2.2.2 DO EDITAL SENDO DESCLASSIFICADA, AS DEMAIS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL;

A SESSÃO FOI SUSPensa AS 11:30 E COMUNICADO A TODOS OS PRESENTES PARA RETORNAREM NO MESMO DIA AS 13:45 PARA INÍCIO DOS LANCES

RETOMADA A SESSÃO AS 13:45 HORAS CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE,

O PEGOEIRO PERGUNTOU AS EMPRESAS APTAS A PARTICIPAR DOS LANCES SE NÃO HAVIA PREÇO INEXEQUÍVEL, ONDE OS SENHORES REPRESENTANTE DAS EMPRESAS ORA APTAS A PARTICIPAR DOS LANCES AFIRMARAM QUE NÃO.

PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; A EMPRESA KOA TEXTIL CONFECÇÃO SAGROU –SE VENCEDORA SENDO EM SEGUIDA ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU –SE QUE QUE A MESMA CUMPRIU COM OS REQUISITOS DO EDITAL COM O VALOR TOTAL DE R\$ 1.247.860,00 REAIS.

A EMPRESA RICAMO INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES MANIFESTOU A VONTADE DE ACOMPANHAR O ANALISE DAS AMOSTRAS.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

ATA DA SESSÃO 22/2017 FMV

Publicação Nº 1492551

ATA PREGÃO PRESENCIAL N º 22/2017 FMV

AS 14:00H (QUATORZE) HORAS DO DIA 16/01/2018, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO JOSEZITE DOS SANTOS REUNIRAM-SE PARA DAR INÍCIO AO CERTAME, A LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESAS PARTICIPANTES: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS LTDA - (10146), MORE SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA (10546), SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI - EPP (12995), E.L.WESTPHAL SINALIZAÇÕES VIARIAS - ME (16983), MARCA SINALIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA - EPP (17588), SINALIZAVIA SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI - ME (17589). NA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS ESTAVAM TODAS DE ACORDO COM O EDITAL. FOI DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FOI ABERTO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DAS MESMAS, LANÇADAS AS PROPOSTAS DE PREÇO, ONDE ESTAVA DE ACORDO COM O EDITAL. FOI DISPONIBILIZADA AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. A EMPRESA SINALIZAVIA SINALIZAÇÃO VIARIA EIRELI - ME SAGROU-SE VENCEDORA NO VALOR DO ITEM DE R\$ 8,95, E VALOR TOTAL DE R\$ 89.500,00. FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO, ONDE VERIFICOU-SE QUE OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSO, ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 15:45 HRS. EU JOSEZITE DOS SANTOS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELO PARTICIPANTE PRESENTE NESTA SESSÃO. DAR-SE POR ENCERRADO O CERTAME

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 167/2017 PMN - REPUBLICADO E RETIFICADO

Publicação Nº 1492515

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 167/2017 PMN

REPUBLICADO E RETIFICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em terceirização de serviços com locação de mão-de-obra de 01 (um) operador de retroescavadeira de médio porte, com experiência, para auxiliar nos trabalhos do programa PROPAG - Programa de Patrulha Agrícola, através da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/01/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 29/01/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 17/2017 FMV

Publicação Nº 1492507

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 17/2017 FMV

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na locação de sistemas de segurança, com instalação, implantação, suporte técnico, licença do software e execução do sistema de monitoramento por câmeras, através da Fundação Municipal de Vigilância de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 29/01/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 29/01/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROGRAMAS ACESSUAS TRABALHO

Publicação Nº 1492412

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 16 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
FLAVIA VANESSA FISCHER (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017 - ACESSUAS, para o cargo de PSICOLOGA.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROGRAMAS ACESSUAS TRABALHO

Publicação Nº 1492416

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 16 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
SAVANA DE SOUZA ROCHA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017 - ACESSUAS, para o cargo de ASSISTENTE SOCIAL.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PROGRAMAS ACESSUAS TRABALHO

Publicação Nº 1492414

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 16 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
GRAZIELA WALTRICK SOMMARIVA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO-PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
PROGRAMA ACESSUAS TRABALHO

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data

de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017 - ACESSUAS, para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

DECRETO 04/2018 CONAC

Publicação Nº 1492543

DECRETO N º 04 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

NOMEIA MEMBROS PARA INSTITUÍREM A COMISSÃO NAVEGAN-TINA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS – CONAC

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

CONSIDERANDO o art. 4º da Lei 2635 de 10 de outubro de 2012, que dispõe sobre os incentivos fiscais para a realização de projetos culturais, e também o art. 4º do Decreto 169 de 27 de fevereiro de 2015, que regulamenta a lei acima citada,

DECRETA:

Art. 1 º Fica nomeada, por este ato, a Comissão Navegantina de Acompanhamento de Projetos Culturais – CONAC -, cujos componentes são os seguintes:

- Representante do Conselho Municipal de Cultura: Bárbara Eva Foggetti de Almeida
- Representante do Conselho Municipal de Cultura: Secundino Francisco da Costa
- Representante do Conselho Municipal de Cultura: Hercílio Vargas
- Representante da Fundação Cultural de Navegantes: Júlio Cesar Pierre Silva
- Representante da Fundação Cultural de Navegantes: Marceli Pereira de Andrade
- Representante da Secretaria Municipal da Educação: Alisson da Silva Araújo

Art. 2 º A Comissão ora nomeada será presidida por Júlio César Pierre Silva, tendo como Vice-Presidente a senhora Bárbara Eva Foggetti de Almeida.

Art. 3 º O Presidente da Comissão fica autorizado a emitir Portaria referente às decisões tomadas pela Comissão.

Art. 4 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2018.

Emílio Vieira
PREFEITO

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretária de Administração e Logística interina

DECRETO 05/2018

Publicação Nº 1492545

DECRETO N º 05 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

DETERMINA O MONTANTE DESTINADO AO FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, NOS MOLDES ESTABELECIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 131 DE 14 DE

DEZEMBRO DE 2011

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III,

DECRETA:

Art. 1 º Fica estabelecido em R\$ 308.276,00 (trezentos e oito mil, duzentos e setenta e seis reais) o montante destinado ao Fundo Municipal de Cultura para o exercício de 2018, conforme dispõe o artigo 5º da Lei Complementar nº 131 de 14 de dezembro de 2011, que institui o referido Fundo.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2018.

Emílio Vieira
PREFEITO

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
Secretária de Administração e Logística interina

LAUDO DAS AMOSTRA 186/2017 PMN

Publicação Nº 1491877

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CNPJ /MF 83.102.855/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Navegantes, 15 de janeiro de 2018.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 186/2017 – REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS (ALIMENTAÇÃO ESPECIAL), PARA COMPOSIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES PARA O ANO LETIVO DE 2018.

EMPRESA LICITANTE: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

Item 1 – Fórmula infantil 0 a 6 meses

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Item 2 – Fórmula infantil 6 a 12 meses

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Item 3 – Fórmula infantil a base de soja

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

OBS: No edital o descritivo deste produto solicita lata de 400g, porém a empresa licitante apresentou amostra de 800g e encaminhou ao setor de compras da Prefeitura a nota de esclarecimento em anexo.

Item 4 – Fórmula infantil sem lactose

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

PARECER TÉCNICO:

Bruna Taufenbach - Nutricionista – CRN 10 4868

Matheus Camargo Martins - Nutricionista – CRN 10 1106

Sandra Maria Pereira - Nutricionista – CRN 10 0275

Suzana Tiemi Moraes - Nutricionista – CRN 10 5247

LEI 3266/2018 DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Publicação Nº 1492387

LEI Nº3266 DE 16 DE JANEIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO
DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder aos servidores públicos municipais da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, ativos e inativos, revisão geral anual da remuneração no montante de 2,95% (dois virgula noventa e cinco por cento), nos termos do artigo 49, parágrafo único da Lei Complementar nº 7, de 11 de novembro de 2003.

Parágrafo único. A revisão prevista no caput deste artigo fica estendida aos subsídios dos agentes políticos.

Art. 2º As despesas com a presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza

Secretária de Administração e Logística interina

LEI 3267/2018 CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

Publicação Nº 1492393

LEI Nº 3267 DE 16 DE JANEIRO DE 2018
CONCEDE REAJUSTE DE VENCIMENTOS AOS PROFISSIONAIS DO
MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder o reajuste de 3,75% (três virgula setenta e cinco por cento) nos vencimentos dos profissionais do magistério do Município de Navegantes, compreendidos os ocupantes dos cargos de professor e especialistas, nos termos da Lei Federal 11.738/2008.

Art. 2º As despesas com a presente lei correrão à custa do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01º de janeiro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE JANEIRO DE 2018.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza

Secretária de Administração e Logística interina

PORTARIA 001/2018 PUBLICA O RESULTADO FINAL DA SELEÇÃO DE PROJETOS DA LEI MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA DE NAVEGANTES – SELEÇÃO 2017.

Publicação Nº 1492418

Portaria 001/2018

Publica o resultado final da seleção de projetos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Navegantes – Seleção 2017.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital da Lei Municipal de Incentivo à Cultura – 2017 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar o resultado final dos projetos aprovados no processo de seleção da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Navegantes 2017. Abaixo segue a lista de projetos aprovados:

Colocação	Protocolo	Projeto	Proponente	Área
1º	2967-7741	8º Festival de Música de Navegantes – Embarque no Som	Elson Maykow Toledo dos Santos	Música
2º	2967-7721	Projeto 2º Choro na Praça	Senndy Martins	Música
3º	2967-7744	Festival de Bandas Independentes	Rafael Sedrez	Música
4º	2967-7731	Aninha Joaninha	Wilian Souza Romão	Audiovisual
5º	2967-7733	Exoterra	Patrícia Freitas Ferrarezi	Audiovisual

Art. 2º - Os contemplados deverão comparecer à sede da Fundação Cultural de Navegantes, em no máximo 15 dias após a divulgação do resultado final no Diário Oficial dos Municípios, para entrega dos documentos e assinatura do termo de fomento.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 15 de janeiro de 2018.

Luciane Chagas Bittencourt Pereira

Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes

PORTARIA 417 DESIGNA FISCAL DE CONTRATO

Publicação Nº 1491785

PORTARIA Nº 417 DE 10 DE JANEIRO DE 2018

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata de Registro de Preços Nº 171/2017 PMN OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS DEVIDAMENTE FECHADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS CONTENDO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (NÃO PERECÍVEIS) PARA SEREM DISTRIBUÍDAS AOS BENEFICIADOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ITENS FRACASADOS NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2017 PMN. Conforme Pregão Presencial para Registro de Preços nº 171/2017.

Fiscal: LUIZ FERNANDO GOMES - (titular)
LÚCIA HELENA DE SOUZA – (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE JANEIRO DE 2018.

Beatriz Ferreira Ramsdorf Souza
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

Nova Trento

PREFEITURA

PROCESSO Nº 001/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018/CÂMARA DE VEREADORES

Publicação Nº 1492708

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA DE VEREADORES DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 001/2018 – Pregão Presencial nº 001/2018
Objeto: O objeto da presente licitação é a Aquisição de cadeira longarina 3 lugares, com braços e na cor azul a fim de atender as demandas do Poder Legislativo, para instalação no Prédio da Câmara de Vereadores de Nova Trento, conforme especificações do anexo I, termo de referência deste edital.

Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes e Abertura das Propostas: 31/01/2018 às 14:30 horas.

Retirada do Edital e demais informações: Rua Ida Orsi Feller, 100 – Centro; Fone: 48.3267 0011 – e.mail: camara@novatrento.sc.gov.br

Carlos Roberto Orsi
Presidente da Câmara

RESOLUÇÃO Nº 01/2017

Publicação Nº 1492716

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO – SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO COMDEMA No 01, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2017–COMDEMA-NT.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NOVA TRENTO(COMDEMA), no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:

Art. 1º Instituir o calendário de reuniões ordinárias do Conselho do Meio Ambiente – COMDEMA-NT, para o exercício de 2018, de acordo com as seguintes datas:

- 01a - Reunião Ordinária - 23 de Janeiro
- 02a - Reunião Ordinária - 20 de Fevereiro
- 03a - Reunião Ordinária - 20 de Março
- 04a - Reunião Ordinária - 24 de Abril
- 05a - Reunião Ordinária - 22 de Maio
- 06a - Reunião Ordinária - 19 de Junho
- 07a - Reunião Ordinária - 24 de Julho
- 08a - Reunião Ordinária - 21 de Agosto
- 09a - Reunião Ordinária - 18 de Setembro
- 10a - Reunião Ordinária - 23 de Outubro
- 11a - Reunião Ordinária - 20 de Novembro
- 12a - Reunião Ordinária - 18 de Dezembro

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 12 de dezembro de 2018.
VALENTIM CAMILO CASETT
Presidente do Conselho de Meio Ambiente – COMDEMA-NT

RESULTADO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 010/2017

Publicação Nº 1491894

Resultado do Julgamento da Habilitação e Proposta – Processo Licitatório nº 127/2017 – Tomada de Preço nº 010/2017 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material, para Reforma do Ginásio de Esportes do Trinta Réis, no município de Nova Trento/SC, conforme Termo de Referência (Projeto Básico), planilhas e memorial descritivo, houve a participação das seguintes empresas: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP (CNPJ 14.770.128/0001-49), CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. ME (CNPJ 05.725.151/0001-20), ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI - ME (CNPJ 20.482.736/0001-50), JV EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME (CNPJ 16.978.577/0001-02), DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA. ME. (CNPJ 27.404.978/0001-75) E MARCIO DAURI SEVERINO - ME (CNPJ 28.591.276/0001-00), da análise da documentação restaram habilitadas para a sequência do certame todas as empresas participantes. Não havendo interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, fundamentado nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item cinco, IV, do Edital, passou-se a fase de abertura das propostas, na mesma data do julgamento da habilitação. APÓS A ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS, RESTOU VENCEDORA A EMPRESA: ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI - ME (CNPJ 20.482.736/0001-50) CUJA PROPOSTA FOI DE R\$ 69.323,42 (SESSENTA E NOVE MIL, TREZENTOS E VINTE E TRES REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

Nova Trento (SC), 16 de janeiro de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491885

DECRETO N.º 018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

"ABRE AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 245.300,00, POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 8º, inciso I, da Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.593, de 27 de outubro de 2017), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 245.300,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e trezentos reais), por conta de excesso de arrecadação, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10 SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB.

Unidade 01 Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Atividade 1.047: Construção, Reconstr. Bueiros, Pontes e Drenagens

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00 0706 (100) Aplicações Diretas
..... R\$ 245.300,00

TOTAL
..... R\$ 245.300,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do excesso de arrecadação proveniente do CONTRATO DE REPASSE N.º 828378 / 2016 / MCIDADES / CAIXA oriundo da União.

Parágrafo único - As despesas por conta do crédito de que trata o caput do artigo 1º, correspondentes aos recursos do Convênio citado, ficam condicionadas e limitadas ao efetivo ingresso dos valores nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 15 de janeiro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 15 de janeiro de 2018.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

Publicação Nº 1492089

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2018

Objetivo: Aquisição de combustíveis e óleos lubrificantes destinados aos veículos, máquinas e equipamentos do Corpo de Bombeiros Militar de Forquilha/SC.

Abertura: às 11:00 horas do dia 02/02/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 16 de janeiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL FMS Nº 008/2017

Publicação Nº 1492310

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 16/01/2018
CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE: ALIMENTO EM PÓ E SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA DISTRIBUIÇÃO A PACIENTES COM PROBLEMAS DE SAÚDE, DE ACORDO COM ESTUDO SÓCIO ECONÔMICO E RECEITA MÉDICA, CONFORME A DEMANDA DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.
VALOR DA DESPESA: R\$ 632,00 (Seiscentos e trinta e dois reais).
DATA: 16/01/2018 - ROGÉRIO ACACIO MASCARELLO – Secretário De Saude E Promoção Social/gestor Fms.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 020/2017

Publicação Nº 1492316

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 16/01/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;
CONTRATADO: AUTO MECANICA BRANSALES LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.886,60 (três mil oitocentos e oitenta e seis reais).
CONTRATADO: IMPERIAL PNEUS LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.530,00 (hum mil quinhentos e trinta reais).
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS
VALOR DA DESPESA: R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais).
CONTRATADO: RECAPADORRA MARRECA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.060,00 (três mil e sessenta reais).
CONTRATADO: VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.980,00 (hum mil novecentos e oitenta reais).
DATA: 16.01.2018 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 020/2017

Publicação Nº 1492315

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 16/01/2018
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS E SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações e condições descritas no Termo de Referência Anexo VIII deste edital e demais condições estabelecidas no Edital;
CONTRATADO: AUTO MECANICA BRANSALES LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.396,00 (vinte e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais).
CONTRATADO: GL COMERCIAL EIRELI ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).
CONTRATADO: JOAÇABA PNEUS
VALOR DA DESPESA: R\$ 16.210,00 (dezesesseis mil, duzentos e dez reais).
CONTRATADO: RECAPADORRA MARRECA LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 6.024,00 (seis mil e vinte e quatro reais).
DATA: 16.01.2018 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL PM Nº 050/2017

Publicação Nº 1492313

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 031/2017
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2017
HOMOLOGAÇÃO: 16/01/2018
CONTRATADO: ROZELI G. FRANCHINI
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de carga de gás GLP (Gás Liquefeito do petróleo) acondicionado em botijão de 13 e 45 Kg, para manutenção das diversas secretárias do Município de Novo Horizonte/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)
DATA: 16/01/2018 - VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito.

EXTRATO DO PL PM Nº 005/18-PR Nº 004/18

Publicação Nº 1492047

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 005/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2018 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO

C/FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO COMO: IMPRESSORAS E COPIADORAS E MANUTENÇÃO RELATIVA AS MESMAS, PARA USO NAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 30/01/2018, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 17 de Janeiro de 2018. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PL PM Nº 006/18-PR Nº 005/18

Publicação Nº 1492049

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 006/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM TRATOR DE PNEU, CARRETÃO AGRÍCOLA, ENSILADEIRA E OPERADOR ESPECIALIZADO PARA OPERAR A ENSILADEIRA, PARA ATENDER AO PROGRAMA DE SILAGEM DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min do dia 31/01/2018, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 17 de Janeiro de 2018. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

EXTRATO DO PL PM Nº 007/18-PR Nº 006/18

Publicação Nº 1492306

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC-AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório Nº 007/2018-PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM – Regime de Execução: Indireta Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA PINTURA INTERNA E EXTERNA DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL-CENHO NA SEDE MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min do dia 30/01/2018, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser

obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024. e/ou email: licitacao@novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 17 de Janeiro de 2018. VANDERLEI SANAGIOTTO - Prefeito Municipal.

EXTRATO TA 001 AO CA FMS Nº 010/2017 - CIS AMOSC

Publicação Nº 1492303

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 010/2017
Contratante.: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Contratada.... : CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC
Vigência : Início: 08/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº.: 12/2017
Objeto : O presente instrumento tem como objeto o alteração das dotações orçamentárias. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS 4.1 As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:
a) 3.1.71 - R\$ 10.366,64
b) 3.3.71 – R\$ 3.132,95
c) 4.4.71 – R\$ 2.500,37
Fundamento Legal: com amparo na Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005, no Decreto nº 6.017/2007 e no contrato de Consórcio Público.

Novo Horizonte, 08 de Janeiro de 2018 – ROGERIO ACÁCIO MASCARELLO – Gestor FMS

EXTRATO TA Nº 001 AO CA Nº 071/2017

Publicação Nº 1492231

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 071/2017
Contratante.: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Contratada.... : BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME
Vigência : Início: 12/01/2018 Término: 26/02/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2017
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA 4ª: ENTREGA, item 4.1.2, consistindo na prorrogação do prazo para mais 45 (quarenta e cinco) dias e consequentemente a CLÁUSULA 7ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO, e que passa a vigorar com a seguinte redação:
CLÁUSULA 4ª: ENTREGA

...
4.1.2. Os serviços de mão de obra para construção dos banheiros (06) unidades e da construção da casa popular em madeira (01) unidade, descritos no lote 03, deverão ser executados em no máximo 105 (cento e cinco) dia ou seja até 26/02/2018, contados da assinatura do contrato e deverão ser executados de acordo com os projetos e memorial descritivo em anexo a este edital.
CLÁUSULA 7ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1. O presente contrato tem sua vigência, iniciando-se na data de sua assinatura até 26/02/2018, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Fundamento Legal: art. 57 I, § 1º, Inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações, celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 071/2017.

Novo Horizonte, 12 de Janeiro de 2018 – VANDERLEI SANAGIOTTO
– Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PR 015/2018

Publicação Nº 1491879

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0015/2018

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 29/01/2018, às 14:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0015/2018, na modalidade Pregão Presencial N. 0015/2018, tipo menor preço por item, sob o Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de mão de obra, na área mecânica e elétrica, para os veículos leves, utilitários, máquinas pesadas e maquinários agrícolas das secretarias municipais, para o exercício de 2018. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 12/01/2018. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3025

Publicação Nº 1492154

DECRETO N.º 3025/2017

“Dispõe sobre Suplementação e Anulação de Dotação e dá outras Providências”.

AMÉLIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 976/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 138.528,75 (Cento e trinta e oito mil, quinhentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) para as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	3001	SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
Função	4	Administração		
Subfunção	122	Administração Geral		
Programa	402	Administração Geral		
Ação	2.6	Manut. das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	126	3390 – Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
		Total	R\$	20.000,00

Unidade Orçam.	5001	SECRETARIA/COORD. DE PLANEJ. E DESENV. SOCIAL		
Função	8	Administração		
Subfunção	244	Administração Geral		
Programa	804	Administração Geral		
Ação	1.67	Manut. das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
Fonte	0331	Transf. de Convênios União/Assist. Social – Superávit		
Despesa	182	4490 – Aplicações Diretas	R\$	118.528,75
		Total	R\$	118.528,75

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado as seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçam.	3001	SECRETARIA/COORD. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO		
Função	4	Administração		
Subfunção	122	Administração Geral		
Programa	402	Administração Geral		
Ação	2.6	Manut. das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	2	3190 – Aplicações Diretas	R\$	20.000,00
		Total	R\$	20.000,00

Unidade Orçam.	5001	SECRETARIA/COORD. DE PLANEJ. E DESENV. SOCIAL		
Função	8	Administração		
Subfunção	244	Administração Geral		
Programa	804	Administração Geral		
Ação	1.67	Manut. das Atividades da Administração, Gestão e Finanças		
Fonte	0334	Transf. de Convênios União/Outros – Superávit		
Despesa	145	4490 – Aplicações Diretas	R\$	118.528,75
		Total	R\$	118.528,75

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 15 de Dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3026

Publicação Nº 1492155

DECRETO N.º 3026/2017

“ALTERA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso VI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município, c/c o artigo 51 da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e, suas posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º. Altera Comissão Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados, sob a presidência do primeiro e na sua ausência do segundo relacionado abaixo:

a) SIMONE SELIG DOS SANTOS – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Gestor de Licitações;

b) DOUGLAS COSTACURTA – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do cargo de Gestor Municipal de Convênios;

c) MOACIR MOTTIN – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Postura;

d) ALEX TADEU DE OLIVEIRA – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Comissionado, ocupante do Cargo de Dirigente de Administração;

e) VOLMIR FACCIO – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Técnica em Agropecuária;

f) RONALDO PRATTO – Servidor (a) Público(a) Municipal do Quadro Permanente de Servidores, ocupante do Cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Postura.

§ 1º - na ausência do Presidente as sessões transcorrerão normalmente, coordenadas por seus sucessores, conforme determinado no artigo anterior, devendo, porém o Presidente em seu retorno, vistar as atas das sessões em que esteve ausente, ratificando-as e assumindo solidariamente a responsabilidade pelos atos da Comissão.

Art. 3º. Ficam convalidados os atos praticados pela Comissão Municipal Permanente de Licitações, efetuados até a data de publicação do presente Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Decreto n. 2872/2017, de 10 de janeiro de 2017.

Ouro Verde/SC, 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº3027

Publicação Nº 1492156

DECRETO N.º 3027/2017

NOMEIA PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES REALIZADAS NA MODALIDADE PREGÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o Inciso xxx, do artigo 85, Inciso VI da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei n. 10.520/02, de 17 julho de 2002, mais, o Decreto Municipal n. 1518/2006, de 21 de setembro de 2006;

DECRETA:

Art. 1º. Para efeito de atendimento ao § 1º, Inciso IV, do artigo 3º, da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o Decreto Municipal n. 1518/2006, de 21 de setembro de 2006, designa o(a) PREGOEIRO a servidora municipal SIMONE SELIG DOS SANTOS ou substituto DOUGLAS COSTACURTA e como EQUIPE DE APOIO os seguintes membros:

Volmir Faccio;
Eliane Aparecida Ramos;
Roseli Rosa;
Alex Tadeu de Oliveira.

Art. 2º. O pregoeiro e equipe de apoio designado no artigo 1º, deste Decreto conduzirão os certames licitatórios de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, a serem realizados no decorrer do exercício de 2018, no que tange, entre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como, habilitação e adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se às disposições em contrário em especial o Decreto Municipal n. 2873/2016, de 10 de janeiro de 2017.

Ouro Verde/SC, 20 de dezembro de 2017.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

O presente Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº3028

Publicação Nº 1492157

DECRETO Nº 3028/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Art. 9º a Lei Municipal nº. 976/2016.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito Suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais) apurado pelo Excesso de Arrecadação, para a seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Orçam.	5001	SECRET./COORD. DE PLANEJAMENTO E A. SOCIAL		
Função	8	Assistência Social		
Subfunção	244	Assistência Comunitária		
Programa	804	Assistência Comunitária Geral		
Ação	1.67	Construção do Centro de Ref. de Assist. Social - CRAS		
Fonte	0134	Transferência de Convênios – União/Outros		
Elemento	3390	Aplicações Diretas	R\$	70.000,00
		Total	R\$	70.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto por este Decreto ocorreu por conta do recebimento do recurso vinculado ao Excesso de Arrecadação no Exercício, pela Fonte de Recurso 0134, conforme Balancete da Receita Código 161.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 20 de Dezembro de 2017.

AMÉLIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

Adécio Valendorf Kosinski

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3029

Publicação Nº 1492158

DECRETO N.º 3029/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado a Pedido o servidor público municipal Sr. ANDERSON GALIZA, ocupante do cargo em Comissão de Agente Operacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3030

Publicação Nº 1492159

DECRETO N.º 3030/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. IVANEZA PASINI, ocupante do cargo em Comissão de Assistente de Administração de RH.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3031

Publicação Nº 1492161

DECRETO N.º 3031/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. CLAUDETE ROSA DARTORA, ocupante do cargo em Comissão de Assistente de Programas Educacionais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3032

Publicação Nº 1492162

DECRETO N.º 3032/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. DIANA PANTALEÃO DA SILVA, ocupante do cargo em Comissão de Assistente de Tributação e Fiscalização.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3033

Publicação Nº 1492163

DECRETO N.º 3033/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. JANESCA RIBEIRO DE FREITAS, ocupante do cargo em Comissão de Agente Operacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3034

Publicação Nº 1492164

DECRETO N.º 3034/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada a servidora pública municipal Sra. FERNANDA RITA BARETTA OESTERREICH, ocupante do cargo em Comissão de Assistente de Turismo.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3035

Publicação Nº 1492165

DECRETO N.º 3035/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. ALVINO GOMES DA SILVA, ocupante do cargo em Comissão de Dirigente de Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3036

Publicação Nº 1492166

DECRETO N.º 3036/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. DIONISIO PEDRO BOLZAN, ocupante do cargo em Comissão de Agente Operacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3037

Publicação Nº 1492168

DECRETO N.º 3037/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são

conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. LIOMAR ADIR LORENZON, ocupante do cargo em Comissão de Dirigente de Transportes e Obras.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3038

Publicação Nº 1492171

DECRETO N.º 3038/2018

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 022/2005 e 021/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado o servidor público municipal Sr. VALDEMIRO FRANCISCO CECHIN, ocupante do cargo em Comissão de Agente Operacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3039

Publicação Nº 1492172

DECRETO N.º 3039/2018

“CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedido Função de Confiança de Direção de Programas ou Execução de Projetos de Governo, Padrão FG, Nível 01-A, a Servidora Pública Municipal Sra. Leonice Siqueira.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3040

Publicação Nº 1492173

DECRETO N.º 3040/2018

"CESSA EFEITOS DE DECRETO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar 035/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Cessado os efeitos do Decreto 2912/2017, que concedeu função de confiança a Servidora Pública Municipal Sra. Sandra Mara Alves da Maia.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JÚNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3041

Publicação Nº 1492185

DECRETO N.º 3041/2018

"Dispõe sobre Suplementação e Anulação de Dotação e dá outras Providências".

AMÉLIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei N.º 1.014/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) para a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
Função	20	Agricultura		
Subfunção	606	Extensão Rural		
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural		
Ação	2.33	Manut. das Atividades, Desenv. de Ações e Proj. Agropecuários		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	53	4490 – Aplicações Diretas	R\$	105.000,00
		Total	R\$	105.000,00

Art. 2º - Para fazer face a suplementação citada no artigo anterior, será utilizado/anulado a seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçam.	6001	SECRETARIA DE AGRICULTURA		
Função	20	Agricultura		
Subfunção	606	Extensão Rural		
Programa	2001	Assistência ao Produtor Rural		
Ação	2.33	Manut. das Atividades, Desenv. de Ações e Proj. Agropecuários		
Fonte	0100	Recursos Ordinários		
Despesa	52	3390 – Aplicações Diretas	R\$	105.000,00
		Total	R\$	105.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 03 de Janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3042

Publicação Nº 1492186

DECRETO N.º 3042/2018

“ATUALIZA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA MUNICIPAL), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal N.º 053/93, em seu Artigo N.º 326, parágrafo Único.

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada a UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a mesma servirá como base de Cálculo para todos os tributos e Taxas Municipais, para o Ano de 2018, conforme especifica:

· Ano de 2017 em 2,06 % (Dois vírgula zero seis por cento)

Art. 2º - O valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), instituída pela Lei Municipal, Código Tributário Municipal N.º 053/93 em seu artigo 326, parágrafo Único, passa a vigorar com o valor de R\$ 13,49 (treze reais e quarenta e nove centavos).

Art. 3º - O reajuste que trata o Artigo 1.º deste Decreto foi reajustado de acordo com INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com o acumulado do ano de 2017.

Ouro Verde – SC, em 10 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

DECRETO Nº3043

Publicação Nº 1492192

DECRETO N.º 3043/2018

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal o Sr. RODRIGO LUIZ MARTINI, para exercer o Cargo em comissão de Agente Operacional, Lotado Junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 16 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA Nº002/2018

Publicação Nº 1492138

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de publicação, na imprensa escrita dos atos oficiais, comunicados e atividades administrativas e demais atos de interesse público Municipal. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 16 de janeiro de 2018. Amelio Remor Junior Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº001

Publicação Nº 1492194

PORTARIA N.º 001/2018

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005 e 047/2011. RESOLVE:

1 – Conceder Licença Prêmio por tempo de Serviço, ao servidor público Municipal Sr. Nelco da Aparecida Paz, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Motoniveladora, correspondente ao período aquisitivo de 22 de novembro de 2011 a 21 de novembro de 2016, que serão gozadas no período de 01 de janeiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2018

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 03 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
VICE-PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº002

Publicação Nº 1492196

PORTARIA N.º 002/2018

“CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelas Lei Complementares 022/2005. RESOLVE:

1 – Conceder Licença Maternidade a servidora pública Municipal Sra. Alexsandra Olivia Ferneda de Siqueira, ocupante do Cargo Efetivo de Almoxarife, pelo período de 180 dias, a contar a partir de 26 de dezembro de 2017, de acordo com atestado médico.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 10 de janeiro de 2018.

AMELIO REMOR JUNIOR

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI

VICE-PREFEITO MUNICIPAL

Paial

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2018 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2018

Publicação N° 1491654

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAIAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 003/2018
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 003/2018

O Prefeito Municipal em Exercício de Paial - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 29 de janeiro de 2018, para possível contratação de serviços técnicos, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, de sistema de ensino com fornecimento materiais didáticos sistematizados, serviços de formação continuada, portal de educação e demais conforme abaixo, a serem utilizados no ano letivo de 2018, para a secretaria municipal de educação deste município, tudo em conformidade com este edital e seus anexos. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 29 de janeiro de 2018. O edital encontra-se disponível no site "www.paial.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente no Setor de Compras e Licitações do Município de Paial pelo telefone (49) 3451-0045. Paial - SC, 15 de Janeiro de 2018.

NEVIO ANTONIO MORTARI
Prefeito Municipal

Palhoça

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 4821/2017

Publicação Nº 1492559

PORTARIA Nº. 4821/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ADRIANA APARECIDA DA LUZ, matrícula nº. 190043-2, titular do cargo de ASG, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 10/11/2008 a 10/11/2013, por 01 (um) mês, a contar de 01/02/2018 à 01/03/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4822/2017

Publicação Nº 1492560

PORTARIA Nº. 4822/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LAURECI FILOMENA COELHO, matrícula nº. 800564-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 07/02/2007 a 07/02/2012, por 01 (um) mês, a contar de 01/02/2018 à 01/03/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4823/2017

Publicação Nº 1492561

PORTARIA Nº. 4823/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SIMONE DOMINGUES, matrícula nº. 100002-1, titular do cargo de Assistente Social, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/01/2010 a 02/01/2015, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 09/01/2018 à 09/02/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4824/2017

Publicação Nº 1492563

PORTARIA Nº. 4824/2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA, Presidente da Faculdade Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELISETTE MOREIRA DOS SANTOS PITTA, matrícula nº. 802265-2, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 16/04/2012 a 16/04/2017, por 03 (três) meses, a contar de 01/02/2018 à 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4825/2017

Publicação Nº 1492564

PORTARIA Nº. 4825/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para GEOVANIA DE ABREU, matrícula

nº. 800034-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 16/02/2012 a 16/02/2017, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 29/01/2018 à 29/04/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4826/2017

Publicação Nº 1492566

PORTARIA Nº. 4826/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CLAUDIO LINO DE CAMPOS, matrícula nº. 800133-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/03/2010 a 01/03/2015, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 05/03/2018 à 05/04/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4827/2017

Publicação Nº 1492567

PORTARIA Nº. 4827/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIETE MARIA DE ABREU ROSA, matrícula nº. 800135-1, titular do cargo de Merendeira, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 01/04/2006 a 01/04/2011, por 02 (dois) meses e referente ao quinquênio de 01/04/2011 a 01/04/2016, por 03 (três) meses, a contar de 01/02/2018 à 01/07/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4828/2017

Publicação Nº 1492568

PORTARIA Nº. 4828/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor abaixo relacionado, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura.

SERVIDOR	CNH
Valmir Paulo Oliveira	1236748875

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4829/2017

Publicação Nº 1492569

PORTARIA Nº. 4829/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER ESTABILIDADE para LEANDRO BORGES, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com o Artigo 53 da Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2011, com efeito a contar de novembro de 2017.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4830/2017

Publicação Nº 1492571

PORTARIA Nº. 4830/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

PRORROGAR o contrato dos servidores abaixo, que Admitiu por Tempo Determinado, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta desta Prefeitura.

Matricula	Nome	Cargo - Descrição	Motivo
3761474-1	Jaqueline da Rosa Fernandes	ASO	Auxílio Doença
210506-8	Juliana Bastos Fernandes	Professor	Auxílio Doença
3760718-2	Leticia Neusa Ferreira	Professor	Auxílio Doença

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4831/2017

Publicação Nº 1492572

PORTARIA Nº. 4831/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para CINTIA GOUVEIA MESQUITA, matrícula nº. 100381-1, titular do cargo de Pedagogo, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 12/09/2011 a 31/03/2017, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/01/2018 à 08/02/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4832/2017

Publicação Nº 1492573

PORTARIA Nº. 4832/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Cessar Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.
Art. 2º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 01 de janeiro de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	SERVIDOR	DE
3761126-1	Alecksandra Becker	R\$ 330,00

ANEXO II

MATRICULA	SERVIDOR	DE
400212-2	Claudio Cesar de Souza	R\$ 1.000,00

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4834/2017

Publicação Nº 1492575

PORTARIA Nº. 4834/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para NEIVA DE FARIA VIEIRA DA SILVA, matrícula nº. 123169-4, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assistência Social, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 20/04/2004 a 20/04/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 02/01/2018 à 02/02/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4835/2017

Publicação Nº 1492576

PORTARIA Nº. 4835/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO THIAGO ABILIO VAZ BRAZ, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 01/01/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4836/2017

Publicação Nº 1492577

PORTARIA Nº. 4836/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade dos funcionários conforme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor com efeitos a contar de 02 de janeiro de 2018.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	DE
3761126-1	Aleksandra Becker	30%

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4837/2017

Publicação Nº 1492579

PORTARIA Nº. 4837/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para SANDRA REGINA DA SILVA ZIMMERMANN, matrícula nº. 800106-1, titular do cargo de ASO, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2010, referente ao quinquênio de 06/10/2010 a 06/10/2015, por 01 (um) mês, a contar de 08/01/2018 à 08/02/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4838/2017

Publicação Nº 1492580

PORTARIA Nº. 4838/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.533, de 31 de julho de 2013,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por: Conceder licença para tratamento de Saúde aos servidores abaixo relacionados:

Nome do Funcionário	Cargo	Dias	Contar de
Adriana de Souza Moreira	ASG	15	19/12/17

Arlete da Silva	ASO	60	19/12/17
Bruna S. Delduque Melo	Assistente Social	07	18/12/17
Clecinice Ap. Westphal Martins	Professor	06	11/12/17
Cristine Azevedo Jordão	Enfermeiro	30	18/12/17
Débora de Almeida Correa	ACS	180	05/12/17
Eloisa Nunes da Rosa	Técnico em Enfermagem	15	19/12/17
Emmanuela Nadir Felipe da Silva	Conselheiro Tutelar	14	13/12/17
Fabio Henrique	Assistente Administrativo	10	15/12/17
Ildgardt Bock da Silva	Merendeira	05	18/12/17
Ildgardt Bock da Silva	Merendeira	03	11/12/17
Imara Coelho	ASO	05	18/12/17
Ivonesia Adelia Silva	Auxiliar de Enfermagem	16	05/12/17
Jane Lourdes Ap. dos Santos	ASO	04	19/12/17
Josiane Martins Agaci	Monitor	34	13/12/17
Karen Jacqueline P. Enciso	Médico	12	19/12/17
Karolina Linhares Araujo	ACS	30	13/12/17
Larissa Papaleo Koelzer	Psicóloga	03	12/12/17
Lindamir de Oliveira	Técnico em Enfermagem	15	18/12/17
Maria Augusta Martins	ACS	60	15/12/17
Maria Tais de Melo	Psicólogo	20	13/12/17
Marlete Vargas Portela	ASO	04	18/12/17
Mauro Cesar Machado	ASO	30	19/12/17
Rafael de Mello Arrussul	Professor	04	05/12/17
Rene Alberto Pacifico	Agente de Transito	30	12/12/17
Rita de Cássia Lopes da Silva	Auditor Fiscal do Meio Ambiente	02	11/12/17
Rita de Cássia Medeiros	ASO	45	14/12/17
Rose Magaly Martins	Assistente Administrativo	30	16/11/17
Roselene Maria da Silva	ASO	07	15/12/17
Rosita Márcia Silveira	ASO	04	18/12/17
Rosita Márcia Silveira	ASO	03	29/11/17
Rosita Márcia Silveira	ASO	02	07/12/17
Samara Valdeia Wagner	ASO	05	18/12/17
Silvana da Rosa	Técnico em Enfermagem	02	11/12/17
Suzane Nienkotter	Psicólogo	07	15/12/17
Suzane Nienkotter	Psicólogo	02	07/12/17
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	02	13/12/17
Tatiane Carline B. Lehnert	ACS	02	19/12/17
Tatiane Mariano	ASG	10	13/12/17
Thaiza Mendes Pereira	Assistente Administrativo	02	11/12/17
Thaiza Mendes Pereira	Assistente Administrativo	15	14/12/17
Willy Branga	Motorista	15	03/01/18
Yana Marlete Martins	Monitor	20	13/12/17
Zeloira de Fatima R. de Souza	Técnico em Enfermagem	05	13/12/17
Zeneide Alves	ASP	10	13/12/17

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4839/2017

Publicação Nº 1492581

PORTARIA Nº. 4839/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA MARTINS SILVA, matrícula nº. 801811-1, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 01/02/2011 a 01/02/2016, por 03 (três) meses, com efeitos a contar de 01/02/2018 à 01/05/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4840/2017

Publicação Nº 1492583

PORTARIA Nº. 4840/2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS, Secretária de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LUANA GAMBATTO BEZERRA, matrícula nº. 401676-1, titular do cargo de ACS, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2012 a 01/03/2017, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 08/01/2018 à 08/02/2018.

Palhoça, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ANNA PAULA HEIDERSCHIEDT ADEGAS
Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4841/2017

Publicação Nº 1492585

PORTARIA Nº. 4841/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) LEILA MARQUES LIOTTI, matrícula nº. 802025-3, ocupante da categoria funcional de Professor, lotado (a) na Secretaria de Educação, de acordo com artigo 197, 198 e 199, da Lei nº. 097/2010:

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 08 (oito) anos, 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias.

Averbar tempo que contribuiu pela Prefeitura Municipal de Biguaçu, totalizando 03 (três) anos, 04 (quatro) meses e 21 (vinte e um) dias.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4842/2017

Publicação Nº 1492586

PORTARIA Nº. 4842/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

AVERBAR TEMPO DE SERVIÇO do (a) servidor (a) SIRLENE DE FARIAS matrícula nº. 100082-1, ocupante da categoria funcional de Assistente Social, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, de acordo com artigo 180, 181 e 182, da Lei nº. 096/2010, com efeitos a contar de 14/12/2017.

Averbar tempo que contribuiu pelo INSS, totalizando 16 (dezeses) anos, 02 (dois) meses e 18 (dezoito) dias.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4849/2017

Publicação Nº 1492587

PORTARIA Nº. 4849/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

RETIFICAR as Portarias nº. 4627 de 16 de novembro de 2017, que Concedeu Progressão Funcional Vertical ao servidor LEANDRO DA SILVA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente a data de concessão que deveria ser 20/10/2016, e

não como consta nas referidas portarias.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretário de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4850/2017

Publicação Nº 1492588

PORTARIA Nº. 4850/2017.

ISNARDO LUIS BRANT, Secretário de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para RITA DE CASSIA ESPINDOLA, matrícula nº. 300197-2, titular do cargo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 10/04/2009 a 10/04/2014, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 16/01/2018 à 16/02/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ISNARDO LUIS BRANT
Secretário de Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4851/2017

Publicação Nº 1492589

PORTARIA Nº. 4851/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSELENA LUIZ, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Denise Domingos, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4852/2017

Publicação Nº 1492590

PORTARIA Nº. 4852/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA APARECIDA GARCIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Maria Aparecida Garcia, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4853/2017

Publicação Nº 1492591

PORTARIA Nº. 4853/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JUVENILDA VASCONCELOS DE MELO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Juvenil-da Vasconcelos de Melo, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4854/2017

Publicação Nº 1492592

PORTARIA Nº. 4854/2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA CARMOLINA DOS SANTOS DA SILVA, matrícula nº. 800839-5, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2010, referente ao quinquênio de 09/02/2000 a 09/02/2005, por 01 (um) mês, com efeitos a contar de 01/02/2018 à 01/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4855/2017

Publicação Nº 1492593

PORTARIA Nº. 4855/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2015,

RESOLVE:

SUSPENDER por 15 (quinze) dias, de acordo com processo Administrativo nº. 25452/2014, e de acordo com o Artigo 212, inciso III, alínea "c e e", da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, o servidor JOSE LAURO SEVERIANO DA SILVA, titular do cargo de Monitor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, da Administração Direta deste Município, a contar de 10/01/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4856/2017

Publicação Nº 1492594

PORTARIA Nº. 4856/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO WANESSA BORGES FERREIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4857/2017

Publicação Nº 1492595

PORTARIA Nº. 4857/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PANMELA PAULA ORLEANS PEREIRA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4858/2017

Publicação Nº 1492596

PORTARIA Nº. 4858/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MATHEUS GHIZONI MACEDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4859/2017

Publicação Nº 1492597

PORTARIA Nº. 4859/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ALEXANDRA CARDOSO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Denise Martins, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4860/2017

Publicação Nº 1492598

PORTARIA Nº. 4860/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO TANIA REGINA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Andreza Ceola, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4861/2017

Publicação Nº 1492599

PORTARIA Nº. 4861/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUIZ FERNANDO VE-DOIA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4862/2017

Publicação Nº 1492600

PORTARIA Nº. 4862/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO AMANDA DANNIELY LUIZ RAMOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Jane Maria da Silva, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4863/2017

Publicação Nº 1492601

PORTARIA Nº. 4863/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREA PRUSS DA SILVA DE BORBA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4864/2017

Publicação Nº 1492603

PORTARIA Nº. 4864/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SILEZIA DA SILVA MACHADO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Mariana Ferreira de Macedo, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4865/2017

Publicação Nº 1492604

PORTARIA Nº. 4865/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79,

II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SARAH JUNCES DUARTE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2017/SMAS, para ocupar o cargo de Assistente Social com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CREAS do Centro da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 18/12/2017 a 18/12/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4866/2017

Publicação Nº 1492605

PORTARIA Nº. 4866/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GISELE FLORIANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistência Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Sinara Galupo, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4867/2017

Publicação Nº 1492606

PORTARIA Nº. 4867/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ROSILEA NADIR ROMÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o

cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4868/2017

Publicação Nº 1492607

PORTARIA Nº. 4868/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ANDREIA LEONEL VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Alexandra Cardoso, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4869/2017

Publicação Nº 1492611

PORTARIA Nº. 4869/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GRAZIELA DA FONSECA JORGE, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Elize Cristine Teodoro, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4870/2017

Publicação Nº 1492609

PORTARIA Nº. 4870/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO GUSTAVO GONÇALVES DEFREYN, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4871/2017

Publicação Nº 1492612

PORTARIA Nº. 4871/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO VERA LUCIA CABRAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4872/2017

Publicação Nº 1492613

PORTARIA Nº. 4872/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO PATRICIA DE CASSIA DA CRUZ COSTA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Fátima Luan Silveira, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4873/2017

Publicação Nº 1492623

PORTARIA Nº. 4873/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DORISVALDA DA SILVA DE BRITO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4874/2017

Publicação Nº 1492625

PORTARIA Nº. 4874/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79,

II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLAUDIA DA SILVA FRANCISCO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4875/2017

Publicação Nº 1492626

PORTARIA Nº. 4875/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JANICE FERREIRA DE MACEDO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4876/2017

Publicação Nº 1492627

PORTARIA Nº. 4876/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEIDE MARIA INACIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do

Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Adriana da Silva, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4877/2017

Publicação Nº 1492629

PORTARIA Nº. 4877/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO CLEIDE MOREIRA ELISIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Lucia Bussolo, que se encontra em LTS.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4878/2017

Publicação Nº 1492630

PORTARIA Nº. 4878/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO FRANCIELE ALMEIDA GARCIA MATOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Ana Rute B. do Amaral, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4879/2017

Publicação Nº 1492631

PORTARIA Nº. 4879/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARLENE MOREIRA BRANCO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Ana Rute B. do Amaral, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4880/2017

Publicação Nº 1492632

PORTARIA Nº. 4880/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA APARECIDA CUNHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Andreza Valdelino da Rosa da Silveira, pelo termino do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4881/2017

Publicação Nº 1492634

PORTARIA Nº. 4881/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARIA DOS PASSOS EUGENIO TEODOSIO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4882/2017

Publicação Nº 1492636

PORTARIA Nº. 4882/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DIANER SALETE SCAIM BERGENTAL, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Arleia Nilse Vieira, pelo término do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4883/2017

Publicação Nº 1492637

PORTARIA Nº. 4883/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO ARLEIA NILCE VIEIRA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Izete Terezinha Pereira, pelo término do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4884/2017

Publicação Nº 1492638

PORTARIA Nº. 4884/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO LUCIANA ZENIR MOREIRA FLORIANO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Gabriela Moreira de Araujo, pelo término do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4885/2017

Publicação Nº 1492640

PORTARIA Nº. 4885/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO MARINA DA ROCHA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Cleia Juçara de Araujo, pelo término do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4886/2017

Publicação Nº 1492642

PORTARIA Nº. 4886/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO JAQUELINE TRINDADE FALCÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de Merendeira com 40 (quarenta) horas/

semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº. 4887/2017

Publicação Nº 1492644

PORTARIA Nº. 4887/2017.

ROSANGELA CAMPOS, Secretária de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DAMIANA ROCHA SANTOS, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Chamada Pública nº. 001/ADM/2017, para ocupar o cargo de ASG com 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Assistente Social, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 15/12/2017 a 15/03/2018, face ao impedimento da titular Jenyfer dos Santos Fronza, pelo término do contrato.

Palhoça, SC, em 19 de dezembro de 2017.

ROSANGELA CAMPOS
Secretária de Assistência Social

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA**PORTARIA Nº 001/2018**

Publicação Nº 1492237

PORTARIA Nº 001/2018

Nomeia membro do Comitê de Investimentos do IPPA e dá outras providências.

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora Francine Chequetto Balbim, matrícula 900.051, para compor o Comitê de Investimentos do IPPA, em conformidade com o Decreto nº 2.053 de 26 de setembro de 2016 e Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013.

Art2º - Fica acrescido o nome da servidora Francine Chequetto Balbim, matrícula 900.051, no Art. 1º da Portaria nº 059/2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 11/01/2018, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de janeiro de 2018.
Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018 - AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA O PROJETO MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Publicação Nº 1491872

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 002/2018.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Livros para o Projeto de Música na Educação Infantil, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência no anexo I do Edital.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/CREDENCIAMENTO: até às 08:3000 h do dia 01/02/2018.

Abertura dos envelopes: às 09:00 h do dia 01/02/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 16 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em exercício.

Paraíso

PREFEITURA

CT 01-2018 FMS

Publicação Nº 1491794

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
EXTRATO CONTRATO 01/2018 FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2018 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO 04/2018 FMS

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:
DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÓVEL PESSOAL - SMP, COM FORNECIMENTO DE 10 ACESSOS (10 SIM CARD) DEVIDAMENTE HABILITADOS, TIPO CORPORATIVO, PÓS PAGO, UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018".

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.080,00 (Sete mil e oitenta reais)

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso/ Fundo Municipal de Saúde

DO CONTRATADO: OI MÓVEL S.A.

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato decorrente deste procedimento licitatório será do dia 02/01/2018 até 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 02 de Janeiro de 2018.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso

CT 02-2018 FMS

Publicação Nº 1491795

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PARAISO - SC
EXTRATO CONTRATO Nº 02/2018 FMS
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2018 FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2018 FMS

O MUNICÍPIO DE PARAISO torna publico a seguinte contratação:
DO OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PROVEDOR VIA RÁDIO LINK DEDICADO FULL, SISTEMA WIRELESS, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, 24 HORAS POR DIA, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PARAÍSO/SC.

DO VALOR TOTAL: R\$ 7.128,00 (Sete mil, cento e vinte e oito reais).

DA CONTRATANTE: Município de Paraíso.

DO CONTRATADO: MAICON NARCISO ME

DA VIGÊNCIA: Do dia 02 de Janeiro de 2018 até dia 31 de Dezembro de 2018.

DO FUNDAMENTO: Art. 24 e art. 26 da Lei 8.666/93

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste/SC

Paraíso - SC, 02 de Janeiro de 2018.

MARINES ECKERT

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

Prefeito Municipal de Paraíso

CT 11-2018

Publicação Nº 1491772

MUNICÍPIO DE PARAISO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 11/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017
PROCESSO LICITATORIO Nº 96/2017

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, TRECHO 01: RUA ALCIDES OSCAR SCHMIDT, (311,50M); TRECHO 02: RUA ALAIR SCHMIDT ZANIN (80M), TRECHO 03: RUA ATILIO GRANZOTTO, (80M), DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 845044/2017.

DO VALOR TOTAL: R\$ 255.067,56 (Duzentos e cinquenta e cinco mil e sessenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 15 de Janeiro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

CT 12-2018

Publicação Nº 1491791

MUNICÍPIO DE PARAISO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017
PROCESSO LICITATORIO Nº 101/2017

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PROVEDOR VIA RÁDIO LINK DEDICADO FULL, SISTEMA WIRELESS, COM 100% DE GARANTIA DE BANDA, 24 HORAS POR DIA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E JUNTA MILITAR DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO VALOR TOTAL: R\$ 9.723,25 (Nove mil, setecentos e vinte e três reais e vinte e cinco centavos).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: MAICON NARCISO ME.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da data da assinatura até o dia 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 16 de Janeiro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

CT 13-2018

Publicação Nº 1491793

MUNICÍPIO DE PARAISO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 13/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 66/2017
PROCESSO LICITATORIO Nº 101/2017

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA PROVEDOR VIA RÁDIO LINK DEDICADO FULL, SISTEMA WIRELESS, COM 100%

DE GARANTIA DE BANDA, 24 HORAS POR DIA, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E JUNTA MILITAR DO MUNICIPIO DE PARAÍSO.

DO VALOR TOTAL: R\$ 13.938,00 (Treze mil, novecentos e trinta e oito reais).

A CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARAÍSO.

DO CONTRATADO: MKANET SERVIÇOS E COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI EPP.

DA VIGENCIA: O prazo de vigência será da data da assinatura até o dia 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de São Miguel do Oeste - SC

Paraíso/SC, 16 de Janeiro de 2018.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO-SC

Passo de Torres

PREFEITURA

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1492044

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

Processo Licitatório nº 003/2018
Dispensa de Licitação nº 003/2018

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM NO CAMPEONATO MUNICIPAL DE BEACH SOCCER BARRA VELHA, DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2018.

Da Contratada: LIGA OSORIENSE DE ÁRBITROS – CNPJ: 18.657.251/0001-09.

Do Valor Global: R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais).

Da Justificativa: A Dispensa de Licitação se faz necessário por se tratar de um serviço necessário para realização do Campeonato de Beach Soccer que acontece todos os anos no município de Passo de Torres/SC. O Valor Global está dentro do limite permitido para a modalidade Dispensa de Licitação.

Do Fundamento Legal: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

Passo de Torres/SC, 10 de Janeiro de 2018.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
Município de Passo de Torres/SC

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

Passo de Torres/SC, 10 de Janeiro de 2018.
Jonas Gomes de Souza
Prefeito Municipal

Paulo Lopes

PREFEITURA

010/2018

Publicação Nº 1492731

PORTARIA Nº 010/2018

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária Municipal de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto da Lei Municipal nº 717 de 25 de outubro de 1995 e suas alterações, na Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990, no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017, e

Considerando o resultado do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar conforme o Ofício nº 043/2015 de 06 de outubro de 2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA,

RESOLVE:

Art. 1º - DAR POSSE a Laísa Rodrigues Izaguirres Fortunato, CPF nº 075.748.269-43, matrícula 11441, na função de Conselheira Tutelar em substituição as conselheiras tutelares titulares que se revezarão em férias, no período 15 de janeiro de 2018 a 19 de junho de 2018.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 017 de 06 de abril de 2009.

Município de Paulo Lopes em 15 de janeiro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de janeiro de 2018.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 017 de 06 de abril de 2009.

Município de Paulo Lopes em 15 de janeiro de 2018.

Célio Machado
Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos

Publicado a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 17 de janeiro de 2018.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

011/2018

Publicação Nº 1492733

PORTARIA Nº 011/2018

CÉLIO MACHADO, Secretário Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no Art. 61 da Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991, e no Decreto nº 65 de 07 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA, a partir de 08/01/2018, o servidor Samir Leal Fernandes, nomeado pela Portaria nº 176/2012, Matrícula nº 10819, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, conforme Carta de Concessão de Aposentadoria.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Penha

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO Nº165/2017 - PMP

Publicação Nº 1492350

1º TERMO ADITIVO Nº. 165/2017-PMP
AO CONTRATO Nº. 059/2017-PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 39/2017 – PMP, modalidade Pregão Presencial nº 26/2017 – PMP
OBJETO: Fornecimento de material e serviços para manutenção/ampliação de rede energia elétrica no Município de Penha/SC

Através do presente instrumento de 1º Termo nº 165/2017-PMP ao Contrato 059/2017-PMP, o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA, com sede na cidade de Itajaí/SC, Avenida Irineu Bornhausen, nº 855 - B, Bairro: São João, CEP: 88304-000, Telefone: (47) – 3348-1214, e-mail: mercolux@mercolux-sc.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.582/0001-69, neste ato representada pelo Sr. Luiz Bunki Otsuka, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 046.638.869,04, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante na cláusula segunda do contrato administrativo nº 059/2017-PMP, fica prorrogada para mais 06 (seis) meses, a contar de 09/12/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, através do Memorando 732/2017, documento anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha/SC, 22 de novembro de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA
LUIZ BUNKI OTSUKA
CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

TESTEMUNHA:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

DE ACORDO:
JANILTO DOMINGOS RAULINO
PROCURADOR GERAL

5º TERMO ADITIVO Nº180/2017 - PMP

Publicação Nº 1492556

5º TERMO ADITIVO Nº 180/2017 PMP
AO CONTRATO Nº 193/2015 PMP

LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 62/2015 – PMP
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2015 – PMP

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA EM CONTROLE PATRIMONIAL, NO ÂMBITO DE ADEQUAÇÃO DOS PROCESSOS DE RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, n 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, e, de outro lado, a Empresa DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA –ME, inscrita no CNPJ sob nº 08.640.413/0001-42, com sede na cidade de São Jose/SC, Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, Bairro: Jd. Cidade de Florianópolis, CEP: 88111-110, Telefone: (48) – 3035-7740/ (48) 9146-7323, e-mail: rodrigofpaim@gmail.com, neste ato representada por Rodrigo Figueiro Paim, brasileiro, solteiro, diretor do comércio, inscrito no CPF/MF sob nº 696.369.740-04 e no RG sob nº 07050542526, residente e domiciliado na Rua Candido Amaro Damásio, nº 456, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante Parecer Jurídico nº 488/2017-PGM e as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

A vigência constante no 3º Termo Aditivo 204/2016-PMP ao Contrato Administrativo nº 193/2015-PMP fica prorrogada para mais 12 (doze) meses a contar de 31.12.2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes da execução do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2018:

Órgão: 05 – Secretaria de Administração

Unidade: 04 – Departamento de Almoxarifado e Patrimônio

Projeto/Atividade: 2010 - Funcionamento e manutenção do Departamento de Almoxarifado

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (31)

Valor: R\$ 44.900,00

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato principal permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Penha/SC, 29 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Contratante/Locatário

DIGITAL TECNOLOGIA E SERV. LTDA – ME

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

CONTRATO Nº 002/2018-FMAS

Publicação Nº 1492276

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS ÁGAPE PARA ACOLHIMENTO DE IDOSO.

CONTRATO Nº 002/2018-FMAS de 05/01/2018

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Assistência Social, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado por seu Gestor, Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de

outro lado, a ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS ÁGAPE, estabelecida à Rua Anastácio Alves, nº 230, Bairro Nossa Senhora de Fátima, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.270.350/0001-04, telefone para contato (47) 3368-9784, (47) 98851-6837, representada neste ato pelo Sr. Rogério José Pereira, CPF sob o nº 323.668.428-30, Presidente, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Mandado de Citação – Antecipação de Tutela – Autos n. 0900201-81.2017.8.24.0048 - Mandado 048.2017/004021-3 – Z03-B.Piçarras (Balneário Piçarras).

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem como objeto a prestação de serviço, pela Contratada, de acolhimento da Sra. Maria Irma Pinheiro dos Santos, conforme justificativa constante da Comunicação Interna nº 03/2018 e Solicitação nº 02/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social, documentos anexos ao Processo, parte integrante do Processo.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 7.600,00 (sete mil seiscentos e seis reais), sendo R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais) mensais.

2.1 - O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias ao mês subsequente ao fornecimento do objeto juntamente com apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.3 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.5 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela CONTRATADA, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O MUNICÍPIO responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta da seguinte dotação orçamentária pertencente ao orçamento do exercício de 2018 do Fundo Municipal de Assistência Social:

Órgão: 40 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade: 2.072 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Elemento: 3.3.50.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (15)

CLÁUSULA QUINTA

5 – A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, o fornecimento dos serviços conforme especificações abaixo:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir o fornecimento dos serviços, não sendo aceitos o objeto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de pessoal, materiais e ou serviços que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l) Reparar, corrigir ou substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus o objeto, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA OITAVA

8 – O presente contrato terá vigência de 4 (quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

9 – São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) encaminhar a idosa ao acolhimento no Lar de Idosos;
- b) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- d) efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 – O fornecimento do objeto contratado será acompanhado e fiscalizado por responsável designado pela Secretaria de Assistência Social, a quem caberá fiscalizar com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

- 18.2 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.
18.3 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 05 de janeiro de 2018.

SÉRGIO DE MELLO
Gestor do Fundo Municipal
Contratante

ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS ÁGAPE
Assistência Social Rogério José Pereira
Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome:
CPF nº.: CPF nº:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

Peritiba

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 3-2018

Publicação Nº 1482294

CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no art. 64, II da Lei Orgânica, e no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração da folha de pagamento e demais obrigações orçamentárias, contábeis e administrativas referentes ao mês de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor Geovane Petter, ocupante de cargo efetivo de Contador, o qual se encontra em férias no período de 08 de janeiro de 2018 a 27 de janeiro de 2018, para retorno ao trabalho em 18 de janeiro, restando os dias de gozo a serem definidos posteriormente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 17 de janeiro de 2018.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

PORTARIA Nº 4-2018

Publicação Nº 1482298

CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no art. 64, II da Lei Orgânica, e no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa,

CONSIDERANDO a necessidade de elaboração da folha de pagamento e demais obrigações orçamentárias, contábeis e administrativas referentes ao mês de janeiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar o servidor César Claudir da Silva, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, o qual se encontra em férias no período de 08 de janeiro de 2018 a 27 de janeiro de 2018, para retorno ao trabalho em 18 de janeiro, restando os dias de gozo a serem definidos posteriormente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 17 de janeiro de 2018.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018 CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

Publicação Nº 1491893

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018
CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

O MUNÍPIO DE PESCARIA BRAVA, O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PESCARIA BRAVA, informam que será realizado Credenciamento de instituições financeiras da rede nacional, que estejam em funcionamento regular, com a finalidade de empréstimo pessoal com consignação em folha de pagamento dos servidores públicos, aposentados e pensionistas da administração direta do poder executivo. Especificações nos anexos do Edital. Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e atualizações, Lei Complementar 123/06. Data de Credenciamento: 05/02/2018 a 29/12/2017. Informações poderão ser obtidas através do Telefone: (048) 3647-6312 no Setor de Licitações. E-mail: compras@pescariabrava.sc.gov.br, Endereço: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.
Pescaria Brava, 15 de janeiro de 2018.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 04 2018 - MATERIAIS

Publicação Nº 1491682

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 04/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAL DE COPA E COZINHA E MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 30/01/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 17 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

DECRETO 4741

Publicação Nº 1491978

DECRETO Nº 4.741, DE 03 DE JANEIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$26.661,42 (Vinte e seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e quarenta e dois centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:03.19 - Transferências FUNDEB(Aplicação em Out.despesas da Educação Básica)

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 10.958-4 FUNDEB)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4742

Publicação Nº 1491979

DECRETO Nº 4.742, DE 03 DE JANEIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA

E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:365 - Educação Infantil

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso: 03.36 - Salário Educação

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 209.439-8 SALARIO EDUCAÇÃO)

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4743

Publicação Nº 1491980

DECRETO Nº 4.743, DE 03 DE JANEIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$54.456.61 (Cinquenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e um centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:3.62 - Transferência de Convênios - Estado/Educação

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 47.032-5 Conv. Transp. Escolar Estadual).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4744

Publicação Nº 1491981

DECRETO Nº 4.744, DE 03 DE JANEIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$72.546,57 (Setenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis reais, e cinquenta e sete centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:6 - Segurança Pública
Subfunção:182 - Defesa Civil
Programa:4 - Segurança Municipal
Ação:2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 62.546,57
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de recurso:300 - Recursos Ordinários

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 5.560-3 Conv. Corpo de bombeiros).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 4745

Publicação Nº 1491982

DECRETO Nº 4.745, DE 03 DE JANEIRO DE 2018
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 5.082,70 (Cinco mil, oitenta e dois reais e setenta centavos), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função:12 - Educação
Subfunção:361 - Ensino Fundamental
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional
Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:3.37 - Outras Transferências FNDE

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado o Superávit Financeiro do Balanço do Município de Pinheiro Preto de 2017, conforme demonstrativo do anexo 14 da lei 4.320/64 – Balanço Patrimonial. (Conta nº 209.504-1 PNATE).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, EM 03 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL CONVOCAÇÃO 09/18

Publicação Nº 1491726

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 09/2018

PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 004/2017, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria Desenvolvimento Urbano, obedecida a ordem final de classificação, o candidato aprovado, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do CPF)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
093.454.089-67	Fernando Horst	Operário Braçal

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do curso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- q.01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual.

A entrega da Documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:00hs as 13:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 040

Publicação Nº 1491739

PORTARIA Nº 040, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

RETIFICA EDITAL CONTENDO LISTAGEM DE APROVADOS TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, EDITAL N. 04/2017, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO que para as funções de Profissional de Apoio a exigência de formação era de magistério ou ensino médio; CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal n. 170/2010, com alterações dadas pela Lei Complementar Municipal nº 179/2012, quanto à formação, faz distinção apenas para fins de vencimentos, não havendo qualquer distinção quanto às atribuições do profissional que possui ensino médio e daquele que possui formação em magistério; CONSIDERANDO que a publicação do resultado final para a função de Professor de Apoio separou candidatos com magistério e candidatos com ensino médio, quando deveriam ter sido observadas as notas obtidas independentemente de o candidato ter feito inscrição com formação em magistério ou ensino médio; CONSIDERANDO a correção do equívoco; CONSIDERANDO o Poder/Dever da Administração Pública rever seus próprios atos, RESOLVE:

Art. 1º Fica retificada a listagem de aprovados no Teste Seletivo para contratação de servidor em caráter temporário, Edital nº 04/2017, no que tange às funções de Professor de Apoio 20 hs e 40 hs, na forma do quadro abaixo:

PROFISSIONAL DE APOIO - 20HRS											
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
50	MARLEI MARIA PANCERI	1,85	1,65	0,93	1,45	5,88	0,00	5,88	APROVADO(A)	1º	05/09/1958
61	VIVIANE MELLO DA VEIGA	2,96	1,65	0,31	0,87	5,79	0,00	5,79	APROVADO(A)	2º	10/12/1989
156	SALETE LURDES GRIS BENDER	2,22	0,99	0,31	1,45	4,97	0,00	4,97	APROVADO(A)	3º	14/09/1955
108	OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO	2,22	1,32	0,62	0,58	4,74	0,00	4,74	APROVADO(A)	4º	14/01/1956
46	ANA CAROLINA VECENTIN	1,85	1,32	0,62	0,87	4,66	0,00	4,66	APROVADO(A)	5º	11/02/1999
134	JOSIANE GABRIELE BACKER	1,85	1,32	0,62	0,87	4,66	0,00	4,66	APROVADO(A)	6º	10/12/1987
120	MAIRA DE SOUZA SIMIONATTO	1,48	0,99	1,24	0,87	4,58	0,00	4,58	APROVADO(A)	7º	09/09/1995
153	ELIANE BONEMBERGER MULLER	1,11	0,66	0,62	1,45	3,84	0,00	3,84	APROVADO(A)	8º	08/03/1980

PROFISSIONAL DE APOIO - 40HRS											
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
83	INGRID FRITZEN VAZ	2,22	1,65	0,93	0,87	5,67	0,00	5,67	APROVADO(A)	1º	29/12/1995
55	CLAUDINEIA MORAES	2,22	1,32	1,24	0,87	5,65	0,00	5,65	APROVADO(A)	2º	08/11/1983
94	DARA DE OLIVEIRA SOTEL	1,48	1,98	0,93	1,16	5,55	0,00	5,55	APROVADO(A)	3º	21/03/1998
116	NAIARA DENARDI CASAGRANDE	2,22	0,66	1,24	1,16	5,28	0,00	5,28	APROVADO(A)	4º	23/03/1995
143	ANA PAULA DE DEMORI CARLETTO	2,59	0,66	0,62	1,16	5,03	0,00	5,03	APROVADO(A)	5º	16/10/1973
16	PAULA FRITZEN DA SILVA	2,22	0,99	0,62	1,16	4,99	0,00	4,99	APROVADO(A)	6º	07/06/1990
79	ALINE TEREZINHA ANTUNES PAIVA DE SÁ	2,22	1,32	0,62	0,58	4,74	0,00	4,74	APROVADO(A)	7º	09/01/1989
29	DAIANE THOMÉ	2,22	0,66	0,93	0,87	4,68	0,00	4,68	APROVADO(A)	8º	15/07/1997
38	FABIANE KUNZEL SILVA	1,48	1,32	0,31	1,16	4,27	0,00	4,27	APROVADO(A)	9º	23/05/1990
13	TIAGO GONÇALVES LINS	0,74	1,32	0,93	0,87	3,86	0,00	3,86	APROVADO(A)	10º	26/01/1989
36	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	2,22	0,33	0,62	0,58	3,75	0,00	3,75	APROVADO(A)	11º	26/02/1983
21	NATANIELA PANQ RODRIGUES	1,11	0,66	0,93	0,87	3,57	0,00	3,57	APROVADO(A)	12º	13/11/1993
131	GIOVANA MANOELA DE ARAUJO	2,22	0,66	0,31	0,29	3,48	0,00	3,48	APROVADO(A)	13º	19/01/1987
145	IVETE MARIA MENEGATT DA IGREJA	2,22	0,66	0,00	0,58	3,46	0,00	3,46	APROVADO(A)	14º	13/07/1963
118	TALITA PELLICOLI	1,11	0,99	0,31	0,87	3,28	0,00	3,28	APROVADO(A)	15º	24/02/1989
152	CAMILA PASOLD	1,48	0,00	0,62	1,16	3,26	0,00	3,26	APROVADO(A)	16º	06/07/1981
33	MATEUS BELOTTO	0,74	1,32	0,62	0,58	3,26	0,00	3,26	APROVADO(A)	17º	08/02/1997
138	JAQUELINE PARAVISI DUQUESNE	1,11	1,32	0,00	0,58	3,01	0,00	3,01	APROVADO(A)	18º	19/03/1992

Art. 2º Considerando a retificação na forma do art. 1º desta Portaria, fica retificado e homologado o resultado de classificação final do processo seletivo para contratação de servidores em caráter temporário, Edital de Teste Seletivo nº 004, de 14 de novembro de 2017, na

forma do quadro consolidado abaixo:
 EDITAL Nº 04 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017.
 LISTAGEM DOS APROVADOS

ATENDENTE DE CRECHE I											
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.	
96	GLÁUCIA BACKES RODRIGUES	2,96	0,99	0,31	0,87	5,13	5,13	APROVADO(A)	1º	28/08/1999	
74	ANDRESSA NEIS	1,48	0,99	0,62	0,87	3,96	3,96	APROVADO(A)	2º	07/11/1995	
132	TATIANE BARRETO DA SILVA	1,48	0,66	0,93	0,87	3,94	3,94	APROVADO(A)	3º	14/05/1996	
126	NEILA REGINA BONADIMAN NORA	1,11	1,32	0,62	0,87	3,92	3,92	APROVADO(A)	4º	29/09/1972	
32	BRUNA RODRIGUES RIBEIRO	1,11	0,99	0,62	1,16	3,88	3,88	APROVADO(A)	5º	22/07/1994	
115	SIRLEI MARIA DA FONSECA	1,11	1,32	0,31	0,87	3,61	3,61	APROVADO(A)	6º	29/10/1969	
98	MAITE CHAINE ZUCONELLI	1,11	1,32	0,31	0,87	3,61	3,61	APROVADO(A)	7º	19/07/1997	
85	SABRINA DA SILVA SLOGO	1,85	0,66	0,62	0,29	3,42	3,42	APROVADO(A)	8º	20/03/1997	
54	MICHELE ANA DALAPRIA	1,85	0,33	0,93	0,29	3,40	3,40	APROVADO(A)	9º	14/11/1988	
121	CRISTIANE RODRIGUES RIBEIRO	1,48	1,32	0,00	0,58	3,38	3,38	APROVADO(A)	10º	28/05/1986	
42	VIVIANE GESSI	1,11	0,66	0,62	0,87	3,26	3,26	APROVADO(A)	11º	13/04/1998	
130	ELAINE RODRIGUES RIBEIRO	0,74	1,32	0,31	0,87	3,24	3,24	APROVADO(A)	12º	21/06/1997	
58	CAMILA DIANIFFER JARDIM COR- DEIRO	1,85	0,66	0,00	0,58	3,09	3,09	APROVADO(A)	13º	30/10/1999	
72	ENY JOYCE MARRANA MIILLER	1,11	1,32	0,31	0,29	3,03	3,03	APROVADO(A)	14º	04/03/1997	

PROFESSOR DE ARTES - 20 HRS											
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
113	KARINA CHIARANI FACCIN	1,11	1,65	0,93	1,16	4,85	4,40	9,25	APROVA- DO(A)	1º	09/12/1981
80	MARIZETE MARIA CERON PIANA	1,48	1,65	0,93	1,16	5,22	3,70	8,92	APROVA- DO(A)	2º	20/10/1973

OPERÁRIO BRAÇAL										
Inscrição	Candidato	C.P	C.M	C.G		T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
34	FERNANDO HORST	2,50	1,00	1,50	0,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	1º	31/08/1994
23	SUZANA DOS SANTOS	2,00	0,50	2,00	0,00	4,50	4,50	APROVADO(A)	2º	13/08/1979
57	ANTONIO FRANCISCO MANFROI	2,00	0,50	1,50	0,00	4,00	4,00	APROVADO(A)	3º	10/10/1967
22	IVAN BONDICZ	2,00	0,50	1,00	0,00	3,50	3,50	APROVADO(A)	4º	05/11/1968

SERVENTE										
Inscrição	Candidato	C.P	C.M	C.G		T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
102	ANA PAULA BERNARDI	3,50	1,00	2,50	0,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	1º	21/04/1987
2	MARCIA APARECIDA DA SILVA	3,00	2,00	2,00	0,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	2º	12/05/1989
3	ELISANGELA APARECIDA DA ROSA	3,00	2,00	2,00	0,00	7,00	7,00	APROVADO(A)	3º	08/12/1984
114	SIRLEI APARECIDA RIBEIRO MUGNOL	3,00	1,50	2,00	0,00	6,50	6,50	APROVADO(A)	4º	10/06/1975
82	LUANA DE FÁTIMA RIBEIRO SEMAM	3,50	1,00	1,50	0,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	5º	18/08/1996
125	VERA LUCIA RIBEIRO	3,00	1,50	1,50	0,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	6º	06/05/1967
154	JURACI DA SILVA	3,00	1,00	2,00	0,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	7º	24/09/1986
158	ELIANE RODRIGUES RIBEIRO HUBER	2,50	2,00	1,50	0,00	6,00	6,00	APROVADO(A)	8º	30/10/1988
155	JAQUELINE SPEGIORIN RODRIGUES	2,50	1,00	2,00	0,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	9º	16/05/1993
31	ENIR SALETE DE MATOS	2,00	2,00	1,50	0,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	10º	18/11/1961
14	IVANILDA TERESINHA DEL PIZZOL SCHUCK	2,00	2,00	1,50	0,00	5,50	5,50	APROVADO(A)	11º	04/10/1969
81	ANALÚ DOS SANTOS	2,50	1,50	1,00	0,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	12º	30/01/1992
64	ALESSANDRA RUFINO DAS NEVES	2,50	0,50	2,00	0,00	5,00	5,00	APROVADO(A)	13º	19/11/1995
56	DENIZE NUNES DALMAZO	2,00	1,50	1,00	0,00	4,50	4,50	APROVADO(A)	14º	01/01/1987
11	ANA LUCIA RODRIGUES	2,50	0,00	1,00	0,00	3,50	3,50	APROVADO(A)	15º	26/09/1992
27	ROSANE RIBEIRO DA LUZ VIECELLI	2,00	0,50	1,00	0,00	3,50	3,50	APROVADO(A)	16º	11/07/1975

67	ALINE CAMPOS VIEIRA	1,50	0,50	1,50	0,00	3,50	3,50	APROVADO(A)	17º	31/08/1992
35	DESOLINA PAIANO	1,50	0,50	1,50	0,00	3,50	3,50	APROVADO(A)	18º	10/06/1970
69	DAIANE DAMASIO DOS SANTOS	0,50	0,50	2,00	0,00	3,00	3,00	APROVADO(A)	19º	30/08/1996

PROFESSOR DE INGLÊS - 20 HORAS

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
149	ROGERIO RICARDO	2,59	1,98	1,55	1,16	7,28	1,50	8,78	APROVADO(A)	1º	10/08/1972
157	JULIANA PASOLD GUZZI	2,22	1,32	0,31	0,87	4,72	2,50	7,22	APROVADO(A)	2º	16/03/1977

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 10 HRS

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
139	VIVIANE ANTUNES DE LIMA	2,22	0,99	0,62	1,16	4,99	1,00	5,99	APROVADO(A)	1º	23/10/1993

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HRS

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
15	DANIELLA GRUTZMANN	2,22	1,65	1,24	1,16	6,27	2,40	8,67	APROVADO(A)	1º	29/01/1993
142	DOUGLAS WANDERSON ULIANO	1,85	0,99	0,93	1,16	4,93	3,50	8,43	APROVADO(A)	2º	06/04/1989
28	DAIANY DA SILVA MONTAR-ROYOS	1,85	1,65	0,62	0,29	4,41	3,50	7,91	APROVADO(A)	3º	11/11/1987
141	ANGELICA APARECIDA UBERTI	2,22	0,99	0,31	1,16	4,68	2,50	7,18	APROVADO(A)	4º	21/06/1991
99	LANA OLIVEIRA DA SILVA	1,85	0,99	0,93	0,58	4,35	2,50	6,85	APROVADO(A)	5º	26/12/1994
30	EVELIN CRISTINE ZIMMERMAM	2,59	1,32	0,93	1,45	6,29	0,00	6,29	APROVADO(A)	6º	22/11/1994
78	FERNANDA TALITA FERREIRA	1,85	0,99	1,24	0,87	4,95	1,00	5,95	APROVADO(A)	7º	10/08/1988

PROFESSOR REGENTE DE CRECHE

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
136	DELESIA ORZZATTO MICHELUZZI	1,48	1,65	0,62	1,16	4,91	3,90	8,81	APROVADO(A)	1º	06/05/1975
133	ELIBIDA CASSIANO POCERA GASANIGA	2,22	1,32	0,93	0,29	4,76	3,50	8,26	APROVADO(A)	2º	30/01/1977
117	TATIANA APARECIDA SLOGO BRAND GUINDANI	1,85	0,66	0,62	0,87	4,00	3,90	7,90	APROVADO(A)	3º	23/10/1983
109	VANDERLEA ANA CARLETO DE SIQUEIRA	1,11	0,66	0,62	1,16	3,55	3,70	7,25	APROVADO(A)	4º	02/12/1970
73	SOLANGE DALABRIDA SOTEL	1,11	1,32	0,62	1,16	4,21	2,50	6,71	APROVADO(A)	5º	03/04/1992
86	SIMONE ZUCCO DAVILA SLOGO	1,11	1,65	0,31	0,00	3,07	3,50	6,57	APROVADO(A)	6º	08/01/1978
7	LEANDRA APARECIDA AMALCABURIO	1,48	0,99	0,93	1,16	4,56	0,00	4,56	APROVADO(A)	7º	07/07/1989
65	CELSE ALESSANDRO COITO	1,11	1,32	0,62	0,58	3,63	0,00	3,63	APROVADO(A)	8º	09/01/1981

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
71	ROSANA MISTURINI BOGONI	2,96	1,32	0,62	1,16	6,06	4,40	10,46	APROVADO(A)	1º	03/12/1971
5	VERONICE FRITZEN	2,22	1,32	1,24	0,87	5,65	4,60	10,25	APROVADO(A)	2º	08/08/1968
104	MARINEZ BEAL PARTYKA	2,22	1,32	1,24	0,87	5,65	4,40	10,05	APROVADO(A)	3º	17/10/1961
103	IVANIA BEAL BRESSAN	1,85	0,99	1,24	1,45	5,53	4,40	9,93	APROVADO(A)	4º	12/12/1966
63	ROSANA DOS SANTOS	2,96	0,66	1,24	0,58	5,44	4,20	9,64	APROVADO(A)	5º	11/05/1978
100	IVONETE CERON PICCOLI	2,59	0,66	0,62	1,45	5,32	4,20	9,52	APROVADO(A)	6º	07/06/1966
9	IDIMARA SAMISTRARO	2,59	1,32	0,62	1,16	5,69	3,70	9,39	APROVADO(A)	7º	28/05/1984
137	BERNARDETE PASETO FARINA	2,22	0,99	1,24	0,87	5,32	4,00	9,32	APROVADO(A)	8º	21/02/1967
119	SOLOY APARECIDA KLEINIBING MANICA	1,85	2,64	0,31	1,16	5,96	3,20	9,16	APROVADO(A)	9º	21/01/1970
66	ANA LUCIA ANDRES CAZARIN	1,48	1,65	0,62	0,87	4,62	4,20	8,82	APROVADO(A)	10º	15/01/1966
12	SOLANGE APARECIDA BATISTA MANICA	2,22	0,99	0,31	1,16	4,68	4,00	8,68	APROVADO(A)	11º	07/03/1975
127	FABIANA KOPP BENQUE	1,48	2,31	0,31	0,87	4,97	3,50	8,47	APROVADO(A)	12º	14/07/1984
59	MARCELINA FALCHETTI PERETTI	1,48	0,66	0,93	1,16	4,23	3,70	7,93	APROVADO(A)	13º	16/10/1965
140	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA DE ARAUJO	1,48	0,66	0,93	0,87	3,94	3,90	7,84	APROVADO(A)	14º	20/05/1969

62	ROSANA CARLESSO ALBERTI	2,22	0,66	0,62	1,45	4,95	2,70	7,65	APROVADO(A)	15º	21/04/1975
8	ANA CLAUDIA MENEGAO	1,48	0,66	0,62	1,16	3,92	3,70	7,62	APROVADO(A)	16º	18/11/1979
41	SAMUEL STRAUSS MOZZ	2,96	1,32	1,24	0,58	6,10	1,40	7,50	APROVADO(A)	17º	17/04/1994
150	DANIELLI STREY FREDO	1,85	1,32	0,93	1,16	5,26	2,00	7,26	APROVADO(A)	18º	10/04/1996
90	DANIELLI POSSERA	1,11	1,98	0,93	0,58	4,60	2,40	7,00	APROVADO(A)	19º	28/09/1992
87	JUCIMARA ZITTERELL SIMIONATO	1,11	1,98	0,93	0,58	4,60	2,40	7,00	APROVADO(A)	20º	08/04/1973
88	SIMONE MORAIS CORDEIRO	1,48	0,99	0,93	1,16	4,56	2,40	6,96	APROVADO(A)	21º	22/10/1985
122	ELIANE MOREIRA DOS SANTOS	1,11	0,99	0,62	0,87	3,59	2,30	5,89	APROVADO(A)	22º	27/06/1976
111	MARITILDE DIOGO	1,11	1,65	0,31	0,58	3,65	2,20	5,85	APROVADO(A)	23º	18/06/1977
60	CRISTIANE FACHIM	1,48	0,66	1,55	0,29	3,98	0,00	3,98	APROVADO(A)	24º	24/05/1990

PROFISSIONAL DE APOIO - 20HRS

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
50	MARLEI MARIA PANCERI	1,85	1,65	0,93	1,45	5,88	0,00	5,88	APROVADO(A)	1º	05/09/1958
61	VIVIANE MELLO DA VEIGA	2,96	1,65	0,31	0,87	5,79	0,00	5,79	APROVADO(A)	2º	10/12/1989
156	SALETE LURDES GRIS BENDER	2,22	0,99	0,31	1,45	4,97	0,00	4,97	APROVADO(A)	3º	14/09/1955
108	OLIVETE VESCOVI DALL BOSCO	2,22	1,32	0,62	0,58	4,74	0,00	4,74	APROVADO(A)	4º	14/01/1956
46	ANA CAROLINA VECENTIN	1,85	1,32	0,62	0,87	4,66	0,00	4,66	APROVADO(A)	5º	11/02/1999
134	JOSIANE GABRIELE BACKER	1,85	1,32	0,62	0,87	4,66	0,00	4,66	APROVADO(A)	6º	10/12/1987
120	MAIRA DE SOUZA SIMIONATTO	1,48	0,99	1,24	0,87	4,58	0,00	4,58	APROVADO(A)	7º	09/09/1995
153	ELIANE BONEMBERGER MULLER	1,11	0,66	0,62	1,45	3,84	0,00	3,84	APROVADO(A)	8º	08/03/1980

PROFISSIONAL DE APOIO - 40HRS

Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	T.P.O.	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
83	INGRID FRITZEN VAZ	2,22	1,65	0,93	0,87	5,67	0,00	5,67	APROVADO(A)	1º	29/12/1995
55	CLAUDINEIA MORAES	2,22	1,32	1,24	0,87	5,65	0,00	5,65	APROVADO(A)	2º	08/11/1983
94	DARA DE OLIVEIRA SOTEL	1,48	1,98	0,93	1,16	5,55	0,00	5,55	APROVADO(A)	3º	21/03/1998
116	NAIARA DENARDI CASA-GRANDE	2,22	0,66	1,24	1,16	5,28	0,00	5,28	APROVADO(A)	4º	23/03/1995
143	ANA PAULA DE DEMORI CARLETTO	2,59	0,66	0,62	1,16	5,03	0,00	5,03	APROVADO(A)	5º	16/10/1973
16	PAULA FRITZEN DA SILVA	2,22	0,99	0,62	1,16	4,99	0,00	4,99	APROVADO(A)	6º	07/06/1990
79	ALINE TEREZINHA ANTUNES PAIVA DE SÁ	2,22	1,32	0,62	0,58	4,74	0,00	4,74	APROVADO(A)	7º	09/01/1989
29	DAIANE THOMÉ	2,22	0,66	0,93	0,87	4,68	0,00	4,68	APROVADO(A)	8º	15/07/1997
38	FABIANE KUNZEL SILVA	1,48	1,32	0,31	1,16	4,27	0,00	4,27	APROVADO(A)	9º	23/05/1990
13	TIAGO GONÇALVES LINS	0,74	1,32	0,93	0,87	3,86	0,00	3,86	APROVADO(A)	10º	26/01/1989
36	ALEX BRUNO GASPARELLO RIZZOLLI	2,22	0,33	0,62	0,58	3,75	0,00	3,75	APROVADO(A)	11º	26/02/1983
21	NATANIELA PANQ RODRIGUES	1,11	0,66	0,93	0,87	3,57	0,00	3,57	APROVADO(A)	12º	13/11/1993
131	GIOVANA MANOELA DE ARAUJO	2,22	0,66	0,31	0,29	3,48	0,00	3,48	APROVADO(A)	13º	19/01/1987
145	IVETE MARIA MENEGATT DA IGREJA	2,22	0,66	0,00	0,58	3,46	0,00	3,46	APROVADO(A)	14º	13/07/1963
118	TALITA PELLICOLI	1,11	0,99	0,31	0,87	3,28	0,00	3,28	APROVADO(A)	15º	24/02/1989
152	CAMILA PASOLD	1,48	0,00	0,62	1,16	3,26	0,00	3,26	APROVADO(A)	16º	06/07/1981
33	MATEUS BELOTTO	0,74	1,32	0,62	0,58	3,26	0,00	3,26	APROVADO(A)	17º	08/02/1997
138	JAQUELINE PARAVISI DUQUESNE	1,11	1,32	0,00	0,58	3,01	0,00	3,01	APROVADO(A)	18º	19/03/1992

Art. 3º Em razão da retificação de que trata o art. 1º desta Portaria, a Secretária de Educação deverá notificar os candidatos para as funções de Professor de Apoio acerca da presente retificação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria n 022, de 10 de janeiro de 2018.



CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO – SC, 16 DE JANEIRO DE 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

Piratuba

PREFEITURA

DECRETO 920/2018

Publicação Nº 1492008

DECRETO Nº 920/2018, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
NOMEIA COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO PARA CHAMAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA – SC
O PREFEITO DE PIRATUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica e do Decreto n. 736, de 14 de fevereiro de 2017 que regulamenta a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETA

Art. 1º Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Julgamento e Seleção para Chamamento Público:

- I. Karla Riffel da Silva;
- II. Paulo Ricardo Kurt Schuch;
- III. Camila Aparecida Pires Belotto;
- IV. Roselei Koch;
- V. Simara Teixeira Petry.

Art. 2º. A atuação da Comissão de Seleção e Julgamento de Chamamento Público, suas atribuições e impedimentos são os definidos Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações; Decreto Municipal nº 736/2017, de 14 de fevereiro de 2017 e Decreto Municipal nº 919/2018, de 10 de janeiro de 2018.

Art. 3º O serviço da comissão designada no art. 1º deste Decreto, será considerado de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 16 de janeiro de 2018.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 16 de janeiro de 2018.
Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

V. Lucio Adriano Maia Linhares.

Art. 2º. A atuação da Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público, suas atribuições e impedimentos são os definidos Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações; Decreto Municipal nº 736/2017, de 14 de fevereiro de 2017 e Decreto Municipal nº 919/2018, de 10 de janeiro de 2018.

Art. 3º O serviço da comissão designada no art. 1º deste Decreto, será considerado de caráter relevante, não lhe atribuindo qualquer remuneração.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 16 de janeiro de 2018.
Olmir Paulinho Benjamini
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público
Conforme Lei 1.388/2017 e Lei nº226/93
Em 16 de janeiro de 2018.

Giovani Gelson Meneghel
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 921/2018

Publicação Nº 1492012

DECRETO Nº 921/2018, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.
NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PIRATUBA – SC
O PREFEITO DE PIRATUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica e do Decreto n. 736, de 14 de fevereiro de 2017 que regulamenta a Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações,

DECRETO

Art. 1º Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação de Chamamento Público:

- I. Karoline Petry;
- II. Aline Aparecida Faé Inocenti;
- III. Evandro Lopes Santana;
- IV. Gracieli D'Avila Ganzana;

Planalto Alegre

PREFEITURA

TCU01_2018

Publicação Nº 1492347

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO AO TERMO DE CONCESSÃO
DE USO Nº 001/2018

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE.

CONCESSIONÁRIA: SIMONE DA MAIA PAVÃO - ME

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO PARA FINS DE INCENTIVO À EXPLORAÇÃO INDUSTRIAL.

Vigência: 20 (vinte anos) renováveis

Licitação: Concorrência nº 061/2017

Planalto Alegre- SC em 16 de Janeiro de 2018

Juares Bet

Prefeito

Pomerode

PREFEITURA

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2015 – 35FP - PRORROGAÇÃO - FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

Publicação Nº 1492003

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017 / 2015 – 35FP PRORROGAÇÃO

Processo Administrativo n.º 005 / 2015.

Convite p/ Compras e Serviços n.º 004 / 2015.

Contratante: FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE.

Contratado: BLUMEN LANDHAUS EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS E ADJACÊNCIAS, PÓRTICOS DO MUNICÍPIO, PRAÇAS E O PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, BEM COMO A DECORAÇÃO DOS VEÍCULOS, CARROÇAS, REBOQUES, ENTRE OUTROS PARA A EDIÇÃO DA 35ª FESTA POMERANA, A REALIZAR-SE DE 10 A 21 DE JANEIRO DE 2018, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Prorrogação da execução contratual para a edição da 35ª Festa Pomerana, a ser realizada no período de 10 a 21 de Janeiro de 2018.

Valor Total Contratado – R\$32.987,00 (trinta e dois mil e novecentos e oitenta e sete reais) – reajuste pelo IGP-M e acréscimo de 25%.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual e reajuste do valor contratado para a edição da 35ª Festa Pomerana, a ser realizada no período de 10 a 21 de Janeiro de 2018, em conformidade com as Cláusulas Sexta e Nona do Contrato Administrativo n.º 017/2015 e Lei Federal n.º 8.666/93, diante da necessidade de compra de novos materiais, aumento de veículos e carroças participantes no desfile, bem como acréscimo de um dia a mais na Festa.

Pomerode / SC, 20 de Dezembro de 2017.

ARNO HERCÍLIO TEICHMANN

Presidente do Conselho Administrativo da FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 149/2018

Publicação Nº 1492021

Portaria Nº 149/2018

EXONERA CELSO VINICIUS DOMINGOS PARISOTTO DO CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR ESPECIAL

JOSÉ AMARILDO DA SILVA, PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o senhor CELSO VINICIUS DOMINGOS PARISOTTO, portador do CPF: 049.911.249-05, do cargo de ASSESSOR PARLAMENTAR ESPECIAL, de provimento em comissão, a partir do dia 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Pomerode, 15 de janeiro de 2018.

José Amarildo da Silva

Presidente

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

PORTARIA - 009/2018

Publicação Nº 1491975

PORTARIA Nº 009/2018
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas no artigo 81, inciso VIII da Lei Orgânica e Art. 71 da Lei nº006/01.
RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido a Servidora DELFA TEREZINHA WOLLINGER COSTA, ocupante do cargo de Secretaria Executiva, junto ao Departamento de Administração, Licença para tratar de Assuntos Particulares, correspondente a um período de 180 (Cento e oitenta) dias, com início em 22/01/2018, e na forma prevista pelo Artigo 71 da Lei 006/2001 e consoante requerimento encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 16 de Janeiro de 2018.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezesseis dias do mês de Janeiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal.

Delfa Terezinha Wolinger Costa
Secretaria Executiva

Ponte Serrada

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 21/2018 PASQUALI

Publicação Nº 1492388

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº102/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

CONTRATO Nº21/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: LUIZ PASQUALI 55996680963

CNPJ: 13.167.725/0001-10

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 06(SEIS) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR SOB ESTEIRAS, RETRO ESCAVADEIRA E ROLO COMPACTADOR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Valor global de R\$ 74.550,00 (Setenta e Quatro Mil Quinhentos e Cinquenta e Cinco Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Janeiro de 2018 até 31 de Julho de 2019. Ponte Serrada, 15 de Janeiro de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 22/2018 CONSTRUTORA UNIÃO

Publicação Nº 1492397

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº102/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

CONTRATO Nº22/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: CONSTRUTORA UNIÃO LTDA

CNPJ: 08.348.561/0001-98

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 06(SEIS) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR SOB ESTEIRAS, RETRO ESCAVADEIRA E ROLO COMPACTADOR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Valor global de R\$ 63.250,00 (Sessenta e Três Mil Duzentos e Cinquenta Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Janeiro de 2018 até 31 de Julho de 2019. Ponte Serrada, 16 de Janeiro de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 23/2018 M & A

Publicação Nº 1492399

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº102/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

CONTRATO Nº23/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: M&A TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES EIRELI ME

CNPJ: 27.778.519/0001-51

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 06(SEIS) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR SOB ESTEIRAS, RETRO ESCAVADEIRA E ROLO COMPACTADOR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Valor global de R\$ 34.500,00 (Trinta e Quatro Mil e Quinhentos Reais). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Janeiro de 2018 até 31 de Julho de 2019. Ponte Serrada, 16 de Janeiro de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 24/2018 VP

Publicação Nº 1492400

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº102/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2017

CONTRATO Nº24/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: VP ESCAVAÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA ME

CNPJ: 18.326.646/0001-29

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO COM VALIDADE PARA 06(SEIS) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, TRATOR SOB ESTEIRAS, RETRO ESCAVADEIRA E ROLO COMPACTADOR, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS. Valor global de R\$ 50.082,50 (Cinquenta Mil Oitenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato tem vigência de 16 de Janeiro de 2018 até 31 de Julho de 2019. Ponte Serrada, 16 de Janeiro de 2018. ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2018 INEXIGIBILIDADE Nº 1/2018 LABORATÓRIOS - FMS

Publicação Nº 1492401

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 1/2018-IL-FMS

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de INEXIGIBILIDADE, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto CREDENCIAMENTO DAS ENTIDADES PRIVADAS QUE SEJAM PRESTADORAS DE SERVIÇOS LABORATORIAIS COM COLETA DE REALIZAÇÃO DE EXAMES, PELOS VALORES CONSTANTES DA TABELA S.U.S (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. Valor: RS: 237.379,68 (Duzentos e Trinta e Sete Mil Trezentos e Setenta e Nove Reais e Sessenta e Oito Centavos). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 13:00 horas e 50 minutos (horário de Brasília) do dia 19/01/2018. Abertura da Sessão às 14:00 horas (horário de Brasília) do dia 19/01/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo

e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.
Ponte Serrada, 16 de Janeiro de 2018.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018 GÁS E ÁGUA**

Publicação Nº 1492405

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO PARCELA-DA DE GÁS P13 E P45 E ÁGUA MINERAL PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Valor: RS: 43.551,25 (Quarenta e Três Mil Quinhentos e Cinquenta e Um Reais e Vinte e Cinco Centavos). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ÍTEM. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 30/01/2018. Abertura da Sessão às 08:30 horas (horário de Brasília) do dia 30/01/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.
Ponte Serrada, 16 de Janeiro de 2018.
ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1744, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1492549

DECRETO Nº 1744, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Disciplina o uso de equipamentos causadores de poluição sonora no Bairro do Araçá, em conformidade com o art. 63 da Lei Complementar Municipal nº 35/2011, Código de Postura, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e:

Considerando as reclamações persistentes durante a temporada de verão dos moradores do Bairro Araçá que versam sobre emissão de ruídos e perturbação do sossego ou da vizinhança;

Considerando que o Decreto Municipal nº 395/2008 criou a Área de Proteção Ambiental - APA da Ponta do Araçá, visando compatibilizar a utilização dos recursos naturais com a proteção da biodiversidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região;

Considerando a Recomendação nº 07/2013/1ªPJ/PB, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Belo, que dentre várias recomendações determina "que o excesso de barulho pode ser constatado a qualquer horário do dia ou da noite, uma vez que a lei não delimita horários, nem mesmo abre exceções à prática criminosa ambiental";

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 35/2011, em seu artigo 63 assim dispõe: "É proibido perturbar o sossego e o bem-estar público com ruídos, vibrações, sons excessivos ou incômodos de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma ou que contrariem os níveis máximos de intensidade fixados pelo Código Urbanístico";

Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 35/2011 c/c a Lei Complementar Municipal nº 33/2011, dispõe sobre o controle da emissão de ruídos, contudo sem tipificar condutas que não sejam ligadas a eventos corriqueiros;

Considerando que a Lei Municipal nº 1950/2011, em seu art. 19, inciso X, determina que é de sua competência "Fiscalizar, monitorar e coibir a emissão de sons e ruídos prejudiciais à saúde e ao sossego público";

Considerando que o Decreto Lei nº 3.688/1941 dispõe no art. 42: "Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios: I - com gritaria ou algazarra; II - exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais; III - abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos; IV - provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda";

Considerando o dever da Administração Municipal de zelar pela manutenção da ordem, da moralidade e do sossego público em todo o território do Município, a fim de se evitar a poluição sonora e se resguardar a ordem pública, DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que na área compreendida como Macrozona Urbana do Araçá - MUA, em especial no espelho d'água da praia do Caixa D'Aço, será proibido a partir das 20:00 horas o uso de qualquer tipo de equipamentos sonoros instalados em veículos e embarcações, aparelhos mecânicos avulsos ou qualquer instrumento que possa ocasionar a perturbação do sossego ou da vizinhança, caracterizado por poluição sonora, acima de 45dB (quarenta e cinco decibéis).

Parágrafo Único. Entende-se por poluição sonora toda emissão de som que, direta ou indiretamente, seja ofensiva ou nociva à saúde, à segurança e ao bem-estar da coletividade ou transgrida as disposições fixadas na Lei Complementar Municipal nº 33/2011.

Art. 2º Em conformidade com o art. 213 da Lei Complementar Municipal nº 33/2011, será permitido o uso de equipamento sonoro no local descrito no art. 1º até 50dB (cinquenta decibéis), durante o período diurno, compreendido entre as 5:00 e 20:00 horas.

Art. 3º Compete a Fundação Municipal de Meio Ambiente, com o apoio da Secretaria de Planejamento Urbano, e ainda, quando necessário, da Polícia Militar e da Capitania dos Portos, as diligências de fiscalização com a finalidade de controlar e coibir as condutas descritas nos artigos anteriores.

Art. 4º Constatada a irregularidade o agente deverá exigir dos responsáveis toda documentação legal pertinente ao caso concreto.

I - Na hipótese da não identificação do responsável pela conduta ou na ausência de documentação pertinente, deverá o agente arrecadar todos os bens que contribuam para emissão excessiva ou incômoda do som.

II - Competirá ao agente, lavrar o auto de apreensão e/ou arrecadação descrevendo a conduta e os bens que serão encaminhados ao depósito, devendo constar a identificação e assinatura do proprietário ou detentor do citado bem.

Art. 5º Todo material arrecadado será encaminhado ao depósito público do Município, devendo ser liberado após apresentação de documentação comprobatória de sua propriedade de origem.

Parágrafo único. O proprietário terá o prazo de 30 (trinta) dias para resgate dos bens apreendidos conforme o disposto no artigo anterior, sob pena de encaminhamento dos citados bens a leilão.

Art. 6º aplica-se ao presente Decreto as penalidades previstas nas Leis Complementares Municipais nº 33/2011 e nº 35/2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

ERRATA PRG 060/2017 - PMPB

Publicação Nº 1492352

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2017 – PMPB - RETIFICADO

O município de Porto Belo, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Anexo I do edital em epigrafe, no que segue:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Contratação de empresa para Locação de equipamentos novos de primeiro Uso para o fornecimento de reproduções (impressões e Cópias, digitalização de documentos e envio/recebimento de fax, incluída a instalação, prestação de serviços de manutenção preventiva/ corretiva com reposição de peças, componentes e materiais utilizados na operação e limpeza, treinamento dos usuários e disponibilização de software para gerenciamento de impressão, fornecimento de todos os insumos, exceto papel e grampo, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Porto Belo, conforme especificações, quantitativos, condições e endereços de instalação estabelecidos neste Edital.

Onde se-lê:

D	<p>Impressora Multifuncional monocromática, A4 – 50ppm ou superior (Tecnologia laser ou LED)</p> <p>a) Tecnologia laser ou led monocromática;</p> <p>b) Pannel touchscreen com possibilidade de instalar recursos extras;</p> <p>c) Velocidade de 52 ppm;</p> <p>d) Velocidade da primeira impressão inferior ou igual a 6 segundos;</p> <p>e) Suportar papel: Carta, A4, e Ofício;</p> <p>f) Alimentador de originais frente e verso;</p> <p>g) Impressão frente e verso (duplex) automático;</p> <p>h) Memória RAM 1,5 GB;</p> <p>i) Possuir recurso de impressão segura;</p> <p>j) Possuir recurso para instalação de software de gestão de impressão/cópia e software de gerenciamento de documentos e processos no equipamento;</p> <p>k) Possuir HD de no mínimo 160 GB</p> <p>l) Bandeja de papel com capacidade para 500 folhas (Mínimo);</p> <p>m) Possuir Bandeja de papel Manual com capacidade para 100 folhas (Mínimo);</p> <p>n) Capacidade de saída de papel para 500 folhas;</p> <p>o) Alimentador automático de originais para 50 folhas (Mínimo);</p> <p>p) Interfaces de comunicação USB e Ethernet; 10/100/1000</p> <p>q) Equipamento compatível com sistemas operacionais Windows Seven, 8, 8.1 ,10, 2003, 2008, 2012 E 2016 SERVER;</p> <p>r) Modo de digitalização: Digitalização para Pasta (SMB/FTP)</p> <p>s) Tensão de entrada 220V, podendo ser adaptado por um estabilizador ou transformador, que deve acompanhar o equipamento;</p> <p>t) Possuir linguagem de impressão PCL5, PCL6 e PS3 ou emulação;</p> <p>Permitir impressão confidencial com uso de senha;</p> <p>Possibilitar que a Prefeitura crie quantidade ilimitada de aplicações com ícones, campos de índice, tipos de documentos, regras de validação, personalizados para cada tipo de fluxo de digitalização;</p> <p>Dispor da funcionalidade de pré-visualização do documento digitalizado, sendo configurável sua necessidade por fluxo de digitalização;</p> <p>Permitir a exportação de imagens nos formatos PDF e/ou TIFF;</p> <p>Permitir a exportação dos arquivos de imagem e índice para FTP ou pasta de rede;</p> <p>Devem acompanhar aplicativo OCR (Optical Character Recognition) em língua portuguesa, incluindo a licença de uso ou versão OEM do fabricante e deverá permitir a criação de arquivos com a extensão PDF pesquisável em modo texto com OCR. Tal funcionalidade pode estar embarcada no equipamento ou em servidor de rede.</p> <p>O documento processado através do OCR deverá ser exportado automaticamente para pasta na rede parametrizada previamente na solução.</p>	Unid	10
---	--	------	----

Leia-se:

D	<p>Impressora Multifuncional monocromática, A4 – 50ppm ou superior (Tecnologia laser ou LED)</p> <p>a) Tecnologia laser ou led monocromática;</p> <p>b) Pannel touchscreen com possibilidade de instalar recursos extras;</p> <p>c) Velocidade de 50 ppm;</p> <p>d) Velocidade da primeira impressão inferior ou igual a 6 segundos;</p> <p>e) Suportar papel: Carta, A4, e Ofício;</p> <p>f) Alimentador de originais frente e verso;</p> <p>g) Impressão frente e verso (duplex) automático;</p> <p>h) Memória RAM 1,5 GB;</p> <p>i) Possuir recurso de impressão segura;</p> <p>j) Possuir recurso para instalação de software de gestão de impressão/cópia e software de gerenciamento de documentos e processos no equipamento;</p> <p>k) Possuir HD de no mínimo 160 GB</p> <p>l) Bandeja de papel com capacidade para 500 folhas (Mínimo);</p> <p>m) Possuir Bandeja de papel Manual com capacidade para 100 folhas (Mínimo);</p> <p>n) Capacidade de saída de papel para 500 folhas;</p> <p>o) Alimentador automático de originais para 50 folhas (Mínimo);</p> <p>p) Interfaces de comunicação USB e Ethernet; 10/100/1000</p> <p>q) Equipamento compatível com sistemas operacionais Windows Seven, 8, 8.1 ,10, 2003, 2008, 2012 E 2016 SERVER;</p> <p>r) Modo de digitalização: Digitalização para Pasta (SMB/FTP)</p> <p>s) Tensão de entrada 220V, podendo ser adaptado por um estabilizador ou transformador, que deve acompanhar o equipamento;</p> <p>t) Possuir linguagem de impressão PCL5, PCL6 e PS3 ou emulação;</p> <p>Permitir impressão confidencial com uso de senha;</p> <p>Possibilitar que a Prefeitura crie quantidade ilimitada de aplicações com ícones, campos de índice, tipos de documentos, regras de validação, personalizados para cada tipo de fluxo de digitalização;</p> <p>Dispor da funcionalidade de pré-visualização do documento digitalizado, sendo configurável sua necessidade por fluxo de digitalização;</p> <p>Permitir a exportação de imagens nos formatos PDF e/ou TIFF;</p> <p>Permitir a exportação dos arquivos de imagem e índice para FTP ou pasta de rede;</p> <p>Devem acompanhar aplicativo OCR (Optical Character Recognition) em língua portuguesa, incluindo a licença de uso ou versão OEM do fabricante e deverá permitir a criação de arquivos com a extensão PDF pesquisável em modo texto com OCR. Tal funcionalidade pode estar embarcada no equipamento ou em servidor de rede.</p> <p>O documento processado através do OCR deverá ser exportado automaticamente para pasta na rede parametrizada previamente na solução.</p>	Unid	10
---	--	------	----

Ficam mantidas as demais informações do Aviso de licitação do PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 060/2017 - PMPB.

Fica alterado a data de abertura do certame para o dia 29 de Janeiro de 2018 as 15:00hs, com a realização do protocolo dos envelopes até dia 29 de Janeiro de 2018 as 14:30 hs.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo, 17 de Janeiro de 2018.

Rodrigo Truffa da Costa
Pregoeiro

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 001/2018 - AMASPU

Publicação Nº 1492183

Extrato de Contrato 001/2018 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba.

Objeto: Prestação de serviços médicos e hospitalares.

Valor Total: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses, art. 57, II, da Lei 8.666/93.

Base legal: Processo de licitação nº 001/2018 – Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de janeiro de 2018.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba

Contratada

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL T.P. 001/2018 - AMASPU

Publicação Nº 1492390

AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União

Processo Licitatório 002/2018 – AMASPU.

Retificação do Edital de Tomada de Preços 001/2018.

A Presidente da AMASPU, no uso de suas atribuições, torna público que devido a contratempos ocorridos na publicação do extrato do edital no Diário Catarinense, alteram-se as datas do Processo Licitatório anteriormente citado. A data limite para recebimento dos envelopes passa a ser dia 06 de fevereiro de 2018 às 13h30min com início da sessão pública no mesmo dia e horário. Maiores informações na Avenida Getúlio Vargas, 228, e-mail impressprev@gmail.com, e fone (42) 3523-2632.

Porto União - SC, 16 de janeiro de 2018.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018

Publicação Nº 1492205

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL nº 001/2018

A CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO UNIÃO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.529.933/0001-06, com sede na Praça Hercílio Luz, s/nº, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, por intermédio de sua PRE-GOEIRA, designada pela Resolução nº 230/2017 e da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Resolução nº 237/2018 comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 002/2018, na Modalidade Pregão, do tipo Presencial, menor preço global, conforme dispõe a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria.

Os envelopes de n.º 01 contendo as propostas de preços e de n.º 02, contendo a documentação de habilitação, serão recebidos para protocolo junto a Diretoria Administrativa da Câmara Municipal, até 10h00m do dia 30 de Janeiro de 2018, iniciando-se a sessão pública às 10h15m no Plenário da Câmara, no mesmo endereço.

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para o direito de uso, a manutenção, a atualização e suporte técnico de programa de computador para Gerenciamento de todos os Atos do Processo Legislativo, compreendendo: inclusões/ alterações/ adaptações/melhorias/facilidade de acesso/suporte técnico/manutenção e segurança (backup), organizando e melhorando o fluxo de informações dos processos legislativos. O objeto também compreende a digitalização e indexação de documentação dentro do software que será locado, de acordo com as especificações, quantidades estimadas e respectivos valores máximos constantes no Edital completo, o qual se encontra à disposição dos interessados no Endereço supramencionado, na sede da Câmara Municipal de Porto União e também através do endereço eletrônico: <http://cmptu.sc.gov.br/>.

Maira Teresinha Lusa
Pregoeira

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2018 - MODALIDADE DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2018

Publicação Nº 1491802

Câmara de Vereadores de Porto União
Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 10/2018 - Modalidade de Dispensa de Licitação nº 005/2018

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Famatel Telecomunicações Ltda. Me (CNPJ sob nº 14.396.862/0001-90).

Objeto: Contratação de Serviços de Provedor de Internet para a Câmara Municipal de Porto União.

Valores: R\$ 2.610,00 (Dois mil, seiscentos e dez reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.97.00.00.00 Despesas de Teleprocessamento.

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Christian Agenor Martins
Presidente

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 01/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1492710

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO Nº. 01/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017

CONTRATADO: HERCÍDIO MARCIANO CARDOSO E CIA LTDA

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S500) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, OBEDECENDO INTEGRALMENTE OS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL, PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS, DEMAIS ANEXOS QUE INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL PARA 2018.

DO VALOR: R\$ 12.792,00

DA VIGÊNCIA: 03/01/2018 à 31/12/2018.

PRAIA GRANDE, 03 de Janeiro de 2018.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO 02/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1492711

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO Nº. 02/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 19/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2017

CONTRATADO: POSTO DE COMBUSTÍVEL B.B. LTDA

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS AUTOMOTIVOS (GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S500) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS DE PRAIA GRANDE/SC, CONFORME QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, OBEDECENDO INTEGRALMENTE OS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL, PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DOS PRODUTOS, DEMAIS ANEXOS QUE INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL PARA 2018.

DO VALOR: R\$ 15.792,00

DA VIGÊNCIA: 03/01/2018 à 31/12/2018.

PRAIA GRANDE, 03 de Janeiro de 2018.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO 03/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1492715

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO Nº. 03/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2017

CARTA CONVITE Nº. 07/2017

CONTRATADO: SUSANA BURIGO ROSSO

DO OBJETO: A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, CONSULTORIA, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GESTÃO PÚBLICA NA TOMADA DE DECISÃO E ELABORAÇÃO DE ATOS DE GESTÃO, NAS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE FINANCEIRO, ORÇAMENTÁRIO E ADMINISTRATIVO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2018, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

DO VALOR: R\$ 32.520,00

DA VIGÊNCIA: 03/01/2018 à 31/12/2018.

PRAIA GRANDE, 03 de Janeiro de 2018.

JOÃO LUIZ CUSTÓDIO

DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO 04/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1492718

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE
CONTRATO Nº. 04/2018
COMPRA DIRETA Nº 01/2018
CONTRATADO: JOSIANE DA SILVA SPIDO
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS.
DO VALOR: R\$ 7.325,01
DA VIGENCIA: 03/01/2018 à 31/12/2018.
PRAIA GRANDE, 03 de Janeiro de 2018.
JOÃO LUIZ CUSTÓDIO
DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

CONTRATO 05/2018 - SAMAE

Publicação Nº 1492720

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE
CONTRATO Nº. 05/2018
COMPRA DIRETA Nº 02/2018
CONTRATADO: OLÍVIO NICHELE
DO OBJETO: LOCAÇÃO DE UM TERRENO NA ESTRADA GERAL VILA ROSA, PARA COLOCAÇÃO DE UM MOTOR PARA BOMBEAR ÁGUA PARA A COMUNIDADE VILA ROSA.
DO VALOR: R\$ 4.200,00
DA VIGENCIA: 03/01/2018 à 31/12/2018.
PRAIA GRANDE, 03 de Janeiro de 2018.
JOÃO LUIZ CUSTÓDIO
DIRETOR DO SAMAE ÁGUA DOS CANYONS PRAIA GRANDE

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N° 13/2018

Publicação N° 1491736

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 13/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GMC ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA-ME
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada no ramo de Processo Seletivo, para elaboração, aplicação, correção de provas e entrega do resultado da classificação, a serem realizados no município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O MUNICÍPIO pagará ao CONTRATADO, a importância de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), pela prestação dos serviços, incluído no preço contratado todas as despesas decorrentes desta prestação de serviços.
VIGÊNCIA:	15/01/2018 á 31/03/2018

Presidente Nereu

PREFEITURA

DECRETO 04/2018

Publicação Nº 1492282

DECRETO Nº. 04, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Homologa o Resultado Final do concurso público nº 001/2017.

AURINO MAINCHAIN, Prefeito em Exercício do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do concurso público nº 001/2017, conforme consta divulgado no anexo I deste decreto, em ordem decrescente de notas.

Presidente Nereu, 16 de Janeiro de 2018

AURINO MAINCHAIN

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

Assistente Social - CRAS Ensino Superior Completo										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	707985	28/01/1985	Vanessa Fronza De Matos	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
2	717982	01/05/1982	Jóice Da Silva Prim	9	1,80	16	4,48	25	6,28	Aprovado
3	730247	20/03/1970	MariaIdevalde Silva De Melo	3	0,60	15	4,20	18	4,80	Aprovado
Auxiliar de Serviços Gerais Alfabetizado										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	708908	02/04/1991	Luiza Rodrigues Padilha Casaril	10	4,00	10	6,00	20	10,00	Aprovado
2	726144	26/06/1994	Daiana Lima	9	3,60	9	5,40	18	9,00	Aprovado
3	721237	03/10/1982	Nilza Aparecida Da Silva	8	3,20	9	5,40	17	8,60	Aprovado
4	745431	14/03/1999	ElenGoedert	9	3,60	8	4,80	17	8,40	Aprovado
5	711240	06/04/1981	Sandra Terezinha Mannrich	8	3,20	8	4,80	16	8,00	Aprovado
6	745919	29/07/1992	Ana Maria Linhares De Souza	7	2,80	7	4,20	14	7,00	Aprovado
7	710475	02/05/1998	Talia De Moura Clüerici	8	3,20	6	3,60	14	6,80	Aprovado

8	751081	11/09/1998	Jaqueline Aparecida Elias	4	1,60	8	4,80	12	6,40	Aprovado
9	718395	10/07/1977	Ediomar Faustino Machado	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
10	706911	02/07/1978	Sonia Tonon	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
11	747774	13/01/1994	Priscila Gomes De Amaral	5	2,00	7	4,20	12	6,20	Aprovado
12	727056	06/06/1985	Taciana Maichain	8	3,20	5	3,00	13	6,20	Aprovado
13	713844	01/11/1986	Neli Thayse De Menezes GriblerKraus	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
14	731048	14/11/1981	Eliane Kreuch	4	1,60	6	3,60	10	5,20	Aprovado
15	730856	24/02/1987	Ana Paula Rebelo Knih	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
16	706182	18/02/1965	Bernadete Pereira	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado
17	706992	02/08/1976	Leia Aparecida Da Silva	4	1,60	4	2,40	8	4,00	Aprovado

Enfermeiro | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	751417	23/04/1996	Camila Daniele Francisco	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
2	721689	16/03/1982	Michelle Caroline Siqueira	8	1,60	16	4,48	24	6,08	Aprovado
3	733602	01/03/1984	Eliane Raquel Koerich	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
4	726580	06/02/1975	Luciana Mengarda	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
5	725778	15/01/1995	Matussa Dana Müller	5	1,00	15	4,20	20	5,20	Aprovado
6	705988	27/06/1974	Regina Kipfer	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado

Engenheiro Florestal | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	725659	13/05/1992	Joao Vitor Frigeri	10	2,00	20	5,60	30	7,60	Aprovado
2	718432	11/07/1989	Kaue Augusto Oliveira Nascimento	9	1,80	20	5,60	29	7,40	Aprovado
3	739365	28/11/1992	Marco Antonio Bento	10	2,00	17	4,76	27	6,76	Aprovado
4	711459	12/08/1987	Diego Leonardo Holk	9	1,80	17	4,76	26	6,56	Aprovado
5	750349	05/01/1988	Galdino Haas Falkenbach	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
6	746634	25/01/1988	MeblyKuhnen Heinz	10	2,00	15	4,20	25	6,20	Aprovado

7	730721	20/02/1992	Sandra Mara Krefta	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
8	738164	30/04/1979	OdirleiOrlindoHass	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
9	731260	23/05/1991	Henrique Knupfer Costa	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
10	717355	27/11/1993	Mariana Bruschi Rodrigues	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
11	737080	06/03/1993	Marcelli Veiga	5	1,00	17	4,76	22	5,76	Aprovado
12	723259	24/08/1978	Alessandro Francisco Zonta	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
13	738743	06/05/1987	Allan Antunes Alvarenga	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
14	721449	15/09/1990	Pablo Denilson Lamin	6	1,20	15	4,20	21	5,40	Aprovado
15	733810	13/09/1988	Emanuel Forlin	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado
16	738921	11/03/1995	Nadia Da Silva	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado
17	743549	21/02/1996	Janaina Naiara SestariVendrami	3	0,60	13	3,64	16	4,24	Aprovado

Farmacêutico | Ensino Superior Completo** Não houve aprovados neste cargo

Nutricionista | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	750486	05/01/1993	Jessica Carratti Soares	8	1,60	22	6,16	30	7,76	Aprovado
2	748074	20/02/1989	Carine Dehlano	7	1,40	21	5,88	28	7,28	Aprovado
3	711605	04/07/1986	KetlynChristyn Ramos Hennich	4	0,80	21	5,88	25	6,68	Aprovado
4	707769	04/05/1986	Joseane Da Silva Pelen-Peters	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado

Operário Braçal | Alfabetizado

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	710377	16/09/1996	Cristiano Maichain	8	3,20	7	4,20	15	7,40	Aprovado
2	713754	08/07/1994	Leandro Zaguini	7	2,80	6	3,60	13	6,40	Aprovado
3	707702	01/12/1993	Lauro Henrique Machado Pereira	3	1,20	7	4,20	10	5,40	Aprovado
4	747921	27/06/1976	Jairo Machado	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado
5	739471	02/08/1994	Marcio Santos Kochanski	5	2,00	5	3,00	10	5,00	Aprovado

6	724623	24/08/1983	Dalton Antonio Belegante	4	1,60	5	3,00	9	4,60	Aprovado
7	742553	10/03/1985	Dirlei Da Rosa	2	0,80	6	3,60	8	4,40	Aprovado
8	748662	13/11/1979	Marcionei Plotegcker	3	1,20	5	3,00	8	4,20	Aprovado

Professor 20h | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	712095	20/03/1977	Gesseli Rech Andrade	8	1,60	20	5,60	28	7,20	Aprovado
2	742245	29/01/1996	AdrienneKretzschmar	6	1,20	21	5,88	27	7,08	Aprovado
3	707161	29/11/1995	Marcos Aurelio Junior Pinto	5	1,00	21	5,88	26	6,88	Aprovado
4	725417	14/10/1978	EvanildeDemetrio	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
5	706709	26/05/1985	Ana Paula Prim Da Silva	6	1,20	20	5,60	26	6,80	Aprovado
6	729493	27/08/1981	Simone Schussler	3	0,60	21	5,88	24	6,48	Aprovado
7	706423	01/11/1994	Giovana Stipp	5	1,00	19	5,32	24	6,32	Aprovado
8	733007	09/11/1982	Greicy Tamara Hamm	2	0,40	20	5,60	22	6,00	Aprovado
9	742250	06/11/1996	Carla Kochanski	3	0,60	19	5,32	22	5,92	Aprovado
10	750644	14/04/1976	Marlete Petri	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado
11	708634	17/06/1986	Roseli Mannrich Resine	5	1,00	16	4,48	21	5,48	Aprovado
12	718393	04/09/1992	Leticia Kniess de Souza	6	1,20	14	3,92	20	5,12	Aprovado
13	726607	26/07/1988	Fernanda Ferreira	1	0,20	16	4,48	17	4,68	Aprovado
14	750915	07/03/1973	Leonete teresinha sora sezerino	6	1,20	12	3,36	18	4,56	Aprovado

Professor de Artes | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	726234	19/09/1974	Ercleia Becker Goedert	2	0,40	22	6,16	24	6,56	Aprovado
2	740856	17/05/1991	Jessica Dematte-Franzen	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado

Professor de Educação Física | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			

1	713831	02/03/1990	Luan Gustavo Bogo	6	1,20	19	5,32	25	6,52	Aprovado
2	741280	06/04/1979	Diana Beppler	2	0,40	21	5,88	23	6,28	Aprovado
3	735759	10/01/1997	Alan Junior Farias	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
4	714156	05/12/1996	Jonatan Garcia	5	1,00	13	3,64	18	4,64	Aprovado

Psicólogo - CRAS | Ensino Superior Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	749157	26/09/1994	Andreza Iolanda Dolzan	11	2,20	20	5,60	31	7,80	Aprovado
2	720404	28/07/1992	Barbara Evers	11	2,20	19	5,32	30	7,52	Aprovado
3	739550	06/05/1988	Cleidi Mara Dos Santos	8	1,60	19	5,32	27	6,92	Aprovado
4	706015	04/09/1993	Tamara Furlan Capelin	7	1,40	18	5,04	25	6,44	Aprovado
5	734452	11/04/1989	Daniela Schmitz	5	1,00	18	5,04	23	6,04	Aprovado
6	750671	17/01/1973	Marcia Correa Ribeiro	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
7	723080	16/11/1987	Fernando Cardoso Bertoldo	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
8	729030	03/04/1996	Julia Ferrari Hobus	8	1,60	15	4,20	23	5,80	Aprovado
9	714172	25/04/1990	Mariana Schmidt Goebel	7	1,40	15	4,20	22	5,60	Aprovado
10	738676	17/09/1959	Osmar Caxoeira	4	0,80	16	4,48	20	5,28	Aprovado
11	733502	05/05/1990	Crislaine Roza	3	0,60	16	4,48	19	5,08	Aprovado
12	736689	28/01/1970	Marcelo Laurentino	6	1,20	11	3,08	17	4,28	Aprovado
13	742501	15/03/1984	Denilse Cunha	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado
14	735460	02/10/1989	Emanuella Matos da Silva	4	0,80	12	3,36	16	4,16	Aprovado

Técnico em Enfermagem | Ensino Médio Completo

Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	721028	20/12/1990	Cristiane Andrade Borges	6	1,20	18	5,04	24	6,24	Aprovado
2	707233	20/06/1982	Aldrin Pausen Camilo	7	1,40	17	4,76	24	6,16	Aprovado
3	709757	23/04/1998	Jalisa Jhuliane Mafra	6	1,20	17	4,76	23	5,96	Aprovado
4	738910	11/09/1991	Carla Franciane Francisco	4	0,80	18	5,04	22	5,84	Aprovado
5	706579	13/11/1983	Edineia Cattia De Melo Back	4	0,80	17	4,76	21	5,56	Aprovado

6	747824	09/08/1986	Priscila Aparecida Alves	8	1,60	14	3,92	22	5,52	Aprovado
7	718693	04/07/1984	Jakeline KreuschKemper	9	1,80	13	3,64	22	5,44	Aprovado
8	727016	16/12/1989	Marciane Wolf	4	0,80	15	4,20	19	5,00	Aprovado

DECRETO 05/2018

Publicação N° 1492284

DECRETO N°. 05, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Homologa o Resultado Final do Processo Seletivo nº 002/2017.

AURINO MAINCHAIN, Prefeito em Exercício do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 002/2017, conforme consta divulgado no anexo I deste decreto, em ordem decrescente de notas.

Presidente Nereu, 16 de Janeiro de 2018

AURINO MAINCHAIN

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I – HOMOLOGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL N° 002/2017 DE PROCESSO SELETIVO

Inseminador Alfabetizado										
Pos.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	745910	18/01/1984	Gilson De Souza	6	2,40	6	3,60	12	6,00	Aprovado
2	745738	23/07/1986	Renato Mauro Rech	8	3,20	2	1,20	10	4,40	Aprovado

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 15, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492743

DECRETO Nº. 15, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT, Prefeita Municipal em Exercício de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 594.078,98 (Quinhentos e noventa e quatro mil, setenta e oito reais e noventa e oito centavos), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS E URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.451.0009.1.009 – Pavimentação de Ruas e Passeios

MODALIDADE:	(170) 4.4.90.00.0.1.0085.0000-	Aplicações Diretas	R\$	245.850,00
FONTE DE RECURSO: 01.0085 – Recurso Convênio Pavimentação com Pedras Irregulares				
TOTAL			R\$	245.850,00

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0010.1.010 – Obras de Infraestrutura Social

MODALIDADE:	(171) 4.4.90.00.0.1.0084.0000-	Aplicações Diretas	R\$	348.228,98
FONTE DE RECURSO: 01.0084 – Recurso Convênio Construção da Sede do CRAS				
TOTAL			R\$	348.228,98
TOTAL GERAL			R\$	594.078,98

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 594.078,98 (Quinhentos e noventa e quatro mil, setenta e oito reais e noventa e oito centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o provável excesso de arrecadação, nas fontes de recursos acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 17 de janeiro de 2018.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT

Prefeita Municipal em Exercício

PREGÃO 03.2018 - LOCAÇÃO IMPRESSORAS

Publicação Nº 1491897

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório 05/2018-PM

Pregão Presencial 03/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, incluindo fornecimento dos equipamentos em ótimo estado, serviços de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e de todo o material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 29 de janeiro de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 16 de janeiro de 2018. Diangele Fabiele Klein Marmitt – Prefeita Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 020/2018 - DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491660

PORTARIA Nº 020/2018 - DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

INTERROMPE AS FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 1795/2017 - de 28 de dezembro de 2017, à Servidora Pública Municipal Alini Hohn Copatti, do dia 15 a 31 de janeiro de 2018, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços, os 17 (dezessete) dias referentes a esse período, serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 021/2018 - DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491661

PORTARIA Nº. 021/2018 - DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Iraci Lemes de Moraes, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestado, no dia 15 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

PORTARIA Nº.022/2018 - DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491662

PORTARIA Nº.022/2018 - DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal Suelen Bigolin Barboza, do dia 10 a 13 de janeiro de 2018, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria 1697/2017 - de 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 15 de janeiro de 2018.

ANDRÉ VENDRUSCOLO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

Rancho Queimado

PREFEITURA

PORTARIA 007-2018 CONCEDE FERIAS TEREZINHA B SCHUTZ

Publicação Nº 1492105

PORTARIA Nº 007/2018
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2018 a TEREZINHA BURG SCHUTZ, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

Rancho Queimado, em 11 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 008-2018 CONCEDE FERIAS JOANITA Z SANTOS

Publicação Nº 1492325

PORTARIA Nº 008/2018
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2018 a JOANITA ZIMMERMANN DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Rancho Queimado, em 11 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 009-2018 SUSPENDE FERIAS ERINEIA H CORREIA

Publicação Nº 1492326

PORTARIA Nº 009/2018
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, considerando a necessidade de retorno imediato das atividades da Servidora em Cargo Comissionado ERINEIA HEINZ CORREIA, RESOLVE suspender a partir desta data as férias iniciadas em 02 de janeiro deste ano.

Rancho Queimado, em 15 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 010-2018 SUSPENDE FERIAS JULIANE H SCHILLER

Publicação Nº 1492327

PORTARIA Nº 010/2018
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, considerando a necessidade de retorno imediato das atividades da Servidora JULIANE HASS SCHILLER, RESOLVE suspender a partir desta data as férias iniciadas em 02 de janeiro deste ano.

Rancho Queimado, em 15 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 011-2018 CONCEDE FERIAS RODRIGO A OLIVEIRA

Publicação Nº 1492328

PORTARIA Nº 011/2018
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 15 de janeiro a 13 de fevereiro de 2018 a RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Rancho Queimado, em 15 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 012-2018 CONCEDE FERIAS MARCILEA B INACIO

Publicação Nº 1492330

PORTARIA Nº 012/2018
CONCEDE FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, usando da competência que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de FÉRIAS de 16 de janeiro a 14 de fevereiro de 2018, a MARCILEA BRATFISCH INÁCIO, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Rancho Queimado, em 16 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 013-2018 CONCEDE LIC MÉDICA DHIONATAN B ZAGO

Publicação Nº 1492357

PORTARIA Nº 013/2018
CONCEDE LICENÇA MÉDICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença Médica a DHIONATAN DE BARROS ZAGO, a partir de 28 de dezembro de 2017 a 26 de janeiro de 2018, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 16 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA 014-2018 CONCEDE LIC MÉDICA GEOVANE BATISTA

Publicação Nº 1492359

PORTARIA Nº 014/2018
CONCEDE LICENÇA MÉDICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO QUEIMADO EM EXERCÍCIO, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 60 da Lei Orgânica do Município de Rancho Queimado, promulgada em 31 de Março de 1990, RESOLVE CONCEDER 07 (sete) dias de Licença Médica a GEOVANE BATISTA, a partir de 16 a 22 de janeiro de 2018, conforme atestado e resultado de perícia médica.

Rancho Queimado, 16 de janeiro de 2018.
INO GUILHERME WESTPHAL
Prefeito Municipal em Exercício

Rio do Campo

PREFEITURA

052 PORTARIA N° 052 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA VALECE IGNAKZUK

Publicação N° 1491907

Portaria nº. 052, de 11 de janeiro de 2018.

“Dispõe sobre a exoneração por motivo de falecimento da servidora VALECE IGNAKZUK”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, por motivo de falecimento, a partir do dia 27 de dezembro de 2017, a servidora VALECE IGNAKZUK, matrícula nº. 34253, nomeada pela Portaria nº. 261/2015, para o cargo efetivo de Auxiliar Operacional Escolar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 27 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 11 de janeiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO LICITATÓRIO 03 2018

Publicação N° 1491924

PROCESSO LICITATORIO N° 03/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2018

O Município de Rio do Campo torna público, a quem interessar que está lançado certame licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 01/2018, visando a aquisição de alimentos para merenda escolar durante o exercício de 2018. Estando marcado o prazo máximo para entrega dos envelopes contendo documentos e propostas para o dia 30 de janeiro de 2018 até as 08h30min, iniciando-se o julgamento da habilitação e proposta na mesma data, às 08h35min, na sede administrativa do município, sita na Rua 29 de Dezembro, nº 70, Centro, Rio do Campo - SC, sendo o certame regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. O inteiro teor deste Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: riodocampo.atende.net. Rio do Campo, 16 de janeiro de 2018. Rodrigo Preis - Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017

Publicação Nº 1492307

2º EDITAL DE ALTERAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de copa, cozinha e limpeza, higienização e conservação, a serem executadas nas instalações da sede da Companhia de Bombeiros Militar de Rio do Sul.

A Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC, torna público e faz saber que, por determinação de seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, procedeu a seguinte alteração no edital Nº 115/2017:

7.0.1 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Inclui-se a alínea “d” no item 8.1.1, que terá a seguinte redação:

d) Apresentar certidão atualizada de registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Nutricionistas – CRN, ou por ele vistado, e, indicação do(s) responsável(is) técnico(s) da empresa com validade na data de entrega dos envelopes;

7.0.2 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Alteram-se as alíneas “c” e “c.2” do item 8.1.2, que passam a ter a seguinte redação:

c) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1,5 (um virgula cinco), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Total

SG = -----

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Ativo Circulante

LC = -----

Passivo Circulante

c.2) O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1,5 (um virgula cinco) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação.

FICA DESIGNADA NOVA DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DA SESSÃO, QUE OCORRERÁ EM:
ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO: Às 08h00min do dia 30/01/2018.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Rio do Sul, 16 de janeiro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 145/2017

Publicação Nº 1492740

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.145/2017

Pregão Presencial Nº 101/2017

Validade: 12 meses

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL por meio do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na 25 DE JULHO Nº. 1, CENTRO, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ

Nº. 83.102.574/0001-06, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 101/2017, RESOLVE registrar os valores oferecidos para Contratação parcelada pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul de empresa especializada na impressão e instalação de lonas 440gr, para a divulgação do calendário mensal de eventos ano 2018., pelo período de 0, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
D'PRADA PUBLICIDADE REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME, neste ato representado por MARILDO MARIAN	06.160.214/0001-01
HDEC BRINDES E PROPAGANDAS LTDA ME, neste ato representado por VALENTIN CRESCENCIO	14.580.741/0001-01

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1. CONTRATAÇÃO: Contratação parcelada pela Prefeitura Municipal de Rio do Sul de empresa especializada na impressão e instalação de lonas 440gr, para a divulgação do calendário mensal de eventos ano 2018., em um prazo que se estende 0 a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 770736 - D'PRADA PUBLICIDADE REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Impressão	UND		36,00000	R\$299,0000	R\$10.764,0000
Total do Fornecedor:						R\$10.764,0000
Total Geral dos Itens:						R\$10.764,0000

1.1. CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 0 é de R\$10.764,00 (dez mil e setecentos e sessenta e quatro)

Rio do Sul (SC), 09 de Janeiro de 2018

D'PRADA PUBLICIDADE REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME
MARILDO MARIAN
CONTRATADA

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

DECRETO Nº 6840, ANEXO I, DE 11 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492085

Anexo I

Relação de Logradouros com entrega Temporariamente canceladas devido à presença de cães soltos, colocando em risco a integridade física do carteiro responsável pela distribuição.				
Cancelamento com base no artigo II, inciso III da portaria 567 de 29 de dezembro de 2011 do Ministério das Comunicações.				
Tipo	Código	Logradouro	Trecho	Bairro
DISTRITO 604				
Est	6495	São José	Parcial	Santana/Taboão
DISTRITO 605				
Rua	8444	Durval Victor Andrade	Toda	Taboão
DISTRITO 606				
Est	6486	Da Penha	Toda	Rainha
Rua	4467	Camboriú	Toda	Rainha
Rua	8380	Antônio Rosa	Toda	Rainha
Rua	8379	Ernesto Machado	Toda	Rainha
Rua	7502	Francisco da Cruz dos Santos	Toda	Rainha

Rua	4469	Leopoldo Kurth	Parcial	Rainha
Rua	2951	Pedro Frankenberger	Parcial	Bela Aliança
DISTRITO 609				
Beco	6305	Alexandre Porthun	Toda	Canta Galo
Beco	6295	Fermino Schneider	Parcial	Canta Galo
DISTRITO 610				
Rua	4430	Dom João VI	Toda	Progresso
Rua	4093	Uldemar Trapp	Parcial	Progresso
Rua	4093	Uldemar Trapp	Conjunto PMRS	Progresso
Est	6432	São Bento	Conjunto PMRS	Progresso
Est	6432	São Bento	Parcial	Progresso
Rua	4080	Augusto Munzfeld	Parcial	Fundo Canoas
Rua	4101	Henrique Degenhardt	Parcial	Fundo Canoas
Rua	4414	Santa Cruz	Toda	Progresso
Rua	3433	Filomena Kraus de Souza	Toda	Progresso
Trav	42309	Sizenando José de Souza	Toda	Progresso
Rua	8285	Luiz Olímpio Ferrari	Toda	Fundo Canoas
Rua	4048	Carlos Haag	Toda	Fundo Canoas
Rua	8370	Marta de Souza	Toda	Progresso
Rua	4024	Oscar Strey	Parcial	Fundo Canoas
Rua	4434	Engenheiro Tadeu Carraro	Toda	Progresso
Rua	4422	Nivaldo Pickler	Parcial	Progresso
Rua	42313	Angico	Parcial	Pamplona
Rua	3387	Henrique Muller	Parcial	Pamplona
Rua	46731	Silvio Pellizzetti	Parcial	Progresso
DISTRITO 612				
Rua	2876	Helmuth Keske	Toda	Barragem
Rua	2856	Ari Bonifácio Berri	Toda	Barragem
Beco	6187	Xavantina	Parcial	Barra do Trombudo
Rua	8026	Eliseu Gonçalo do Nascimento	Parcial	Barragem
Rua	2920	Abelardo da Silva Ramos	Toda	Barragem
Rua	42872	Edemundo Nogueira Miranda	Toda	Barragem
Rua	8365	Santa Clara	Toda	Barragem
Rua	2740	Joaquim Cerutti	Parcial	Barra do Trombudo
Conjunto Habitacional		Residencial Luiz Demarch	Todo	Barra do Trombudo
DISTRITO 613				
Rua	7496	José John	Toda	Barragem
DISTRITO 614				
Beco	6528	José João Dias	Toda	Sumaré
DISTRITO 616				
Rua	4304	Fritz Kneidl	Parcial	Laranjeiras
Rua	2991	Dos Imigrantes	Toda	Laranjeiras
Rua	4270	Ribeirão Preto	Toda	Laranjeiras

Rua	4272	Henrique Schutze	Toda	Laranjeiras
Rua	4285	Araranguá	Toda	Laranjeiras
Rua	2715	Robert Holler	Parcial	Albertina

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Publicação Nº 1492302

RIO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO.

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADO DEVIDAMENTE INTIMADO DO VOTO PROFERIDO EM REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	DOCUMENTO
LUIZA LOPES	XXX.700.609-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 032/2017 – SECRETARIA DA FAZENDA
SONIA VIEIRA	XXX.620.279-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 035/2017 – SECRETARIA DA FAZENDA
MARCIA JENSEN KESTRING	XXX.688.679-XX	OFÍCIO CIRCULAR Nº 035/2017 – SECRETARIA DA FAZENDA

Rio do Sul, 16 de Janeiro de 2018.

RONALDO DA ROCHA
MEMBRO E PRESIDENTE DA COMISSÃO

TERMO DE CONVOCAÇÃO ANGELO RAFAEL ARAUJO ARISTIDES

Publicação Nº 1492741

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANGELO RAFAEL ARAUJO ARISTIDES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas, sito a Praça 25 de Julho, 01, Centro, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis e munido de documento de identidade, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação de PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA – 40 HORAS – PROCESSO SELETIVO N. 002/2017.

Salientamos que a contratação deve ocorrer imediatamente após a convocação e, conforme disposto no edital, o candidato que deixar de comparecer no prazo previsto perderá automaticamente a vaga, sendo convocado o candidato seguinte, respeitada a ordem de classificação.

Rio do Sul (SC), 17 de janeiro de 2018.

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 1054/2018**

Publicação Nº 1492000

PORTARIA No 1054, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Autoriza o Gozo Remanescente e o Gozo de Férias ao Servidor Leonardo Simon Rutzen

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o gozo de férias, do dia 05 a 14 de fevereiro de 2018, em complemento ao período remanescente referente a 2016 – 2017, de acordo com a Portaria nº 1012, de 17 de outubro de 2017, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo único. Referente ao período remanescente não incidirá qualquer vantagem pecuniária, em especial as estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 2º Fica autorizado o gozo de férias do dia 15 a 24 de fevereiro de 2018 (10 dias), referente ao período 2017–2018, ao servidor Leonardo Simon Rutzen, Técnico Legislativo – Área Legislativa da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, de acordo com a Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015 – Consolida o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 3º O remanescente do período de gozo de férias (20 dias), será autorizado em data futura, de forma contínua, através de requerimento do servidor, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, e efetuado anteriormente ao término do período aquisitivo subsequente.

Art. 4º O gozo dos benefícios acima descritos estarão contemplados com as vantagens estabelecidas no art. 125 da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, combinado com o Artigo 7º, inciso XVII da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 15 de janeiro de 2018.

ROBERTO ANDRADE BASTOS

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

Rio dos Cedros

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 05/2018, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC

Publicação Nº 1492454

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS

Extrato do Edital de Pregão Nº 05/2018

Tipo do Julgamento: Menor Preço

Tipo de Comparação: Por Lote

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão (REGISTRO DE PREÇOS), com a finalidade de selecionar proposta objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE DE ENSINO DE RIO DOS CEDROS - SC, conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, o Decreto Municipal nº. 2.279/2007, a Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação: Data: 31/01/2018 - Hora: 08:45. Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas: Data: 31/01/2018 - Hora: 09:00. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site www.riodoscedros.sc.gov.br no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: licitacao@riodoscedros.sc.gov.br.

Rio dos Cedros, 16 de janeiro de 2018.

Roseli Samagaia

Secretaria de Educação

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 10/2018

Publicação Nº 1491847

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA
EXTRATO DO CONTRATO 10/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC PARA OS SERVIDORES E/OU AGENTES POLÍTICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROMELÂNDIA, através Processo de Licitação Nº 81/2018, na modalidade Pregão nº 2/2018. Contratado: ROSICLEIA SANTA CATARINA - ME. Validade do Contrato 31/12/18.

Romelândia, 11/01/18.

CLÁUDIO ELIAS SCHENKEL
Gestor Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL**LRF 2017**

Publicação Nº 1491690

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,0

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	14.081.444,00	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	565.335,50	4,0
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	844.886,64	6,0
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	802.642,31	5,7
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,0
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.097.917,68	22,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.253.031,04	16,0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	985.701,08	7,0
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE D CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,0

FONTE:

00

—

—

22

—

—

—

11

00

70

—

—

—

00

00

—

—

—

00

00

—

—

—

00

00

00

00

—

—

0E

1S

—

00

—

RESUMO DA EXECUCAO ORCAMENTARIA 2017

Publicação Nº 1491691

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL DE ROMELANDIA**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2017

6 º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2017	Bimestre Nov/Dez/2017	Total até Dez/2017
DESPESAS				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELANDIA				
PODER LEGISLATIVO	780.000,00	556.033,20	135.218,24	691.251,44
Total da Entidade:	780.000,00	556.033,20	135.218,24	691.251,44
TOTAL DADESPESA:	780.000,00	556.033,20	135.218,24	691.251,44

ROMELANDIA, 16/01/2018

VALDECIR DE OLIVEIRA
PRESIDENTE_____
VANIR PERONDI
SC14792

RGF 12/2017

Publicação N° 1491687

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE ROMELANDIA

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2017

6 ° bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 10/2017	Bimestre Nov/Dez/2017	Total até Dez/2017
DESPESAS				
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELANDIA				
PODER LEGISLATIVO	780.000,00	556.033,20	135.218,24	691.251,44
Total da Entidade:	780.000,00	556.033,20	135.218,24	691.251,44
TOTAL DA DESPESA:	780.000,00	556.033,20	135.218,24	691.251,44

ROMELANDIA, 16/01/2018

VALDECIR DE OLIVEIRA
PRESIDENTE_____
VANIR PERONDI
SC14792

Salto Veloso

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Publicação Nº 1491649

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPIO DE SALTO VELOSO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

A Prefeitura Municipal de Salto Veloso/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra ABERTO o EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 03/2018, que se realizará nos termos com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: 01/02/2018 até as 09h00min.

Abertura: 01/02/2018, às 09h15min.

Maiores informações, e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Salto Veloso, no Setor de Licitações, sito à Travessa das Flores, 58, centro, Salto Veloso/SC, ou pelo telefone (49) 3536-0146.

Salto Veloso (SC), 10 DE JANEIRO DE 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 033/2018 - IPRESVEL

Publicação Nº 1491976

PORTARIA N.º 033/2018

SUSPENDE EFEITOS DA PORTARIA Nº 021/2016, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE ALTERA A PORTARIA Nº 009/2014, DE 02 DE SETEMBRO DE 2014, A QUAL CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE, EM CARÁTER INTEGRAL, A LUIS PERETI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora-Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso - IPRESVEL, nomeada pela Portaria n.º 078, de 2 de janeiro de 2017, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 77, inciso I, da Lei Complementar n.º 035, promulgada em 23 de setembro de 2015,

Considerando a decisão proferida nos autos do PROCESSO Nº 0303280-24.2017.8.24.0079, mandado 079.2017/011794-4 – Z15-Videira/ Salto Veloso (Videira),

RESOLVE:

Suspender os efeitos da Portaria nº 021/2016, que altera a Portaria nº 009/2014, de 02 de setembro de 2014, a qual concede aposentadoria por invalidez permanente, em caráter integral, a LUIS PERETI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Viveirista Florestal, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, sob o Regime Jurídico Estatutário, conforme Processo Administrativo nº 008/2014.

Salto Veloso (SC), 15 de janeiro de 2018.
TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI
Diretora-Executiva

Santa Cecília

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO 001/2018

Publicação Nº 1491891

Santa Cecília-SC, 10 de janeiro de 2018.

Ilmo. Sr.
TARCISO MELER MARTINS

Assunto: CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contados do recebimento do AR (Aviso de Recebimento), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2017, para o cargo de Médico (Clínico Geral).

Salientamos que o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

JAQUELINE PIRES THOMAZ DE SOUZA
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 001/2018 - RETIFICADO

Publicação Nº 1492530

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL E NOVA DATA DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados alteração promovida no edital na modalidade de Pregão Presencial no sistema REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de higiene, materiais de limpeza e utensílios em geral para serem utilizados na rede municipal de ensino, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 12h00min do dia 30/01/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 08h45min do dia 31/01/2018

Santa Cecília, 16 de Janeiro de 2018.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 006/2018

Publicação Nº 1492525

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de cargas de água e gás para manutenção das atividades da Prefeitura Municipal e de suas secretarias, conforme anexos do edital. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br ,site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 01/02/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h15min do dia 01/02/2018

Santa Cecília, 16 de Janeiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 007/2018

Publicação N° 1492554

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2018

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para Contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação da equipe que atua na área de Saúde P-MAQ na esfera municipal, com treinamento, orientações, assessoramento e acompanhamento dos serviços conforme descritos no presente edital e anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br ,site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 14h00min do dia 01/02/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 14h15min do dia 01/02/2018

Santa Cecília, 16 de Janeiro de 2018.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2018

Publicação N° 1492386

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 04/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2018

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito em Exercício Sr. Ademilson Antonio Dalmolin, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 04/2018, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 04/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de produtos de gênero alimentício destinados a atender às necessidades das Secretarias Municipais do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h15min do dia 30 de janeiro de 2018. Abertura das propostas as 08h30min do dia 30 de janeiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009. Santa Helena (SC), 16 de janeiro de 2018.

ADEMILSON ANTONIO DALMOLIN
Prefeito em Exercício

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2018 - CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 1491992

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº001/2018
CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Art. 9º, § 4º da Lei Complementar Federal nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e de conformidade com a Lei Municipal nº 162/2001, de 23 de abril de 2001, CONVOCA a população em geral, bem como todas as entidades civis organizadas, a participarem da Audiência Pública, para Demonstrar e Avaliar o Cumprimento das Metas Fiscais, referente o 3º (terceiro) Quadrimestre de 2017, e Audiência Pública para Apresentação do Relatório de Gestão da Saúde referente ao 3º (terceiro) Quadrimestre de 2017 em conformidade com o Art. 36, § 5º, da Lei Complementar Federal nº141/2012 de 13 de Janeiro de 2012, no seguinte local, data e horário:

Local: Câmara Municipal de Vereadores
Rua Beira Rio, 747
Data: 19 de fevereiro de 2018
Horário: 17:30 horas

Santiago do Sul (SC), em 16 de janeiro de 2018.
VANILDO VALCARENGHI
Prefeito Municipal em exercício

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 003/2017 PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA.

Publicação Nº 1491783

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO 003/2017 PARA OS CARGOS DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA.

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em exercício de Santiago do Sul - SC, no uso de suas atribuições legais e, conforme preconizado no Edital do Processo Seletivo nº 003/2017, CONVOCA os candidatos classificados para a escolha de vagas.

Os candidatos classificados que tenham interesse de assumir a vaga para o cargo do qual está inscrito deverá comparecer no prédio da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul/SC, sito na rua Ângelo Toazza, 600, centro de Santiago do Sul/SC, às 13:30 horas do dia 22 de janeiro de 2018.

No caso de desistência ou falta de interesse de escolha da vaga do candidato mais bem colocado, o candidato subsequente terá o direito de escolha.

02 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - 20 HORAS									
INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	C.G	C.E	TI	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
34	DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	0,52	0,52	0,78	4,7	0,25	6,75	1º	Classificado
10	KASSIA RECKTENWALD TARGA	0	0,52	0,26	4,2	-	4,94	2º	Classificado
21	LUCIA BASSO VALCARENGHI	0,52	0,52	0	3,1	-	4,16	3º	Classificado
20	FABIANA DE PARIS PACAZZA	0,26	0,52	0	3,1	0,25	4,15	4º	Classificado

03 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS									
INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	C.G	C.E	TI	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
12	ELIEZER TECCHIO	0,52	0,78	0,26	4,9	0,25	6,75	1º	Classificado
6	JANICE LUCI DE MARQUI	0,78	0,52	0,52	4,2	0,25	6,23	2º	Classificado
1	CATIANE PIVA VANZIN	0,78	0,26	0,26	4,4	0,25	5,97	3º	Classificado
3	ÂNGELA KARINA MARTINS	0,26	0,52	0,52	4,4	0,25	5,97	4º	Classificado
29	CLAUDIA BRUNETTO DOS SANTOS	0,78	0,26	0,26	4,2	0,25	5,71	5º	Classificado
2	ANA CLAUDIA SAGAS PICOLI	0	0,52	0,26	4,7	-	5,46	6º	Classificado
28	ALEX SANDRA TAÍS DOCIATTI	0,52	0,26	0,52	4,2	-	5,46	7º	Classificado
14	ADRIANA RESTELATTO	0,78	0	0	4,2	0,25	5,19	8º	Classificado

9	DEVANIR DE MORAES	0,26	0,26	0,26	4,2	-	4,94	9º	Classificado
40	LUCIANA KUHL	0,52	0,26	0,26	3,4	-	4,42	10º	Classificado
33	JOLICE MARIA FIORELI CAMILLO	0	0,26	0,26	3,6	-	4,16	11º	Classificado
47	TACIANE RITA MATTIOLO	0,52	0,26	0	3,1	0,25	4,15	12º	Classificado
27	ELIANE FERREIRA PIAIA	0,26	0	0,52	3,1	-	3,9	13º	Classificado

04 - EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA - 20 HORAS

INSCRIÇÃO	NOME	LP	MAT	C.G	C.E	TI	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO
5	PATRICIA FIORELI BRUNETTO	0,52	0,52	0,52	2,9	-	4,42	1º	Classificado
32	GABRIELE ISATON	0,52	0,26	0,52	2,9	-	4,16	2º	Classificado
7	CLAUDIA NERVO	0,26	0,26	0,78	2,6	-	3,9	3º	Classificado

Santiago do Sul – SC, 15 de janeiro de 2018.

VANILDO VALCARENGHI

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 018-2018 - FELIPE ALÍPIO E CIA LTDA - JORNAL DESTAQUE REGIONAL

Publicação Nº 1492202

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	18/2018
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	FELIPE ALÍPIO & CIA LTDA - ME
Objeto	Prestação de serviço de publicação com inserção de 108 centímetros/colunas, proporcional a 1/2 (meia) página de jornal ou equivalente mensal, colorido e impresso, de circulação regional, JORNAL DESTAQUE REGIONAL
Vigência	16 de março a 31 de dezembro de 2018.
Valor	R\$ 6.600 (seis mil e seiscentos reais).
Processo	33/2018
Santiago do Sul-SC, 16 de janeiro de 2018.	
VANILDO VALCARENGHI	
PREFEITO EM EXERCÍCIO	

São Bento do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2971/2018

Publicação Nº 1491957

PORTARIA Nº 2971, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 15 de janeiro de 2018, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada MARIA ROZELI DE PAULA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Berçário, Grupo Ocupacional em Extinção, Nível III, Classe G, matrícula nº 13200, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 9200/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de janeiro de 2018.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2972/2018

Publicação Nº 1491961

PORTARIA Nº 2972, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Declara Vago Cargo

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Declarar vago, com fulcro no art. 47, inciso VI, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 16 de janeiro de 2018, o cargo de Atendente Educativo, ocupado pela servidora MARIA LUCIA PEREIRA FORTES.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2973/2018

Publicação Nº 1491963

PORTARIA Nº 2973, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de EMANUELE RODRIGUES CRUZ, no cargo de Professor Educação Infantil, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 315/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2974/2017

Publicação Nº 1491964

PORTARIA Nº 2974, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de BIANCA VOLTOLINI, no cargo de Atendente Educativo, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 303/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2975/2018

Publicação Nº 1491966

PORTARIA Nº 2975, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de VERIDIANE GASSNER SCHROTH, no cargo de Professor Educação Infantil, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 277/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 2976/2018

Publicação Nº 1491969

PORTARIA Nº 2976, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Prorroga prazo para posse

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 228, de 28 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo para a posse de ALTAIR HARDT JUNIOR, no cargo de Educador Social, do Concurso Público nº 09/2017, de acordo com a Lei nº 228/2001, artigo 19, parágrafo 1º, conforme Processo nº 295/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 15 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

São Bernardino

PREFEITURA

LEI 1225/2018

Publicação Nº 1491882

LEI Nº 1.225/2018 DE 15/01/2018

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ANEXO I DA LEI Nº 755/2009 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial nos termos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal, por seus representantes aprovou e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica alterada a redação do Anexo I, da Lei nº 755/2009 de 10/12/2009, que fixa os valores dos serviços efetuados com máquinas e equipamentos do Município, ou a serviço, em propriedades particulares, urbanas ou rurais, mediante o pagamento de preços públicos, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a corrigir anualmente, sempre no mês de Fevereiro, os valores constantes no Anexo I da Lei nº 755/2009 de 10/12/2009, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, verificado no último dia útil do exercício financeiro imediatamente anterior.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 824/2010 de 28/10/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC,
aos 15 de Janeiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

ANEXO I

TABELA DE PREÇOS PÚBLICOS PARA SERVIÇOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS.

Coluna A	Coluna B	Coluna C	Coluna D
Máquina/Equipamento	Até a quantidade de horas trabalhadas	Preço até a quantidade de horas coluna B	Preço por hora trabalha acima coluna B
Moto niveladora	02 horas	R\$ 60,00	R\$ 95,00
Pá-carregadeira	02 horas	R\$ 60,00	R\$ 95,00
Retroescavadeira (terraplanagens, abertura de valas, arrancar tocos, enterrar pedras, etc...).	05 horas	R\$ 60,00	R\$ 78,00
Trator de pneus (lavar, gradear, patear, cal carrear e outros serviços na propriedade)	05 horas	R\$ 60,00	R\$ 78,00
Trator de pneus (somente para distribuição de chorume)	Sem limite de horas	R\$ 60,00	R\$ 60,00
Trator de pneus (somente para silagem)	05 horas	R\$ 55,00	R\$ 70,00
Escavadeira Hidráulica	06 horas	R\$ 105,00	R\$ 170,00

VEÍCULO	VALOR POR CARGA TRANSPORTADA (VIAGEM) DENTRO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
Caminhão (toco)	R\$ 30,00 (trinta reais)
Caminhão (truque)	R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais)

VEÍCULO	PREÇO POR KM RODADO PARA CARGAS ALÉM DO TERRITÓRIO MUNICIPAL
Caminhão (toco)	R\$ 1,50
Caminhão (truque)	R\$ 2.00

São Bonifácio

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 04/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

Publicação Nº 1492608

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 04/2018 Edital de Pregão 01/2018 do Tipo: Menor Preço por mês; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA FORNECIMENTO MENSAL DE LINK DE INTERNET, PARA TODA ESTRUTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL E SEUS DEPARTAMENTOS, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 29/01/2018. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone/fax (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 17 de Janeiro de 2018. Graziela Vanroo - Prefeita Municipal em exercício

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

Publicação Nº 1492610

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 05/2018 Edital de Pregão 02/2018 do Tipo: Menor Preço por mês; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS DE JIU-JITSU, AULAS DE ACORDEÃO E PROFISIONAL GRADUADO EM MÚSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REGÊNCIA DE CORAL MUNICIPAL, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 30/01/2018. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone/fax (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 17 de Janeiro de 2018. Graziela Vanroo - Prefeita Municipal em exercício

São Carlos

PREFEITURA

Portaria 003/2018

Publicação Nº 1491701

PORTARIA Nº 003/2018

"AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL A MOVIMENTAR CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, FUNDOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica autorizado a Sra. FRANCIÉLE REGINA FRÖLICH, inscrita no CPF sob nº: 056.045.199-79, Secretária Municipal de Saúde, juntamente com o Sr. Jonatas Antonio Biazus, inscrito no CPF sob nº: 036.369.009-35, Tesoureiro do Município, no período de 15/01/2018 a 31/01/2018, a movimentar a conta, emitir cheques, abrir contas de depósito, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico das contas bancárias junto ao Banco do Brasil S/A, Ag: 1395-1, de São Carlos, em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, inscrito no CNPJ sob nº 11.553.540/0001-19.

Além destas, fica autorizada a movimentar as contas do MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15 a seguir relacionadas:

- 9.425-0;
- 94.890-X;
- 116.869-X;
- 12.267-X;
- 18.995-2.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de janeiro de 2018.

KELEN RODRIGO GIONGO

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se.

Portaria 004/2018

Publicação Nº 1491700

PORTARIA Nº 004/2018

"AUTORIZA SERVIDOR MUNICIPAL A MOVIMENTAR CONTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, FUNDOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito em exercício de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

"RESOLVE"

Art. 1º - Fica autorizado o Sr. KELEN RODRIGO GIONGO, inscrito no CPF sob nº: 868.122.389-53, Prefeito em exercício, juntamente com o Sr. Jonatas Antonio Biazus, inscrito no CPF sob nº: 036.369.009-35, Tesoureiro do Município, no período de 15/01/2018 a 31/01/2018, a movimentar a conta, emitir cheques, abrir contas de depósito, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, retirar cheques devolvidos, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro/AASP, solicitar saldos e extratos de investimentos, solicitar saldos extratos de operações de crédito, emitir comprovantes, efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico das contas bancárias junto ao Banco do Brasil S/A, Ag. 1395-1, de São Carlos, em nome do MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, inscrito no CNPJ sob nº 82.945.718/0001-15.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 15 de janeiro de 2018.

KELEN RODRIGO GIONGO

Prefeito Municipal em Exercício

Registre-se e

Publique-se.

Portaria 005/2018

Publicação N° 1491705

PORTARIA N° 002/2018

Dispõe sobre a nomeação para a função de Secretário Municipal de Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeada a Senhorita FRANCIÉLE REGINA FRÖHLICH, para exercer a função de Secretária Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, do dia 15/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 15 de janeiro de 2018.

KELEN RODRIGO GIONGO

Prefeito Municipal em Exercício.

Registre-se e Publique-se

NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 36/2017 - FMS

Publicação Nº 1492582



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

TOMADA DE PREÇO**Nr.: 3/2017 - TP**

Processo Administrativo: 36/2017
Processo de Licitação: 36/2017
Data do Processo: 30/11/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC EM PLANTÃO E SOBREVISO MÉDICO, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E DE DIAGNÓSTICO, EXAMES RADIOLÓGICOS, E EXAMES LABORATORIAIS.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 9 / 2017

Motivo: NÃO HOUVE PROPONENTES INTERESSADOS.

São Carlos, 18 de Dezembro de 2017

RUDI MIGUEL SANDER - PREFEITO MUNICIPAL

São Domingos

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 002/2018

Publicação Nº 1491713

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 002/2018

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 001/2018

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 29 de janeiro de 2018, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 224) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 12 de janeiro de 2018.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ERRATA PP 014-2018

Publicação Nº 1492056

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Contratação de empresa de extração de produtos minerais com jazida própria para fornecimento de saibro bruto e saibro bica corrida (gnaisse)

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, o Termo de Referência, Anexo I do edital em epígrafe, publicado no dia 16/01/2018 neste veículo de informação, sofreu alterações. O edital com o novo Termo de Referência estará disponível no site da Prefeitura: www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 16 de janeiro de 2018.

Julio Eloi da Silva

Secretário Municipal de Administração

São Joaquim

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 03/2018

Publicação Nº 1491765

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 03/2018

Pregão Presencial 03/2018

Objeto: Aquisição de medalhas, taças e troféus, para as atividades esportivas de Departamento Municipal de Esportes para o ano letivo de 2018.

Tipo: Menor preço por item

Data: 31/01/2018 15:30 horas

Valor estimado: R\$ 42.150,51

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 16 de Janeiro de 2018

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

ERRATA PROCESSO 02/2018 FME

Publicação Nº 1492226

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
ERRATA DE LICITAÇÃO

Processo Nº 02/2018

Pregão Presencial Nº: 02/2018 - Registro de preços

Objeto: Contratação de empresas para prestação de serviço de transporte escolar de alunos do interior do município para as escolas municipais e estaduais.

NO EDITAL

11.3 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Exclui-se:

e) Autorização para Condução de Coletivos Escolares Emitido pelo DETRAN (para condução de veículos acima de 4 passageiros).

Acrescenta-se:

f) Alvará de Licença;

g) Certidão de Registro de CNH;

h) Cópia da carteirinha do curso para condutores de veículos de Transporte Escolares (para condução de veículos acima de 4 passageiros);

i) Cópia do certificado do curso para condutores de veículos de Transporte Escolares (para condução de veículos acima de 4 passageiros);

j) Cópia CNH

k) Cópia CRLV do veículo que será disponibilizado para linha de transporte;

l) Cópia certificado do tacógrafo (para condução de veículos acima de 4 passageiros);

m) Vistoria veicular em empresa credenciada.

23- DO CONTRATO

Acrescenta-se:

23.11 Para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar Autorização para Condução de Coletivos Escolares Emitido pelo DETRAN (para condução de veículos acima de 4 passageiros).

São Joaquim, 16 de janeiro de 2018

Raquel Moreira Henrique Fernandes

Diretora de Compras

São José

PREFEITURA

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP 008/2017

Publicação Nº 1492096

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5237/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 335/2017 - TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UBS FORQUILHINHAS, EM SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica, conforme despacho fls. 365 dos autos.

EMPRESAS LICITANTES

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DEF CONSTRUTORA LTDA EPP;
- LIBRELATO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

É o relatório.

1 - MANIFESTAÇÕES

1.1 - MANIFESTAÇÃO DA EMPRESA LIBRELATO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI:

O representante da empresa LIBRELATO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI, manifestou-se em ATA (fls. 140) dos autos, durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação em face de seus concorrentes, o que passamos a responder conforme a seqüência:

* AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME

Em relação à empresa AMVT não ter apresentado atestado técnico em seu nome, a CPL após análise do processo concluiu que não consta da documentação apresentada pela empresa o referido documento, ocasionado assim o descumprimento do item 9.1.2 do edital.

Em relação ao atestado técnico que foi apresentado as fls. 155 a 158 dos autos, não possuir a CAT (Certidão de Acervo Técnico do CREA), a CPL após análise do processo concluiu que o referido documento consta do mesmo as fls. 154.

* PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Em relação aos índices contábeis apresentados pela empresa PAM as fls. 356 dos autos, a CPL após análise do processo concluiu que a referida empresa cumpriu com o que foi solicitado no subitem 9.3.6 do edital.

1.2 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de Infraestrutura exarou despacho (fls. 365) dos autos, qualificando tecnicamente as seguintes empresas:

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- DEF CONSTRUTORA LTDA EPP;
- LIBRELATO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI;
- PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

E DESQUALIFICANDO TÉCNICAMENTE a empresa AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME, tendo em vista que a mesma não atendeu o item 9.1.2 do edital.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, não foram plenamente atendidas pela empresa AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME, sendo que as demais empresas atenderam todas as exigências editalícias.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR A EMPRESA

· AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;

HABILITAR AS EMPRESAS

· DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
 · DEF CONSTRUTORA LTDA EPP;
 · LIBRELATO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES EIRELI;
 · PAM CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 25/01/2018, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 15 de janeiro de 2018.

Claudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva	
Membro da CPL	Membro da CPL	

CONTRATO/CT: Nº 009/2018

Publicação Nº 1492117

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 009/2018 – PR 108/2017 – Processo 600/2017 – Proc. Adm. 8543/2017 - Contratado: COPY LINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. – EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO DE IMPRESSÃO DEPARTAMENTAL COM SOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO COM OS SISTEMAS CORPORATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ – PMSJ, DE CARÁTER LOCAL E OU DE GRANDE PORTE COM ACESSO VIA REDE LOCAL (TCP/IP), COMPREENDENDO A CESSÃO DE DIREITO DE USO DE EQUIPAMENTOS, INCLUINDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, FORNECIMENTO DE PEÇAS E SUPRIMENTOS NECESSÁRIOS (EXCETO PAPEL) E SERVIÇOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DA SOLUÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PMSJ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por no máximo 48 (quarenta e oito) meses, conforme art. 57, inc. IV da lei 8666/1993. Valor: R\$ 717.899,94 (setecentos e dezessete mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos). Data da Assinatura do Contrato: 11 de janeiro de 2018.

DECRETO Nº 9045/2017

Publicação Nº 1492329

DECRETO Nº 9045/2017
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 6.596.700,00 (seis milhões, quinhentos e noventa e seis mil e setecentos reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.03 –SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

02.03.04.122.0105.2.451 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria

Executiva de Comunicação Social

37 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 33.700,00

Total desta Atividade R\$ 33.700,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.05 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

02.05.04.122.0105.2.005 – Funcionamento e Manutenção da Procuradoria

Geral do Município

60 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 226.400,00

Total desta Atividade R\$ 226.400,00

Total do Órgão R\$ 260.100,00

05.00 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01 – SECRETARIA DE FINANÇAS

05.01.04.123.0105.2.014 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Finanças

133 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 1.600,00

Total desta Atividade R\$ 1.600,00

Total do Órgão R\$ 1.600,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

208 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 31.200,00

202 – 3.1.90.04.00.00.0081 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 1.890.300,00

209 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Ordinário – Educação R\$ 31.400,00

232 – 3.3.90.46.00.00.0081 – Auxílio Alimentação,

Recursos Ordinário – Educação R\$ 107.700,00

210 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 829.800,00

207 – 3.1.90.05.00.00.0099 – Outros Benefícios Previdenciários,

Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 400,00

Total desta Atividade R\$ 2.890.800,00

08.01.12.362.0103.2.037 – Funcionamento e Manutenção do Programa de Ensino

Médio

255 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 292.200,00

257 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 116.500,00

260 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,

Recursos Próprios R\$ 14.300,00

Total desta Atividade R\$ 423.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil –

Creche

287 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 964.000,00

Total desta Atividade R\$ 964.000,00

08.01.12.366.0103.2.041 – Educação de Jovens e Adultos

349 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 600,00

Total desta Atividade R\$ 600,00

08.01.12.363.0103.2.042 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional

264 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,

Recursos Próprios R\$ 172.200,00

265 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários,

Recursos Próprios R\$ 600,00

266 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,

Recursos Próprios R\$ 24.500,00

Total desta Atividade R\$ 197.300,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil – Pré Escola
 326 – 3.1.90.11.00.00.0098 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 1.105.300,00
 Total desta Atividade R\$ 1.105.300,00
 Total do Órgão R\$ 5.581.000,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO
 09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social
 421 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 12.200,00
 Total desta Atividade R\$ 12.200,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

387 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 156.500,00
 Total desta Atividade R\$ 156.500,00
 Total do Órgão R\$ 168.700,00

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social
 522 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários, Recursos Próprios R\$ 300,00
 523 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 515.700,00
 Total desta Atividade R\$ 516.000,00
 Total do Órgão R\$ 516.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 662 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários, Recursos Próprios R\$ 50,00
 Total desta Atividade R\$ 50,00

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção do Serviço de Limpeza Pública

775 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil, Recursos Próprios R\$ 3.150,00
 Total desta Atividade R\$ 3.150,00
 Total do Órgão R\$ 3.200,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
 30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.09.272.0105.2.310 – Inativos, Pensionistas e Salário Família

882 – 3.1.90.03.00.00.0080 – Pensões, Recursos Próprios R\$ 66.100,00
 Total desta Atividade R\$ 66.100,00
 Total do Órgão R\$ 66.100,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 6.596.700,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento parcial ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 4.495.200,00 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil e duzentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

02.00 – GABINETE DA PREFEITA
 02.01 – CHEFIA DO GABINETE DA PREFEITA

02.01.04.122.0105.2.002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete da Prefeita

1 - 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,	
Recursos Próprios	R\$ 18.000,00
3 - 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 379.000,00
4 - 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 6.000,00
5 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias – Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 9.000,00
6 - 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
7 - 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,	
Recursos Próprios	R\$ 18.000,00
10 - 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 4.000,00
12 - 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,	
Recursos Próprios	R\$ 10.000,00
Total desta Atividade	R\$ 445.000,00

02.00 – GABINETE DA PREFEITA

02.04 – SECRETARIA EXECUTIVA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA

02.04.04.122.0105.2.453 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Articulação Política

48 - 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
50 - 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 38.000,00
56 - 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,	
Recursos Próprios	R\$ 4.000,00
Total desta Atividade	R\$ 43.000,00
Total do Órgão	R\$ 488.000,00

03.00 – GABINETE DO VICE – PREFEITO

03.01 – GABINETE DO VICE – PREFEITO

03.01.04.122.0105.2.004 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

102 - 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 38.000,00
103 - 4 - 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 1.000,00
104 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias – Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 7.000,00
106 - 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,	
Recursos Próprios	R\$ 10.000,00
107 - 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,	
Recursos Próprios	R\$ 3.000,00
108 - 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 19.000,00
109 - 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,	
Recursos Próprios	R\$ 27.000,00
110 - 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,	
Recursos Próprios	R\$ 8.000,00
Total desta Atividade	R\$ 113.000,00
Total do Órgão	R\$ 113.000,00

04.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

113 - 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 56.000,00
114 - 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,	
Recursos Próprios	R\$ 6.000,00

115 – 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias – Civil,
 Recursos Próprios R\$ 4.000,00
 116 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 122.000,00
 117 – 3.3.90.33.00.00.0080 – Passagens e Despesa com Locomoção,
 Recursos Próprios R\$ 2.000,00
 120 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 273.000,00
 121 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 64.000,00
 122 – 4.4.90.52.00.00.0080 – Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 11.000,00
 Total desta Atividade R\$ 538.000,00
 Total do Órgão R\$ 538.000,00

06.00 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01 – SECRETARIA DE RECEITA

06.01.04.129.0105.2.064 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Receita

135 - 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 137 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 56.000,00
 138 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 19.000,00
 140 – 3.3.90.30.00.00.0080 – Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 5.000,00
 143 – 3.3.90.36.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física,
 Recursos Próprios R\$ 18.000,00
 144 – 3.3.90.39.00.00.0080 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,
 Recursos Próprios R\$ 55.000,00
 145 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 27.000,00
 Total desta Atividade R\$ 181.000,00
 Total do Órgão R\$ 181.000,00

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.031 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

203 – 3.1.90.04.00.00.0098 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 582.000,00
 204 – 3.1.90.04.00.00.0099 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 5.000,00
 206 – 3.1.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 31.000,00
 211 – 3.1.90.11.00.00.0099 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 103.000,00
 216 – 3.1.90.16.00.00.0098 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 2.000,00
 217 – 3.1.90.16.00.00.0099 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Valorização do Magistério – 40% FUNDEB R\$ 21.000,00
 Total desta Atividade R\$ 744.000,00

08.01.12.365.0103.2.039 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil – Creche

290 – 3.1.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 6.000,00
 291 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Ordinários – Educação R\$ 2.377.200,00
 296 – 3.1.90.16.00.00.0098 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 11.000,00
 Total desta Atividade R\$ 2.394.200,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação

Infantil – Pré Escola

324 – 3.1.90.05.00.00.0098 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 26.000,00
330 – 3.1.90.16.00.00.0098 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos da Valorização do Magistério – 60% FUNDEB R\$ 11.000,00
Total desta Atividade R\$ 37.000,00
Total do Órgão R\$ 3.175.200,00
Total da Anulação R\$ 4.495.200,00

Art. 3º Os recursos necessários para atendimento complementar ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Provável Excesso de Arrecadação dos Recursos do FUNDEB.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de dezembro de 2017

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

DECRETO Nº 9046/2017

Publicação Nº 1492331

DECRETO Nº 9046/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 5.606 de 21 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 10.600.500,00 (dez milhões, seiscentos mil e quinhentos reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

924 – 3.1.90.11.00.00.0082 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 8.794.100,00
935 – 3.1.91.13.00.00.0082 – Obrigações Patronais,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 1.742.300,00
962 – 3.3.90.46.00.00.0082 – Auxílio Alimentação,
Recursos Ordinários – Saúde R\$ 64.100,00
Total desta Atividade R\$ 10.600.500,00
Total do Órgão R\$ 10.600.500,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 10.600.500,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 10.600.500,00 (dez milhões, seiscentos mil e quinhentos reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

08.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.363.0103.2.042 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Profissional

268 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Próprios R\$ 55.000,00
273 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 110.000,00
Total desta Atividade R\$ 165.000,00

08.01.12.365.0103.2.508 – Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação

Infantil – Pré Escola

323 – 3.1.90.05.00.00.0081 – Outros Benefícios Previdenciários,

Recursos Ordinários – Educação R\$ 1.000,00
325 – 3.1.90.11.00.00.0081 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 6.499.000,00
329 – 3.1.90.16.00.00.0081 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 11.000,00
331 – 3.1.90.94.00.00.0081 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 77.000,00
343 – 3.3.90.46.00.00.0081 – Auxílio Alimentação,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 552.000,00
Total desta Atividade R\$ 7.140.000,00
Total do Órgão R\$ 7.305.000,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.183.0110.2.131 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Segurança e Defesa Social

419 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 3.000,00
420 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos Próprios R\$ 3.000,00
422 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 50.000,00
431 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 36.000,00
Total desta Atividade R\$ 92.000,00

09.01.06.181.0110.2.261 – Funcionamento e Manutenção da Guarda Municipal

385 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 1.000,00
386 – 3.1.90.05.00.00.0080 – Outros Benefícios Previdenciários,
Recursos Próprios R\$ 1.000,00
388 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 258.000,00
400 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 94.000,00
Total desta Atividade R\$ 354.000,00

09.00 – SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.02 – FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

09.02.14.422.0105.2.260 – Funcionamento e Manutenção ao PROCON

495 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 1.000,00
497 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 98.000,00

498 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 10.000,00
502 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
Recursos Próprios R\$ 7.000,00
Total desta Atividade R\$ 116.000,00
Total do Órgão R\$ 562.000,00

10.01 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

10.01.08.244.0111.2.063 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social

521 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Próprios R\$ 198.000,00
Total desta Atividade R\$ 198.000,00
Total do Órgão R\$ 198.000,00

11.00 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

11.01 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO

11.01.11.334.0108.2.060 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
 547 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 22.000,00
 549 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 65.000,00
 550 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 557 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 33.000,00
 Total desta Atividade R\$ 121.000,00
 Total do Órgão R\$ 121.000,00

13.00 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
 13.01 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

13.01.04.121.0105.2.008 – Funcionamento e Manutenção da SEPLANGEO

608 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 221.000,00
 Total desta Atividade R\$ 221.000,00
 Total do Órgão R\$ 221.000,00

14.00 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
 14.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 – Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
 661 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 110.000,00
 663 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 664 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 126.000,00
 671 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 83.000,00
 Total desta Atividade R\$ 320.000,00

14.01.15.452.0106.2.020 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública

772 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 1.000,00
 774 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 112.000,00
 779 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 32.000,00
 Total desta Atividade R\$ 145.000,00
 Total do Órgão R\$ 465.000,00

18.00 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER
 18.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.054 – Funcionamento e Manutenção da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ
 1173 – 3.1.90.11.00.00.0080 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil,
 Recursos Próprios R\$ 900.000,00
 1171 – 3.1.90.04.00.00.0080 – Contratação por Tempo Determinado,
 Recursos Próprios R\$ 55.000,00
 1175 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
 Recursos Ordinários – Educação R\$ 55.000,00
 1182 – 3.3.90.46.00.00.0080 – Auxílio Alimentação,
 Recursos Próprios R\$ 27.500,00
 Total desta Atividade R\$ 1.037.500,00
 Total do Órgão R\$ 1.037.500,00

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.148 – Funcionamento da Rede Municipal de Saúde – FMS

917 – 3.1.90.04.00.00.0082 – Contratação por Tempo Determinado,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 220.000,00
930 – 3.1.90.16.00.00.0080 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,
Recursos Próprios R\$ 250.000,00
Total desta Atividade R\$ 470.000,00
Total do Órgão R\$ 470.000,00

30.00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

30.01.04.123.0105.2.266 – Ressarcimentos, Devoluções e Indenizações

866 – 3.1.90.94.00.00.0080 – Indenizações e Restituições Trabalhistas,
Recursos Ordinários – Educação R\$ 121.000,00
Total desta Atividade R\$ 121.000,00

30.01.09.272.0105.2.310 – Inativos, Pensionistas e Salário Família

881 – 3.1.90.01.00.00.0080 – Aposentadorias e Reformas
Recursos Próprios R\$ 100.000,00
Total desta Atividade R\$ 100.000,00
Total do Órgão R\$ 221.000,00
Total da Anulação R\$ 10.600.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE EVENTOS ESPORTIVOS Nº 002/FUNESJ/2018

Publicação Nº 1492615

EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS DE EVENTOS ESPORTIVOS Nº 002/FUNESJ/2018

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, por intermédio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, com sede à Avenida Acioni de Souza Filho, s/nº. 403, CEP. 88.101-175, São José (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 02.361.033/0001-92, com fulcro na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e no Decreto nº 8.623, de 31 de agosto de 2017, torna público o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO visando à seleção de organizações da sociedade civil interessadas em celebrar TERMO DE FOMENTO com o objetivo de executar PROJETOS DE EVENTOS ESPORTIVOS – no Município de São José (SC), no ano de 2018.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o Município de São José, por intermédio da Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ, por meio da formalização de Termo de Fomento, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto nº 8.623 de 31 de agosto de 2017, e pelos demais normativos aplicáveis, além do disposto no presente Edital.

1.3. Considera-se Termo de Fomento o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias propostas pelo Município com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, que envolvam a transferência de recursos financeiros.

1.4. Na seleção da proposta será observada a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Fomento e o interesse da administração pública.

1.5. Condições de Participação: poderão participar na condição de proponentes, organizações da sociedade civil assim definidas pela Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e Decreto nº 8.623 de 31 de agosto de 2017, sem finalidade lucrativa, cujo ato constitutivo disponha expressamente sobre sua finalidade esportiva, ainda que não exclusiva.

1.6. Não é permitida a atuação em rede.

1.7. A programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria é: 2405 - Programa de promoção, apoio, patrocínio de eventos esportivos e de lazer.

2. OBJETO DO TERMO DE FOMENTO

2.1. O Edital objetiva selecionar organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, interessadas em executar programas/projetos de apoio/patrocínio a eventos esportivos, com investimentos específicos, por meio de celebração de Termo de Fomento no Município de São José.

2.2 O montante máximo destinado a cada projeto fica estabelecido em R\$70.000,00 (setenta mil reais)

3. CRONOGRAMA

3.1. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	Datas
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	17/01/2018
2	Inscrição e envio das propostas pelas OSCs.	13h00 do dia 17/01/2018 às 19h00 do dia 31/10/2018.
3	Divulgação do Resultado do Projeto	Até 30 dias após data fixada no protocolo de recebimento do projeto.
4	Assinatura do Termo de Fomento	Até 15 dias após a Divulgação do Resultado.
6	Homologação e publicação do Extrato do Termo de Fomento.	Até 5 dias após a Assinatura do Termo de Fomento.

4. INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição será gratuita, aberta e direta, mediante protocolo dos documentos e propostas da Organização da Sociedade Civil interessada na Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ.

4.2. No ato da inscrição, a Organização da Sociedade Civil interessada deverá apresentar dois envelopes lacrados; um contendo os documentos necessários à formalização do Termo de Fomento, conforme descrição do item 10; e outro contendo o Projeto e o Plano de Trabalho.

4.3. Realizada a inscrição e entregues os envelopes, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FUNESJ deverá conceder à Organização da Sociedade Civil interessada o protocolo de inscrição e entrega dos envelopes, datado e assinado pelo(a) Presidente da Comissão de Seleção ou pelo(a) Superintendente da Fundação, que constará nos autos do procedimento de Chamamento Público.

4.4. O ato da inscrição pressupõe plena concordância com os termos deste Edital, da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto nº 8.623 de 31 de agosto de 2017, e dos demais normativos aplicáveis

4.5. A inscrição não garante ao proponente a seleção do respectivo projeto e Plano de Trabalho, não gera obrigação de formalização de parceria à Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ bem como não vincula aceitação do projeto pelo valor solicitado.

4.6. Não serão aceitas novas inscrições e projetos da Organização da Sociedade Civil que já realizou sua inscrição com o mesmo objeto, como também não serão aceitas alterações ou troca de envelopes já inscritos e entregues à Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ.

5. APRESENTAÇÃO E ENVIO DOS PROJETOS E PLANOS DE TRABALHO

5.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar os projetos - na formatação de Plano de Trabalho (Anexo 1), indicando o número da proposta prevista no Edital, prevendo prazo de execução para no máximo 10 (dez) meses distribuídos entre os meses de fevereiro a dezembro do ano de 2018.

5.2. O Projeto e respectivo Plano de Trabalho deverão ser entregues em envelope lacrado na Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ no ato da inscrição.

5.3. O Projeto e respectivo Plano de Trabalho deverão ter todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da Organização da Sociedade Civil proponente. Também deve ser entregue uma cópia em versão digital (CD ou

pen drive).

5.4. Após o prazo limite para apresentação do Projeto e respectivo Plano de Trabalho, nenhum outro será recebido, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública municipal.

5.5 Os projetos ou programas de atividade a serem desempenhados pela Organização da Sociedade Civil interessada, deverão conter no mínimo, as seguintes informações:

5.5.1. descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

5.5.2. descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;

5.5.3. a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;

5.5.4. forma de execução das atividades e cumprimento das metas;

5.5.5. o valor global e os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

5.5.7. a definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

5.6. Será indeferido o projeto que não preencher os requisitos enumerados neste Edital ou não apresentar todos os itens discriminados em seu Anexo 1.

5.7. A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ se reserva ao direito de não contemplar todos os projetos aprovados. As Parcerias serão celebradas conforme interesse e disponibilidade financeira dos recursos da Fundação.

5.8. Todos os projetos firmados em parceria com a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ, serão inteiramente gratuitos à comunidade, sendo vedado qualquer tipo de cobrança.

6. SELEÇÃO DOS PROJETOS

6.1. A fase de seleção observará o cronograma previsto no item 3, e será desenvolvida pela Comissão de Seleção nomeada pelo(a) Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ.

6.2. A seleção será desenvolvida em duas etapas.

6.2.1. Na primeira etapa será realizada a avaliação dos projetos e planos de trabalho apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil, seguindo os critérios técnicos descritos abaixo:

6.2.1.1. Histórico de projetos do Proponente na área afim do projeto;

6.2.1.2. Consistência da proposta: adequação entre metas, objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução;

6.2.1.3. Regionalização, modalidade esportiva e número de atendimentos;

6.2.1.4. Análise do Orçamento Proposto.

6.2.2. Serão atribuídas notas de 1 (um) a 4 (quatro) referentes aos critérios listados no item 6.2.1, sendo estas relativas a: ruim (1), regular (2), bom (3), excelente (4). Os projetos deverão alcançar média mínima de 3 (três).

6.2.3. A seleção não implica na sua aprovação pelo valor solicitado. A FUNESJ se reserva do direito de decidir o valor do aporte destinado a cada projeto, conforme disponibilidade orçamentária de instituição e itens no plano de trabalho passíveis de serem glosados.

6.2.4. Na segunda etapa, será realizada a abertura do envelope com os documentos da organização da sociedade civil selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no item 10.

6.2.5. Encerradas as etapas será lavrada a ata pela Comissão com o resultado do julgamento.

6.3. A Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ, homologará e divulgará o resultado do julgamento no Diário Oficial Eletrônico do Município;

6.4. Mesmo após aprovado e selecionado o projeto, a Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ poderá proceder à análise de documentos e declaração de ausência de impedimentos, que poderá ser revista a qualquer tempo.

7. DESPESAS FINANCIÁVEIS PELA PARCERIA

7.1 Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

7.1.1. remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

7.1.2. diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

7.1.3. custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
7.1.4. aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

8. PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas deverá ser apresentada 30 (trinta) dias após o término do Evento - e deverá obedecer às normas do Termo de Fomento firmado entre a Organização da Sociedade Civil e a Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FUNESJ, ao Decreto nº 8.623/2017 e à Lei nº 14.019/2014.

8.2. A não apresentação da Prestação de Contas final no prazo previsto e/ou a existência de Prestação de Contas com pendências não solucionadas em tempo hábil, impede que a Organização da Sociedade Civil receba novos repasses de recursos, mesmo que para projetos decorrentes de parcerias diversas.

7.3 A simples apresentação da Prestação de Contas final, não enseja automaticamente sua aprovação.

9. DA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA - REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

9.1. Para a celebração do Termo de Fomento, a Organização da Sociedade Civil deverá comprovar e atender aos seguintes requisitos:

8.0.1 ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014). Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 37, inciso VIII, do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.2 ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014) Estão dispensadas desta exigência as organizações religiosas e as sociedades cooperativas (art. 33, §§ 2º e 3º, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 37, inciso VIII do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.3 ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014 e art. 37, inciso IX do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.4 possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovado por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.0.5 possuir experiência prévia na realização, do objeto da parceria ou de natureza semelhante (art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 37, inciso X e art. 38, do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.6 apresentar a cópia do estatuto registrado e suas alterações (art. 37, inciso I do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.7 apresentar declaração de que possui disponibilidade de instalação, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas (art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei nº 13.019, de 2014 e art. 37, inciso X do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.8 certidão negativa de débito tributário de qualquer natureza junto ao órgão fazendário municipal; certidão quanto à dívida ativa conjunta da União; prova de regularidade para com a Fazenda estadual; prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS e certidão de débitos trabalhistas – CNDT (art. 34, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 37, inciso III, do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.9 apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles (art. 34, caput, incisos V e VI, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 37, incisos V e VI, do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.10 comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 37, VII do Decreto nº 8.623/2017);

8.0.11 atender às exigências previstas na legislação específica, na hipótese de a organização da sociedade civil se tratar de sociedade cooperativa (art. 2º, inciso I, alínea “b”, e art. 33, §3º, Lei nº 13.019, de 2014);

8.0.12 declaração de que a organização da sociedade civil não deve prestação de contas a quaisquer órgãos ou entidades;

8.0.13 declaração de que não emprega menor, conforme disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988;

8.0.14 declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no Decreto nº 8.623/2017.

8.1 Ficará impedida de celebrar o Termo de Fomento a Organização da Sociedade Civil que:

9.2.1. não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.1.2 esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.1.3 tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 22, § 5 do Decreto nº 8.623, de 2017);

8.1.4 tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.1.5 tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

8.1.6 tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014); ou

8.1.7 tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irreversível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

8.1.8 estiver em débito junto a órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, pertinentes à obrigações fiscais ou contribuições legais.

8.1.9 destinar recursos públicos como contribuições, auxílios ou subvenções a instituições com fins lucrativos.

8.2 Não observado os itens 10.1 e 10.2, o projeto apresentado será desclassificado.

10. PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA DA PARCERIA

10.1. Da parceria a ser firmada entre a Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ e a organização da sociedade civil, decorrem compromissos de publicidade e transparência.

10.2. Impressão da logomarca da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ em todas as peças de publicação do projeto, peças de divulgação e de distribuição, inclusive convites de lançamento.

9.3 Citação verbal do patrocínio da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ em todas as entrevistas à imprensa sobre o projeto, os quais deverão também estar disponíveis para entrevistas e matérias jornalísticas de veículos acionados pela Fundação;

9.4 A Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ poderá mencionar seu patrocínio ao projeto em suas campanhas e peças de comunicação institucional, e utilizar imagens dele decorrentes, sem qualquer ônus;

9.5 Exibição de banner da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ, como parceira do evento, no local de realização do projeto.

9.6 Divulgação da parceria firmada, do plano de trabalho e metas a serem atingidas na internet.

9.7 Todo material em que sua logomarca seja exibida deverá ser previamente aprovado, em termo escrito a ser juntado à prestação de contas final, pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ;

11. INFORMAÇÕES GERAIS

11.1. O período de execução do projeto objeto da parceria a ser firmada seguirá o ano calendário, encerrando-se, obrigatoriamente, no ano de 2018.

11.2. Caso o Proponente tenha qualquer dúvida com relação ao Edital e seus anexos, deve requerer à Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ a interpretação ou esclarecimento, antes da apresentação de seus documentos.

11.3. A Superintendência da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

11.4. Os Anexos integram este Edital e devem ser observados tanto quanto as demais cláusulas do presente documento.

12. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

12.1. A qualquer tempo o presente edital poderá ser revogado, reestruturado ou anulado, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

13. DA FISCALIZAÇÃO DOS PROJETOS

13.1. Os fiscais designados pela Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José - FUNESJ acompanharão a execução da parceria firmada, reservando-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas de fiscalização e/ou solicitar informações adicionais (quando julgar conveniente), visando aperfeiçoar o sistema de acompanhamento e avaliação.

13.2. Verificado o descumprimento de qualquer item do Edital, do Termo de Fomento ou das normas aplicáveis, a entidade ficará sujeita às sanções previstas no Termo de Fomento, sem prejuízo das sanções legais.

São José (SC), 15 de janeiro de 2018.

João David Garcia
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer de São José

ANEXO I

(PLANO DE TRABALHO: ROTEIRO DE PROJETO / MODELO OBRIGATÓRIO)

1. NOME DO EVENTO			
NOME:			
TIPO DE PROJETO:		MODALIDADE:	
2. PROPONENTE			
NOME DA OSC:		CNPJ:	
RUA/AV.:		Nº:	
COMPLEMENTO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
TELEFONE:		E-MAIL	
REDES SOCIAIS:		SITE:	
ANO DE CRIAÇÃO DA OSC:		ANOS DE ATIVIDADE:	
2.1. BREVE HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL CIVIL			
3. PRESIDENTE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL CIVIL			
NOME:		CEPF:	
RG/ORGÃO EXPEDIDOR:		TELEFONE(S):	
DATA DA POSSE:	DURAÇÃO DO MANDATO:	E-MAIL	
4. RESPONSÁVEL TÉCNICO DO PROJETO			
NOME:		CPF:	
RG/ORGÃO EXPEDIDOR:		TELEFONE(S):	
Nº CREF:		E-MAIL	
5. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO			
PREVISÃO DE INÍCIO DO PROJETO:		TÉRMINO DO PROJETO:	
PÚBLICO ALVO:		META QUANTITATIVA DE ATENDIMENTO:	
6. LOCAIS DE EXECUÇÃO DO EVENTO			
NOME DO LOCAL:			
ENDEREÇO COMPLETO/Nº:	BAIRRO:	QUANTIDADE DE PARTICIPANTES:	COTA ATLETAS DO MUNICÍPIO:
7. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO			
8. METAS E OBJETIVOS			
9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO, DA META, DAS ETAPAS/FASES.			
META	ETAPA /FASE	DESCRIÇÃO	MÊS INÍCIO
			MÊS FIM

10. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

AÇÕES/SERVIÇOS	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.

11. ORÇAMENTO

FONTE	VALOR DO INVESTIMENTO
Prefeitura do Município de São José	R\$

11.1. ORÇAMENTO REDUZIDO

ITENS DE CUSTO	VALOR TOTAL
1-	R\$
2-	R\$
3-	R\$
4-	R\$
5-	R\$

11.2. ORÇAMENTO ANALÍTICO

CÓDIGO	ITENS/BALIZAMENTO	QUANTIDADE	UNIDADE	DURAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1-						
1.1						
1.2						
1.3						
2-						
2.1						
2.2						
3-						
3.1						
3.2						
4-						
4.1						
VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO ANALÍTICO:						

11.3. CRONOGRAMA DE BESEMBOLSO- MÊS A MÊS

ITEM	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1.1											
2.1											
2.2											
TOTAL MES											

13. DADOS BANCÁRIO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL CIVIL

BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA:	OPERAÇÃO:

ORIENTAÇÕES FINAIS:

Todos os valores expressos no Plano de Trabalho, deverão estar em Reais;

A entidade pode acrescentar, após os campos exigidos, outros campos que achar convenientes, haja vista que quanto mais detalhes acrescentados ao Projeto, melhor, mas é necessário muito cuidado e atenção para que não se fuja do escopo do Projeto;

Quando julgado necessário e pertinente, pode-se acrescentar campos e lacunas no plano, acrescentando-se linhas às planilhas. O espaço de cada campo/lacuna não é fixo, podendo ser ampliado conforme a necessidade.

14. DECLARAÇÕES Declaro sob as penas da lei:

- 1) Serem verdadeiras as informações fornecidas acima.
- 2) Estar ciente que todo material permanente adquirido com recursos do Município de São José, por intermédio da FUNESJ, deverá ser devolvido ao final da execução do projeto.
- 3) Estar ciente que a liberação de recursos estará condicionada ao empenhamento da despesa e à formalização do instrumento jurídico previsto na legislação em vigor.
- 4) Estar ciente que não serão exigidos de terceiros, seja a que título for, quaisquer valores em contraprestação ao atendimento prestado;
- 5) Estar ciente que nos termos dos Artigos 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71 e 72, da Lei Federal n.º 13.019/2014:
 - 5.1) Que os pagamentos da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:
 - 5.1.1) Quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da(s) parcela(s) anteriormente(s) recebida, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela FUNESJ ou Órgão descentralizador dos recursos ou pelo Órgão competente do sistema de controle interno da Administração Pública;
 - 5.1.2) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas conveniais básicas;
 - 5.1.3) Quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo partícipe repassador dos recursos ou por integrantes do respectivo Sistema de Controle Interno.
 - 5.2) Que os saldos do TERMO DE FOMENTO, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em fundo de aplicação financeira de curto prazo de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês.
 - 5.3) Que quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do TERMO DE FOMENTO, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do Órgão ou Entidade titular dos recursos.
- 6) Que a realização de despesas com recursos do Município de São José estará submetida aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, igualdade, probidade administrativa e dos que lhes são correlatos.
- 7) Estar ciente da vedação de divulgação do Projeto, inclusive em meios de comunicação, de forma diversa do aprovado expressamente pela FUNESJ.
- 8) Estar ciente que o presente Plano de Trabalho é parte integrante do Termo de Fomento, devendo ser cumprido estritamente, sendo que qualquer desvio poderá incorrer nas sanções previstas naquele instrumento.

Declaro, ainda, que o projeto apresentado para a FUNESJ, aprovado nos termos e condições previstas no instrumento do TERMO DE FOMENTO e no presente PLANO DE TRABALHO:

- 9) Não é de cunho político-eleitoral e que os investimentos captados a título de patrocínio para sua organização/realização não têm qualquer destinação desse caráter;
- 10) Não atenta contra a ordem pública, não goza de má reputação e/ou falta de integridade, prejudicando assim, a imagem da FUNESJ;
- 11) Não viola direitos de terceiros, incluindo os de propriedade intelectual;
- 12) Não tem caráter religioso;
- 13) Não tem vínculo com a exploração de trabalho infantil, degradante ou escravo;
- 14) Não caracteriza promoção pessoal de autoridade, de servidor público ou da imagem de quaisquer esferas federativas;
- 15) Cumpriu os procedimentos exigidos na(s) prestação(ões) de contas de recurso(s) anterior(es)

O(s) representante(s) legal(is) da declarante está(ão) ciente(s) de que a falsidade da declaração ora prestada acarretará a aplicação das sanções legais de natureza cível e criminal cabíveis.

São José, XX de XXXXXX de 2017.
 XXXXXXXXXXXXXXXX(nome completo)
 Presidente da Proponente

ANEXO II – FICHA DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO

PROJETO:

PROPONENTE:

Etapas 1 – Triagem administrativa:

1.1. Requisitos do projeto:

1.2. Tipo de projeto (1.1.1 ou 1.1.2):

1.3. Recebimento de verbas por outro edital?:

Análise de modalidade e local de execução:

2.1. Há interesse/disponibilidade orçamentária da FUNESJ neste projeto?

Atribuição de notas (1-ruim, 2-regular, 3-bom, 4-excelente)

	Membro 1	Membro 2	Membro 3	Média
Histórico da proponente na área fim do projeto				
Consistência da proposta				
Regionalização, modalidade esportiva e número de atendimentos				
Análise do Orçamento Proposto				
Média Final:				

Etapas 2 – Análise da Documentação

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 770/2017

Publicação Nº 1492225

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 770/2017 - Proc. de Compras 1013/2017 - Proc. Adm. 12494/2017. Contratado: AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA URBANA, COMPREENDENDO A COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA E MATERIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, EM CARÁTER EMERGENCIAL.". Valor total do contrato: R\$ 6.378.656,52 (seis milhões, trezentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 776/2017

Publicação Nº 1492244

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 776/2017 - Proc. de Compras 1021/2017 - Proc. Adm. 12439/2017. Contratado: SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – (FILIAL SÃO JOSÉ). Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OFERTA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA – EAD PELO PERÍODO DE 11(ONZE) MESES, PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA EJA, LOCALIZADO NO BAIRRO KOBRASOL, SÃO JOSÉ/SC". Valor total do contrato: R\$ 171.600,00 (cento e setenta e um mil, seiscentos reais). Fundamento Legal: art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

PORTARIA Nº 001

Publicação Nº 1492614

portaria no 001, de 16 DE JANEIRO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PELOS SERVIDORES, PARA O DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE :

Art. 1º Ficam autorizados os servidores públicos a seguir relacionados conduzir veículo oficial quando as atividades institucionais assim exigirem e não existirem outros meios de deslocamento entre seu ponto de origem e de seu destino, ou quando estes, por algum motivo impossibilitarem o eficiente desempenho de suas atividades.

- a) Rosemeri Bartucheski, matrícula nº 427665-5;
- b) Simone Cristina Vieira Machado, matrícula nº 427679-5;
- c) Glades Gonçalves Panasolo, matrícula nº 428038-5;
- d) Diego Gnecco nº 426362-6;
- e) Tábata Gomes Panozzo, matrícula nº 426687-0;
- f) Cleidiamar Aparecida Furlanetto, matrícula nº 22693-9;
- g) Mario Sergio do Nascimento, matrícula nº 428284-1;
- h) Daniel Seemann , matrícula nº 428567-0;
- i) Zamilé Cristina da Silva Schutz, matrícula nº 033207-0;
- j) Iria Locks, matrícula nº 33197-0;
- j) Márcio José de Souza Ramos, matrícula nº 428284-1;
- l) Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula nº 428271-0;
- m) Manoel Abreu, matrícula 34414;
- n) Gilson Gonzaga dos Santos, matrícula nº 17565.

Art. 2º A autorização concedida por este ato terá validade até o término do ano corrente, podendo ser revalidada, obedecido aos seguintes requisitos:

- I - apresentação, pelo servidor, da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, com categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido;
- II - preenchimento, pelo servidor, do formulário "diário de bordo";

Art. 3º Concedida a autorização para dirigir veículo oficial, o servidor:

I - não poderá:

- a) ceder a direção do veículo a terceiros;

- b) utilizar o veículo em atividades particulares ou diversas daquelas que motivaram a concessão;
c) conduzir pessoas e/ou materiais estranhos ao serviço público prestado.

II - deverá:

- a) preencher corretamente o formulário "diário de bordo";
b) exibir a presente Portaria, sempre que solicitada por quem de direito;
d) findo o deslocamento, guardar o veículo oficial no órgão detentor.

Parágrafo único. Em caso de acidente ou surgimento de dano no veículo concedido, serão aplicadas as normas constantes da Lei Orgânica do Município, bem com as constantes da Lei Ordinária nº 2248, de 20 de março de 1991, e demais aplicáveis.

Art. 4º Findo o prazo fixado no Art. 2º, a autorização a que refere a presente Portaria, poderá ser revalidado, desde que:

I - haja interesse da Administração;

II - o servidor não tenha infringido qualquer das vedações constantes do art. 3º.

Art. 5º O cancelamento da autorização para dirigir veículo oficial se dará:

I - a qualquer tempo, por interesse da Administração;

II - a pedido do servidor.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Paço Municipal em São José, 16 de janeiro de 2018.

ROSEMERI BARTUCHESKI

Secretária Municipal de Assistência Social

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2017

Publicação Nº 1492179

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 142/2017 – Processo nº 867/2017 – Proc. Adm. 11743/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE 02 (DUAS) CARROCERIAS BASCULANTES SOBRE CHASSI – AÇÃO FRONTAL – MEIA CANA A SEREM UTILIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC NO TRANSPORTE DE MATERIAIS DIVERSOS. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 17 de janeiro de 2018 às 18h00min até dia 02 de fevereiro de 2018, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h02min do dia 02 de fevereiro de 2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 131/2017

Publicação Nº 1492324

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 131/2017 – Processo nº 809/2017 – Proc. Adm. 11323/2017. Fornecedores: FRIMAC REFRIGERAÇÃO EIRELI – ME; E&R EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI – EPP e AGASERV COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA - ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor Total: R\$ 318.549,68 – trezentos e dezoito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e oito centavos. Cláudia Schweitzer - Diretora de Compras.

TERMO ADITIVO/TA Nº 099/2012-08

Publicação Nº 1492526

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 099/2012-08 – PR 032/2013 – Proc. de compras 052/2013 – Proc. Adm. 10245/2017 – Locador: VEG LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, INCLUINDO MANUTENÇÃO, SEGURO E QUILOMETRAGEM LIVRES, PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. passará de R\$ 1.831.181,40 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta centavos) para R\$ 1.789.311,36 (um milhão, setecentos e oitenta e nove mil, trezentos e onze reais e trinta e seis centavos); DA SUPRESSÃO: Conforme solicitação e justificativa da SSDST juntados ao processo, a partir deste Termo Aditivo fica suprimido o veículo Fiat/Palio Weekend, de placa MMF 8543 e chassi 9BD373121E5035034, cuja utilização se dava pela Guarda Municipal de São José com valor mensal de R\$ 3.489,17 (três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos). DOS VALORES: Com as alterações feitas conforme exposto na cláusula terceira, haverá uma supressão percentual de 2,2865%,

representando o valor anual de R\$ 41.870,04 (quarenta e um mil, oitocentos e setenta reais e quatro centavos), dessarte, o valor do Contrato original. Data da assinatura: 13 de dezembro de 2017.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 539/2011

Publicação Nº 1492170

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 539/2011 – DL 024/2011 - Processo 194/2011 – Proc. Adm. 11104/2017 – Contratado: SR. CARLOS ANTÔNIO GERLACH. Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL COM ÁREA PRIVATIVA DE 116 M², 02 SANITÁRIOS, LOCALIZADO NA PRAÇA HERCÍLIO LUZ, Nº 70, CENTRO HISTÓRICO, EM SÃO JOSÉ/SC, PARA EXTENSÃO DA CASADA CULTURA E OFICINAS DO THEATRO ADOLPHO MELO. Ressalta-se que a Prefeitura Municipal de São José, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo, registra que o presente Distrato se faz unilateralmente, e sem ônus para administração e que demais sanções poderão apuradas em procedimento administrativo apropriado.. Data da assinatura: 11 de janeiro de 2018.

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6151/2018

Publicação Nº 1492402

DECRETO Nº 6.151, DE 15 de JANEIRO DE 2018

"INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL".

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal INEZ MARIA STEFENI GALON, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, Matrícula nº 2452, a partir de 15 de janeiro de 2018, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 15 de janeiro de 2018.

JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.11/2018

Publicação Nº 1491895

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº11/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº11/2018, Edital de Pregão Nº11/2018, Objeto: AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS, bem como, FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA DIVIDIR UM ABRIGO EM DOIS OS QUAIS SERÃO UTILIZADOS EM PONTOS ESTRATÉGICOS DEVIDO A ALTERAÇÃO DE ROTA DE TRANSPORTE COLETIVO, COMO TAMBÉM A SUBSTITUIÇÃO DE ALGUNS JÁ EXISTENTES. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 30 de Janeiro de 2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail comprascedro@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45:00hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.12/2018

Publicação Nº 1492107

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº12/2018

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº12/2018, Edital de Pregão Nº12/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR PARA MINISTRAR AULAS DE DANÇA ARTÍSTICA GAÚCHA E PARA AS INVERNADAS ARTÍSTICAS MIRIM, JUVENIL E ADULTA PARA OS MUNICÍPIOS CEDRENSES. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 30 de Janeiro de 2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, pelo e-mail comprascedro@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45hrs às 11:45:00hrs das 13:30hrs às 17:30hrs, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC www.prefcedro.sc.gov.br. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492356

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00									
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)					(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	5.217.686,25	0,00	18.046,45	79.409,75	42.624,89	0,00	5.077.615,16	1.026.354,07	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	6.460,75	0,00	0,00	0,00	6.460,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	56.339,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.339,85	13.530,20	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	215.866,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215.866,08	4.560,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	640.263,59	0,00	13.562,90	0,00	15.595,85	0,00	611.104,84	97.768,76	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	141.573,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	141.573,04	23.695,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	4.157.192,94	0,00	4.483,55	79.409,75	20.568,29	0,00	4.052.731,35	886.800,11	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	558.815,86	0,00	8.452,43	730,00	4.633,69	0,00	544.999,74	110.874,05	0,00
Recursos Ordinários	558.815,86	0,00	8.452,43	730,00	4.633,69	0,00	544.999,74	110.874,05	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	5.776.512,11	0,00	26.498,88	80.139,75	47.258,58	0,00	5.622.614,90	1.137.228,12	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	DEBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO
--	---	--

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492355

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	9.453,10	11.898,46
Interna	9.453,10	11.898,46
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	9.453,10	11.898,46
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	9.453,10	11.898,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	39.357.351,63	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	11.898,46	0,03
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	6.297.176,26	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	5.667.458,63	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.755.014,61	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492353

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	39.357.351,63	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.774.668,62	47,70
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	21.252.969,88	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	20.190.321,39	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.658.617,36	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	11.898,46	0,03
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.297.176,26	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.755.014,61	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.217.367,87	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492351

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.392.177,08	37.858.434,67	39.604.884,50	39.357.351,63
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	8.006.278,96	8.328.855,63	8.713.074,59	8.658.617,36
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	7.205.651,06	7.495.970,07	7.841.767,13	7.792.755,62

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492360

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	967.021,60	875.926,23	1.121.844,57	833.770,25
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	98.121,84	184.514,86	616.259,93	522.299,99
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	98.121,84	184.514,86	616.259,93	522.299,99
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	868.899,76	691.411,37	505.584,64	311.470,26
DEDUÇÕES (II)	4.760.801,98	4.520.979,77	5.291.191,61	4.730.694,95
Disponibilidade de Caixa	4.760.801,98	4.520.979,77	5.291.191,61	4.730.694,95
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.814.587,62	4.591.244,11	5.369.470,21	4.733.582,50
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	53.785,64	70.264,34	78.278,60	2.887,55
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	36.392.177,08	37.858.434,67	39.604.884,50	39.357.351,63
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	2,66%	2,31%	2,83%	2,12%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	43.670.612,50	45.430.121,60	47.525.861,40	47.228.821,96
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	39.303.551,25	40.887.109,44	42.773.275,26	42.505.939,76
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	38.107,98	67.699,92	68.089,78	27.029,04
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.439.755,39	4.954.059,62	3.420.598,42	1.069.728,79

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

FONTE:

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - 3º QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492358

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.773.668,62	1.000,00
Pessoal Ativo	18.581.805,15	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	191.863,47	1.000,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.773.668,62	1.000,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	39.357.351,63	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	39.357.351,63	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	18.774.668,62	47,70
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	21.252.969,88	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	20.190.321,39	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	19.127.672,89	48,60

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492380

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC

Publicação Nº 1492391

RRRO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRO/SC 0372040-0-0
---	--	--

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492375

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

Publicação Nº 1492382

RRRO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

PREÇO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)				R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)			SALDO (c) = (a-b)		
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	72.654,91	296.972,90			-224.317,99		
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	12.579,00	0,00			12.579,00		
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	60.075,91	296.972,90			-236.896,99		
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	218.721,57	201.679,48	177.984,48	177.984,48	23.695,00	50.649,06	17.042,09
Despesas de Capital	218.721,57	201.679,48	177.984,48	177.984,48	23.695,00	50.649,06	17.042,09
Investimentos	218.721,57	201.679,48	177.984,48	177.984,48	23.695,00	50.649,06	17.042,09
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (lf + llg))			SALDO ATUAL (k) = (lll + llj)	
Valor(III)		89.127,71	68.339,36			157.467,07	

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492367

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
				% (b/total b)			% (d/total d)		R\$ 1,00
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	34.088.221,97	44.399.550,95	5.756.634,85	100,00	41.173.633,94	8.097.082,27	40.036.405,82	4.363.145,13	1.137.228,12
Legislativa	952.897,92	952.897,92	119.423,89	1,96	807.015,49	134.623,13	807.015,49	145.882,43	0,00
Ação Legislativa	952.897,92	952.897,92	119.423,89	1,96	807.015,49	134.623,13	807.015,49	145.882,43	0,00
Administração	3.355.426,60	3.476.504,89	437.761,08	8,24	3.393.824,67	598.946,98	3.308.317,65	168.187,24	85.507,02
Administração Geral	2.560.781,60	2.839.886,37	346.058,59	6,75	2.760.325,66	474.705,69	2.707.393,64	132.492,73	72.932,02
Administração Financeira	794.645,00	636.618,52	91.702,49	1,49	613.495,01	123.937,29	600.924,01	35.694,51	12.575,00
Segurança Pública	432.157,41	570.924,19	49.103,77	0,85	348.874,82	76.592,20	331.038,19	239.886,00	17.836,63
Policimento	193.385,16	177.296,84	48.140,02	0,34	140.026,99	60.843,03	128.958,36	48.338,48	11.070,63
Defesa Civil	238.772,25	393.627,35	963,75	0,51	208.845,83	16.109,17	202.079,83	191.547,52	6.766,00
Assistência Social	1.469.740,05	2.435.429,57	-442.843,83	3,80	1.565.181,92	416.030,93	1.506.890,32	929.629,25	59.381,60
Assistência ao Idoso	192.189,19	1.072.195,01	-866.959,41	1,06	437.154,78	147.529,07	415.690,42	656.514,59	21.474,36
Assistência ao Portador de Deficiência	14.381,56	22.781,56	0,00	0,05	20.562,00	11.440,50	18.535,00	4.246,56	2.027,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	354.346,06	381.070,46	23.602,62	0,85	349.781,31	82.632,22	349.781,31	31.289,15	0,00
Assistência Comunitária	908.821,24	969.362,54	132.103,02	1,84	757.683,83	174.429,14	721.803,59	237.578,95	35.880,24
Saúde	7.747.796,21	10.681.002,26	1.946.439,27	24,24	9.980.242,99	2.149.117,55	9.632.603,91	948.388,35	147.639,08
Atenção Básica	7.275.299,34	10.113.636,38	1.544.442,98	23,09	9.080.682,25	2.085.706,79	9.374.197,29	739.439,09	134.484,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	308.336,16	308.336,16	-5.600,42	0,73	301.038,74	34.550,26	301.038,74	7.297,42	0,00
Vigilância Sanitária	76.612,98	106.612,98	16.822,25	0,08	33.202,39	20.140,78	33.202,39	73.410,59	0,00
Educação	87.547,73	152.416,74	-9.235,54	0,33	137.319,61	8.919,72	124.165,49	28.251,25	13.154,12
Vigilância Epidemiológica	8.193.649,70	10.477.752,92	2.175.323,90	24,53	377.852,63	2.391.659,47	10.042.718,03	435.034,89	57.182,26
Alimentação e Nutrição	352.665,67	391.804,18	77.810,18	0,90	21.936,75	107.778,65	364.402,63	27.401,55	5.464,80
Erisno Fundamental	5.395.668,72	6.299.377,78	1.214.789,72	14,79	6.069.369,28	1.398.104,13	6.070.492,38	228.885,40	18.876,90
Erisno Médio	159.054,28	159.054,28	0,00	0,29	117.581,99	0,00	117.581,99	41.472,29	0,00
Erisno Superior	91.375,00	91.375,00	15.300,00	0,08	59.575,00	15.300,00	31.800,00	59.575,00	0,00
Educação Infantil	2.141.115,71	3.463.256,18	867.424,00	8,32	3.426.281,59	853.978,69	3.403.441,03	59.815,15	22.840,56
Educação Especial	53.750,32	72.885,50	0,00	0,16	65.000,00	16.500,00	55.000,00	17.885,50	10.000,00
Cultura	338.772,96	427.546,64	90.383,11	0,94	39.556,26	147.503,19	348.438,28	79.108,36	39.552,10
Diffusão Cultural	252.353,71	261.127,39	24.576,41	0,61	8.138,44	78.050,41	213.936,85	47.190,54	39.052,10
Lazer	86.419,25	166.419,25	65.806,70	0,33	135.001,43	69.452,78	134.501,43	31.917,82	500,00
Urbanismo	1.198.460,32	1.398.059,65	433.348,95	3,29	1.353.013,80	164.500,80	966.913,55	401.146,10	396.100,25
Infra-Estrutura Urbana	150.500,00	355.000,00	355.000,00	0,86	500,00	0,00	0,00	355.000,00	355.000,00
Serviços Urbanos	1.047.990,32	1.042.059,65	77.848,95	2,42	44.545,85	164.500,80	966.913,55	45.146,10	600,25
Habituação	48.204,51	48.204,51	7.300,48	0,08	32.174,95	7.360,48	32.174,95	16.029,56	0,00
Habituação Urbana	48.204,51	48.204,51	7.300,48	0,08	32.174,95	7.360,48	32.174,95	16.029,56	0,00
Saneamento	2.204.282,90	2.748.370,24	266.959,31	6,48	2.669.971,19	550.934,30	2.594.850,36	153.519,88	75.120,83
Infra-Estrutura Urbana	2.003.930,40	2.591.806,24	262.263,41	6,13	68.020,95	546.238,40	2.448.664,46	143.141,78	75.120,83
Serviços Urbanos	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	131.612,50	156.564,00	4.695,90	0,36	146.185,90	4.695,90	146.185,90	10.378,10	0,00
Abastecimento	53.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	81.700,00	148.324,27	488,49	0,30	26.564,23	1.035,35	121.760,04	26.564,23	0,00
Serviços Urbanos	81.700,00	148.324,27	488,49	0,30	26.564,23	1.035,35	121.760,04	26.564,23	0,00
Agricultura	2.185.929,88	3.038.274,68	304.792,59	7,06	130.495,56	282.872,99	2.779.105,56	259.189,12	128.673,56
Extensão Rural	2.128.417,38	2.921.252,56	304.792,59	6,78	130.495,56	278.132,07	2.662.446,82	258.805,74	128.673,56
Promoção de Produção Agropecuária	30.637,50	35.069,64	0,00	0,08	34.979,64	4.740,92	34.979,64	90,00	0,00
Comercialização	26.875,00	81.952,48	0,00	0,20	81.679,10	0,00	81.679,10	273,38	0,00
Indústria	157.470,08	526.334,74	20.915,43	1,22	503.984,20	35.887,43	447.994,20	76.340,54	56.000,00
Promoção Industrial	152.470,08	526.334,74	20.915,43	1,22	22.340,54	35.887,43	447.994,20	76.340,54	56.000,00

Continua 12

Continuação 22

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-e)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	34.088.221,97	44.399.550,95	5.756.634,85	41.173.633,94	100,00	8.097.082,27	40.036.405,82	4.363.145,13	1.137.228,12
Indústria	157.470,08	526.334,74	20.915,43	503.994,20	1,22	35.887,43	447.994,20	78.340,54	56.000,00
Produção Industrial	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	348.885,10	873.097,89	108.343,29	769.106,66	1,87	143.380,67	754.207,74	118.890,15	14.886,92
Energia Elétrica	348.885,10	873.097,89	108.343,29	769.106,66	1,87	143.380,67	754.207,74	118.890,15	14.886,92
Transporte	3.275.370,77	4.497.480,10	256.747,03	4.216.365,92	10,24	565.560,84	4.133.128,05	364.352,05	83.237,87
Transporte Rodoviário	3.275.370,77	4.497.480,10	256.747,03	4.216.365,92	10,24	565.560,84	4.133.128,05	364.352,05	83.237,87
Desporto e Lazer	720.895,00	617.782,50	75.191,15	589.926,86	1,43	124.429,02	573.828,86	43.953,64	16.098,00
Desporto Comunitário	720.895,00	617.782,50	75.191,15	589.926,86	1,43	124.429,02	573.828,86	43.953,64	16.098,00
Encargos Especiais	1.359.997,56	1.465.006,98	306.946,94	1.426.510,64	3,46	306.946,94	1.426.510,64	38.498,34	0,00
Serviço da Divisão Interna	790.000,00	790.000,00	148.991,64	772.794,46	1,88	148.991,64	772.794,46	17.205,54	0,00
Outros Encargos Especiais	569.997,56	675.006,98	157.955,30	653.716,18	1,59	157.955,30	653.716,18	21.292,80	0,00
Reserva de Contingência	16.555,00	16.555,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.555,00	0,00
Reserva de Contingência	16.555,00	16.555,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.555,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	34.088.221,97	44.399.550,95	5.756.634,85	41.173.633,94	100,00	8.097.082,27	40.036.405,82	4.363.145,13	1.137.228,12

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADOR(A) CRC/SC 037204/O-0

1) Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por consistir no orçamento.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492370

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	564.169,06			-564.169,06
DESPESAS					
DESPESAS DE CAPITAL					
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	5.035.623,78	3.858.312,65	3.294.216,87	564.095,78	1.177.311,13
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.035.623,78	3.858.312,65	3.294.216,87	564.095,78	1.177.311,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.035.623,78	-3.294.143,59	-	-	-1.741.480,19

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492384

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Contín

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS								
			2017		2016			
Caixa e equivalentes de caixa					0,00			0,00
Investimentos e Aplicações					0,00			0,00
Outros Bens e Direitos					0,00			0,00

Continua 2/3

Contar

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
- JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

FONTE:
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADOR(A) CRC/SC 037204/O-1
--	--	---

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492366

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a)" e "b)" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00	SALDO A REALIZAR (a - c)
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		34.088.221,97	34.088.221,97	7.376.139,13	21,64	41.511.623,10	121,78	-7.423.401,13
RECEITAS CORRENTES		33.957.780,12	33.957.780,12	7.147.024,86	21,05	39.357.351,63	115,90	-5.399.571,51
RECEITA TRIBUTÁRIA		2.898.040,68	2.898.040,68	624.097,91	21,54	4.324.168,78	149,21	-1.426.128,10
IMPOSTOS		2.619.389,51	2.619.389,51	552.845,09	21,11	3.649.912,05	139,34	-1.030.522,54
TAXAS		243.573,36	243.573,36	31.040,84	12,74	451.796,62	185,49	-208.223,26
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		35.077,81	35.077,81	40.211,98	114,64	222.460,11	634,19	-187.362,30
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		335.480,80	335.480,80	125.316,79	37,35	703.188,79	209,61	-367.707,99
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO		335.480,80	335.480,80	125.316,79	37,35	703.188,79	209,61	-367.707,99
RECEITA PATRIMONIAL		208.172,83	208.172,83	23.957,56	11,51	348.506,65	167,41	-140.333,82
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		208.172,83	208.172,83	23.957,56	11,51	348.506,65	167,41	-140.333,82
RECEITA DE SERVIÇOS		3.431.749,99	3.431.749,99	505.879,84	14,74	4.258.026,50	124,08	-826.276,51
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		26.730.654,49	26.730.654,49	5.632.230,11	21,07	28.763.356,49	107,60	-2.032.702,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		26.559.262,26	26.559.262,26	5.608.917,23	21,12	28.606.782,04	107,71	-2.047.519,78
TRANSF. DE CONV.		171.392,23	171.392,23	23.312,88	13,60	156.574,45	91,35	14.817,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		353.681,33	353.681,33	235.542,65	66,60	960.104,42	271,46	-606.423,09
MULTAS E JUROS DE MORA		43.198,85	43.198,85	92.467,18	76,42	143.127,66	331,32	-99.928,81
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	0,00	92.467,18	0,00	114.324,61	0,00	-114.324,61
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		92.450,34	92.450,34	36.138,50	39,09	148.339,53	160,45	-55.889,19
RECEITAS DIVERSAS		218.032,14	218.032,14	73.923,34	33,90	554.312,62	254,23	-336.280,48
RECEITAS DE CAPITAL		130.441,85	130.441,85	229.114,27	175,64	2.154.271,47	1.651,52	-2.023.829,62
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		0,00	0,00	0,00	0,00	564.169,06	0,00	-564.169,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		0,00	0,00	0,00	0,00	564.169,06	0,00	-564.169,06
ALIENAÇÃO DE BENS		72.654,91	72.654,91	70.597,90	97,17	296.972,90	408,74	-224.317,99
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		60.075,91	60.075,91	70.597,90	117,51	296.972,90	494,33	-236.886,99
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		12.579,00	12.579,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.579,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		57.786,94	57.786,94	158.516,37	274,31	1.293.129,51	2.237,75	-1.235.342,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		24.994,82	24.994,82	0,00	0,00	108.955,00	435,91	-83.960,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		32.792,12	32.792,12	158.516,37	483,40	1.184.174,51	3.611,16	-1.151.382,39
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		34.088.221,97	34.088.221,97	7.376.139,13	21,64	41.511.623,10	121,78	-7.423.401,13
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	SALDO	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)			
					No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)				
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)											
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)		34.088.221,97	34.088.221,97	7.376.139,13	21,64	41.511.623,10	121,78	-7.423.401,13			
DÉFICIT (VI)											
TOTAL VII = (V + VI)		34.088.221,97	34.088.221,97	7.376.139,13	21,64	41.511.623,10	121,78	-7.423.401,13			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES											
Superávit Financeiro		—	3.240.140,72	—	—	3.042.057,94	—	—			
Reabertura de Créditos Adicionais		—	3.240.140,72	—	—	3.042.057,94	—	—			
		—	0,00	—	—	0,00	—	—			
DESPESAS											
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre				
			(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)	
			34.088.221,97	44.399.550,95	41.173.633,94	3.225.917,01	8.097.082,27	40.036.405,82	4.363.145,13	40.009.906,94	1.137.228,12
			314.127,39,33	39.347.372,17	37.315.321,29	2.032.050,88	7.772.980,81	36.742.189,95	2.605.183,22	36.715.690,07	573.132,34
			14.886.935,55	20.137.431,72	19.768.246,48	369.185,24	4.372.631,07	19.768.246,48	369.185,24	19.768.246,48	0,00
			190.000,00	90.000,00	87.272,51	2.727,49	9.240,85	87.272,51	2.727,49	87.272,51	0,00
			16.535.803,78	19.119.940,45	17.459.802,30	1.660.138,15	3.341.108,89	16.886.669,96	2.233.270,49	16.860.171,08	573.132,34
			2.658.927,64	5.035.623,78	3.858.312,65	1.177.311,13	374.101,46	3.294.216,87	1.741.406,91	3.294.216,87	564.095,78
			2.058.927,64	4.335.623,78	3.172.790,70	1.162.833,08	234.350,67	2.608.694,92	1.726.923,86	2.608.694,92	564.095,78
			600.000,00	700.000,00	685.521,95	14.478,05	139.750,79	685.521,95	14.478,05	685.521,95	0,00
			16.555,00	16.555,00	0,00	16.555,00	0,00	0,00	16.555,00	0,00	0,00
			16.555,00	16.555,00	0,00	16.555,00	0,00	0,00	16.555,00	0,00	0,00
			—	—	—	—	—	—	—	—	—
			SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)								
34.088.221,97		44.399.550,95	41.173.633,94	3.225.917,01	8.097.082,27	40.036.405,82	4.363.145,13	40.009.906,94	1.137.228,12		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)											
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Interna											
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária											
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Dívidas											
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida Externa											
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Dívida Mobiliária											
0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Continuação 2/3

Continuação 33

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	34.088.221,97	44.399.550,95	5.756.634,85	41.173.633,94	3.225.917,01	8.097.082,27	40.036.405,82	4.363.145,13	40.009.906,94	1.137.228,12
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	337.989,16	—	—	1.475.217,28	—	1.501.716,16	40.374.394,98
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	34.088.221,97	44.399.550,95	5.756.634,85	41.511.623,10	—	8.097.082,27	41.511.623,10	—	41.511.623,10	41.511.623,10
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492389

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		34.088.221,97		
Previsão Atualizada		34.088.221,97		
Receitas Realizadas		41.511.623,10		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		3.042.057,94		
DESPESAS				
Dotação Inicial		34.088.221,97		
Créditos Adicionais		10.311.328,98		
Dotação Atualizada		44.399.550,95		
Despesas Empenhadas		41.173.633,94		
Despesas Liquidadas		40.036.405,82		
Despesas pagas		40.009.906,94		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.137.228,12		
Superavit Orçamentário		1.475.217,28		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		41.173.633,94		
Liquidadas		40.036.405,82		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		1.137.228,12		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		39.357.351,63		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		103.359,53	27.360,89	26,47
Resultado Primário		-1.996.174,04	-98.864,99	4,95
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.487.132,84	61.129,11	1.345.863,98	80.139,75
EXECUTIVO	1.487.132,84	61.129,11	1.345.863,98	80.139,75
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	56.142,75	0,00	56.142,75	0,00
EXECUTIVO	56.142,75	0,00	56.142,75	0,00
TOTAL:	1.543.275,59	61.129,11	1.402.006,73	80.139,75
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.712.446,18	25%	26,11
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.054.660,52	60%	87,35

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito				564.169,06	-564.169,06
Despesa de Capital Líquida				3.858.312,65	1.177.311,13
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				296.972,90	-224.317,99
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				201.679,48	17.042,09
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		6.687.817,85	15,00	27,02	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITORUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNODÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492383

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	2.695.651,91	2.695.651,91	3.790.038,67	140,60
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	942.481,21	942.481,21	1.166.003,37	123,72
1.1.1- IPTU	879.452,89	879.452,89	1.066.789,53	121,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	63.028,32	63.028,32	99.213,84	157,41
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	275.125,00	275.125,00	475.485,77	172,83
1.2.1- ITBI	275.125,00	275.125,00	475.485,77	172,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	854.197,36	854.197,36	1.262.366,33	147,78
1.3.1- ISS	840.963,28	840.963,28	1.221.453,55	145,24
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	13.234,08	13.234,08	40.912,78	309,15
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	623.848,34	623.848,34	886.183,20	142,05
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	22.281.659,60	22.281.659,60	21.920.210,28	98,38
2.1- Cota-Parte FPM	12.294.670,29	12.294.670,29	11.599.909,96	94,35
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.051.384,96	12.051.384,96	10.638.972,85	88,28
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	243.285,33	243.285,33	472.964,01	194,41
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	487.973,10	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.231.874,49	8.231.874,49	8.676.948,79	105,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	50.530,71	50.530,71	30.593,16	60,54
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	130.832,21	130.832,21	127.991,69	97,83
2.5- Cota-Parte ITR	7.550,00	7.550,00	7.401,98	98,04
2.6- Cota-Parte IPVA	1.566.201,90	1.566.201,90	1.477.364,70	94,33
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	24.977.311,51	24.977.311,51	25.710.248,95	102,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	639.113,56	639.113,56	891.753,32	139,53
5.1- Transferências do Salário-Educação	352.264,25	352.264,25	607.893,87	172,57
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	4.480,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	56.008,45	56.008,45	54.674,00	97,62
5.4- Transferências Diretas - PNATE	60.693,40	60.693,40	69.157,21	113,95
5.5- Outras Transferências do FNDE	155.518,06	155.518,06	145.166,94	93,34
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	14.629,40	14.629,40	10.381,30	70,96
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	765,87	3.451,39	450,65
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	765,87	765,87	3.451,39	450,65
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	503.585,53	503.585,53	783.798,58	155,64
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.143.464,96	1.143.464,96	1.679.003,29	146,83
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.407.674,86	4.407.674,86	4.191.851,12	95,10
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.410.276,99	2.410.276,99	2.127.794,25	88,28
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.646.374,90	1.646.374,90	1.735.388,23	105,41
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.105,14	10.105,14	6.118,56	60,54
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.166,45	26.166,45	25.598,24	97,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.510,00	1.510,00	1.480,32	98,03
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	313.240,38	313.240,38	295.471,52	94,33
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.427.771,98	4.427.771,98	5.786.979,01	130,70
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.407.674,87	4.407.674,87	5.764.397,35	130,78
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	20.097,11	20.097,11	22.581,66	112,36
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	0,01	0,01	1.572.546,23	15.725.462.651,49
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.657.953,20	5.056.981,58	5.054.660,52	99,95	5.054.660,52	99,95	0,00
13.1- Com Educação Infantil	1.149.062,88	2.561.028,63	2.559.432,63	99,94	2.559.432,63	99,94	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.508.890,32	2.495.952,95	2.495.227,89	99,97	2.495.227,89	99,97	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.769.818,78	819.979,72	791.717,83	96,55	778.187,63	94,90	13.530,20
14.1- Com Educação Infantil	407.195,08	186.125,04	186.125,04	100,00	172.594,84	92,73	13.530,20
14.2- Com Ensino Fundamental	1.362.623,70	633.854,68	605.592,79	95,54	605.592,79	95,54	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.427.771,98	5.876.961,30	5.846.378,35	99,48	5.832.848,15	99,25	13.530,20
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							102.351,92
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							102.351,92
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							102.351,92
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							5.744.026,43
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							87,35
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							11,91
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,74
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							102.351,92
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 ²							102.351,92
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.113.824,34	3.430.807,30	3.409.020,96	99,36	3.388.259,40	98,76	20.761,56
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	4.687.595,23	5.098.888,84	4.995.787,43	97,98	4.979.391,53	97,66	16.395,90
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.871.514,02	3.129.807,63	3.100.820,68	99,07	3.100.820,68	99,07	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.796.081,21	1.969.081,21	1.894.966,75	96,24	1.878.570,85	95,40	16.395,90
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	6.781.419,57	8.529.696,14	8.404.808,39	98,54	8.367.650,93	98,10	37.157,46
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							1.572.546,23
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)							22.581,66
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							97.234,32
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³							-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)							-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)							1.692.362,21
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))							6.712.446,18
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							26,11
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	362.083,30	519.083,30	515.026,37	99,22	512.545,37	98,74	2.481,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	693.226,35	1.046.042,70	886.422,64	84,74	884.343,64	84,54	2.079,00
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.055.309,65	1.565.126,00	1.401.449,01	89,54	1.396.889,01	89,25	4.560,00
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	7.836.729,22	10.094.822,14	9.806.257,40	97,14	9.764.539,94	96,73	41.717,46

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		118.092,00	2.067,01
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.868.438,21	607.893,87
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		5.946.311,27	512.545,37
48.1 Orçamento do Exercício		5.946.311,27	512.545,37
48.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		22.581,66	3.423,40
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		62.800,60	100.838,91
51- (+) Ajustes		(305,69)	0,00
51.1. Retenções		0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária		(305,69)	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		62.494,91	100.838,91

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.

No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492363

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.695.651,91	2.695.651,91	3.790.038,67	140,60	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	879.452,89	879.452,89	1.066.789,53	121,30	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	275.125,00	275.125,00	475.485,77	172,83	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	840.963,28	840.963,28	1.221.453,55	145,24	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRPF	623.848,34	623.848,34	886.183,20	142,05	
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	7.201,77	7.201,77	7.061,18	98,05	
Dívida Ativa dos Impostos	55.630,98	55.630,98	95.725,89	172,07	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.429,65	13.429,65	37.339,55	278,04	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	22.038.374,27	22.038.374,27	20.959.273,17	95,10	
Cota-Parte FPM	12.051.384,96	12.051.384,96	10.638.972,85	88,28	
Cota-Parte ITR	7.550,00	7.550,00	7.401,98	98,04	
Cota-Parte IPVA	1.566.201,90	1.566.201,90	1.477.364,70	94,33	
Cota-Parte ICMS	8.231.874,49	8.231.874,49	8.676.948,79	105,41	
Cota-Parte IPI-Exportação	130.832,21	130.832,21	127.991,69	97,83	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	50.530,71	50.530,71	30.593,16	60,54	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	50.530,71	50.530,71	30.593,16	60,54	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	24.734.026,18	24.734.026,18	24.749.311,84	100,06	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.629.487,20	2.629.487,20	2.707.425,11	102,96	
Provenientes da União	2.265.469,52	2.265.469,52	2.499.740,07	110,34	
Provenientes dos Estados	364.017,68	364.017,68	207.685,04	57,05	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.437.842,24	4.437.842,24	5.947.006,57	134,01	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.067.329,44	7.067.329,44	8.654.431,68	122,46	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	7.425.443,94	10.151.627,79	9.495.913,10	93,54	122.900,60
Pessoal e Encargos Sociais	4.045.071,42	5.570.330,59	5.420.230,06	97,31	0,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	7.425.443,94	10.151.627,79	9.495.913,10	93,54	9.373.012,50	92,33	122.900,60
Outras Despesas Correntes	3.380.372,52	4.581.297,20	4.075.683,04	88,96	3.952.782,44	86,28	122.900,60
DESPESAS DE CAPITAL	205.069,36	460.091,56	394.635,00	85,77	369.896,52	80,40	24.738,48
Investimentos	205.069,36	460.091,56	394.635,00	85,77	369.896,52	80,40	24.738,48

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	205.069,36	460.091,56	394.635,00	85,77	369.896,52	80,40	24.738,48
Investimentos	205.069,36	460.091,56	394.635,00	85,77	369.896,52	80,40	24.738,48
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	7.630.513,30	10.611.719,35	9.890.548,10	93,20	9.742.909,02	91,81	147.639,08
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.748.999,67	3.751.425,80	3.202.730,25	32,38	3.104.961,49	31,87	97.768,76
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.748.999,67	3.751.076,66	3.202.381,11	32,38	3.104.612,35	31,87	97.768,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	349,14	349,14	0,00	349,14	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	2.748.999,67	3.751.425,80	3.202.730,25	32,38	3.104.961,49	31,87	97.768,76
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	4.881.513,63	6.860.293,55	6.687.817,85	67,62	6.637.947,53	68,13	49.870,32
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			27,02				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x IIIb)/100]			2.975.421,07				

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2016	49.634,56	3.492,38	11.758,04	46.142,18		0,00
TOTAL	49.634,56	3.492,38	11.758,04	46.142,18		0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00		0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-		-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (l)	% (j/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (n/Total m) *100	
Atenção Básica	7.275.299,34	9.508.682,25	94,99	9.374.197,29	95,04	134.484,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	308.336,16	301.038,74	3,01	301.038,74	3,05	0,00
Vigilância Sanitária	33.612,98	33.202,39	0,33	33.202,39	0,34	0,00
Vigilância Epidemiológica	87.547,73	137.319,61	1,37	124.165,49	1,26	13.154,12
Outras Subfunções	56.488,69	30.305,11	0,30	30.305,11	0,31	0,00
TOTAL	7.761.284,90	10.010.548,10	100,00	9.862.909,02	100,00	147.639,08

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado em itálico refere-se ao valor em R\$ 100,00 e não em R\$ 1,00. O valor em R\$ 1,00 é considerado como zero (0,00).

Continuação 4/5

Continuação 5/5

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

- O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total J".

- O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "II" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total K".

Límite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	DÉBORA PAGNO CONTADORA CRC/SC 037204/O-0
--	--	---

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492381

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Agv/2017	Sab/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017	TOTAL (ULT. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.239.122,48	3.553.091,89	3.294.553,44	3.531.186,35	4.723.420,70	3.638.904,84	3.594.590,52	3.384.132,72	3.254.313,54	3.487.402,92	3.329.041,40	4.538.890,95	43.548.202,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	238.463,03	183.341,16	352.981,52	343.835,85	1.022.250,63	415.468,27	275.594,12	295.437,34	293.002,69	289.389,26	347.084,69	277.033,22	4.324.188,78
IRPJ	1.617,66	0,00	0,00	85.783,33	718.926,67	53.328,12	46.395,74	46.974,58	45.914,72	47.595,20	9.339,87	8.633,44	1.066.789,53
IRPJ-F	87.338,79	63.384,01	64.377,98	64.080,46	66.390,13	62.954,84	65.663,75	83.119,27	66.129,53	65.401,88	125.050,06	71.950,06	885.183,20
I.R.R.F	75.941,82	63.000,23	113.353,89	88.313,47	122.897,51	132.091,06	105.003,23	96.424,96	96.424,96	96.308,99	107.285,04	122.165,47	1.221.453,55
I.S.S.	51.344,71	26.661,87	71.250,83	31.930,21	29.360,06	36.421,66	13.536,39	26.990,56	34.933,13	45.509,82	64.782,74	42.775,97	475.485,77
I.T.B.I.	22.029,65	30.275,05	103.588,82	73.728,58	84.886,24	130.670,59	45.422,01	37.539,05	39.600,35	34.583,57	39.844,54	31.306,28	674.286,73
Outras Receitas Tributárias	96.881,57	59.175,04	51.577,78	68.940,31	57.454,14	59.267,89	55.697,95	55.770,03	55.696,65	58.410,84	61.811,81	63.504,98	703.188,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	43.689,83	37.754,56	41.916,29	30.927,68	36.138,50	33.440,75	21.693,35	36.074,62	22.888,71	20.045,10	8.804,74	15.152,82	348.506,65
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	383.784,57	322.786,53	326.671,40	356.084,24	792.455,55	347.092,05	318.854,84	297.029,60	302.317,45	306.090,13	233.894,06	272.195,78	4.258.026,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.483.373,31	2.915.385,25	2.480.797,76	2.714.371,40	2.782.895,81	2.653.044,63	2.837.496,01	2.640.389,81	2.514.022,40	2.600.423,63	2.591.713,15	3.791.424,45	32.965.207,61
Cota-Parte do FPM	929.539,32	1.191.644,39	746.638,22	889.572,13	1.020.400,32	940.527,31	1.214.365,56	823.930,77	691.727,76	785.925,01	806.321,76	1.551.408,41	11.599.909,96
Cota-Parte do ICMS	751.165,26	686.272,33	697.679,81	723.981,22	682.362,26	695.891,00	701.886,28	709.893,46	789.744,32	732.905,84	747.371,36	798.215,65	8.678.948,79
Cota-Parte do IPVA	76.961,37	102.140,60	143.375,52	118.168,62	147.201,60	143.867,19	147.370,64	170.694,10	140.070,54	145.603,37	89.009,52	52.950,73	1.596.201,90
Cota-Parte do ITR	54,42	7,01	110,05	53,12	32,74	0,00	0,00	129,35	2.889,28	3.851,54	77,66	96,81	7.401,98
Outras Transferências Correntes	233.607,73	483.437,59	388.293,15	472.545,59	472.709,61	373.422,84	304.451,42	454.229,39	379.143,14	433.990,39	428.749,94	846.049,23	5.270.599,98
Transferências de LC 61/1989	9.411,66	10.349,41	8.132,81	12.432,70	9.214,28	9.264,38	10.407,38	9.739,87	10.402,28	13.127,80	10.719,68	14.780,04	127.591,69
Transferências de LC 87/1996	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	2.549,43	30.593,16
Transferências do FUNDEB	480.483,82	479.980,77	479.980,77	485.088,72	488.328,57	487.732,48	456.455,30	469.614,45	467.385,65	484.500,15	476.113,80	524.721,15	5.764.397,35
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	32.590,67	35.649,35	61.648,69	17.026,77	32.307,07	130.593,45	84.894,25	40.011,92	76.415,64	213.063,96	115.592,95	119.579,70	960.104,42
DEDUÇÕES (II)	353.895,10	394.392,44	319.696,53	351.347,13	388.353,96	359.377,66	317.723,02	343.308,95	327.495,44	336.392,40	331.389,67	398.537,82	4.191.851,12
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	353.895,10	394.392,44	319.696,53	351.347,13	388.353,96	359.377,66	317.723,02	343.308,95	327.495,44	336.392,40	331.389,67	398.537,82	4.191.851,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.885.226,38	3.158.699,45	2.974.856,91	3.179.839,22	4.335.066,74	3.280.527,18	3.276.867,50	3.021.404,77	2.926.818,10	3.151.010,52	2.997.651,73	4.149.353,13	39.357.351,63
FORTE													
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017													
ANTONIO FLAVIO DE CASTRO SILVA PREFEITO													
RUDIMAR CESAR VINTER CONTROLE INTERNO													
DEBORA PINHO CONTADOR/CRCSC 037204/O-0													

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492395

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	33.749.607,29	39.008.844,98	36.068.550,38
Recarga Tributária	2.898.040,68	4.324.168,78	3.597.603,94
I.P.T.U.	879.452,89	1.066.789,53	921.089,14
I.S.S.	840.963,28	1.221.453,55	994.808,38
I.T.B.I.	275.125,00	475.485,77	395.906,45
I.R.R.F.	623.848,34	886.183,20	723.540,25
Outras Receitas Tributárias	278.651,17	674.256,73	562.259,72
Recarga de Contribuição	335.480,80	703.188,79	699.310,73
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	335.480,80	703.188,79	699.310,73
Recarga Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Recarga Patrimonial	208.172,83	348.506,65	333.626,70
(-) Aplicações Financeiras	208.172,83	348.506,65	333.626,70
Transferências Correntes	26.730.654,49	28.763.356,49	27.524.782,73
F.P.M.	9.884.393,30	9.472.115,71	9.789.311,02
I.P.V.A.	1.252.961,52	1.181.893,18	1.200.453,19
I.C.M.S.	6.585.499,59	6.941.560,56	6.217.447,00
Convênios	171.392,23	156.574,45	133.632,79
Outras Transferências Correntes	8.836.407,85	11.011.212,59	10.183.938,73
Demais Receitas Correntes	3.786.431,32	5.218.130,92	4.236.852,98
Dívida Ativa	92.450,34	148.339,53	99.565,27
Diversas Receitas Correntes	3.692.980,98	5.069.791,39	4.137.287,71
RECEITAS DE CAPITAL (II)	130.441,85	2.154.271,47	1.997.073,30
Operações de Crédito (III)	0,00	564.169,06	180.496,23
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	72.654,91	296.972,90	0,00
Transferências de Capital	57.786,94	1.293.129,51	1.816.577,07
Convênios	32.792,12	1.184.174,51	1.816.577,07
Outras Transferências de Capital	24.994,82	108.955,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	57.786,94	1.293.129,51	1.816.577,07
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	33.807.394,23	40.301.974,49	37.875.127,45
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	39.347.372,17	37.315.321,29	33.252.555,74
Pessoal e Encargos Sociais	20.137.431,72	19.768.246,48	17.493.619,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	90.000,00	87.272,51	115.322,09
Outras Despesas Correntes	19.119.940,45	17.459.802,30	15.643.614,59
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	39.257.372,17	37.228.048,78	33.137.233,65
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.035.623,78	3.858.312,65	4.361.102,02
Investimentos	4.335.623,78	3.172.790,70	3.882.330,42
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
		Em 2017	Em 2016
		573.132,34	143.614,06
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		573.132,34	143.614,06
		573.132,34	143.614,06
		564.095,78	1.342.988,78
		564.095,78	1.342.988,78
		0,00	0,00

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.035.623,78	3.858.312,65	4.361.102,02	3.294.216,87	3.018.113,24	564.095,78	1.342.988,78
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	700.000,00	685.521,95	478.771,60	685.521,95	478.771,60	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	4.335.623,78	3.172.790,70	3.882.330,42	2.608.694,92	2.539.341,64	564.095,78	1.342.988,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	16.555,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	43.609.550,95	40.400.839,48	37.019.564,07	39.263.611,36	35.532.961,23	1.137.228,12	1.486.602,84
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.802.156,72	-98.864,99	855.563,38	1.038.363,13	2.342.166,22	39.164.746,37	36.388.524,61
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	3.176.597,00	-	3.042.057,94	4.080.938,80	-	-
Superávit Financeiro	-	3.176.597,00	-	3.042.057,94	4.080.938,80	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-1.996.174,04	

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 6º BIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1492394

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Out 2017 (B)	Em 31 Dez 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	967.021,60	979.499,62	833.770,25
DEDUÇÕES (II)	5.630.205,80	6.491.079,89	5.750.013,23
Disponibilidade de Caixa	5.630.205,80	6.491.079,89	5.750.013,23
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.686.348,55	6.497.551,25	5.776.512,11
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	56.142,75	6.471,36	26.498,88
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	35.461,25	14.078,94	8.100,36
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-35.461,25	-14.078,94	-8.100,36

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Dez 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	5.978,58	27.360,89

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	103.359,53

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 31/12/2017

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

DÉBORA PAGNO
CONTADORA CRC/SC 037204/O-0

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018 - SRP - PR Nº 002/2018 - FMS

Publicação Nº 1491826

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 29/01/2018, às 07h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2018. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018, OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR A SER UTILIZADO NO ANO DE 2018 PELOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE, AMBAS VINCULADAS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 16 de janeiro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 5.836, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491671

DECRETO Nº 5.836, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Altera dispositivo do Decreto nº 5.624, de 27 de março de 2017, que “estabelece data para requerimentos de variáveis da folha de pagamento”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do art. 55 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a alteração da data da folha de pagamento, através do Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que “estabelece o calendário de pagamentos de fornecedores e a data limite para pagamento dos servidores públicos municipais no exercício financeiro de 2018”;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Decreto nº 5.624, de 27 de março de 2017, que “estabelece data para requerimentos de variáveis da folha de pagamento”, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica estipulado o dia 18 de cada mês como dia limite para a apresentação de requerimentos de variáveis da folha de pagamento, junto a Diretoria de Recursos Humanos e Capacitação.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.
RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491751

DECRETO Nº 5.837, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2018, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA

10.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA

10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.01.0000	115	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.845.4503.2.007 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000	20	Transf. Inst. Priv.	R\$ 15.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.845.4503.2.007 3.3.93.00.00.00.00.0.1.0000	22	Apl. Dir. Op. Org.	R\$ 3.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.044 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	32	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
08.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
13.392.4505.2.018 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	70	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
08.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.014 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0019	51	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.378, de 20 de dezembro de 2017, serão utilizados recursos provenientes da anulação total das seguintes dotações:

10.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA

10.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA - SAA

10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.01.0000	114	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.845.4503.2.007 3.1.71.00.00.00.00.0.1.0000	19	Transf. Cons. Públ	R\$ 6.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.845.4503.2.007 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0000	22	Trans. Cons. Públ	R\$ 10.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.845.4503.2.007 4.4.71.00.00.00.00.0.1.0000	23	Transf. Cons. Públ	R\$ 2.000,00
06.00	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.044 3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	31	Aplicação Direta	R\$ 20.000,00
08.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
13.392.4505.2.018 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	71	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00
08.00	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
08.01	SEC. DE EDUCAÇÃO - SME		
12.361.4505.2.014 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019	56	Aplicação Direta	R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004.1/2017 - ICSL

Publicação Nº 1492692

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004.1/2017 - ICSL

Homologa as inscrições do Processo Seletivo nº 004/2017, de 18 de dezembro de 2017, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO, autarquia do Município de São Lourenço do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 19, inciso XV, da Lei Complementar nº 81, de 16 de março de 2007 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO que todas as inscrições realizadas para o Processo Seletivo do Instituto Cultural de São Lourenço, aberto pelo Edital nº 004/2017, de 18 de dezembro de 2017, foram deferidas, fazendo-se desnecessária a abertura de prazo para interposição de recurso por indeferimento de inscrição e respectiva análise pela Comissão Coordenadora, em conformidade com o item 3.1, do Edital de Processo Seletivo nº 004/2017;

TORNA PÚBLICA a homologação das inscrições realizadas para o Processo Seletivo nº 004/2017 - ICSL, visando a contratação temporária de pessoal, em regime especial, para atender necessidade de excepcional interesse público do Instituto Cultural de São Lourenço, para este ano de 2018, conforme os quadros infra descritos:

1. FUNÇÕES DE NÍVEL FUNDAMENTAL:**1.1. Instrutor de Música 01 Instrumento - Conhecimento na área de Violão:**

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
22	Nayara Shellen Barbosa Menerovicz	7015400	Deferida
25	Josué Alexandro Garcias	3839340	Deferida

1.2. Instrutor de Música 01 Instrumento - Conhecimento na Área de Violoncelo:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
04	Rafael Silvestre de Vargas	7056005163	Deferida

1.3. Instrutor de Música 02 Instrumentos - Conhecimento na Área de Bateria e Percussão:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
13	Rafael Lazaretti	49888463	Deferida
15	Daniel Antonio Marques	59076784	Deferida

1.4. Instrutor de Música 02 Instrumentos - Conhecimento na Área de Violino e Viola Clássica:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
12	Endryk Casagrande	6900296	Deferida

1.5. Instrutor de Música 02 Instrumentos - Conhecimento na Área de Acordeão e Teclado:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
10	Gilvane Alves Ferreira	4760452	Deferida

1.6. Instrutor de Música 02 Instrumentos - Conhecimento na Área de Musicalização Infantil e Instrumentalização:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
02	Dionathan Alisson Junior de Souza Falchetti	5021890	Deferida
24	Josué Alexandro Garcias	3839340	Deferida

1.7. Instrutor de Música 02 Instrumentos - Conhecimento na Área de Viola Caipira e Guitarra:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
05	Alexandro Stocco	35058161	Deferida

2. FUNÇÕES DE NÍVEL MÉDIO:**2.1. Instrutor de Artes Cênicas II - Conhecimento na Dança Clássica, compreendendo as atividades para o Baby Class:**

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
18	Sirlei Fátima Camello Cúnico	16957954	Deferida
19	Luana Maria Pandolfi Lima	5096256	Deferida

2.2. Instrutor de Artes Cênicas II - Conhecimento na Área de Dança Étnica Italiana:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
17	Rozana Echer Ecker	4760538	Deferida

2.3. Instrutor de Artes Cênicas II - Conhecimento na Área de Dança Étnica Alemã:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
11	Rute Tatiane Kuhn	50592530	Deferida

2.4. Instrutor de Artes Cênicas II - Conhecimento na Área de Danças Urbanas:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
20	Luana Maria Pandolfi Lima	5096256	Deferida

2.5. Instrutor de Artes Cênicas II - Conhecimento na Área das Seguintes Danças: Contemporânea, Clássica e Popular:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
09	Adriana Biazussi Lolatto	2163977	Deferida
21	Sirlei Fátima Camello Cúnico	16957954	Deferida

2.6. Instrutor de Artes Visuais - Conhecimento na área de Pintura em Tela:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
06	Lucia Maria dos Santos	5227212	Deferida
07	Everton da Silva Motta	6847879	Deferida
14	Kauê Pires	6238808	Deferida
16	Mariliza Cataneo Drei	36900630	Deferida
23	Nayara Shellen Barbosa Menerovicz	7015400	Deferida

2.7. Maestro de canto e Coral - Conhecimento na Área de Atuação:

Nº de Inscrição	Candidato	RG	Situação da Inscrição
03	Rafael Silvestre de Vargas	7056005163	Deferida

3. A classificação preliminar do Processo Seletivo será publicada por Edital, a partir do dia 22 de janeiro de 2018, no mural do Centro Administrativo Municipal (situado à rua Duque de Caxias, nº 789, Centro), no local das inscrições (sede do ICSL), no site oficial do Município (www.saolourenco.sc.gov.br), e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

4. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora, responsável pelo Processo Seletivo, mantidas, em qualquer caso, as condições estabelecidas no Edital de abertura.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de janeiro de 2018.

RENNÂ HIGOR FEDRIGO

Presidente do ICSL

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

Publicação Nº 1491773

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2018

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 001/2018 – Pregão Presencial Nº 001/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER LINK DE INTERNET, EQUIPAMENTOS, E SUPORTE À REDE PARA OS PRÉDIOS PÚBLICOS LOCALIZADOS NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: EMPIRE SERVIÇOS DE INTERNET EIRELI ME - CNPJ: 02.512.731/0001-41.

VALOR: R\$ 8.400,00 (oito mil, e quatrocentos reais).

TOTAL: R\$ 8.400,00 (oito mil, e quatrocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 16/01/2018.

VIGÊNCIA: 16/01/2018 à 31/12/2018.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

PORTARIA Nº 33, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491730

PORTARIA Nº 33, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 172 inciso VI, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

CONSIDERANDO a Decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 003/2017;

RESOLVE:

Art.1º Demitir, a partir de 16 de janeiro de 2018, a servidora pública municipal ADRIANA DOS SANTOS LEMOS, ocupante do cargo efetivo de Professor de Português, matrícula nº 3273/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 34, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491731

PORTARIA Nº 34, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e com base no Decreto nº 5.029 de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora DENISE SMANIOTTO PERON, aprovada no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais/vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 35, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491732

PORTARIA Nº 35, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e com base no Decreto nº 5.029 de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora RAQUEL ROVARIS, aprovada no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais/vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 36, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491733

PORTARIA Nº 36, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e com base no Decreto nº 5.029 de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora IVANETE FERREIRA BOITO, aprovada no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais/vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 37, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491734

PORTARIA Nº 37, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 90, de 26 de dezembro de 2007 e com base no Decreto nº 5.029 de 05 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora GICELI BASTEZINI WEIRICH, aprovada no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar o cargo de Professor de Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais/vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 1-A, disposto no anexo III da Lei Complementar nº 090, de 26 de dezembro de 2007, acrescido de adicional, previsto no art. 23 da referida lei.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 38, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491738

PORTARIA Nº 38, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 4.816, de 13 de março 2014,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, o Senhor ARNOLDO WEISE, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para ocupar no cargo de TÉCNICO DE APOIO ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação EBM Irmã Cecília.

Parágrafo único: A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 05 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2018.

PORTARIA Nº 39, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491740

PORTARIA Nº 39, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora FERNANDA CARBONI SCARIOTE, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de ODONTÓLOGO ESPECIALISTA – PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 12 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

PORTARIA Nº 40, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491741

PORTARIA Nº 40, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor público Municipal MARCELO LUIZ GOBI, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula nº 167/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 a 16 de janeiro 2018.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de janeiro de 2018.

São Lourenço do Oeste - SC, 16 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
____ / ____ / 2018.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 001/2018.

Publicação Nº 1491737

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 001/2018.

O Prefeito Municipal Rafael Caleffi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 13.019/2014, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Seleção do Chamamento Público 004/2017, resolve:

01 – HOMOLOGAR, ficando assim consideradas a classificação das vencedoras por ordem de Pontuação:

1ª: ONG Entre Crianças e Amigos, inscrita no CNPJ 09.561.164/0001-62, com 23 pontos e valor de R\$15.000,00;

2ª: A APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Escola Especial Nossa Senhora das Graças, inscrita no CNPJ 80.622.376/0001-77, com 16 pontos e valor de R\$15.000,00;

02 – Autorizar a elaboração de Projeto de Lei para envio ao Legislativo Municipal e se aprovado, após a sanção da Lei a emissão dos Termos de Fomento.

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de janeiro de 2018.

Rafael Caleffi

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO 001/2018

Publicação Nº 1491822

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2018.
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS.

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº.79.294.419/0001-53, com sede na Rua Waldemar Rangrab, nº 1254, Bairro Jardim Peperi, na cidade de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. JOÃO CARLOS GAMBATTO, brasileiro, casado, Diretor Sócio, portador do CPF sob nº. 065.511.499-87, portador da Carteira de identidade sob nº. 12/R-561.436 expedida pela SSP/SC, residente na Rua Santos Dumont, nº 813, centro da cidade de São Miguel do Oeste – SC CEP 89.900-000, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital de Pregão Presencial nº. 77/2017, pelo regime de preços unitários, pelas seguintes cláusulas que seguem:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA

Aquisição de veículo Zero Quilômetro, para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

Item	Descrição Técnica	Quant.	Unidade	Valor Unitário
02	VEÍCULO TIPO MINIVAN, ZERO QUILOMETRO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, QUE CONTENHAM, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Ano/Modelo 2018; - 4 (quatro) portas; - Potencia mínima de 132 CV (E) 130 CV (G); com protetor de cárter; - Câmbio com, no mínimo, 5 marchas a frente e 1 a ré; - Bicombustível (gasolina/etanol); - na cor branca; - Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos com no mínimo nas 2 portas dianteiras, travas elétricas, alarme originais de fábrica; - Som original de fabrica, com alto falantes traseiros e dianteiros e antena; - Limpador e desembaçador dianteiros e traseiros; - Ar condicionado; Freios ABS; mínimo de Air Bag duplo; - Carga útil de 7 passageiros; - Rodas de aço com pneus aro de no mínimo R15; - com tapetes de borracha; - Reservatório do combustível de no mínimo 60 litros; capacidade do porta malas de no mínimo, 580 litros; Portas laterais traseiras deslizante lados do motorista e passageiro; Portas traseiras assimétricas; com películas conforme legislação vigente. E demais itens obrigatórios de segurança previstos na legislação e Código Nacional de Trânsito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses.	01	Unidade	86.500,00

Parágrafo primeiro: O veículo e itens constantes neste termo contratual estarão condicionados a uma garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses contra defeito de fabricação.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS.

DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados para empresa é de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal, em moeda corrente nacional, através de Depósito Bancário, após a entrega do(s) objeto(s) licitado(s), apresentação do Certificado de Garantia, Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo Fiscal do Contato.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

DO REAJUSTAMENTO OU REDUÇÃO DE PREÇO

Não há previsão de reajuste ou reequilíbrio.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste Instrumento tem início na sua assinatura e encerramento em 08/03/2018, podendo ser prorrogado mediante Aditivo, se for do interesse de ambas as partes, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

O prazo para entrega dos itens deverá obedecer ao que dispõe o Processo Licitatório nº 77/2017.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Incumbe à Contratada, além das condições incluídas neste Edital e seus Anexos:

- I- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital 77/2017, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- II- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital 77/2017 e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e termo de garantia, na qual constarão as indicações referentes às especificações contidas neste edital.
- III- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- IV- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no processo licitatório, o objeto com avarias ou defeitos;
- V- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- VI- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- VII- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- VIII- Prestar assistência técnica, gratuita, durante o período da garantia, iniciando o atendimento em no máximo 24hs após a solicitação de servidor da Administração Municipal, sob pena de incorrer nas penalidades/sanções listadas neste termo.
- IX- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Edital de Pregão Presencial nº. 77/2017.
- X- Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Edital.
- XI- Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o objeto licitado.
- XII- Formar o quadro de pessoal necessário para a entrega do objeto contratado, pagando os salários as suas exclusivas expensas.
- XIII - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;
- XIV - Fornecer o veículo novo (0 KM), sem uso anterior.
- XV - Transportar o veículo em condições adequadas, conforme legislação pertinente, sendo que o descarregamento será por conta da Contratada.
- XVI - Entregar o veículo com a documentação regularizada.
- XVII - O veículo deverá atender às exigências Código Brasileiro de Transito, bem como possuir todos os itens de segurança obrigatórios.
- XIII - Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito e Garantir a boa qualidade do veículo fornecido e dos serviços prestados.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

São obrigações da Contratante:

- I- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital 77/2017 e seus anexos;
- II- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital 77/2017 e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV- Fiscalizar e acompanhar através do Secretário Municipal conforme decreto 31/2017, ora nominado fiscal do contrato, entrega efetiva do objeto licitado, qualidade dos produtos, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a efetiva fiscalização, fazendo cumprir todas as normas deste edital e aplicando as sanções cabíveis em caso de necessidade;
- V- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- VI- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SEXTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- I - O prazo de entrega do bem é de no máximo 30 dias, contados do (a) emissão da autorização de fornecimento, em remessa no endereço Rua São Luis nº 210, centro, CEP 89879-000, Município de São Miguel da Boa Vista/SC, podendo ser por único e exclusivo interesse da administração municipal.
- II - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

I - advertência:

II - multa:

- II.I - Multa de 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega do(s) veículo(s) e/ou no atraso para substituir o(s) veículo(s) e, também, multa no mesmo percentual, por dia de atraso, na prestação de assistência técnica.
- II.II - Multa de 60% (sessenta por cento), calculada sobre o valor do contrato, pela rescisão do contrato por culpa da Contratada.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLAUSULA OITAVA - CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade

da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLAUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às cláusulas fixadas no Edital do Processo Licitatório nº. 77/2017.

CAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 05 de janeiro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA. CNPJ sob nº. 79.294.419/0001-53 Representante Legal
--	--

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessor Jurídico

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

VIVIANI WOLFF BOHRZ
CPF: 067.907.749-98

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2018.
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS.

CONTRATO 001/2018 - FMS

Publicação Nº 1491820

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2018 - FMS.
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTO

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, nº. 210, inscrito no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº.79.294.419/0001-53, com sede na Rua Waldemar Rangrab, nº 1254, Bairro Jardim Peperi, na cidade de São Miguel do Oeste, estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Sr. JOÃO CARLOS GAMBATTO, brasileiro, casado, Diretor Sócio, portador do CPF sob nº. 065.511.499-87, portador da Carteira de identidade sob nº. 12/R -561.436 expedida pela SSP/SC, residente na Rua Santos Dumont, nº 813, centro da cidade de São Miguel do Oeste – SC CEP 89.900-000, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com o Edital de Pregão Presencial n.º 77/2017, pelo regime de preços unitários, pelas seguintes cláusulas que seguem:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA

Aquisição de veículo Zero Quilômetro, para manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica e Sanitária do Município de São Miguel da Boa Vista/SC.

Item	Descrição Técnica	Quant.	Unidade	Valor Unitário
01	VEÍCULO TIPO PASSEIO, ZERO QUILOMETRO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE PARA A VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, QUE CONTENHAM, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: Ano/Modelo 2018; - 5 (cinco) portas; - Potencia mínima de 73 CV Etanol/Gasolina; com protetor de cárter; - Câmbio com, no mínimo, 5 marchas a frente e 1 a ré; - Bicomustível (gasolina/etanol); - na cor branca; - Direção hidráulica ou elétrica, vidros elétricos com no mínimo nas 2 portas dianteiras, travas elétricas, alarme originais de fábrica; - Som original de fabrica, com alto falantes traseiros e dianteiros; - Limpador e desembaçador dianteiros e traseiros; - Ar condicionado; Freio ABS; mínimo de Air Bag duplo; - Carga útil de 5 passageiros; - Rodas de aço com pneus aro de no mínimo R14; - com tapetes de borracha; - Reservatório do combustível de, no mínimo, 41 litros; capacidade do porta malas de, no mínimo, 215 litros; com películas conforme legislação vigente - E demais itens obrigatórios de segurança previstos na legislação e Código Nacional de Trânsito, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses.	01	Unidade	42.800,00

Parágrafo primeiro: O veículo e itens constantes neste termo contratual estarão condicionados a uma garantia de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses contra defeito de fabricação.

CLAUSULA SEGUNDA - DAS CONDICÕES ECONÔMICAS-FINANCEIRAS.

DO PREÇO

O preço total dos itens adjudicados para empresa é de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), incluindo-se nele o frete, tributos e demais custos.

O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal, em moeda corrente nacional, através de Depósito Bancário, após a entrega do(s) objeto(s) licitado(s), apresentação do Certificado de Garantia, Nota Fiscal, observando-se, antes do pagamento, a comprovação da regularidade da documentação pelo Fiscal do Contato.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

DO REAJUSTAMENTO OU REDUÇÃO DE PREÇO

Não há previsão de reajuste ou reequilíbrio.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

O prazo de vigência deste Instrumento tem início na sua assinatura e encerramento em 08/03/2018, podendo ser prorrogado mediante Aditivo, se for do interesse de ambas as partes, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

O prazo para entrega dos itens deverá obedecer ao que dispõe o Processo Licitatório nº 77/2017.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Incumbe à Contratada, além das condições incluídas neste Edital e seus Anexos:

I- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital 77/2017, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente

seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

II- Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital 77/2017 e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal e termo de garantia, na qual constarão as indicações referentes às especificações contidas neste edital.

III- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

IV- Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no processo licitatório, o objeto com avarias ou defeitos;

V- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

VI- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

VIII- Prestar assistência técnica, gratuita, durante o período da garantia, iniciando o atendimento em no máximo 24hs após a solicitação de servidor da Administração Municipal, sob pena de incorrer nas penalidades/sanções listadas neste termo.

IX- Cumprir todas as demais obrigações constantes do Edital de Pregão Presencial nº. 77/2017.

X- Manter o Município permanentemente informado sobre o andamento do que se refere o objeto do presente Edital.

XI- Permitir que os prepostos do Município inspecionem a qualquer tempo e hora o objeto licitado.

XII- Formar o quadro de pessoal necessário para a entrega do objeto contratado, pagando os salários as suas exclusivas expensas.

XIII - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais fornecidos;

XIV - Fornecer o veículo novo (0 KM), sem uso anterior.

XV - Transportar o veículo em condições adequadas, conforme legislação pertinente, sendo que o descarregamento será por conta da Contratada.

XVI - Entregar o veículo com a documentação regularizada.

XVII - O veículo deverá atender às exigências Código Brasileiro de Trânsito, bem como possuir todos os itens de segurança obrigatórios.

XIII - Substituir peças e demais componentes que apresentem defeito e Garantir a boa qualidade do veículo fornecido e dos serviços prestados.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

São obrigações da Contratante:

I- receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital 77/2017 e seus anexos;

II- verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital 77/2017 e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

III- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

IV- Fiscalizar e acompanhar através do Secretário Municipal conforme decreto 31/2017, ora nominado fiscal do contrato, entrega efetiva do objeto licitado, qualidade dos produtos, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a efetiva fiscalização, fazendo cumprir todas as normas deste edital e aplicando as sanções cabíveis em caso de necessidade;

V- Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

VI- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLAUSULA SEXTA - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

I - O prazo de entrega do bem é de no máximo 30 dias, contados do (a) emissão da autorização de fornecimento, em remessa no endereço Rua São Luis nº 210, centro, CEP 89879-000, Município de São Miguel da Boa Vista/SC, podendo ser por único e exclusivo interesse da administração municipal.

II - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

I - advertência:

II - multa:

II.I - Multa de 1% (um por cento), sobre o valor total do contrato, por dia de atraso na entrega do(s) veículo(s) e/ou no atraso para substituir o(s) veículo(s) e, também, multa no mesmo percentual, por dia de atraso, na prestação de assistência técnica.

II.II - Multa de 60% (sessenta por cento), calculada sobre o valor do contrato, pela rescisão do contrato por culpa da Contratada.

- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

CLAUSULA OITAVA - CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia,

mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

CLAUSULA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, se houver uma das ocorrências prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93, de 21/06/93.

Constituem motivo para rescisão do Contrato:

- a) Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado da conclusão do contrato sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- e) A paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- f) O descumprimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- g) O cometimento reiterado de falta na sua execução, anotadas na forma do parágrafo primeiro do artigo 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- h) A decretação da falência ou instauração da insolvência civil;
- i) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- j) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, desde que prejudique a execução do Contrato;
- k) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento justificadas e determinadas pela máxima autoridade Administrativa a que está subordinado o contrato e exaradas no processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- l) A suspensão de sua execução por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- m) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes dos serviços ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- n) A não liberação, por parte da Administração, de área ou local para o fornecimento dos materiais, nos prazos contratuais;
- o) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;
- p) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial da posição contratual, bem como a fusão, cisão ou incorporação, desde que prejudique a execução do contrato ou implique violação, ainda que indireta, das normas que disciplinam as licitações.

Quanto à sua forma a rescisão poderá ser:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de Licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as partes com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização e o controle aludidos na cláusula quarta, não implicarão qualquer responsabilidade executiva por parte do Município nem exoneração da Contratada no cumprimento de qualquer das responsabilidades aqui assumidas.

Os casos omissos a este Contrato reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na lei Federal nº. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Ficam fazendo parte integrante do presente às cláusulas fixadas no Edital do Processo Licitatório nº. 77/2017.

CAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 05 de janeiro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	GAMBATTO VEÍCULOS SÃO MIGUEL LTDA. CNPJ sob nº. 79.294.419/0001-53 Representante Legal
--	--

GILBERTO JOSE MIORANDO
Assessor Jurídico

Testemunhas

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

VIVIANI WOLFF BOHRZ
CPF: 067.907.749-98

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 001/2018 - FMS.
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTO.

EXTRATO FINAL DO PROCESSO LICITATÓRIO 73/2017.

Publicação Nº 1491699

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 73/2017.
Modalidade: Tomada de Preços.

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado fracassada, onde que a única empresa participante do certame apresentou a proposta superior ao exigido no edital do processo licitatório 73/2017.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 16 de janeiro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

EXTRATO FINAL DO PROCESSO LICITATÓRIO 76/2017.

Publicação Nº 1491768

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 76/2017.
Modalidade: Chamada Pública.

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o exercício de 2018 do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, o Sr. ANTERO ROVERSI, inscrito no CPF sob nº. 563.445.209-06 no valor de total de R\$ 13.835,00, e o Sr. DELECIO ALOISIO DIEHL, inscrito no CPF sob nº 018.542.489-95 no valor total de R\$ 6.788,40.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 16 de janeiro de 2018.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 03/2018 - SAÚDE

Publicação Nº 1491904

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

O Fundo Municipal de Saúde do São Miguel do Oeste – SC, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para construção de muro de contenção na Unidade Básica de Saúde do Bairro Progresso, da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 02 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2018.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

PROC 24/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1491819

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Adjunto de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de serviços de sonorização para utilização em eventos e campanhas institucionais promovidas pela Administração Municipal de São Miguel do Oeste, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 01 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2018.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Adjunto de Administração

PROC 25/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1492093

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Adjunto de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de locação de palco, grade, pirâmide, banheiros químicos, cadeiras, montagem e demais a serem realizados nos eventos da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, para o exercício de 2018, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 01 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 16 de janeiro de 2018.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Adjunto de Administração

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 03.2018

Publicação Nº 1491983

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 03.2018- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Lote

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a Aquisição parcelada e estimada de combustível para abastecimento de veículos, com fornecimento diário, para os veículos das frotas Municipais.

DATA DE ABERTURA: 29/01/2018 às 11h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 10h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h às 13h. São Pedro de Alcântara, 16/01/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2017

Publicação Nº 1492707

Edital de Convocação do Processo Seletivo Edital nº 001/2017

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital do Processo Seletivo nº 001/2017, CONVOCA a candidata aprovada no Processo Seletivo para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 17/01/2018 a 18/01/2018, das 07:00 às 13:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovada. A Candidata que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Enfermeiro - ESF

CLASSIFICAÇÃO	NOME
01º	ANANDA AZEVEDO PERES

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 030/2018

Publicação Nº 1492706

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 030/2018

Concede licença para tratamento de saúde ao servidor RODRIGO LAUTERTE, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor RODRIGO LAUTERTE, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar da data de 15/01/2018, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

Seara

PREFEITURA

DECRETO Nº 1372

Publicação Nº 1492278

DECRETO Nº 1372, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Estabelece o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o primeiro semestre financeiro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e § 4º do art. 341 da Lei Complementar nº 25, de 14 de dezembro de 2006 que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Seara, revoga leis anteriores e dá outras providências,

DECRETA:

- Considerando o disposto no § 4º do art. 341 da Lei Complementar nº 25, de 14 de dezembro de 2006 – CTM que determina: “a Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, estabelecido no parágrafo anterior, será corrigido semestralmente pela variação do IGP-M - FGV do período, e no caso de sua extinção, pelo indexador que vier substituí-lo”.

- Considerando que a variação do IGP-M - FGV, ocorrida no período de janeiro à dezembro de 2017 apresenta uma variação negativa,

DECRETA:

Art. 1º Fica mantido para o primeiro semestre de 2018 o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, fixado pelo Decreto nº 1181, de 5 de janeiro de 2017 em R\$ 30,92 (trinta reais e noventa e dois centavos), correspondente a aplicação 1,20514% da variação verificada de julho a dezembro de 2016 do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. – FGV.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 16 de janeiro de 2018

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 16 de janeiro de 2018

Neri Cosmann
Secretário da Administração

DECRETO Nº 1373

Publicação Nº 1492281

DECRETO Nº 1373, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Altera denominação de Órgãos das Leis Orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 2º da Lei Complementar nº 84, de 28 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a alteração da estrutura da Lei Complementar 24, de 10 de março de 2006, que dispõe sobre a Reorganização e Modernização da Estrutura Administrativa, define o Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal de Seara e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Ficam alteradas as denominações do Departamento Municipal de Esportes e Lazer, e Departamento de Cultura, constante na Lei nº 1950, de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA 2018-2021, para o Município de Seara/SC, e estabelece outras providências, Lei nº 1951 de 13 de dezembro de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2018 - LDO/2018 e dá outras providências, e Lei nº 1954 de 27 de dezembro de 2017, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Seara/SC, para o Exercício de 2018, passando a denominar-se Superintendência Municipal de Esportes e Lazer e Superintendência de Cultura, respectivamente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 16 de janeiro de 2018

Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em 16 de janeiro de 2018

Neri Cosmann
Secretário da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2018 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2018

Publicação Nº 1492295

Processo Licitatório nº 011/2018– Inexigibilidade de Licitação nº 001/2018.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Luiz Battistella, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 15 de janeiro de 2018.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2018

Publicação Nº 1492296

Processo Licitatório nº 012/2018– Inexigibilidade de Licitação nº 002/2018.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Horst Gomann, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 15 de janeiro de 2018.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2018 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

Publicação Nº 1492298

Processo Licitatório nº 013/2018– Inexigibilidade de Licitação nº 003/2018.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público nº 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Olimpio de Brito, comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 15 de janeiro de 2018.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Sombrio

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 FMS

Publicação Nº 1491970

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2018-FMS

Fundamento Legal: Lei Federal nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, Portaria nº. 1286/93 do Ministério da Saúde e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

Objeto: Chamada Pública para credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas a serem contratados por inexigibilidade de licitação para prestação dos serviços de REALIZAÇÃO DE EXAME AMBULATORIAL CITOPATOLÓGICO CERVICO-VAGINAL/MICROFLORA (TABELA SUS), no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores do Grupo 02, Subgrupo 03, constantes na tabela de exames laboratoriais do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS) - Tabela Unificada de Procedimentos (SIGTAP), conforme Anexo I deste Edital, pelo prazo de até 60 meses contados da primeira publicação deste edital.

A entrega dos envelopes de nº 01 e 02 será realizada na sede da Prefeitura Municipal de Sombrio/SC. O Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Sombrio, Avenida Nereu Ramos, nº 861, Centro, de segundas às sextas feiras das 08h00min às 13h00min.

Sombrio - SC, em 16 de Janeiro de 2018.

Gislane Dias da Cunha

Secretaria do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

Publicação Nº 1491720

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017

A Comissão Permanente de Licitações torna público que foi homologado o Processo Licitatório nº 47/2017 no dia 15/12/2017, que objetiva a aquisição de um rolo compactador vibratório, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes neste Edital, Termo de Referência e demais anexos, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com o menor valor global de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais). Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados.

Sombrio/SC, 15 de dezembro de 2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO N.º 143/17

Publicação Nº 1491721

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 143/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC.

CONTRATADO: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente instrumento contratual é a aquisição de um rolo compactador vibratório, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes em Edital, no Termo de Referência e demais anexos.

DO VALOR: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais).

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 08.01 – 1.028 – 4.4.90.00.00.00.00.00 (126); 08.01 – 1.028 – 4.4.90.00.00.00.00.00 (250).

DA VIGÊNCIA: 15/12/2017 a 31/12/2017.

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO N.º 143/17

Publicação Nº 1491722

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO N.º 143/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOMBRIO/SC.

CONTRATADO: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO: Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias o prazo de vigência do Contrato nº 143/2017, em conformidade com o artigo 57, da Lei n.º 8.666/93, passando a vencer em 01/03/2018.

DA VIGÊNCIA: 01/01/2018 a 01/03/2018.

DATA DA ASSINATURA: 28/12/2017.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 006/2018

Publicação Nº 1492341

DECRETO Nº 006, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI GALLINA, Prefeito Municipal de Sul Brasil em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal CIRLEI ALBANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 16.01.2018 até 14.07.2018, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 16 de janeiro de 2018.

VANDERLEI GALLINA

Prefeito Municipal em Exercício

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor do Departamento de Administração

PREGÃO 006/2018

Publicação Nº 1492322

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 009/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2018

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM E CONserto DE PNEUS.

Recebimento dos envelopes: 09:00 horas do dia 30 de janeiro de 2018

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 30 de janeiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 17 de janeiro de 2018.

VANDERLEI GALLINA

Prefeito Municipal em Exercício

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 022, DE 16 DE JANEIRO DE 2.018. NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Publicação Nº 1492149

PORTARIA Nº. 022, DE 16 DE JANEIRO DE 2.018.
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Valmor Antonio Vivian, Prefeito Municipal e.e. de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo; e;

Considerando o resultado classificatório no concurso público realizado em conformidade com o edital nº 001/2016;

Considerando os termos do decreto homologatório nº 027/2015 de 25 de Abril de 2016.

Com amparo no artigo 74, inciso IX da Lei Orgânica, c/c artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 092 de 04/04/2017;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear por concurso público ANDREIA PICCININ, para exercer o cargo de provimento efetivo de PISICOLOGO - NASF – NÍVEL 15, 40 horas semanais a partir de 16/01/2018.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 16 DE JANEIRO DE 2.018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

Publicação Nº 1492319

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

Aos dezesseis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 011/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS, PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ESCOLA ESPECIAL PADRE FRIEDMUNDO □ APAE DO MUNICIPIO DE TANGARÁ. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) PIZZ@.COM EIRELI ME, representada neste ato por Jair Xavier;
- 2) TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME, representada neste ato por Joecir Tessari;
- 3) COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME, representada neste ato por Lidio de Oliveira Luz;
- 4) SUPERMERCADO PICCOLI LTDA ME, representada neste ato por Gelcir Cesar Picoli.
- 5) COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME, representada neste ato Fabio Andre Loraschi;
- 6) CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, representada neste ato por Reginaldo Andrade Monte;
- 7) NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, representada neste ato por Deivid de Carvalho Cararo;
- 8) AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP, representada neste ato por Ilizandro Pietro Biasi.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa PIZZ@.COM EIRELI ME com o valor total de R\$ 1.632,00 (hum mil seiscentos e trinta e dois reais), para os itens 15,16,18,19,22,28,32,33,34,35,36,37,38,43,44 e 49 sagrou-se vencedor a empresa COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME com o valor total de R\$ 3.865,00 (três mil oitocentos e sessenta e cinco reais), para o item 30 sagrou-se vencedor a empresa COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME com o valor total de R\$ 57,60 (cinquenta e sete reais e sessenta centavos), para os itens 17,27 e 31 sagrou-se vencedor a empresa NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME com o valor total de R\$ 1.021,00 (hum mil e vinte e um reais), para os itens 4,8,9,10,20,29,40,41,42 e 45 sagrou-se vencedor a empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME com o valor total de R\$ 7.091,30 (sete mil noventa e um reais e trinta centavos), para os itens 12,21,23,46 e 47 sagrou-se vencedor a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP com o valor total de R\$ 1.762,10 (hum mil setecentos e sessenta e dois reais e dez centavos), para os itens 2,3,5,6,7,13,14,25 e 48 sagrou-se vencedor a empresa SUPERMERCADO PICCOLI LTDA ME com o valor total de R\$ 5.707,30 (cinco mil setecentos e sete reais e trinta centavos) e para os itens 11,24,26,39 e 50 sagrou-se vencedor a empresa CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME com o valor total de R\$ 1.467,00 (hum mil quatrocentos e sessenta e sete reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para

vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intensão de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente

resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 16/01/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 16 de Janeiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

PIZZ@.COM EIRELI ME

TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME

SUPERMERCADO PICCOLI LTDA ME

_____ não representado _____
COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP

CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017

Publicação Nº 1491789

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/2017

Aos dezesseis dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezoito, às DEZ horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 017/2017, para abrir e julgar o processo licitatório modalidade Pregão Presencial nº 124/2017, da Prefeitura Municipal de Tangará, o qual tem por objeto AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DESTINADOS ÀS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO PARA O ANO LETIVO DE 2018, REFERENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO DO ESCOLAR - PNAE. Participam deste certame as seguintes empresas:

- 1) PIZZ@.COM EIRELI ME, representada neste ato por Jair Xavier;
- 2) TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME, representada neste ato por Joecir Tessari;
- 3) COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME, representada neste ato por Lidio de Oliveira Luz;
- 4) SUPERMERCADO PICCOLI LTDA ME, representada neste ato por Gelcir Cesar Picoli.

Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances. Passou-se então para fase dos lances, após sagrou-se vencedor do item 1 a empresa TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME com o valor total de R\$ 4.770,00 (quatro mil setecentos e setenta reais), para os itens 2,3,4 e 5 sagrou-se vencedor a empresa SUPERMERCADO PICCOLI LTDA ME com o valor total de R\$ 8.423,00 (oito mil quatrocentos e vinte e três reais) e para os itens 6,7 e 8 sagrou-se vencedor a empresa COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME com o valor total de R\$ 1.095,00 (hum mil e noventa e cinco reais). Após abertos os envelopes das documentações que estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intensão de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 16/01/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 16 de Janeiro de 2018.

Paula Aline Taffarel Motter

Presidente da Comissão de Licitações

Camila Bruns Willian José Zen

Membro da Comissão de Licitações Membro da Comissão de Licitações

PIZZ@.COM EIRELI ME

TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME

COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM EIRELI ME

SUPERMERCADO PICCOLI LTDA ME

DECRETO N.º 006, DE 05 DE JANEIRO DE 2018 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL- CMPDEC

Publicação Nº 1492152

DECRETO N.º 006, DE 05 DE JANEIRO DE 2018
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL- CMPDEC

VALMOR ANTONO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 14 da Lei n. 2.221/14 e no art. 8º do Decreto Municipal n.º 023/15,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear para compor a Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil - CMPDEC, as seguintes pessoas:

I – Presidente: Nadir Baú da Silva;

II – Coordenador Municipal: Lourdes Souza da Silva Zanella;

III – Secretário: Fabio Eduardo Simionatto da Silva;

IV – Representante das Secretarias Municipais: Jurandir Pedro Cherubini;

V - Representante da Associação Comercial e Industrial de Tangará – ACITA: Tadeu Henrique Carminatti Oneda;

VI - Representante do Sindicato Rural: Selvio Masiero;

VII - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Vicente Demori;

VIII - Representante do Lions Club: Gelson Rampon;

IX - Representante do Rotary Club: Joacir Carlos Fávero;

X - Representante da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Tangará - COOPAFAT: Sérgio Alberti;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto de n.º 056, de 08 de junho de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE JANEIRO DE 2018.
VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e

DECRETO N.º 007, DE 05 DE JANEIRO DE 2018 NOMEIA MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL- COMPDEC

Publicação Nº 1492153

DECRETO N.º 007, DE 05 DE JANEIRO DE 2018
NOMEIA MEMBROS DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL- COMPDEC

VALMOR ANTONO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 12 da Lei n. 2.221/14 e no art. 6º do Decreto Municipal n.º 023/15,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear para compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC, as seguintes pessoas e órgãos:

I – Coordenador: Lourdes Souza da Silva Zanella;

II – Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil:

III – Secretário: Fabio Eduardo Simionatto da Silva;

IV – Setor Técnico:

a) Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC: Adair Tonello;

b) Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC: Rosângela de Tofol;

c) Delegacia de Polícia Civil: Ilda Brunetta Guzzi;

d) Polícia Militar: Cezar Luiz Danuns;

e) Corpo de Bombeiros: André Peters Ziemann;

f) Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina - EPAGRI: Eduardo Zago;

V – Setor Operativo:

- a) Representante das Secretarias Municipais: Jurandir Pedro Cherubini;
 - b) Representante da Unidade Básica de Saúde: Marisa Silveira Davila Kochann;
 - c) Representante das Creches e Escolas: Vanice Terezinha Uberty Schizzi;
 - d) Representante do Corpo de Bombeiros: André Peters Ziemann;
 - e) Representante da Delegacia de Polícia Civil: Ilda Brunetta Guzzi;
 - f) Representante da Polícia Militar: Cezar Luiz Danuns;
 - g) Representante do Lions Club: Gelson Rampon;
 - h) Representante da Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Tangará - COOPAFAT: Sérgio Alberti;
- Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto de n.º 055, de 08 de junho de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE JANEIRO DE 2018.
VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e

PORTARIA N.º 045, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.017. “DETERMINA REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA O ÓRGÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Publicação Nº 1492429

PORTARIA N.º 045, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.017.

“DETERMINA REMOÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO PARA O ÓRGÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, e Presidente do Conselho Administrativo do Hospital Frei Rogério, no uso das atribuições do seu cargo, que lhe confere o artigo 74, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de servidor, na Secretária Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação, para o desempenho do cargo de Escriturário.

Resolve:

Art. 1º - Determina o deslocamento da servidora, ANDREIA RAMBO THOME, ocupante do cargo de ESCRITURÁRIO – NÍVEL 4 – CLASSE B, do Quadro de Servidores Efetivos da Autarquia Municipal Hospital Frei Rogério, para exercer suas funções, no órgão da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos jurídicos e econômicos desde o dia 06 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2017.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 002 DE 12 DE JANEIRO DE 2.018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1492147

PORTARIA Nº. 002 DE 12 DE JANEIRO DE 2.018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVAN, Prefeito Municipal e.e, de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora DIRLEY MODENA RABUSKE ANGREVSKI, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, com o cargo de TECNICA DE ENFERMAGEM - 05 - CLASSE C, no período de 14/01/2018 a 12/02/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 14/01/2018, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARA-SC, 12 DE JANEIRO DE 2.018.
VALMOR ANTONIO VIVAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 003/2018**

Publicação Nº 1492478

PORTARIA Nº 003, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

“EXONERA, À PEDIDO, SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NILVO ANTONIO DALLA COSTA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no art. 21, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno,

Considerando o pedido de exoneração protocolado sob nº 004/2018, nesta data;

Resolve:

Art. 1º Exonerar, à pedido, a Servidora ANDREIA PICCININ, brasileira, residente e domiciliada no município de Tangará, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL 01 – CLASSE A, a partir desta data.

Art. 2º. Em decorrência do disposto no art. 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, 15 de janeiro de 2018.

NILVO ANTONIO DALLA COSTA
Presidente

PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1492486

PORTARIA Nº 004, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE ADICIONAL POR CURSO NA ÁREA DE ATUAÇÃO A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILVO ANTONIO DALLA COSTA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições contidas no art. 21, III, a, do Regimento Interno e c/c com o Art. 88, da Lei Complementar no 057, de 02 de Janeiro de 2012, e;

Considerando a realização e comprovação de 167 (cento e sessenta e sete) horas de cursos na área de atuação,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder adicional por curso na área de atuação com aplicação do percentual de 2% (dois por cento), calculados sobre o vencimento base à servidora FLÁVIA MARTELLI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de ESCRITURÁRIA LEGISLATIVA – NÍVEL 1 – CLASSE D.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, produzindo seus jurídicos, legais e econômicos efeitos a partir 01/03/2018.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará – SC, 16 de janeiro de 2018.

NILVO ANTONIO DALLA COSTA
PRESIDENTE

Tigrinhos

PREFEITURA

022/2018

Publicação Nº 1491714

PORTARIA Nº. 022/2018 CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SRA. MARCIA JAPPE ZAPPANI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON JOSÉ HUPPES, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica Concedida Licença Maternidade a Servidora Pública Municipal Sra. MARCIA JAPPE ZAPPANI, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 10 de Janeiro de 2018 à 10 de Julho de 2018, retornando em 11 de Julho de 2018, nos termos do art. 116 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado. Lei Municipal Complementar nº 035/2015

Art. 116 Será concedida, mediante laudo médico, licença à servidora gestante, por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE JANEIRO DE 2018.
MILTON JOSÉ HUPPES
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dez de janeiro de dois mil e dezoito.

Cleiton Soethe
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Tijucas

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 22/2018

Publicação Nº 1491652

PORTARIA N.º 019/2018/CMT, DE 10 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o cargo/função do funcionário já nomeado conforme estabelecido na Lei Complementar nº 17/2013, e demais alterações, para o cargo abaixo:

Sr. Diego de Faveri Cristiano, matrícula n.º 241, CPF 041.226.139-14, passa a exercer o cargo de Chefe de Gabinete, a partir de 10/01/2018;

Art. 2º Os vencimentos e as atribuições/funções do respectivo cargo obedecerão ao que dispõe a Lei Complementar nº 17/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUAREZ SOARES
Presidente

PORTARIA 23/2018

Publicação Nº 1491657

PORTARIA N.º 023/2018/CMT, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR João da Silva Junior, matrícula n.º 249, para desempenhar o cargo comissionado de assessor parlamentar.

JUAREZ SOARES
Presidente

PORTARIA 24/2018

Publicação Nº 1491659

PORTARIA N.º 024/2018/CMT, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a nomeação dos integrantes da Comissão Permanente de Licitação e Pregoeiro da Câmara Municipal de Tijucas/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993, Zenir Dionei Atanazio, matrícula nº. 169, Ricardo Alexandre Vieira, matrícula nº. 171, e Diego de Faveri Cristiano, matrícula nº. 241, respectivamente, Presidente, Secretário e Membro da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Tijucas/SC (CPL/CMT).

Art. 2º Designa Zenir Dionei Atanazio, Presidente da CPL/CMT, para exercer as funções de Pregoeiro, na realização de licitação na modalidade Pregão Presencial.

§ 1º - Para Equipe de Apoio, ficam designados os membros da CPL/CMT.

§ 2º - O Pregoeiro e a Equipe de Apoio desenvolverão suas atividades para condução e julgamento dos processos licitatórios na modalidade acima mencionada, mediante acompanhamento da Assessoria Jurídica, que assinará os atos correspondentes.

§ 3º - Os trabalhos deverão ser executados de acordo com a legislação em vigor, em especial na previsão contida na Lei Federal 10.520/2008, e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/1993, observadas as demais legislações pertinentes, inclusive a Instrução Normativa CMT 04/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, em especial a Portaria nº 020/2017.

JUAREZ SOARES
Presidente

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 25.2017 FMS

Publicação Nº 1492693

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA ENVELOPES HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 25/2017 – FMS

Às nove horas e cinco minutos, do décimo quinto dia, do mês de janeiro de dois mil e dezoito (15/01/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 504, de 02 de janeiro de 2018, e representando a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., o Sr. Renan Caíque Andrade Correa, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preços nº 25/2017 – FMS.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta as seguintes empresas: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP - CNPJ nº. 14.770.128/0001-49 e CONSTRUTORA F & F EIRELI-EPP - CNPJ nº. 12.595.052/0001-37.

O Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade e em seguida, passou à abertura do envelope Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Da análise dos documentos a empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP não apresentou o currículo solicitado – Engº. Mecânico – item 7.1.6 –d) e a empresa CONSTRUTORA F & F EIRELI-EPP não apresentou a Certidão do Judiciário – item 7.1.4 –d).

O Sr. Renan Caíque Andrade Correa, da empresa SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, manifestou-se acerca da Declaração de EPP – item 5.7.1 – b, da Empresa CONSTRUTORA F & F EIRELI-EPP, que, segundo ele, não estaria de acordo com a Lei 129/2006.

Na sequência o Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Engenharia para parecer Técnico, item 7.1.6, e ao setor de Contabilidade, tendo em vista a necessidade de análise e parecer da Qualificação Econômico-Financeira, item 7.1.4 do Edital.

Os envelopes de propostas deverão permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para a sua abertura.

O representante presente retirou-se da sessão antes da finalização da ata, e nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP
Presidente
FELIPE RAMOS DOS SANTOS
Membro
LOURDES MOSER
Membro
ANGELA PREUSS
Membro Substituto

ATA ANÁLISE PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO ESPECIAL - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 01 2017 FIA

Publicação Nº 1492694

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA PARECER TÉCNICO DA COMISSÃO ESPECIAL

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2017 - FIA

Às nove horas do décimo quinto dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito (15/01/2018), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 540, de 02 de janeiro de 2018, para análise do Parecer Técnico elaborado pela Comissão Especial - FIA do Chamamento Público nº. 01/2017 – FIA.

Aberta a sessão foi analisada a Avaliação da Comissão de Seleção dos Projetos - FIA em relação à documentação da Associação dos Judocas de Timbó - AJUTIM, sendo que a mesma atingiu a Pontuação 52 (cinquenta e dois), e, no parecer da referida Comissão, foram apontados os seguintes itens para ajuste técnico no prazo de 10 (dez) dias úteis, conforme previsão do subitem 7.4.1:

1.1) No item 2 do Projeto: a parceria somente será firmada mediante previsão de gratuidade para o público a ser atendido pelo objeto da proposta;

- 1.2) Quanto ao local que será executado: Escola Nestor Margarida, apresentar documento comprobatório que autorize o uso do espaço e/ou indicar outro local que será executado;
- 1.3) Prestar esclarecimentos quanto ao uso do Quimono;
- 1.4) Realizar a correção do montante do valor do item 6;
- 1.5) Apresentar declaração de experiência prévia de realização do objeto parceria ou de natureza semelhante, de, no mínimo 12 meses.

Além dos ajustes acima, a Comissão Especial - FIA recomenda que a Associação AJUTIM reavalie a possibilidade de ampliar a faixa etária do público atendido, compreendendo idades entre 04(quatro) anos de idade e 18(dezoito) anos incompletos.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão de Licitações.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP Presidente	LOURDES MOSER Membro	FELIPE RAMOS DOS SANTOS Membro
-----------------------------------	-------------------------	-----------------------------------

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 20 2017 FMS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR E DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 1492695

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017 - FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material hospitalar e de enfermagem, destinado às Unidades de Saúde, Salas de vacina, CAPS, Policlínica de Referência e SAMU (repetição do pregão presencial 11/2017 FMS, com inclusões de itens).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda; Metromed Com. de Material Medico Hospitalar Ltda; Produvale Produtos Hospitalares Ltda; AABA Comercio de Equipamentos Medicos Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda e BMH Produtos Medicos Hospitalares Ltda - Epp

TOTAL ESTIMADO: R\$ 86.716,21 (oitenta e seis mil setecentos e dezesseis reais e vinte e um centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/01/2019.

Timbó, 16/01/2018

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária de Saúde e Assistência Social

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2017 FMAS

Publicação Nº 1482606

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - FMAS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.

OBJETO: Registro de preço para aquisição de lanches prontos (coffee break), para fornecimento aos usuários da Assistência Social, de acordo com a Portaria 113 de 10 de dezembro de 2015 e orientações do Fundo Nacional de Assistência Social.

EMPRESA FORNECEDORA: PANIFICADORA BOM DIA LTDA – EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/07/2018.

Timbó, 14/07/2017

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicação Nº 1491881

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 5/2018

Publicação Nº 1492285

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/2018
MODALIDADE Pregão Presencial N 5/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir equipamentos para uso comum domestico e para escritório. Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 30 de janeiro de 2018, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-maill licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 16 de janeiro de 2018.
Ari José Galeski
Prefeito Municipal

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 029 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492099

PORTARIA Nº. 029 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZAR a Sra. CLEIDE ANITA ALBERTI GONÇALVES, matrícula nº 3565-0, cargo de Secretária de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda desta prefeitura, dando poderes: emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar movimentação financeira no RPG, liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiros/AASP, emitir comprovantes, efetuar transferências para mesma titularidade-meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços, REFERENTES AO BANCO E CONTAS A SEGUIR DESCRITOS: BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA: 5278-7, Contas 5.510-7, 5.508-5, 5.511-5, 6.425-4, 56.612-8, 6.893-4, 7.020-3, 7.022-X, 7.023-8, 7.018-1, 7.019-X, 7.021-1, 7.008-4, 7.477-2, vinculadas ao CNPJ 11.563.356/0001-50 do Fundo Municipal de Assistência Social. A forma de assinatura será de pelo menos duas pessoas, das três responsáveis pelas contas, não sendo obrigatório a totalidade das três assinaturas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Três Barras, 12 de janeiro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
ADVOGADO

PORTARIA Nº. 030 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492100

PORTARIA Nº. 030 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZAR a Sra. JUCILENE CORRÊA, matrícula 119431-5 do quadro de funcionários efetivos desta prefeitura, dando poderes: emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar movimentação financeira no RPG, liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiros/AASP, emitir comprovantes, efetuar transferências para mesma titularidade-meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços, REFERENTES AO BANCO E CONTAS A SEGUIR DESCRITOS: BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA: 5278-7, Contas 5.510-7, 5.508-5, 5.511-5, 6.425-4, 56.612-8, 6.893-4, 7.020-3, 7.022-X, 7.023-8, 7.018-1, 7.019-X, 7.021-1, 7.008-4, 7.477-2, vinculadas ao CNPJ 11.563.356/0001-50 do Fundo Municipal de Assistência Social. A forma de assinatura será de pelo menos duas pessoas, das três responsáveis pelas contas, não sendo obrigatório a totalidade das três assinaturas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Três Barras, 12 de janeiro de 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
ADVOGADO

PORTARIA Nº. 031 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492101

PORTARIA Nº. 031 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

AUTORIZAR a Sra. PATRICIA DE SOUZA GAZANIGA, matrícula 135879-0 do quadro de funcionários efetivos desta prefeitura, dando poderes: emitir cheques, abrir contas de depósito, autorizar cobrança, utilizar o crédito aberto na forma e condições, receber, passar recibo e dar quitação, solicitar saldos e extratos, requisitar talonários de cheques, efetuar transferência e pagamentos por qualquer meio, autorizar débito em conta relativo a operações, retirar cheques devolvidos, endossar cheques, sustar/contrordenar cheques, cancelar cheques, baixar cheques, efetuar resgates/aplicações financeiras, cadastrar, alterar e desbloquear senhas, efetuar pagamentos por meio eletrônico, efetuar transferências por meio eletrônico, efetuar movimentação financeira no RPG, liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiros/AASP, emitir comprovantes, efetuar transferências para mesma titularidade-meio eletrônico, encerrar contas de depósito, assinar instrumento de convênio e contrato de prestação de serviços, REFERENTES AO BANCO E CONTAS A SEGUIR DESCRITOS: BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA: 5278-7, Contas 5.510-7, 5.508-5, 5.511-5, 6.425-4, 56.612-8, 6.893-4, 7.020-3, 7.022-X, 7.023-8, 7.018-1, 7.019-X, 7.021-1, 7.008-4, 7.477-2, vinculadas ao CNPJ 11.563.356/0001-50 do Fundo Municipal de Assistência Social. A forma de assinatura será de pelo menos duas pessoas, das três responsáveis pelas contas, não sendo obrigatório a totalidade das três assinaturas.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Três Barras, 12 de janeiro de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
PREFEITO MUNICIPAL

Esta portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
ADVOGADO

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

Publicação Nº 1491818

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 01/2018 – CREDENCIAMENTO

Objeto: Este procedimento tem por objeto o Credenciamento de empresas especializadas em serviços de coleta e análise de exames laboratoriais e exames anátomo patológicos, conforme descrição e valores estabelecidos na Tabela Atualizada do SUS.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

ALCIR DE RÓS
Gestor do Fundo

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2018 FMS

Publicação Nº 1491943

ESTADO DE SANTA CATARINA – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 02/2018 – CREDENCIAMENTO

Objeto: Credenciamento de empresas especializadas em serviços de exames de ultrassonografia e ressonância magnética e demais itens constantes no Anexo I do presente edital, para atendimentos aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde de Treze Tílias.

Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento.

ALCIR DE RÓS
Gestor do Fundo

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2018

Publicação Nº 1491938

EXTRATO DE CONTRATO 05/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA

OBJETO: Aquisição de kits escolares personalizados para os alunos da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiro Passos Gabriela Grandier, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, para o ano letivo de 2018, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 123.500,00 (Cento e vinte e três mil e quinhentos reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 110/2017, conforme Autorização de Fornecimento.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento previsto para 2018: 2.203.33.90.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 30 dias.

DATA ASSINATURA: 16/01/2018
TREZE TÍLIAS, 16/01/2018

EXTRATO I TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2017

Publicação Nº 1492704

EXTRATO DE I TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: CONNECTLINE AUTOMACAO LTDA - EPP

OBJETO: Contratação empresa especializada para realizar a manutenção preventiva/corretiva do sistema de vídeo monitoramento do município de Treze Tílias, conforme especificações constantes no anexo I e no Termo de Referência no anexo IV do edital

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 500,00 (Quinhentos reais) mensais, de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 80/2017, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O prazo contratual fica prorrogado para mais 12 meses, a partir do dia 01 de janeiro de 2018.

DATA ASSINATURA: 18/12/2017

TREZE TÍLIAS, 18/12/2017

Tunápolis

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO REFERENTE O PROCESSO DE LICITAÇÃO N º 250/2017

Publicação Nº 1491863

Ata de julgamento referente o Processo de licitação n º 250/2017

Se reuniram na sala do setor de compras e licitações no dia 16 de janeiro de 2018 as 9h, para julgamento das propostas e habilitação dos participantes que tiveram interesse em participar da concorrência referente o Processo de Licitação nº 250/2017 para cessão de Direito Real de Uso de transformadores (trafos de diversas potências), cabos de rede e postes através do programa "ENERGIA EXCELENTE, PRODUÇÃO EFICIENTE", visando a melhoria da qualidade de energia elétrica para empresas/indústrias do município de Tunápolis, onde a empresa VALDENOR FLACH EPP apresentou os envelopes, sem representante presente. A Comissão de Licitação abriu os envelopes da habilitação onde constatou que a empresa VALDENOR FLACH EPP apresentou todos os documentos exigidos no presente edital, sendo assim habilitada para o presente certame. Comissão Julgadora de Licitação reuniu para ATO CONTÍNUO, constatou que a proposta foi elaborada de acordo com os anexos do edital. Sendo que a empresa VALDENOR FLACH EPP, apresentou proposta onde atingiu 9,5(nove virgula cinco pontos), conforme constava no presente edital CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

Dez pontos para cada emprego direto que ultrapassar o número mínimo de seis empregos:

Neste quesito a empresa não pontuou, declarando na sua proposta que não ha previsão de aumento de empregos.

Dez pontos pela utilização de matéria-prima local:

Neste item a empresa apresentou proposta que a mesma adquire a matéria prima 45%(quarenta e cinco por cento) local, atingindo desta forma 4,5(quatro virgula cinco pontos).

Cinco pontos para agregação de valor econômico diretamente vinculada a atividade da proponente,

A empresa atingiu 5(cinco) pontos, conforme proposta apresentada.

Prosseguindo a Comissão de Licitação, juntamente com o Controle Interno e Secretário da Indústria e Comércio verificaram que a empresa VALDENOR FLACH EPP, foi classificada atingindo 9,5(nove virgula cinco pontos).

A Comissão de Licitação informa e mantém como classificada a empresa VALDENOR FLACH EPP, para a cessão de Direito Real de Uso de transformadores (trafos de diversas potências), cabos de rede e postes através do programa "ENERGIA EXCELENTE, PRODUÇÃO EFICIENTE, como determina a Lei.

A Comissão declara encerrados os trabalhos e, para constar, eu Sheila Inês Bieger membro Comissão Julgadora de Licitação, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos demais membros da Comissão pelos Licitantes presentes na sessão.

Tunápolis, SC., 16 de janeiro de 2018.

VALDENOR FLACH EPP
EMPRESA CLASSIFICADA
(se ausentou)

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker Joséli Teresinha Becker Hofmann
Presidente da Comissão Membro

Sheila Inês Bieger
Membro

Volmir Pedro Lawisch
Secretario da Industria e Comercio
Equipe de Apoio

AVISO DE RETIFICAÇÃO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º 14/2017 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE COMUNICA ERRATA NO EDITAL, PUBLICADO NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1492680

Aviso de retificação PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N º 14/2017 FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
Comunica Errata no Edital, publicado no dia 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Onde se lê O presente contrato fica prorrogado por mais 11(onze) meses, a partir de 01 de Fevereiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o contrato CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS –O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente da Lei de Regência do Contrato nº 14/2017.

Leia –se O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o contrato CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS –O contrato a ser firmado terá vigência até dia 31 de

Dezembro de 2017, podendo ser renovado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, dada a sua essencialidade e necessidade pública permanente da Lei de Regência do Contrato nº 14/2017

Tunápolis, SC, 16 de janeiro de 2018.

CLARICE WEIS STAUB
GESTORA DO FUNDO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017 PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Publicação Nº 1491805

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO:

Contratação para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício financeiro de 2018.

2. JUSTIFICATIVA:

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: Presta serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Fundamentado na legislação vigente e considerando a necessidade, urgência e relevância do objeto desta dispensa de licitação, o município visa garantir o bem estar da população e atender aos interesses públicos e sociais, dentro da legalidade imposta ao caso, adotando a Dispensa de Licitação para realização do objeto como medida acertada para a solução imediata do impasse.

Tunápolis, SC 06 de dezembro de 2017

Nelcina Maria Decker
Secretaria Municipal da Administração

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 925, de 11/02/2009.

Tunápolis,SC 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES LUIS HOFER

Assessor Jurídico OAB/SC 33.683

Comissão de Licitação:

Nelcina Maria Decker Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
Contratação para a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

4. DO VALOR:

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 7.410,00 (sete mil e quatrocentos e dez reais) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 4.200,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.530,00
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 1.680,00

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2018: R\$ 7.410,00 (sete mil e quatrocentos e dez reais).

5. FORNECEDOR:

Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA
CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12
Com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885,
Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307,
Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800

6.ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito

Encaminhamos à Vossa Excelência para ratificação, o Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa de Licitação de nº 13/2017, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis, SC 06 de dezembro de 2017

Comissão de Licitação:

Nelcina Maria Decker Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

7. TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da contratação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique -se a presente decisão.

Tunápolis –SC., 06 de dezembro de 2017.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

MINUTA DE CONTRATO N.º

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, o Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.486.198/0001-52, com sede à Rua João Castilho, 111, CEP 89898-000, na cidade de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito, Sr., portador do RG nº e CPF nº, residente e domiciliado na doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Estreito, Florianópolis/SC, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, , , inscrito no CPF sob o n.º, no uso de suas atribuições legais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 925, de 11/02/2009.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pela CONTRATADA, que disponibiliza:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores – Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP – Brasil);

2. Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

3. Gestão Tributária – Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

4. Gestão Tributária – Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional;

5. Gestão Tributária – Registro Mercantil Integrado – REGIN: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

Parágrafo Primeiro.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

Parágrafo Segundo.

A CONTRATADA disponibilizará, inicialmente, à CONTRATANTE, os seguintes serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN;

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1º de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$(.....) para os serviços previstos na Cláusula Primeira, Parágrafo Segundo, e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$;
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional - R\$;
5. Gestão Tributária - Registro Mercantil Integrado - REGIN - R\$;

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2016: R\$(.....)

Parágrafo Primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembléia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, será corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo Terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$/Km) e hora técnica (R\$).

Parágrafo Quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (.....).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ R\$(.....), em 12(doze) parcelas, no valor de R\$(.....) cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo Único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2018, nos termos da Lei Municipal n (Lei Orçamentária Anual).

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo Primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- a) Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- b) Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de exclusão, após prévia suspensão, do ente consorciado ao CIGA;
- c.1) A exclusão não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- c) Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- d) Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- e) Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- f) Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- g) A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo Segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões dos sistemas contratados pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo Terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e sua exclusão do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo Primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo Segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATANTE poderá ser excluída do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, mediante deliberação da Assembleia Geral do CIGA, precedida de processo administrativo em que seja reconhecida a justa causa para a exclusão e seja assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo Terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a rescisão unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo Primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo Segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo Terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo Quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo Único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se, à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo Primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo Segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo Terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo Quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Tunápolis – SC, dede 2017

.....
Prefeito de Tunápolis
CONTRATANTE

.....
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito, Sr., portador do RG nº e CPF nº, residente e domiciliado na, Município de constitui residente e domiciliado na, Município de Tunápolis-SC,, como seu representante no Contrato n.º, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Tunápolis SC,de de 201

.....
Prefeito de Tunápolis
CONTRATANTE

EDITAL DE CHAMAMENTO FORNECEDORES/2018.

Publicação Nº 1491663

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Tunápolis

EDITAL DE CHAMAMENTO FORNECEDORES

A Prefeitura Municipal de Tunápolis, torno público que, para o fornecimento de materiais, serviços e obras ao Município de Tunápolis, deverão os interessados proceder o seu registro cadastral de habilitação no Setor de Compras, da Secretária de Administração Finanças e Planejamento do Município, situado na rua João Castilho, nº111, centro, Tunápolis, mediante preenchimento da FICHA DE CADASTRO , e apresentação dos documentos abaixo relacionados:

1. Ato Constitutivo (Estatuto Social, Registro Comercial, Contrato Social Consolidado ou Contrato Social acompanhados das alterações);
2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
3. Inscrição Estadual;
4. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
5. Certidões negativas de TODOS OS TRIBUTOS de competência Municipal, Estadual, Federal e Dívida Ativa da União;
6. Certidão Negativa de Falência e Concordata expedida pelo Distribuidor da sede da empresa;
7. Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.
8. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, ou Declaração de Rendimentos – DRPJ/ Receita Federal, se MICROEMPRESA;
9. Comprovante de ter registro ou inscrição na Entidade Profissional PATRONAL: Conselho, Associação, Federação etc.
10. Certidão de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA (somente quando empresa de prestação de serviços de engenharia/obras)
11. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA, (no mínimo de 02 (dois) Órgãos Públicos e/ou Empresas Privadas, especificando detalhadamente material (ais) fornecido(s), serviço(s) prestado(s) ou obra(s) civil (is) executada(s);

OBSERVAÇÕES:

- Ø Todos os documentos citados, deverão estar dentro do prazo de validade. Caso o prazo de validade não venha especificado, considerar-se a 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de sua emissão.
- Ø Os documentos acima devem ser apresentados em cópia autenticada, com exceção das Certidões emitidas via internet.
- Ø Os documentos exigidos nos itens 10 e 11, acompanharão o prazo de validade do CRC (Certificado de Registro Cadastral)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

FICHA DE CADASTRO

() Cadastro de Fornecedores () Renovação de Cadastro

1. RAZÃO SOCIAL: _____
2. CNPJ/MF: _____
3. NOME FANTASIA: _____
4. ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
5. MUNICÍPIO: _____ UF: _____ CEP: _____
6. TELEFONE: _____ FAX: _____
7. EMAIL: _____
8. INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____
9. INSCRIÇÃO MUNICIPAL: _____
10. CAPITAL SOCIAL: _____ PAT. LIQUIDO: _____
11. NOME DO CONTATO OU REPRESENTANTE: _____
12. SÓCIOS : _____
- NOME: _____ CPF: _____
- NOME: _____ CPF: _____
13. RESUMO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS: _____

TUNÁPOLIS, _____ DE _____ DE _____.

CARIMBO E ASSINATURA

PORTARIA Nº 4703/2018

Publicação Nº 1491830

PORTARIA Nº. 4.703/2.018
Em 08 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, VALMIR ROSSA, no cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE HIDRAULICA, Portaria de Nomeação 3.411/2013 lotada na Secretaria Municipal De Transportes, Obras e Urbanismo, 5%(cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação, por ter apresentado certificado de conclusão de Ensino Médio (2ºGrau).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Janeiro de 2.018

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4704/2018

Publicação Nº 1491831

PORTARIA Nº.4.704/2018.
Em 08 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 27, inciso IV;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, PEDRO BAUMGRATZ, do cargo de ENGENHEIRO AGRONOMO, Portaria 1.055/2002 cargo este de provimento EFETIVO, com lotação na Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, desta Municipalidade.

Art. 2º A presente exoneração a pedido decorre em virtude de sua APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, pelo regime RGPS (Regime Geral da Previdência Social - INSS).

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 31 de Janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 08 de Janeiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4705/2018

Publicação Nº 1491832

PORTARIA Nº. 4.705/2018
Em 09 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 052/2017, Capítulo V, Seção IX, Artigo 72, parágrafo único;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE de 180 (cento e oitenta dias) para ANGÉLICA KESSLER, no cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM com Portaria de Nomeação 2.792/2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, neste município.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, com efeitos a partir de 12 de Janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 09 de Janeiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4706/2018

Publicação Nº 1491833

PORTARIA Nº. 4.706/2018.
Em 11 de Dezembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e respectivas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TERMINO DE CONTRATO, o (a) professor (a) ADRIANE TERESINHA DO NASCIMENTO, Portaria 4.640/2017 do

cargo temporário de professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Janeiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4707/2018

Publicação Nº 1491834

PORTARIA Nº. 4.707/2018

Em 11 de Janeiro de 2018

O Prefeito em Exercício do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR: Jackson Scherer, Leonardo Ives Massing Moreira, Pedro Baumgratz, Vanderlei Stoffel, e, Joséli Teresinha Becker Hoffmann, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS E RURAIS COM INTUITO DE EMISSÃO DA GUIA DO IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS, que terá por objetivo e finalidade específica a avaliação dos Imóveis urbanos e rurais do município, quando da transmissão por ato oneroso "inter vivos" de imóveis na zona urbana e rural do município, para efeitos de emissão da guia do ITBI, bem como avaliar a valoração proporcionada pela melhoria da infraestrutura nos imóveis do município (Contribuição de Melhoria).

Art. 2º - Compete a Comissão: recepcionar, encaminhar e valorar os imóveis urbanos e rurais do município, quando solicitados pelo contribuinte para efeitos de emitir a guia do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal, sendo estes serviços prestados sem ônus para os cofres públicos.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 4.256/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Janeiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4708/2018

Publicação Nº 1491835

PORTARIA Nº. 4.708/2018
Em 11 de Dezembro de 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - CESSAR EFEITOS, da Portaria 4.659/2017 que designou, JOSÉLI TERESINHA BECKER HOFMANN, que respondia pelo Setor de Tributos do Município, enquanto perdurou a licença de tratamento de saúde da servidora Lilian Maria Ritter Eidt, servidora esta efetiva no cargo de FISCAL DE TRIBUTOS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data, com efeitos retroativos a 02 de Janeiro de 2.018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 4.659/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Janeiro de 2018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4709/2018

Publicação Nº 1491836

PORTARIA Nº. 4.709/2.018

Em 11 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, LILIAN MARIA RITTER EIDT, no cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda, progressão no nível ATM 2 B-3 para o nível ATM 2 C-4.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Janeiro de 2.018.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4710/2018

Publicação Nº 1491837

PORTARIA Nº. 4.710/2018

Em 11 de Janeiro de 2018

O Prefeito em Exercício do Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica e especialmente a Lei Municipal nº. 1.201/2014, de 03/12/2014, alterada pela Lei Municipal n.º 1.219/2015 de 08/04/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar: Lilian Maria Ritter Eidt, Jackson Scherer, Bruno Lengert, Cleverson Inácio Kerkhoff, e, Pedro Baumgratz, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, para sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DE ANÁLISE DOS PEDIDOS DE CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL, que terá por objetivo e finalidade específica a análise e parecer dos pedidos de Carta de Habite-se Especial com ressalva e por decadência de prazo edificações comprovadamente construídas e habitadas anteriormente a vigência da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2.003.

Art. 2º - Compete a Comissão: recepcionar, analisar e emitir parecer sobre a concessão de pedidos de Carta de Habite-se Especial com ressalva e por decadência de prazo edificações comprovadamente construídas e habitadas anteriormente a vigência da Lei Municipal nº 609, de 15 de maio de 2.003 de imóveis urbanos e rurais do município, quando solicitados pelo contribuinte para efeitos de emissão de CARTA DE HABITE-SE ESPECIAL. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 4.619/2017.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 11 de Janeiro de 2.017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4711/2018

Publicação Nº 1491838

PORTARIA Nº. 4.711/2.018

Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, VIVIANE STEFFEN JUCHEM, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA G-7 para o nível PROFESSORA H-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4712/2018

Publicação Nº 1491839

PORTARIA Nº. 4.712/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, LINESSA POLIS KNORST, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA D-7 para o nível PROFESSORA E-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4713/2018

Publicação Nº 1491840

PORTARIA Nº. 4.713/2018
Em 15 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CARLISE POHREN, no cargo efetivo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA D-7 para o nível PROFESSORA E-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4714/2018

Publicação Nº 1492197

PORTARIA Nº. 4.714/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, INCO LÚCIO NYLAND, no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura,

Esportes e Turismo, transferindo do nível MAGI B-1 para o nível MAGI C-1.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4715/2018

Publicação Nº 1491842

PORTARIA Nº. 4.715/2018

Em 15 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, LEILA BOTH, no cargo de PROFESSORA DE INFORMÁTICA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, progressão vertical do nível D-7 para o nível E-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4716/2018

Publicação Nº 1492200

PORTARIA Nº. 4.716/2018

Em 15 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, ADEMIR HECK, no cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR C-7 para o nível PROFESSOR C-8.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretária M. de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4717/2018

Publicação Nº 1491844

PORTARIA Nº. 4.717/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CLAIR ELENA THEISEN FOLLMANN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR C-9 para o nível PROFESSOR D-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER
Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4718/2018

Publicação Nº 1491846

PORTARIA Nº. 4.718/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de Dezembro de 2013, artigo 5º, inciso VI, parágrafo único;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, FRANCIELE DETERS, no cargo efetivo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal Da Saúde e Bem Estar Social, 5%(cinco por cento) de gratificação de incentivo à qualificação, por ter apresentado certificado de conclusão de Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4719/2018

Publicação Nº 1491848

PORTARIA Nº. 4.719/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, JANETE THEISEN ETGES, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR D-9 para o nível PROFESSOR E-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretaria M. De Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4720/2018

Publicação Nº 1491849

PORTARIA Nº. 4.720/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, ROSELENE THEISEN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR F-9 para o nível PROFESSOR G-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4721/2018

Publicação Nº 1491850

PORTARIA Nº. 4.721/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, SEDI TREVIZAN, no cargo efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR E-9 para o nível PROFESSOR F-9.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4722/2018

Publicação Nº 1491851

PORTARIA Nº. 4.722/2.018

Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, NÁDIA INÊS MARCONATTO, no cargo efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSOR G-8 para o nível PROFESSOR H-8.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4723/2017

Publicação Nº 1492061

PORTARIA Nº. 4.723/2.018

Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CLARI WERHMANN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA E-10 para o nível PROFESSORA F-10.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4724/2018

Publicação Nº 1491854

PORTARIA Nº. 4.724/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CLEITON KIST, no cargo efetivo de PROFESSOR, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA A-8 para o nível PROFESSORA B-8.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4725/2018

Publicação Nº 1491855

PORTARIA Nº. 4.725/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, JULIANE JANSTCH, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA F-7 para o nível PROFESSORA G-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4726/2018

Publicação Nº 1491856

PORTARIA Nº. 4.726/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, SOLENI ROLOFF KUMM, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA F-7 para o nível PROFESSORA G-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4727/2018

Publicação Nº 1491857

PORTARIA Nº. 4.727/2.018

Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CLEDINES FÁTIMA VIVIAN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA E-7 para o nível PROFESSORA F-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4728/2018

Publicação Nº 1491859

PORTARIA Nº. 4.728/2.018

Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 E ATUALIZAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a CAMILA HAWRYSZKO ROSAR, no cargo efetivo de NUTRICIONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo transferindo do nível 11EDUCANUTRICIONISTA E-1 para o nível 11EDUCANUTRICIONISTA F-1.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4729/2018

Publicação Nº 1491860

PORTARIA Nº. 4.729/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 E ATUALIZAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a CARLISE INÊS GROTH LEZONIER, no cargo efetivo de PSICÓLOGA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo transferindo do nível 11EDUCAPSICOFONO E-1 para o nível 11EDUCAPSICOFONO F-1.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4730/2018

Publicação Nº 1491861

PORTARIA Nº. 4.730/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CRISTIANE KAPPAUN, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA G-7 para o nível PROFESSORA H-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4731/2018

Publicação Nº 1491864

PORTARIA Nº. 4.731/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, MARIZETE FRANCESCON, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA G-7 para o nível PROFESSORA H-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4732/2018

Publicação Nº 1491865

PORTARIA Nº. 4.732/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, DENISE ORSO SCHNEIDER, no cargo efetivo de PROFESSORA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível PROFESSORA E-7 para o nível PROFESSORA F-7.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4733/2018

Publicação Nº 1491867

PORTARIA Nº. 4.733/2.018
Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, CECI ANTÔNIA PETRY STRIEDER, no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível MAGI E-4 para o nível MAGI F-4.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4734/2018

Publicação Nº 1491868

PORTARIA Nº. 4.734/2.018

Em 15 de Janeiro de 2.018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº. 027/2011 de 01 de Dezembro de 2011 e atualizações;

RESOLVE:

Art. 1º. ENQUADRAR, FRANCIELE DE LURDES SARZI, no cargo efetivo de AUXILIAR DE ENSINO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, transferindo do nível MAGI E-4 para o nível MAGI F-4.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2.018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

PORTARIA Nº 4735/2018

Publicação Nº 1492238

PORTARIA Nº. 4.735/2018

Em 15 de Janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base Na Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº. 027/2011 e alterações, bem como o Edital de Processo Seletivo SMECETT nº 11/2016;

1) Considerando que a Administração Municipal realizou seleção para contratação em Caráter Temporário (ACT) para o Magistério Público Municipal, para o ano de 2.017, conforme Edital 011/2016 SMECETT - para vagas cujo preenchimento é de caráter temporário;

2) Considerando que o ano letivo não poderá sofrer paralisação das aulas, em razão do comprometimento, não só do calendário escolar, mas também das pessoas envolvidas;

3) Considerando o relevante interesse público municipal na questão, bem como, o tratamento diferenciado e impositivo dado pela Carta Magna na área da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER PRORROGAÇÃO ENQUANTO PERDURAR A GESTAÇÃO e LICENÇA MATERNIDADE, DE MICHELI BEDIN, com cargo de AUXILIAR DE ENSINO, contratada em caráter temporário, prorrogando os efeitos da Portaria 4.355/2017, lotada na Secretaria Municipal de Educação, neste município, com carga horária de 40 (QUARENTA) horas aula.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeitos retroativos a 21 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 15 de Janeiro de 2018.

AQUILES BAMBERG

Prefeito Municipal em Exercício

NELCINA MARIA DECKER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2018 TOMADA DE PREÇO COMPRAS SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 02/2018

Publicação Nº 1492365

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2018
Tomada de Preço Compras Serviços de Engenharia nº 02/2018

O Município de Tunápolis, torna público para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Tomada de Preço tem por objeto a contratação de empresa para execução em regime de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos) para instalação de um sistema de esgotamento sanitário do centro Educacional Helga Follmann.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até as 8:30 horas, do dia 02/02/2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

TUNÁPOLIS, SC., 16/01/2018
Aquiles Bamberg
Prefeito Municipal em Exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

Publicação Nº 1491810

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: A presente dispensa tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

JUSTIFICATIVA:

A presente Dispensa de Licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD) ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05, tendo em vista que a empresa que está sendo contratada é o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD), empresa privada sem fins lucrativos e formada através de consórcio, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação para o exercício financeiro de 2018.

Tunápolis – SC., 14 dezembro de 2017.

Pedro Baumgratz
Secretario Municipal da Agricultura.
Responsável pela forma da contratação e justificativa

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A presente dispensa de licitação tem sua artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93 consolidada que preceitua o seguinte: "na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação." (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)."

Tunápolis – SC., 14 dezembro de 2017.

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: A presente dispensa tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

FORNECEDOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD)

ENDEREÇO: Estabelecida na Rua Almirante Tamandaré, nº 221, na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE, Santa Catarina, CNPJ nº 07.242.972/0001-31.

DO VALOR CONTRATADO será de R\$ 28.157,04(vinte oito mil cento e cinquenta sete reais e quatro centavos), com o seguinte desdobramento:

Rubrica 3.1.71.70.01	Rubrica 3.3.71.70.01	Rubrica 3.3.71.70.01	Total Geral
20.350,00	4.413,12	3.393,92	28.157,04

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A empresa fornecedora escolhida foi o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD), por ser empresa privada sem fins lucrativos e formada através de consórcio, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação, conforme abaixo discriminado:

CONTRATAÇÃO PARA O ANO DE 2017 DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO A SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL (CONSAD) PARA FAZER A SUPERVISÃO DO SISTEMA DE INSPEÇÃO MUNICIPAL, ATENDENDO AS DISPOSIÇÕES DA LEI FEDERAL Nº 11.107/05.

PERÍODO: 01 de janeiro de 2018 até 31 dezembro de 2018, e poderá ser prorrogado na forma do artigo 57 II, da Lei 8.666/93.

Tunápolis – SC., 14 de dezembro de 2017.

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: A presente dispensa tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

ENCAMINHAMENTO

Sr. Prefeito

Encaminhamos à Vossa Excelência para ratificação, o Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa de Licitação de nº 14/2017 para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis – SC., 14 de dezembro de 2017.

Comissão Permanente de Licitações

Nelcina Maria Decker Jackson Scherer Sheila Inês Bieger
Presidente da Comissão de Licitação Membro Membro

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

OBJETO: A presente dispensa tem por objeto o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade da contratação dos serviços mencionados, ratifico a Dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Tunápolis – SC., 14 de dezembro de 2017.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 251/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2017

MINUTA CONTRATO DE RATEIO

De um lado o CONSÓRCIO INTERESTADUALEINTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS – SANTA CATARINA PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL - DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 221, na cidade de SÃO MIGUEL DO OESTE, Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Senhor, residente domiciliado, Município de, portador do CPF sob nº, e de outro lado o Município de Tunápolis com sede na Rua João Castilho nº111 CNPJ nº 78.486.198.0001-52 integrante do Consórcio, representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. portador do RG nº e CPF nº, residente e domiciliado na, neste Município resolvem firmar o presente Contrato de Rateio com o objetivo de repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA para o exercício financeiro de 2017. Este contrato terá como base legal a artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Federal nº 11.107/2005 que dispõe sobre normas gerais de contratação de Consórcio Públicos, Lei Municipal de ratificação do Consórcio Público e Contrato de Programa, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente Contrato de Rateio é o repasse do custeio administrativo mensal para manutenção do Consórcio, bem como as despesas administrativas correspondentes à prestação de serviços de estruturação do Serviço de Inspeção Municipal, padronização, preparação e acompanhamento de estabelecimentos indicados para o SISBI/SUASA/POA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

Os serviços previstos na cláusula anterior serão prestados pelo CONTRATADO "in loco" ou na sede do Consad, conforme necessidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

O presente contrato terá vigência a partir do dia 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Pelo correto e perfeito desempenho dos serviços ora contratados, o MUNICÍPIO pagará ao CONSÓRCIO o valor total de R\$(.....), com o seguinte desdobramento:

CLÁUSULA QUINTA – DA VERIFICAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Quanto à verificação, os serviços considerar-se-ão perfeitamente executados mediante acompanhamento da Secretaria Municipal de Agricultura do Município.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O valor contratual previsto será pago em 12 (doze) parcelas mensalmente no valor de R\$, até o trigésimo dia de cada mês em que os serviços forem prestados, mediante pagamento de boleto bancário emitido pelo Consórcio, implicando na imediata suspensão dos serviços em caso de inadimplência por parte do MUNICÍPIO.

§ 1º As despesas decorrentes do presente contrato serão pagas mediante a utilização dos respectivos recursos constantes na Lei Orçamentária do Município, dotações: 98 e 99 do ano de 2018.

§ 2º Poderá ser excluído do consórcio público, o ente consorciado que não consignar em sua Lei Orçamentária ou créditos adicionais as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de Contrato de Rateio, sendo que a exclusão não exime do pagamento do tempo em que permaneceu inadimplente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

São obrigações do CONSÓRCIO:

- a) Acompanhar e controlar a qualidade técnica durante toda prestação dos serviços;
- b) Colocar à disposição do MUNICÍPIO os serviços contratados;
- c) Orientar as Secretarias Municipais de Administração e Secretarias da Agricultura em relação aos procedimentos adotados;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

- a) Efetuar mensalmente o repasse dos recursos financeiros, nos valores e condições firmadas;
- b) Acompanhar os serviços oferecidos pelo CONSÓRCIO;
- c) Definir conjuntamente com o CONSÓRCIO a necessidade de novos serviços.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas deste contrato será regrada conforme Comunicação feita pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina e será procedida da seguinte forma:

- 1) A prestação de contas do consórcio deve ser regrada pelo contrato de rateio. Portanto devem constar no contrato, firmado entre o consórcio e os consorciados, os procedimentos a serem observados na prestação de contas;
- 2) A prestação de contas deve conter as informações necessárias à elaboração dos demonstrativos fiscais elencados do art. 11 da Portaria STN Nº 72/2012 (gastos com pessoal, saúde e educação);
- 3) Os entes consorciados, bem como os órgãos de controle, devem ter acesso aos comprovantes de liquidação das despesas, ou seja, da realização dos serviços ou entrega dos materiais, conforme regras expressas no contrato de rateio. Tais comprovações não necessariamente precisam constar na prestação de contas.
- 4) Para a prestação de contas será emitido relatórios contábeis bimestralmente do ente consorciado e enviado, por meio eletrônico em papel, para acompanhamento dos entes, quando houver dúvidas caberá ao ente solicitar por escrito explicações sobre qualquer situação realizada pelo consórcio, sendo que toda a documentação estará disponível para qualquer momento o ente fazer a conferência pessoalmente no Consórcio.
- 5) O Consórcio fará segmento como prestação de contas geral o cumprimento da instrução Normativa 20/2015 do tribunal de contas, com envio bimestral do e-Sfinge.
- 6) Todos os dados do consórcio, estarão disponíveis no portal de transparência no sítio eletrônico do consórcio.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DOS VALORES E RESCISÃO CONTRATUAL

Este contrato está sujeito a alteração dos valores por meio de termo aditivo quando o Município apresentar mais demanda de prestação de serviço.

A rescisão de contrato, ou alteração de cláusulas, que venham a diminuir valores do contrato durante o ano corrente, somente poderá ocorrer quando:

- For realizado pedido formal por escrito do Prefeito do ente consorciado justificando sua solicitação, e este pedido passar pela avaliação e aprovação por reunião da diretoria do consórcio.
- Caso não seja aprovado pela diretoria, o mesmo não poderá ser rescindido, ficando o ente com obrigação do pagamento ou acumulação de dívida até que quite os valores pendentes.
- A diretoria terá o poder de não acatar alterações de valores, quando ficar comprovado que a diminuição ou rescisão total impactar no fechamento de contas anual, podendo assim ocorrer um déficit orçamentário, pois considera-se que todo o orçamento e contratações, do consórcio foram feitos baseados em valores contratados, e que o não repasse dos mesmo causarão inconformidades orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga -SC, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

E por estarem de acordo com as condições estabelecidas, assinam o presente contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas.

Tunápolis,SC, de de 201..

PREFEITO MUNICIPAL PRESIDENTE DO CONSAD

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.694, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491723

Decreto nº 3.694, de 15 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação dos membros da Junta Administrativa de Recursos de Infrações -JARI e dá outras providências.

FABIO AGOSTINETO, Prefeito Municipal em exercício de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI:

I - SUELEN DAL SANTO TESSARO – Presidente Titular.
EDINHO FAVERO – Suplente.

II – DANIELA PAULA FOLETTO - Membro Titular.
JOSEI EDER CORBARI – Suplente.

III – FERNANDA SIMONATTO – Membro Titular.
PEDRO TRENTIN – Suplente.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

União do Oeste, 15 de janeiro de 2017.

FABIO AGOSTINETO
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra no Diário Oficial de Municípios – DOM, nos termos da Lei Municipal n. 1.010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.695, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492728

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.695, De 16 de janeiro de 2018.
Decreta Ponto Facultativo Municipal e dá outras providências.

FABIO ANTONIO AGOSTINETTO, Prefeito Municipal em exercício de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 73., Inciso IV da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que dia 13 de fevereiro de 2018 é comemorado o carnaval;

DECRETA:

Art.1º Fica decretado Ponto Facultativo Municipal nos dias 12, 13 e 14 até as 11:30 horas do mês de fevereiro de 2018.

§ 1º. Para os efeitos de que trata o Artigo Anterior, não haverá expediente na Prefeitura Municipal de União do Oeste, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 13 de fevereiro de 2017.
FABIO ANTONIO AGOSTINETTO
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.696, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1492729

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.696, De 16 de janeiro de 2018.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

FABIO ANTONIO AGOSTINETTO, Prefeito Municipal em Exercício de União do Oeste - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e, atendendo o disposto na Lei Municipal 348/97 de 05 de novembro de 1997 e Lei 926, de 17 de novembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente do Município de União do Oeste/SC, os seguintes membros:

Órgãos e Entidades	Representantes
Prefeitura Municipal de União do Oeste	Paulo Gonsalves Soares
EPAGRI	Aleisson Lüdtkke
Cooperativa Regional Alfa Ltda	Rogério Zanatta
COOPERAFLE	Dorvavino Daniel
Sindicato da Agricultura Familiar	Néri Antonio Pianesola
Associação Comercial e Industrial de União do Oeste	João Carlos Tessaro
Grupos de Cooperação Agrícola	Gregório Gubert
CIDASC	Luciane Aparecida Vide
Pastoral da Juventude	Leonir Roman
Linha Sede	César Tessaro
Linha Alto São Luiz	Valmir Pegorini
Linha Parafuzinho	Ademar Vicari
Linha Barra da Europa	Vander Krindges
Linha Cabeceira da Barra da Europa	José Waskiewicz
Linha Alto Santa Terezinha	Amado Sergílio de Carvalho
Linha Santa Terezinha	Dirlei Pereira de Souza
Linha Santo Antonio do Meio	Jandir Matiello
Linha Bonita	Alcides Roman
Linha Adolfo Konder	Neri Brustolin
Associação de Produtores	Leonir Roman
Movimento das Mulheres Agricultoras	Carmen Munarini

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal N.º 874, de 09 de dezembro de 2011.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste - SC, em 16 de Janeiro de 2018.

FABIO ANTONIO AGOSTINETTO

Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado em data supra e Publicado conforme Lei Municipal Nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

EDITAL 004/2018

Publicação Nº 1492199

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público o Edital de pregão presencial, destinado à contratação de empresa ou instituição especializada para oferecer cursos de formação continuada para professores e gestores escolares da rede municipal de ensino, conforme especificações do anexo I do edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 30/01/2018 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 30/01/2018 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 010/2018

Publicação Nº 1491936

PORTARIA Nº 010/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Sandra Rosa de Souza, do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeada através da Portaria nº 662/2017, de 20/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 12 de Janeiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

ATO Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491695

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, no uso de suas atribuições, e em conformidade ao que determina o art. 15, inciso II, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V, VIII e XXIII, do Regimento Interno, promulga o seguinte:

ATO Nº 02, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

EXONERA LUIDJ PIOVESAN DAMIANI DO CARGO DE PROVIMENTO COMISSONADO DE ASSESSOR JURÍDICO DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Exonera LUIDJ PIOVESAN DAMIANI, portador do RG nº 3.561.443, inscrito no CPF sob o nº 016.934.009-01, do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR JURÍDICO (Símbolo PC-01) do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga, a partir desta data.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 15 de janeiro de 2018.
Vereador Odivaldo Bonetti
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br em 15 de janeiro de 2018.

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

ATO Nº 03, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491709

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, no uso de suas atribuições e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V e VIII, do Regimento Interno; e art. 102, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016, promulga o seguinte:

ATO Nº 03, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA GISLAINE DOMINGA DAMIN ARIATI, OFICIAL LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço à Servidora GISLAINE DOMINGA DAMIN ARIATI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Legislativo (PE-03), no percentual de 1,5% (um e meio por cento), referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 15 de janeiro de 2018.
Vereador Odivaldo Bonetti
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br em 15 de janeiro de 2018.

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

ATO Nº 04, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491718

O Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Vereador Odivaldo Bonetti, no uso de suas atribuições e em conformidade ao que determina o inciso II, do art. 15, da Lei Orgânica do Município; c/c art. 38, incisos II, V e VIII, do Regimento Interno; e art. 102, da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016, promulga o seguinte:

ATO Nº 04, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À SERVIDORA CRISTIANE BARICHELO CARARA, AGENTE DE PORTARIA E COMUNICAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA.

Art. 1º Fica concedido adicional por tempo de serviço à Servidora CRISTIANE BARICHELO CARARA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Portaria e Comunicação (PE-05), no percentual de 1,5% (um e meio por cento), referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 17 de janeiro de 2018.

Vereador Odivaldo Bonetti
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vereador Marcos Roberto Silveira
Segundo Secretário

Registrado e publicado o presente Ato no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraaurussanga.sc.gov.br em 17 de janeiro de 2018.

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vargem

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Publicação Nº 1492293

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE VARGEM

Processo Licitatório nº 03/2018 - Edital de Pregão Presencial nº 03/2018

Objeto: Contratação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 17h00min do dia 30/01/2018, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 13h00min às 19h00min.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Milena Andersen Lopes Becher - Prefeita Municipal.

Vidal Ramos

PREFEITURA

EDITAL 01

Publicação Nº 1492404

PELO PRESENTE EDITAL, FICA O CONTRIBUINTE SUPRACITADO DEVIDAMENTE CIENTIFICADO, NOS TERMOS DO ARTIGO 37, PARÁGRAFO ÚNICO, II, DO CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 003, DE 15/12/1992), DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA, CONFORME RESPECTIVA CERTIDÃO.

FICA TAMBÉM CIENTIFICADO O CONTRIBUINTE DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 94, §1º DO CÓDIGO TRIBUTARIO MUNICIPAL (LEI COMPLEMENTAR 003, DE 15/12/1992), A SABER, 30 (TRINTA) DIAS PARA PAGAMENTO AMIGÁVEL ANTES DE DEFLAGRADO O PROCESSO DE COBRANÇA JUDICIAL, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CNPJ
219/2017	06/12/2017	SONA CONSTRUTORA Ltda.	18.205.110/0001-55
220/2017	06/12/2017	SONA CONSTRUTORA Ltda.	18.205.110/0001-55
221/2017	06/12/2017	SONA CONSTRUTORA Ltda.	18.205.110/0001-55

Vidal Ramos, 27 de Dezembro de 2017.

VILSON DOS ANJOS
Gerente Técnico – Matrícula 507822

EDUARDO THECHRIN
Coordenador Geral da Administração

Videira

PREFEITURA

EXTRATO CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017 - PMV

Publicação Nº 1491880

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

ENCERRAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017-PMV, a qual tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ATUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE E SAÚDE OCUPACIONAL DOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA, foi encerrada sem vencedores, em razão da incompatibilidade dos valores finais apresentados pelas proponentes, ou seja, por estarem acima da média de preços previamente pesquisados. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9026.

Videira, 16 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0042/18

Publicação Nº 1491766

PORTARIA nº 0042/18

Prorroga Prazo da Comissão de Sindicância para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 9673/2017, nomeada pela Portaria nº 1048/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Parágrafo Único do art. 272, da Lei Complementar nº 129/12;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 08 de janeiro de 2018, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 9673/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 08 de janeiro de 2018.

Videira, 12 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI

Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 12 de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0067/18

Publicação Nº 1491742

PORTARIA nº 0067/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias da servidora LINDAMAR TEREZINHA MATANA LAUBE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo

de 6 de março de 2017 até 5 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0068/18

Publicação Nº 1491745

PORTARIA nº 0068/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias da servidora NAIR PERETTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2016 até 31 de março de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0069/18

Publicação Nº 1491746

PORTARIA nº 0069/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias da servidora MARI CLARA KNEBEL DE SIQUEIRA LYRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 1º de abril de 2016 até 25 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0070/18

Publicação Nº 1491747

PORTARIA nº 0070/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias da servidora NEIDE REGINA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 1º de maio de 2017 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0071/18

Publicação Nº 1491748

PORTARIA nº 0071/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias da servidora REJANE LUCIA GHEDINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 23 de novembro de 2016 até 22 de novembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0072/18

Publicação Nº 1491749

PORTARIA nº 0072/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias da servidora MARIA APARECIDA SOLIGO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, referente ao período aquisitivo de 1º de setembro de 2017 até 31 de agosto de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0073/18

Publicação Nº 1491750

PORTARIA nº 0073/18

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta na Comunicação Interna nº 02079, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 22 de janeiro de 2018 até 31 de janeiro de 2018, o gozo de férias do servidor DIRCEU DUTRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2016 até 21 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 22 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0074/18

Publicação Nº 1491752

PORTARIA nº 0074/18
Revoga a Portaria nº 0180/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0180/17, que designa SERGIO BRAZ YURKEVICZ, Auxiliar Operacional, para exercer a Função Gratificada de Assessor de Borracharia, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Infraestrutura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0075/18

Publicação Nº 1491753

PORTARIA nº 0075/18

Revoga a Portaria nº 0955/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0955/17, que designa EDVANS PASQUAL, Fiscal de Tributos Municipais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0076/18

Publicação Nº 1491755

PORTARIA nº 0076/18

Revoga a Portaria nº 0582/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0582/17, que designa GRACEMARY MEDEIROS, Chefe de Tributação, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 29 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0077/18

Publicação Nº 1491757

PORTARIA nº 0077/18
Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 34227/2017,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, pela OTIMIZA Cursos, no dia 31 de março de 2018, a partir das 19h30min, para a realização da cerimônia de encerramento do curso de Assistente Administrativo.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando a OTIMIZA Cursos, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice-Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0078/18

Publicação Nº 1491758

PORTARIA nº 0078/18

Designa Wolmar Erdmann para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar WOLMAR ERDMANN, Agente de Fiscalização de Nível Superior, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0079/18

Publicação Nº 1491760

PORTARIA nº 0079/18

Designa Carlise Pierdona para exercer Função Gratificada que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Designar CARLISE PIERDONA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Chefe de Tributação, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0080/18

Publicação Nº 1491762

PORTARIA nº 0080/18

Prorroga Prazo da Comissão de Processo Disciplinar para Apurar os Fatos Referidos no Processo Administrativo nº 9075/2017, nomeada pela Portaria nº 0744/17.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, bem como no Parágrafo Único do art. 279, da Lei Complementar nº 129/12;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 90 (noventa) dias, a partir de 10 de janeiro de 2018, o prazo de conclusão do Processo Administrativo nº 9075/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de janeiro de 2018.

Videira, 15 de janeiro de 2018.

CLAUDETE NARDI VAVASSORI
Vice Prefeita na Chefia do Executivo Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N. 001/2017

Publicação Nº 1492602

PORTARIA Nº 004/2018

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO INSTITUÍDO PELO EDITAL Nº 001/2017.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Homologar o resultado final do Concurso Público atendendo os dispositivos e normas estabelecidas no edital 001/2017 para os cargos abaixo relacionados, em ordem de classificação:

Jornalista										
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	759563	17/10/1994	Tamires Matte	22	4,40	17	3,40	39	7,80	Aprovado
2	762762	31/01/1979	Luis Fernando Ritzel De Oliveira	19	3,80	15	3,00	34	6,80	Aprovado
3	774494	23/09/1991	Caroline Carboni	16	3,20	17	3,40	33	6,60	Aprovado
4	747507	03/10/1996	Bianca Demori	16	3,20	17	3,40	33	6,60	Aprovado
5	748896	18/02/1993	Debora Cristina Baldissera	15	3,00	17	3,40	32	6,40	Aprovado
6	744641	21/06/1987	Josiane Zago	17	3,40	15	3,00	32	6,40	Aprovado
7	774401	23/11/1983	Leticia Zimmermann	15	3,00	15	3,00	30	6,00	Aprovado
8	746687	10/03/1967	Jose Valde-nir Bulin	16	3,20	12	2,40	28	5,60	Aprovado
9	774672	16/10/1985	Giovana Crotti	12	2,40	15	3,00	27	5,40	Aprovado
10	767164	07/06/1996	Endrio Ribeiro Da Silva Francescon	10	2,00	16	3,20	26	5,20	Aprovado
11	756995	12/02/1992	Catiane Cristina Boeira Pereira	13	2,60	13	2,60	26	5,20	Aprovado
Pedagogo										

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDA-TO	Conhecimentos Básicos		Conhecimentos Específicos		Total Acertos	Nota Final	Situação
				Acertos	Nota	Acertos	Nota			
1	751319	07/05/1994	Francielle Possera	17	3,40	17	3,40	34	6,80	Aprovado
2	774047	17/04/1965	Eliane Ribeiro	19	3,80	15	3,00	34	6,80	Aprovado
3	774814	14/03/1997	Suelen Fernanda Cendron Eleuterio	17	3,40	16	3,20	33	6,60	Aprovado
4	746434	24/12/1980	Marcelo Perin	16	3,20	15	3,00	31	6,20	Aprovado
5	773318	21/10/1981	Jociane De Fatima De Moraes Cachoeira	13	2,60	17	3,40	30	6,00	Aprovado
6	771272	20/05/1985	Simone Cristina Dos Santos Lopes	13	2,60	17	3,40	30	6,00	Aprovado
7	765155	04/11/1994	Alice Both	14	2,80	16	3,20	30	6,00	Aprovado
8	778873	04/07/1964	Adilso Benelli	10	2,00	19	3,80	29	5,80	Aprovado
9	778616	21/12/1983	Sonia Ozorio	13	2,60	16	3,20	29	5,80	Aprovado
10	772255	12/06/1992	Jaine Patricio	13	2,60	16	3,20	29	5,80	Aprovado
11	748929	08/04/1994	Andressa Guzzi	16	3,20	13	2,60	29	5,80	Aprovado
12	776924	07/07/1992	Juliana Maria Dias	12	2,40	16	3,20	28	5,60	Aprovado
13	776938	25/11/1988	Carolina Borges De Oliveira	15	3,00	13	2,60	28	5,60	Aprovado
14	769072	26/12/1981	Cristiane Denardi Alves Da Silva	16	3,20	12	2,40	28	5,60	Aprovado
15	753839	30/10/1994	Gleice Dos Santos Lima	16	3,20	12	2,40	28	5,60	Aprovado
16	764231	19/06/1994	Caroline Dall Pizzol	11	2,20	16	3,20	27	5,40	Aprovado
17	763780	16/03/1993	Thais Helene Galdino Bisol	12	2,40	15	3,00	27	5,40	Aprovado
18	776287	20/03/1967	Angela Maria Demori	13	2,60	14	2,80	27	5,40	Aprovado
19	766444	30/01/1994	Ana Paula Candiago	13	2,60	14	2,80	27	5,40	Aprovado
20	761534	12/07/1988	Ester Alves Duarte Hobold	14	2,80	13	2,60	27	5,40	Aprovado
21	757541	07/06/1982	Marcia Veloso De Linhares	11	2,20	15	3,00	26	5,20	Aprovado
22	762448	07/08/1989	Daniele Dos Santos De Oliveira	11	2,20	15	3,00	26	5,20	Aprovado
23	765028	16/10/1989	Alessandra Bariviera Buyno Genero	11	2,20	15	3,00	26	5,20	Aprovado
24	767875	26/09/1976	Vania Nezi	12	2,40	14	2,80	26	5,20	Aprovado

25	778156	17/02/1975	Daniele Galli Bressan	13	2,60	13	2,60	26	5,20	Aprovado
26	776392	22/01/1996	Fernanda Lacerda Bello	11	2,20	14	2,80	25	5,00	Aprovado
27	757617	26/01/1980	Janice Lira	12	2,40	13	2,60	25	5,00	Aprovado
28	772519	08/12/1984	Sirlei Cristina Zago	12	2,40	13	2,60	25	5,00	Aprovado

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 2018.

EDINEI ANTONIO MENEGON NÉDIO MARTINS
Presidente Vice - Presidente

ALBERTINA DE BARROS RAFAEL PRIGOL
1ª Secretária 2º Secretário

PORTARIA Nº 005/2018 - CMV

Publicação Nº 1492275

PORTARIA Nº 005/2018
Concede Férias a PAMELLA BELTRAME.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias à Servidora Pamella Beltrame, Portaria de Nomeação nº 002/2017, Cargo de Provisão em Comissão de Diretora Administrativa, nível alfabético numérico CC-3, código 032, referente ao período aquisitivo 01/01/2017 a 31/12/2017, a partir do dia 22 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei nº 2.070/08.

Videira (SC), 16 de Janeiro de 2018.

EDINEI ANTONIO MENEGON NÉDIO MARTINS
Presidente Vice - Presidente

ALBERTINA DE BARROS RAFAEL PRIGOL
1ª Secretária 2º Secretário

Vitor Meireles

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2017

Publicação Nº 1492423

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES – SC PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2017

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, **TORNA PÚBLICO**:

O presente Edital de Homologação do Resultado Final no Processo Seletivo objeto do Edital nº 03/2017, conforme Anexo Único, parte integrante deste Edital.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles, 16 de janeiro de 2018.

BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2017

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR ARTES / HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	763764	15/06/1973	Rozane Da Silva	0,40	0,80	1,20	2,40	4,80	8,00	8,00	5,76

PROFESSOR ARTES / NÃO HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	739945	04/10/1995	Bruna Cristiny Da Silva	0,80	0,80	1,60	2,40	5,60	2,90	2,00	4,70
2	768603	29/09/1988	Tatiana Penz Feliciano	0,40	1,20	0,80	1,60	4,00	1,35	1,00	3,17

PROFESSOR EDUCAÇÃO ARTES / AUSENTES

INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO
745757	05/08/1998	Taila De Gracia Borges

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	744774	28/11/1990	Wagner De Brito	2,00	2,00	1,60	2,00	7,60	9,36	3,00	7,49
2	763765	15/06/1973	Rozane Da Silva	0,40	0,80	1,20	2,40	4,80	8,00	8,00	5,76
3	738559	07/07/1990	Amanda Bogo	0,40	1,20	0,80	2,40	4,80	7,70	5,00	5,40
4	744572	22/09/1995	Cristina Rengel	0,80	1,20	1,20	2,40	5,60	6,00	2,00	5,32
5	772224	31/05/1987	Jocimara Jeremias	0,80	1,20	0,40	1,20	3,60	6,00	5,00	4,22

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2017

PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA / NÃO HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	737621	20/11/1990	Fernando Kissner	0,40	1,20	0,40	2,80	4,80	2,48	0,00	3,86
2	769538	31/12/1995	Larissa Soethe	0,40	0,80	0,80	1,20	3,20	2,20	2,00	2,88
3	753195	23/07/1998	Danubia Denise Darolt	0,40	0,80	1,20	1,60	4,00	0,20	0,00	2,84

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS / HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	763793	12/12/1978	Noeli Sepka	0,80	1,60	0,80	4,00	7,20	10,00	10,00	8,04
2	770683	15/03/1979	Marina De Oliveira	0,80	1,20	2,00	3,20	7,20	10,00	10,00	8,04
3	769069	01/12/1982	Matcon Marcelo Fossa	0,40	2,00	1,60	3,60	7,60	8,52	9,00	7,92
4	738828	14/05/1988	Patricia Hobold Zalasko	0,80	1,60	1,20	3,20	6,80	10,00	9,00	7,66
5	742655	07/02/1965	Zenita Ignaczuk	0,80	1,20	1,20	3,20	6,40	10,00	10,00	7,48
6	758735	31/03/1988	Gracieli Mondini	0,80	1,60	2,00	3,60	8,00	6,00	6,00	7,40
7	758678	17/10/1986	Cirlei Fausto	0,80	0,80	1,20	3,60	6,40	10,00	7,00	7,18
8	744896	27/10/1975	Luciane Meire Dalpra Da Silva	0,80	0,80	1,60	3,20	6,40	10,00	4,00	6,88
9	734673	14/02/1992	Patricia Tillmann	0,80	1,20	1,20	2,80	6,00	10,00	6,00	6,80
10	745645	24/11/1989	Elaine Beninca	1,20	0,80	1,20	3,60	6,80	8,00	4,00	6,76
11	763950	27/03/1973	Vera Lucia Tibes De Mello	1,20	1,20	0,40	3,60	6,40	6,00	10,00	6,68
12	742115	27/06/1969	Rosilena Medeiros Da Silva Fausto	0,40	1,20	1,20	2,80	5,60	10,00	6,00	6,52
13	764286	06/10/1965	Eduardo Decarli	0,40	0,80	1,20	3,20	5,60	8,00	7,00	6,22
14	772001	03/02/1990	Juliete Machado	0,40	1,20	0,40	3,20	5,20	10,00	5,00	6,14
15	739934	06/11/1985	Deny Elen Dos Santos	0,40	1,60	1,60	3,20	6,80	6,00	1,00	6,06
16	771603	10/02/1995	Cristiane Brehmer	1,20	1,20	0,80	2,80	6,00	6,00	4,00	5,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2017

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
17	751941	23/03/1987	Jucelia De Almeida	1,20	0,00	0,40	3,20	4,80	6,00	3,00	4,86
18	756349	29/09/1995	Priscila Wendt	0,00	0,80	0,40	3,20	4,40	4,00	0,00	3,88

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS / NÃO HABILITADO

POSICÃO	INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE	PT	TS	NF
1	753340	24/07/1989	Janaina Priscila Darolf Francisco	0,80	1,60	2,00	4,00	8,40	2,20	2,00	6,52
2	739085	08/06/1998	Danieli Sindair Decarli	1,20	1,20	1,60	3,20	7,20	2,98	1,00	5,74
3	767859	10/01/1998	Caroline Keunecke	0,40	1,20	2,00	3,20	6,80	1,00	0,00	4,96
4	769553	10/09/1995	Cassiane Ignaczuk	0,40	1,20	1,20	3,20	6,00	2,20	1,00	4,74
5	768604	29/09/1988	Tatiana Penz Feliciano	0,40	1,20	0,80	3,60	6,00	1,35	1,00	4,57
6	734170	05/11/1997	Giovana Aparecida Laurindo	0,80	0,40	0,80	3,60	5,60	2,80	0,00	4,48
7	746703	01/07/1993	Josiana Rucinski	0,80	0,80	0,40	3,20	5,20	3,40	0,00	4,32
8	761947	06/08/1987	Aline Maria Vendrami	0,40	1,20	0,40	3,60	5,60	1,74	0,00	4,27
9	734690	28/04/1997	Tais Meneghelli	0,40	0,80	1,60	2,80	5,60	1,00	0,00	4,12
10	743437	13/01/1992	Janaina Chiodini	0,40	0,80	0,00	3,60	4,80	0,53	0,00	3,47
11	741368	16/05/1998	Paloma Aparecida Bertotti	0,40	0,80	0,40	2,80	4,40	0,80	0,00	3,24

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS / SEM HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA PELO EDITAL

INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO	LP	CG	MAT	ESP	PE
768455	22/01/1989	Vacia Bela Camlem	0,80	0,80	0,80	1,60	4,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES – SC
PROCESSO SELETIVO – EDITAL 03/2017

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS / AUSENTES

INSCRIÇÃO	DATA DE NASC	CANDIDATO
742567	26/09/1991	Maristela Tose

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota correspondente às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota correspondente às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*TS = Nota do Tempo de Serviço;

*NF = Nota Final;

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2018

Publicação Nº 1491959

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0007/2008 - Inexigibilidade de Licitação nº 0001/2018

O Município de Xanxerê/SC, através do Fundo Municipal de Saúde de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício Sr. Enioivan Marques, justifica a Inexigibilidade de Licitação para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de Consultas Médicas em Cardiologia e Pediatria e Serviços de Médicos Plantonistas na Unidade de Pronto Atendimento, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 25, caput. O Edital encontra-se aberto para os interessados em buscar o credenciamento e está disponível no site www.xanxere.sc.gov.br. Informações complementares através do telefone (49) 3441-8542. Xanxerê-SC, 16 de janeiro de 2018. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA Nº RH-EM 013/2018

Publicação Nº 1491941

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-EM 013/2018

EXONERAR SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - INSS.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 15.01.2018, a Servidora Pública Municipal a Sra. ROSMERI DAMBROS MACEDO MARCAL, brasileira, viúva, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.529.985 e CPF n.º 304.009.029-15, nomeada conforme Decreto nº AM 123/07, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Aposentadoria por Invalidez - INSS, conforme benefício nº 621.264.564-0 Espécie 32.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrario, principalmente o Decreto nº AM 123/07.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 15 de Janeiro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal Em Exercício

PORTARIA Nº RH-EM 014/2018

Publicação Nº 1491942

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-EM 014/2018
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina, em Exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Lei HW 1.776/91 Art. 78.

RESOLVE

CONCEDE férias no período de 17.01.2018 a 15.02.2018 ao Servidor Público Municipal Sr. CARLOS MARTARELLO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG n.º 1.692.520 e CPF n.º 511.833.319-91, nomeado conforme Decreto AM 094/03 no Cargo de PROFESSOR MODALIDADE ESPORTIVA NÍVEL FUNDAMENTAL MÉDIO, com 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer.

O Deferimento atende ao requerimento datado de 10.01.2018, as férias referem-se ao período abaixo especificado:

10.03.2016 a 09.03.2017 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 15 de Janeiro de 2018.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal Em Exercício

Xavantina

PREFEITURA

PORTARIA Nº 015/2018

Publicação Nº 1492332

PORTARIA Nº 015, DE 09 DE JANEIRO DE 2018

Concede férias remanescentes a Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, Considerando a Portaria nº 094/2017, que concedeu 30 (trinta) dias de férias; Considerando a Portaria nº 102/2017, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas e, considerando que restam dias de férias remanescentes;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 14 (quatorze) dias de férias remanescentes a(o) Servidor(a) Público(a) Municipal Sr(a). JOSELINO LUIZ NAISSINGER, ocupante do cargo de Diretor do Quadro de Pessoal de provimento em Comissão do Município de Xavantina, referente ao período aquisitivo de 10/05/2016 à 09/05/2017, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 09 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 016/2018

Publicação Nº 1492333

PORTARIA Nº 016, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Interrompe parcialmente férias concedidas a Servidores(as) Públicos(as) Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, conforme o disposto no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar nº 002/2000, atualizada e, considerando a necessidade dos profissionais para fins de atender serviços relevantes e de superior interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Convocar os(as) Servidores(as) Públicos(as) Municipais abaixo listados, para retornarem aos trabalhos indispensáveis à Administração Pública Municipal:

Servidor(a)	Cargo	Unidade Administrativa
Camila Bedin	Diretor(a)	Sec. Mun. Educação, Cultura e Esportes
Márcio Ivan de Oliveira Gonzalhes	Médico(a)	Sec. Mun. Saúde e Assistência Social
Patrícia Carla Breda	Odontólogo(a)	Sec. Mun. Saúde e Assistência Social

Parágrafo Único. A interrupção das férias ocorre a partir da data de 15 de Janeiro de 2018, sendo que os dias remanescentes de férias serão oportunamente concedidos pela Administração Pública Municipal, de conformidade com o interesse público.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 15 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 017/2018

Publicação Nº 1492334

PORTARIA Nº 017, DE 15 DE JANEIRO 2018

Concede Férias Coletivas a Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 23, § 2º, inciso IX do mesmo diploma legal, bem como de acordo com as disposições constantes no Art. 134 e seguintes da Lei Complementar Municipal n. 002/2000;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias coletivas aos Servidores Públicos Municipais abaixo listados, conforme períodos de gozo especificados:

SERVIDOR(A)	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Adilson Luiz Chiossi	Operador de Máquina	14.12.2016 a 13.12.2017	15.01.2018 a 13.02.2018 = 30 dias
Dirceu Ravadelli	Auxiliar Agropecuário	18.02.2017 a 17.02.2018	15.01.2018 a 13.02.2018 = 30 dias
Leodir dos Santos	Operador de Máquina	01.04.2017 a 31.03.2018	15.01.2018 a 13.02.2018 = 30 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 15 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 018/2018

Publicação Nº 1492338

PORTARIA Nº 018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Comissão Central Organizadora da IX Edição das Olimpíadas Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Central Organizadora da IX Edição das Olimpíadas Municipais, ficando assim constituída:

I - Presidente: Jaime Cezar Masiero

II - Membros: Jaqueline Ribeiros;

Silvania Rabaiolli Canesso;

Junes Gujel;

Eleandro Talaska;

III - Equipe de Apoio: Enoir Fazolo; Claudi Babinski; Jéssica Paula Pinssetta; Camila Bedin; Eugenio Frana; Maria Eduarda Canesso; Carine Fazolo; Izilde Fasolo; Keila Olkowski; Renan Canesso; Nabor Joan Bee; Vania Mirandolli; Edineia Bringhenti; Joselino Naissinger; Renato Moretto, Givanildo De Biasi;

Parágrafo único. A IX Edição das Olimpíadas Municipais faz parte da programação das festividades do 54º Aniversário de Emancipação Políticoadministrativa do Município de Xavantina.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 15 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 019/2018

Publicação Nº 1492339

PORTARIA Nº 019, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Comissão Central Organizadora das festividades alusivas ao 54º Aniversário de Emancipação Políticoadministrativa do Município de Xavantina e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão Central Organizadora das festividades alusivas ao 54º Aniversário de Emancipação Políticoadministrativa do Município de Xavantina, ficando assim constituída:

I - Presidente: Jaime Cezar Masiero;

II - Membros: Givanildo Antônio De Biasi;

Eugenio Frana;

Jéssica Paula Pinssetta;

Silvania Rabaiolli Canesso.

III - Equipe de Apoio: Enoir Fazolo; Claudi Babinski; Jaqueline Ribeiros; Analice Zancanaro; Camila Bedin; Maria Eduarda Canesso; Marcio Foralosso; Carine Fazolo; Cleidir Kemmrich; Izilde Fasolo; Leonora Brandelero; Valdecir Machado, Cimara Casarotto; Keila Olkowski; Givanildo Rizzi; Taciane Caon; Vagner Woichekoski; Renan Canesso; Nabor Joan Bee; Esmalide Grosbelli e Kerley Kipper.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 15 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

1 TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017 PMXV

Publicação Nº 1491706

1 TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2017 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 025/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa FILIPPE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 73.202.475/0001-34, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. CLAUDIO ANTÔNIO FILIPPE, portador do CPF nº 723.154.310-34, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERAÇÕES:

Considerando a solicitação encaminhada pela empresa FILIPPE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, para a solicitação de reajuste de preço para o item 8, referente à oscilação de preço.

Considerando ao parecer sendo favorável ao reajuste provisório de 46,76% do item 8.

Considerando a ressalva de reajuste provisório, para que a empresa FILIPPE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA apresente no prazo de 30 dias a nota fiscal de compra, e sua não apresentação realizar ofício de estorno do mesmo e consequentemente o ressarcimento por parte do requerente dos valores pagos a maior conjuntamente com multas de mora na forma contratual.

Com base na alínea "d", Inciso II, do art.65 da Lei 8.666/93 que prevê a alteração nos contratos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, PREÇOS E QUANTIDADES

1.1 Com base na alínea "d", Inciso II, do art.65 da Lei 8.666/93, fica alterado os itens supracitados, nos termos abaixo:

Resolve: Ficam alteradas os preços inicialmente contratadas na ata de registro de preço, identificada no preâmbulo, passando a vigor a quantidade conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Unit. Reajustado
8	150,00	BL	ÓLEO 15W40 API CI4, EMBALAGEM COM 20 LITROS PARA MOTOR A DIESEL.	PETRONAS	188,90	277,23

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Continuam em pleno vigor todas as demais Cláusulas e condições estabelecidas nos Termos de Compromisso/Ata de Registro de Preços iniciais e demais alterações.

Xavantina/SC, em 15 de Janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA
CLAUDIO ANTÔNIO FILIPPE – Representante
FILIPPE COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

GIVANILDO ANTONIO DE BIASI – Fiscal da ata

DECRETO 151/2018

Publicação Nº 1492425

DECRETO Nº 151 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre a alteração do quadro de membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei

Orgânica Municipal, de acordo com as disposições constantes na Lei Municipal nº 1326, de 25 de outubro de 2013 e, considerando a necessidade de alteração dos membros que compõe o órgão;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, os membros a seguir relacionados, para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do art. 13 da Lei Municipal nº 1326, de 25 de Outubro de 2013, para fins de mandato:

I – Três membros representando o Poder Público, indicado pelos seguintes órgãos:

a) 01 representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social – Titular: MERYEN ANDRINE RENOSTRO MARTINS DE QUADROS
Suplente – JÉSSICA PAULA PINSETTA

b) 01 representante da Secretaria Municipal de Educação

– Titular: SILVANIA RABAIOLLI CANESSO

- Suplente: CAMILA BEDIN

c) 01 representante da Secretaria Municipal de Administração

– Titular: JAIME CESAR MASIERO

- Suplente: MAIRA LUCIA ALTENHOFEN

II – Três membros representando as entidades e a sociedade civil:

a) 01 representante do segmento adolescente

– Titular: LUAN PALUDO

- Suplente: LAURA GABIATTI

KELVIN BIFFI

b) 01 representante da Associação de Pais e Servidores

– Titular: JUCIANE MORETTO

- Suplente: CLECI BERGAMIN SEGNETTO

c) 01 representante de associação empresarial

– Titular: CARINE FAZOLO

- Suplente: ELIANA FAZOLO

Art. 2º O exercício da função de membro do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, constitui função de relevante interesse público e não será remunerado.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 16 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

EDITAL 001/2018

Publicação Nº 1492081

EDITAL Nº 001 DE 16 DE JANEIRO DE 2018

Fixa o quadro de vagas para preenchimento em caráter temporário no magistério público municipal para o ano letivo de 2018 e estabelece data de escolha e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do subitem "13.1.1" do item "13" – Do Preenchimento das Vagas do Edital nº 001/2017, de 03 de outubro de 2017 do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação para o ano letivo de 2018,

FIXA

1. As vagas, em caráter temporário, do quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação, para a escolha de professores em caráter temporário no magistério público municipal para o ano letivo de 2018:

FUNÇÃO TEMPORÁRIA	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	TURNO	LOCAL DE ATUAÇÃO
Professor Anos Iniciais	02	20h	Matutino/ Vespertino	EEF Pinhal Preto
Professor Educação Infantil	01	20h	Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho
Professor Educação Especial	05	20 h	Matutino/ Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho / EEF Medianeira / EEF Pinhal Preto
Professor Educação Física	01	20h	Matutino/ Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho/CMEI Palmeirinha/ EEF Pinhal Preto / EEF Medianeira
Professor Artes	01	20h Licença até 05/03	Matutino/ Vespertino	CMEI Palmeirinha/ CMEI Palmeirinha/ EEF Medianeira
Professor Filosofia	01	20h (12 aulas Filosofia+ 6 excedentes)	Matutino/ Vespertino	EEF Pinhal Preto / EEF Medianeira
Professor Música	01	20h	Matutino/ Vespertino	CMEI Chapeuzinho Vermelho / CMEI Palmeirinha / EEF Medianeira / EEF Pinhal Preto

Professor Atendimento Educacional Especializado – AEE/ Professor da Sala de Atendimento Alternativo – SAA	01	20h	Matutino/ Vespertino	EEF Pinhal Preto
---	----	-----	----------------------	------------------

2. O presente quadro de vagas também será exposto no local e data de escolha das vagas.

3. O quadro de vagas acima estabelecido poderá ser alterado se ocorrerem mudanças supervenientes até a data de escolha das respectivas vagas

4. Fica estabelecido a data de 25 de Janeiro de 2018, a partir das 08h40min, na Casa da Cultura, localizada na Praça Rio Branco, 410, Centro, Xavantina/SC para a escolha das vagas estabelecidas no item "1" deste Edital.

4.1 As normas para a escolha das vagas estão estabelecidas no item "13 - DO PREENCHIMENTO DAS VAGAS" do Edital 001/2017, de 03 de outubro de 2017 do Processo Seletivo para preenchimento de Vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Secretaria Municipal da Educação.

5. O presente edital entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 16 de Janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Em 16 de janeiro de 2018

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017 PMXV

Publicação Nº 1491775

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI, e a empresa POSTO PEGORINI LTDA, inscrita no CNPJ nº 81.564.619/0001-20, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. TIAGO PEGORINI, portador do CPF nº 045.699.479-30, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que a contratada comprovou oscilação de preço para o item 1, e que o parecer atestou a variação de 5,79%;

CONSIDERANDO que a contratada solicitou o reajuste do item 1 para o valor de 3,19 (Três reais e dezenove centavos);

CONSIDERANDO que esse valor solicitado pela empresa POSTO PEGORINI LTDA fica abaixo do índice de reajuste de 5,79%;

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "d", Inciso II, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a recomposição de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado o preço unitário conforme a tabela abaixo:

Item	Produto	Índice de reajuste	Preço Unit. Anterior	Preço corrigido
1	ÓLEO DIESEL S500	3,91%	3,07	3,19

2.2. O novo preço passa a vigorar a partir da data de 16 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 012/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 15 de janeiro de 2018.

POSTO PEGORINI LTDA TIAGO PEGORINI Sócio Administrador	CLAUDI BABINSKI Prefeito em Exercício
--	--

Testemunhas

JAIME MASIERO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Fiscal do Termo Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017 PMXV

Publicação Nº 1491776

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI, e a empresa POSTO SANDRA LTDA, inscrita no CNPJ nº 76.576.958/0001-97, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. GILBERTO LUIZ FASOLO, portador do CPF nº 594.011.419-91, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que a contratada comprovou oscilação de preço para o item 2, e que o parecer atestou a variação de 4,70%;

CONSIDERANDO que a contratada solicitou o reajuste do item 2 para o valor de 3,34 (Três reais e trinta e quatro centavos);

CONSIDERANDO que esse valor solicitado pela empresa POSTO SANDRA LTDA fica abaixo do índice de reajuste de 4,70%;

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "d", Inciso II, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, para reestabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a recomposição de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado o preço unitário conforme a tabela abaixo:

Item	Produto	Índice de reajuste	Preço Unit. Anterior	Preço corrigido
2	ÓLEO DIESEL S10	3,41%	3,23	3,34

2.2. O novo preço passa a vigorar a partir da data de 16 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 012/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 15 de janeiro de 2018.

POSTO SANDRA LTDA GILBERTO LUIZ FASOLO Sócio Administrador	CLAUDI BABINSKI Prefeito em Exercício
--	--

Testemunhas

JAIME MASIERO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Fiscal do Termo Aditivo

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 PMXV

Publicação Nº 1491777

SEGUNDO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 PMXV
PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 012/2017 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. CLAUDI BABINSKI, e a empresa POSTO NARDINO LTDA, inscrita no CNPJ nº 85.261.501/0001-84, nesta Ata representada pelo seu Administrador, Sr. JOSÉ ADÃO NARDINO, portador do CPF nº 423.485.449/20, nos termos das Leis nº. 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 012/2017 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que a contratada comprovou oscilação de preço para o item 3, e que o parecer atestou a variação de 3,21%;

CONSIDERANDO que a contratada solicitou o reajuste do item 3 para o valor de 4,15 (Quatro reais e quinze centavos);

CONSIDERANDO que esse valor solicitado pela empresa POSTO NARDINO LTDA fica acima do índice de reajuste de 3,21%;

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "d", Inciso II, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual; As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a recomposição de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado o preço unitário conforme a tabela abaixo:

Item	Produto	Índice de reajuste	Preço Unit. Anterior	Preço corrigido
3	GASOLINA COMUM	3,21%	4,00	4,13

2.2. O novo preço passa a vigorar a partir da data de 16 de janeiro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 012/2017 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 15 de janeiro de 2018.

POSTO NARDINO LTDA JOSÉ ADÃO NARDINO Sócio Administrador	CLAUDI BABINSKI Prefeito em Exercício
--	--

Testemunhas

JAIME MASIERO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Fiscal do Termo Aditivo

Zortéa

PREFEITURA

DECRETO Nº 096/2017 - NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Publicação Nº 1491967

DECRETO Nº 096/2017 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2017

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma do Artigo 5º, § 3º da Lei 155/2001 e alterações.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas para integrarem o Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural para o Biênio 2017/2018, conforme segue:

I – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

ORLANDO RODRIGUES

II – REPRESENTANTE DE ATIVIDADES CONVENIADAS-EPAGRI

MAYKOL OURIQUES

III – REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES DE PRODUTORES RURAIS

A) AGUDO / PONTÃO

Carlos José da Silva

Renato Andreoni

B) TRÊS PORTEIRAS

Jacy Natálio

Gian José Franceschi

C) POUSO ALTO

Altair Antônio Natalio

Ermínio Darold

D) VOLTA GRANDE

Claudia Serafini Terra

Hiran Luis da Rosa dos Santos

E) RASO

Rogério de Mattos

Silvino Pieri

F) DUAS PONTES

Genete Biazoto

Dioni Campione

G) SEDE DO MUNICÍPIO

Lírio Schmidt

Sérgio Almeida

IV – REPRESENTANTE DA ASSOMAZ

Luciana Fabiano Schimit

Vera Lucia Pelizzaro

V – REPRESENTANTE ADM RIO AGUDO

José Raimundo Weber Machado

VI – REPRESENTANTE AMAZ

Marlene Feretto

Art. 2º - A presidência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de dois anos, exercida pelo representante do Poder Executivo.

Art. 3º - O Mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será de dois anos, exercida de forma gratuita e

constituindo-se de interesse público relevante.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa, 06 de novembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado o presente decreto em 06 de novembro de 2017.

BIRAJARA CESAR DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Consórcios

CIGA

Extrato de Contrato n. 32 - Prefeitura Municipal de Arvoredo

Publicação Nº 1492547

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Arvoredo
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arvoredo
CNPJ: 95.995.247/0001-00
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 5.355,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 33 - Prefeitura Municipal de Timbó Grande

Publicação Nº 1492532

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Timbó Grande
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Timbó Grande
CNPJ: 78.497.492/0001-60
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 05/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação

que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 13.163,16 (treze mil, cento e sessenta e três reais e dezesseis centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 27 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 34 - Prefeitura Municipal de Sangão

Publicação Nº 1492524

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Sangão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sangão

CNPJ: 95.780.458/0001-17

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 04/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.510,00 (três mil e quinhentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 35 - Prefeitura Municipal de Belmonte

Publicação Nº 1492517

EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Belmonte

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Belmonte

CNPJ: 80.912.108/0001-90

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 04/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução

tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 36 - Prefeitura Municipal de São Ludgero

Publicação Nº 1492506

EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Ludgero

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Ludgero

CNPJ: 82.926.536/0001-05

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 04/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 37 - Prefeitura Municipal de Caibi

Publicação Nº 1492491

EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Caibi

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Caibi

CNPJ: 82.940.776/0001-56

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 07/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.230,00 (sete mil e duzentos e trinta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 570 - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Publicação Nº 1491828

EXTRATO DE CONTRATO Nº 570/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.892.373/0001-89

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.570,00 (nove mil e quinhentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 570 - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

Publicação Nº 1491829

EXTRATO DE CONTRATO Nº 570/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos

CNPJ: 82.892.373/0001-89

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação

para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.570,00 (nove mil e quinhentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 29 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 571 - Prefeitura Municipal de Luiz Alves

Publicação Nº 1492466

EXTRATO DE CONTRATO Nº 571/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Luiz Alves
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Luiz Alves
CNPJ: 83.102.319/0001-55
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 36/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 21 de fevereiro de 2019.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 572 - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

Publicação Nº 1492553

EXTRATO DE CONTRATO Nº 572/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara
CNPJ: 01.613.101/0001-09
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.460,00 (dois mil e quatrocentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 573 - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara

Publicação Nº 1492548

EXTRATO DE CONTRATO Nº 573/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara
CNPJ: 01.613.101/0001-09
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 574 - Prefeitura Municipal de Brusque

Publicação Nº 1492546

EXTRATO DE CONTRATO Nº 574/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Brusque
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Brusque
CNPJ: 83.102.343/0001-94
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 84.030,00 (oitenta e quatro mil e trinta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 14 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 575 - Município de Farroupilha

Publicação Nº 1492541

EXTRATO DE CONTRATO Nº 575/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Farroupilha
CONTRATANTE: Município de Farroupilha
CNPJ: 89.848.949/0001-50
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 12.265,00 (doze mil e duzentos e sessenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 06 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 576 - Prefeitura Municipal de São José

Publicação Nº 1492511

EXTRATO DE CONTRATO Nº 576/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São José
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José
CNPJ: 82.892.274/0001-05
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 44.700,00 (quarenta e quatro mil e setecentos reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 577 - Prefeitura Municipal de São Joaquim

Publicação Nº 1492500

EXTRATO DE CONTRATO Nº 577/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Joaquim
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Joaquim
CNPJ: 82.561.093/0001-98
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0002_2018 - PNEUS E CORRELATOS

Publicação Nº 1491684

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

EDITAL Nº 0002/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0007/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA, torna público que realizará CHAMADA PÚBLICA para PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS, para formação de um cadastro para futuras aquisições de Pneus e Correlatos, com base na Resolução nº 005 de 16 de março de 2015. A entrega das propostas e amostras com a indicação das especificações técnicas, (sem indicação de preço) dos bens a serem submetidos à avaliação terá início em 29/01/2018 e serão recebidas até 31/12/2018 no 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: 1º Núcleo de Desenvolvimento Regional do CIMCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Florianópolis(SC), 16 de janeiro de 2018.

Elói Rönna – Diretor Executivo

RESOLUÇÃO 0005_2018

Publicação Nº 1491715

Resolução n. 0005/2018

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0007/2018, Edital nº 0002/2018-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/07 e Resolução 005/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial para o Processo Administrativo nº 0007/2018, Edital nº 0002/2018-CIMCATARINA, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à pré-qualificação de bens, ficando assim composta:

I – Luiz Fernando Raldi – CIMCATARINA - Presidente;

II – Mauro Marcelo Cizeski – CIMCATARINA – Membro;

III – Claudinei Marcio Morsoleto – CIMCATARINA – Membro.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2018.
Elói Rönna
Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

EDITAIS DE PUBLICIDADE 2018

Publicação Nº 1491987

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 03/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 90/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor A.S. MADEIRAS E TRANSPORTES LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 79.315.651/0001-20, para a atividade de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 57/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 108/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendedor 3S CONFECÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 15.676.862/0001-06, para a atividade de Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 14/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 031/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendedor MARLI CHAVES SAIDEL ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 12.625.529/0001-80, para a atividade de Fecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 03/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 32/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor MERCAVIL SUPERMERCADO LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 06.087.525/0001-92, para a atividade de 26.50.01 Industrialização de Produção de origem animal, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 25/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 52/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, para a atividade de Pavimentação asfáltica da rua Pioneiros e calçadas com paver, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 46/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 46/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor GIOVANI UBER EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 14.383.870/0001-00, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 40/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 79/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor ALLAICE OLSON LANGA - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.224.774/0001-50, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 39/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 69/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor DELCI REUTER BUZZI - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 16.826.147/0001-75, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 21/2018**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 159/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor ELOI KOEPEL, pessoa física, inscrito no CPF/CNPJ sob nº 501.876.949-15, para a atividade de 30.60.10 Fabricação de carvão vegetal, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 19/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 142/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor GRANJA KN AVICULTURA LTDA - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 29.037.234/0001 - 95, para a atividade de 01.70.00 Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura), sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

Município de Apiúna

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 51/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 93/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor NILSO ADOLFO DA COSTA - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 10.731.847/0001-08, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 38/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 78/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor AWI CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 18.323.186/0001-85, para a atividade de Confecções de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 79/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 162/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE APIÚNA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor COMERCIAL AMARILDO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 13.008.424/0003-06, para a atividade de Comercio varejista de materiais de construção em geral, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental

Município de Massaranduba

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 62/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 129/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor ALTERNATIVA COMERCIO E INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 12.161.418/0001-60, para a atividade de Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos

Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 76/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 156/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor MCPM Confecções EIRELI - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 28.863.750/0001-06, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 70/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 140/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor HAFEMANN INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 08.112.770/0001 - 38, para a atividade de Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 17/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 156/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor DANI MOVEIS LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 13.890.088/0001-06 para a atividade de 16.50.00 Fabricação e acabamento de artigos diversos do mobiliário , sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

Município de Rio dos Cedros

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 07/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 47/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor MAESI INDUSTRIAL LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 00.862.397/0001-20, para a atividade 23.21.00 Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 01/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 07/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita

no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, para a atividade 33.12.02 Retificação e melhorias de rodovias pavimentadas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 08/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 57/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor INTERPOLOS ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS EIRELI, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 09.162.191/0001-62, para a atividade 33.13.19 Estrutura de Apoio náutico – EAN I – Trapiche, píer, atracadouro, rampa de lançamento de embarcações e plataforma de pesca, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 56/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 107/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor MANAS FACÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 12.093.653/0001-41, para a atividade de Confeccões de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 61/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 113/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor LEGOS CONFECÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 14.088.175/0001-07, para a atividade de Confeccões de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 72/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 130/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO Constante, formulado pelo empreendedor ROSELI JANKE WITHOEFT ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 17.209.020/0001-70, para a atividade de Faccão de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista

Gestora de Serviços Ambientais

CIMVI – Ambiental.

Município de Benedito Novo

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUA Nº 01/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 08/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor TDK TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 03.044.801/0001-47, para a atividade 42.32.20 Tanque autônomo de consumidor final de combustível líquidos e gasosos, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.
Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 55/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 77/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendedor OBJETO BRASIL CONFECÇÕES EIRELI, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 05.010.190/0002-22, para a atividade de Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medidas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.
Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 09/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 63/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor ABN COMERCIO DE PRODUTOS DE AGROPECUÁRIOS LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 85.139.186/0002-06, para a atividade 26.00.00 Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.
Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental

Município de Botuverá

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 02/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 18/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor MADEIREIRA ASSINI LTDA EPP, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 83.946.376/0001-10, para a atividade de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.
Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 09/2017**PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 19/2017 CIMVI**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO, formulado pelo empreendedor VISUAL MADEIRAS E TRATAMENTO EIRELI - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 26.835.724/0001-49, para a atividade de 15.12.00 – Unidade de tratamento de madeira, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 23/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 49/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendedor EDINEIA FAUST - ME, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 17.822.442/001-16, para a atividade de Fabricação de peças de vestuário, exceto roupas íntimas, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 58/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 110/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendedor ROSELI LUTCKMEIER BOHN, pessoa física, inscrito no CPF/CNPJ sob nº 452.571.320-87, para a atividade de Produção e comércio de mudas de flores, temperos e hortaliças, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE CCA Nº 12/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 80/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, formulado pelo empreendedor ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 02.135.497/0001-80, para a atividade 26.50.01 Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental.

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE Nº 78/2017

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 161/2017 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, formulado pelo empreendedor PARQUE NATURAL MUNICIPAL DAS GRUTAS DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica inscrita no CPF/CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, para a atividade de Ampliação de 117,35 metros quadrados de área construída em edificação destinada ao atendimento ao turista e construção de edícula de serviços com 39,61 metros quadrados, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1485, Bairro dos Estados em Indaial, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 16 de janeiro de 2018.

Sandra Regina Batista
Gestora de Serviços Ambientais
CIMVI – Ambiental.

CIS/AMARP**EXTRATO 76/2018 INTEGRAL**

Publicação Nº 1492492

EXTRATO DE CONTRATO 76/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e INTEGRAL ASSISTÊNCIA A SAÚDE LTDA, CNPJ 20.606.341/0001-12, situada na Rua Santos Dumont nº. 339, Centro, Porto União/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 76/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Paulo de Freitas Peixoto contratado.

EXTRATO 01/2018 LAB VIDA

Publicação Nº 1492413

EXTRATO DE CONTRATO 01/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS VIDA LTDA, CNPJ 07.807.348/0001-34, situada na Rua Coronel Fagundes, Nº 77, Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 01/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Maribel Emilia Gaio contratado.

EXTRATO 03/2018 PRONTOFISIO

Publicação Nº 1492424

EXTRATO DE CONTRATO 03/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE FISIOTERAPIA PRONTOFISIO S/C LTDA, CNPJ 02.968.608/0001-30, situada na Rua Osvaldo Cruz, Nº 216, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 03/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Luis Fernando Rosa Coradine contratado.

EXTRATO 04/2018 HOSPITAL MAICÉ

Publicação Nº 1492426

EXTRATO DE CONTRATO 04/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ, CNPJ 33.543.356/0020-93, situada na Rua Bolívia, Nº 54, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 04/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Elizabeth de Fátima Lima contratado.

EXTRATO 06/2018 FISIO VIDEIRA

Publicação Nº 1492427

EXTRATO DE CONTRATO 06/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE FISIOTERAPIA VIDEIRA S/C LTDA, CNPJ 00.786.265/0001-67, situada na Rua Brasil, Nº 345, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 06/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e João Artur Gusmão Rodrigues contratado.

EXTRATO 07/2018 SCIENTIA

Publicação Nº 1492428

EXTRATO DE CONTRATO 07/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA RADIOLOGICA SCIENTIA LTDA - EPP, CNPJ 07.628.155/0001-16, situada na Rua Herculano Coelho de Souza, Nº 1047-sala 01 e 03, Caçador/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 07/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Eliece José de Lima contratado.

EXTRATO 09/2018 IMED

Publicação Nº 1492430

EXTRATO DE CONTRATO 09/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA E IMAGEM LTDA, CNPJ 05.213.743/0001-63, situada na Rua Altino Gonçalves de Farias Nº 1832, Curitiba/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 09/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Airton Luiz Guidi contratado.

EXTRATO 100/2018 PASTEUR

Publicação Nº 1492519

EXTRATO DE CONTRATO 100/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e G PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA., CNPJ 78.491.172/0001-00, situada na Avenida XV de Novembro, 138 - Centro, Joaçaba/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Especializados na área de Análises Clínicas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 100/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Gláucio Grando Galli contratado.

EXTRATO 101/2018 DANIEL MACCARINI

Publicação Nº 1492520

EXTRATO DE CONTRATO 101/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA MACCARINI VIEIRA LTDA, CNPJ 22.299.959/0001-02, situada à Rua Osvaldo Cruz, 62 – Centro, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 101/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Daniel Maccarini Vieira contratado.

EXTRATO 103/2018 HIPERBARICA

Publicação Nº 1492522

EXTRATO DE CONTRATO 103/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CENTRO DE MEDICINA HIPERBARICA CAÇADOR LTDA - EPP, CNPJ 23.863.274/0001-00, situada na Rua Colombia, 203, sala 11, Reunidas, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 103/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Margarete Brusamarello Marostica contratado.

EXTRATO 105/2018 LAPROLY

Publicação Nº 1492523

EXTRATO DE CONTRATO 105/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e LAPROLY PROTESES LTDA – ME, CNPJ 27.137.159/0001-09, situada na Rua Antonio Piccoli, 278, Campo Experimental, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 105/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Sidnei Lyra contratado.

EXTRATO 106/2018 HOSP SANTA CECILIA

Publicação Nº 1492527

EXTRATO DE CONTRATO 106/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA CECÍLIA, CNPJ 85.997.872/0001-29, situada na Rua Maria Olicia da Conceição, 60, Centro, Santa Cecília/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 106/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Odilaci Goreti Granemann contratado.

EXTRATO 107/2018 ANDERSON RAMOS

Publicação Nº 1492528

EXTRATO DE CONTRATO 107/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ANDERSON LUIZ RAMOS, CPF 035.033.969-42, situada na Avenida Barão do Rio Branco, Nº 80, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 107/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Anderson Luiz Ramos contratado.

EXTRATO 108/2018 ANDERSON RAMOS

Publicação Nº 1492529

EXTRATO DE CONTRATO 108/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ANDERSON LUIZ RAMOS, CPF 035.033.969-42, situada na Avenida Barão do Rio Branco, Nº 80, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 108/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Anderson Luiz Ramos contratado.

EXTRATO 109/2018 ECO SANTA MARIA

Publicação Nº 1492531

EXTRATO DE CONTRATO 109/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ECO RADIOLOGIA SANTA MARIA LTDA, CNPJ 85.357.523/0001-42, situada na Rua Oswaldo Cruz, nº 47, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 109/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Sara Jane da Silva Basílio contratado.

EXTRATO 110/2018 DIGIMAX LAGES

Publicação Nº 1492533

EXTRATO DE CONTRATO 110/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CENTRO DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LAGES LTDA, CNPJ 19.655.657/0001-15, situada na Rua Adolfo Konder, 448, Bairro Sagrado Coração de Jesus, Lages/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 110/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Silvio Luis Frandoloso contratado.

EXTRATO 111/2018 GOLDEN

Publicação Nº 1492534

EXTRATO DE CONTRATO 111/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e GOLDEN CLÍNICA S/C LTDA, CNPJ 04.302.734/0001-86, situada na Avenida João Marques Videira, nº 848, Centro, Fraiburgo/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 111/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Nelson de Oliveira Junior contratado.

EXTRATO 112/2018 CARDIUR

Publicação Nº 1492535

EXTRATO DE CONTRATO 112/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CARDIUR CENTRO ESPECIALIZADO EM CARDIOLOGIA E UROLOGIA LTDA, CNPJ 26.873.268/0001-21, situada na Rua Oswaldo Cruz, nº 62, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 112/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Tarcísio Alberto de Almeida Moura Junior e Camila Camargo Moura contratado.

EXTRATO 116/2018 FONTINELE FONTOURA

Publicação Nº 1492536

EXTRATO DE CONTRATO 116/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE IMAGEM FONTINELE E FONTOURA LTDA - EPP, CNPJ 27.723.856/0001-41, situada na Rua José Domingos Francio, s/n, sala 03, Videira - SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 116/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodrigo Borsatti Neves da Fontoura contratado.

EXTRATO 119/2018 CDIP SUL

Publicação Nº 1492537

EXTRATO DE CONTRATO 119/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CDIPSUL - CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM DO SUL LTDA, CNPJ 09.427.099/0002-68, situada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 430-O, Centro, Chapecó/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 119/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Cristiana Aparecida Barp contratado.

EXTRATO 12/2018 HDS

Publicação Nº 1492431

EXTRATO DE CONTRATO 12/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 12/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e André Ragnini contratado.

EXTRATO 120/2018 MARCIO CECCATTO

Publicação Nº 1492538

EXTRATO DE CONTRATO 120/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e MÁRCIO EDUARDO CECCATTO, CPF 789.282.909-10, situado na Rua Herculano Coelho de Souza, 800 – Ed. Glass Center sl. 305, Reunidas, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 120/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Márcio Eduardo Ceccatto contratado.

EXTRATO 122/2018 CLINICA OFTALMO OTORRINO

Publicação Nº 1492539

EXTRATO DE CONTRATO 122/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLOGIA LTDA. - ME, CNPJ 10.582.077/0001-70, situada na Rua Antônio Marafon, 20, sala 4, Centro, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 122/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Manuel Inácio Mansur Fortes.

EXTRATO 123/2018 NABIL

Publicação Nº 1492540

EXTRATO DE CONTRATO 123/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e NABIL ELIAS BITTAR, CPF 423.141.279-00, situado na Rua Fernando Machado, 359 – Centro, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 123/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Nabil Elias Bittar contratado.

EXTRATO 124/2018 CLINICA PERSONA

Publicação Nº 1492542

EXTRATO DE CONTRATO 124/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CENTRO DE AVALIAÇÃO DE CONDUTORES PERSONA LTDA - ME, CNPJ 09.620.871/0001-82, situado na Av. Barão do Rio Branco, nº1100, sala T1 – Centro, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 124/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Maria Lucia Macedo Bertolini contratado.

EXTRATO 13/2018 SANTA CLARA

Publicação Nº 1492432

EXTRATO DE CONTRATO 13/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e SANTA CLARA IMAGEM S/C LTDA, CNPJ 09.035.294/0001-61, situada na Rua Frei Rogério, Nº 517, Campos Novos/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 13/2018
Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Leonardo C. da S. Falcão contratado.

EXTRATO 14/2018 JF BIO SAUDE

Publicação Nº 1492435

EXTRATO DE CONTRATO 14/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e J&F ANÁLISES CLÍNICAS E AMBIENTAIS LTDA / LABORATÓRIO BIO SAÚDE, CNPJ 08.542.283/0001-05, situada na Avenida João Marques Vieira, nº. 601 – Centro - Fraiburgo/SC.
Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 14/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Fabiano Martinello contratado.

EXTRATO 16/2018 FLEMING

Publicação Nº 1492436

EXTRATO DE CONTRATO 16/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e LABORATÓRIO BIOCLÍNICO FLEMING LTDA, CNPJ 76.874.858.0001-47, situada na Rua Nadarci Brandt, Nº 60, Fraiburgo/SC.
Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 16/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Dornele Minatto contratado.

EXTRATO 17/2018 BERNARDY

Publicação Nº 1492445

EXTRATO DE CONTRATO 17/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e BERNARDY E BERNARDY S/S LTDA CNPJ 09.675.940/0001-55, situada na Colômbia, 28, Caçador/SC.
Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.
Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Consultas Especializadas.
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 17/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Jacson Bernardy contratado.

EXTRATO 18/2018 CLÍNICA GLOBO

Publicação Nº 1492448

EXTRATO DE CONTRATO 18/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e POLICLÍNICA GLOBO LTDA, CNPJ 03.556.450/0001-53, situada na Rua Coronel Fagundes nº 70, Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 18/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Sílvia Jorge Filho contratado.

EXTRATO 21/2018 HARMONIA VITAL

Publicação Nº 1492449

EXTRATO DE CONTRATO 21/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA HARMONIA VITAL S/S LTDA, CNPJ 07.157.075/0001-20, situada na Rua Coronel Fagundes, nº. 70-sala 201, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 21/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Claudio Y. Nakano contratado.

EXTRATO 22/2018 CLINICA MOZZAQUATRO

Publicação Nº 1492451

EXTRATO DE CONTRATO 22/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA MOZZAQUATRO LTDA, CNPJ 01.323.664/0001-54, situada na Rua Osvaldo Cruz, nº. 120 – Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 22/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodrigo A. P. Mozzaquatro contratado.

EXTRATO 24/2018 ORL

Publicação Nº 1492452

EXTRATO DE CONTRATO 24/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ORL CLÍNICA DE OTORRINOLARINGOLOGIA S/C LTDA, CNPJ 04.238.431/0001-41, situada à Rua Osvaldo Cruz, nº 62, sala 206, anexo Digimax, Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 24/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Marcelo B. de Souza contratado.

EXTRATO 25/2018 EDUARDO ARAUJO

Publicação Nº 1492456

EXTRATO DE CONTRATO 25/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DR. EDUARDO LTDA, CNPJ 08.771.844/0001-48, situada na Rua Brasil, Nº 400- 1º andar – Centro - Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 25/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Eduardo A. Araújo contratado.

EXTRATO 26/2018 CRAVI

Publicação Nº 1492457

EXTRATO DE CONTRATO 26/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CRAVI - CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA, CNPJ 02.011.065/0002-49, situada na Rua Osvaldo Aranha, nº. 135, Curitiba/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Internação paciente com dependência de substâncias psicoativas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 26/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Ailton Buck contratado.

EXTRATO 27/2018 CT SAO FRANCISCO

Publicação Nº 1492461

EXTRATO DE CONTRATO 27/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO, CNPJ 11.722.291/0001-48, situada na Rua Setembrino Comunello, nº. 150 –Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Internação paciente com dependência de substâncias psicoativas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 27/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Ademar Jorge Vanz contratado.

EXTRATO 29/2018 SAMET

Publicação Nº 1492462

EXTRATO DE CONTRATO 29/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e SAMET – SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, CNPJ 01.087.464/0001-40, situada na Rua Anita Garibaldi, nº. 238, Caçador/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 29/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e João Carlos Souza dos Santos contratado.

EXTRATO 36/2018 FREIBERGER

Publicação Nº 1492468

EXTRATO DE CONTRATO 36/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e FREIBERGER E ZINI LTDA - LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EXAME, CNPJ 81.607.830/0001-83, situada na Rua Conselheiro Mafra, 112- Centro-Caçador/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 36/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Maurício Zini contratado.

EXTRATO 37/2018 DIGIMAX CCD

Publicação Nº 1492471

EXTRATO DE CONTRATO 37/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM CAÇADOR LTDA, CNPJ 12.573.823/0001-95, situada na Rua Colômbia, Nº 191, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 37/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodolpho de Faria Marsico contratado.

EXTRATO 42/2018 OUVETOM

Publicação Nº 1492473

EXTRATO DE CONTRATO 42/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e OUVETOM SERVIÇOS AUDITIVOS E ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ 14.631.946/0001-60, situada na Rua Coronel Alberto Schmidt, 10 - sala 07, município de Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 42/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Leidi Dayane Bressan contratado.

EXTRATO 43/2018 CT DIGNIDADE P VIDA

Publicação Nº 1492474

EXTRATO DE CONTRATO 43/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e COMUNIDADE TERAPEUTICA DIGNIDADE PARA VIDA LTDA, CNPJ 10.615.019/0001-04, situada na Linha Maragato, Interior, Erval Velho/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Internação paciente com dependência de substâncias psicoativas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 43/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018 encerrando-se em 31 de dezembro de 2018

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Marínes Sandrini contratado.

EXTRATO 49/2018 QUALITY

Publicação Nº 1492475

EXTRATO DE CONTRATO 49/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e IMAGGIO MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, CNPJ 12.083.918/0001-20, situada na Rua Nereu Ramos, 452 - Centro, Campos Novos/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 49/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodolpho Luiz de Faria Marsico contratado.

EXTRATO 51/2018 INSTITUTO ADONHIRAN

Publicação Nº 1492476

EXTRATO DE CONTRATO 51/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e INSTITUTO ADONHIRAN DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, CNPJ 11.074.062/0001-64, situada na Rua Alceu Jerônimo da Conceição, 160 - Centro, Penha - SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 51/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Nilson Santiago Moya contratado.

EXTRATO 53/2018 CLINICA SANT'ANA

Publicação Nº 1492479

EXTRATO DE CONTRATO 53/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA SANT'ANA LTDA - ME, CNPJ 02.895.767/0001-51, situada na Rua Coronel Fagundes, Nº 70-sala 101, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 53/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Jacson A. Sant'Ana contratado.

EXTRATO 55/2018 AFSC

Publicação Nº 1492480

EXTRATO DE CONTRATO 55/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975- Fraiburgo/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames de Diagnósticos e Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 55/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rafael Benincá contratado.

EXTRATO 61/2018 CLINICA HENNING

Publicação Nº 1492482

EXTRATO DE CONTRATO 61/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA HENNING LTDA, CNPJ: 07.182.078/0001-13, Endereço Rua Herculano Coelho de Souza, nº 656, atendimento à Rua Herculano Coelho de Souza, nº 656-cidade de Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 61/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Marcos Henning contratado.

EXTRATO 64/2018 DR EDILSOM

Publicação Nº 1492483

EXTRATO DE CONTRATO 64/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA MÉDICA GOMES E FONTINELE S/S, CNPJ 12.219.111/0001-72, situada na Rua Saul Brandalise, 1377, Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 64/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Edilsom Fontinele Cerqueira contratado.

EXTRATO 66/2018 LAB CIENTIFICO

Publicação Nº 1492485

EXTRATO DE CONTRATO 66/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e Laboratório Científico Ltda, CNPJ 95.860.193/0001-67, com endereço a Rua Oswaldo Cruz, 43, Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 66/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Letícia T. R. T. Mozzaquatro contratado.

EXTRATO 67/2018 CLINICA SAO LUCAS

Publicação Nº 1492487

EXTRATO DE CONTRATO 67/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ORTOCLÍNICA SÃO LUCAS S/C, CNPJ 78.511.748/0001-46, situada na Rua Lauro Muller, 120, Centro, Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 67/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Everton Luiz C. de Campos contratado.

EXTRATO 70/2018 CLINICA DO CORAÇÃO

Publicação Nº 1492488

EXTRATO DE CONTRATO 70/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DO CORAÇÃO DR. LAURO JOSÉ HERNER LTDA, CNPJ 01.572.964/0001-77, situada na Rua Dr. Cruz Machado, nº 468, centro, União da Vitória – Estado de Paraná.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 70/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Márcia Regina Côas Herner contratado.

EXTRATO 71/2018 REABILITAR

Publicação Nº 1492489

EXTRATO DE CONTRATO 71/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e REABILITAR CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO LTDA - ME, CNPJ 03.173.847/0001-66, situada na Avenida João Marques Vieira, 861, Fraiburgo/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 71/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Jacob Michels contratado.

EXTRATO 72/2018 LABORAN

Publicação Nº 1492490

EXTRATO DE CONTRATO 72/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ALIDA H R FERRAZ - EPP, CNPJ 97.435.127/0001-75, com endereço a Rua Coronel Fagundes, 111, Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 72/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Marcelo Alexandro Mattos contratado.

EXTRATO 80/2018 DIGIMAX VDA

Publicação Nº 1492494

EXTRATO DE CONTRATO 80/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM VIDEIRA LTDA, CNPJ 19.386.065/0001-45, situada na Rua Oswaldo Cruz, 62, Centro, Videira/SC.
Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.
Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 80/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodolpho de Faria Marsico contratado.

EXTRATO 81/2018 GOMES E GOMES

Publicação Nº 1492495

EXTRATO DE CONTRATO 81/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DR. JOAO GOMES SS LTDA, CNPJ 21.942.979/0001-97, situada na Rua Herculano Coelho de Souza, nº 656, bairro Reunidas, Caçador/SC.
Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.
Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 81/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e João Gomes Soares contratado.

EXTRATO 85/2018 LOVATEL

Publicação Nº 1492497

EXTRATO DE CONTRATO 85/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CENTRO MÉDICO LOVATEL S/S ME, CNPJ 10.548.702/0001-68, situada na Rua Victor Konder, 1005, sala 04 C C Chaplin, Xanxerê/SC.
Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.
Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas na área de Neurologia.
Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
Termo de Credenciamento: 85/2018.
Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.
Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.
Data da Assinatura: 20/12/2017
Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Arnaldo Thiago Berto Lovatel contratado.

EXTRATO 87/2018 LAB TREZE TÍLIAS

Publicação Nº 1492499

EXTRATO DE CONTRATO 87/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e LABORATÓRIO TREZE TÍLIAS LTDA ME, CNPJ 17.763.149/0001-25, situada na Rua Douro Gaspar Coutinho, 275, sala 01 e 02, Treze Tílias/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 87/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Graziela Saorin contratado.

EXTRATO 88/2018 CT SAO FRANCISCO

Publicação Nº 1492502

EXTRATO DE CONTRATO 88/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e COMUNIDADE TERAPEUTICA SÃO FRANCISCO, CNPJ 11.722.291/0002-29, situada na BR 282, Km 341, bairro Interior – Campos Novos/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Internação paciente com dependência de substâncias psicoativas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 88/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Francieli Ap. S. Gris contratado.

EXTRATO 89/2018 DIGIMAX FBGO

Publicação Nº 1492503

EXTRATO DE CONTRATO 89/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA DE RADIOLOGIA IMAGEM FRAIBURGO LTDA, CNPJ 21.841.185/0001-37, situada na Avenida João Marques Vieira, s/n, lote 5, Centro, Fraiburgo/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 89/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rodolpho Luiz de Faria Marsico contratado.

EXTRATO 91/2018 AFSC

Publicação Nº 1492504

EXTRATO DE CONTRATO 91/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, CNPJ 17.757.127/0001-52, situada na Avenida João Marques Vieira, 975- Fraiburgo/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços de mutirão de cirurgias eletivas nas especialidades de cirurgia geral, ginecologia e consultas eletivas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 91/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Rafael Benincá contratado.

EXTRATO 93/2018 HDS

Publicação Nº 1492505

EXTRATO DE CONTRATO 93/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e IEAS - HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, CNPJ 56.552.809/0003-03, situada na Rua Coronel Fagundes, 180 – Centro – Videira/SC.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços relativos ao mutirão de cirurgias eletivas na especialidade de Otorrinolaringologia/Cabeça e Pescoço, Cirurgia Geral, Ginecologia, Urologia/Nefrologia, cirurgias Múltiplas, consultas pré-cirúrgicas, pré-anestésicas e pós-cirúrgicas

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 93/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e André Ragnini contratado.

EXTRATO 94/2018 HOSPITAL MAICE

Publicação Nº 1492508

EXTRATO DE CONTRATO 94/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA HOSPITAL MAICÉ, CNPJ 33.543.356/0020-93, situada na Rua Bolívia, Nº 54, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços do mutirão de cirurgias eletivas na especialidade de Otorrinolaringologia/Cabeça e Pescoço, Cirurgia Geral, Ginecologia, Urologia/Nefrologia, cirurgias Múltiplas, consultas pré-cirúrgicas, pré-anestésicas e pós-cirúrgicas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 94/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Elizabeth de Fátima Lima contratado.

EXTRATO 95/2018 HOSP SANTA CECILIA

Publicação Nº 1492509

EXTRATO DE CONTRATO 95/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e HOSPITAL E MATERNIDADE DE SANTA CECILIA, CNPJ 85.997.872/0001-29, situada na Rua Maria Olicia da Conceição, 60 – Santa Cecília/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto a realização de mutirão de cirurgias eletivas na especialidade de Otorrinolaringologia/Cabeça e Pescoço, Cirurgia Geral, Ginecologia, Urologia/Nefrologia, cirurgias Múltiplas, consultas pré-cirúrgicas, pré-anestésicas e pós-cirúrgicas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 95/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Odilaci Goreti Granemann contratado.

EXTRATO 96/2018 CLINICA MIRANDA

Publicação Nº 1492510

EXTRATO DE CONTRATO 96/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLINICA DR MIRANDA LTDA ME, CNPJ 02.472.621/0001-01, situada na Rua Veneriano dos Passos, 213, sala, CEP 89.560-000 Videira - SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 96/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e May Silvio Chagas da Silveira contratado.

EXTRATO 97/2018 REDMANN

Publicação Nº 1492513

EXTRATO DE CONTRATO 97/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e REDMANN E REDMANN CLINICA MÉDICA S.S - ME, CNPJ 07.701.450/0001-50, situada na Avenida João Marques Vieira, 848, sala 04, CEP 89.580-000 Fraiburgo/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Exames Especializados.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 97/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Joni Paulo Redmann contratado.

EXTRATO 98/2018 CLINICA SEIKO

Publicação Nº 1492514

EXTRATO DE CONTRATO 98/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e CLÍNICA E CIRURGIA DE OLHOS DR. SEIKO S/S LTDA, CNPJ 07.182.522/0002-81, situada na rua Emília Gioppo Brasil, 351 - Bairro Gioppo, Caçador/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços na área de Consultas e Exames Especializados na área de Oftalmologia.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 98/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Joran Seiko Aguni contratado.

EXTRATO 99/2018 BIO RADIUS

Publicação Nº 1492516

EXTRATO DE CONTRATO 99/ 2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-CIS-AMARP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob número 11.023.771/0001-10, com sede a Rua Manoel Roque, 99 e RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA SÃO CRISTÓVÃO S/S LTDA - ME, CNPJ 10.171.182/0001-17, situada na Rua Padre Anchieta, 1331, bairro São Cristóvão, no município de Videira/SC.

Espécie: Contrato de Prestação de Serviços.

Objeto: Tem como objeto à prestação de serviços Exames Diagnósticos e/ou Consultas Especializadas.

Amparo Legal: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Termo de Credenciamento: 99/2018.

Prazos: inicia-se em 02 de Janeiro de 2018, encerrando-se em 31 de dezembro de 2018.

Valor: conforme produção mensal com valores de procedimentos pré-definidos na tabela CIS-AMARP.

Data da Assinatura: 20/12/2017

Signatários: Prefeito Luciano Paganini contratante e Vani Mari Andreazza Negretto contratado.

PORTARIA 01/2018

Publicação Nº 1491698

	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE-CIS-AMARP Rua Manoel Roque, 99- Fone/Fax: (49) 3566-0255 – Videira/SC. http://www.amarp.org.br cis@amarp.org.br
--	---

Portaria nº 01/2018

Luciano Paganini, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, Prefeito Municipal de Iomerê, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, art.17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, os seguintes servidores pertencentes ao quadro de funcionários do CISAMARP.

1. Vera Matheus de Castro;
2. Humberto Luiz Dalpizzol.

Art. 2º A Presidência da Comissão será exercida pelo primeiro membro indicado no artigo anterior.

Art. 3º Para os processos licitatórios que necessitem de pregoeiro, poderá ser nomeado através de portaria, um servidor de um dos municípios consorciados devidamente habilitado para tal função.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Videira, 16 de janeiro de 2018.

LUCIANO PAGANINI

Presidente CISAMARP

CIS/AMFRI

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 11/2018

Publicação Nº 1492187

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 11/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ – CIS-AMFRI, INFORMA A TODOS QUE NO EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 11/2018, ONDE SE LÊ:

Data da Assinatura: 10/01/2018.

Vigência: 10/01/2018 a 31/12/2018.

LEIA-SE

Data da Assinatura: 16/01/2018.

Vigência: 16/01/2018 a 31/12/2018.

CIS/AMMVI**DISTRATO PARCIAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2017**

Publicação Nº 1492574

DISTRATO PARCIAL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 080/2017

Pelo presente instrumento público, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau - SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, .944.929-83 e RG 4.493.229, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, 929-83 e RG 4.493.229, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Professor Leonidas Ferreira Da Costa, 847, bairro Parolim, Curitiba - PR, CEP 80.220-410, inscrito no CNPJ sob o nº. 81.706.251/0001-98, neste ato representada por Sirlei Terezinha Zambrin, inscrito no CPF nº 457.063.879-15 e RG 3.104.120-1, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente Termo de Distrato Parcial, mediante as Cláusulas e condições seguintes e

Considerando que a Lei 8.666/1993, tem como fundamento Constitucional o Princípio da Eficiência e do critério de MENOR PREÇO no processo licitatório, impondo a Administração Pública o dever de buscar propostas mais vantajosas, com requisitos mínimos previamente estabelecidos em edital.

Considerando que o Pregão Eletrônico nº 016/2017, que tem como objeto a aquisição de medicamento para atender a demanda dos 14 (quatorze) municípios consorciados ao CISAMVI, encontra-se na fase de Habilitação e os medicamentos contratualizados com a empresa supracitada foram cotados com valores menores ao aqui pactuado;

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Fundamento Legal

1.1 O presente Termo Distrato tem por fundamento legal o inciso XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, de 21 de julho de 1993, bem como o item 9.1 do Contrato Administrativo nº 080/2017, anexo ao Edital nº 012/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Objeto

2.1 O presente Termo tem por objeto o DISTRATO PARCIAL do Contrato Administrativo nº 080/2017, tendo por objeto “o fornecimento de medicamentos para os Municípios consorciados ao CISAMVI”, celebrado em 28/06/2017, com término vinculado a validade da Ata de Registro de Preços (23/06/2018), compreendendo:

Código	Produto	Un	Marca	R\$ Un.
78	Paracetamol 200 Mg/ml, Frasco Com 10 Ml, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Máximo 200 Frascos	FR	FARMACE	0,557
85	Sinvastatina 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Máximo 600 Comprimidos.	CPR	Sinvastacor	0,051
131	Sinvastatina 20 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Máximo 600 Comprimidos.	CPR	Sandoz Genérico	0,053

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Distrato

3.1 Por força da presente rescisão parcial amigável, as partes dão por terminado a obrigação contratual, a partir de 15/01/2018, referente aos itens que trata a Cláusula Segunda, mantendo as obrigações referentes às AFs em aberto dos referidos itens, bem como, permanecendo inalteradas as obrigações e condições previstas no contrato supracitado aos demais itens.

QUARTA – Da Publicação

4.1 Este termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – Do Foro

5.1 As partes elegem o foro da Comarca de Blumenau (SC) para conhecer e dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Termo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem inteiramente de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e para

o mesmo efeito, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Blumenau/SC, 21 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Cleones Hostins

Diretor Executivo CISAMVI

CONTRATADO

Sirlei Terezinha Zambrin

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

RESOLUÇÃO 186/2018 - REVISÃO GERAL ANUAL DOS SALÁRIOS DOS EMPREGADOS DO CISAMVI

Publicação Nº 1492562

RESOLUÇÃO nº 186, de 15 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CISAMVI, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

A DIRETORIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 5º do art. 42, § 1º do art. 48, e art. 82 do Estatuto do CISAMVI; e

Considerando a garantia estabelecida pelo Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando o disposto no caput do artigo 31, no § 5º do artigo 46, no § 1º do artigo 95, no caput do artigo 96, e nos §§ 2º e 4º e caput do artigo 105, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CISAMVI, estabelecido pela Resolução nº 83, de 29/07/2014;

Considerando que a revisão geral anual ocorre pela aplicação do INPC (IBGE) acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de dezembro, inclusive, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano de referência;

Considerando a aprovação da proposta de revisão geral anual aos empregados e colaboradores para este exercício pela Diretoria do CISAMVI, ratificada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de novembro de 2017;

Considerando a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - O salário dos empregados do CISAMVI será revisto, no mês de Janeiro de 2018, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelecem o § 5º do art. 42 e § 1º do art. 48 do Estatuto do Consórcio Público e § 1º do artigo 46 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CISAMVI, instituído pela Resolução nº 83, de 29/07/2014.

§ 1º - Para o exercício de 2018 a revisão geral das remunerações de que trata o "caput" deste artigo, será correspondente a 2,07% (dois virgula zero sete por cento), correspondente ao INPC (IBGE) acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do corrente.

§ 2º - A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente, de confiança ou contratados temporariamente, bem como ao valor da bolsa-estágio, sem distinção de índices, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 2º - O preço público instituído pelo art. 31, caput, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CISAMVI, instituído pela Resolução nº 83, de 29/07/2014, para inscrição em Concurso Público do Consórcio Público, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, ficam atualizados para os seguintes valores:

I - R\$ 77,16 (setenta e sete reais e dezesseis centavos) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 51,44 (cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos) para os empregos que exigem nível médio.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Blumenau - SC, em 15 de Janeiro de 2018.

Matias Kohler Cleones Hostins

Presidente do CISAMVI Diretor Executivo

ANEXO ÚNICO

Empregos Públicos de Confiança (art. 46 do Estatuto e 95 do RQP)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
1	Diretor Executivo	40 hs	12.507,80
2	Gestor de Serviços	40 hs	6.253,89

Empregos Públicos Permanentes (art. 47 do Estatuto e 96 do RQP)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
1	Advogado	20 hs	4.319,01
2	Agente Administrativo	40 hs	2.787,88

1	Agente Controle Interno	20 hs	2.381,00
1	Contador	20 hs	2.381,00
1	Médico Auditor	20 hs	7.208,29
Estagiário / Bolsa-estágio (§ 13 do art. 42 do Estatuto e § 1º do art. 105 do RQP)			R\$
3º grau (4hs/d=20hs/s)			625,39
3º grau (6hs/d=30hs/s)			934,32

Matias Kohler Cleones Hostins
Presidente do CISAMVI Diretor Executivo

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA - INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA.

Publicação Nº 1491712

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA QUE FIRMAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CISAMVI) E A EMPRESA INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA., NA FORMA ABAIXO:

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (CISAMVI), pessoa jurídica de direito público interno, de natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o n. 03.269.695/0001-08, constituído sob a forma de associação pública, com sede administrativa na Rua Alberto Stein, n. 466, bairro Velha, Blumenau/SC, simplesmente denominado "CISAMVI", representado neste ato por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, brasileiro, solteiro, servidor público, CPF n. 007.944.929-83, residente e domiciliado na Rua Prefeito Leopoldo Schramm, 365, na cidade de Gaspar/SC, nomeado em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de novembro de 2016 – Resolução 131/2016, e a empresa INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA., pessoa jurídica, com sede na Rua Engenheiro Rodolfo Ferraz, nº 293 Sala 01, bairro Centro, CEP: 89010-320, na cidade de Blumenau/SC, inscrita no CNPJ nº 73.258.337/0001-77, neste ato representado pelo Sr. Bruno Walter Wascheck, inscrito no CPF nº 247.100.161-00, portador da Carteira de Identidade RG nº 645.118, conforme instrumento de representação que se faz anexar, firmam o presente Termo de Reconhecimento de Dívida, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: O CISAMVI reconhece que a empresa INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA. prestou os serviços descritos e detalhados conforme tabela abaixo:

Discriminação dos Serviços	Número da Nota Fiscal	Data da Nota Fiscal	Valor da Nota Fiscal	Valor Pago (dentro do contratualizado)	Valor Glosado (irregular)	Base Utilizada para Definição do Preço pago.	Valor Re-conhecido neste termo.	Valor retido referente IRRF PJ e Contribuições Sociais	Valor líquido
2 colonoscopias	526	05/10/2016	5.156,61	4.464,15	375,32	Credenciamento 05/2017 (Tabela SUS)	225,32	X	225,32
3 consultas médicas - gastroenterologia	526	05/10/2016	5.156,61	4.464,15	375,32	Credenciamento 01/2017	150,00	X	150,00
6 consultas médicas - gastroenterologia	531	08/11/2016	6.175,92	4.497,05	1.299,06	Credenciamento 01/2017	300,00	X	300,00
7 pesquisas de anticorpos anti-helicobacter pilory	531	08/11/2016	6.175,92	4.497,05	1.299,06	Credenciamento 05/2017 (Tabela SUS)	120,12	X	120,12
1 pesquisas de anticorpos anti-helicobacter pilory	547	03/01/2017	1.335,73	1.192,66	60,73	Credenciamento 05/2017 (Tabela SUS)	17,16	X	17,16
Total						-----			812,60

Tendo como Ordenador de Despesa à época o Sr. Carlos Cesar da Silva inscrito no CPF sob o nº. 312.767.419-87.

Cláusula Segunda: A empresa INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA. declara, sob as penas da Lei, que os valores expressos na(s) Nota(s) Fiscal(s), que instruem e justificam este instrumento, contemplam todos os custos de qualquer natureza incidentes sobre os serviços constantes da Cláusula Primeira, inexistindo quaisquer outros débitos relativos a eles.

Cláusula Terceira: Em face do disposto no art. 50 do Estatuto do CISAMVI, que dispõe que todas as contratações do Consórcio observarão o que assevera a legislação de licitações e contratos administrativos, e em observância ao parágrafo único, do artigo 59, da Lei n. 8.666/93, a despesa discriminada na Cláusula Primeira, apurada e atestada por seu ordenador, é, neste ato, reconhecida pelo CISAMVI, para os efeitos preconizados nas legislações pertinentes.

Cláusula Quarta: O CISAMVI se obriga a efetuar o pagamento da importância de R\$ 812,60 (oitocentos e doze reais e sessenta centavos), abrangendo o principal e eventuais acessórios, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial.

Parágrafo único: O pagamento será realizado mediante depósito bancário na conta corrente nº 14519-X, agência 0095-7, do Banco do Brasil (001), em favor de Instituto de Gastroenterologia de Blumenau LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 73.258.337/0001-77.

Cláusula Quinta: Efetuado o depósito bancário, a empresa INSTITUTO DE GASTROENTEROLOGIA DE BLUMENAU LTDA. confere ao CISAMVI, por este instrumento, a mais ampla, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar ou pleitear a qualquer título ou pretexto, no que se refere à prestação dos serviços constantes da Cláusula Primeira.

Cláusula Sexta: O presente ajuste tem força de título executivo extrajudicial, obrigando os acordantes, herdeiros e sucessores a qualquer título.

Cláusula Sétima: O foro competente para dirimir quaisquer questões resultantes do presente acordo é o da Comarca de Blumenau/SC, o qual prevalecerá sobre qualquer outro.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam este Termo de Reconhecimento de Dívida, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Blumenau, 13 de dezembro de 2017.

Cleones Hostins Diretor Executivo CISAMVI	Bruno Walter Wascheck Instituto de Gastroenterologia de Blumenau Ltda.
--	---

Testemunhas:

Nome: Mônica M. C. Menezes Silva CPF: 012.902.577-10	Nome: Simone Schneider CPF: 756.943.449-87
---	---

CITMAR

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 10/2018

Publicação Nº 1492167

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº. 10/2018

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR – CITMAR, INFORMA A TODOS QUE NO EXTRATO DO CONTRATO DE PROGRAMA E RATEIO Nº 10/2018, ONDE SE LÊ:

Data da Assinatura: 08/01/2018.

Vigência: 08/01/2018 a 31/12/2018.

LEIA-SE:

Data da Assinatura: 16/01/2018.

Vigência: 16/01/2018 a 31/12/2018.

CONSAD**PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1491704

PORTARIA Nº 01, DE 02 DE JANEIRO DE 2018
NOMEIA A COMISSÃO DE LICITAÇÕES PERMANENTE DO CONSÓRCIO

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Zandoná, Prefeito do Município de Barracão – PR, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Nomear a Comissão Permanente de Licitações do Consórcio, para executar as atribuições referentes as mesmas. A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

I – Presidente da Comissão de Licitações:

Ana Paula Muller – Agente Administrativa;

II – Equipe de Apoio:

- a) Carla Fernanda Sandri – Médica Veterinária;
- b) Jacimar Laerte Welter – Médico Veterinário;
- c) Rafael Dal Ri Segatto – Médico Veterinário;
- d) Elisete Simioni – Diretora Administrativa e Financeira.
- e) Oli do Nascimento – Assessor de Assuntos Institucionais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 02 de Janeiro de 2018.
Marco Aurélio Zandoná
Presidente do Consórcio

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491707

PORTARIA Nº 02, DE 02 DE JANEIRO DE 2018
NOMEIA OS COMPONENTES DA EQUIPE DE APOIO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Zandoná, Prefeito do Município de Barracão – PR, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Nomear os componentes da equipe de apoio de Licitação na modalidade de Pregão, constituída pelo membros abaixo relacionados, presidida pelo primeiro:

- a) Ana Paula Muller – Agente Administrativa;
- b) Jacimar Laerte Welter – Médico Veterinário;
- c) Rafael Dal Ri Segatto – Médico Veterinário;
- d) Elisete Simioni – Diretora Administrativa e Financeira.
- e) Oli do Nascimento – Assessor de Assuntos Institucionais.
- f) Carla Fernanda Sandri – Médica Veterinária;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 02 de Janeiro de 2018.
Marco Aurélio Zandoná
Presidente do Consórcio

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1491710

PORTARIA Nº 03, DE 02 DE JANEIRO DE 2018

DESIGNA O PREGOEIRO DO CONSÓRCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Zandoná, Prefeito do Município de Barracão – PR, no uso de suas atribuições Estatutárias resolve:

Art. 1º. Designar, a servidora ANA PAULA MULLER, portadora do CPF nº 062.473.529-05, matrícula nº 25, ocupante do cargo de Agente Administrativo para desempenhar a função de PREGOEIRO, conforme determina a Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se definições em contrário.

São Miguel do Oeste –SC, 02 de Janeiro de 2018.

Marco Aurélio Zandoná

Presidente do Consórcio

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2018

Publicação Nº 1491697

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 01/2018

DECRETA: ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Aurélio Zandoná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo estatuto e com base nos termos do artigo 31º a 35º e seu parágrafos, conforme resolução nº 16/2017 determina:

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

Artigo 1º - Fica aberto um crédito pelo superávit financeiro de R\$ 237.085,66 para suplementação da dotações orçamentárias abaixo.

- 3.3.90.00.00.00.0025 (4) Aplicações Diretas R\$ 84.314,51
 - 4.4.90.00.00.00.3104 (5) Aplicações Diretas R\$ 117.284,60
 - 4.4.90.00.00.00.3104 (6) Aplicações Diretas R\$ 35.486,55
- R\$ 237.085,66

São Miguel do Oeste, 02 de Janeiro de 2018.

Marco Aurélio Zandoná

Presidente do Consórcio